

PÁGINAS a&b

arquivos & bibliotecas

19

2023 SÉRIE 3

É com muita satisfação que lançamos mais um número da revista *Páginas a&b*, dando assim cumprimento à sua periodicidade semestral. Temos desta vez um número volumoso, com treze artigos no corpo principal, dois na secção *a&b em aberto* e uma recensão na secção *Debate e Crítica*, os quais, na sua esmagadora maioria, são provenientes de autores do Brasil. Esta é uma realidade que vem sendo habitual e que faz jus ao caráter lusófono que desde sempre tem sido uma marca identitária da revista. Porém, é sempre com alguma mágoa que notamos a escassa produção científica dos autores nacionais, tanto mais que *Páginas a&b* é o único periódico científico, na área da Ciência da Informação, em Portugal. Esperemos que o exemplo dos colegas brasileiros motive os académicos, os estudantes e os profissionais portugueses a submeterem os seus trabalhos, incrementando assim a divulgação da ciência que se faz no nosso país, particularmente nas instituições de ensino superior onde existem cursos de Ciência da Informação.

Os trabalhos que compõem este número são ao resultado da seleção aprovada pelos avaliadores, a partir de um conjunto mais vasto de propostas, e representam pouco mais de 50% dos que foram submetidos para avaliação, procurando-se deste modo manter e, se possível, melhorar o nível de qualidade da revista.

A abrir, temos um estudo de Monteiro, Lima e Pinho Neto, que se debruça sobre o uso das Tecnologias Digitais da Informação e Comunicação na preservação da memória e da identidade cultural de comunidades tradicionais do Brasil, o qual tem por base a produção científica da área de Ciência da Informação, indexada em bases de dados de referência. Segue-se um trabalho de Pinto e Carvalho, que analisa a estrutura orgânico-funcional do Instituto Superior de Contabilidade e Administração do Porto (ISCAP), estudo que é fundamental para se compreender e conhecer a produção informacional da instituição. Trata-se de um estudo de caso, que pode servir de exemplo para outros organismos congéneres, tanto mais que não abundam trabalhos deste tipo.

A área dos arquivos marca presença através dos artigos de Menezes *et. al.*, que se debruçam sobre a gestão de riscos com vista à preservação dos acervos, tema que não tem sido tratado com frequência, e de Alencar, Cervantes e Barité, que nos trazem um estudo sobre o uso do termo “arquivos comunitários”, a partir da produção científica, no período de 2008-2021, de elementos da Archival Education Research Initiative e sob o olhar dos “estudos críticos e decoloniais”.

As reflexões e as teorias ligadas à “decolonialidade” no campo da Biblioteconomia, são igualmente objeto de estudo por parte de Baptista, que procura abordar a atuação do profissional, no contexto das bibliotecas universitárias. Ainda na área das bibliotecas,

temos: o trabalho de Souza, que incide sobre a rede Sesc (Serviço Social do Comércio), composta por diferentes unidades de informação, localizadas em todas as regiões do Brasil, adotando um modelo de gestão descentralizado, o qual, segundo a autora, “tem por objetivo investigar as práticas de compartilhamento de informação gerencial e biblioteconômica, sob a ótica da gestão do conhecimento”; e o artigo de Trindade *et al.*, que procura investigar a promoção dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) nas bibliotecas de Universidades Federais brasileiras.

Um estudo de bibliometria, de autoria de Carla Oliveira sobre o comportamento de auto-citação, baseado na produção científica do Birger Hjørland, trata de um tema pouco comum, que ajuda a refletir sobre o modo como se faz ciência nos tempos que correm e as implicações éticas inerentes. Lais Oliveira aborda igualmente questões éticas, analisando “a percepção profissional de bibliotecários universitários brasileiros sobre a ética no tratamento temático da informação”, tema da maior atualidade.

Jesus e Castro apresentam-nos um estudo sobre dados bibliográficos, procurando traçar a evolução tecnológica da “catalogação descritiva” e refletir sobre os formatos de armazenamento, os instrumentos normativos e a estrutura desses dados face às necessidades dos utilizadores. Bezerra, Pinheiro e Baía abordam o uso da Inteligência Artificial para difundir informação de coleções particulares existentes em bibliotecas públicas, focando-se especialmente nas “Histórias em Quadrinhos” e no recurso ao *storytelling*. Pinto e Felipe contribuem com um estudo que visa “sugerir soluções para o problema de recuperação da informação na plataforma de *streaming* da Netflix”, recorrendo à folksonomia para envolvimento dos utilizadores. Por fim, Faustino traz-nos um trabalho sobre a importância do *marketing* cultural nos museus de arte, mostrando nos resultados da sua investigação empírica que os museus estão a tentar diversificar as fontes de receita de modo a garantir a sua sustentabilidade económica e financeira.

A secção *a&b em aberto* destina-se à divulgação de projetos ou estudos ainda em curso. Neste número temos um texto de Santana e Regis sobre a preservação do acervo e da tradição oral dos Quilombos do Cariri e um trabalho de Horta *et al.* sobre uma interessante ação na biblioteca Nilza Tavares Dias, da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Minas Gerais (EMATER-MG). Dois interessantes trabalhos cuja essência assenta, afinal, numa mesma preocupação – a preservação da memória, como fator de identidade.

Por último, uma recensão de autoria de Ribeiro, que nos convoca para a leitura de uma obra de Lawrence Lessig, fundador do Creative Commons, em que se discutem os direitos autorais em prol de uma cultura mais livre.

Com este amplo leque de escolhas, este número de *Páginas a&b* convida, sem dúvida, à leitura, em tempo de férias! Que os leitores aproveitem!

Fernanda Ribeiro

TECNOLOGIAS DIGITAIS DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO NA PRESERVAÇÃO DA MEMÓRIA E DA IDENTIDADE CULTURAL DE COMUNIDADES TRADICIONAIS

DIGITAL TECHNOLOGIES OF INFORMATION AND COMMUNICATION IN THE PRESERVATION OF MEMORY AND CULTURAL IDENTITY OF TRADITIONAL COMMUNITIES

Edson Marques Almeida Monteiro | Izabel França de Lima | Júlio Afonso Sá de Pinho Neto

<https://doi.org/10.21747/21836671/pag19a1>

Resumo: O presente artigo teve como objetivo identificar o uso das Tecnologias Digitais da Informação e Comunicação - TDIC na preservação da memória e identidade cultural de comunidades tradicionais nas produções científicas da Ciência da Informação no Brasil. Como metodologia utilizou-se a Revisão Sistemática da Literatura com abordagem qualitativa, em que foram pesquisados artigos indexados pela Base de Dados Referenciais de Artigos de Periódicos em Ciência da Informação (BRAPCI) publicados no período de 2016 a 2021. Foram analisados os artigos que apresentaram no título, resumo e/ou palavras-chave, a temática preservação da memória/identidade relacionada ao uso das TDIC/TIC e aos povos e comunidades tradicionais do Brasil. Como resultados, aponta-se que foram recuperados poucos trabalhos que estivessem totalmente relacionados à preservação da memória, comunidades tradicionais e a utilização das TIC/TDIC. No entanto, foi possível constatar que as TDIC já vêm sendo utilizadas com o propósito da preservação da memória em diversos contextos. E que além da preservação da memória e identidade cultural, as TDIC utilizadas têm ainda como propósito a disseminação e visibilidade destes povos, a fim de requererem do Estado e da Sociedade o respeito devido e o exercício pleno de sua cidadania.

Palavras-chave: Comunidades tradicionais; Preservação da memória; Sociedade da informação; Tecnologias Digitais da Informação e Comunicação.

Abstract: The present paper aims to identify the use of Digital Technologies of Information and Communication – DTIC in the preservation of memory and cultural identity of traditional communities in the scientific productions of Information Science in Brazil. The methodology adopted is the Systematic Literature Review with qualitative approach, in which there were researched journals indexed by the Reference Database of Journal Articles in Information Science (BRAPCI) published from 2016 to 2021. There were analyzed the journals which presented in the title, abstract and/or keywords themes about preservation of memory/identity related to the use of the DTIC/TIC and the traditional peoples and communities of Brazil. The results point that there were recovered few papers that are totally related to the preservation of memory, traditional communities and the use of DTIC/TIC. However, it was possible to note that the DTIC have been used with the purpose of preservation of memory in several contexts. Moreover, despite of the preservation of memory and cultural identity, the used DTIC still have as a purpose the dissemination and visibility of these peoples, in order to require the due respect and the full exercise of their citizenship from the State and the Society.

Keywords: Traditional communities; Memory preservation; Information society; Digital Technologies of Information and Communication.

1. Introdução

O advento e a evolução das Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) vêm contribuindo de forma significativa no desenvolvimento de vários setores da Sociedade, dentre os quais pode-se citar a economia, saúde e a própria educação.

No que concerne ao setor da educação, recentemente, vivenciando a pandemia do Corona Vírus (Covid-19), ficou ainda mais evidente o quanto as TIC, precisamente, as chamadas Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação (TDIC) vêm contribuindo de forma exponencial para esse setor; um exemplo disso é o ensino remoto que difere do processo de Educação à Distância (EAD) e permite que professores e alunos possam lecionar e assistir aulas de maneira não presencial, de forma síncrona, por meio de ferramentas, como as salas de aulas virtuais, salas de conferências, etc.

Um outro setor que foi bastante privilegiado foi o setor da Comunicação e Informação, pois neste aspecto, a aceleração da evolução constante das TIC fez e faz com que as informações sejam produzidas, compartilhadas e acessadas de forma mais ampla, veloz e prática. Além disso, muitos têm-se preocupado com o aspecto de preservação das informações e as TIC também têm auxiliado bastante neste âmbito.

Faz-se mister lembrar que a informação é o objeto de estudo da Ciência da Informação (CI) e que esta busca compreender e resolver problemas que ocorrem com a informação, desde a sua organização à sua preservação.

Um outro aspecto, aqui enfatizado, é que as características citadas, de desenvolvimento econômico, educacional, informacional e cultural por meio das TIC, são características da denominada Sociedade da Informação.

Sobre a Sociedade da Informação, Takahashi (2000) relata que esta representaria profundas mudanças na organização da sociedade, podendo ser considerada como um “novo paradigma técnico-econômico”. Segundo o autor, “as tecnologias envolvidas vêm transformando as estruturas e as práticas de produção, comercialização e consumo e de cooperação e competição entre os agentes, alterando, enfim, a própria cadeia de geração de valor” (TAKAHASHI, 2000:5).

No que concerne à questão da preservação da informação, o estudo em epígrafe abordou a preservação da memória e identidade cultural de um grupo, nação e/ou comunidade. Sobre isso, é sabido que no transcorrer da história muitos foram os suportes e códigos utilizados para representar e preservar a informação.

Ao revisitar os conteúdos abordados nas aulas de História Geral, no Ensino Fundamental e Médio, bem como os registros dos livros de História, recorda-se que até surgir o meio eletrônico e o chamado *boom informacional*, ou até mesmo o papel que veio bem antes e ainda hoje é bastante utilizado, muitos outros suportes foram utilizados com o propósito de preservação da informação, tais como: as tábulas, as rochas, paredes de cavernas, papiro, etc.

No entanto, antes do homem iniciar esses registros, é possível que muita informação tenha se perdido, pois até o surgimento da escrita, o método mais utilizado para preservar as informações era a oralidade, ou seja, o que era repassado de pessoa para pessoa, de geração para geração.

O homem, ao perceber que o método da oralidade não era tão eficaz no que tange à preservação da informação e que com isso podia ter prejuízos, buscou uma “nova” forma de registrar as informações que se apresentavam como importantes: no início para atividades simples e cotidianas, como o controle de animais, produção de alimentos, etc. E depois como uma forma de registrar informações relevantes para o desenvolvimento de seu

habitat, preservação de suas tradições, hábitos, costumes e até informações sobre a sua própria evolução como espécie.

Neste contexto, pode-se inferir a tamanha importância das informações sejam elas orais ou escritas (registradas) para a preservação da própria História da Sociedade, bem como a construção da identidade, preservação e continuidade da cultura de uma nação, de um povo, etc.

Bufrem (2009:164) explica que:

Na Ciência da Informação, acredita-se que a informação seja um elemento da cultura, pois é característica da criação humana, que adquire sentido ao ser comunicada para produzir conhecimento. Quando estudiosos e profissionais do campo da informação acionam o cabedal cognitivo, social e epistemológico, associam a informação ao conhecimento e à comunicação e, portanto, à cultura (BUFREM, 2009:164).

Percebe-se, pois, que existem pessoas, grupos, lugares que possuem certa relevância histórica, turística, econômica e cultural, mas que ainda não possuem o reconhecimento e a visibilidade que merecem, principalmente no que tange à sua preservação histórica e cultural, haja vista se saber pouco sobre suas origens, costumes, etc.

Este estudo abordou as comunidades reconhecidas como “Comunidades tradicionais”, as quais, de acordo com o art. 3º do Decreto nº 6.040, de 7 de fevereiro de 2007, que institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais do Brasil, são assim definidas:

I - [...] grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição (BRASIL, 2007:s. p.).

São considerados povos e comunidades tradicionais: os povos originários ou povos indígenas, os ribeirinhos, caiçaras, pescadores artesanais, quilombolas, ciganos, etc.

Sabendo que as TIC podem contribuir de forma exponencial e das mais várias maneiras, inclusive para a preservação da memória e da identidade cultural de uma comunidade, como explica Takahashi (2000:8), “O amparo às identidades culturais nos novos meios resultará em benefícios evidentes, na forma de incremento da atividade econômica em geral e de desenvolvimento da cidadania”, a pesquisa buscou responder ao seguinte questionamento: De que forma as TIC e mais precisamente as TDIC estão sendo utilizadas na preservação da memória e identidade cultural das comunidades tradicionais?

Com o intuito de responder à questão apresentada, teve-se como objetivo identificar o uso das TIC/TDIC na preservação da memória de comunidades tradicionais por intermédio das produções científicas da Ciência da Informação no Brasil. Para tal finalidade, o estudo procurou, também, compreender melhor os aspectos da Sociedade da Informação, bem como a sua relação com as TIC e como estas podem contribuir para a preservação da memória e da identidade cultural das comunidades tradicionais.

2. Percorso metodológico

Com o intuito de responder ao questionamento objeto deste estudo através dos objetivos propostos, foi elaborada uma pesquisa qualitativa, do tipo exploratória-descritiva, a partir da Revisão Sistemática da Literatura (RSL), a qual difere da revisão de literatura em que geralmente utiliza-se de “um conjunto de trabalhos científicos que julga importante para o tratamento de uma temática, mas não apresenta critérios explícitos sobre como a revisão foi construída para que possa ser reproduzida por outros pesquisadores” (GALVÃO e RICARTE, 2019:58).

De acordo com os autores, a RSL é “[...] composta por seus próprios objetivos, problemas de pesquisa, metodologia, resultados e conclusão, não se constituindo apenas como mera introdução de uma pesquisa maior” (GALVÃO e RICARTE, 2019:59). Galvão e Ricarte explicam ainda que se faz necessário explicitar as bases bibliográficas que foram consultadas, estratégias de busca utilizadas, o processo de seleção dos artigos, os critérios de inclusão/exclusão e o processo de análise de cada artigo.

Deste modo, a base utilizada para realização da pesquisa foi a Base de Dados Referenciais de Artigos de Periódicos em Ciência da Informação (BRAPCI). Optou-se pela BRAPCI por ser uma base que indexa vários periódicos e eventos da área da Ciência da Informação no Brasil; já o recorte temporal estabelecido foi de 5 anos, ou seja, pesquisou-se em artigos publicados no período de 2016 a 2021.

Para realização da pesquisa utilizaram-se os seguintes termos/descriptores: Tecnologias da Informação e Comunicação, Tecnologias Digitais de Comunicação e Informação, Preservação da memória, Ciberespaço, Identidade Cultural, comunidades tradicionais/comunidade tradicional, quilombolas, povos indígenas, comunidades de matriz africana ou de terreiro, extrativistas, ribeirinhos, caboclos, pescadores.

Em princípio, pesquisou-se cada um dos termos de forma isolada utilizando o filtro “todos” da busca simples da Base, enfatizando que para pesquisar termos compostos utilizaram-se as aspas (“”); e em seguida, realizou-se a busca composta, utilizando o operador AND entre os termos/descriptores pesquisados para relacionar termos/descriptores entre si como por exemplo: “Tecnologias da informação e comunicação” AND “Preservação da memória”; “Preservação da memória” AND “Comunidades tradicionais”, “Preservação da memória” AND “identidade cultural” AND “Povos indígenas”, etc., como mostra a Fig. 1.

Elegeram-se como critérios de inclusão/exclusão, analisar os artigos em que os termos/descriptores pesquisados constassem no título, resumo ou palavras-chave dos artigos recuperados. Assim, os artigos que não continham os termos/descriptores não foram analisados.

Em seguida, realizou-se a leitura e análise dos artigos que atenderam aos critérios de inclusão e, por fim, realizou-se a meta-análise qualitativa e a construção da síntese interpretativa, que pode ser observada no item 5 deste artigo.

Fig. 1 – Página de busca da BRAPCI



Fonte: Dados da pesquisa (2022).

3. Sociedade da Informação e as TIC

A Sociedade da Informação foi um programa criado e implantado em vários países em meados dos anos 1990. O advento da Sociedade da Informação tornou-se o fundamento de novas formas de organização e de produção em escala mundial, redefinindo a inserção dos países na sociedade internacional e no sistema econômico mundial (TAKAHASHI, 2000).

O objetivo do Programa Sociedade da Informação é integrar, coordenar e fomentar ações para a utilização de tecnologias de informação e comunicação, de forma a contribuir para a inclusão social de todos os brasileiros na nova sociedade e, ao mesmo tempo, contribuir para que a economia do País tenha condições de competir no mercado global (TAKAHASHI, 2000:10).

De forma resumida, pode-se dizer que a maior característica da Sociedade da Informação é a propagação, aceleração e utilização das TIC nos mais variados setores para o desenvolvimento da(s) Sociedade(s).

No entanto, como promover a “universalização” em um mundo tão cheio de diferenças culturais, sociais e principalmente econômicas? Quando se pensa em Sociedade da Informação, o termo rapidamente remete ao conceito de Universal, de que existiria apenas a Sociedade da Informação e que todos os países, povos e nações fariam parte dela.

O quanto isto é possível? Não é o intuito deste artigo responder a tais questões, mas não se podem deixar ao largo reflexões como estas. O que se percebe é que não existe uma única Sociedade da Informação, coesa, unificada, totalmente interligada, o que implica em múltiplas Sociedades da Informação, que se constituiriam em sociedades que conseguem estar interligadas, super, hiper conectadas às redes digitais.

No Brasil, pode-se verificar um avanço e um grande impulso em relação ao acesso à Internet. Takahashi (2000) cita algumas áreas que vieram a se beneficiar desse acesso: a comunidade científica, as telecomunicações e as atividades comerciais.

De forma geral, Takahashi e os colaboradores do livro verde explicam que o programa “Sociedade da Informação” busca contribuir de forma efetiva:

- a construção de uma sociedade mais justa, em que sejam observados princípios e metas relativos à preservação de nossa identidade cultural, fundada na riqueza da diversidade;
- a sustentabilidade de um padrão de desenvolvimento que respeite as diferenças e busque o equilíbrio regional;
- a efetiva participação social, sustentáculo da democracia política. (Takahashi, 2000:6).

Não é possível mensurar de forma resumida o tanto que se atingiu as características desta Sociedade, no entanto, pode-se observar que ainda de forma não igualitária/isonômica, muitos foram os avanços em relação à conectividade, ao acesso às informações e a tantos outros benefícios que a aceleração das TIC vem proporcionando ao longo dos anos.

Como previsto, muitas oportunidades e setores melhoraram ao longo dos últimos anos, como foi dito por Takahashi (2000): o comércio eletrônico, surgimento de Pequenas e Médias Empresas, inovação e capital intelectual no empreendedorismo, mais oportunidade de trabalhos, educação e aprendizado ao longo da vida, universalização do acesso, valorização de conteúdos e identidade cultural, administração transparente centrada no cidadão, pesquisa e desenvolvimento, desenvolvimento sustentável, entre outros.

No entanto, a Sociedade da Informação não trouxe apenas benefícios, pode-se perceber que muitas situações complexas não passíveis de soluções imediatas surgiram no entorno de toda disponibilização e acesso às TIC. Na verdade, um dos problemas que pode ser citado como exemplo, é a própria falta desta disponibilização e acesso às TIC por parte de determinados grupos, comunidades e sociedades menos desenvolvidas.

No contexto pandêmico, ficou ainda mais evidente a exclusão digital, conforme dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), divulgados em 2021 pela *Revista Exame*,

no último trimestre antes que a pandemia de covid-19 se agravasse no Brasil, 12,646 milhões de famílias ainda não tinham acesso à internet em casa. Cerca de 39,8 milhões de brasileiros de 10 anos ou mais de idade não usavam a rede, e ainda havia 34 9 milhões de pessoas nessa faixa etária sem aparelho de telefone celular (REVISTA..., 2021: s. p.).

Fica evidente que o acesso às TIC não se dá de forma universal e igualitária a todas as pessoas. Além da exclusão digital, citam-se ainda problemas éticos e legais no âmbito da Internet, a falta de competência informacional, o que muitas vezes ocasiona a má utilização das TIC, as *fake news*, a propagação do ódio nos ambientes virtuais, etc.

Muitas são as reflexões na atualidade, em face de problemas surgidos, em torno da Sociedade da Informação, da utilização das TIC, bem como do acesso à informação.

Problemas tais que a CI cada vez mais tem investigado, mas não tem a solução como certos crimes, a citar, os de pedofilia.

Além dos problemas, que ficam evidentes a cada dia, algumas reflexões também foram levantadas ao longo destas décadas, como por exemplo: Como vivem as Sociedades que ainda não possuem características da SI? E as Comunidades e os povos ditos tradicionais, como se enquadram na concepção de Sociedade da Informação? Será que já fazem uso dessas TIC que estão em funcionamento na Sociedade da Informação?

4. Comunidades tradicionais na Sociedade da Informação

O Ministério Público de Minas Gerais (MPMG) define Povos e Comunidades tradicionais como

[...] grupos culturalmente diferenciados, que possuem condições sociais, culturais e econômicas próprias, mantendo relações específicas com o território e com o meio ambiente no qual estão inseridos. Respeitam também o princípio da sustentabilidade, buscando a sobrevivência das gerações presentes sob os aspectos físicos, culturais e econômicos, bem como assegurando as mesmas possibilidades para as próximas gerações (MINISTÉRIO..., 2019:12).

Podem ser definidos ainda como:

[...] povos que ocupam ou reivindicam seus territórios tradicionalmente ocupados, seja essa ocupação permanente ou temporária. Os membros de um povo ou comunidade tradicional têm modos de ser, fazer e viver distintos dos da sociedade em geral, o que faz com que esses grupos se autorreconheçam como portadores de identidades e direitos próprios. (MINISTÉRIO..., 2019: 12).

No Brasil, é possível encontrar ao todo 28 povos e comunidades tradicionais. São eles: Andirobeiras, Apanhadores de Sempre-vivas, Caatingueiros, Caiçaras, Castanheiras, Catadores de Mangaba, Ciganos, Cipozeiros, Extrativistas, Faxinalenses, Fundo e Fecho de pasto, Geraizeiros, Ilhéus, Indígenas, Isqueiros, Morroquianos, Pantaneiros, Pescadores artesanais, Piaçaveiros, Pomeranos, Povos de terreiro, Quebradeiras de Coco babaçu, Quilombolas, Retireiros, Ribeirinhos, Seringueiros, Vazanteiros e Veredeiros (SOUZA, 2022).

Essas comunidades podem ser e são reconhecidas ainda pelos benefícios que apresentam para a coletividade de uma nação, comunidade e/ou grupo social. Benefícios que abrangem seus modos de viver, suas relações territoriais, a própria história, patrimônio cultural (seja material ou imaterial), saberes tradicionais, a preservação da memória, entre outros (MINISTÉRIO..., 2019).

Dentre as características específicas que determinam um povo/comunidade tradicional, destaca-se o seu território, a forma de produção e a organização social.

Quanto ao território, MPMG afirma que:

As relações específicas que esses grupos estabelecem com as terras tradicionalmente ocupadas e seus recursos naturais fazem com que esses lugares sejam mais do que terras, ou simples bens econômicos. Eles assumem a qualificação de território (MINISTÉRIO..., 2019:13).

Quanto aos aspectos históricos, vale ressaltar que são povos e comunidades marcados pela exclusão, seja por fatores étnico-raciais, seja por fatores econômicos.

Quanto à sua organização social, são grupos:

[...] que têm como característica a conformação de famílias extensas ou ampliadas. É comum encontrarmos, numa única unidade doméstica, dois, três ou mais núcleos familiares, residindo na mesma casa avós, filhos, netos, afilhados, outros agregados (MINISTÉRIO..., 2019:14).

Já naquilo que concerne à questão da produção, geralmente são povos e comunidades que veem no plantio, na criação, na caça, na pesca, no artesanato, nas práticas sociais (festas, ritos, procissões, etc.) uma forma de consumo e produção comercial (MINISTÉRIO..., 2019).

[...] é frequente a associação de práticas produtivas ao calendário religioso, com festas de santo, [...] que garantem, em última instância, a fartura na colheita e na vida social. Cabe ressaltar ainda que tais práticas estão ligadas normalmente à utilização de recursos naturais renováveis e de tecnologias de baixo impacto ambiental, explorando potencialidades e respeitando limites (MINISTÉRIO..., 2019:14).

Pelo exposto e todo o contexto de globalização e ampliação exponencial do uso da tecnologia por todos os setores e áreas da Sociedade, característica central da Sociedade da Informação, faz-se necessário refletir onde se enquadram e como vivem esses grupos/comunidades frente à “novas” possibilidades, bem como o que a Sociedade da Informação propõe a esses povos/comunidades.

Assim, Takahashi explica que:

No quadro de mudanças estruturais pelas quais o mundo vem passando, a disseminação de padrões culturais globalizados assume proporções sem limites e interfere poderosamente nos processos econômicos, políticos e culturais das sociedades nacionais (TAKAHASHI, 2000:56).

A Sociedade da Informação propõe que toda a sociedade seja beneficiada pelo uso das TIC. No Brasil, em 2000, o então Ministério de Ciência e Tecnologia lançou o livro verde, que continha as metas de implementação da nova Sociedade por meio de múltiplas possibilidades de aplicação das TIC.

Dentre as metas e aplicações das TIC pela(s) sociedade(s) estavam algumas metas relacionadas ao desenvolvimento econômico, de preservação e disseminação da memória e da identidade cultural das nações, enfatizando a questão da disseminação de uma nova identidade cultural (TAKAHASHI, 2000).

Entretanto, Takahashi (2000) ainda explica que embora a globalização tenha trazido várias mudanças, dando a entender que todos fazem parte deste processo, este não tem provocado uma unificação e homogeneização das culturas e das identidades; pelo contrário, questões de identidades ditas como antigas mantêm-se ainda mais vivas, como, por exemplo, a multiplicação de diferentes identidades locais e a inspiração religiosa/étnica/comportamental que emergem como formas de resistir à introdução de “novos modos culturais uniformizantes”.

Pode-se perceber que a resistência não se manifesta apenas em países subdesenvolvidos ou em desenvolvimento – os países tidos como mais desenvolvidos enxergam a preservação da identidade nacional como uma estratégia para a autocapacitação em assuntos culturais, científicos e tecnológicos, com suas claras dimensões econômicas. Algumas “medidas de exceção” são formuladas para proteger a cultura local em suas mais variadas formas, e, mais que isso, é resguardado também o próprio idioma nacional, uma vez que a identidade cultural não é única e sim múltipla, composta por povos, comunidades e nações, cada uma com suas características sociais, econômicas, étnicas, religiosas, etc.

Deve-se ainda observar que a identidade cultural tem que ser compreendida como um fator estruturante para a vida destes povos e comunidades. Takahashi (2000) explicou que seria necessário planejar ações que atendessem aos interesses de todas as identidades culturais do país.

“Ao planejar sua entrada na sociedade da informação, o País não deverá incorrer no equívoco de privilegiar apenas as formas identitárias definidas pelo culto da memória ou das origens” (TAKAHASHI, 2000:65). Isto porque na visão da Sociedade da Informação, tanto a identidade vinculada ao passado quanto a identidade que se projeta para o futuro devem ter a mesma importância e consideração.

Muitas foram as metas e ações pensadas para planejar a entrada de todos na Sociedade da informação, dentre as quais destacam-se: facilitar o acesso aos acervos culturais nacionais; **registrar manifestações culturais nas mais diferentes mídias, em formato digital**; registrar, de forma sistemática, a produção científica e tecnológica; criar mecanismos para a produção de conteúdos por parte da comunidade; **promover a igualdade de oportunidades de acesso às novas tecnologias**; **instituir um programa de digitalização de obras de valor histórico: patrocinar o inventário e a digitalização de obras literárias, manuscritos, gravuras e todo o material iconográfico sobre o Brasil dos diferentes períodos históricos um meio de resgate da memória da formação nacional**; **promover a criação e organização de sites, páginas e portais de interesse comunitário, que sirvam de referência cultural** sobre os estados, municípios, distritos, povoados e mesmo bairros periféricos, como forma de organização e ação cultural, etc. (TAKAHASHI, 2000, grifo nosso).

Passados mais de 20 anos desde a implantação do Programa Sociedade da Informação, é quase impossível não haver questionamentos, a saber: como estão os povos e comunidades tradicionais frente à utilização e o *boom* tecnológico que cerca todos os indivíduos fazendo com que seja cada vez mais improvável viver sem estas tecnologias? É possível dizer que a inclusão social e digital dos povos e comunidades tradicionais aumentaram nestas últimas décadas? Houve mudanças na estrutura social, econômica dos povos e comunidades tradicionais? Os cidadãos integrantes dos povos e comunidades tradicionais passaram realmente a exercer seus direitos de forma mais fácil?

O que se percebe é que houve mudanças significativas para o desenvolvimento social, econômico, científico, educacional, etc. em todo o país. A Internet chegou aos lugares mais remotos e, ainda, mesmo diante de uma infraestrutura tecnológica precária, as pessoas tiveram condições de adquirir tecnologias através de programas e de políticas sociais, etc., mas não se pode dizer que todos estão inseridos na Sociedade da Informação, proposta há mais de 20 anos.

Quanto ao exercício da cidadania bem como a promoção do bem-estar social destes povos e comunidades tradicionais aqui abordadas, o MPMG explica que é sempre um grande desafio assegurar a garantia da cidadania principalmente para estes grupos em questão, uma vez que, boa parte dos integrantes destas comunidades ainda se encontra na invisibilidade, “silenciadas por pressões econômicas, fundiárias, processo de discriminação e exclusão social” (MINISTÉRIO..., 2019).

5. As TIC e a preservação da memória e da identidade cultural nas comunidades tradicionais

E quanto a preservação e disseminação da memória e da identidade cultural destes povos e comunidades? É possível dizer que as TIC têm auxiliado no processo conforme uma das metas estabelecidas pelo Programa Sociedade da Informação? De que forma? Tais questões em conformidade ao proposto neste trabalho, serão abordadas em seguida.

Candau (2012) explica que a memória e a identidade estão “indissolúvelmente ligadas” e que preservar a memória é preservar a identidade de um povo, grupo, nação. Candau afirma que:

a memória, ao mesmo tempo em que nos modela, é também por nós modelada. Isso resume perfeitamente a dialética da memória e a da identidade que se conjugam, se nutrem mutuamente, se apoiam uma na outra para produzir uma trajetória de vida, uma história, um mito, uma narrativa, ao final resta apenas o esquecimento (CANDAU, 2012:16).

A memória compreendida e abordada aqui, é a explicada por Le Goff:

A Memória, como propriedade de conservar certas informações, remete-nos em primeiro lugar a um conjunto de funções psíquicas, graças às quais o homem pode utilizar impressões ou informações passadas, ou que ele representa como passadas (LE GOFF, 2003:419).

Sobre o conceito de identidade, Hall apresenta três concepções: a primeira na perspectiva do sujeito do iluminismo, a segunda pela perspectiva do sujeito sociológico e a terceira na perspectiva do sujeito pós-moderno.

O sujeito do iluminismo estava baseado numa concepção da pessoa humana como um indivíduo totalmente centrado, unificado, dotado das capacidades de razão, de consciência e de ação, cujo centro consistia num núcleo interior, [...]. A noção de sujeito sociológico refletia a crescente complexidade do mundo moderno e a consciência de que esse núcleo interior do sujeito não era autônomo e autossuficiente, mas era formado na relação com ‘outras pessoas

importantes para ele', que mediavam para o sujeito os valores, os sentidos e os símbolos – a cultura – dos mundos que ele/ela habitava. (HALL, 2019:10-11).

Sobre o Sujeito Pós-moderno, Hall explica que ele está relacionado com um “[...] processo de identificação, através do qual nos projetamos em nossas identidades culturais, tornou-se mais provisório, variável e problemático” (HALL, 2019:11).

Nesta perspectiva, a identidade não é algo fixo ou permanente que pode ser transformado de forma contínua, relacionando-se com a forma em que cada indivíduo é representado pelos sistemas culturais (HALL, 2019).

Corroborando com tal pensamento de uma identidade na perspectiva do sujeito pós-moderno, Bauman fala que o indivíduo se torna consciente de que “[...] o ‘pertencimento’ e a ‘identidade’ não têm solidez de uma rocha, não são garantidos para toda a vida, são bastante negociáveis e revogáveis [...]” (BAUMAN, 2005:17).

De forma breve, pode-se compreender que existem aspectos da identidade que permanecem no sujeito, independente do tempo, das gerações, pois elas contêm (que passem como existem) aspectos que são modificados e atualizados devido às próprias culturas nas quais emergem. Tudo isto depende muito do que o indivíduo resolve “incorporar”, ou tomar para si em sua própria identidade. Neste sentido, existiriam a identidade cultural de uma nação, povo, sociedade e a identidade de cada indivíduo.

Já é sabido que as pessoas sempre tiveram a preocupação em transmitir ou registrar de alguma forma suas informações. Se antes a tradição familiar, cultural era repassada para outras gerações de forma oral, com o surgimento das TIC, impulsionadas pela Sociedade da Informação, este processo ficou ainda mais facilitado, quando da sua possibilidade de aquisição e do conhecimento necessário para o seu acesso e uso.

Percebe-se então que as TICs vêm modificando a forma dos grupos se organizarem e preservarem suas tradições, suas memórias e, conseqüentemente, sua identidade cultural. Por meio da análise realizada na RSL, precisamente, nos artigos da área da CI, indexados pela BRAPCI, no período de 2016 a 2021, buscou-se analisar, se, e como, as comunidades tradicionais estão utilizando as TIC para a preservação da sua memória/identidade cultural.

E mais, no período referenciado pouco se publicou a respeito da utilização/da aplicação das TIC na preservação da memória das comunidades e povos tradicionais. Conforme pode ser verificado no Quadro 1, apenas 5 artigos foram considerados elegíveis para análise.

Quadro 1 – Artigos elegíveis/analizados

TÍTULO/ AUTORES/ ANO	RESUMO
Memória oral em documentário: as tradições culturais na Comunidade Sítio Minguiriba, Floresta Nacional Do Araripe, Crato - Ceará./ Francisca Eugenia Gomes Duarte; Cícera Soares da Silva e Ariluci Goes Elliott / 2018	Tem como objetivo geral contribuir para a valorização das memórias das tradições culturais da Comunidade do Sítio Minguiriba, Crato, Ceará, a partir do levantamento de registros orais produzidos pela comunidade. [...] fizemos o registro das informações orais (em áudio e vídeo), que foram transcritas e constituíram um arquivo da memória oral. [...] Ações serão implementadas no sentido de possibilitar a abertura de um ambiente de informação onde a comunidade tenha acesso à biblioteca e cursos educativos que tragam transformações à realidade vigente na comunidade. Palavras-chave: Memória. Identidade. Comunidade Minguiriba.
Lugares de memória em rede: o caso da página “Recife de antigamente” / João Pedro Silva Albuquerque, Célio Andrade Santana e Amanda Maria de Almeida Nunes/ 2018	Esta pesquisa tem como objetivo analisar a página do Facebook, “Recife de Antigamente”, e as redes sociais virtuais, enquanto lugares de memória. Estes espaços são utilizados para o compartilhamento e preservação da memória desta cidade brasileira. [...] As narrativas criadas pelos próprios usuários trazem uma percepção mais rica do próprio lugar de memória em si ao mesmo tempo que leva este tipo de conteúdo em uma forma mais familiar ao usuário do Facebook.
Natureza viva: a presença das comunidades tradicionais na Rádio Nacional da Amazônia / Cláudio Chaves Paixão e Amanda Maurício Pereira Leite / 2021	Este estudo propõe apresentar algumas discussões conceituais sobre comunidades tradicionais [...]. O trabalho aborda a criação da emissora como ferramenta de segurança nacional do governo militar e procura mostrar como a sua programação foi evoluindo com o objetivo de falar com as diferentes comunidades tradicionais que vivem na Região Amazônica [...] Palavras-chave: Comunidade Tradicional. Rádio Nacional da Amazônia. Natureza viva
Redes sociais <i>online</i> como espaços de memória: uma visão a partir da página “Recife de antigamente” / Paula Wivianne Quirino dos Santos e João Pedro Silva Albuquerque / 2017	Debate as redes sociais <i>online</i> como espaços de memória. Discute-se acerca da relação entre memória e informação para, posteriormente, refletir sobre o conceito de memória e sua relação com identidade, sociedade, memória coletiva e espaços de registro de memória. Por fim, traz uma análise da página do Facebook “Recife de antigamente” com a finalidade de mostrar, de forma introdutória, como é a dinâmica de um espaço destinado à memória local em um ambiente virtual e global.
Memória, identidade e digitalização de bens culturais: o legado da Missão de Pesquisas Folclóricas no Brasil / Urbano Lemos Jr. E Vicente Gosciola / 2020	[...] Deste modo, o objetivo do artigo é alumbrar sobre os novos procedimentos de conservação, divulgação e difusão de bens culturais na contemporaneidade. A metodologia empregada foi a de analisar tanto a formatação de um produto físico com materiais digitalizados quanto o desenvolvimento de uma plataforma web com possibilidades significativas para a preservação e difusão de bens culturais. O estudo recorre a teoria da modernidade tardia para dissertar sobre o caráter de continuidade de tradições

	<p>que são reincorporadas e reinventadas no ciberespaço. Os resultados da pesquisa buscaram ampliar o debate sobre a importância da digitalização de documentos sobre patrimônios culturais e sua conseqüente preservação. Conclui-se, portanto, que a digitalização pode tornar-se um repositório capaz de conservar e difundir os valores culturais de um patrimônio, contribuindo com a preservação de memórias e a formação de identidades.</p> <p>Palavras-chave: Ciência Social Aplicada. Comunicação. Tecnologia da Informação. Digitalização. Memória. Identidade Cultural. Missão de Pesquisa Folclórica</p>
--	---

Fonte: Dados da pesquisa (2022).

No entanto, mesmo apresentando poucos resultados, é possível verificar que algumas das comunidades objetos do estudo já estão utilizando ou já desenvolveram propostas para a utilização de alguma TIC/TDIC com a finalidade de garantir a preservação de sua memória e de sua identidade cultural, a exemplo dos artigos analisados no Quadro 1.

Porquanto, pode-se constatar que as TIC/TDIC já estão sendo utilizadas para a preservação da memória dos povos e comunidades tradicionais, por meio da criação e manutenção de programas de rádio, produções midiáticas em suporte digital, *sites*, *blogs* e repositórios, possibilitando, além da sua preservação, a disseminação de sua memória e de sua identidade cultural de uma maneira mais fácil, rápida e ampla, sendo que tais esforços representam uma forte característica e também uma meta da Sociedade da Informação.

Durante a análise dos trabalhos recuperados, observou-se uma grande quantidade de artigos que tratavam a questão da “Preservação da memória” de uma forma geral, abordando instituições, cidades, grupos e comunidades tradicionais e não tradicionais, mas neles não havia uma vinculação à utilização das TIC. Ou seja, não havia uma aplicação do uso das TIC envolvida no processo da preservação da memória abordada no trabalho.

Destarte, observou-se trabalhos que abordavam o uso de alguma TIC para a preservação da memória ali tratada, mas não estavam vinculados ou relacionados aos povos e comunidades aqui referenciadas.

Muitos deles abordaram a importância da preservação vinculando à História oral como uma estratégia para registrar e preservar a memória. Já outros realizaram, ao final das entrevistas, um documentário, ou seja, criaram um produto midiático. Contudo, nenhum desses trabalhos apresentou, como proposta, a aplicação de alguma outra TIC/TDIC para auxiliar no registro, preservação, disseminação e acesso da memória de suas informações.

Verificou-se ainda que o termo “povo” ou “comunidade tradicional” é pouco utilizado nas representações dos trabalhos em CI. Vale registrar, ainda, que alguns trabalhos foram recuperados devido à utilização de um termo que representasse cada povo ou comunidade, a exemplo do termo quilombolas, índios, indígena, etc., mas mesmo assim os resultados não apresentaram uma significativa mudança no percentual de (uma grande mudança em termos de quantidade de) trabalhos recuperados.

Infere-se que essa pouca recuperação pode ser devido ao recorte temporal estabelecido, que foi de 5 anos (2016 a 2021), mas pretende-se, numa próxima pesquisa, aumentar este recorte para 10 anos, com o intuito de verificar se o número de trabalhos recuperados é maior.

6. Considerações finais

A proposta deste estudo foi identificar a utilização das TIC/TDIC na preservação da memória e da identidade cultural das comunidades tradicionais por meio dos trabalhos publicados na área da CI e indexados pela BRAPCI no período de 2016 a 2021.

Enfatiza-se que o intuito aqui não foi o de saber se existia ou não a produção científica a respeito da preservação da memória com o uso das TIC dessas comunidades, nem tão pouco verificar se os trabalhos em CI abordavam, propunham ou aplicavam as TIC na preservação de tais memórias, o que merece ser registrado até mesmo por compreender que os estudos científicos, na área da CI, são estruturados e alinhados, em sua maioria, a mestrados e doutorados acadêmicos, nos quais não é obrigatória a criação, propositura ou aplicação de um produto final.

Neste sentido, pôde-se verificar que existem poucos trabalhos que possuem no seu escopo a relação uso da TIC/TDIC na preservação da memória das comunidades e povos tradicionais na área da CI. A pouca existência da produção recuperada pode estar relacionada ao recorte temporal estabelecido ou a escolha da base pesquisada.

No entanto, mesmo com poucos trabalhos recuperados foi possível verificar que as comunidades e povos tradicionais vêm utilizando as TIC/TDIC a fim de preservar suas memórias, suas tradições, registrar suas festividades, e conseqüentemente os aspectos de sua identidade cultural por meio da criação de produções midiáticas em suporte digital, *sites*, *blogs* e repositórios, respondendo, deste modo, à questão central do presente estudo.

Além da preservação, ressalta-se que os povos e comunidades tradicionais têm utilizado as TIC também como uma forma de dar ampla visibilidade às memórias, tradições e costumes de seus grupos, e como uma forma de exigir do Estado e da Sociedade o respeito devido e o direito ao exercício pleno da cidadania.

É sabido que as Tecnologias aqui mencionadas são ferramentas que já estão sendo bastante utilizadas com o intuito de preservar a memória, disseminar, possibilitar e facilitar o acesso e uso às informações em vários contextos.

Verificando-se também que essas Tecnologias, se bem implementadas pelos indivíduos, grupos e comunidades, podem impactar positivamente não apenas no sentido da preservação da memória/identidade cultural, mas também no que diz respeito aos aspectos econômicos, à promoção de bem-estar e ao exercício da cidadania para os indivíduos que fazem parte destes grupos/comunidades.

Referências bibliográficas

ALBUQUERQUE, J. P. S.; SANTANA, C. A.; NUNES, A. M. A.

2018 Lugares de memória em rede: o caso da página Recife de antigamente. In ENANCIB - ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 19º, Londrina 2018 – *Anais*. [Em linha]. 2018. [Consult. 18 fev. 2022]. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/103064>.

BAUMAN, Z.

2005 *Identidade : entrevista a Benedetto Vecchi*. Rio de Janeiro: Zahar, 2005.

BRASIL. Leis, decretos, etc.

2007 *Decreto nº 6.040, de 7 de fevereiro de 2007*. Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais. [Em linha]. Brasília, DF : Presidência da República, 2007. [Consult. 8 fev. 2022]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2007-2010/2007/decreto/d6040.htm.

BUFREM, L. S.; SANTOS, S. de F.

2009 Ciência da informação e uso metodológico da etnografia. *ETD : Educação Temática Digital*. {Em linha}. 11:1 (jul./dez. 2009) 148-174. [Consult. 8 jan. 2022]. Disponível em: https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/etd/article/view/921/pdf_106.

CANDAU, J.

2012 *Memória e identidade*. Trad. Maria Leticia Ferreira. São Paulo : Contexto, 2012.

DUARTE, F. E. G.; SILVA, C. S.; ELLIOTT, A. G.

2018 Memória oral em documentário : as tradições culturais na comunidade sítio Minguiriba, floresta nacional do Araripe, Crato - Ceará. In ENANCIB - ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 19º, Londrina 2018 – *Anais*. [Em linha]. 2018. [Consult. 18 fev. 2022]. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/103675>.

GALVÃO, M. C. B.; RICARTE, I. L. M.

2019-2020 Revisão Sistemática da Literatura : conceituação, produção e publicação. *Logeion : Filosofia da informação*. [Em linha]. 6:1 (set. 2019/fev. 2020) 57-73. [Consult. 10 fev. 2022]. Disponível em: <https://sites.usp.br/dms/wp-content/uploads/sites/575/2019/12/Revis%C3%A3o-Sistem%C3%A1tica-de-Literatura.pdf>.

LE GOFF

2003 *História e memória*. 5ª ed. Campinas, SP: Unicamp, 2003.

HALL, S.

2019 *A Identidade cultural na pós-modernidade*. 12ª ed. Rio de Janeiro : Lamparina, 2019.

LEMONS JÚNIOR, U.; GOSCIOLA, V.

2020 Memória, identidade e digitalização de bens culturais : o legado da missão de pesquisas folclóricas no Brasil. *Em Questão*. {Em linha}. 26 (2020) 181-205. [Consult. 15 fev. 2022]. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/EmQuestao/article/view/105876>.

MINISTÉRIO PÚBLICO DE MINAS GERAIS

2019 Coordenadoria de Inclusão e Mobilização Sociais: Direitos dos povos e comunidades tradicionais. [Em linha]. Belo Horizonte-MG: MPMG, [2019]. [Consult. 13 fev. 2022]. Disponível em: <https://conflitosambientaismg.lcc.ufmg.br/wp-content/uploads/2014/04/Cartilha-Povos-tradicionais.pdf>.

PAIXÃO, C. C.; LEITE, A.M.P.

2021 Natureza viva: a presença das comunidades tradicionais na rádio nacional da amazônia. *Comunicação & Informação*. {Em linha}. 24 (2021). [Consult. 18 fev. 2022]. Disponível em: <https://revistas.ufg.br/ci/article/view/62806/37856>.

REVISTA EXAME

2021 *Revista Exame. Seção Tecnologia*. [Em linha]. (abr. 2021). [Consult. 14 fev. 2022]. Disponível em: <https://exame.com/tecnologia/no-pre-covid-brasil-tinha-12-mi-de-familias-sem-acesso-a-internet-em-casa/>.

SANTOS, P. W. Q. D.; ALBUQUERQUE, J. P. S.

2017 Redes sociais online como espaços de memória : uma visão a partir da página “Recife de antigamente”. *Biblionline*. [Em linha]. 13:3 (2017) 107-121. [Consult. 18 fev. 2022]. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/biblio/article/view/35875>.

SOUZA, V.

2022 *Gente do campo : descubra quais são os 28 povos e comunidades tradicionais do Brasil*. [Em linha]. 29 jan. 2022. [Consult. 13 nov. 2022]. Disponível em: <https://g1.globo.com/economia/agronegocios/agro-a-industria-riqueza-do-brasil/noticia/2022/01/29/gente-do-campo-descubra-quais-sao-os-28-povos-e-comunidades-tradicionais-do-brasil.ghtml>.

TAKAHASHI, T., org.

2000 *Sociedade da informação no Brasil : Livro verde*. Org. Tadao Takahashi. Brasília : Ministério da Ciência e Tecnologia, 2000.

Edson Marques Almeida Monteiro | edsmarq@gmail.com

Universidade Federal da Paraíba (UFPB), Brasil

Izabel França de Lima | belbib@gmail.com

Universidade Federal da Paraíba (UFPB), Brasil

Júlio Afonso Sá de Pinho Neto | sadepinhojulio@gmail.com

Universidade Federal da Paraíba (UFPB), Brasil

A ESTRUTURA ORGÂNICO-FUNCIONAL DO INSTITUTO SUPERIOR DE CONTABILIDADE E ADMINISTRAÇÃO DO PORTO (ISCAP) DESDE A SUA INTEGRAÇÃO NO INSTITUTO POLITÉCNICO DO PORTO: estudo de caso

THE ORGANIC-FUNCTIONAL STRUCTURE OF THE INSTITUTO SUPERIOR DE CONTABILIDADE E ADMINISTRAÇÃO DO PORTO (ISCAP) SINCE ITS INTEGRATION IN INSTITUTO POLITÉCNICO DO PORTO: case study

Cláudia Susana Pinto | Milena Carvalho

<https://doi.org/10.21747/21836671/pag19a2>

Resumo: Realizou-se um estudo da estrutura orgânico-funcional do Instituto Superior de Contabilidade e Administração do Porto (ISCAP), desde a sua integração no Instituto Politécnico do Porto (IPP) até à atualidade, para o qual foi realizado um breve enquadramento histórico e o levantamento da sua orgânica no sentido de confirmar se a produção documental no ISCAP é organizada segundo critérios arquivísticos, através da análise da produção, conservação e eliminação da informação pela instituição, com foco nos seus Órgãos de Gestão e nos seus Serviços. Recorreu-se ao método quadripolar, no âmbito da Ciência da Informação, assente em quatro polos: o polo epistemológico, que constitui o paradigma científico, instância superior imbricada no aparato teórico e institucional, origem do conhecimento científico e informacional; o polo teórico, onde estarão incluídos a hipótese, os objetivos do estudo, a revisão da literatura, os documentos ativos, os regulamentos, os estatutos e os organogramas; o polo técnico, que abrange todos os procedimentos técnicos a realizar para o estudo - pesquisa documental, técnicas de recolha dos dados, guião da entrevista, elaboração do questionário, pesquisa de documentos; e o polo morfológico, onde se incluem a análise do conteúdo dos documentos textuais, o tratamento quantitativo e qualitativo dos dados da entrevista e questionários, conclusões e propostas de melhorias.

Palavras-chave: Estrutura orgânico-funcional; ISCAP; Método quadripolar; Sistema de Informação Arquivo.

Abstract: A study of the organic-functional structure of the Superior Institute of Accounting and Administration of Porto (ISCAP), since its integration into the Polytechnic Institute of Porto until today, for which a brief historical framework was conducted and the survey of its organic structure in order to confirm whether the document production in ISCAP is organized according to archival criteria, through the analysis of production, preservation and disposal of information by the institution, focusing on its Management Bodies and its Services. The quadripolar method was used, within the scope of Information Science, based on four poles: the epistemological pole, which constitutes the scientific paradigm, a superior instance imbricated in the theoretical and institutional apparatus, origin of scientific and informational knowledge; the theoretical pole, where the hypothesis, the study objectives, literature review, active documents, regulations, statutes and organizational charts are included; the technical pole, which covers all the technical procedures to be carried out for the study: documentary research, data collection techniques, interview script, questionnaire development, document research; and the morphological pole, where the content analysis of textual documents, quantitative and qualitative treatment of interview and questionnaire data, conclusions and proposed improvements are included.

Keywords: Functional-organic structure; ISCAP; Quadripolar method; Archive Information System.

Introdução

O Instituto Superior de Contabilidade e Administração do Porto (ISCAP) passou por várias mudanças, influenciadas por diversos contextos sociais, políticos e económicos, desde as suas origens, no Instituto Industrial e Comercial do Porto, em 1886, até ao Instituto que

hoje conhecemos. Para a realização deste trabalho considerámos que o estudo da evolução organizacional do ISCAP, numa perspetiva diacrónica, constituía um valioso instrumento de apoio à gestão institucional atual e futura desta instituição. Era necessário conhecer e compreender o ISCAP ao nível da sua orgânica para perceber e descrever as mudanças que se verificaram na sua estrutura, com o propósito de se realizar a análise da evolução orgânico-funcional da entidade produtora da documentação, pois esta constitui uma etapa indispensável à fundamentação do conhecimento do sistema de informação Arquivo, já que este tem sob a sua custódia a documentação produzida no ISCAP. O facto de a integração no Instituto Politécnico do Porto constituir um marco importante na história, organização e oferta formativa do ISCAP, contribuiu para a seleção deste período específico. Determinado o período era fundamental definir os departamentos alvo para a investigação: os Órgãos de Gestão e os Serviços do Instituto, devido a serem os órgãos de decisão e de produção de informação transversal a toda a instituição. Tornava-se essencial saber como são compostos ao nível estrutural e funcional, dada a interdependência existente entre o órgão produtor de documentação e as funções que lhe são atribuídas (COLLET, 2012). Para uma recolha de informação mais precisa foi necessário o foco particular no Serviço do Centro de Documentação e Informação (CDI), composto pelo Arquivo, Biblioteca e Reprografia, com especial relevância para o Arquivo, por ser o serviço responsável pela gestão e eliminação da informação, ou a sua conservação definitiva, com relevância indispensável do ponto de vista da memória institucional do ISCAP.

A informação sobre a composição, funções e competências dos Órgãos de Gestão e dos Serviços do ISCAP está disponível no Manual da Qualidade do Instituto, no seu sítio na Internet (ISCAP, 2020) e no *Regulamento Orgânico dos Serviços e do Organograma do ISCAP*, aprovado pela Resolução ISCAP/CA-02/2017.

Os Órgãos de Gestão são constituídos pela Presidência, Conselho de Administração, Conselho Técnico-Científico, Conselho Pedagógico e Conselho Consultivo.

O Conselho Consultivo foi constituído com o objetivo de audição de personalidades representantes das autarquias, organizações empresariais e outras, externas ao ISCAP, pelo que não foi incluído neste estudo.

Os Serviços do ISCAP abrangem vários departamentos, que podem ser consultados no organograma da instituição. São os seguintes: Centro de Documentação e Informação (CDI); Centro de Formação e Serviços ao Exterior (CEISCAP); Centro de Informática; Divisão Académica (DA) / Loja do Estudante; Divisão de Gestão de Pessoas (DGP); Gabinete Alumni; Gabinete de Ambiente e Simulação Empresarial (GASE); Gabinete de Apoio à Inovação em Educação (GAIE); Gabinete de Apoio a Projetos (GAP); Gabinete de Comunicação e Relações Públicas (GCRP); Gabinete de Estágios e Empregabilidade (GEE); Gabinete de Planeamento, Avaliação e Melhoria Contínua (GAMC); Gabinete de Relações Internacionais (GRI); Gabinete do Património (GP); Gabinete Jurídico (GJ); Secretariado de Apoio aos Docentes (SAD); Secretariados de Apoio aos Órgãos (SAO); Serviço Auxiliar (SAU); Serviço de Contabilidade (SDC); Serviço de Expediente e Arquivo (SEA); Serviço de Manutenção (SDM) e Tesouraria (SDT).

A questão de partida deste trabalho de investigação foi:

- Como tem sido afetada a estrutura orgânico-funcional do ISCAP pelas várias mudanças desde que foi integrado no IPP, em 1988, sob a perspetiva da gestão da informação?
- A hipótese que se impôs naturalmente foi: a produção documental no ISCAP é organizada segundo critérios arquivísticos.
- Deste modo, o objetivo geral deste estudo foi prontamente definido: confirmar que a estrutura orgânico-funcional existente no ISCAP, na atualidade, é adequada à instituição, através da análise da produção, conservação e eliminação da informação, com foco nos seus Órgãos de Gestão e nos Serviços, com destaque particular para o Arquivo, pois, através do estudo do arquivo é possível conhecer o contexto, o conteúdo e os intervenientes que estiveram na origem da produção da documentação e os departamentos a que pertencem, possibilitando assim a obtenção de informações pertinentes relativamente à contextualização dos documentos e à forma como são tratados, avaliados e conservados ou eliminados pela instituição.

Os objetivos específicos, surgidos com base neste objetivo geral, foram:

- - Conhecer o contexto orgânico e funcional de produção informacional do ISCAP, de modo a compreender a relação da informação com as funções desempenhadas;
- - Identificar procedimentos relativos à avaliação da informação (conservação e eliminação).

Foi realizada a consulta de legislação, dos estatutos e da história mais recente do ISCAP para enquadramento do tema; a pesquisa bibliográfica, com o levantamento de dezenas de referências bibliográficas, análise e respetivo cruzamento de informação para a fundamentação teórica da gestão da informação e a sua relação com a estrutura orgânico-funcional da organização, com incidência na teoria sistémica e no método quadripolar, no âmbito da Ciência da Informação.

Abordagem de investigação / Metodologia e técnicas de recolha de dados

Para dar resposta à questão da investigação foi adotada a metodologia quadripolar, no âmbito da qual foi concebido e desenvolvido todo o percurso deste trabalho. Para Silva e Ribeiro (2008) esta é uma metodologia adequada à especificidade das ciências sociais, dentro das quais cabe a Ciência da Informação, já que, como defendem:

«o método quadripolar constitui-se como um dispositivo de investigação complexo, por exigência de um conhecimento que está longe de ser “unidimensional”, desprovido de variáveis ou circunscrito apenas à tecnicidade dos procedimentos standard (...), e que, bem pelo contrário, abarca toda a fenomenalidade informacional cognoscível. (...) Segundo este

modelo, a investigação científica não pode ser restringida a uma visão meramente tecnológica ou instrumental, devendo ser perspectivada por forma a superar-se o debate “tradicional” entre “quantitativo” e “qualitativo” e por forma ainda a promover-se o fecundo intercâmbio interdisciplinar» (p. 86).

A abordagem adotada foi, portanto, de natureza qualitativa, própria dos estudos de caso, e, nessa medida, assumiu características operatórias que se inserem no polo técnico do método quadripolar. É justamente no polo técnico que se validam ou refutam as teorias e os conceitos formulados e, para o efeito, se desenvolve uma avaliação retro-prospetiva, sempre reportada aos polos teórico e epistemológico. O estudo apresentava-se com caráter exploratório, já que envolveu o levantamento bibliográfico e análise de caso (VIANELLO, 2017).

O Método Quadripolar

Surgido na década de 70, do século passado, pela obra dos belgas Paul de Bruyne, Jacques Herman e Marc de Schoutheete, este método foi recuperado pelos autores portugueses da Escola do Porto, Armando Malheiro da Silva e Fernanda Ribeiro, pois, segundo os mesmos, é o método de investigação mais adequado à realização de estudos de cariz qualitativo, aplicados em concreto ao estudo da informação social estruturada em sistemas (semi-) fechados – os arquivos – que se aproximam dos parâmetros vigentes no campo das ciências sociais, nomeadamente do âmbito da Ciência da Informação e, particularmente, da Arquivística (BRAGA, 2013). Devido à complexidade do método arquivístico como dispositivo de investigação, por exigência de um conhecimento repleto de variáveis, multidimensional, ou de estar circunscrito aos procedimentos técnicos padronizados, como a ordenação, a descrição, instalação ou colocação de cotas nos documentos, e que engloba toda a realidade arquivística, é através do método quadripolar que, no campo da Ciência da Informação, se adequa o sujeito, que conhece, ao objeto que tem “em mãos” (RIBEIRO e FERNANDES, 2001).

Os quatro polos do método quadripolar são:

Polo epistemológico: Constitui o paradigma científico, instância superior imbricada no aparato teórico e institucional – a comunidade científica, as suas escolas, institutos, os seus referentes políticos, ideológicos e culturais. A origem do conhecimento científico e informacional, opera-se através da permanente construção do objeto científico e da delimitação da problemática da investigação (SILVA *et al.*, 2009). Exerce uma função de vigilância crítica durante todo o processo de investigação, «em última instância, define as regras de produção e de explicação dos factos bem como de compreensão e de validação das teorias» (TERRA, 2014:48).

Polo teórico: Representa a postulação de leis, a formulação de hipóteses, a descrição de soluções provisórias para os problemas, as teorias e os conceitos operatórios e conseqüente confirmação ou refutação do contexto teórico. É confrontada a teoria com a realidade, «ligando o plano da descoberta (aquele onde situamos o nosso ponto de partida e construímos as nossas hipóteses e teorias) e o plano da prova (onde se opera a confirmação ou refutação das hipóteses e teorias)» (TERRA, 2014:50). Aqui estão incluídos a hipótese, os objetivos do estudo, a revisão da literatura, os documentos ativos, a legislação e os regulamentos, os estatutos e os organogramas.

Polo técnico: Aqui «o investigador toma contacto, por via instrumental, com a realidade objectivada» (SILVA *et al.*, 2009:223). Este polo controla a recolha dos dados e coloca-os em confronto com a teoria que foi suscitada (SILVA, 2014). Os dados são transformados em informação relevante para a problemática da investigação e têm de ser pertinentes em relação às hipóteses formuladas no polo teórico para poderem assumir o papel de factos, servindo, então, de confirmação ou de refutação dessas hipóteses (TERRA, 2014). São realizados os procedimentos técnicos de recolha de dados para se chegar aos resultados da investigação: recolha dos dados históricos e institucionais, leis e regulamentos, descrição do funcionamento interno do arquivo através da elaboração do guião e realização da entrevista, inquéritos por questionário aos funcionários dos órgãos de gestão e dos serviços. É de salientar a importância deste polo para o sucesso da investigação, pois joga-se a «capacidade probatória (verificação ou refutação do “contexto teórico”) do dispositivo metodológico, que nada tem a ver com uma “mera” listagem arrumada/classificada intelectualmente (à revelia da lógica indutiva e à maneira de um processo dedutivo inconsequente)» (SILVA e RIBEIRO, 2008:88).

Polo morfológico: Aqui são apresentados os resultados da investigação. «Trata-se, portanto, de um momento fundamental, simultaneamente quadro operatório, prático, da representação, da elaboração e da estruturação dos objetos científicos (...)» (TERRA, 2014:62). É feita a exposição de todo o processo de investigação, a organização e apresentação dos dados recolhidos e a análise dos resultados «devidamente crivados no polo teórico e aferidos no polo epistemológico, o que ilustra, aliás, o pendor interactivo da investigação quadripolar» (SILVA *et al.*, 2009:224). No polo morfológico os resultados obtidos são comparados com os resultados esperados através da formulação da hipótese no polo teórico, com base na análise dos dados obtidos através dos questionários, da entrevista e sua análise de conteúdo e das fontes documentais.

Técnicas de recolha de dados

As técnicas de recolha de dados foram, como já referido, a pesquisa documental (regulamentos internos, legislação) os inquéritos por questionário aos Órgãos de Gestão e Serviços do ISCAP e por entrevista estruturada, com um guião predeterminado e no qual não convém existirem desvios (MARCONI e LAKATOS, 2003), com perguntas maioritariamente semiabertas e fechadas, à responsável e à assistente técnica do CDI – Arquivo, para a recolha mais aprofundada da informação sobre o funcionamento do arquivo.

A entrevista

O guião da entrevista à responsável do Arquivo foi elaborado com base nas atribuições e competências do Arquivo, descritas no Regulamento do CDI¹ e na Portaria n.º 12/2008, de 3 de janeiro – que aprova o Regulamento de Conservação e Arquivístico do Instituto Politécnico do Porto (IPP) – documentos estudados com o objetivo de conhecer o Arquivo e o enquadramento legal das suas atribuições e competências e a legislação em vigor acerca da conservação e eliminação da informação. Da Portaria n.º 12/2008 constam as tabelas

¹ Despacho ISCAP/PR-047/2019.

de seleção, isto é, a «relação dos documentos de arquivo de um organismo que estabelece os que devem ter conservação permanente e fixa os prazos e condições de eliminação dos restantes» (PORTUGAL, 2008:98-102) e as normas a que têm de obedecer o IPP e as suas escolas superiores no que se refere à avaliação, seleção, transferência, incorporação em arquivo definitivo, substituição de suporte e eliminação da documentação produzida e recebida.

A entrevista consistiu em 26 perguntas, divididas por três grupos:

- Grupo I – referente à dimensão do contexto orgânico e funcional da entidade gestora da informação – arquivo – composto por onze questões;
- Grupo II – correspondente à organização, descrição e recuperação da informação – que compreendia onze questões;
- Grupo III – referindo-se à avaliação e seleção da informação – que apresentava seis perguntas.

O questionário

O questionário apresentado aos participantes neste estudo, 78 no total, enquanto funcionários dos Órgãos de Gestão e Serviços do ISCAP e, portanto, produtores de informação, consistiu em 28 perguntas: fechadas (dicotómicas e de escolha múltipla), semiabertas e apenas uma questão aberta, de modo a facilitar a recolha e objetividade dos dados, por um lado, e, principalmente, a não exigir aos respondentes que escrevessem demasiado, por outro lado. Foi elaborado na plataforma LimeSurvey. Os participantes no estudo tiveram a garantia de anonimato total. Quanto à estrutura do questionário, esta não diferiu da estrutura da entrevista, assim, as questões estavam divididas pelos mesmos três grupos de tópicos.

Apresentação dos resultados

A apresentação e análise dos resultados inclui-se no polo morfológico do método quadripolar. No polo morfológico ocorre uma comparação entre os resultados esperados no polo teórico e os resultados, efetivamente, obtidos na investigação.

Respostas mais relevantes obtidas na entrevista:

Tabela 1 – Respostas mais relevantes obtidas na entrevista

Grupo I – Contexto orgânico e funcional do Serviço de Documentação e Informação (CDI) – Arquivo	
Questão	Resposta
Compete ao Arquivo estabelecer e aplicar critérios de gestão documental.	A gestão documental, os critérios.... referem-se às alíneas que estão a seguir (no Regulamento do CDI – Arquivo) e à Portaria n.º 12/2008

Que critérios são esses? Pode indicar exemplos?	
Como é que esta competência é colocada em prática?	Pela legislação em vigor.
Conservar, incorporar e recuperar o património documental gerado pelo ISCAP é outra das competências do Arquivo. Que medidas são adotadas para a conservação do património?	Uma parte da conservação é logo a digitalização. Temos os processos individuais dos alunos em estantes adequadas, em estendal e algum mobiliário de gavetas. Nesse depósito temos um aspirador de ar, e equipamentos para retirar a humidade do ar para conservar os documentos.
Outra competência do Arquivo: receber e tratar toda a documentação produzida pelos Serviços. A informação recebida é toda a informação produzida nos vários departamentos, ou é feita uma triagem nos serviços produtores da informação previamente?	Sim, agora fazem uma triagem. Nós estamos a disciplinar mais os colegas. A assistente técnica vê logo, quando recebe a guia, se o documento faz sentido vir para o arquivo, já faz essa triagem. Estamos a implementar este ano. A partir de 1 de janeiro (2021) a assistente técnica já enviou um <i>email</i> a avisar, que aí vamos cumprir mesmo. Até pela falta de espaço.
Como é tratada a informação recebida?	Enviam primeiro por <i>email</i> a guia de remessa, com toda a identificação da documentação. Eles têm de preencher corretamente e pôr tudo em caixas, identificar nas caixas o que é, e o ano. Depois de verificado se está tudo em ordem, vai para o arquivo ou para outra divisão que faz parte do arquivo. A triagem tem vindo já correta para ir direta para o arquivo.
Compete ao Arquivo avaliar e organizar a documentação do fundo arquivístico do ISCAP de acordo com os sistemas de classificação definidos a partir do estudo da Instituição produtora da documentação. Existe um plano de classificação?	Nós estamos a utilizar a Portaria. Na Portaria tem o código, e à frente tem a descrição, e nós estamos a pedir que os colegas ponham essa classificação nas pastas. Os colegas têm de pôr exatamente a descrição que está na tabela de seleção para nós nos conseguirmos orientar, porque senão não sabemos o que é para eliminar e não sabemos os prazos de eliminação.
Como se promovem as transferências? Há uma sensibilização dos Serviços?	Ir falando com os serviços. Um <i>email</i> é muito impessoal. É muito importante trazer o colega do serviço e envolver as pessoas, para perceberem que tudo tem um motivo e por isso temos de começar a ser mais rigorosos.
As transferências são em papel apenas, ou em suporte digital também?	Não temos remessas de documentação digital. Só vem papel para o arquivo. Não recebemos remessas de documentos digitais.

Grupo II – Organização, descrição e recuperação da informação	
A descrição da documentação é realizada de acordo com alguma norma? Qual?	Só seguimos a descrição da Portaria (n.º 12/2008)
Usam alguma aplicação informática onde é possível aceder às descrições dos documentos que estão sob a custódia do Arquivo?	Trabalhamos com o básico excel, até à Secretaria Online e agora, este ano, a Secretaria Online já vai deixar de existir e vai passar a ser o Domus para os novos alunos
Grupo III - Seleção e avaliação da informação	
Desde 2008, (ano da Portaria n.º 12) a produção documental tem sido a mesma?	Não detetei nenhuma documentação diferente. Havia era informação mal classificada
Considera que é cumprido integralmente este Regulamento de Conservação e Arquivística do IPP aprovado pela Portaria?	Sim, totalmente.
No caso da remessa de documentos eletrónicos, quem é responsável pela verificação de todas estas formalidades? O Arquivo ou a entidade produtora da informação?	A entidade produtora da informação. O Arquivo colabora e aconselha os colegas dos Serviços. Podemos rejeitar algo que não esteja corretamente classificado.

Fonte: Elaboração própria.

Relativamente aos resultados obtidos no questionário aos funcionários dos Órgãos de Gestão e dos Serviços do ISCAP, (dos 78 funcionários a quem foi enviado o questionário, responderam 20, ou seja, obtivemos uma taxa de resposta de 25,64%) foram ao encontro dos que obtivemos na entrevista à responsável pelo Arquivo, dado que a estrutura e os grupos de questões eram os mesmos.

Análise e discussão dos resultados

- Para fazer a gestão documental, o Arquivo segue o Regulamento do CDI e a Portaria n.º 12/2008, de 3 de janeiro (que aprova o Regulamento de Conservação e Arquivístico do Instituto Politécnico do Porto e suas escolas superiores no que se refere à avaliação, seleção, transferência, incorporação em arquivo definitivo, substituição de suporte e eliminação da documentação).
 - Esta informação está dentro do que esperávamos, porque é definido um conjunto de procedimentos devidamente previstos e enquadrados na legislação em vigor.

- As medidas adotadas para a conservação do património documental são constituídas, essencialmente, pela digitalização dos documentos do arquivo e condicionadas pelas condições físicas do espaço (que são razoáveis) ao nível dos móveis com gavetas e estantes e da humidade relativa do ar, da luz e da temperatura.
 - Não há, atualmente, ações de restauro. Mas existem cuidados no acondicionamento físico de documentos do arquivo histórico.
- A documentação produzida nos vários departamentos começa a ser alvo de uma triagem prévia, pelos próprios produtores da informação, antes de ser enviada para o arquivo.
 - No passado, era ao Arquivo que competia a avaliação da documentação. Atualmente, os vários departamentos têm de estar informados de como devem fazer a avaliação da informação a transferir para o arquivo, de modo a cumprirem a legislação.
- O plano de classificação utilizado pelo Arquivo é o que consta da Portaria n.º 12/2008, isto é, na Portaria tem o código do documento e, à frente, tem a descrição, e é solicitado aos funcionários dos serviços do ISCAP que coloquem essa classificação nas pastas.
 - Não há um plano de classificação. São usadas as designações das séries identificadas na Portaria n.º 12/2008 para a classificação dos documentos enviados para o arquivo.
- Uma sugestão de melhoria indicada pela responsável do CDI seria a apresentação de uma proposta para a criação de um plano de classificação. Este plano de classificação iria minimizar as dissonâncias e erros cometidos na organização da documentação, principalmente quando saem funcionários responsáveis pelos departamentos e entram novos, com outras formas de atuação.
 - É patente a estreita relação entre documento e entidade produtora.
- Só é enviada para o arquivo informação em suporte papel. O arquivo não recebe remessas de documentação em suporte eletrónico.
 - Devido à existência de um número cada vez mais significativo de documentos digitais:
 - como serão transferidos para o Arquivo?
 - como será realizada a avaliação dessa documentação?
 - como serão organizados no arquivo sem um plano de classificação transversal a toda a instituição?
 - quem irá organizá-los?

- A produção documental tem sido a mesma desde a data da portaria n.º 12/2008, de 3 de janeiro. Não houve, desde 2008, novos tipos de documentos que pudessem ter de ser acrescentados às tabelas de seleção que acompanham a referida Portaria.
 - Portanto, conclui-se que o Regulamento de Conservação e Arquivístico do Instituto Politécnico do Porto permanece atual.
- O Regulamento de Conservação e Arquivístico do Instituto Politécnico do Porto, aprovado pela Portaria n.º 12/2008 é integralmente cumprido no ISCAP
 - Como não podia deixar de ser – é legislação e, portanto, obrigatória.
- Da totalidade dos respondentes do questionário, apenas 20% responderam estar familiarizados com a Portaria n.º 12/2008.
 - Esta informação é importante pois, convém salientar que, tendo em conta que a avaliação da informação é realizada por cada departamento produtor da informação, conforme os dados obtidos na entrevista, só uma pequena percentagem dos respondentes está familiarizado com a Portaria n.º 12/2008, que serve de base à avaliação da informação.
- Somente 30% dos respondentes ao questionário indicaram que a descrição da informação é realizada de acordo com uma norma de descrição.
 - Estes dados sugerem-nos que não há normas de descrição aplicadas e/ou existe um desconhecimento generalizado do que são normas de descrição de documentos. Verificamos que os diferentes departamentos do ISCAP utilizam as normas de descrição que conhecem, consoante o que consideram apropriado ou suposto adotar.

Conclusão

Neste estudo de caso desenvolveram-se todas as fases que constituem o processo investigativo, desde a formulação da hipótese e delimitação dos objetivos, até à recolha de dados e interpretação dos resultados, devidamente enquadradas pelo método quadripolar.

O estudo orgânico-funcional do ISCAP, desde a sua integração no IPP, em 1988, com base na legislação, regulamentos e organogramas permitiu perceber que, organicamente, esta instituição não foi substancialmente alterada desde essa data. As necessidades que surgiram ao longo dos anos foram sendo colmatadas com a criação de novos serviços, fusão de departamentos e, acima de tudo, um crescimento na oferta formativa, a nível da quantidade e, mais importante, da qualidade.

Na entrevista à responsável pelo Arquivo foi possível identificar mudanças significativas no Arquivo. Apesar dessas mudanças e dos esforços que têm vindo a ser realizados no sentido

de colmatar a falta de funcionários e de espaço físico, bem como a aposta na digitalização da documentação, existe um fraco alinhamento de procedimentos e de normas estabelecidas, entre os vários departamentos da instituição, no que à organização da informação diz respeito.

Os Serviços e os Órgãos de Gestão poderiam estar mais sensibilizados para a importância da gestão da informação. A não existência de um plano de classificação e de normas de descrição da documentação produzida no seio da instituição e a dispersão da informação por diferentes departamentos e plataformas poderão ocasionar situações que provocam ineficácia na recuperação da informação, redundâncias, perda de oportunidades relativamente aos objetivos da instituição e, portanto, em última instância, poderemos assistir a um desalinhamento entre a informação e a estratégia da instituição.

Constatámos que a estrutura pluricelular do ISCAP se reflete no Arquivo. Este recebe a documentação proveniente dos vários departamentos produtores da instituição já previamente avaliada, classificada segundo a Portaria n.º 12/2008, e selecionada pelos mesmos, não tendo, deste modo, o controlo absoluto de todo o processo. Os funcionários dos Órgãos de Gestão e dos Serviços, que possuem documentação integrada no arquivo, têm o seu próprio método de organização. Esta situação cria entraves à gestão da informação em toda a instituição.

Sobre a hipótese colocada, podemos afirmar que o Arquivo tem feito um esforço para melhorar as práticas de gestão de informação no que concerne também às práticas de sensibilização dos responsáveis dos departamentos para a necessidade de adotarem procedimentos mais eficazes, sobretudo no que diz respeito ao cumprimento do regulamento arquivístico.

Acreditamos que a centralização da informação no Arquivo e sob a sua responsabilidade, a elaboração de um plano de classificação da informação e a designação do Arquivo como serviço autónomo constituem melhorias fundamentais a implementar.

Referências bibliográficas

BRAGA, Inês

2013 *A Literacia da informação no ensino politécnico: competências e práticas numa Escola Superior*. Porto, 2013.

Tese de doutoramento em Informação e Comunicação em Plataformas Digitais – Universidade do Porto.

COLLET, Aude

2012 Le Plan de classement des documents dans un environnement électronique: concepts et repères. *La Gazette des archives*. [Em linha]. 228:4 (2012). [Consult. 2 dez. 2019]. Disponível em: <https://doi.org/10.3406/gazar.2012.4998>.

ISCAP - INSTITUTO SUPERIOR DE CONTABILIDADE E ADMINISTRAÇÃO DO PORTO

2020 Instituto Superior de Contabilidade e Administração do Porto. [Em linha]. 2020. [Consult. 28 out. 2019]. Disponível em: <https://www.iscap.ipp.pt/>.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria

2003 *Fundamentos de metodologia científica*. 5ª ed. São Paulo: Atlas, 2003.

PORTUGAL. Leis, decretos, etc.

2008 Portaria n.º 12/2008, de 3 de janeiro. *Diário da República. 1ª série. 2* (3 jan. 2008) 96-103.

RIBEIRO, Fernanda; FERNANDES, Maria Eugénia Matos

2001 *Universidade do Porto: estudo orgânico-funcional: modelo de análise para fundamentar o conhecimento do Sistema de Informação Arquivo*. Porto: Reitoria da Universidade do Porto, 2001.

SILVA, Armando Malheiro da

2014 O Método Quadripolar e a pesquisa em Ciência da Informação. *Prisma.Com*. [Em linha]. 26:especial-Método Quadripolar, 40 anos (2014). [Consult. 28 out. 2019]. Disponível em:
<http://ojs.letras.up.pt/index.php/prismacom/article/view/1861/1694>.

SILVA, Armando Malheiro da; RIBEIRO, Fernanda

2008 *Das «ciências» documentais à Ciência da Informação*. 2ª ed. Porto: Edições Afrontamento, 2008.

SILVA, Armando Malheiro da [et al.]

2009 *Arquivística: teoria e prática de uma ciência da informação*. 3ª ed. Porto: Edições Afrontamento, 2009.

TERRA, Ana Lúcia

2014 A Metodologia quadripolar de investigação científica aplicada em Ciência da Informação: relato de experiência. *Prisma.Com*. [Em linha]. 26:especial-Método Quadripolar, 40 anos (2014). [Consult. 28 out. 2019]. Disponível em:
<http://ojs.letras.up.pt/index.php/prismacom/article/view/2650>.

VIANELLO, Luciana Peixoto

2017 Métodos e técnicas de pesquisa. [Em linha]. 2017. [Consult. 1 nov. 2020]. Disponível em: <https://docplayer.com.br/67914112-Metodos-e-tecnicas-de-pesquisa-luciana-peixoto-vianello.html>.

Cláudia Susana Pinto | 2140900@iscap.ipp.pt

Instituto Superior de Contabilidade e Administração do Porto - Instituto Politécnico do Porto, Portugal

Milena Carvalho | milenacarvalho@iscap.ipp.pt

Instituto Superior de Contabilidade e Administração do Porto - Instituto Politécnico do Porto / CITCEM, Portugal

GESTÃO DE RISCOS EM ARQUIVOS: proposição de um método para priorização de ações para o impedimento da perda do patrimônio documental

RISK MANAGEMENT IN ARCHIVES: proposing a method for prioritizing actions to prevent the loss of documentary heritage

Priscila Lopes Menezes | Reginaldo Fidelis | Eduardo Augusto do Rosário Contani | Meissane Andressa da Costa Leão

<https://doi.org/10.21747/21836671/pag19a3>

Resumo: Frente a sinistros recorrentes, que colocam em risco os acervos arquivísticos, e devido à complexidade da solução desse problema, principalmente pela limitação de recursos financeiros destinados a estes setores, e com intuito de reduzir a magnitude das ocorrências, que colocam em risco a documentação, e de redistribuir os recursos necessários de maneira acertada, esse estudo tem como objetivo a proposição de um método para auxiliar os gestores de instituições ou setores arquivísticos na priorização de ações que impeçam que o patrimônio documental, bem como, que a memória institucional se perca. Para tanto, utilizou-se o método multicritério Análise Hierárquica do Processo (AHP) em conjunto com o modelo integrado Fine-Mosler. Os arquivos centrais de dois órgãos públicos são utilizados para exemplificar a aplicação do método proposto. O método proposto demonstrou ser um ferramental eficiente para definir a ordem de prioridades referentes às ações de preservação do acervo arquivístico que precisam ser tomadas.

Palavras-chave: Acervos arquivísticos; Agentes de deterioração; Método multicritério - Análise Hierárquica do Processo (AHP); Tomada de decisão.

Abstract: In view of the recurring disasters, that put archival collections at risk, and the complex nature of addressing this issue, especially given the limited financial resources allocated to these sectors, we propose a method to assist managers of archival institutions or sectors in prioritizing actions to prevent the loss of documentary heritage and institutional memory. We utilized the Analytic Hierarchy Process (AHP) multicriteria method in conjunction with the integrated Fine-Mosler model to develop this method. The proposed approach is exemplified through the central archives of two public agencies. Our results demonstrate that this method is an effective tool for defining the order of priorities for preservation actions that must be taken for archival collections.

Keywords: Archival collections; Deterioration agents; Multicriteria method - Hierarchical Analysis Process (AHP); Decision making.

1. Introdução

Os arquivos preservam os registros para reconstrução da memória das instituições, facilitam o gerenciamento de documentos administrativos, jurídicos e históricos com a finalidade de dar acesso a eles na rotina de prestação de serviços informacionais. Desde os primórdios da civilização, havia a necessidade de armazenamento da memória social, cultural e histórica e então eram destinados espaços para guardar e preservar informações a fim de perpetuá-las e manter registradas para as próximas gerações.

No entanto, descasos com os acervos têm sido um problema mundial e recorrente, os quais são destacados na sequência.

O roubo de 81 documentos pertencentes ao Ministério da Guerra e da Marinha e ao Ministério das Finanças e do Comércio, datados entre os anos de 1877 a 1890, ocorridos no

Arquivo Geral da Nação do Peru - denunciado no dia 4 de fevereiro de 2020, no entanto, sem data específica do desaparecimento. Tal ação corresponderia a uma das maiores perdas de documentos históricos do país (HIDALGO, 2020).

No dia 11 de abril de 2021, ocorreu um ataque cibernético no acervo virtual da Fundação Biblioteca Nacional (FBN), localizada no Rio de Janeiro, no Brasil, que manteve os serviços *online* da instituição sem funcionar por duas semanas e ocasionou a destruição de parte de seus dados (ABIN, 2021).

Por meio de um incêndio, no dia 21 de abril de 2021, a Biblioteca Jagger, da Universidade da Cidade do Cabo (UCT) na África do Sul, teve aproximadamente 65 mil itens da coleção de obras africanas, únicas, deterioradas (MAHTANI, 2021).

No dia 23 de outubro de 2022, houve um vazamento de 17 mil litros de água no Arquivo Histórico de Girona, na Espanha, atingindo cerca de 70 metros lineares de documentos administrativos do século XX, ocasionando no fechamento temporário do órgão para o tratamento da documentação afetada (UN ESCAPE..., 2022).

Diante desses casos e de outros que não foram citados, percebe-se: (i) a fragilidade a que os diferentes tipos de acervos estão expostos, e (ii) como as providências são tomadas de forma tardia, em que são esperados os sinistros acontecerem para se tomar decisões quanto à preservação. Ou seja, devido à falta de ações preventivas, perdem-se muitas vezes informações únicas e irrecuperáveis, exigindo custos mais altos em tempo e dinheiro para solucionar problemas.

Os riscos que as instituições possuem são sempre diferentes de zero. No entanto, não se pode estar preparado apenas para os problemas; prever o que pode acontecer pressupõe identificar etapas e ações de prevenção para alcançar os resultados esperados. Giorgetto (2021) conceitua problema como algo que já aconteceu ou está acontecendo e tem caráter urgente de resolução, a fim de reduzir seu impacto. Quando os problemas aparecem, as instituições estão despreparadas para conseguir resolvê-los, caracterizando-os como difíceis pois exigem uma rápida tomada de decisão.

Assim, devido à complexidade da solução desse problema, principalmente pela limitação de recursos financeiros destinados a estes setores, e com intuito de reduzir a magnitude das ocorrências, que colocam em risco a documentação, e de redistribuir os recursos necessários de maneira acertada, esse estudo tem como objetivo a proposição de um método para auxiliar os gestores de instituições ou setores arquivísticos na priorização de ações que impeçam que o patrimônio documental, bem como, que a memória institucional se perca. Para tanto, utilizou-se o método multicritério Análise Hierárquica do Processo (AHP) em conjunto com o modelo integrado Fine-Mosler. O modelo integrado Fine-Mosler propicia uma visão ampla e simultânea das ações que devem ser tomadas contra as vulnerabilidades e ameaças para os acervos e o método AHP determina a prioridade das ações de prevenção.

Para exemplificação, apresenta-se a aplicação do método proposto em dois arquivos centrais de autarquias (uma universidade federal e um conselho regional profissional), situados em duas regiões diferentes do Brasil, elencando medidas de prevenção aos riscos que precisam ser mitigados.

Para atingir o objetivo proposto, apresentamos o referencial teórico abrangendo conteúdo sobre a gestão de riscos (seção 2), ações de preservação e agentes de deterioração (seção 3), modelo integrado Fine-Mosler (seção 4) e métodos multicritérios de apoio a decisão (seção 5). Em seguida apresenta-se o modelo proposto (seção 6), que inclui os critérios (fatores) de decisão (seção 6.1), os riscos/agentes de deterioração de acervos (alternativas) (seção 6.2), a estrutura hierárquica do problema (seção 6.3), o método Análise Hierárquica do Processo (AHP) (6.4). A seção 7 é destinada para a aplicação detalhada do método proposto; na seção 8 uma síntese dos resultados é apresentada e o estudo é finalizado com as considerações finais (seção 9).

2. Gestão de riscos

Gerenciar riscos é estar ciente de que todas as organizações, independente do ramo de atuação, estão diante de situações de imprevisibilidade. A abordagem sobre “incertezas mensuráveis” começou por volta de 1922 com os estudos do economista Frank Knight, que tentou definir e identificar desvios adversos de resultados esperados. Tendo sua expansão na década de 1960, ligada à indústria seguradora, por volta de 1990 passou a ser empregada em empresas públicas e privadas como forma de determinar prioridades, orientando a tomada de decisões, a partir de dados estatísticos e científicos definidos de acordo com a probabilidade de ocorrência, de natureza e magnitude de impacto sobre a missão das instituições (HOLLÓS e PEDERSOLI JR., 2009; GIORGETTO, 2021).

Para as instituições arquivísticas a gestão de riscos contribui de maneira adicional para a segurança, preservação e conservação dos acervos permanentes, permeando todas as ações que visem identificar, analisar, avaliar, monitorar e corrigir riscos que afetam os registros informacionais. Gerenciar riscos é uma atividade iterativa, que auxilia os gestores nas tomadas de decisões, no alcance de objetivos e a estabelecer estratégias. Somada à governança e a liderança, a gestão de riscos possibilita enfrentar influências e fatores externos e internos que causam incertezas as organizações (ABNT, 2018).

Perobelli (2004) enfatiza que as vantagens do gerenciamento de riscos refletem no processo de tomada de decisões, nos investimentos programados, no aumento da transparência das ações, na rápida assimilação de novas fontes de risco, no controle de situações de estresse, na redução de custos e na potencialização do valor da instituição.

Risco, segundo Bergner e Filzen (2021), é definido como qualquer ameaça ou evento que impeça uma instituição do cumprimento de seus objetivos, lhe causando perdas caso venham a acontecer. Como é algo que ainda não ocorreu, o gestor é capaz de se preparar para a situação. A análise do impacto do risco é medida conforme sua probabilidade de ocorrência e efeito, portanto, é necessário diminuir sua probabilidade e minimizar as suas consequências (PECEK e KOVACIC, 2019).

Voltando-se para os setores de arquivo que se direcionam a gerir os conjuntos documentais, fazendo sua guarda correta e os disponibilizando para acesso ao público, é essencial identificar os agentes de riscos aos acervos, analisando-os, avaliando-os e, por fim, tratando-os para prolongar a vida útil da documentação, com foco em sua preservação.

3. Ações de preservação e agentes de deterioração

Tratar de preservação do acervo compreende olhar para sua produção, para o seu local de armazenamento (área interna e externa), para as condições ambientais, para o acondicionamento, para o manuseio, para a tramitação, para o transporte e segurança (CONARQ, 2005) a fim de alcançar o uso e o acesso das informações, evitando a “morte documental”.

Conforme Soares (2011), a preservação envolve um gerenciamento de atividades, que precisa ser bastante explícito, a fim de garantir e manter um ambiente estável, seguro e longe de perigos, incluindo as possíveis ações nos casos de desastres.

A preservação está incluída no ciclo documental, no entanto, a descontinuidade da existência dos registros também é uma certeza (BROTHMAN, 2006). Neste sentido, a missão dos profissionais que trabalham em instituições arquivísticas deve ser de comprometimento em proteger o patrimônio, prolongando o tempo de vida dos documentos. As ações preventivas aliadas à gestão de riscos (GR) tornam possível adiar a deterioração e evitar que sinistros sejam a tônica da história.

Com base nos planos de GR elaborados para a FBN (2010), o Patrimônio Musealizado Brasileiro (2013) e o Arquivo Nacional (2019), os riscos que comprometem os acervos são identificados utilizando ferramentas conceituais, como os “10 agentes de deterioração” (forças físicas, criminosos, fogo; água, pragas, poluentes, luz/radiação ultravioleta, temperatura incorreta, umidade relativa incorreta e dissociação). Os agentes de deterioração se não mitigados causam danos e perda de valor aos acervos, sendo essencial que não sejam negligenciadas as medidas de prevenção, que impedem ou retardam as suas ocorrências.

A perda de valor ocorre quando o acervo fica exposto aos agentes de deterioração, sendo que, para um mesmo agente podem existir inúmeros riscos, como exemplo, a água, pode resultar de uma janela esquecida aberta em dia de chuva, uma enchente, calhas entupidas, infiltrações, entre outros (IBERMUSEUS e ICCROM, 2017).

Vale mencionar que as instituições são únicas, a atribuição dos tipos de ocorrência vai depender do cenário de cada uma, reforçando a necessidade de um método para auxiliar os gestores de instituições ou setores arquivísticos na priorização de ações que impeçam que o patrimônio documental se deteriore.

Para tanto, com as ferramentas de identificação aplicadas é necessário que os riscos sejam comunicados às áreas competentes (exemplo: setor de conservação, setor de manutenção hidráulica, setor de segurança do trabalho, etc.), descritos de maneira coesa e clara, geralmente com apoio de registros fotográficos (seja com efeitos de sinistros passados por instituições similares ou demonstrando a situação real do próprio acervo), mostrando o impacto e implicações diretas e indiretas que o acervo pode sofrer, facilitando que medidas sejam tomadas para modificar os riscos (PEDERSOLI JR, 2020).

4. Modelo integrado Fine-Mosler

Neste estudo utilizou-se para a análise de riscos o modelo integrado dos fluxos de informação dos métodos Fine e Mosler, aplicados pelos autores Nobre e Souza (2018), com o intuito de propiciar uma visão ampla e simultânea das ações que devem ser tomadas contra as vulnerabilidades e ameaças para os acervos.

Os métodos Fine e Mosler são direcionados para controle de riscos que envolvam impactos financeiros, objetivando calcular o grau de criticidade em gestão de riscos e classificar as diferentes ameaças em escalas de valores. São caracterizados como métodos semi-quantitativos, identificando os riscos por meio da sua gravidade de ocorrência (NOBRE e SOUZA, 2018).

Ao fazer uso do método Fine, as consequências de impacto, probabilidade e exposição aos riscos são classificadas de acordo com valores prévios, em que, por exemplo, uma consequência com peso 100 indica um evento catastrófico, que afeta todo ou quase todo o acervo da instituição. Um dano que afete uma fração significativa do valor do acervo, tem peso 50. Se for um dano grave, que afeta uma fração pequena do valor do acervo, possui peso 25. Já uma consequência moderada, que atinge uma fração muito pequena do valor do acervo tem valor de 15 e, um dano leve, que afeta uma fração mínima do valor do acervo, tem peso 5 (NOBRE e SOUZA, 2018).

Já no método Mosler, são observadas as características da função, em que se estima quanto as atividades do órgão são afetadas, caso o dano venha acontecer; quão facilmente os danos resultam em substituição; a profundidade da ocorrência do risco; mede o alcance/extensão que o dano possui; a probabilidade de ele ocorrer; e o impacto financeiro da sua ocorrência (BRASILIANO, 2005). Assim, enquanto o método Fine “estima o grau de criticidade de um risco”, o método Mosler “classifica o risco entre os demais riscos registrados” (NOBRE e SOUZA, 2018:41).

Desta forma, para cada risco (agentes de deterioração) aplica-se o modelo integrado Fine-Mosler, com o intuito de auxiliar o gestor a relacionar a frequência/probabilidade em que o risco pode ocorrer em relação ao impacto que sua ocorrência traria para o acervo (Quadro 1).

A ação de valorar os riscos e suas magnitudes relaciona-se diretamente ao nível de aceitabilidade do mesmo, indicando, portanto, os graus de priorização para que as atividades de resolução sejam tomadas (CARVALHO, 2007).

Quadro 1 – Formulário para obtenção do grau de criticidade do risco

Agente de risco:		
F – Frequência/probabilidade		
Classificação	Valor	Confirmação
Várias vezes ao dia.	10	
Uma vez ao dia (frequentemente).	6	
Uma vez por semana ou ao mês (ocasionalmente).	3	
Uma vez ao ano ou ao mês (irregularmente).	1	
Raramente possível, ocorre, mas não com frequência.	0,5	
Remotamente possível, não sabe se já ocorreu.	0,2	
P – Perda de valor por item		
Classificação	Valor	Confirmação
Perda de valor total ou quase total em cada item afetado.	100	
Perda de valor significativa em cada item afetado.	50	
Perda de valor pequena em cada item afetado.	25	
Perda de valor muito pequena em cada item afetado.	15	
Perda de valor minúscula em cada item afetado.	5	
Nenhuma perda.	1	
A – Fração do acervo afetada		
Classificação	Valor	Confirmação
Catastrófico: Todo ou quase todo o valor do acervo afetado.	100	
Severo: Uma fração significativa do valor do acervo afetada.	50	
Grave: Uma fração pequena do valor do acervo afetada.	25	
Moderado: Uma fração muito pequena do valor do acervo afetada.	15	
Leve: Uma fração mínima do valor do acervo afetada.	5	
Nenhuma perda.	1	

Fonte: Adaptado de Nobre e Souza (2018:43); IBERMUSEUS e ICCROM (2017:67-73).

5. Métodos multicritério de apoio a decisão

Devido à complexidade dos problemas relacionados a preservação dos acervos, torna-se necessário que os gestores de instituições ou de setores arquivísticos sejam capazes de priorizar ações para o impedimento da perda do patrimônio documental de forma racional, levando em consideração vários fatores (local de armazenamento, condições ambientais, questões de acondicionamento, manuseio, tramitação, transporte, limitações de recursos financeiros e humanos) em relação aos dez agentes de deterioração para os acervos.

Para tanto, os gestores de instituições ou de setores arquivísticos devem tomar decisões que lhes exigem conhecimento de causa, por vezes, conflituosas. Situações que enfatizam que tomar decisões não é tarefa fácil, envolve uma série de variáveis que dependendo do ponto de vista e percepção de cada indivíduo resulta em diferentes resultados. Para Gomes e Gomes (2019), escolher uma alternativa entre um conjunto delas para atender objetivos

múltiplos e mensurar seus impactos trata de decisões complexas que exigem justificativa para determinar uma seleção.

A teoria da decisão, por vezes, trata-se de prescritiva, ora normativa, pressupondo que os sujeitos expressam suas preferências básicas, mas possuem uma capacidade cognitiva limitada. Sendo assim, o uso da metodologia da teoria da decisão visa qualidade, coerência e eficácia no processo decisório, fazendo uso de ferramentas matemáticas ou não (GOMES e GOMES, 2019).

Rivas (2016) menciona que as metodologias de análise multicritério propiciam suporte para as instituições identificarem e avaliarem quais riscos possuem maior impacto. Tendo em vista que trazem entendimento do problema a ser solucionado e esclarecem aos tomadores de decisão suas possibilidades de escolhas, diante de um conjunto de critérios, possibilitam avaliar alternativas e, a partir da preferência dos decisores, facilitam a análise e discussão dos resultados.

Conforme Rivas (2016), de maneira geral, os métodos multicritério de apoio a decisão são construídos em cinco etapas:

- Primeira: definição clara do problema, elaboração de alternativas e estabelecimento de critérios de avaliação.
- Segunda: atribuição de pesos aos critérios, demonstrando a importância relativa dos critérios ao problema.
- Terceira: construção de uma matriz de avaliação, apresentando a essência do problema.
- Quarta: seleção do método multicritério, determinado a partir dos dados e grau de incerteza identificados.
- Quinta: ordenação das alternativas. Conforme o *ranking* apresentado, a alternativa melhor classificada é vista como a solução para o problema.

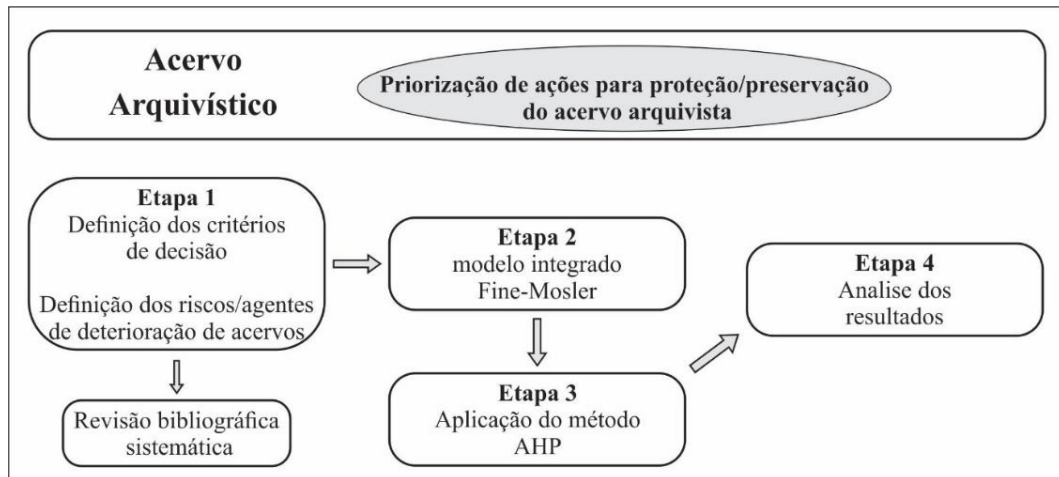
Ao trabalhar com métodos multicritério de apoio a decisão tem-se em mente que problemas de decisão envolvem uma grande variedade de critérios e, portanto, dissecá-los é a maneira mais fácil de resolução. Diante de pluralidades de pontos de vista, o ferramental dos métodos multicritério são essenciais para se fazer escolhas racionais e eficientes (BERZINS, 2009).

6. Método proposto

O método proposto consiste em 4 etapas, apresentadas na Fig. 1. A etapa 1 consiste na modelagem do problema, com a seleção dos critérios (fatores) de decisão para priorização dos riscos/agentes de deterioração de acervos (alternativas), para posteriormente realizar a construção hierárquica relacionando os critérios as alternativas. A segunda etapa corresponde a aplicação do modelo integrado Fine-Mosler com o intuito de propiciar aos gestores de instituições ou setores arquivísticos uma visão ampla das vulnerabilidades e ameaças para os acervos. O passo 3 consiste na aplicação do método AHP para priorizar os

riscos/agentes de deterioração de acervos (alternativas), para o planejamento de ações para proteção/preservação dos conjuntos documentais. Na etapa 4, é realizada uma análise dos resultados para verificar a aderência ao método proposto.

Fig. 1 – Método proposto



Fonte: Elaborado pelos autores (2023).

Conforme o esquema exposto na Fig. 1, o seu detalhamento é apresentado nos itens seguintes.

6.1. Os critérios (fatores) de decisão

A partir de uma revisão bibliográfica, identificaram-se quatro critérios (fatores) de decisão para priorização dos riscos/agentes de deterioração de acervos:

C1: Qual o tempo necessário para a deterioração do acervo, caso o sinistro venha a acontecer? Este critério visa quantificar a frequência ou probabilidade com que os eventos ocorrem; em se tratando de eventos cumulativos relaciona um período com o grau de deterioração (IBERMUSEUS e ICCROM, 2017; FIOCRUZ, 2020). Para exemplificar os eventos cumulativos, pode-se mencionar as mudanças de temperatura ocorridas diariamente entre os períodos do dia (noites mais frescas, durante o dia mais quente) que interferem nas fibras do papel e conseqüentemente na sua durabilidade.

C2: Qual a perda de valor em cada item afetado do acervo? Quantifica a média de perda de valor sobre cada um dos itens afetados pelos riscos, estimado conforme o período determinado em “C1” (BRASIL. Arquivo Nacional, 2019; FIOCRUZ, 2020). O acervo terá “perda de valor total, ou quase total, em cada item afetado”; “perda de valor significativa em cada item afetado”; “perda de valor pequena em cada item afetado”; “perda de valor muito pequena em cada item afetado”; “perda de valor minúscula em cada item afetado” (MICHALSKI e CCI, 2009).

C3: Qual fração do acervo que o risco vai afetar? “O risco afeta todo o acervo ou apenas uma parte do mesmo? [...] Qual é a importância ou valor relativo da parte afetada em relação à totalidade do acervo?” (IBERMUSEUS e ICCROM, 2017:73). É preciso considerar se o risco afeta: “toda ou a maior parte do valor do acervo”; “uma fração significativa do

valor do acervo”; “uma fração pequena do valor do acervo”; “uma fração muito pequena do valor do acervo”; “uma fração minúscula do valor do acervo” (MICHALSKI e CCI, 2009).

C4: Qual risco tem maior valor monetário para resolução? Quanto menor o custo, melhor. Seguindo dos critérios, parte-se para a elaboração das alternativas, as quais foram baseadas na literatura do *International Centre for the Study of the Preservation and Restoration of Cultural Property* (ICCROM) e o Programa Ibero-Americano de Museus (IBERMUSEUS) (2017). O Quadro 2 apresenta os agentes de deterioração identificados nos arquivos centrais de uma universidade federal e de um conselho regional profissional, apontando as ações necessárias para a preservação prolongada dos acervos.

6.2. Riscos/agentes de deterioração de acervos (alternativas)

Dentre os dez agentes de deterioração mencionados anteriormente e diante da realidade encontrada nos arquivos trabalhados, optou-se por utilizar seis agentes neste estudo (ações criminosas, fogo, água, pragas, temperatura inadequada e umidade relativa inadequada).

Quadro 2 – Agentes de deterioração e ações de preservação para os acervos

Agente	Descrição
Ações criminosas	Furto oportunista, furto premeditado, roubo armado, vandalismo, etc.
Fogo	Combustão total ou parcial, deformações e colapso pela ação do calor, deposição de fuligem, etc.
Água	Incidência de água no acervo.
Pragas	Infestação por insetos (brocas, traças, cupins), roedores, aves, morcegos, fungos, etc.
Temperatura inadequada	Temperatura demasiado alta, demasiado baixa ou variações excessivas.
Umidade relativa inadequada	Umidade do ar demasiado alta, demasiado baixa ou variações excessivas.

Fonte: Adaptado de Prata da Casa (2020:168-169).

Conforme apresentado no Quadro 2, fala-se nas ações criminosas, devido ao alerta de que anualmente são movimentados de seis a sete bilhões de dólares com o tráfico ilícito de bens culturais. No ano de 2008, 898 objetos culturais foram relatados como desaparecidos, conforme apontado por Christofolletti e Agostinho (2020), que fizeram uso dos dados do *Federal Bureau of Investigation* (FBI), e do Banco de Dados dos Bens Culturais Procurados, elaborado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan).

Quanto ao fogo, apesar da falta de dados estatísticos sobre a sua incidência em arquivos, o que se defende é a proteção ativa, a qual engloba todas as formas de detecção manual ou automática de controle do crescimento do fogo por equipamentos de detecção, alarme e combate a incêndios, até a chegada do corpo de bombeiros ao local (BRENTANO, 2016).

Referente aos danos causados por água, seja por inundações, infiltrações, obstrução de calhas, esquecimento de janelas abertas, falta de manutenção de instalações hidrossanitárias, nos casos em que esse dano venha ocorrer, o provável resultado será a deterioração dos documentos. A ação da água, além de irreversível para alguns tipos de suportes documentais, propicia a proliferação de micro-organismos, tornando sua

recuperação perigosa tanto para o acervo como para as pessoas, pois oportuniza o contato com fungos e com desinfetantes tóxicos (BETTENCOURT, 2013).

As ações iniciais contra pragas incluem a eliminação de qualquer porta de acesso, seja por frestas, buracos, orifícios no prédio, etc. Fatores que podem contribuir para proliferação de insetos xilófagos e bibliófagos comuns e abundantes, que “se alimentam de madeira, papel, pergaminho, couro, tintas, resina e cola ou outros que se alimentam de resto de tecidos”, causando perfurações, manchas e até contaminação aos documentos (MARQUES, 2015:6).

Referente a temperatura e a umidade, segundo o Conselho Nacional de Arquivos (CONARQ, 2000:14), a faixa segura de umidade relativa aos acervos é entre 45% e 55%, com variação diária de +/- 5%. E a temperatura ideal para os documentos é 20° C, com variação diária de +/- 1° C. A temperatura e a umidade relativa são relacionadas, suas mudanças bruscas ou constantes também são prejudiciais a documentação, ocasionando rompimento das fibras do papel e propiciando a proliferação de fungos.

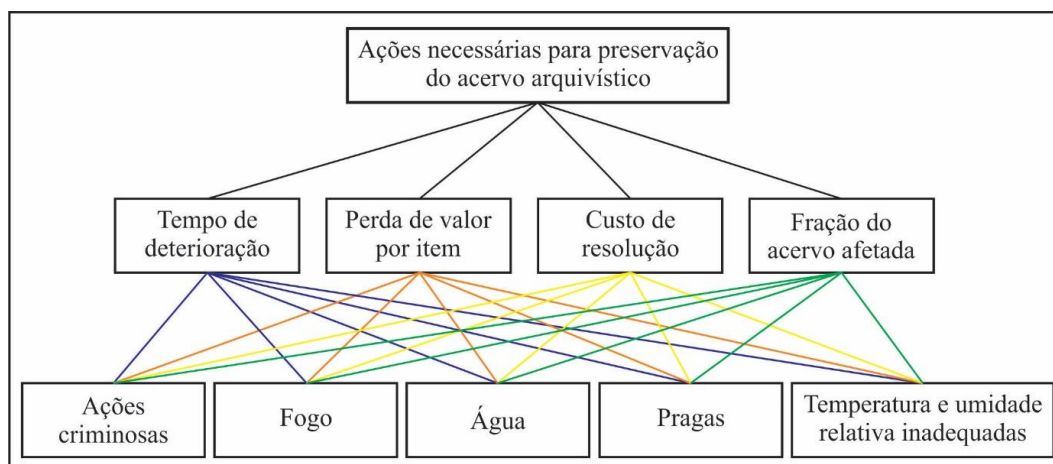
Não foram considerados os agentes de deterioração “forças físicas” que seriam terremotos, colisões acidentais, ventos fortes, entre outros, por considerar que são eventos raros de acontecerem no Brasil. Nem os agentes “poluentes”, os quais causam manchas, descoloração, fragilização, tendo em vista que a documentação permanece dentro das caixas-arquivo, eventualmente participando de exposições. Pelo mesmo motivo foi desprezado o agente “luz/radiação ultravioleta”. Quanto ao agente “dissociação”, que corresponde a perda de dados, obsolescência de *hardwares* e *softwares*, falta de inventários do acervo. etc., tal item não foi levado em conta, pois são atividades que já vêm sendo realizadas pelas equipes institucionais.

6.3. Estrutura hierárquica do problema

O problema é estruturado e decomposto em níveis hierárquicos para facilitar a percepção humana das ações e conexões afetadas, representado por meio de imagem. Em seu primeiro nível está o objetivo geral, no segundo nível os critérios (os fatores de decisão) de contribuição ao objetivo e, no terceiro nível, encontram-se as alternativas (os riscos/agentes de deterioração de acervos), as quais serão avaliadas conforme os critérios do nível dois (SAATY e VARGAS, 2001). Diante da proposta deste artigo, a Fig. 2 representa a modelagem do problema.

A modelagem do problema relacionada às ações necessárias para a preservação do acervo arquivístico depende da realidade encontrada em cada instituição. Os profissionais que trabalham diariamente e diretamente nos acervos são quem está melhor preparado para orientar os gestores dos locais quanto aos riscos enfrentados.

Fig. 2 – Estrutura hierárquica



Fonte: Elaborado pelos autores (2023).

6.4. Método Análise Hierárquica do Processo (AHP)

Para esta fase de escolha do método multicritério, foram levadas em consideração as características do problema, como: subjetividade dos dados frente a necessidade de escolha do melhor cenário, influência dos decisores na obtenção do resultado e a possibilidade de comparação entre critérios e sua estrutura hierárquica. Considerando todas essas características, o método escolhido foi o da Análise Hierárquica do Processo (AHP).

O método AHP foi desenvolvido por Saaty e auxilia na resolução de problemas complexos de decisão, que pode ser resumida em quatro etapas (SAATY, 1980). A primeira etapa consiste na definição do problema. Na segunda etapa é realizada a atribuição de pesos, que inclui a síntese dos julgamentos feitos pelo decisor na avaliação de suas preferências por meio de uma comparação par-a-par. As comparações são feitas na escala de 1 a 9 (Quadro 3):

Quadro 3 – Grau de preferências para a comparação par-a-par

Grau de preferência	descrição
1	Igual importância (os dois elementos que estão sendo comparadas contribuem igualmente)
3	importância pequena de um sobre o outro
5	importância grande de um sobre o outro
7	importância muito grande de um sobre o outro
9	importância absoluta de um sobre o outro
2, 4, 6,8	graus de importância intermediários de um sobre o outro

Fonte: Gomes (2007:40).

Ao utilizar a escala de quociente ou razão considera-se qual e quanto um critério é mais importante que outro (GOMES e GOMES, 2019). Os critérios estão ligados aos julgamentos feitos para se escolher alternativas e/ou ações que “melhor” resolvam o problema. Apesar de dificilmente uma solução ser melhor em todos os aspectos avaliados, o decisor analisa qual a opção mais adequada entre o conjunto de alternativas (BAUDEL, 2008).

Após realizar as comparações par-a-par, os dados são inseridos em uma matriz quadrada A de ordem n, denominada matriz de preferência, para cada conjunto de elementos que fazem parte do mesmo nível hierárquico, de modo que sejam comparados entre si em relação ao nível imediatamente acima.

$$A = \begin{bmatrix} a_{11} & a_{12} & \dots & a_{1n} \\ 1/a_{12} & a_{22} & \dots & a_{2n} \\ \vdots & \vdots & \ddots & \vdots \\ 1/a_{1n} & 1/a_{2n} & \dots & a_{nn} \end{bmatrix} \quad \text{Equation (1)}$$

A terceira etapa corresponde à avaliação e a resolução da matriz A, resultando no autovetor de prioridade (w), representando a medida de consistência de uma matriz, onde n é o número de fatores a serem comparados, λ_{max} é o autovalor máximo associado à matriz de preferência e $w_{ij} \in A$, são os vetores de prioridade. O autovetor das prioridades (\hat{w}) é estimado como: $A \cdot \hat{w} = \lambda_{max} \cdot \hat{w}$.

A quarta etapa é a obtenção do índice de consistência (IC), definido como $IC = (\lambda_{max} - n) / (n - 1)$ e o quociente de consistência (QC), onde $QC = IC / ICA$, sendo o ICA (índice de consistência aleatória) o valor correspondente e apresentados na Tabela 1 (SAATY, 1980). O valor de QC deve ser inferior a 0,10, caso contrário, a matriz de julgamento é considerada inconsistente (SAATY, 1980).

Tabela 1 – Índice de Consistência Aleatória (ICA)

n	3	4	5	6	7	8	9	10	11
RCI	0.52	0.89	1.11	1.25	1.35	1.40	1.45	1.49	1.51

Fonte: Saaty (1980).

Segundo Saaty e Vargas (2001) o propósito do AHP é contribuir com que as pessoas organizem seus pensamentos e julgamentos para se fazer boas decisões. Para os autores, o método estimula a racionalidade, focando em resolver o problema, propondo-se estruturar relações e influências de maneira completa, a partir de conhecimentos e experiências que permitam diferenças de opinião para se chegar a melhor escolha.

7. Aplicação do método proposto

7.1. Aplicação 1: Arquivo Central Universitário

O Arquivo Central Universitário é o setor responsável pela gestão documental acadêmica, administrativa, científica e histórica de uma universidade federal brasileira. Seu acervo compreende documentos em diferentes formatos: papéis, mapas, fotografias, jornais, folders, cartazes, convites, rolos de filmes, CDs, etc., datados desde a década de 60 até os dias atuais. A partir da documentação armazenada é possível compreender a trajetória da universidade, sua implantação e papel no ensino superior público.

Observou-se que a sala destinada ao armazenamento do acervo arquivístico desta universidade compreende uma área de 310 m²; trata-se de um prédio independente, ou seja, não divide espaço com outras unidades. No entanto, ele não foi construído com a finalidade de abrigar a documentação, mas foi sendo adaptado para isto.

Passo 1

Inicialmente realizou-se um levantamento com o gestor do setor, para: (i) levantamento das ações necessárias para mitigar as vulnerabilidades, riscos e ameaças para a integridade dos acervos; (ii) estimar qualitativamente os custos de cada ação; (iii) aplicação do modelo integrado Fine-Mosler para propiciar ao gestor do setor uma ampla visão das vulnerabilidades, riscos e ameaças para os acervos, ou seja, verificar o grau de criticidade de cada risco. Utilizou-se como referência o Quadro 1, Quadro 2 e o resultado é apresentado no Quadro 4.

Quadro 4 – Agentes de deterioração, ações de preservação, estimativa de custos e modelo integrado Fine-Mosler

Cod.	Risco/Agente	Ações necessárias	Estimativa de custos	Grau de criticidade (GC) = F x P x A			
				F	P	A	GC
R1	Ações criminosas	Instalação de sistema de câmeras com monitoramento 24 horas	Médio	0,2	5	5	5
R2	Fogo	Instalação de detectores de fumaça/quadro de alarmes/ <i>sprinklers</i>	Muito alto	0,5	100	50	2500
R3	Água	Conserto de janelas sem vedação/reforma estrutural	Muito Alto	10	100	5	5000
R4	Pragas	Instalação de telas de proteção nas janelas	Baixo	10	15	15	2250
R5	Temperatura inadequada	Instalação de sistema de climatização	Muito alto	10	50	50	25000
	Umidade relativa inadequada						

Fonte: Elaborado pelos autores (2023).

Para o gestor do setor, as atividades de conserto de janelas e instalação de telas são pontuais e possuem baixo custo para efetivação. Para instalação de sistema de câmeras é necessário considerar além de sua compra, o gasto mensal com o monitoramento, gerando um custo médio. Quanto aos detectores de fumaça/quadro de alarmes/*sprinklers*, eles possuem alto custo de instalação, no entanto, sua manutenção é esporádica. Já a instalação do sistema de climatização, além do alto custo para colocação, é necessário que funcione 24 horas, o que é considerado como um custo muito alto. Uma reforma estrutural para correção das infiltrações, que compreende derrubada e reconstrução da laje tem um custo muito alto.

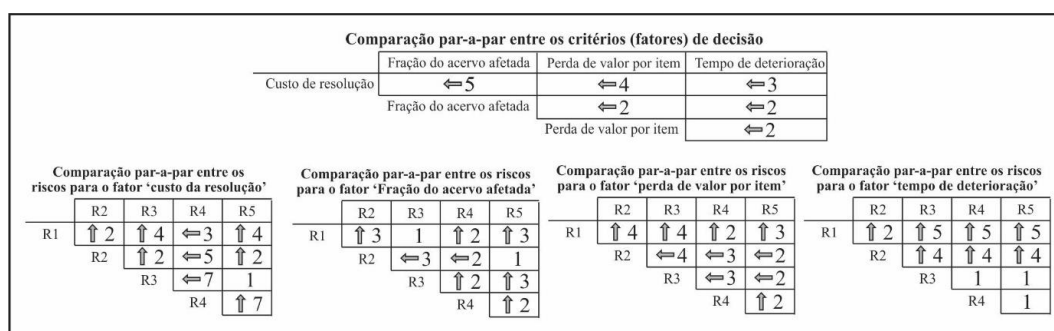
Para fins de exemplificação do preenchimento do Quadro 4, percebido que o prédio do Arquivo Central Universitário tem infiltrações no teto, dessa forma, nos dias de chuva, parte do acervo fica “várias vezes ao dia” exposto à água, causando custos financeiros relacionados a materiais e danos ao patrimônio. No entanto, reflete em uma “perda de valor pequena em cada item afetado”, considerando que somente a documentação naquela localização em que cai a água pode sofrer danos. E ainda, levando em conta, o acervo como

um todo, este risco tem uma classificação “leve”, pois afeta “uma fração mínima do valor do acervo”. Resultando assim um grau de criticidade (GC) igual a 5000.

Passo 2

Em seguida, o gestor do setor atribuiu pesos (de acordo com 6.4) conforme sua realidade profissional (Fig. 3), por meio de comparação par-a-par (Quadro 3): (i) entre os critérios (fatores) de decisão para priorização dos riscos/agentes de deterioração de acervos (segundo nível da Fig. 2); (ii) entre os critérios de decisão e os riscos/agentes de deterioração e ações de preservação para os acervos (alternativas).

Fig. 3 – Comparação par-a-par entre os critérios (fatores) de decisão



Fonte: Elaborado pelos autores (2023).

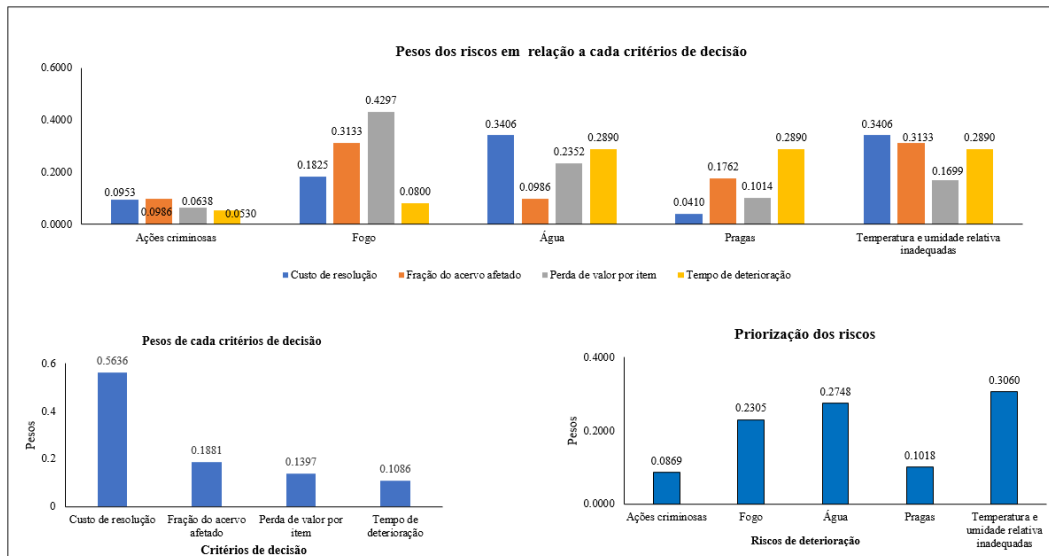
A Fig. 3 apresenta a comparação par-a-par de todos os fatores analisados. A seta “aponta” para o maior o maior grau de importância atribuída pelo gestor para um fator em relação ao outro, de acordo com o Quadro 3. Por exemplo: na “comparação par-a-par entre os critérios (fatores)” a seta apontando para esquerda (← 5) indica que o gestor considera que o custo de resolução possui “importância grande” sobre a fração do acervo afetada. Já na comparação par-a-par entre os riscos para o fator “fração do acervo afetada” a seta apontando para cima (↑ 3) indica que o gestor considera que o risco fogo (R2) possui “importância pequena” sobre o risco “ações criminosas” (R1).

Passo 3

Nesta fase aplica-se o método AHP para obter os pesos normalizados de cada critério (fator) de decisão e para cada riscos/agentes de deterioração e ações de preservação para os acervos (alternativas). Para tanto, utilizou-se o *software Super Decision CDF* versão 3.2¹. Vale ressaltar que o índice de inconsistência sempre foi inferior a 0.10, indicando coerência na atribuição dos graus de importância entre os fatores analisados na comparação par-a-par. Os resultados são apresentados na Fig. 4.

¹ <https://www.superdecisions.com/downloads/>

Fig. 4 – Priorização dos riscos/agentes de deterioração



Fonte: Elaborado pelos autores (2023).

Segundo o gestor, os critérios com maiores pesos nos riscos: (i) “ações criminosas” foram o custo de resolução (0.0953) e fração do acervo afetado (0.0953); (ii) “fogo” foi a perda de valor por item (0.4297); (iii) “água” foi o custo da resolução (0.3406); (iv) “pragas” foi o tempo de deterioração (0.2890); “temperatura e umidade relativa inadequadas foi o custo da resolução (0.3406). Esses resultados corroboram a complexidade da resolução do problema, pois para cada risco de deterioração os critérios de decisão possuem graus de importância diferenciadas.

Na comparação par-a-par entre os critérios de decisão, o gestor atribui maior peso ao critério custo da resolução (0.5636), seguido dos critérios fração do acervo afetado (0.1881), perda de valor por item (0.1397) e tempo de deterioração (0.1086).

Assim, a ordem de prioridades das ações que precisam ser tomadas para preservação do acervo arquivístico universitário são aquelas destinadas à temperatura e umidade relativas (0.3060), seguidas pela água (0.2748), combate do fogo (0.2305), pragas (0.1018) e ações criminosas (0.0869). Constatase que as ações prioritárias necessárias, apresentadas no Quadro 4, devem ser relacionadas a temperatura e umidade relativas e água, totalizando prioridade de urgência de 58.08%.

7.2. Aplicação 2: Arquivo Central de um Conselho Regional Profissional

No caso do Arquivo Central de um Conselho Regional Profissional, os documentos datam desde a década de 70 até hoje. O conjunto documental abrange livros, jornais, peças publicitárias, encadernações, brochuras, documentos avulsos e processuais, plantas arquitetônicas, projetos, posters, fitas VHS e slides fotográficos, armazenados em duas salas, uma no quarto andar do prédio e a outra no sexto. O prédio foi construído na década de 70, passando por pequenas reformas, no entanto, mantém a fiação elétrica e sistema hidráulico de sua edificação, dados já condenados por técnicos da área.

Passo 1

Seguiram-se os mesmos passos apresentados em 7.1. Inicialmente realizou-se um levantamento com o gestor do setor, para: (i) levantamento das ações necessárias para mitigar as vulnerabilidades, riscos e ameaças para a integridade dos acervos; (ii) estimar qualitativamente os custos de cada ação; (iii) aplicação do modelo integrado Fine-Mosler para propiciar ao gestor do setor uma ampla visão das vulnerabilidades, riscos e ameaças para os acervos, ou seja, verificar o grau de criticidade de cada risco. Utilizou-se como referência o Quadro 1 e o Quadro 2 e o resultado é apresentado no Quadro 5.

Quadro 5 – Agentes de deterioração, ações de preservação, estimativa de custos e modelo integrado Fine-Mosler

Cod.	Risco/Agente	Ações necessárias	Estimativa de custos	Grau de criticidade (GC) = F x P x A			
				F	P	A	GC
R1	Ações criminosas	Instalação de sistema de câmeras com monitoramento 24 horas/ treinamento para os porteiros/ alarme com sensor de presença	Baixo	10	50	25	12500
R2	Fogo	Instalação de detectores de fumaça/quadro de alarmes/ sistema fixo CO ² / substituição do sistema elétrico de todo o prédio	Alto	10	100	100	100000
R3	Água	Substituição do sistema hidráulico de todo o prédio	Alto	10	100	100	100000
R4	Pragas	Limpeza semanal com produtos apropriados/ compra de material seguindo as diretrizes de conservação (PH neutro, por exemplo)	Baixo	0.2	1	1	0.2
R5	Temperatura inadequada	Instalação de sistema de climatização	Alto	10	50	50	25000
	Umidade relativa inadequada						

Fonte: Elaborado pelos autores (2023).

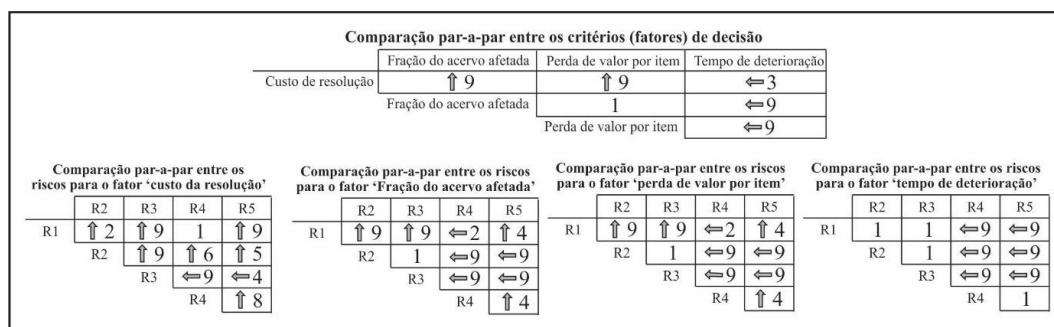
Segundo a gestora, o Conselho Regional Profissional possui um orçamento positivo, por isso a discrepância entre as considerações dos custos e pesos de um órgão para outro. A limpeza com produtos adequados para afastar as pragas já é realizada semanalmente, portanto, possui um custo baixo de manutenção. Os materiais recomendados pelos profissionais de conservação também já são previstos no orçamento do setor, sendo assim considerados de baixo custo. A instalação de sistema de câmeras com monitoramento 24 horas foi considerado de baixo custo, pois já tem algumas câmeras no prédio, faltando nas salas e no *hall* dos setores. Quanto ao treinamento aos porteiros, foi considerado baixo, pois seriam atividades pontuais a serem realizadas para uma efetiva identificação de entrada e saída de pessoas do prédio. Também o alarme com sensor de presença não tem um custo exorbitante. A instalação de detectores de fumaça, quadro de alarmes, sistema fixo CO² e a substituição do sistema elétrico e hidráulico geram um custo alto e, ainda, deve ser ponderado que o prédio foi construído em 1973, já possuindo laudos técnicos sobre a necessidade urgente da realização dessas trocas. A instalação de sistema de climatização tem um custo alto, sendo considerado que o setor não conta com nenhum ar-condicionado e desumidificadores/umidificadores.

Segundo o relato da arquivista, conforme a existência do laudo técnico, a tubulação de ferro do prédio precisa ser trocada, fator que expõe o acervo diariamente ao risco de um alagamento e/ou vazamento. Esse agente causaria a perda de valor total de cada item afetado, pois não existe um plano de salvamento elaborado para a documentação, nem espaço físico onde pudesse ser realizada a secagem ou congelamento dos itens documentais. Essa ocorrência traria uma situação catastrófica para toda a fração do acervo afetada.

Passo 2

Em seguida, o gestor do setor atribuiu pesos (de acordo com 6.4) conforme sua realidade profissional (Fig. 5), por meio de comparação par-a-par (Quadro 3): (i) entre os critérios (fatores) de decisão para priorização dos riscos/agentes de deterioração de acervos (segundo nível da Fig. 2); (ii) entre os critérios de decisão e os riscos/agentes de deterioração e ações de preservação para os acervos (alternativas).

Fig. 5 – Comparação par-a-par entre os critérios (fatores) de decisão



Fonte: Elaborado pelos autores (2023).

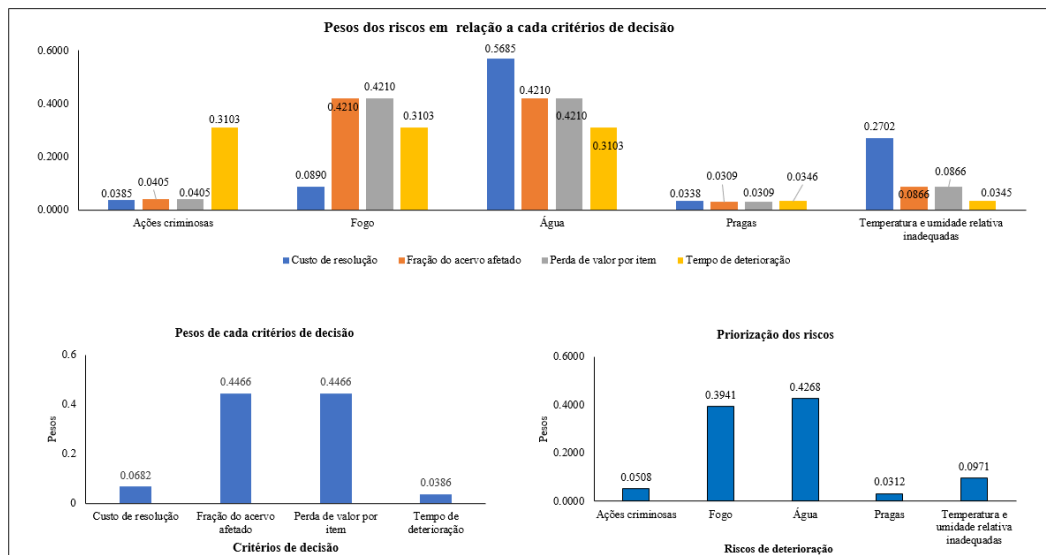
A Fig. 5 apresenta a comparação par-a-par de todos os fatores analisados. A “aponta” para o maior grau de importância atribuída pelo gestor para um fator em relação ao outro, de acordo com o Quadro 3. Por exemplo: na “comparação par-a-par entre os critérios

(fatores)” a seta apontando para cima (\uparrow) indica que o gestor considera que a fração do acervo afetada possui “importância absoluta” sobre custo da resolução. Já na comparação par-a-par entre os riscos para o fator fração do acervo afetada, a seta apontando para esquerda (\leftarrow) indica que o gestor considera que o risco fogo (R1) possui “importância absoluta” sobre o risco pragas (R4).

Passo 3

Nesta fase aplica-se o método AHP para obter os pesos normalizados de cada critério (fator) de decisão e para cada riscos/agentes de deterioração e ações de preservação para os acervos (alternativas). Para tanto, utilizou-se o *software Super Decision CDF* versão 3.2. Vale ressaltar que o índice de inconsistência sempre foi inferior a 0.10, indicando coerência na atribuição dos graus de importância entre os fatores analisados na comparação par-a-par. Os resultados são apresentados na Fig. 6.

Fig. 6 – Priorização dos riscos/agentes de deterioração



Fonte: Elaborado pelos autores (2023).

Segundo o gestor, os critérios com maior peso nos riscos: (i) “ações criminosas” foi o tempo de deterioração (0.3103); (ii) “fogo” foi a fração do acervo afetada (0.4210) e a perda de valor por item (0.4210); (iii) “água” foi o custo da resolução (0.5685); (iv) “pragas” todos os riscos tiveram pesos similares (0.03); “temperatura e umidade relativa inadequadas” foi o custo da resolução (0.2702). Esses resultados corroboram a complexidade da resolução do problema, pois para cada risco de deterioração os critérios de decisão possuem graus de importância diferenciadas.

Na comparação par-a-par entre os critérios de decisão, o gestor atribui maior peso ao critério custo da resolução (0.0682), seguido dos critérios fração do acervo afetado (0.4466), perda de valor por item (0.4466) e tempo de deterioração (0.0386).

Assim, a ordem de prioridades das ações que precisam ser tomadas para preservação do acervo arquivístico do Conselho Regional Profissional são aquelas destinadas à água (0.4268), seguidas pelo combate ao fogo (0.3941), temperatura e umidade relativa

inadequadas (0.0971), ações criminosas (0.0508) e pragas (0.0312), conforme ações necessárias apresentadas no Quadro 4. Constata-se que as ações prioritárias necessárias, apresentadas no Quadro 4, devem ser relacionadas a água e combate ao fogo, totalizando prioridade de urgência de 82.09%.

8. Síntese dos resultados

Vale lembrar que todas as ações de preservação dos documentos são necessárias e urgentes, possibilitando a proteção contra a perda dos suportes documentais e as precárias formas de preservação ocasionadas por fenômenos naturais ou ações humanas. No entanto, ciente da limitação de recursos financeiros, buscando resultados consistentes e eliminando decisões descoordenadas, sugeriu-se neste trabalho o uso da metodologia multicritério AHP, em conjunto com o modelo integrado Fine-Mosler para o processo de tomada de decisões, recomendando investimentos programados, seguindo a ordem de prioridades apresentadas após o uso do método, potencializando o valor dos acervos arquivísticos e a transparência das ações.

É recorrente prédios históricos serem destinados as instituições culturais (arquivos, bibliotecas, museus, centros de documentação e cultura) para armazenamento de seus acervos. No entanto, em conjunto com essa decisão é preciso direcionar recursos para a manutenção de boas condições desses locais, preservando não só os documentos, mas também a vida dos profissionais e pesquisadores. Foi nítida a preocupação da arquivista do Conselho Regional Profissional quanto ao grau de criticidade dos agentes que envolvem “água” e “fogo” (82.09% dos resultados) principalmente devido aos laudos técnicos que atestam o perigo iminente de ocorrência.

No caso do Arquivo Central Universitário, percebeu-se que o custo de resolução tem peso significativo (0.5636), podendo-se inferir que este seja um fator de adiamento para a resolução dos agentes “temperatura e umidade relativas” e “água” com estimativa de custos muito altos.

Porém, conforme percebido nos resultados, a fração do acervo afetado na comparação para-par recebeu a classificação em segundo lugar em ambas as instituições, reforçando o caráter de unicidade dos conjuntos documentais arquivísticos, em que sua perda é insubstituível.

Diante da percepção que, para determinar qual a ordem de prioridades referentes às ações que precisam ser tomadas para preservação do acervo arquivístico, há um conjunto de critérios a serem pontuados, bem como, que as medidas de resolução podem ser variadas dependendo do recurso que o órgão dispõe e da situação manifestada em cada local, é mister ter as tomadas de decisões documentadas de forma coerente e transparente. Sendo assim, a metodologia AHP auxilia na abrangência da análise de fatores de forma assertiva.

Cabe mencionar que nos dois casos estudados, antes do preenchimento dos formulários, as profissionais tinham convicção de que o agente “fogo” seria o primeiro risco a ser solucionado, no entanto, com a avaliação pormenorizada do cruzamento de cada critério com alternativas, o resultado se mostrou outro. Assim, é reforçado que o emprego do método se mostra útil pois elimina o “achismo” e opiniões subjetivas. Situação que

demonstra aplicabilidade, levando em consideração que a tomada de decisão será baseada em um estudo, não em dados aleatórios.

9. Considerações finais

A partir do desenvolvimento do estudo constatou-se que o método proposto é ferramental eficiente para auxiliar os gestores de instituições ou setores arquivísticos a definir qual a ordem de prioridades referentes às ações de preservação do acervo arquivístico que precisam ser tomadas, uma vez que consegue levar em consideração o ponto de vista dos *stakeholders* e fazê-lo de forma estruturada a partir da atribuição de pesos, critérios e alternativas entre si, proporcionando um sistema para a tomada de decisões complexas e apoiando o processo de tomada de decisão da solução mais próxima da solução ideal. Cabe salientar que trabalhar com gerenciamento de riscos é estar diante de cenários dinâmicos, os quais exigem monitoramento constante, portanto, assim como os riscos podem ser mitigados e desaparecerem, a resolução deles também podem ocasionar o aparecimento de novos agentes de deterioração a serem avaliados.

Sem dúvida, a aplicação dos métodos multicritério beneficiam a tomada de decisões, pois documentam as escolhas realizadas, abandonando subjetividades e facilitando a argumentação e convencimento dos gestores, pois demonstram transparência e justificativa científica para os investimentos financeiros a serem realizados.

O defendido aqui é a necessidade de que os acervos sejam preservados, adiando a perda dos suportes das informações, os quais constituem o patrimônio documental, ou seja, que se conservem os registros da memória coletiva que se materializam nos documentos arquivísticos.

Se a proteção da documentação governamental é um preceito constitucional, é dever de todas as instituições agirem em prol desta proteção (BRASIL, 1988). Bellotto (2014) expõe que os arquivos são instrumentos insubstituíveis para uma administração e se inserem no rol de decisões e de ações e, por isso, deveriam ter lugar nas políticas públicas de desenvolvimento do país. Logo, os arquivos propiciam maior transparência, eficácia e obtenção de resultados destas políticas.

A preservação dos acervos precisa estar incluída na política de gestão de documentos, aprovada e apoiada pelos gestores, com orçamento previsto, para produzir resultados mais eficientes.

Acredita-se que o trabalho apresentado pode servir de modelo para outros órgãos que objetivem determinar a ordem de priorização de atividades a realizar, bem como recomenda-se o cruzamento de outros métodos multicritério contribuindo para novas discussões.

Referências bibliográficas

ABIN – AGÊNCIA BRASILEIRA DE INTELIGÊNCIA

2021 ABIN apoia recuperação do acervo da Biblioteca Nacional após ataque hacker. *Gov.br – Gabinete de Segurança Institucional*. [Em linha]. 2021. [Consult. 27 jan. 2023]. Disponível em: <https://www.gov.br/abin/pt-br/assuntos/noticias/abin-apoia-recuperacao-do-acervo-da-biblioteca-nacional-apos-ataque-hacker>.

ABNT - ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS

2018 *NBR ISO 31000: Gestão de riscos: diretrizes*. 2ª ed. Rio de Janeiro: ABNT, 2018.

BAUDEL, R. M.

2008 *Modelo de decisão multicritério para seleção de plano de mídia para campanhas publicitárias de vestibulares*. Recife, 2008.
Dissertação de mestrado - Universidade Federal de Pernambuco, Programa de Pós-graduação em Engenharia de Produção.

BELLOTTO, H. L.

2014 *Arquivos : estudos e reflexões*. Belo Horizonte: Edições UFMG, 2014.

BERGNER, J.; FILZEN, J. J.

2022 Is your C-suite risk literate? *Business Horizons*. [Em linha]. 65:5 (2022) 591-601. [Consult. 15 jan. 2023]. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/S0007681321001294?via%3Dihub>.

BERZINS, L.

2009 *Avaliação de desempenho pela AHP através do Super decisions : caso INMETRO*. Rio de Janeiro, 2009.
Dissertação de mestrado - Faculdades Ibmecc, Programa de Pós-Graduação em Administração.

BETTENCOURT, K.

2013 Elaboração de um plano de emergência. *Páginas a&b: arquivos e bibliotecas*. [Em linha]. 4 (2000) 43-54. [Consult. 27 jan. 2023]. Disponível em: <https://ojs.letras.up.pt/index.php/paginasueb/article/view/93/93>.

BRASIL. Arquivo Nacional. Coordenação-Geral de Processamento e Preservação do Acervo. Coordenação de Preservação do Acervo. Equipe de Conservação

2019 *Gerenciamento de riscos: do planejamento à execução*. [Em linha]. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2019. [Consult. 27 jan. 2023]. Disponível em: <https://www.gov.br/arquivonacional/pt-br/centrais-de-conteudo-old/manual-gerenciamento-riscos-2019-digital-miolo-online-pdf>.

BRASIL. Constituição, 1988

1988 *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*. [Em linha]. Brasília, DF : Presidência da República, 1988. [Consult. 24 fev. 2023]. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm.

BRASILIANO, A. C. R.

2005 Análise de riscos. *Revista eletrônica Brasileiro & Associados*. [Em linha]. 20 (set./out. 2005) 4-12. [Consult. 13 jan. 2023]. Disponível em: https://docs.wixstatic.com/ugd/fbc826_56f9c26a375a42f39f4c2f713d0ca48e.pdf.

BRENTANO, T.

2016 *A Proteção contra incêndios no projeto de edificações*. 3ª ed. Porto Alegre : T-Edições, 2016.

BROTHMAN, B.

2006 Archives, life cycles and death wishes : a helical model of record formation. *Archivaria*. [Em linha]. 61 (sep. 2006) 235-269. [Consult. 27 jan. 2023]. Disponível em: <https://archivaria.ca/index.php/archivaria/article/view/12542>.

CARVALHO, F. C. V. S. P. M.

2007 *Estudo comparativo entre diferentes métodos de avaliação de risco, em situação real de trabalho*. Porto, 2007.
Dissertação de mestrado - Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto.

CHRISTOFOLETTI, R.; AGOSTINHO, N. A.

2020 Tráfico ilícito de bens culturais: uma reflexão sobre a incidência do furto de patrimônio bibliográfico raro no Brasil. *Revista do Arquivo*. [Em linha]. 6:11 (out. 2020) 90-100. [Consult. 23 out. 2022]. Disponível em: http://www.arquivoestado.sp.gov.br/revista_do_arquivo/11/pdf/Artigos%20Rodrigo%20Christofoletti%2028%2010.pdf.

CONARQ - CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS

2005 *Recomendações para a produção e o armazenamento de documentos de arquivo*. Rio de Janeiro: O Conselho. 2005.

CONARQ - CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS

2000 *Recomendações para construção de arquivos*. [Em linha]. Rio de Janeiro, 2000. [Consult. 29 jan. 2023]. Disponível em: <https://dhg1h5j42swfq.cloudfront.net/2016/02/20152049/Recomenda%C3%A7%C3%B5es-Para-Constru%C3%A7%C3%A3o-de-Arquivos.pdf>.

UN ESCAPE DE 17.000 LITROS DE ÁGUA...

2022 Un Escape de 17.000 litros de agua estropea 700 cajas de documentación en el Archivo Histórico de Girona. *Cope: noticias y radio online*. [Em linha]. 2022. [Consult. 26 jan. 2023]. Disponível em: https://www.cope.es/emisoras/cataluna/barcelona-provincia/barcelona/noticias/escape-17000-litros-agua-estropea-unas-700-cajas-documentacion-del-siglo-archivo-histori-20221027_2367504.

FIOCRUZ - FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ. Grupo de Trabalho de Gerenciamento de Riscos e Conservação Preventiva

2020 *Relatório de divulgação dos resultados do primeiro ciclo de aplicação da metodologia de gestão de riscos para o patrimônio cultural da Fiocruz*. [Em linha]. Rio de Janeiro : Fiocruz; COC, 2020. [Consult. 17 nov. 2022]. Disponível em: https://www.arca.fiocruz.br/bitstream/iciet/42316/11/Relat%c3%b3rio%20Final%20GR_vers%c3%a3o%20Arca_12ago2020.pdf.

GIORGETTO, S. A.

2021 Risk and crisis management : an overview. *Economia Aziendale Online*. [Em linha]. 12:1 (March 2021) 1-12. [Consult. 27 jan. 2023]. Disponível em: <http://riviste.paviauniversitypress.it/index.php/ea/article/view/2051>.

GOMES, L. F. A. M.

2007 *Teoria da decisão*. São Paulo : Thomson Learning, 2007.

GOMES, L. F. A. M.; GOMES, C. F. S.

2019 *Princípios e métodos para tomada de decisão : enfoque multicritério*. 6ª ed. São Paulo : Atlas, 2019.

HIDALGO, D.

2020 Reportan robo de ochenta documentos oficiales y militares del siglo XIX del Archivo de la Nación. *Ojo Público*. [Em linha] 2020. [Consult. 26 jan. 2023]. Disponível em: <https://ojo-publico.com/1618/reportan-robo-de-ochenta-documentos-oficiales-del-archivo-de-la-nacion>.

HOLLÓS, A. C.; PEDERSOLI JR., J. L.

2009 Gerenciamento de risco : uma abordagem interdisciplinar. *Ponto de Acesso*. [Em linha]. 3:1 (2009) 72-81. [Consult. 27 jan. 2023]. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/revistaici/article/view/3314>.

IBERMUSEUS; ICCROM - INTERNATIONAL CENTRE FOR THE STUDY OF THE PRESERVATION AND RESTORATION OF CULTURAL PROPERTY

2017 *Guia de gestão de riscos para o patrimônio museológico*. Trad. José Luiz Pedersoli Jr. [Em linha]. Roma: ICCROM, 2017. [Consult. 27 jan. 2023]. Disponível em: https://www.iccrom.org/sites/default/files/2018-01/guia_de_gestao_de_riscos_pt.pdf.

MAHTANI, N.

2021 Dois séculos de história e literatura queimados na Cidade do Cabo. *El País*. [Em linha]. (21 abr. 2021). [Consult. 27 jan. 2023]. Disponível em: https://brasil.elpais.com/internacional/2021-04-21/dois-seculos-de-historia-e-literatura-queimados-na-cidade-do-cabo.html?fbclid=IwAR009wE9hgkQGaG8808oEB4PscC2aoPLeUMLQT_lk9sjnI_sjjAtz9UDJMaQ.

MARQUES, M. V.

2015 *Principais pragas urbanas e seus danos em onze acervos históricos de São Paulo*. Rio Claro, 2015.
Monografia de especialização em Entomologia Urbana - Universidade Estadual Paulista, Instituto de Biociências do Campus de Rio Claro.

MICHALSKI, S.; CCI - CANADIAN CONSERVATION INSTITUTE

2009 *Los Niveles ABC para la evaluación de riesgos en las colecciones museísticas e información para interpretar los riesgos derivados de una incorrecta humedad relativa y temperatura*. [Em linha] Madrid, 2009. [Consult. 27 jan. 2023]. Disponível em: https://ge-iic.com/files/grupoconservacionpre/Michalski_Madrid.pdf.

NOBRE, L. S.; SOUZA, O. de

2018 Museu de Arte e Cultura do Ceará : uma análise dos riscos baseados em um modelo integrado dos fluxos de informação dos métodos Fine e Mosler. *Informação em Pauta*. [Em linha]. 3:1 (jun. 2018) 26-51. [Consult. 27 jan. 2023]. Disponível em: <http://www.periodicos.ufc.br/informacaoempauta/article/view/19691>.

PECEK, B.; KOVACIC, A.

2019 Methodology of monitoring key risk indicators. *Economic Research = Ekonomiska Istraživanja*. [Em linha]. 32:1 (2019) 3.485-3.501. [Consult. 27 jan. 2023]. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/1331677X.2019.1658529>.

PEDERSOLI JR., J. L.

2020 O Gerenciamento de riscos é um processo contínuo e tem que constar entre as prioridades institucionais. *Revista do Arquivo*. [Em linha]. 6:11 (out. 2020) 25-34. [Consult. 27 jan. 2023]. Disponível em: http://www.arquivoestado.sp.gov.br/revista_do_arquivo/11/pdf/Introducao%20a%20Dossie%20Marcelo%20Pedersoli%2028%2010.pdf.

PEROBELLI, F. F. C.

2004 *Um Modelo para gerenciamento de riscos em instituições não financeiras: aplicação ao setor de distribuição de energia elétrica no Brasil*. São Paulo, 2004. Tese de doutorado - Universidade de São Paulo, Pós-Graduação em Administração.

PRATA DA CASA

2020 Prata da Casa: entrevista com profissionais do Centro de Preservação, responsáveis pelo gerenciamento de riscos. *Revista do Arquivo*. [Em linha]. 7:11 (out. 2020) 166-182. [Consult. 27 jan. 2023]. Disponível em: http://www.arquivoestado.sp.gov.br/revista_do_arquivo/11/pdf/Prata%20da%20Casa%2028%2010.pdf.

RIVAS, R. E. G.

2016 *Uso do método multicritério para tomada de decisão operacional tendo em conta riscos operacionais, à segurança, ambientais e à qualidade*. Salvador, 2016. Dissertação de mestrado - Universidade Federal da Bahia, Programa de Pós-Graduação em Engenharia Industrial.

SAATY, T. L.

1980 *The Analytic Hierarchy Process*. New York: McGraw Hill, 1980.

SAATY, T.L.; VARGAS, L.G.

2001 *Models, methods, concepts & applications of the Analytic Hierarchy Process*. Boston: International Series in Operations Research & Management Science, 2001.

SOARES, S. M. V.

2011 O Microfilme e o digital : as duas faces da preservação. *Ágora: Arquivologia em debate*. [Em linha]. 21:43 (ago./dez. 2011) 5-35. [Consult. 27 jan. 2023]. Disponível em: <https://agora.emnuvens.com.br/ra/article/view/295/pdf>.

Priscila Lopes Menezes | priscila.menezes@uel.br

Universidade Estadual de Londrina (UEL), Brasil

Reginaldo Fidelis | reginaldof@utfpr.edu.br

Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR), Brasil

Eduardo Augusto do Rosário Contani | contani@uel.br

Universidade Estadual de Londrina (UEL), Brasil

Meissane Andressa da Costa Leão | meissaneleao@gmail.com

Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Brasil

O CONTEXTO DE USO DO TERMO ARQUIVOS COMUNITÁRIOS A PARTIR DA VERTENTE DOS ESTUDOS CRÍTICOS E DECOLONIAIS: uma análise terminológica pontual

THE CONTEXT OF USE OF THE TERM COMMUNITY ARCHIVES FROM THE POINT OF VIEW OF CRITICAL AND DECOLONIAL STUDIES: a punctual terminological analysis

Maíra Fernandes Alencar | Brígida Maria Nogueira Cervantes | Mário Barité

<https://doi.org/10.21747/21836671/pag19a4>

Resumo: O objetivo desse trabalho foi analisar o contexto de uso do termo Arquivos Comunitários, a partir da produção científica no período de 2008-2021 de três membros da comunidade discursiva Archival Education Research Initiative (AERI). A metodologia é exploratória e descritiva e fez uso da Análise de Domínio de Hjørland na dimensão terminológica, mas de foco pontual. Enquanto resultados foi possível chegar em dez categorias no total. O predomínio foi a categoria da dimensão política com 81,25% dos trabalhos, em um *corpus* de 16 artigos. Esses resultados evidenciam uma dimensão de engajamento, de modo que é possível entender que se tratando do contexto de uso do termo arquivos comunitários na comunidade discursiva da AERI essa temática tem sentidos de atuações voltados à grupos sociais marginalizados, uma vez que a ênfase dada reside na perspectiva de fazer acessível a história de tais grupos, a partir de seus próprios modos de atuar no ativismo político.

Palavras-chave: Análise de Domínio; Arquivística Decolonial; Arquivos Comunitários; Estudos arquivísticos críticos.

Abstract: The objective of this work was to analyze the context of use of the term Community Archives, based on the scientific production in the period 2008-2021 of three members of the Archival Education Research Initiative (AERI) discursive community. The methodology is exploratory and descriptive, and made use of Hjørland's Domain Analysis in the terminological dimension, but with a punctual focus. As for results, it was possible to reach ten categories in total. The predominance was the category of the political dimension with 81.25% of the works, in a *corpus* of 16 articles. This shows a dimension of engagement, so that it is possible to understand that, considering the context of use of the term community archives in the discursive community of AERI, this theme has meanings of actions aimed at marginalized social groups, since the emphasis given lies in the perspective of making the history of such groups accessible, based on their own ways of acting in political activism.

Keywords: Domain Analysis; Decolonial Archival Science; Community Archives; Critical Archival Studies.

1. Introdução

Os arquivos comunitários apesar de não serem recentes em dimensões de uma prática existente, têm sido objeto de estudo mais frequente de forma explícita nas últimas décadas. No Brasil, ainda é raro esse debate. Mas, em âmbito internacional nota-se uma maior produção, tanto de artigos e capítulos, quanto de livros. Na comunidade discursiva

arquivística Archival Education Research Initiative (AERI), a temática desse tipo de arquivo consta de forma frequente, inclusive faz parte de projetos de alguns membros/as¹.

Nesse sentido, o objetivo desse artigo é apresentar uma análise terminológica de cunho pontual sobre o termo Arquivos Comunitários, a partir dessa comunidade discursiva.

A metodologia é de cunho exploratório e descritivo. Para compor o *corpus* consideramos enquanto universo de pesquisa a produção científica dos membros/as da AERI, pesquisando mediante o nome de cada um na base de dados LISTA (*Library, Information Science & Technology Abstracts*). Posteriormente, analisou-se dentro de todos os perfis dos membros/as aqueles que tivessem enquanto temáticas de trabalho, de forma explícita, em seus currículos de investigações sobre direitos humanos/justiça social/ decolonialidade na perspectiva da arquivística, sendo estes: Anne Gilliland, Jeannette Bastian, Kelvin White, Michelle Caswell e Tonia Sutherland, gerando um *corpus* de 49 artigos, e com a busca do termo Community Archives, obteve-se um *corpus* de 16 trabalhos a cargo de 3 membras (Gilliland, Caswell e Bastian). Assim, a análise foi realizada sob esse *corpus* de 16 artigos. Enquanto resultados, chegamos em um total de dez categorias de análise, sendo a de maior incidência, a de cunho político. A seguir tem-se uma apresentação sobre os Arquivos Comunitários, seguida de uma discussão a respeito da AERI; posteriormente detalhamos os caminhos metodológicos, e por fim, os resultados e as considerações finais.

2. Os Arquivos comunitários

Notamos que **n**essa dimensão de criar arquivos mais inclusivos residem os situados arquivos comunitários, que têm sido tema de pesquisa e de projetos de alguns membros/as da AERI. Visto isso, falaremos sobre tais tipos de arquivos.

A começar pelo autor clássico da arquivística, Terry Cook (2013) quando aborda a respeito de paradigmas arquivísticos, em uma das fases ele refere explicitamente à dimensão dos arquivos comunitários, citando para tanto o autor Flinn (2007), o qual tem sido um teórico com muitos trabalhos sobre esse tema, sendo frequentemente citado.

Iremos destacar três dimensões dos arquivos comunitários presentes no artigo de Flinn em 2007, *Community Histories, Community Archives: some opportunities and challenges*. A primeira é sobre as causas de crescimento, os impactos e importância que essa concepção de arquivo causa; a segunda é sobre o quanto não é nova essa concepção da natureza de arquivos: e a terceira é sobre a difícil definição do termo e o abandono por algo fixo e único, deixado por último, uma vez que essa temática de definições tem sido foco de outros autores que tratam a respeito, se tratando todavia de uma questão complexa e certamente ainda em desenvolvimento do ponto de vista teórico, como qualquer conceito com múltiplas facetas. E não é, por acaso, um dos focos da referida tese, na dimensão da terminológica

¹ Esse artigo é parte de uma tese defendida em 2022, cujo campo temático foi a análise da AERI (Archival Education Research Initiative), circunscrita a partir de seus membros/as (micro biografias e características de sua produção científica no período de 2008 a 2021), e sobre o contexto do uso do termo “arquivos comunitários” a partir dessa comunidade.

pontual, que em vez de cercar as definições, visa situar o contexto de uso a partir dos membros/as da AERI que pesquisam a respeito.

Para Flinn (2007), as causas de crescimento são fatores inter-relacionados, o aumento das tecnologias de informação e comunicação, que permitiu que diferentes pessoas de localizações distantes se agrupassem em torno de sua característica, o interesse pela histórica individual e familiar e, por último, o interesse pela história quando as comunidades passam por situações de mudanças, como é o caso de eventos traumáticos, alterações culturais, demográficas e geracionais.

Um relatório do *Community Access to Archives Project (CAAP)*², que avaliou os arquivos comunitários no Reino Unido em 2004, contabilizou a existência de aproximadamente 3.000 arquivos comunitários e, ao realizar uma análise com 46 grupos, o relatório identificou diferentes impactos entre eles: ganhos de capital cultural, reequilíbrio da história e patrimônio em favor da comunidade, maior sentido de empoderamento, pertencimento e coesão comunitária.

Nesse sentido, sua importância, a partir da visão do autor, entre outros argumentos, é pela inclusão, por uma missão democrática contínua a respeito do patrimônio nacional que contemple todas as pessoas, uma vez que “dão voz a quem geralmente não é ouvido, revelam o que aconteceu no local de trabalho para além das estatísticas de salários e produção, mostram sobre a vida e as experiências em comunidades raramente mencionadas nos documentos oficiais [...]” (FLINN, 2007:160- tradução nossa).

Na segunda dimensão, é que esse tipo de arquivos, apesar de ter vários nomes diferentes, não é um fenômeno novo e que o reconhecimento oficial de sua existência e sua importância demorou a aparecer:

Na verdade, um breve exame da comunidade e grupos de história local em toda a Grã-Bretanha logo revela uma rica herança de diferentes iniciativas para documentar e preservar os vestígios de vários grupos e localidades de outra forma sub-representados pelos principais arquivos e serviços de patrimônio. Alguns desses projetos trabalharam em estreita colaboração com o setor formal, enquanto outros permaneceram firmemente independentes e controlados pela comunidade. Uma lista abrangente provavelmente seria impossível de construir, mas alguns exemplos serão suficientes para dar uma noção da extensão e variedade de o movimento (FLINN, 2007:156 - tradução nossa).

² “[...] iniciativas Community Access to Archives Project (CAAP) e os valiosos relatórios e orientações que publicou em outubro de 2004. O CAAP foi sucedido em 2005 pelo Community Archive Development Group (CADG) e em sua curta existência até agora lançou um *site* (communityarchives.org) e encomendou a primeira pesquisa sobre o impacto dos arquivos comunitários e realizou uma conferência pública bem-sucedida no verão de 2007, que reuniu profissionais de arquivos comunitários e formais, bem como de outras partes interessadas (FLINN, 2007:154).

O autor lista em torno de 18 iniciativas que podem ser consideradas arquivos comunitários, uma vez que têm essa característica de preservar história em torno de uma comunidade.

Por fim, o terceiro foco, com todo esse panorama apresentado, é sobre a difícil definição do termo e o abandono por algo fixo. Essa questão está no início de muitos artigos que tratam a respeito dos arquivos comunitários, para citar alguns: Flinn (2007), Gilliland e Flinn (2013), Nyhan (2015), Welland e Cossham (2019) e Gibbons (2020).

[...] o termo é complexo que pode ser usado para se referir a uma variedade de projetos. Há muitas razões para isto. Por exemplo, o termo “comunidade” foi usado, dentro e fora o setor de patrimônio, de maneiras que desmentem a amplitude de seu alcance semântico. De fato, Waterton e Smith argumentaram elegantemente que ele se tornou um "um obstáculo epistemológico ... [ele] se tornou muito facilmente uma exposição ou solução 'em vez de algo a ser explicado'" (NYHAN, 2015:222 - *tradução nossa*).

Não temos a pretensão de esgotar essa dimensão, mas dar visibilidade do cenário conceitual a respeito desse termo. Por exemplo, Flinn (2007:153 - *tradução nossa*) diz que a aceitação do termo teve crescimento nos últimos anos “como um meio eficaz [se às vezes imperfeito] de agrupar esses projetos e iniciativas muitas vezes díspares e com nomes variados, em um “movimento” de arquivos comunitários.” Agrupando suas definições, temos:

Sobre comunidade:

Prefiro ser mais amplo e explícito ao me referir a uma comunidade como um grupo que se define com base na localidade, cultura, fé, ou outra identidade ou interesse compartilhado. Muitas comunidades tendem a ter um foco local, mesmo que se encontrem virtualmente, mas outras têm outro foco compartilhado, como sexualidade, ocupação, etnia, fé ou interesse, ou uma combinação de um ou mais dos itens acima.

Sobre arquivos comunitários:

Histórias comunitárias ou arquivos comunitários são as atividades básicas de documentação, registro e exploração do patrimônio comunitário em que a participação, controle e propriedade da comunidade do projeto são essenciais (FLINN, 2007:153 - *tradução nossa e grifo nosso*).

Apesar dessas definições, ainda que funcionais, como diz o autor (2007:153 - *tradução nossa*), “é importante não se distrair muito com a exatidão de definição. Muitas vezes, essas definições podem confundir tanto quanto esclarecem e excluir tanto quanto incluir”. Gilliland e Flinn (2013) também vão por esse caminho. E quem também seguiu essa via foi Gibbons (2020), que ao analisar sobre os arquivos comunitários na Austrália, em vez de se ater em definições, preferiu explorar o porquê e quem está falando sobre eles.

Welland e Cossham (2019) trataram especificamente sobre essa dificuldade. *Defining the undefinable : an analysis of definitions of community archives* nos fornece, se não soluções, pelo menos alguns argumentos de como se situar frente a esse cenário (difícil, mas necessário) quando pretendemos, para fins de uma perspectiva plural na educação arquivística, inserir outras formas de criar arquivos em que há espaço para grupos sociais marginalizados.

Tais autoras supracitadas exploram as definições de arquivos comunitários com diferentes abordagens, discutem a respeito das tensões sobre a diversidade de compreensão sobre o termo, bem como identificam alguns temas-chave que influenciam na maneira como são entendidos. Elas reúnem diferentes conjuntos de definições³, contextualizam sobre tais descrições, mas afirmam que elas “são difíceis de definir, não apenas em termos de defini-las para o público em geral, mas também para aqueles que criam, aqueles que trabalham com informações patrimoniais, e para a disciplina de arquivos [...]”, indicando posteriormente, que o conceito, pelo menos em parte da literatura, “não se encaixa em nenhum paradigma arquivístico dominante” (WELLAND e COSSHAM, 2019:622, *tradução nossa*).

Uma das contribuições dessa pesquisa citada acima é a sistematização a partir da literatura analisada, de quatro temáticas em torno dos arquivos comunitários: 1) os arquivos comunitários contam com o apoio ativo da comunidade e a participação de uma comunidade autodefinida; 2) são lugares (físicos ou não) que validam e dão acesso à memória comunitária e às histórias, que podem ser criadas a partir dela; 3) contêm não apenas arquivos como tradicionalmente entendidos, mas também uma variedade de itens que tradicionalmente não foram considerados arquivísticos; 4) operam sem financiamento e/ou controle direto do governo, “como coleções de materiais criados, mantidos e gerenciados principalmente dentro das comunidades e fora do setor formal do patrimônio. (WELLAND e COSSHAM, 2019 - *tradução nossa*).

Para além dessa sistematização, outro fator de relevo foi a identificação de cinco fatores que influenciam as definições de arquivos comunitários, além da dimensão de identidades: 1) a falta de uma “marca” pública; 2) falta de acordo na informação do setor do patrimônio sobre quem pode usar o termo arquivos comunitários; 3) a postura defensiva dos arquivos tradicionais; 4) definições de arquivos comunitários, que se concentram em “o que poderia ser” em vez de “o que é” e 5) a confusão dentro da própria comunidade dos arquivos comunitários, sobre o que eles são (WELLAND e COSSHAM, 2019 - *tradução nossa*).

Por fim, há ainda um argumento dos autores de que a análise das definições se apresenta enquanto ponto de partida com o objetivo de apoiar esse tipo de arquivo, o que resulta também em uma compreensão mútua para diferentes públicos e a comunidade arquivística, com foco em explorar as possibilidades nesses tipos de arquivos, apontando ainda, para futuras pesquisas, “desenvolver uma taxonomia de tipos de arquivo comunitário e a partir disso construir um compreensão das práticas e necessidades de

³ Os arquivos comunitários têm sido definidos como “únicos” (RAMSDEN, 2016:2), “não públicos” (HARRIS, 1998:2), “instituições DIY” (BAKER e HUBER, 2013:266), livres de influências externas (COOK, 2012; FLINN, 2011; FLINN *et al.*, 2009), “documentar e registrar a vida daqueles escondidos ou marginais” (FLINN, 2007:161), projetos (LATIMER, 2015), lugares de ativismo político (Caswell, 2014; Flinn e Stevens, 2009) e storytelling (Lee, 2018), constituindo comunidade por meio de suas definições de histórias, pertencimento e limites (Ramsden, 2016) lugares que têm “senso autoconsciente de curadoria” (Long e Collins, 2016, p. 98) e “preservar o impacto cultural de [uma] comunidade intencional” (Finnell, 2019). Os arquivos comunitários também podem ser vistos como “pequenos, locais, independentes e muitas vezes idiossincráticos” (Hurley, 2016). Eles são um lugar “através do qual as comunidades podem tomar decisões coletivas sobre o que é de valor duradouro para elas, moldar a memória coletiva de seus próprios passados e controlar os meios pelos quais as histórias sobre seu passado são construídas” (Zavala *et al.*, 2017:203). (WELLAND e COSSHAM, 2019:621 - *tradução nossa*).

diferentes tipos e diferentes comunidades” (WELLAND e COSSHAM, 2019:630 - *tradução nossa*).

Notadamente, podemos ter um olhar do quanto essas concepções e análises de fato desafiam a visão tradicional do que entendemos por arquivística, e ainda mais, o quanto desafiador e necessário é o caminho de exploração, para essas outras vias de criar e envolver as comunidades socialmente marginalizadas. E, ao se ater nessa via com a perspectiva dos arquivos comunitários, certamente, não é possível deixar de lado, a dimensão terminológica, a fim de atuar na representação e comunicação entre os pares e o público, que deseja atuar e compreender esse cenário e ambiente. Assim, concordamos com os autores de que:

Qualquer que seja a definição de arquivos comunitários, a noção de comunidade não pode ser separada dela, enquanto a noção de arquivos pode ser mais ampla, mais transformadora, mais poderosa, mais política, mais inclusiva e muito mais flexível do que sugere o paradigma arquivístico tradicional. A incorporação de arquivos comunitários ao paradigma arquivístico beneficiará ambos (WELLAND e COSSHAM, 2019:631 - *tradução nossa*).

Mas, antes de finalizar essa seção, cabe ainda verificar em que outros locais esse conceito tem sido foco de pesquisa. Dessa forma, com a busca em espanhol⁴, no buscador do *Google Scholar* a partir do termo “*archivos comunitarios*” recuperam-se alguns trabalhos, mas aqui vamos destacar a tese de Marta Lucia Giraldo, *Archivos vivos : documentar los derechos humanos y la memoria colectiva en Colombia*, defendida em 2019, para título de doutorado em História Comparada, Política y Social do Departamento de História Moderna y Contemporânea da Universidad Autónoma de Barcelona, que em maio de 2022 foi publicada no formato de livro e que defende:

Con base en la idea de que los archivos son vehículos para la construcción de las memorias del pasado en el presente, *Archivos vivos. Documentar los derechos humanos y la memoria colectiva en Colombia* indaga por las prácticas, los sentidos y los usos de los archivos que documentan la violencia desde la perspectiva de los sobrevivientes. El libro parte de los fundamentos teóricos sobre los archivos, la memoria histórica y su relación con los derechos humanos, para luego abordar los casos de cuatro archivos no oficiales (dos personales y dos comunitarios) cuya labor de documentación de violaciones a los derechos humanos en Colombia es emblemática. Este estudio sobre los archivos producidos por la sociedad civil en relación con el conflicto armado interno colombiano llama la atención sobre la preservación de estos acervos

⁴ Um outro projeto de língua espanhola é do Chile, chamado “El Taller de Archivística Comunitaria (TAC) un programa político-pedagógico que busca construir y desarrollar colaborativamente herramientas y fomentar prácticas archivísticas comunitarias con diversos encargados de archivos comunitarios en Chile con la finalidad de que las apliquen y/o resignifiquen en función de sus necesidades internas y sus realidades locales. Actualmente, es impulsado por el Archivo de la Federación de Estudiantes de la Universidad de Chile (AFECH)” - <https://archivoscomunitarios.cl/declaracion-de-principios/>, 2022.

como elemento chave para fortalecer la democracia y mantener abiertos los canales de participación ciudadana (GIRALDO, 2022: s. p.).

A autora faz uma discussão dos arquivos comunitários e eles são fontes de sua análise, que visa documentar os direitos humanos, no contexto da violência na Colômbia.

No Brasil, essas discussões de arquivos comunitários, a partir do uso desse termo, se encontram em construção, por exemplo, em um levantamento na base BRAPCI⁵ com o uso “*community archives*” e “arquivos comunitários” não constam registros. Por outro lado, com a busca na BDTD, com o mesmo procedimento, recupera-se apenas uma tese em Ciência da Informação, de Rodrigo Fortes de Ávila, defendida em 2020, na Universidade Federal da Bahia, com o título, *Insurgências Arquivísticas em busca da diversidade*, orientada por Maria Teresa Navarro Brito Mattos e coorientada por Miguel Ángel Rendón Rojas, de modo que, ao abordar a respeito das insurgências arquivísticas, o autor insere enquanto uma das insurgências os arquivos comunitários.

Como já foi mencionado, ainda que não haja maiores recuperações diretas, um dos pontos a respeito dos arquivos comunitários que a literatura internacional aborda diz respeito a uma situação onde, apesar de alguns lugares e projetos não usarem o termo, pode-se compreender o que corresponde ao que significa um arquivo dessa natureza.

E como foi visto, esse fenômeno com tais características de promover grupos sociais marginalizados, certamente, pode encontrar um campo de atuação nas agendas de pesquisa da América Latina, uma vez que dialoga com as situações de grandes desafios sociais. Um lugar onde a memória pode ter um papel atuante na vertente de direitos humanos e justiça social, como têm trabalhado alguns membros/as da AERI, ainda que seja nos Estados Unidos, a preocupação é do tipo de uma epistemologia do sul, não de um sul global, mas epistemológico como escreve Santos (2019).

Um último ponto para ser destacado é que pode ser comum confundir arquivos comunitários com arquivos participativos e, para isso, Gilliland e Mckemmish (2014:4 - *tradução nossa*) esclarecem que ainda que estes conceitos estejam relacionados, o que os diferencia é que “mais de uma comunidade são simultaneamente e explicitamente envolvidas e responsáveis pela criação, manuseio e uso de um arquivo participativo”. Elas exemplificam que podem ser, uma ou mais “comunidades originárias, uma comunidade judicial, uma comunidade acadêmica, a comunidade arquivística profissional [...]”.

Essa distinção é importante, em se tratando dos arquivos comunitários, o termo comunitário pode se referir a muitas possibilidades. Concordamos com Drake quando ele argumenta, de acordo com Brilmyer *et al.* (2019):

“[...] que noções como local e comunitário podem “oferecer valor analítico (e, consequentemente, acionável)”, porque “por qualquer métrica da definição de 'comunidade', somos compelidos a caracterizar literalmente todo arquivo como um 'arquivo comunitário'”. Trabalhadores de 'arquivos comunitários' devem reformular radicalmente sua orientação para o trabalho e **deixar**

⁵ Pesquisa realizada dia 26 out. 2022.

claros seus projetos políticos” enquanto centralização da política de comunidades marginalizadas e os objetivos libertadores/emancipatórios de seus arquivos. Ele argumenta que só porque um arquivo é participativo e baseado na comunidade não necessariamente torná-lo libertador. E, como observa Elizabeth Crooke, “comunidade e patrimônio não são apenas conceitos maleáveis; eles também são altamente emotivos, bem guardados e são usados para controlar e definir autoridade (BRILMYER *et al.*, 2019:14 - *grifo e tradução nossa*).

Nesse mesmo sentido de distinção, pautando a dimensão política, há de se atentar para a diferença que pode existir dentro do que se entende por arquivos comunitários.

Estamos de acordo com Caswell (2021) ao citar o clássico artigo dos autores do Reino Unido, Andrew Flinn, Mary Stevens e Elizabeth Shepherd, de 2009⁶, a respeito da breve análise da definição centrada no fato de que arquivos comunitários se definem por serem coletados por membros de uma comunidade e que eles têm algum nível de controle, quando ela nos chama a atenção, propondo duas categorias amplas de arquivos comunitários:

Mais especificamente, argumento que não podemos discutir o fenômeno dos arquivos comunitários nos Estados Unidos sem abordar as desigualdades de poder. Aqui podemos dividir amplamente os arquivos comunitários em duas categorias - aqueles que representam e servem comunidades dominantes, como sociedades históricas que frequentemente investem em histórias de supremacia branca como forma de manter ou aumentar os valores de propriedade local, e **aqueles que representam e servem comunidades sub-representadas, marginalizadas e/ou oprimidas** (CASWELL, 2021:16 - *tradução e grifo nosso*).

Ainda que no contexto brasileiro, precisaremos de mais estudos para nossa definição de arquivos comunitários, por ora, essa distinção pode ser aplicada em nosso contexto. Outro ponto é que esses tipos de arquivos “não são apenas às omissões da história como a história oficial escrita por uma guilda de historiadores profissionais, mas às omissões das instituições de memória”, e que, a partir disso, “podem ser lidos como um desafio direto ao fracasso dos repositórios convencionais em coletar uma representação mais diversificada da sociedade” (CASWELL, CIFOR e RAMIREZ, 2016:61-62 - *tradução nossa*).

3. A Archival Education Research Initiative pautando o debate dos estudos críticos e decoloniais na arquivística

Diante dessa caracterização da diversidade apresentada na seção anterior, ou sendo mais abrangente, a partir da pluralidade é que estamos entendendo os arquivos comunitários, pautados a partir dessa segunda categoria que Caswell (2021:16 - *tradução nossa*) menciona, para representar e servir as comunidades sub-representadas, marginalizadas

⁶ “Coleções de material coletado principalmente por membros de uma determinada comunidade e sobre cuja comunidade os membros exercem algum nível de controle... ou localidade em seus próprios termos”.

e/ou oprimidas. E que, portanto, nesse sentido, estamos partindo da compreensão de que os arquivos comunitários são partes de um projeto maior, isto é, são expressões da dimensão pluralista e inclusiva focada em uma práxis arquivística crítica e decolonial, que denuncia opressões por meio de propostas e projetos visando pautar a temática da libertação/emancipação em âmbito dos registros e da memória, para grupos socialmente marginalizados.

Uma comunidade discursiva no âmbito internacional, que pode ser considerada representativa ao pautar tais debates, por ter membros/as que atuam na pesquisa, e ensino em tais ênfases, é a AERI, cuja atuação ocorre no campo da Pesquisa e Educação Arquivística.

A AERI é uma comunidade com docentes atuantes entre os principais programas de educação arquivística nos Estados Unidos e no mundo. Foi criada em 2009 por docente da área arquivística nos Estados Unidos. Ela promove os *Archival Education and Research Institutes*, um evento com duração de uma semana nas instituições parceiras. Essa iniciativa visa atuar, entre outros âmbitos, com inovação curricular e pedagógica arquivística, a partir de seu foco de preocupação com grupos sociais marginalizados, com temas de pesquisa sobre justiça social e direitos humanos, entre outros.

Em seu estatuto (2022) um dos objetivos é “promover comunidades historicamente marginalizadas”. Alguns dos membros/as que compõem essa comunidade são atuantes nos debates teóricos e metodológicos de uma perspectiva inclusiva, isto é, ao considerar o cenário de desigualdades e injustiças frente ao poder, que o registro e a memória têm de exclusão e não pertencimento, atuam frente a tais contextos, por meio de diferentes propostas teóricas/conceituais e projetos acadêmicos e independentes.

Para fins desse artigo, entendemos que uma das formas possíveis de inclusão nesse contexto são os debates teóricos e metodológicos que tais membros/as fazem a respeito dos Arquivos Comunitários, os quais podem ser caracterizados nessa dimensão inclusiva, uma vez que eles “[...] combatem a aniquilação simbólica ao criar condições para o pertencimento representacional em comunidades minoritárias” (CASWELL, 2021:6 - tradução nossa)⁷.

4. Metodologia

A metodologia é de cunho exploratório e descritivo. Contou com três etapas.

Etapa 1: A construção de parâmetros para definição do *corpus*. Nessa etapa, a pergunta guia é: quais parâmetros devem orientar a definição do *corpus*? Para compor o universo de

⁷ “Community archives, I have argued, counter symbolic annihilation by catalyzing representational belonging in minoritized communities”.

pesquisa⁸, optámos por realizar a busca pelo nome de cada membro da AERI⁹, na base de dados da Ciência da Informação que indexa periódicos da arquivística nacional e internacional, a LISTA (*Library, Information Science & Technology Abstracts with Full Text*) pelo provedor EBSCOhost. No aspecto do recorte temporal, considerámos o tempo de 2008 até 2021. Relativamente ao tipo de produção científica optou-se por analisar os artigos.

Etapa 2: Coleta do *corpus*. Nesta etapa considerámos os parâmetros citados anteriormente, a fim de construir um formulário para a coleta do *corpus* da pesquisa. Utilizámos a seguinte estratégia de busca:

- **Campo de busca:** AUTOR
- **Termo:** NOME DO AUTOR(A)
- **Tipo de documento:** ARTIGOS (de periódicos)
- **Período:** 2008-2021
- **Base de dados:** LISTA
- **Datas da coleta:** 29, 30 e 31 de julho de 2022 / 4 e 5 de agosto de 2022
- **Forma da busca:** Individual (autor por autor)
- **Local salvo das páginas de coleta:** Pasta “lista de resultado por autor”
- **Metadados da coleta na planilha Excel:** 1) código; 2) autor(a); 3) data da coleta; 3) total; 4) referência; 5) título; 6) palavras-chave.
- **Não foram considerados:** Editoriais, trabalhos de eventos e duplicados.

Etapa 3: as lentes de análise do *corpus*. Tennis (2012:6) distingue dois tipos de Análise de Domínio (AD), a descritiva e a instrumental, uma vez que “a primeira é usada, e útil, somente em pesquisas básicas, e a última é usada para criar sistemas de organização do conhecimento”. Nossas análises estão focadas em âmbito descritivo.

Para análise do *corpus* foi utilizada a lente Terminológica - micro trabalho terminológico pontual. Essa lente dialoga com a crítica realizada por Barité e Rauch (2022), que parte da constatação de que enquanto abordagem específica da AD, os estudos terminológicos têm recebido pouca atenção na literatura até o momento; eles defendem os estudos terminológicos de forma autônoma na AD, separando-os da associação que Hjørland

⁸ No período da coleta de dados (julho e agosto de 2022) a base de dados LISA (Library and Information Science Abstracts) não estava disponível pela CAPES, por isso não foi incluída aqui uma vez que o Portal CAPES não havia renovado a assinatura das bases da Proquest.

⁹ Realizámos a busca a partir da relação dos nomes descritos enquanto membros/as no website AERI nas datas de 29, 30 e 31 de julho a 4 e 5 de agosto de 2022.

agrupa com LSP (*Language por Specific Purposes*) e análise do discurso. Aqui, nesse nível de trabalho terminológico, optamos por realizar um micro-trabalho terminológico pontual.

Essa análise terminológica pontual foi aplicada sob *corpus 3*. Em relação a estratégia de seleção do *corpus* para aplicar lente, e dado que há muitos membros/as e temáticas possíveis, com termos diversos, os seguintes critérios foram aplicados:

1. Quais membros/as?

Em consonância com um dos objetivos da AERI¹⁰, que visa, entre outros, atuar frente as comunidades historicamente marginalizadas, utilizamos enquanto estratégia os membros/as com foco explícito em seus currículos de investigações sobre direitos humanos/justiça social/decolonialidade na perspectiva da arquivística.

2. Qual o termo a ser analisado pontualmente?

Ainda em diálogo com o objetivo destacado acima da AERI, elegemos o termo *Community Archives* (Arquivos Comunitários) por se tratar de um conceito, sobre o qual ainda se discute a respeito de sua definição (WELLAND e COSSHAM, 2019) e que nomeia a prática de pensar e criar arquivos, em que há ênfase em diferentes tipos de comunidades marginalizadas. Tal prática que não é recente no campo arquivístico vem ganhando espaço em âmbito internacional:

Os arquivos comunitários, tanto dentro como fora dos EUA, foram formados em torno da identidade étnica, racial e religiosa, gênero e identidade sexual, classe econômica e localização geográfica, de tomada de decisão em torno de questões de história, memória, narrativa, preservação e poderes compartilhados. Verne Harris argumenta que os arquivos tradicionais representam apenas uma pequena parte da sociedade em seus acervos, e esses registros são, então, restritos em escopo e acesso. A natureza seletiva da coleta leva à marginalização das vozes nos arquivos, pois os fundos e as restrições de espaço moldam continuamente as decisões de coleta. Essas dinâmicas de poder exigem a criação de arquivos comunitários para dar espaço às comunidades marginalizadas que não foram representadas nos repositórios convencionais (ZAVALA, MIGONI e CASWELL, 2017:2 - *tradução nossa*).

3. Qual o procedimento metodológico para a coleta e análise desse termo?

Para esse procedimento foram criados dois roteiros. O primeiro, descrito no Quadro 1, em que se mostra a caracterização, o aspecto pontual a ser realizado, bem como, as etapas. Já o segundo (Quadro 2) é o modelo de ficha de registro do termo:

¹⁰ Ver objetivo AERI no estatuto: “Its object shall be supporting strong, inclusive, diverse, and vibrant archival and recordkeeping scholarship that enables individuals, communities, organizations and societies to remember and deal with their past, hold those in positions of power to account, uplift historically marginalized communities, and address societal grand challenges”.

Quadro 1 – Metodologia do micro trabalho terminológico pontual

<p>1. CARACTERIZAÇÃO:</p> <p>a) Tipo: Pontual</p> <p>b) Função: Descritiva</p> <p>c) Âmbito de especialidade: arquivística</p> <p>d) Tipo de material do corpus: Artigos de periódicos</p> <p>e) Linguagem e idioma do corpus: Escrita - inglês</p> <p>f) Quantidade: 49 trabalhos para buscar o termo.</p> <p>g) Armazenamento do corpus: <i>online</i>.</p>
<p>1. ASPECTO PONTUAL A SER REALIZADO:</p> <p>a) Termo “<i>community archives</i>”</p> <p>b) Pergunta-guia: Esse termo “<i>community archives</i>” pode ser classificado enquanto termo do tipo “apropriações-contra-hegemônicas”, uma vez que nomeia práticas e pensamentos com foco em ampliar a concepção das práticas e teorias arquivísticas para incluir, entre outros aspectos, preocupações com grupos socialmente marginalizados. Sendo assim, no <i>corpus</i> selecionado dos autores que pesquisam especificamente a questão de direitos humanos/justiça social/decolonialidade, qual o contexto de uso de tal termo?</p> <p>c) Objetivo: Identificar no <i>corpus</i> de 49 artigos provenientes de 5 membros/as da AERI que pesquisam explicitamente sobre direitos humanos/justiça social/decolonialidade na arquivística, o contexto de uso do termo <i>community archives</i>.</p>
<p>2. ETAPAS:</p> <p>a) Identificar quais artigos descrevem o contexto de uso do termo;</p> <p>b) Realizar os registros dos termos na ficha modelo;</p> <p>c) Realizar a leitura e análise dos contextos de uso e classificá-los;</p> <p>d) Apresentar uma síntese dos contextos de uso de tais termos.</p>

Fonte: Elaboração própria a partir de Cabré (2017), Barité (2017), Cervantes (2009) e Duboc (1999).

Apresentamos em seguida, o quadro metodológico (Quadro 2) para fins de visualização de cada lente, pergunta-guia, técnica utilizada e instrumento de registro:

Quadro 2 – Modelo de ficha de registro de termo para lente terminológica pontual

		1	
TERM/TERMO		AUTHOR/AUTOR(A)	
RELATED TERMS		TERMOS RELACIONADOS:	
TITLE		TÍTULO	
ABSTRACT		RESUMO	
KEYWORDS		PALAVRAS-CHAVE	
PAPER STRUCTURE		SEÇÕES DO ARTIGO	
CONTEXT OF USE OF THE TERM		CONTEXTO DE USO (TRADUÇÃO NOSSA)	
REFERENCES/ REFERENCIAS			
RESPONSIBLE/ RESPONSÁVEL:		DATE/ DATA	

Fonte: Elaboração própria, adaptado de Cervantes (2009:169).

Esses quadros foram utilizados de modo a orientar a sistematização dos dados da pesquisa, já que não haviam sido localizados na literatura da área da terminologia formas de registros e roteiros de análises especificamente da terminologia pontual.

5. Resultados: discussões e análises

De acordo com os procedimentos descritos na metodologia, que previa identificar mediante critério estabelecido, o termo para ser analisado pontualmente e o procedimento metodológico para a coleta e análise do termo, chegamos aos resultados abaixo.

Foram identificados/as 5 membros/as da AERI, que possuem a dimensão com foco explícito em seus currículos de investigações sobre direitos humanos/justiça social/decolonialidade na perspectiva da arquivística, sendo estes: Anne Gilliland, Jeannette Bastian, Kelvin White, Michelle Caswell e Tonia Sutherland. Com a produção desses membros/as, e excluindo os artigos duplicados de autores que escreveram em conjunto, o total desse *corpus*, que chamaremos de *corpus 2*, soma um total de 49 artigos.

Seguindo agora para a etapa posterior, foi realizada a leitura panorâmica e utilizada a busca pelo termo “*community archive*” nesse *corpus 2*, e recuperamos 16 artigos provenientes de 3 membras, Anne Gilliland (6), Michelle Caswell (8) e Jeannette Bastian (2), fazendo uso do termo a partir de um contexto. Esses trabalhos com 16 artigos estamos chamando de *corpus 3*.

Importante ressaltar que esses autores possuem projetos que revelam essa relação com esses tipos de arquivos, e em sentido mais amplo, com uma arquivística plural, quando visa propor conceitos e outras formas de pensar as práticas do campo a partir da inclusão de outros grupos, além da dimensão estadista.

Com uma descrição dos projetos delas, podemos ver essas preocupações, de **Anne Gilliland** no seu projeto maior, o **Centro de Informação como Evidência** (CIE - *Center for Information as Evidence*) sediado no Departamento de Estudos da Informação da UCLA (iSchool da UCLA) e fundado em 2005. De acordo com as informações no *website*, esse projeto tem servido como *locus* e parceiro para vários projetos de pesquisa, e desenvolvimento apoiados por diferentes financiadores. Entre vários, um dos seus objetivos é “monitorar questões locais e globais relevantes relacionadas ao *recordkeeping* e de arquivos, prestação de contas, equidade, justiça social e direitos, especialmente, os direitos humanos”¹¹.

A professora Jeannette Bastian (de acordo com uma nota da Society of American Archivists aposentou-se em junho de 2019) foi empossada *fellow* da Society of American Archivists (SAA), distinção de Fellow que é a mais alta honraria concedida a indivíduos pela SAA e é concedida por contribuições extraordinárias à profissão de arquivista. Seus livros são *Owning memory : how a Caribbean community loses its archives and found its history* (2003), *Community archives : the shaping of memory* (2009) e *Decolonizing the*

¹¹ <https://informationasevidence.org/about-cie>.

Caribbean record: an archives reader (2018) e mostram essa relação de seu foco de interesse nos arquivos comunitários. Para citar uma parte de uma entrevista da autora, podemos notar essa contextualização como parte de seus estudos:

Como sua formação profissional a levou para este tema dos arquivos no Caribe?

Antes de vir para Simmons [universidade], toda a minha vida profissional como bibliotecária e arquivista foi vivida nas Ilhas Virgens Americanas, território dos Estados Unidos e ex-colônia da Dinamarca. O engajamento total no local onde morava foi um elemento crítico do meu trabalho nas bibliotecas públicas e, posteriormente, como diretora. Continuo profundamente envolvido tanto por meio de pesquisas quanto pessoalmente com o Caribe.

Além do Caribe, quão importante é a descolonização nos arquivos hoje?

Eu diria que a descolonização é essencialmente uma questão de justiça social. A descolonização em todos os aspectos da vida é crítica para os antigos países coloniais, mas, muitas vezes é difícil de alcançar. Registros e arquivos são ferramentas vitais para ajudar comunidades e nações a entender sua própria história, unir-se em torno de sua própria herança cultural e construir uma identidade comum. O colonialismo foi (ainda é) mundial e todas as ex-colônias enfrentam esses desafios (BASTIAN, 2019 - Entrevista datada de 12 fev. 2019, disponível no *website* da universidade - tradução nossa)¹².

E, por último, a professora Michelle Caswell está à frente de três projetos, que revelam seu envolvimento com essa temática de forma assídua: o arquivo comunitário criado por ela em conjunto com outro autor, o *South Asian American Digital Archive*¹³, o laboratório que desenvolve pesquisas na universidade, o *Community Archives Lab UCLA*¹⁴ e um coletivo denominado, *Archivists Against History Repeating Itself*¹⁵. Não vamos aprofundar aqui, mas, esse coletivo, ainda em estágio inicial, reúne uma tipologia de temas que entram nessa vertente do pluralismo arquivístico, que pode ser útil ao mapeamento do campo.

Podemos notar que essas três autoras, possuem projetos e produção científica explicitamente com o foco nos arquivos comunitários, em perspectiva ampla, de forma que se envolvem com temas de engajamentos sociais, como afirmámos anteriormente.

Abaixo, segue a relação desse *corpus* 3, já selecionado, com os 16 artigos.

¹² <https://www.simmons.edu/news/professor-jeannette-bastian-decolonizing-caribbean-record>.

¹³ <https://www.saada.org/about>.

¹⁴ <https://communityarchiveslab.ucla.edu/>.

¹⁵ <http://www.archivistsagainst.org/>.

Quadro 3 – Corpus 3 da lente terminológica pontual

AUTOR/AUTORA E NOME DO PERIÓDICO	TÍTULO DA PUBLICAÇÃO
1. Gilliland, Anne J.; Halilovich, Hariz. Archival Science . 17: 1 (mar. 2017) 79-96. DOI: 10.1007/s10502-016-9265-9.	Migrating memories: transdisciplinary pedagogical approaches to teaching about diasporic memory, identity and human rights in archival studies
2. Lau, Andrew J.; Gilliland, Anne J.; Anderson, Kimberly. Information, Communication & Society . 15:7 (sep. 2012) 991-1.015.	Naturalizing community engagement in information studies
3. Gilliland, Anne J. The Journal of the Society of Georgia Archivists . 35:2 (2019) 4-31. (AN: 151635300).	Trust matters
4. Gilliland, Anne J. Archival Science . 10:3 (sep. 2010) 333-343. DOI: 10.1007/s10502-010-9134-x.	Afterword: in and out of the archives
5. Gilliland, Anne J. Knowledge Organization . 39:5 (2012) 340-346.	Contemplating co-creator rights in archival description
6. Gilliland, Anne J. Archifacts . (dec. 2015) p12-30.	Permeable binaries, societal grand challenges and the roles of the twenty-first century archival and recordkeeping profession
7. Bastian, Jeannette. Archival Science . 21:1 (mar. 2021) 25-42.	Mine, yours, ours: archival custody from transaction to narrative
8. Bastian, Jeannette. Archival Science . 13:2/3 (jun. 2013) 121-131.	The Records of memory, the archives of identity: celebrations, texts and archival sensibilities
9. Zavala, Jimmy; Migoni, Alda Allina; Caswell, Michelle; Geraci, Noah; Cifor, Marika. Archives & Manuscripts . 45:3 (nov. 2017) 202-215.	A Process where we're all at the table: community archives challenging dominant modes of archival practice
10. Caswell, Michelle. Archival Science . 13:4 (dec. 2013) 273-292.	On archival pluralism: what religious pluralism (and its critics) can teach us about archives
11. Caswell, Michelle; Cifor, Marika; Ramirez, Mario H. American Archivist . 79:1 (spring/summer 2016) 56-81.	To Suddenly discover yourself existing: uncovering the impact of community archives
12. Caswell, Michelle; Gabiola, Joyce; Zavala, Jimmy; Brilmyer, Gracen; Cifor, Marika. Archival Science . 18:1 (mar. 2018) 73-93.	Imagining transformative spaces: the personal-political <i>sites</i> of community archives
13. Brilmyer, Gracen; Gabiola, Joyce; Zavala, Jimmy; Caswell, Michelle. Archivaria . 88 (fall 2019) 6-48.	Reciprocal archival imaginaries: the shifting boundaries of "community" in community archives
14. Caswell, Michelle; Migoni, Alda Allina; Geraci, Noah; Cifor, Marika. Archives & Records . 38:1 (spring 2017) 5-26.	To Be able to imagine otherwise: community archives and the importance of representation
15. Caswell, Michelle. Archival Science . 14:3/4 (oct. 2014) 307-322.	Toward a survivor-centered approach to records documenting human rights abuse: lessons from community archives
16. Punzalan, Ricardo L.; Caswell, Michelle. Library Quarterly . 86:1 (jan. 2016) 25-42.	Critical directions for archival approaches to social justice

Fonte: Sistematizado pela autora (2022).

Desse modo, foram preenchidas 16 fichas de registro dos termos contidos nesses artigos. Após a identificação dos termos, realizou-se a leitura do artigo e preencheu o registro das fichas. Delimitamos a pergunta de análise a partir da questão: nos contextos de uso do termo arquivos comunitários, qual é a ênfase que os membros/as da AERI situam ao utilizarem esse conceito?

Posteriormente, utilizou-se enquanto categorias de análise os temas-chave descritos por Welland e Cossham (2019) - a, b, c e d¹⁶ - e acrescentámos, as demais seis classes (e, f, g, h, i, j):

- a) menciona sobre a participação da comunidade;
- b) menciona sobre o espaço;
- c) menciona sobre o tipo de conteúdo;
- d) menciona sobre a o tipo de manutenção financeira e de guarda;
- e) menciona sobre a dimensão política;
- f) menciona sobre a relação com as TICS;
- g) menciona sobre a dimensão das concepções terminológicas;
- h) menciona sobre a dimensão de contraste, tensão ou necessidade de atuação conjunta em relação aos arquivos e arquivistas tradicionais;
- i) menciona sobre a o contexto histórico do termo;
- j) menciona sobre os impactos dos arquivos comunitários nas comunidades.

Cada contexto de uso recebeu quantos códigos fossem representativos, não se estipulou um limite. Nesse sentido, a tabela 1 a seguir retrata essa análise.

Vamos realizar os comentários das análises por classes. A primeira classe de maior predominância nos contextos de uso do termo ‘arquivo comunitário’ foi a dimensão política, sendo frequente na codificação em 81,25% nesse *corpus* de 16 artigos. Esses resultados atestam o que os autores haviam mencionado, ao relatarem sobre a natureza social e política dos arquivos comunitários, onde afirmam que:

Um fator-chave que influencia esses temas é a suposição de alguns pesquisadores de arquivos de que os arquivos comunitários **são representativos de movimentos políticos ou sociais** ao invés de serem apenas mais uma forma de patrimônio e instituição de memória onde a coleta e gestão de arquivos é um foco chave (mas não necessariamente o único). (WELLAND e COSSHAM, 2019:625 - *tradução nossa*).

¹⁶ No texto original não há esses termos como “menção de”; para fins de classe, sintetizámos o conteúdo dos autores e atribuímos essas expressões, das 1, 2, 3 e 4.

Tabela 1 – Análise da lente terminológica pontual - 16 artigos versus quantidade de ocorrência das classes

Códigos do contexto de uso	Corpus 3- Artigos																
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	Total
dimensão política	X		X		X	X	X		X	X	X	X	X	X	X	X	13
dimensão de contraste, tensão ou necessidade de atuação conjunta em relação aos arquivos e arquivistas tradicionais	X	X	X				X		X		X			X	X	X	9
contexto histórico do termo		X	X				X		X		X	X		X	X	X	9
participação da comunidade		X	X	X					X		X		X	X	X		8
relação com as TIC	X	X				X	X	X							X	X	7
tipo de conteúdo	X	X						X									3
dimensão das concepções terminológicas											X	X		X			3
tipo de manutenção financeira e de guarda		X					X										2
impactos dos arquivos comunitários nas comunidades												X	X				2
espaço	X																1

Fonte: Elaboração própria com base nos dados da pesquisa.

Com isso, podemos notar que os membros/as da AERI, que pesquisam sobre arquivos comunitários, fazem parte desse grupo de pesquisadores que Welland e Cossham (2019) mencionaram. Nesse sentido, ao atribuírem essa dimensão quando abordam a respeito desses arquivos, a ênfase dada reside na perspectiva de fazer acessível a história dos grupos marginalizados, a partir de seus próprios modos, atuar no ativismo político e de mudanças sociais, se aproximando também, do conceito que Caswell cita, de *pertencimento representacional*, onde há a ideia de autonomia desses grupos para estabelecerem sobre suas existências de maneiras variadas e simbólicas, a partir dos registros de memórias. Esse impacto da dimensão política certamente dialoga com as outras classes. Não é tão simples visualizar essas categorizações de modo único, por isso a atribuição a mais de um código. Mas são designadas as especificidades do tipo de relações de poder e representações, como argumentado acima.

A respeito das classes de dimensão de contraste, tensão ou necessidade de atuação conjunta em relação aos arquivos e arquivistas tradicionais, 56,25% é um pouco mais da metade do *corpus*, e novamente para as análises confirma-se o que os autores (WELLAND e COSSHAM, 2019) já identificaram, quando relatam que o pensamento tradicional parece deixar de lados os arquivos comunitários, em detrimento dos desafios que eles representam, e esse tem sido um ponto de tensão nos contextos de uso do termo. Aqui,

vamos lembrar da própria história eurocêntrica do pensamento tradicional, sobre uma disciplina e uma prática regida, para inicialmente perpetuar a memória dos que estão em posição de poder. Assim, seria esperado que essas tensões existissem. Agora, outro ponto em destaque foi sobre o chamado para atuação com esses profissionais. E esse caminho pode ampliar o entendimento e o crescimento de forma mútua, ainda que haja desafios.

Nos resultados sobre o contexto histórico do termo, também com 56,25%, revela-se a necessidade dos autores em descrever as origens do termo. Aqui também entrou, por exemplo, o facto de os membros/as mencionarem não ser um fenômeno novo, evocando Flinn (2007).

Em relação às menções nos contextos de uso da participação da comunidade, a maior parte dessas ocorrências faziam referência a Flinn (2009).

Nas menções sobre a relação com as TIC aparecem também, onde constam as classes sobre o **tipo de conteúdo** e/ou as **dimensões políticas**, ainda que os autores (WELLAND e COSSHAM, 2019) não aprofundem essas combinações quando visto na literatura; por exemplo, em livros ou capítulos, a dimensão da informática comunitária entra enquanto um auxílio fundamental, uma vez que a acessibilidade de criar arquivos comunitários é pelo meio digital, por exemplo, onde não entra o custo de manutenção com um espaço físico, os acervos e a amplitude tende a ser nessa perspectiva com as TIC.

Já nas dimensões das **concepções terminológicas** e nos **impactos dos arquivos comunitários nas comunidades**, só constam nos contextos de uso da membra Caswell. Notamos em baixa predominância também, as classes do **tipo de manutenção financeira** e de **guarda e sobre o espaço**.

Há nesses contextos de usos analisados, um fator importante, se tratando de romper com postulados do tipo tradicionais. Notamos que eles estão validados dentro de lógica da prática, que busca ou incentiva envolvimento com e para além da teoria, quando vemos, por exemplo, na maior predominância da dimensão política um discurso do tipo convidativo, ou ainda, de certa forma responsivo ao buscar dar voz a quem não a tem.

Uma consideração sobre as análises dos contextos de usos, é que a combinação destes mostram uma noção de complexidade ao usar esse termo, isto é, trata-se de um conceito com diferentes formas, já que amplia a concepção tradicional de arquivos, aqueles voltados apenas para uma memória estadista ou pessoal de grupos sociais de elite, para, inserir grupos que são excluídos da sociedade. De modo que, entendemos a partir desse cenário, a importância de situar e/ou fundamentar com as teorias críticas e decoloniais das ciências humanas outras variáveis de análise, que certamente podem revelar aspectos não explorados aqui.

6. Considerações finais

Sobre essa lente terminológica - micro trabalho terminológico pontual, foram identificados cinco membros/as da AERI que possuem a dimensão com foco explícito em seus currículos de investigações sobre direitos humanos/justiça social/decolonialidade na perspectiva da arquivística, sendo estes: Anne Gilliland, Jeannette Bastian, Kelvin White, Michelle Caswell e Tonia Sutherland, gerando um *corpus* de 49 artigos, e com a busca do termo

Community Archives, obteve-se um *corpus* de 16 trabalhos, a cargo de 3 membras (Gilliland, Caswell e Bastian).

Para analisar esses 16 contextos de uso do termo, utilizámos as categorias de análise dos temas-chave descritas por Welland e Cossham (2019) e acrescentamos outras seis, resultando em dez categorias no total: 1) sobre a participação da comunidade; 2) sobre o espaço; 3) tipo de conteúdo; 4) tipo de manutenção financeira e de guarda; 5) sobre a dimensão política; 6) sobre a relação com as TIC; 7) sobre a dimensão das concepções terminológicas; sobre a dimensão de contraste, 8) tensão ou necessidade de atuação conjunta em relação aos arquivos e arquivistas tradicionais; 9) sobre o contexto histórico do termo, e 10) sobre os impactos dos arquivos comunitários nas comunidades.

O predomínio foi a categoria da dimensão política (13) com 81,25% dos trabalhos. O que evidencia uma dimensão de engajamento, de modo que o contexto de uso do termo 'arquivos comunitários' na comunidade discursiva da AERI a partir dos membros/as que utilizam e pesquisam sobre a temática tem sentidos de atuações, para atuar frente a grupos sociais marginalizados, uma vez que a ênfase dada reside na perspectiva de fazer acessível a história de tais grupos marginalizados, a partir de seus próprios modos de atuar no ativismo político e de mudanças sociais, se aproximando também do conceito que Caswell cita, de *pertencimento representacional*, onde tem a ideia de autonomia desses grupos, para estabelecerem sobre suas existências de maneiras variadas e simbólicas, a partir dos registros de memórias.

Esse impacto da dimensão política certamente dialoga com as outras classes. Não é tão simples visualizar essas categorizações de modo único, por isso a atribuição a mais de um código. Mas são designadas sobre especificidades do tipo de relações de poder e representações, como argumentado acima.

Referências bibliográficas

ALENCAR, M. F.

2022 *Os Arquivos Comunitários na pesquisa e educação arquivística : uma análise a partir da Archival Education Research Initiative*. 2022.

Tese de Doutorado em Ciência da Informação - Universidade Estadual de Londrina.

ARCHIVAL EDUCATION AND RESEARCH INITIATIVE

[20--] *Archival Education and Research Initiative*. [20--]. [Consult. 5 nov. 2022].

Disponível em: <http://aeri.website>.

BAKER, S.; HUBER, A.

2013 Masters of our own destiny : cultures of preservation at the Victorian Jazz archive in Melbourne, Australia. *Popular Music History*. 7:3 (2013) 263-282.

BARITÉ, M.

2017 Los Árboles de dominio. In *Teoría y praxis en terminología*. Coord. by Sara Álvarez Catalá, Mario Barité. Montevideo: Comisión Sectorial de Investigación Científica, Universidad de la República, 2017, p. 91-102.

BARITÉ, M.

2017 La Definición terminológica. In *Teoría y praxis en terminología*. Coord. by Sara Álvarez Catalá, Mario Barité. Montevideo: Comisión Sectorial de Investigación Científica, Universidad de la República, p.45-67.

BARITÉ, M.; RAUCH, M.

2022 Terminological studies as domain analysis: a critical exploration. *Brazilian Journal of Information Science*. [Em linha]. 16 (2022). [Consult. 5 nov. 2022]. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/v/194315>.

BASTIAN, J.

2019 *Decolonizing the Caribbean record : interview*. [Em linha]. 12 Feb. 2019. [Consult. 5 nov. 2022]. Disponível em: <https://www.simmons.edu/news/professor-jeannette-bastian-decolonizing-caribbean-record>.

BRILMYER, Gracen [et al.]

2019 Reciprocal archival imaginaries: the shifting boundaries of "community" in community archives. *Archivaria*. 88 (fall 2019) 6-48.

CABRÉ, M.T.

2017 Contexto y evolución de la terminología: de una aproximación nominalista a una teoría comunicativa. In *Teoría y praxis en terminología*. Coord. by Sara Álvarez Catalá, Mario Barité. Montevideo: Comisión Sectorial de Investigación Científica, Universidad de la República, 2017, p. 9-21.

CASWELL, M.

2021 *Urgent Archives: enacting liberatory memory work*. New York: Routledge Press, 2021.

CASWELL, M.

2014 Toward a survivor-centered approach to records documenting human rights abuse: lessons from community archives. *Archival Science*. 14:3/4 (2014) 307-322.

CASWELL, M. [et al.]

2018 Imagining transformative spaces: the personal-political sites of community archives. *Archival Science*. 18:1 (mar. 2018) 73-93.

CASWELL, M.; CIFOR, M.; RAMIREZ, M. H.

2016 To Suddenly discover yourself existing: uncovering the impact of community archives. *American Archivist*. 79:1 (spring/summer 2016) 56-81.

CASWELL, M; PUNZALAN, R; SANGWAND, T.

2017 Critical archival studies. *Journal of Critical Library and Information Studies*. 1:2-special issue (2017).

CERVANTES, B. M. N.

2009 *A Construção de tesouros e a integração de procedimentos terminográficos*. 2009. Tese de Doutorado em Ciência da Informação – Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista.

COOK, T.

2013 Evidence, memory, identity, and community: four shifting archival paradigms. *Archival Science*. 13 (2013) 95-120.

DUBUC, R.

1999 *Manual práctico de terminología*. Trad. Ileana Cabrera. 3ª ed. corr. atual. Santiago de Chile : Unión Latina; RIL Editores, 1999.

FINNELL, B. J.

2019 Community archiving: Denison community homestead. *Communities*. 159 (2019) 54-57.

FLINN, A.

2011 Archival activism: independent and community-led archives, radical public history and the heritage professions. *InterActions: UCLA Journal of Education and Information Studies*. [Em linha]. 7:2 (2011) 1-21. [Consult. 6 jun. 2022]. Disponível em: <https://escholarship.org/uc/item/9pt2490x>.

FLINN, A.

2007 Community histories, community archives: some opportunities and challenges. *Journal of the Society of Archivists*. 28:2 (2007) 151-176.

FLINN, A.; STEVENS, M.

2009 It is noh mistri, wi mekin history: telling our own story: independent and community archives in the UK, challenging and subverting the mainstream. In *Community Archives: the shaping of memory*. Ed. J. Bastian, B. Alexander. London: Facet Publishing, 2009, p. 3-27.

FLINN, A; STEVENS, M.; SHEPHERD, E.

2009 Whose memories, whose archives?: independent community archives, autonomy and the mainstream. *Archival Science*. 9:1/2 (2009) 71-86.

GIBBONS, L.

2020 Community archives in Australia: a preliminary investigation. *Journal of the Australian Library and Information Association*. 69:4 (2020) 451-472.

GILLILAND, A. J.; FLINN, A.

2013 The Wonderful and frightening world of community archives: what are we really talking about? In CIRN Prato Community Informatics Conference 2013 Oct 28-30 2013 - *Nexus, Confluence, and Difference: Community Archives meets Community Informatics*. Ed. Larry Stillman, Amalia Sabiescu, Nemanja Memarovic. [Em linha]. Prato: Centre for Community Networking Research, Centre for Social Informatics, Monash University, 2013. [Consult. 6 jun. 2022]. Disponível em: <https://studylib.net/doc/12864586/community-archives--what-are-we-really-talking-about%3F-and...>

GILLILAND, A. J.; MCKEMMISH, S.

2014 The Role of participatory archives in furthering human rights, reconciliation, and recovery. *Atlanti: review for modern archival theory and practice*. [Em linha]. 24 (2014) 78 -88. [Consult. 6 jun. 2022]. Disponível em: http://www.ccnr.infotech.monash.edu.au/assets/docs/prato2013_papers/gilliland_flinn_keynote.pdf.

GIRALDO, M.

2022 *Archivos vivos: documentar los derechos humanos y la memoria colectiva en Colombia*. Antioquia: Editora Universidad de Antioquia, 2022.

HARRIS, V.

1998 Some thoughts on the relationship between the national archives and community archives. *South African Archives Journal*. 40 (1998) 36-38.

HJØRLAND, B.

2002 *Domain analysis in information science: eleven approaches: traditional as well as innovative. Journal of Documentation.* 58:4 (2002) 422-462.

HURLEY, G.

2016 Gordon Dodds prize: community archives, community clouds: enabling digital preservation in small archives. *Archivaria.* 81 (2016) 129-150.

LATIMER, J.

2015 What is a community archive? [Em linha]. 2015. [Consult. 7 jun. 2022]. Disponível em: <https://www.communityarchives.org.uk/content/about/what-is-a-community-archive>.

LAWS OF AERI

2022 *Laws of AERI.* [Em linha]. 2022. [Consult. 7 jun. 2022]. Disponível em: <http://aeri.website/wp-content/uploads/2022/07/AERI-bylaws-2022-06.pdf>.

LEE, J. A.

2018 Archival legibility: sustainability through storytelling across generations. [Em linha]. 2018. [Consult. 28 ago. 2022] Disponível em: <https://medium.com/community-archives/archival-legibility-legitimacy-sustainability-through-storytelling-across-generations-do849a4f346d>.

LONG, P.; COLLINS, J.

2016 Affective memories of music in online heritage practice. In *Memory, space and sound.* Ed. by Johannes Brusila, Bruce Johnson, John Richardson. London: Intellect, 96-116.

NYHAN, J.

2015 Community archives in the UK: an overview. In *Community archives: models of cooperation with the state.* Ed. Katarzyna Ziętał. [Em linha]. [S. l.] : Fundacja Osrodka Karta, 2015, p. 221-237. [Consult. 28 ago. 2022]. Disponível em: <https://discovery.ucl.ac.uk/id/eprint/10072044/1/Nyhan%20eng%20chapter%20Archiwaspoleczne.Modelewsopolpracyzpanstwem.pdf>.

RAMSDEN, S.

2016 Defining 'community' in models of community archives: navigating the politics of representation as archival professionals. [Em linha]. 2016, 139 p. [Consult. 28 ago. 2022] Disponível em:

https://mspace.lib.umanitoba.ca/bitstream/handle/1993/31740/ramsdén_sarah.pdf?sequence=1.

Dissertação de mestrado - Faculty of Graduate Studies, University of Manitoba.

SANTOS, B. S.

2019 *O Fim do império cognitivo : a afirmação das epistemologias do Sul.* Belo Horizonte: Autêntica, 2019.

TENNIS, J.

2012 Com o que uma análise de domínio se parece no tocante a sua forma, função e gênero? *Brazilian Journal of Information Science: research trends.* 6:1 (2012) 3-15.

WELLAND, S.; COSSHAM, A.

2019 Defining the undefinable: an analysis of definitions of community archives. *Global knowledge, memory and communication.* 68:8/9 (2019) 617-634.

ZAVALA, J. [et al.]

2017 A Process where we're all at the table: community archives challenging dominant modes of archival practice. *Archives and Manuscripts*. 45:3 (2017) 202-215.

Maíra Fernandes Alencar | alencarmfa@gmail.com

Universidade Estadual de Londrina (UEL), Brasil

Brígida Maria Nogueira Cervantes | brigidacervantes@gmail.com

Universidade Estadual de Londrina (UEL) - Departamento da Ciência da Informação, Brasil

Mário Barité | mario.barite@fic.edu.uy

Universidad de la República, Uruguai

Resumo: Este ensaio tem como objetivo contribuir com aspectos, reflexões e teorias ligadas à decolonialidade no campo da Biblioteconomia, mais precisamente no campo das bibliotecas universitárias, verificando ações decoloniais existentes no que se refere à cultura e às práticas por meio da integração da biblioteca e de seus usuários. É verificado o contexto das relações decoloniais no cenário acadêmico com abrangência nas áreas de educação, sociais, culturais e de informação. Também é verificado como o profissional bibliotecário, por meio da sua formação, pode trabalhar com aspectos ligados à decolonialidade. Por fim, a questão da diversidade em bibliotecas acadêmicas é vista tanto no aspecto teórico quanto no prático, relacionada às melhores ações de promoção e equidade social.

Palavras-chave: Biblioteca universitária; Bibliotecário; Biblioteconomia; Decolonialidade; Diversidade.

Abstract: This essay aims to contribute with aspects, reflections and theories related to decoloniality in the field of Librarianship, more precisely in the field of university libraries, verifying existing decolonial actions regarding culture and practices through the integration of the library and its users. The context of decolonial relations in the academic scenario is verified, covering educational, social and cultural areas and information. It is also verified how the librarian, through his training, can work with aspects related to decoloniality. Finally, the issue of diversity in academic libraries is seen both in the theoretical and practical aspects, related to the best actions of promotion and social equity.

Keywords: University library; Librarian; Librarianship; Decoloniality; Diversity.

1. Introdução

A decolonialidade sempre foi um assunto importante e de necessidade de reflexão. Ela faz parte da história de cada pessoa, região e cultura, sendo que para refletir sobre a ‘decolonialidade’ é preciso também refletir sobre a ‘colonialidade’ como uma prática universal e eurocêntrica, uma face bem obscura da modernidade que opera com poder através dos séculos. Segundo Pinto e Mignolo (2015:384),

Decolonialidade, por sua vez, abrange não apenas os movimentos de transformação das ex-colônias europeias em estados-nações independentes – descolonização –, como também os esforços de desligamento ou desengajamento subjetivo, epistêmico, econômico e político em face do projeto de dominação ocidental, esforços que antecederam tais movimentos de descolonização, ainda que só tenham vindo a ganhar musculatura a partir da Conferência de Bandung em meados da década de 1950.

Durante anos, as coleções bibliográficas das bibliotecas universitárias foram influenciadas e utilizadas somente por pessoas que tinham o privilégio de frequentar uma universidade

e quem sabe, uma biblioteca. Até mesmo, dentro das áreas de literatura e história, a figura do homem branco era abordada como o principal sujeito destacado. Diante disso, as bibliotecas universitárias, nas últimas décadas, se tornaram mais atentas ao preconceito que dificulta o acesso a grupos de pessoas marginalizadas. Segundo Nunes e Carvalho (2016), ao longo da história das bibliotecas ocorreram evolução e adaptação às mudanças, principalmente relacionadas ao seu papel social.

Dessa forma, ainda para permanecer como agente social e combater tal problema relacionado com a colonialidade, as bibliotecas precisam implementar práticas que vão desde a contratação de pessoas para trabalhar no desenvolvimento de programas sociais e educacionais sobre o racismo, na valorização da diversidade no ensino superior, na criação ou participação de comitês que traduzam e respondam às necessidades de vários grupos e no oferecimento de uma variedade de serviços através da igualdade e diversidade.

Verificar questões de decolonialidade no contexto das bibliotecas universitárias é uma maneira de compreender como as heranças coloniais ainda estão enraizadas e constituem uma realidade no cotidiano, já que as bibliotecas no Brasil foram criadas no período colonial, conforme Nunes e Carvalho (2016:184), “[...] é com a chegada das ordens religiosas dos jesuítas, franciscanos, carmelitas e beneditinos que se inicia no Brasil o que se pode chamar de processo de instrução”. Também verificar não apenas, em termos de intervenções econômicas ou políticas, mas também em termos de processos de educação, preservação e disseminação do conhecimento.

Muitos movimentos que apoiam questões de feminismo, imigrantes, raça ou LGBTQIA+ fazem com que as bibliotecas universitárias se tornem centros desses movimentos, pois são espaços públicos gratuitos que permitem que cada indivíduo se sinta seguro e inclusivo. Como sinônimo de educação e centros apoiadores do desenvolvimento humano, as bibliotecas disponibilizam inúmeros recursos que vão desde acervo bibliográfico, acesso à Internet, impressão de cópias, até programas educativos e de formação profissional, potencializando o desenvolvimento social e cultural.

Como as bibliotecas universitárias são consideradas instituições imparciais e que possuem o papel de local acolhedor aos usuários, independentemente de raça, religião ou etnia, compete a elas, também, o esforço de proporcionar uma coleção de materiais bibliográficos sem restrição e com espaços amplos para o acolhimento de todos, como já dizia Freire (2001:14) “[...] é o sonho por um mundo menos feio, em que as desigualdades diminuam, em que as discriminações de raça, de sexo, de classe sejam sinais de vergonha e não de afirmação orgulhosa ou de lamentação puramente cavilosa”.

A sociedade foi criada na multiplicidade, constituindo-se uma sociedade heterogênea, com misturas culturais e étnicas. Contudo, hoje em dia, com a entrada de imigrantes e refugiados, não temos somente a presença do colonizador e sim de pessoas que buscam alguma forma melhor de viver, tornando o país multicultural e multiétnico, com uma riqueza cultural e de saberes indescritíveis.

Fazendo então parte da história e da cultura, a decolonialidade tem seu poder epistemológico no ambiente de educação, envolvendo setores informacionais, como no caso das bibliotecas universitárias. Dessa forma, surge uma questão: e por que não pensar a educação e sua história tendo as bibliotecas atreladas como fontes de conhecimento e informação, já que fazem parte também da trajetória histórica?

As bibliotecas são instituições abertas ao público em geral, não estão restritas, e com isso, não podem escolher os públicos que as frequentam, assim como o acervo bibliográfico que fará parte da biblioteca, principalmente as universitárias, que têm seus acervos multidisciplinares. Também não são somente as pessoas escolarizadas que podem frequentar as bibliotecas, mas sim pessoas dispostas a buscar informação e suporte. Aspectos relacionados com gênero e raça não podem ser mais vistos como impedimento ou discriminação em ambientes educacionais, como colocam Freitas e Farias Filho (2017:348)

Não é por acaso que a educação escolar (ou, ao contrário, a sua ausência) fosse critério decisivo para creditar a presença maior ou menor civilidade ou progresso da pessoa e da sociedade como um todo. Se predominantemente as pessoas eram consideradas tomando por base o que não tinham, o que não eram, o que não conseguiam, a ausência de escolaridade despontava como “ausência essencial” indicadora de “impossibilidades atávicas”.

As bibliotecas, como instituições de informação, não podem distinguir as pessoas pelo seu grau de instrução, de gênero ou de raça. Elas são consideradas organismos em movimento que têm como missão disseminar e difundir o acesso à informação a todos. Para Freire (p. 25), “qualquer discriminação é imoral e lutar contra ela é um dever por mais que se reconheça a força dos condicionamentos a enfrentar”. Assim sendo, as bibliotecas proporcionam o desenvolvimento da cidadania e a participação social de todos, com respeito à diversidade, às diferenças e auxiliando na transformação social. Por muitos anos, as universidades e bibliotecas foram instituições voltadas somente para a cultura europeia, marginalizando e inferiorizando os índios e negros. Paiva (2010) diz que, antigamente, os livros, assim como as bibliotecas, eram considerados suportes de luxo para poucas pessoas, devido ao número reduzido de universidades, valor do livro, analfabetismo, interesse difuso com relação à função formadora do livro fora da religião.

As bibliotecas universitárias, assim como as instituições de ensino, constituem um amplo espaço de promoção cultural e de diversificação, sendo consideradas parte dos direitos humanos por meio da promoção da equidade, alteridade, diálogo e reciprocidade se tornando um órgão fundamental da universidade e dos direitos perante as transformações sociais e políticas ocorridas. Sendo assim, o presente ensaio aqui proposto tende a discutir algumas questões ligadas à decolonialidade em bibliotecas universitárias e a função do profissional bibliotecário como agente social.

2. A Decolonialidade no âmbito da biblioteca universitária e da profissão de bibliotecário

A formação de bibliotecário deixa claro, em alguns regimentos e normas, que possui uma formação crítica, ética e humanista, mas infelizmente essas três funções não são bem trabalhadas nas aulas e nos currículos do curso de Biblioteconomia.

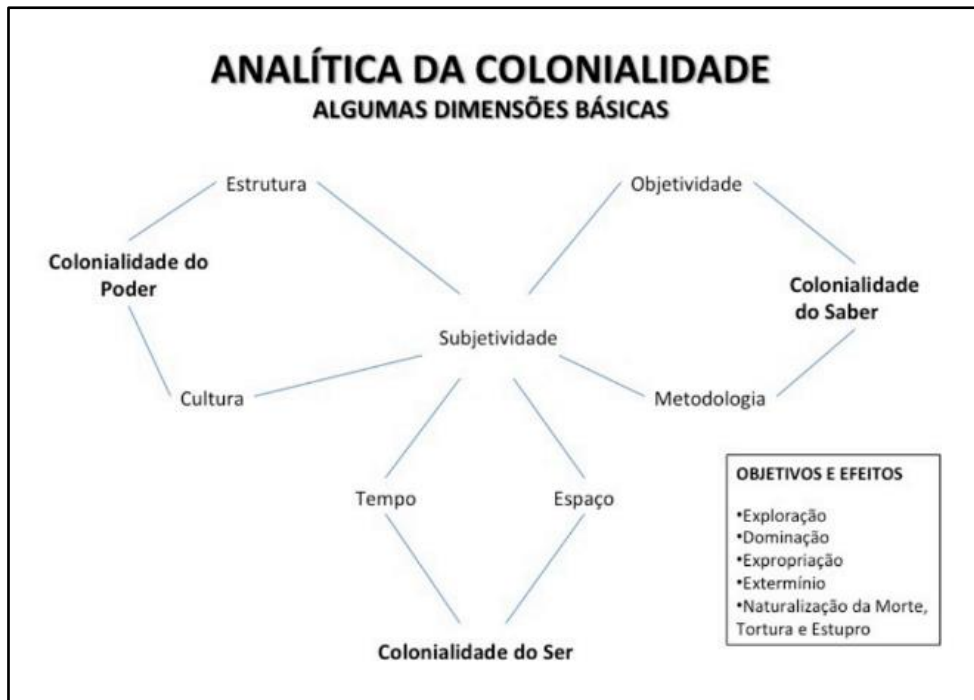
Muitas vezes, o profissional bibliotecário se forma, vai para o mercado de trabalho e nem sequer sabe o que seria trabalhar de forma crítica ou ética e, muito menos, humanista. Seria escolher bem o acervo? Seria trabalhar somente com os serviços técnicos da sua profissão? Duarte (2018:70) diz que a rápida mudança “da sociedade, no que se refere ao acesso e uso da informação e a outros diversos aspectos, principalmente à esfera social, tem gerado indagações e questionamentos sobre o real propósito desse ofício”.

Com isso, elaborar um plano sobre diversidade contendo as principais metas/medidas e itens de ação com avaliações propostas, pode ajudar muito as bibliotecas universitárias na definição de sua missão e visão sobre diversidade, traçando etapas fundamentais para alcançá-las, mas para que esse plano consiga dar certo, é necessário conhecer a região em que a instituição está inserida. Conforme Duarte (2018:69), “além de atender às demandas de um grupo seletivo que usa a informação em diferentes contextos, é necessário refletir e agir a respeito daqueles que a informação ainda não atinge”.

Citamos como exemplo a criação de uma coleção de materiais bibliográficos diversificados. O bibliotecário precisa criar um comitê de avaliação da coleção quanto à diversidade e, por meio dessa avaliação, fornecer materiais relevantes, obter informações dos usuários através de pesquisa, implementar critérios de seleção e aquisição de diversidade. Além disso, elaborar uma política de desenvolvimento de coleções contendo diferentes estilos e gêneros.

Por muito tempo a questão racial implicou diretamente na divisão social por meio de trabalhos escravos e forçados e essa divisão do trabalho é verificada como uma questão de colonialidade do “ser, do saber e do poder”, conforme demonstra a Fig. 1. Questões essas que podem estar ligadas às bibliotecas universitárias e à formação do bibliotecário.

Fig. 1 – Algumas dimensões básicas da colonialidade



Fonte: BERNARDINO-COSTA, MALDONADO-TORRES e GROSFUGUEL (2018:43).

Podemos perceber, através da representação da figura, que o ‘ser’, por meio do espaço e tempo, pode apresentar o sentido dos conceitos e a qualidade da experiência vivida, constituindo assim o ‘saber’ ou o conhecimento, e que o ‘poder’, por meio da estrutura e da cultura, representa a ordem econômica e política e que essas três concepções podem conceber uma visão de mundo (BERNARDINO-COSTA, MALDONADO-TORRES e GROSGOUEL, 2018). Todavia, as ideias sobre os sentidos desses conceitos

e a qualidade da experiência vivida (ser), sobre o que constitui o conhecimento ou pontos de vista válidos (conhecimento) e sobre o que representa a ordem econômica e política (poder) são áreas básicas que ajudam a definir como as coisas são concebidas e aceitas em uma dada visão de mundo. [...] Cada uma dessas principais dimensões do que constitui uma visão de mundo tem ao menos três componentes básicos, e cada um deles inclui referência ao sujeito corporificado: Saber: sujeito, objeto, método. Ser: tempo, espaço, subjetividade. Poder: estrutura, cultura, sujeito (BERNARDINO-COSTA, MALDONADO-TORRES e GROSGOUEL, 2018:42).

Outrossim, Quijano (2005) diz que a colonialidade do ‘saber’ faz parte da perspectiva do conhecimento, da epistemologia que se sobrepõe a todas as outras, com isso, todas as formas de domínio do conhecimento.

Trazendo como exemplo as bibliotecas universitárias, através do saber e do conhecimento, precisam tratar a questão da descolonização realizando ações educativas e de igualdade social, cultural e humana a todos, formando leitores e desenvolvendo projetos e ações igualitárias. Precisamos pensar numa biblioteca universitária mais moderna, onde os marginalizados e os estereotipados não sejam discriminados, nem mesmo em histórias dos livros. Isso tudo envolve analisar como a biblioteca promove ações multidiversificadas e garantir que ela possa ser um espaço para diferentes vozes e visões de mundo em todos os níveis, desde o ensino à pesquisa, das práticas da biblioteca aos processos de tomada de decisão. É o que coloca também Porto-Gonçalves (2005:3):

A Colonialidade do Saber nos revela, ainda, que, para além do legado de desigualdade e injustiça sociais profundos do colonialismo e do imperialismo, já assinalados pela teoria da dependência e outras, há um legado epistemológico do eurocentrismo que nos impede de compreender o mundo a partir do próprio mundo em que vivemos e das epistemes que lhes são próprias.

Já a colonialidade do ‘poder’, para Quijano (2002:1), “é um conceito que dá conta de um dos elementos fundantes do atual padrão de poder, a classificação social básica e universal da população do planeta em torno da ideia de raça”. Misoczky e Böhm (2013) também avisam que a colonialidade do poder se refere ao controle e ao poder que surgiram na época colonial e são encontrados até hoje. Por meio do poder econômico e político, apresenta a dimensão das heranças coloniais. Ou seja, a colonialidade do poder identifica as ordens hierárquicas raciais, políticas e sociais impostas pelo colonialismo europeu na América Latina, que prescreveram valor a certos povos e sociedades enquanto desprivilegiam outros.

Essa questão do poder pode ser interpretada no âmbito da Biblioteconomia, como uma questão relevante aos mecanismos de transformação e dos espaços das bibliotecas que

precisam ser democráticos, possibilitando a formação de valores e o respeito às diferenças, oferecendo uma abordagem capaz de pensar questões estruturais mais amplas do poder e como elas interagem com o discurso e a prática reforçando a opressão de alguns.

De acordo com Quijano (2007), é preciso nos afastarmos daquilo que causa a modernidade e a colonialidade, e formas de poder que não são derivadas de pessoas livres, pois para o autor essas formas de poder se manifestam como desigualdade, discriminação, exploração e dominação. Para Duarte (2018) a emancipação dos indivíduos faz parte do papel da biblioteca, assim ela poderá atuar, com diferentes grupos, de forma política, econômica e social numa sociedade mais justa com amplo acesso à informação. Portanto, adotar abordagens nas bibliotecas universitárias que focalizem ativamente esses aspectos é crucial para o engajamento com a colonialidade do poder, mais especificamente, ter um compromisso com o antirracismo. Envolve considerar que a biblioteca precisa tomar decisões e incluir comunidades racializadas e minoritárias.

Quijano (2002:1) ainda coloca que

[...] o fenômeno do poder é caracterizado como um tipo de relação social constituído pela co-presença permanente de três elementos – dominação, exploração e conflito – que afeta as quatro áreas básicas da existência social e que é resultado e expressão da disputa pelo controle delas: 1) o trabalho, seus recursos e seus produtos; 2) o sexo, seus recursos e seus produtos; 3) a autoridade coletiva (ou pública), seus recursos e seus produtos; 4) a subjetividade/ intersubjetividade, seus recursos e seus produtos.

Por último, a colonialidade do ‘ser’ se destaca pela questão de gênero e a inferiorização das pessoas com efeitos diretos da colonização e da linguagem. Sendo assim, a participação ativa de relações étnico-raciais em bibliotecas universitárias trabalha com a questão do ‘ser’ alinhada com o processo informacional e de formação do cidadão. Precisa realizar também, tendo o bibliotecário como mediador, ações educativas com as pessoas, organizando, disseminando e reproduzindo informações de reflexão sobre o processo de discriminação racial, pois, assim como afirma Silva (2020:455),

A pessoa bibliotecária que entende esses contextos e dimensões de opressão pode se tornar mediadora da informação para a transformação social de povos marginalizados, assim como agente político fundamental na construção de um projeto de sociedade focado na equidade e nas perspectivas antirracista, decolonial, antissexista e anti-LGBTQIAfóbica de mundo.

O conceito do ‘ser’ relaciona-se a questões da ontologia humana, como nos vemos e percebemos a nós mesmos. A colonialidade do ser nos permite focar profundamente na dimensão individual e como os sujeitos individuais são retratados.

Muitos profissionais se formam, mas a parte técnica ainda persegue a profissão, e o lado humanista muitas vezes fica esquecido e, por vezes, vem à tona a narrativa histórica para a organização do conhecimento no princípio das teorias da descolonização. Os bibliotecários precisam trabalhar com políticas relacionadas à decolonialidade dos espaços físicos das bibliotecas e de seus acervos, assim coloca Casal (2020). É preciso um maior envolvimento por parte dos bibliotecários, verificar o que sua comunidade carrega em relação a conflitos e contradições e, juntos, produzirem sentidos para que as ações e atividades da biblioteca se integrem na forma de pensar e agir da comunidade.

3. Bibliotecas universitárias: ambientes abertos e ações e serviços culturais

As bibliotecas universitárias, como ambientes abertos ao público, podem trazer diversos movimentos e ações culturais a fim de romper com os paradigmas coloniais. Elas podem buscar atividades que envolvam a periferia, que muitas vezes não têm acesso à informação ou não sabem nem segurar um livro. Elas são detentoras de recursos culturais para uso de um público diversificado e são consideradas instituições culturais, sendo categorizadas como uma construção social semelhante às escolas e às instituições educacionais.

O estímulo para compartilhamento e disseminação de informações e conhecimentos é uma das funções mais importantes das bibliotecas universitárias, consideradas também como grandes repositórios de coleções históricas e culturais importantes, abrigando séculos de educação e informação. Também são defensoras do combate à desinformação e *fakenews*.

Podemos destacar que as bibliotecas universitárias não servem apenas para fornecer e armazenar informações, suas funções vão muito mais além. Se destacam como centros sociais e comunitários que abrigam qualquer pessoa. Muitas pessoas se reúnem nas bibliotecas para estudar ou fazer trabalhos em grupo, as famílias participam de ações culturais como clube de leitura, os idosos podem participar de eventos.

Abrir a biblioteca para as pessoas que não conseguem acesso é fugir dessa bagagem decolonial que há muito tempo está enraizada na nossa cultura de que somente os mais abastados e os alfabetizados podem frequentar a biblioteca. Os livros são para qualquer pessoa ler, como já diz Paiva (2010:83):

O livro tem uma experiência fundamental na cultura. Suporte de discurso universal, que função teria? Em soma, diminuição ou acréscimo dependendo do público: informar, entreter, documentar, registrar, reunir, mediar, autenticar, interpretar, possibilitar, demonstrar, ilustrar, repertoriar, oferecer, divertir, intrigar, sugerir, resgatar, viajar, (des)localizar, fazer, refletir.

O profissional bibliotecário precisa saber que trabalhar com a decolonialidade não é apenas abrir as portas das bibliotecas, mas deve ter a consciência da promoção de condições físicas e epistemológicas aos usuários. Profissionais estes com formação mais humanizada, por meio da prática da cidadania com a sociedade e com o ambiente.

As bibliotecas universitárias precisam conhecer os grupos de pessoas que fazem parte da comunidade para promover serviços, produtos e informações ao alcance de todos. Também devem promover espaços diversificados, fomentando o respeito e a igualdade.

A versão enraizada colonial que permanece há anos na história da biblioteca, dos livros e da leitura, como ocorreu no século XVIII, precisa de uma grande transformação, já que antigamente somente os mais cultos podiam e conseguiam ter acesso à leitura. Conforme Dessauer (1979), o homem comum no século XVIII tinha a convicção que poderia adquirir erudição através da leitura; já as mulheres começaram a frequentar as escolas e diversas bibliotecas circulantes foram criadas, bem como os fazendeiros e artesãos letrados deixaram de ser raridades. Ainda no século XVIII, de acordo com Quijano (2005), os mestiços, espanhóis e mulheres índias, na América hispânica, começaram a realizar atividades que eram voltadas somente aos ibéricos não nobres.

Diante de tal perspectiva, é fundamental que sejam permitidas medidas de descolonização tanto na educação quanto nos programas políticos educacionais para a população considerada marginalizada e menos favorecida, alterando a visão colonialista. Em um espaço definido por separações e individualista, a decolonialidade nas bibliotecas universitárias requer não somente um “fazer” ou um “pensar”, mas um “compreender” sobre as características da sociedade, pois somente assim conseguirá trabalhar com ações mais objetivas e voltadas para o social, educacional, político e cultural do coletivo, tais como:

- a) **Serviços diferenciados** e que atinjam vários grupos sociais (minorias raciais e étnicas, idade, identidade sexual, habilidade e *status* socioeconômico): estabelecer conexões com diversos grupos de usuários da biblioteca; buscar parcerias com organizações estudantis; realizar atividades e programas sociais;
- b) **atender diversas pessoas sem distinção:** alunos mais velhos que não sabem usar a tecnologia - as bibliotecas poderão oferecer capacitação a esse público; oferecer horários diferenciados para os usuários que trabalham e não conseguem acessar as bibliotecas por falta de tempo; oferecer atividades para as crianças como a hora do conto, com livros sobre assuntos relacionados à diversidade; criar um espaço familiar dedicado para alunos e professores que usam as instalações da biblioteca com seus filhos menores; para os grupos LGBT as bibliotecas poderão trabalhar com compartilhamento de informações e publicações de fontes de pesquisa relacionadas sobre os tópicos LGBT, garantir também a segurança desse público e ser um espaço acolhedor para todas as identidades de gêneros, possuir no seu acervo livros relacionados à temática LGBT. Os usuários com deficiências também poderão frequentar as bibliotecas universitárias - é preciso fornecer balcões de atendimento, estações de trabalho e móveis de altura variável; certificar-se de que todos os recursos da biblioteca *online* atendem aos padrões de acessibilidade para pessoas com deficiência visual e ofertar de materiais como audiolivros e vídeos com legendas para pessoas com deficiência auditiva. A biblioteca precisa trabalhar com setores do *campus* que atendem alunos com deficiência e capacitar funcionários da biblioteca para ajudar usuários com deficiências, fornecer políticas, ambientes físicos, preparação da equipe e tecnologias assistidas para atender todos os usuários.
- c) **Usuários intercambistas:** os usuários intercambistas da universidade também fazem parte de um grupo que a biblioteca universitária atende. A biblioteca poderá ajudar com informação para estudantes que possam estar enfrentando barreiras linguísticas ou dificuldades culturais. A parceria com o setor do *campus* para estudantes internacionais e/ou um programa de línguas estrangeiras pode ajudar as bibliotecas a se envolverem com esses usuários.
- d) **Clubes de leitura:** realizar atividades com clubes de leitura através de uma programação sobre diversidade, com temáticas apropriadas para cada mês, por exemplo, mês da consciência negra, mês do orgulho LGBT, mês da diversidade cultural. Também, pode-se trabalhar com obras que destacam a cultura e a diversidade.

As bibliotecas universitárias também poderão contribuir para a descolonialidade por meio de:

- a) mais informações e acessibilidade de assuntos e recursos em suas coleções bibliográficas;
- b) mais transparência e inclusão nos processos técnicos;
- c) capacitação de usuários por meio de uma reflexão sobre uma lente decolonial crítica;
- d) fornecer informações de pesquisa, listas bibliográficas e apoio nas atividades de descolonização da universidade;
- e) ampliar o desenvolvimento de coleções quanto ao assunto.

4. Considerações finais

Para se pensar em questões decoloniais nas bibliotecas universitárias é preciso entender e produzir um diagnóstico de diversas nuances relacionadas à colonialidade. A partir desse cenário, os profissionais bibliotecários conseguirão também trabalhar com o combate dessas questões, repensando suas atividades e práticas que, muitas vezes não são desenvolvidas em sala de aula, mas apresentadas constantemente no ambiente de trabalho.

É necessário reorganizar o pensamento para quais tipos de ações e práticas informacionais que as bibliotecas universitárias estarão voltadas, visando combater o preconceito e a discriminação racial. Essa reorganização não vai depender somente da biblioteca ou do bibliotecário, mas das instituições educacionais ligadas, com novas estratégias e visão decolonial.

À medida que se continua a aprender mais sobre essa abordagem da decolonialidade, continuamos a refletir sobre cada etapa necessária para fazer mudanças continuamente. Com isso, a inclusão de políticas e estratégias requer um olhar mais profundo sobre as demandas pela descolonização em bibliotecas universitárias, começando pela análise crítica de seus legados e práticas históricas para apoiar mudanças institucionais e sociais.

Assim como as bibliotecas evoluíram junto com a comunidade, desenvolvendo novos serviços, produtos, bibliografias, infraestruturas para estabelecer uma variedade de métodos para os usuários acessarem informações, também precisam alinhar a diversidade cultural em cada ação desenvolvida, reavaliando suas práticas e serviços em termos de inclusão e equidade social.

As bibliotecas universitárias precisam ter um planejamento estratégico como base para melhorar os resultados da diversidade. Conforme relatado, as bibliotecas poderão trabalhar com temas sobre a diversidade, por meio das categorias de pessoal, cultura, serviços, eventos, projetos. Com isso, elas poderão começar a refletir sobre seus próprios pontos fortes e fracos em relação à diversidade e decolonialidade e, assim, começar a estabelecer um plano de melhoria.

Referências bibliográficas

BALLESTRIN, Luciana

2013 América Latina e o giro decolonial. *Revista Brasileira de Ciência Política*. [Em linha]. 11 (ago. 2013) 89-117. [Consult. 18 jun. 2022]. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbcpol/n11/04.pdf>.

BERNARDINO-COSTA, Joaze; MALDONADO-TORRES, Nelson; GROSFOGUEL, Ramón, org.

2018 *Decolonialidade e pensamento afrodiaspórico*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2018.

CASAL, Celvio Derbi

2020 Bibliotecas, cultura e ação cultural. In *O Perfil das novas competências na atuação bibliotecária*. Org. Fabiano Couto Corrêa da Silva. [Em linha]. Florianópolis: Rocha e Gráfica Editora, 2020, p. 199-224. [Consult. 29 jun. 2022]. Disponível em: <http://biblio.eci.ufmg.br/ebooks/2021010003.pdf>.

CASTRO-GÓMEZ, Santiago

2012 Los Avatares de la crítica decolonial. *Tabula Rasa*. 16 (ene.-jun. 2012).

DESSAUER, John P.

1979 *Tudo sobre a publicação de livros: a experiência editorial nos Estados Unidos*. São Paulo: Mosaico, 1979, vol. 1.

DUARTE, Yaciara Mendes

2018 A Sociedade da desinformação e os desafios do bibliotecário em busca da biblioteconomia social. In *Bibliotecário do século XXI: pensando o seu papel na contemporaneidade*. Org. Anna Carolina Mendonça Lemos Ribeiro, Pedro Cavalcanti Gonçalves Ferreira. [Em linha]. Brasília: Ipea, 2018, p. 67-81. [Consult. 1 jul. 2022]. Disponível em: http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/8298/1/Bibliotec%C3%A1rio%20do%20s%C3%A9culo%20XXI_pensando%20o%20seu%20papel%20na%20contemporaneidade.pdf.

FREIRE, Paulo

2006 *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. 25ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 2006.

FREIRE, Paulo

2001 *Política e educação*. 5ª ed. São Paulo: Cortez, 2001.

FREITAS, Marcos Cezar de; FARIA FILHO, Luciano Mendes de

2017 Em busca de um tema esquecido: o lugar da educação nas recentes interpretações do Brasil. *Araucária: revista iberoamericana de Filosofia, Política y Humanidades*. [Em linha]. 19:38 (2º sem. 2017) 345-364. [Consult. 22 jun. 2022]. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/282/28253016014.pdf>.

MALDONADO-TORRES, Nelson

2007 Sobre la colonialidad del ser: contribuciones al desarrollo de un concepto. In *El giro decolonial: reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global*. Org. Santiago Castro-Gómez, Ramón Grosfoguel. [Em linha]. Bogotá: Siglo del Hombre, 2007. [Consult. 19 jun. 2022]. Disponível em: <http://ramwan.net/restrepo/decolonial/17-maldonado-colonialidad%20del%20ser.pdf>.

MIGNOLO, Walter

2003 *Historias locais, disenos globales: colonialidad, conocimientos subalternos y pensamiento fronterizo*. Madrid: Akal, 2003.

MISOCZKY, Maria Ceci; BÖHM, Steffen

2013 Resistindo ao desenvolvimento neocolonial: a luta do povo de Andalgalá contra projetos megamineiros. *Cadernos EBAPE. BR.* 11:2 (2013) 311-339.

NUNES, Martha Suzana Cabral; CARVALHO, Kátia de

2016 As Bibliotecas universitárias em perspectiva histórica: a caminho do desenvolvimento durável. *Perspectivas em Ciência da Informação*. [Em linha]. 21:1 (jan./mar 2016) 173-193. [Consult. 7 jul. 2022]. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pci/a/LCcVhWXmMt6ydMmG6Gmmmw/?lang=pt&for=mat=pdf>.

PAIVA, Ana Paula Mathias de

2010 *A Aventura do livro experimental*. São Paulo: EDUSP, 2010.

PINTO, Júlio Roberto de Souza; MIGNOLO, Walter

2015 A Modernidade é de fato universal?: Reemergência, desocidentalização e opção decolonial. *Civitas*. [Em linha]. 15:3 (jul.-set. 2015) 381-402. [Consult. 23 jun. 2022]. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/civitas/a/qqRR8D8df5RKON9bLmOjFmn/?lang=pt>.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter

2005 Apresentação da edição em português. In *A Colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais: perspectivas latinoamericanas*. Org. Edgardo Lander. [Em linha]. Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, 2005. [Consult. 21 jun. 2022]. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/2591382/mod_resource/content/1/colonialidade_do_saber_eurocentrismo_ciencias_sociais.pdf.

QUIJANO, Aníbal

2007 Coloniality and modernity-rationality. *Cultural studies*. 21:2/3 (2007) 168-178.

QUIJANO, Aníbal

2005 Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In *A Colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais: perspectivas latinoamericanas*. Org. Edgardo Lander. [Em linha]. Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, 2005. [Consult. 21 jun. 2022]. Disponível em: http://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/sur-sur/20100624103322/12_QUIJANO.pdf.

QUIJANO, Aníbal

2002 Colonialidade, poder, globalização e democracia. *Novos Rumos*. [Em linha]. 17:37 (2002) 1-25. [Consult. 23 jun. 2022]. Disponível em: http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/2010/veiculos_de_comunicacao/NOR/NOR0237/NOR0237_02.PDF.

SILVA, Franciéle Carneiro Garcês da

2020 Bibliotecária de editoração de livros científicos com enfoque social. In *O Perfil das novas competências na atuação bibliotecária*. Org. Fabiano Couto Corrêa da Silva. [Em linha]. Florianópolis: Rocha Gráfica e Editora, 2020, p. 455-463. [Consult. 29 jun. 2022]. Disponível em: <http://biblio.eci.ufmg.br/ebooks/2021010003.pdf>.

Michele Marques Baptista | mmbaptis@ucs.br
Universidade de Caxias do Sul (UCS), Brasil

Resumo: As redes de bibliotecas são organizações com afinidades e objetivos em comum, mas muitas delas não possuem seus procedimentos administrativos firmados em documentos institucionais, tampouco uma gestão centralizada. A Rede Sesc de Bibliotecas (RSB), por exemplo, objeto deste estudo, é composta por diferentes unidades de informação, localizadas em todas as regiões do Brasil, e adota um modelo de gestão descentralizado. Esta pesquisa tem por objetivo investigar as práticas de compartilhamento de informação gerencial e biblioteconômica, sob a ótica da gestão do conhecimento (GC). Metodologicamente, trata-se de uma investigação explicativa, descritiva, documental, que se utiliza do estudo de caso. Apresenta como resultado a existência discreta de práticas de gestão do conhecimento e biblioteconômicas da RSB, e sugere a implementação de tais práticas por todos os bibliotecários e bibliotecas do Sesc.

Palavras-chave: Administração de Bibliotecas; Gestão do conhecimento; Rede de bibliotecas; Sesc.

Abstract: The library networks are organizations with affinities and common goals, but many of them do not have their administrative procedures established in institutional documents, nor a centralized management. The Sesc Network of Libraries (RSB), for example, object of this study, is composed by different information units, located in all regions of Brazil, which adopts a decentralized management model. This research aims to investigate managerial and librarianship information sharing practices, from the perspective of knowledge management (KM). Methodologically, this is an explanatory, descriptive, documentary research, which uses the case study. It presents as a result the discrete existence of knowledge management and librarianship practices at RSB, and suggests the implementation of such practices by all librarians and libraries at Sesc.

Keywords: Library management; Knowledge management; Library Network; Sesc.

1. Introdução

A biblioteca deve ser considerada como a instituição social mais complexa e mais importante no sistema de comunicação humana, pois é responsável por preservar e transmitir a cultura no decorrer do tempo (SANTOS, 2013).

Etimologicamente considerada como depósito de livros, na contemporaneidade passou a ser considerada como uma “compilação de dados registrados em diversos suportes, seja em meio físico, eletrônico, digital ou virtual”, e desta forma o conceito antes voltado para o acúmulo/guarda foi ampliado para proporcionar o acesso ao acervo (SOUZA, 2005 *apud* SANTOS, 2013:176).

Com o passar do tempo e sob a influência da mudança dos suportes informacionais, e com o advento do desenvolvimento de novas tecnologias de informação e comunicação (TIC), as bibliotecas passaram a lidar também com o fluxo de informação.

A organização e a administração de unidades de informação foram e ainda são impactadas por esta nova realidade: o uso de novas tecnologias de informação e comunicação. Segundo Castells (2003:7), a “internet passou a ser a base tecnológica para a forma organizacional na Era da Informação”.

Embora a sociedade já convivesse no formato de rede, com o advento da Internet emerge um novo formato, as redes de informação energizadas por esta nova tecnologia. Têm como benefícios percebidos: a) coordenação de tarefas e a administração da complexidade; b) tomada de decisão coordenada e execução descentralizada, de expressão, individualidade e comunicação global, horizontal, que fornece uma forma de organização superior para a ação humana; c) ferramentas para a organização em virtude de sua flexibilidade e adaptabilidade.

Estas novas redes, no contexto da globalização, originaram uma nova forma de economia, a denominada informacional, pois, informação e conhecimento se tornaram elementos essenciais para o crescimento da economia, tendo a utilização da tecnologia como um fator determinante para a capacidade produtiva da sociedade e dos padrões de vida.

Castells (2016:135) afirma que “a emergência de um novo paradigma tecnológico organizado em torno de novas tecnologias de informação, mais flexíveis e poderosas, possibilita que a própria informação se torne o produto do processo produtivo”. Este novo contexto propiciou a disseminação da informação, a produção em larga escala de documentos e informações, ocasionando o chamado “caos”, necessitando de nova metodologia que abarque essa nova realidade.

Consideradas como organizações, as bibliotecas necessitam organizar, planejar, administrar processos, acervos, pessoas, com o intuito de atender a missão institucional. Para isso, é necessário a prática de gestão voltada para o compartilhamento de informação e conhecimento, para que o trabalho exercido nessas unidades seja eficiente e eficaz (MACIEL e MENDONÇA, 2006; SANTA ANNA, 2016).

As redes de bibliotecas são consideradas organizações que possuem afinidades, objetivos em comum, mas muitas delas não possuem seus procedimentos administrativos estabelecidos e materializados em documentos institucionais, tampouco uma gestão centralizada.

O Serviço Social do Comércio (Sesc) é uma instituição de direito privado, sem fins lucrativos, criado em 1946, como uma entidade de prestação de serviços de caráter socioeducativo, cuja atuação está direcionada para o âmbito do bem-estar social dentro das chamadas áreas de Saúde, Cultura, Educação e Lazer. Tem por objetivo contribuir para a melhoria das condições de vida da sua clientela (comerciária e família), além de oferecer meios para o seu aprimoramento cultural e profissional (SESC, 2010).

A instituição está presente em todos os estados brasileiros, abrangendo 273 cidades e o Distrito Federal. Neste contexto, as 367 bibliotecas da RSB estão localizadas nos 26 estados

brasileiros através das vertentes de atendimento: biblioteca fixa, biblioteca ambulante, biblioteca escolar dentre outras, tendo aproximadamente 140¹ bibliotecários atuantes.

Possui um modelo de gestão descentralizado, tendo representatividade em todos os estados brasileiros através de Departamentos Regionais (DR), que possuem autonomia administrativa e financeira para criar e executar projetos e atividades sob a orientação do Departamento Nacional (SANTOS, 2013).

Descentralização, segundo Cogo e Dallabrida (2012), é um termo muito utilizado no âmbito do direito para definir “transferência de atribuições do Estado a iniciativa privada, concessão de serviços públicos ou transferência do poder do governo para uma comunidade ou ONG”.

No entanto, Inojosa (2000:71) define descentralização como a transferência de “poder de decisão sobre algum recurso informacional, financeiro, material ou humano que, em uma sociedade, sistema ou rede, está concentrado em uma pessoa física ou jurídica para entes situados no nível periférico desses mesmos sistemas ou para outros entes da sociedade”.

A descentralização administrativa-financeira é um tipo de gestão que visa a redução de custos, com o intuito de busca de uma maior eficácia. Não se trata de fragmentação, mas de autonomia nos processos de gestão.

A gestão do conhecimento, no contexto da sociedade da era da informação, deve ser compreendida como “um conjunto de atividades voltadas para a promoção do conhecimento organizacional, possibilitando que as organizações e seus colaboradores sempre utilizem as melhores informações e conhecimentos disponíveis, a fim de alcançar os objetivos organizacionais e maximizar a competitividade” (ALVARENGA NETO, 2008:2-3).

O Sesc, através de sua rede de bibliotecas, apresenta um contexto profícuo para estudos e pesquisas, por possuir características distintas de redes de bibliotecas existentes, e possíveis problemas oriundos de uma cultura organizacional voltada para a descentralização administrativa, como por exemplo a não adoção de políticas biblioteconômicas estabelecidas pelo Departamento Nacional. Visto que, estão subordinadas à administração local, as bibliotecas dos departamentos regionais seguem os parâmetros de atividades estabelecidos pela gerência de cultura do Regional, muitas vezes diferindo das demais e do Departamento Nacional.

A descentralização administrativa por meio de gestão compartilhada de atividades biblioteconômicas contribui para que haja divergências gerenciais, técnicas e práticas no que tange a organização, a administração e a gestão das bibliotecas do Sesc em âmbito nacional.

¹ Realidade apontada em novembro de 2018 no Trabalho de Conclusão de Curso apresentado no Bacharelado em Biblioteconomia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UNIRIO). A autorização para a divulgação da pesquisa foi recebida em 2022, por meio de documento emitido pelo Sesc Departamento Nacional.

O setor de bibliotecas do Departamento Nacional (DN) atua como um agente que define as diretrizes no que tange as práticas biblioteconômicas, por meio da criação e disponibilização de documentos normativos para a RSB. Tais diretrizes são criadas e atualizadas através de um trabalho colaborativo entre os bibliotecários da rede, no entanto, estas poderão ou não ser adotadas, uma vez que as bibliotecas dos DR são subordinadas à administração local.

Contendo aproximadamente 367 Unidades de Informação (UI), com diferentes práticas, técnicas, gerenciais e biblioteconômicas adotadas pelas bibliotecas da RSB, pergunta-se: como a Gestão do Conhecimento poderia auxiliar a gestão descentralizada das bibliotecas?

No intuito de responder a esta questão, o objetivo geral desta pesquisa é o de investigar as práticas de compartilhamento de informações de cunho gerencial e biblioteconômico na RSB, sob a ótica da gestão do conhecimento e o impacto da descentralização administrativa nas unidades de informação.

Seus objetivos específicos são: a) analisar a RSB à luz do conceito de rede; b) analisar o modelo de gestão do Sesc e seu impacto na gestão da RSB; c) Identificar e descrever as práticas de compartilhamento de informação e conhecimento existentes na RSB.

A motivação para esta pesquisa foi a oportunidade de estágio em gestão de bibliotecas na Gerência de Cultura do Sesc Departamento Nacional. O trabalho cotidiano com diversos bibliotecários (formados por diferentes instituições de ensino superior brasileiro) e com outros profissionais, oriundos de diversas partes do Brasil, proporcionou à autora um ambiente propício para a pesquisa.

2. Procedimentos metodológicos

Para a classificação desta pesquisa, toma-se como base a taxionomia apresentada por Vergara (2011), que a qualifica em relação a dois aspectos: quanto aos fins e aos meios.

Quanto aos fins: trata-se de uma investigação explicativa e descritiva. Explicativa, pois, visa esclarecer quais os fatores que contribuem de alguma forma para a ocorrência de determinado fenômeno. E descritiva, por expor características de determinada população ou em um determinado fenômeno (VERGARA, 2011:41-42).

Quanto aos meios (procedimentos): trata-se de uma pesquisa de campo, pesquisa bibliográfica, investigação documental e estudo de caso. Pesquisa de campo, por se tratar de “investigação empírica realizada no local onde ocorre ou ocorreu um fenômeno ou que dispõe de elementos para explicá-lo” (VERGARA, 2011:43); pesquisa bibliográfica pois é “[...] o estudo sistematizado desenvolvido com base em material publicado em livros, revistas, redes eletrônicas [...]”. A principal vantagem da pesquisa bibliográfica “[...] reside no fato de permitir ao investigador a cobertura de uma gama de fenômenos muito mais ampla do que aquela que poderia pesquisar diretamente” (GIL, 2010:30).

Entende-se por investigação documental aquela realizada através de consulta a documentos internos à organização, bases de dados, livros (VERGARA, 2011:43; GIL, 2010:31).

O estudo de caso se justifica por tratar-se de “[...] uma investigação empírica que pesquisa fenômenos dentro do seu contexto real [...], buscando descrever, compreender e interpretar a complexidade de um caso concreto” (CALAZANS, 2007:40-41, 42). Um estudo de caso pode ser definido, segundo Calazans (2007) e Yin (2015) como objeto, processo, teórico, empírico ou ambos. Pode ter uma unidade de análise individual, uma organização ou área organizacional. Trata-se de uma “[...] estratégia de pesquisa que pede avaliação qualitativa, pois seu objetivo é o estudo de uma unidade social” (YIN, 2015).

O universo escolhido para a realização deste trabalho foi o das bibliotecas do Serviço Social do Comércio, denominado Rede Sesc de Bibliotecas, localizadas em diversos estados brasileiros, em um quantitativo de 367 unidades de informação. Dentro deste universo, foram identificadas as suas diversas tipologias (fixas, móveis, especializada, escolar etc.), com a atuação de 140 bibliotecários.

2.1. Instrumento de coleta de dados

Considerando o objetivo geral da pesquisa (identificação de práticas de compartilhamento de informações gerenciais e biblioteconômicas (e quais são) entre as aproximadamente 367 unidades de informação da RSB e o setor de bibliotecas do Departamento Nacional do Sesc, foi necessário fazer um levantamento de informações em documentos oficiais sobre estrutura organizacional, política informacional, histórico da instituição e possíveis atividades desenvolvidas.

Para a identificação do perfil dos colaboradores das unidades de informação, foi necessário a aplicação de um questionário (entrevista semiestruturada) de caráter quali-quantitativo. Segundo Minayo (1994:22-23), a pesquisa qualitativa trabalha “com o universo de significados, valores, aspirações, crenças, valores e atitudes, que corresponde a um espaço mais profundo das relações” [...], enquanto a quantitativa “consiste em explicar a realidade social através da objetividade”. O conjunto de dados qualitativos e quantitativos se complementam e não se excluem.

O questionário foi criado com a utilização da ferramenta “Google docs”, onde foram elaboradas questões direcionadas a identificar o perfil do profissional que atua nas bibliotecas da RSB (idade, formação, universidade, pós-graduação, tempo de atuação em bibliotecas, tempo de atuação no Sesc, formação complementar), e em qual tipo de biblioteca do Sesc atua, além da equipe existente. O formulário passou por teste de possíveis ajustes e foi enviado para os colaboradores da RSB por *e-mail* da rede e pelo grupo criado no aplicativo *WhatsApp*, no período de setembro de 2018 a outubro de 2018.

Quanto ao embasamento teórico, parte da pesquisa bibliográfica foi efetuada por meio de buscas nas bases de dados: Scientific Electronic Library Online (SciELO) e Base de Dados Referencial de Artigos de Periódico em Ciência da Informação (Brapci), utilizando-se as palavras-chave: “rede de bibliotecas”, “cooperação bibliotecária”, “gestão de bibliotecas”, “gestão do conhecimento”, “Sesc”, “Serviço Social do Comércio”, “Gestão do conhecimento and biblioteca” e as *keywords*: “*library management*” e “*knowledge management*”, visando a recuperação de trabalhos publicados no período de 2008 a 2018.

Dos resultados desta busca nas bases de dados, poucos são os textos que abordam o tema gestão do conhecimento em bibliotecas com ênfase nos processos de disseminação do conhecimento, através da interação dos sujeitos informacionais. Muitos ainda estão

voltados para a gestão de tecnologia como parte do processo de gestão do conhecimento; gestão do conhecimento em bibliotecas universitárias; redes locais de bibliotecas universitárias.

Para o embasamento teórico sobre o Sesc foram utilizados documentos institucionais, além de um artigo apresentado como Trabalho de Conclusão de Estágio (TCE), depositado na biblioteca do Sesc Departamento Nacional, somados à interação com bibliotecários da rede.

Foram utilizados os termos autorizados selecionados no Tesouro Brasileiro de Ciência da Informação do IBICT. Tal levantamento visa observar a abrangência, atualidade e pertinência dos termos escolhidos em trabalhos publicados no âmbito da Biblioteconomia e da Ciência da Informação.

A revisão de literatura foi efetuada através da identificação de autores, cujas pesquisas pudessem colaborar na apreensão de definições, aplicações e contextualização de prática e ambientes propícios para a ambiência de gestão do conhecimento.

A necessidade de um embasamento teórico que contemple a realidade encontrada na RSB impulsionou a busca de elementos que pudessem contextualizar e até mesmo definir conceitualmente uma rede de bibliotecas com características tão diferenciadas, com necessidade real de implementação de práticas de compartilhamento de informação, conhecimento e ações gerenciais e biblioteconômicas.

3. Rede de bibliotecas: definição, tipologia e função

Conceituar rede de bibliotecas é sempre desafiador. Na Biblioteconomia tal conceito ainda se encontra em fase de construção para possível definição. No ano de 1980, Martins, na sua obra *Planejamento bibliotecário*, já fazia uma breve comparação entre redes de bibliotecas e sistemas bibliotecários, com o intuito de delimitar o campo, a forma e o tipo de atuação e gestão.

Para Martins (1980:13-15), uma rede de bibliotecas “indica um grupo ou conjunto de instituições, com seus edifícios, instalações, acervos, pessoal etc., estruturados de modo a poder manter serviços bibliotecários que podem estar ou não coordenados por um órgão central”, e enfatiza que tais bibliotecas podem cooperar ou colaborar no sentido de melhor servir à comunidade, mesmo que informalmente. Gerir uma rede de informações ou de bibliotecas deve ter como princípio fundamental a cooperação.

As ações de cooperação são os pilares que sustentam redes de informação e de bibliotecas. Segundo Oliveira (2003), citado por Romani e Borszcz (2006:16), “o conceito de rede é uma alternativa prática de organização, possibilitando processos capazes de responder às demandas de flexibilidade e descentralização das esferas contemporâneas de atuação e articulação social”.

Na perspectiva destas autoras (2006:12), as redes de informação têm como principais características: grupo de pessoas e/ou organismos que possuem a mesma finalidade, em que os processos de trocas de informação acontecem de forma regular e padronizada somada ao compartilhamento de tarefas e recursos. Tais ações visam a “promoção, geração, adequação, transferência e disseminação”, tendo como alvo a satisfação das necessidades

de seus clientes. Esta definição é corroborada por Carvalho (2016:177), que complementa afirmando que as atividades de colaboração requerem maior formalização para que sejam cumpridos os “objetivos mais amplos e variados, mas visando, sobretudo, ampliar o compartilhamento de recursos, para evitar duplicidade de esforços e acervos”.

As redes de informação e redes de bibliotecas têm pontos em comum e devem “ser constituídas por uma unidade de gestão que sirva de apoio às demais unidades”, e apresenta como vantagens (ROMANI e BORSZCZ, 2006:12): a) otimização e interligação de recursos, visando o melhor atendimento a um número de clientes, em um raio de alcance mais amplo; b) racionalização e gastos com infraestrutura técnica (acervo, recursos humanos e equipamentos); c) racionalização dos esforços para o mesmo fim; d) minimização de custos para os usuários, maximizando a disponibilidade e a qualidade da informação; e) aumento na disponibilidade de acesso a informações.

Como redes bibliotecárias possuem características comuns “que as definem como organizações prestadoras de serviços de bibliotecas e informação” (CARVALHO, 2016: 180-186), suas principais características são: recursos informacionais, usuários, esquemas para a organização intelectual dos documentos ou informacionais, comunicação bidirecional e organização formal.

Tais redes podem ser classificadas quanto à tipologia e funções. Tipologicamente as redes bibliotecárias são categorizadas de acordo com o tipo de governança, tipo de participante, âmbito de atuação e área temática (CARVALHO, 2016:181-184).

Por tipo de governança, se entende o modelo, estrutura de poder, grau de autonomia e outros aspectos referentes à gestão da rede. E pode se caracterizar como:

- a) **Rede de governança governamental** é “constituída por bibliotecas de órgãos do poder público”, seja ele de qualquer instância, por bibliotecas vinculadas a um órgão do governo, em uma área especializada;
- b) **Rede semigovernamental**, atua com autonomia com regras próprias no que tange à gestão de pessoas, recursos etc., mas está sob responsabilidade do poder público;
- c) **Modelo por afiliação ou adesão**, a gestão da rede é de responsabilidade das próprias bibliotecas, por meio de autogestão.

No que tange ao tipo de participantes da rede, pode ser classificada como um único tipo de biblioteca (escolar, pública, especializada) ou rede mista, por possuir mais de um tipo de biblioteca. “A definição do tipo de participante está diretamente relacionada à função da rede” (CARVALHO, 2016:182).

Quanto ao âmbito de atuação, Carvalho (2016) evidencia que o fator determinante é o alcance geográfico das ações da rede, podendo ser: local, estadual, interestadual, nacional, regional ou internacional.

A rede pode ser categorizada de acordo com a área temática, “pela área de especialização das bibliotecas participantes e/ou usuários” (CARVALHO, 2016:182).

A função define o “tipo de serviço que a rede executa para cumprir a missão e os objetivos a que se propõe”. É neste momento que o planejamento de atividades será definido, assim como a contratação da equipe que executará as tarefas definidas (CARVALHO, 2016).

As funções da rede são caracterizadas como as relacionadas à política e à gestão de bibliotecas, aos processamentos técnicos e/ou informatizados e à prestação de serviços. Embora as funções estejam definidas, mesmo que sejam destinadas a atender as necessidades das bibliotecas, do público e de seus objetivos, tais funções não servem como garantia para o sucesso do trabalho em rede por bibliotecas.

Na atualidade, a gestão de redes de bibliotecas requer conhecimentos que transcendem os limites da Biblioteconomia, requer conhecimento sobre administração, incluindo gestão de pessoas e do conhecimento.

4. Gestão do Conhecimento nas organizações

As organizações são compostas por: pessoas, processos, tecnologias e são permeadas por fluxos informacionais. Segundo Mattera (2014:202), as organizações sempre foram consideradas como ambientes nos quais a informação e o conhecimento são continuamente adquiridos, produzidos, compartilhados, registrados e utilizados.

Em um ambiente competitivo, de economia globalizada, o conhecimento passou a ser o ativo mais valorizado e um diferencial competitivo, e as pessoas, por sua vez, consideradas como capital intelectual.

Para melhor compreensão sobre Gestão do Conhecimento (GC), é necessário ressaltar as principais características que definem e diferenciam os conceitos: dado, informação e conhecimento, tendo em vista a sua aplicabilidade no contexto organizacional.

Davenport e Prusak (1999) apresentam conceitualmente as diferenças entre dados, informação e conhecimento como algo muito importante a ser observado pelas organizações, porque são conceitos familiares que promovem uma certa confusão conceitual, podendo “gerar enormes dispêndios com iniciativas de tecnologia que raramente produzem resultados satisfatórios, pois [...] as empresas investem pesadamente em soluções antes de saber quais são os seus problemas, e o resultado [...] é desastroso”.

Dados, informação e conhecimento não são sinônimos. Buscar entendê-los é essencial, porque o “sucesso ou fracasso organizacional muitas vezes pode depender de se saber de qual deles precisamos, com qual deles contamos e o que podemos ou não fazer com cada um deles”, como afirmam Davenport e Prusak (1999:1).

Choo (2006:27) afirma que a informação “é um componente intrínseco de quase tudo o que uma organização faz” e acrescenta que “sem uma clara compreensão dos processos organizacionais e humanos pelos quais a informação se transforma em percepção, conhecimento e ação, as empresas não são capazes de perceber a importância de suas fontes e tecnologia da informação”.

Para Davenport e Prusak (1999), no contexto organizacional, os dados são utilitariamente considerados como registro estruturado de transações, e são matéria-prima para a criação da informação. Considera-se como informação os dados dotados de valor agregado, que

possui propósito e relevância. O conhecimento é considerado como um processo ativo, “uma mistura fluída de experiência condensada, valores e informação contextual e insight experimentado, a qual proporciona uma estrutura para avaliação e incorporação de novas experiências e informações” (DAVENPORT e PRUSAK,1999:6).

Para Alvarenga Neto (2008:19), o “conhecimento é a informação mais valiosa, visto que exige análise, síntese, reflexão e contextualização”, e explica que o “conhecimento se reserva aos elos significativos que as pessoas fazem em suas cabeças, entre informação e sua respectiva aplicação em ação em um dado contexto”. Pode-se afirmar que o conhecimento, assim como a cultura, é algo que representa um somatório de experiências vividas por uma pessoa ou organização.

A Gestão do conhecimento no contexto da Sociedade da Informação dever ser compreendida como

um conjunto de atividades voltadas para a promoção do conhecimento organizacional, possibilitando que as organizações e seus colaboradores sempre utilizem as melhores informações e conhecimentos disponíveis, a fim de alcançar os objetivos organizacionais e maximizar a competitividade. Uma gestão com esse objetivo é capaz de estabelecer uma visão estratégica para o uso da informação e do conhecimento, bem como promover a aquisição, a criação, a codificação parcial e a transferência de conhecimentos tácitos e explícitos, estimular e promover a criatividade, a inovação, a aprendizagem e a educação continuada, além de propiciar um contexto organizacional adequado – ao se reconhecer o papel fundamental da cultura organizacional, das pessoas, seus comportamento e atitudes – em tempos nas quais a informação e o conhecimento são os únicos fatores capazes de fortalecer as competências essenciais as organizações e contribuir para a consolidação de vantagens competitivas sustentáveis (ALVARENGA NETO, 2008:2-3).

A gestão do conhecimento inclui pessoas, processos e os sistemas de informação da empresa. Estes são operacionalizados por pessoas, que produzem o conhecimento nas organizações (CARVALHO e TAVARES, 2001).

4.1. A construção do conhecimento nas organizações

O conhecimento é construído quando se é reconhecida a sinergia entre conhecimento tácito e explícito em uma organização, e “quando são elaborados processos sociais capazes de criar novos conhecimentos por meio da conversão tácito em explícito” (CHOO, 2006:36-37).

Segundo Takeuchi e Nonaka (2008), a criação do conhecimento possui uma estrutura conceitual básica, onde as formas de administração dos mesmos são apresentadas em duas dimensões: a ontológica e a epistemológica.

Na dimensão ontológica, o “conhecimento só pode ser criado por indivíduos [...]. A existência do conhecimento organizacional é possível a partir que permitam sua criação de forma individual a disseminação para a organização como um todo” (SANTIAGO JÚNIOR, 2004:32).

A criação do conhecimento se inicia com a socialização, passando pelos quatro modos de conversão do conhecimento, formando uma espiral. Esta poderá ser “amplificada à medida que passa para os níveis ontológicos, do indivíduo para o grupo e, então, para a organização” (TAKEUCHI e NONAKA, 2008).

No modelo SECI (socialização, externalização, combinação e internalização) é apresentada uma combinação diferente das entidades da criação do conhecimento: a) Socialização: indivíduo para indivíduo; b) Externalização: indivíduo para o grupo; c) Combinação: grupo para a organização e d) Internalização: organização para o indivíduo.

Na dimensão epistemológica, há dois tipos de conhecimento: o tácito e o explícito. O conhecimento tácito é o de cunho pessoal (reside na cabeça das pessoas), é subjetivo, é habilidade inerente a uma pessoa; sistemas de ideias, percepção e experiências; difícil de ser formalizado, transferido ou explicado a outra pessoa; é constituído de know-how subjetivo, dos insights e intuições que uma pessoa tem depois de estar imersa numa atividade por um longo período (TAKEUCHI e NONAKA *apud* SANTIAGO JÚNIOR, 2004:32-33).

Já o conhecimento explícito é relativamente fácil de codificar, transferir e reutilizar; é formalizado em textos, gráficos, tabelas, figuras, desenhos, esquemas, diagramas, etc., facilmente encontrado em bases de dados e em publicações em geral, tanto em papel quanto em formato eletrônico. É considerado como conhecimento formal (NONAKA e TAKEUCHI *apud* SANTIAGO JÚNIOR, 2004:33).

Tais conhecimentos são complementares, no entanto o conhecimento tácito tem pouco valor para uma organização se não for compartilhado, pois se trata de um *know-how* pessoal. Segundo Choo (2006:37) “as organizações precisam aprender a converter o conhecimento tácito, pessoal, em conhecimento explícito, capaz de promover a inovação e o desenvolvimento de novos produtos”.

O conhecimento em uma organização começa no indivíduo e se amplia para as equipes, transpondo os limites das seções, departamentos, divisões, podendo chegar até a alta administração. Trata-se de um ciclo onde o foco é a conversão do conhecimento tácito em explícito. Para que isto ocorra, é necessário que a organização seja capaz de aprender. Estas organizações são definidas como “[...] aquela onde as pessoas aprimoram continuamente sua capacidade para criar o futuro que realmente gostariam de ver surgir” (SENGE, 1998:234 *apud* LONGO, 2007:39).

Neste contexto, a gestão do conhecimento é definida como um:

[...] processo dinâmico e cíclico que envolve todos os processos da organização, procura mapear os conhecimentos existentes, ligando os processos essenciais e sua estratégia na busca de melhor desempenho organizacional, do desenvolvimento de produtos e serviços e da qualidade e gestão de clientes, dentre outros (COSTA e CASTRO, 2007:51).

Para Silva e Valentim (2008:157), a gestão do conhecimento tem por objetivo: identificar, capturar, sistematizar e compartilhar de forma sistemática o conhecimento produzido no ambiente organizacional, além de auxiliar na construção do conhecimento individual com foco nas estratégias da organização.

Terra (2005) *apud* Mattera (2014:204) complementa definindo o conceito de gestão do conhecimento “como a destinação de recursos e a adoção de técnicas na geração, disseminação e administração de conhecimentos estratégicos, com o objetivo de gerar resultados econômicos para a empresa e benefícios para todos os públicos que têm interesses”.

A criação do conhecimento organizacional é um processo de interação contínua e dinâmica entre os conhecimentos tácito e explícito. Os modelos de conversão podem acontecer simultaneamente e podem se diferenciar a partir dos indivíduos participantes e das situações nas quais estão inseridos.

4.1.1. Práticas de gestão do conhecimento nas organizações

Para que a prática de gestão do conhecimento nas organizações aconteça, é necessário que o ambiente seja propício e que disponha de condições necessárias para que haja o aprendizado individual e organizacional (LONGO, 2007:39).

Silva e Valentim (2008:159) afirmam que a “cultura que pode estabelecer mecanismos que valorizem as novas ideias e contribuições, de modo que as pessoas que tiverem um comportamento informacional positivo em relação ao compartilhamento/socialização do conhecimento sejam beneficiadas explicitamente pela organização”.

As práticas de GC nas organizações contribuem para a criação de uma cultura interna e aprendizado contínuo: aprender antes, durante e depois da execução de projetos e processos de negócio (MATTERA, 2014:209).

Rocha (2010) e Mattera (2014) apontam a gestão do conhecimento como um fator de desempenho e sucesso das empresas, e para isso, tais práticas são classificadas em três categorias:

- a) Práticas relacionadas principalmente aos aspectos de gestão de recursos humanos que facilitam a transferência, a disseminação e o compartilhamento de informações e conhecimento;
- b) Práticas ligadas primeiramente à estruturação dos processos organizacionais, que funcionam como facilitadores de geração, retenção, organização e disseminação do conhecimento organizacional; e
- c) Práticas cujo foco central é a base tecnológica e funcional que serve de suporte à gestão do conhecimento organizacional, incluindo automação da gestão da informação, aplicativos e ferramentas de tecnologia da informação para captura, difusão e colaboração.

Mattera (2014) afirma que é possível analisar as práticas de GC por meio do modelo SECI (socialização, externalização, combinação e internalização). As práticas identificadas como Socialização do conhecimento são aquelas que promovem o seu compartilhamento, na relação de **um para um**, envolvendo a orientação de um ou mais profissionais por outro mais experiente. Nesta relação ocorre um processo de mobilização do **tácito para o tácito**.

Tais práticas são voltadas para o desenvolvimento de competências e a ampliação e/ou especialização do conhecimento de profissionais. Como exemplo de tais práticas estão: tutoria, *coaching*, mentoria, dentre outros.

As práticas identificadas como Externalização do Conhecimento são as que propiciam a sua disseminação, numa relação de um **para muitos**, onde acontece o processo de mobilização do conhecimento **tácito para o explícito**. Tais práticas promovem a comunicação e a disseminação numa relação passiva entre emissor e receptor. Como exemplo de tais práticas estão: palestras, relatos de experiências, ensino à distância, fóruns técnicos (MATTERA, 2014, *grifo nosso*).

As práticas de Internalização do conhecimento são as que promovem o compartilhamento de conhecimento numa relação **muitos para um**. “Dá-se um processo de mobilização do **explícito para o tácito**, na qual os profissionais, ao ter contato com outras experiências, internalizam novas formas de pensar, analisar e conduzir seu trabalho”. Como exemplo de tais práticas estão: rodízio técnico, rodízio gerencial e o vivencial (MATTERA, 2014, *grifo nosso*).

E por fim, as práticas de Combinação do Conhecimento são as que promovem o compartilhamento de conhecimento numa relação para muitos, onde acontece o processo de mobilização do **explícito para o explícito**. São exemplos de tais práticas: *benchmarking*, encontros de lições aprendidas, comunidades de prática, dentre outras. “Estas práticas se aplicam principalmente no âmbito de processos e projetos e são suportadas pela atuação de redes e comunidades virtuais e presenciais, que potencializam a interação de um grande número de profissionais” (MATTERA, 2014, *grifo nosso*).

Para Angeloni e Fernandes (2000:7), a tecnologia funciona como suporte para a criação, disseminação e armazenamento do conhecimento, sendo constituídas das seguintes tecnologias: redes, *datawarehouse*, *groupware*, *workflow* e *ged*.

Segundo Martins e Figueiredo (2012), a Gestão do Conhecimento é conceituada como prática gerencial, que visa garantir otimização dos processos administrativos para a garantia de produtos e serviços de qualidade, podendo ser aplicada em Unidades de Informação.

4.2. Gestão do Conhecimento em unidades de informação

De um modo geral, as unidades de informação são consideradas como “todo tipo de organização atuante na área de informação e/ou documentação, que trabalhe com os registros do conhecimento em todo e qualquer tipo de suporte, independentemente de sua designação”, sendo responsáveis pela: aquisição, processamento técnico, armazenagem e disseminação de informações. Neste sentido, pode-se determinar que: bibliotecas, arquivos, centros de informação e documentação, dentre outros, são unidades de informação (AMARAL, 1998:13).

Conceitualmente, as unidades de informação foram definidas a partir das suas atividades técnicas, no entanto, na atualidade, é necessário a compreensão de suas finalidades, suas proposições, que tipo de usuários irão atender, que tipo de informação e serviços deverão proporcionar e quais os profissionais que atuarão em consonância com esta nova realidade.

Para Costa e Castro (2007:52), as “unidades de informação são organizações do conhecimento que têm por missão desenvolver atividades que deem suporte às organizações às quais estejam vinculadas” e numa “visão sistêmica, as unidades de informação têm a finalidade de prestar serviços de apoio, gerenciando fluxos de informação e conhecimento”.

No contexto da sociedade da informação, as bibliotecas têm importante função no que tange ao processo de inovação do conhecimento, pois já possuem como característica intrínseca as funções voltadas para: coleta, processamento, disseminação, armazenamento e uso da informação documental para promoção dos serviços para a sociedade (SHANHONG, 2000, *apud* COSTA e CASTRO, 2007:53).

Valentim (2016:19) afirma que as bibliotecas contemporâneas vêm se tornando espaços de conhecimento com reconhecimento social e enfrentam novos desafios, porque sofrem os impactos das transformações sociais, culturais, científicas e tecnológicas, sendo necessário a mudança de estratégia de ação no que tange a mediação da informação, os objetivos prestados e as finalidades dos produtos a serem elaborados para os diferentes públicos. Soma-se a isso, a necessidade de buscar novas estratégias, modelos e práticas gerenciais.

A gestão do conhecimento, como nova forma de gestão em bibliotecas, possui três focos distintos apontados por Costa e Castro (2007:53): a) gerenciamento dos recursos humanos, ponto central da gestão do conhecimento; b) promoção da inovação do conhecimento nas bibliotecas; e c) utilização de tecnologia da informação, como um instrumento para a gestão do conhecimento e bibliotecas. Somado a isto está a responsabilidade por organizar e prover acesso a recursos intangíveis que auxiliam bibliotecários e gestores no desempenho de suas funções de forma eficiente e eficaz.

Em sua pesquisa, Cianconi (2003:14) afirma que o termo GC é inadequado, pois o conhecimento é inerente ao ser humano, e que o mesmo não se transfere imediatamente. No entanto, considera a GC como “ações sistemáticas para facilitar o compartilhamento do conhecimento, envolvendo políticas, metodologias, mapeamento e avaliação”.

A gestão do conhecimento nas organizações ocorre no sentido de facilitar, direcionar, estimular o aprendizado, compartilhamento e avaliação. Envolve ações para monitoramento do capital intelectual e estimula o compartilhamento (mesmo que seja parcial) do conhecimento tácito através da externalização/explicitação do conhecimento através da codificação, tornando-o em informação em potencial, possível de ser gerenciada (CIANCONI, 2003:14).

Segundo Valentim (2016:37), a gestão do conhecimento em bibliotecas tem por objetivo buscar a melhoria contínua de seus serviços e produtos informacionais desenvolvidos e ofertados ao público usuário, e afirma que:

[...] os programas de competência em informação voltados à equipe, têm obtido resultados importantes que impactam na cultura e na comunicação organizacional, proporcionando um ambiente de aprendizagem que, por sua vez, a prepara para as transformações sociais, culturais e tecnológicas.

As bibliotecas têm se transformado em produtoras de informação, no que tange ao uso e reuso de dados e informações disponíveis em diferentes mídias, gerando novos conteúdos, produtos e serviços informacionais, bem como

disponibilizado seu acesso desde os sistemas de informação formais até as redes sociais.

Os benefícios proporcionados pela gestão do conhecimento em bibliotecas, segundo Dudziak, Villela e Gabriel (2002), são voltados para:

- a) Construção de uma base documentada que ampara os processos decisórios dentro da biblioteca;
- b) Melhoria da comunicação e interconectividade entre todos os setores da biblioteca, de modo que as informações e o conhecimento possam fluir, de forma independente do desejo das pessoas, havendo também a redução dos obstáculos inerentes ao ambiente e funcionamento internos, e ao *core business* da biblioteca;
- c) Racionalização de tarefas como consequência da padronização dos procedimentos e conhecimento de normas;
- d) Maior eficiência dos setores, independentemente de rotatividade de pessoas e/ou a eventual falta de algum membro da equipe;
- e) Compartilhamento de experiências entre todos os membros das equipes bibliotecárias, onde conhecer o outro fortalece as relações interpessoais, fomenta e qualifica o diálogo, havendo a valorização do trabalho de todos;
- f) Facilidade de compartilhamento de conhecimentos e troca de experiência entre as bibliotecas (*benchmarking*), o que leva a um maior aprendizado.

Não basta somente adquirir conhecimento, é necessário pensar nas formas de preservação através do seu armazenamento, para isso é necessário o uso de tecnologias de informação e comunicação, com o objetivo de gerir e criar condições para o compartilhamento e uso de tais conhecimentos.

Um fator importante para o desenvolvimento do conhecimento nas bibliotecas é a forma de interação e comunicação entre os seus participantes. Costa e Castro (2007) sugerem: encontros, reuniões e espaços de interação, pois acredita que “é possível compartilhar conhecimento e ideias, possibilitando o desenvolvimento e geração de novos conhecimentos”, e alerta dizendo que muitas vezes o conhecimento não é compartilhado pois não é formalizado nas bibliotecas e unidades de informação, pois desconsideram as trocas de informação efetuadas de maneiras não coordenadas e não formais.

O uso do conhecimento deve ser facilitado por meio de ferramentas tecnológicas para que o conhecimento possa promover desenvolvimento, crescimento, inovação e qualidade para a organização (COSTA e CASTRO, 2007).

Para a implementação de um modelo de gestão do conhecimento, é preciso que seja efetuado o diagnóstico com a finalidade de identificar características essenciais para a prática de GC. E para isso, tal instrumento deverá ter requisitos, que segundo Costa e Castro (2007:57) são: a) gestão estratégica da unidade de informação; b) processo de gestão do conhecimento e; c) os suportes organizacionais.

4.2.1. O papel do bibliotecário na Gestão do Conhecimento

Para alguns autores, dentre eles Souto (2014) e Valentim (2004), a GC é uma nova oportunidade como campo de atuação do bibliotecário, pois apresenta novas possibilidades de atuação em decorrência de novas competências, principalmente aquelas voltadas para a gestão do capital intelectual. Para outros, trata-se de uma nova “nomenclatura” para designar um modelo de gestão centrada na gestão do capital intelectual, mais precisamente o do conhecimento tácito encontrado nas organizações e nas unidades de informação, conhecidos como fluxos informais.

Ao longo da história da criação e desenvolvimento dos registros do conhecimento, o bibliotecário sempre esteve atuando em prol da organização, guarda, preservação e disseminação da informação.

Segundo Lankes (2016), “os bibliotecários de hoje estão utilizando as lições que aprenderam ao longo de aproximadamente três mil anos de história para construir uma nova Biblioteconomia que não seja baseada em livros e outros artefatos, mas no conhecimento e na comunidade”.

O surgimento e adoção de tecnologia da informação e comunicação ocasionaram a automatização dos processos biblioteconômicos, propiciando a criação e o acúmulo de informações nas organizações, além de provocarem o crescimento da complexa tecnologia para tratar tais informações.

Nesta realidade, o “bibliotecário deve possuir visão de futuro, foco estratégico e características de liderança eficaz, além de todo o seu potencial criativo”; deverá ter também a “capacidade de pensar de forma sistêmica, traduzida pela capacidade de ver conexões entre eventos, assuntos e detalhes e pensar no todo e não nas partes, de forma isolada” (LONGO, 2007, p.44).

Para atuar no contexto da gestão da informação e do conhecimento, o bibliotecário deverá possuir competências e habilidades voltadas para a comunicação e expressão técnico-científicas, gerenciais, sociais e políticas (VALENTIM, 2004).

O bibliotecário torna-se o “ator imprescindível no auxílio, crescimento e na expansão de uma instituição, com o cumprimento de sua missão e de suas metas [...] porque conhece as demandas informacionais das mais diferentes áreas da unidade e os perfis dos usuários”, além de realizar múltiplas tarefas, das quais muitas delas fazem parte da sua formação técnica, além de “atender demandas voltadas para o mundo virtual, pois os processos de produção, disseminação e preservação da informação encontram-se em suportes de sistemas virtuais” (ALVARES, AMARO e ASSIS, 2016:145-146).

Um dos mais importantes papéis a ser exercido pelo bibliotecário é o da promoção da cooperação. Segundo Álvares, Amaro e Assis (2016), o incentivo à colaboração entre bibliotecas é considerado como o fator propulsor para o desenvolvimento da implantação de novas iniciativas para ofertar serviços de forma adequada, além de promover o intercâmbio entre as unidades de informação, contornar problemas no que tange a escassez de recursos financeiros, humanos e materiais, propiciar a otimização do tempo e a maximização do acesso e da disseminação da informação.

Neste contexto de cooperação e na busca da otimização do processo de desenvolvimento de um trabalho biblioteconômico que atenda um contexto tão diversificado, é necessário entender o Sesc na sua totalidade (histórico, missão, campos de atuação etc.), como forma de buscar soluções ou proposições para a efetivação da sua rede de bibliotecas.

5. O Serviço Social do Comércio (SESC)

Criado em 13 de setembro de 1946 através do Decreto-Lei nº 9.853 (BRASIL, 1946), o Serviço Social do Comércio (SESC) é uma entidade privada, sem fins lucrativos, “organizada e gerida por representantes do empresariado do comércio de bens e serviços, destinados à clientela comerciária e a seus dependentes”, está presente em âmbito nacional (SESC, 2010:12-13).

É uma entidade cujo objetivo é “atender as necessidades sociais urgentes dos trabalhadores do comércio, procurando enfrentar seus problemas, reduzir ou aliviar suas dificuldades maiores e criar condições de seu progresso”. Por reconhecer os problemas sociais, o idealizador do Sesc definiu a ação do “serviço social” como transformador e de progresso social (SESC, 2010:9).

Ainda hoje tem finalidades voltadas para proporcionar a melhoria da qualidade de vida dos trabalhadores do comércio e de seus dependentes. Além de contribuir para o aperfeiçoamento, enriquecimento e difusão da produção cultural.

Os campos de atuação do Sesc são: Saúde, Educação, Cultura, Lazer e Assistência. Estes são considerados como campos prioritários (finalísticos) para suas ações programáticas e estão diretamente relacionadas à qualidade de vida, ao bem-estar físico, mental e social para os seus usuários (SESC, 2010:23-24).

O Sesc possui um modelo de gestão descentralizado, onde cada estado brasileiro possui um Departamento Regional (DR) com autonomia administrativa e financeira para criar e executar projetos e atividades de forma independente ou sob orientação do Departamento Nacional (SANTOS, 2013).

O Departamento Nacional (DN) está localizado no Rio de Janeiro e é um órgão normativo do Sesc, sendo responsável por elaborar as diretrizes gerais e políticas de ações para os programas institucionais. É responsável por elaborar, coordenar e monitorar os projetos desenvolvidos pelos departamentos regionais, tendo suas competências definidas em seu regulamento (SESC, 2018).

A estrutura administrativa do DN é composta por diretorias: Administração Financeira (DIAF), Estratégia e Desenvolvimento e Desenvolvimento Institucional (DIREDE), Educação (DIED), Cultura (DIC), Assistência, Saúde e Lazer (DISAL) e de Comunicação (DICOM).

Para o desenvolvimento desta pesquisa e demonstrar onde está inserida a RSB, fez-se necessário um recorte nessa estrutura para evidenciar o posicionamento na hierarquia da Diretoria de Cultura (DIC), com o intuito de demonstrar o nível de subordinação no qual a RSB está contextualizada.

A Diretoria de Cultura (DIC) tem por finalidade “dirigir, planejar, coordenar, executar e acompanhar as ações na área de cultura, tendo em vista objetivos e prioridades do DN [...]”, além de “promover orientação normativa e técnica aos Departamento Regionais (DR), contribuindo para a formação, ampliação de experiências e o desenvolvimento de valores de indivíduos e comunidades envolvidas” (SESC, 2018:13).

A DIC é responsável pela implementação da Política Cultural do Sesc, que é entendida como um conjunto organizado de ações que “tem como desafio a proposição de difundir as linguagens artísticas e promover acesso à informação e à produção do conhecimento, proporcionando um lugar necessário à atividade sensível (SESC, 2015b:7).

É neste contexto que a Gerência de Cultura está inserida e tem por “finalidade colaborar no desenvolvimento de ações no campo da cultura e na integração de outras áreas, em todas as localidades de atuação da instituição, Departamento Nacional e Departamentos Regionais, por meio da construção e implementação de documentos orientadores [...]”, e para isso, conta com equipes compostas por especialistas nas linguagens: Artes Cênicas, Artes Visuais, Audiovisual, Música, Literatura e Biblioteca (SESC, 2015b:13).

O Sesc estrutura suas ações para o desempenho integrado de seus diversos órgãos através de documentos normativos. Os principais para a atividade Biblioteca são: Referencial Programático, Política Cultural e Modelo de Atividade.

É por meio do seu Referencial Programático (documento normativo) que o Sesc estrutura as ações para o desempenho integrado de seus diversos órgãos. Nele é apresentado a Estrutura programática, os Mensuradores da área-fim e os mapas de dados estatísticos (SESC, 2015b:9).

A Política Cultural do Sesc é “um documento que formaliza os parâmetros de ação em cultura, articulando a orientação estratégica da área com os valores e referenciais institucionais, formalizados nas Diretrizes Gerais de Ação” (SESC, 2015a:7).

O Modelo de Atividade Biblioteca está implementado através do documento “Projeto Biblioteca Sesc XXI”, que tem por objetivo “orientar o modelo de agir do Sesc, contando com a sua expansão para o mundo digital e a sua integração às áreas de Educação e Cultura” (SESC, 2012:2).

Este documento define biblioteca como: “[...] um local onde ocorre uma ampla gama de manifestações culturais, interligadas ao acervo nela existente, assim como à realidade dos seus frequentadores, um espaço/tempo de possibilidades de aprendizagens, de formação e transformação” (SESC, 2012:2).

5.1. A Rede Sesc de Bibliotecas (RSB): da gênese à atualidade

Na década de 1940, as bibliotecas do Sesc foram implementadas nas Unidades Executivas, em diversos estados brasileiros. Faziam parte das ações do Serviço Social, e por isso, as atividades de promoção de leitura recreativa e de autoinstrução eram coordenadas por Assistentes Sociais. Tais atividades eram “efetuadas de forma improvisada e amadora no que diz respeito à organização, ao atendimento do público e aos espaços físicos utilizados, que comumente era compartilhado com outras Atividades” (SESC, 1975).

A diversificação das atividades desenvolvidas pelas bibliotecas do Sesc aconteceu em meados das décadas de 1960 e 1970, quando passaram a oferecer empréstimo de livros aos seus usuários. Estes estavam sempre ocupados em seu local de trabalho, o que motivou o surgimento de uma nova modalidade de biblioteca: a ambulante, nos formatos caixa-estante ou em sacolas. Cabe ressaltar que a atividade bibliotecária no Sesc antecedeu a legislação que reconhece e regulamenta a profissão do (a) profissional bibliotecário (a) no Brasil (BRASIL, 1962).

A falta de tempo para leitura no ambiente da biblioteca, além dos espaços não convidativos à permanência prolongada, tampouco à prática de leitura, corroboraram para que o serviço de empréstimo de livros se consolidasse como a principal atividade. Em consequência, muitos DRs adotaram as bibliotecas ambulantes como forma de facilitar e democratizar o acesso ao livro. A modalidade ambulante é praticada até os dias atuais (SESC, 2010:2).

A diversificação do acervo ocorreu por volta de 1960, por consequência do aumento de empréstimo de publicações nas bibliotecas fixas e nas ambulantes. O investimento em livros infantis, didáticos, direcionados para o ensino fundamental e médio teve como objetivo atender demandas da pré-escola, da Educação de Jovens e Adultos (EJA) e dos pré-vestibulares presentes nos Centros de Atividades do Sesc. Soma-se a isso a incorporação de obras literárias em virtude da importância na formação cultural do indivíduo.

A criação de espaços exclusivos e adequados para o funcionamento das bibliotecas propiciou a expansão de público, de acervo e conseqüentemente a contratação do profissional bibliotecário para a instituição.

As novas demandas propiciaram a criação das chamadas “Bibliotecas Centrais”, sediadas junto à Direção Regional, que passaram a coordenar a atividade em nível regional, sendo responsável pelo: planejamento, seleção, aquisição, organização do acervo e acompanhamento do funcionamento das bibliotecas dos Centros de Atividades. Buscavam atender e atuar em áreas de vulnerabilidade social, com bibliotecas ou outros serviços de informação. Para isso, foi necessário o estudo de comunidade e de usuários, para identificar a viabilidade do projeto.

A evolução das atividades bibliotecárias no Sesc tem como marco inicial a presença das salas de leitura, seguida de ocupação de espaços qualificados e adequados, a contratação do bibliotecário (profissional qualificado para atuar nas bibliotecas) e o uso de tecnologias de informação, que fizeram a conexão entre todas as unidades de informação do Sesc.

O uso de sistemas de gestão automatizados oportunizou a dinamização do cadastro dos livros e o empréstimo. Em meados da década de 1990 a 2000, foram criadas as redes regionais, cujo funcionamento era *online*. Foi criado o catálogo coletivo nacional da RSB como forma de estabelecer uma política, que passou a congrega todos os DR em uma única base de dados cooperativa *online*, contendo as informações sobre o acervo das Unidades de Informação fixas do Sesc. O servidor desta base de dados encontra-se no DN (SESC, 2010).

Segundo Delamarque e Mattos (2012:5-7), a necessidade de unificação dos catálogos das bibliotecas do Sesc surgiu como consequência da constatação “de que os acervos regionais continham os mesmos títulos e as mesmas obras catalogadas em diversas bases regionais [...]”. Uma solução para evitar a duplicação de registro foi a adoção da catalogação cooperativa que teve como objetivo: otimizar os serviços bibliotecários, melhorar o

atendimento aos usuários, padronizar os registros, controlar as tabelas comuns, elaborar estatísticas nacionais, além de controlar o cadastro de usuários, possibilitando uma visão nacional.

Outro “marco histórico” foi o início do funcionamento do BiblioSesc (em Pernambuco, no ano de 2005), uma biblioteca itinerante, um projeto que visa a ampliação do acesso ao livro e à leitura em bairros periféricos das capitais brasileiras. “Hoje, é muito expressivo o quantitativo de unidades de informação mantidas em funcionamento pela instituição”, formando uma rede ampla com abrangência no território nacional (SESC, 2012).

Na atualidade, a RSB é formada por um conjunto diversificado de Unidades de Informação, que se diferem quanto aos objetivos e atuação, atendendo aos valores que orientam a ação institucional.

As atividades desenvolvidas pelas bibliotecas (segundo seu Referencial Programático) são: “ações destinadas ao acesso aos recursos informacionais em qualquer meio ou suporte, através de produtos e serviços de natureza biblioteconômica, visando apoiar pesquisas, incentivar a leitura e a multiplicação dos saberes”.

A RSB é formada por aproximadamente 367² unidades de informação, localizadas nas mais diversas regiões do território brasileiro, com aproximadamente 140 bibliotecários.

Consideradas como instituição social em evolução, as bibliotecas são influenciadas e influenciam a estrutura social que as circundam, refletindo e contribuindo para o desenvolvimento social (MUELLER, 1984).

O Sesc possui peculiaridade por se tratar de empresa privada, além de possuir uma rede de bibliotecas que contempla diversas tipologias de unidades de informação, com abrangência nacional, e acredita que a biblioteca tem um papel fundamental no processo de incentivo à leitura, na formação integral do indivíduo, além de promover a cidadania. As bibliotecas da RSB estão enquadradas nas seguintes modalidades: a) bibliotecas fixas, b) bibliotecas ambulantes; c) BiblioSesc (itinerantes); d) Bibliotecas Escolares; e) Bibliotecas Especializadas; f) Centro de Documentação institucional; g) Espaço de leitura e; h) Biblioteca virtual.

Geograficamente, as UI do Sesc encontram-se em todas as regiões do território brasileiro. Do total, 37 encontram-se no Centro-Oeste, 103 na região Nordeste, 60 na região norte, 86 na Região Sudeste e 81 na Região Sul do Brasil.

Mensurando as tipologias das UI da RSB tem-se: 57 bibliotecas ambulantes, 07 centros culturais, 03 centros de documentação institucional, 18 bibliotecas escolares, 16 espaços de leitura, 01 biblioteca especializada (idiomas), 190 bibliotecas gerais (CCAA), 08 bibliotecas infantis e 67 SescLer, totalizando 367 Unidades de Informação.

A RSB “caracteriza-se como pública, entendendo-se o conceito de pública na esfera de prestação de serviços a qualquer perfil de usuário, indistintamente e, nessa perspectiva

² Dados da pesquisa do Trabalho de Conclusão de curso (TCC) em 2018.

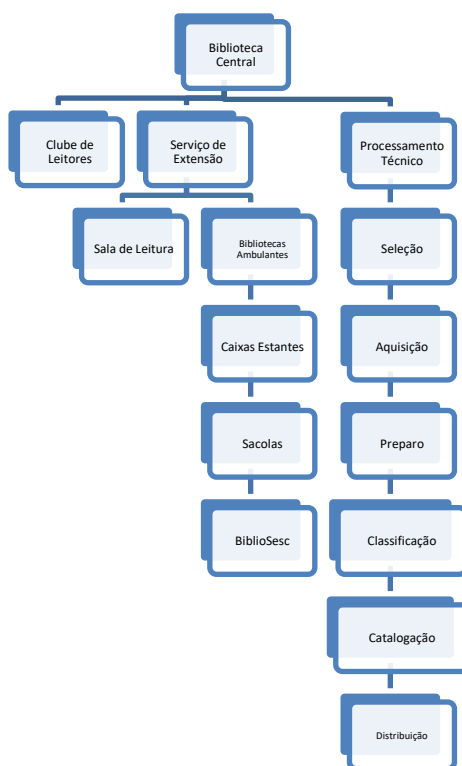
exercem múltiplas funções” (SANTOS,2013: 312). Isto justifica a diversidade de bibliotecas que a instituição criou mantém e administra ao longo de 72³ anos de existência.

5.1.1. Organização e administração de unidades de informação no Sesc

A RSB é composta por bibliotecas que possuem administração mista no que tange as práticas administrativas, biblioteconômicas e descentralizada espelhando o modelo de gestão estabelecido pelo Sesc.

Os DR possuem autonomia administrativa e financeira. Alguns destes possuem um modelo centralizado de gestão das bibliotecas da rede local, onde a Biblioteca Central (BC), situada na sede Administrativa, subordinada à Gerência de Cultura ou à Gerência de Ação Cultural, concentra as políticas e é responsável pelo tratamento técnico do acervo documental das unidades de informação do Regional, além de promover a interlocução com o público, através do trabalho do bibliotecário de referência, que além de promover ações é o responsável por gerir o espaço e zelar pela qualidade do serviço prestado. Um exemplo deste modelo é o DR de Goiás, que pode ser representado pela Fig. 1 abaixo:

Fig. 1 – Biblioteca Central - Funções



Fonte: Elaborada pela autora, em 2018.

³ Em 2023, o Sesc completará 77 anos de existência.

As bibliotecas dos regionais de Pernambuco e Rio Grande do Norte possuem modelo de gestão misto, pois possuem uma coordenação que estabelece as diretrizes que operacionalizam a aquisição para toda a rede local. É responsável pela seleção, processamento técnico, treinamento e supervisão técnica das unidades que não possuem bibliotecário. Algumas unidades destes regionais possuem bibliotecário para efetuar a seleção, processamento técnico, ações de referência e promoção.

Os regionais do Rio de Janeiro e Distrito Federal possuem gestão de bibliotecas totalmente descentralizada, pois RJ possui uma coordenação técnica que articula e define as diretrizes das demais unidades de informação. No DF a gestão também é totalmente descentralizada, mas subordinada diretamente à gerência de cultura.

O planejamento anual das ações e do orçamento são definidos pelos regionais e suas unidades, no entanto é submetido à avaliação e aprovação do Conselho Fiscal da Confederação Nacional do Comércio (CNC). O Departamento Nacional é responsável por analisar tais planos, com o intuito de avaliar se são exequíveis, mas não é o responsável pelo orçamento.

De tempos em tempos, os regionais solicitam um aporte através de financiamento de projetos de caráter diverso (atualização do acervo, obras de infraestrutura etc), todos voltados para a realização de alguma ação nos regionais.

As atividades básicas bibliotecárias como Formação e Desenvolvimento de Coleções, dinamização das coleções e funções gerenciais são exercidas em cada biblioteca de acordo com as diretrizes de cada regional. Inclui-se também, a organização e o planejamento das atividades a serem oferecidas ao longo de cada ano.

Em alguns casos, as bibliotecas centrais organizam seu Planejamento Estratégico para o ano subsequente, no primeiro trimestre do ano vigente, pois necessitam que tal documento seja aprovado em instâncias superiores. Cabe ressaltar que todas as ações administrativas, desde a organização, planejamento e execução dos projetos aprovados são documentados em cada regional, em cada biblioteca, não havendo o compartilhamento através da formalização com as demais bibliotecas, tampouco com o Departamento Nacional.

Através de ações oriundas do movimento produzido pelo I Colóquio da RSB, acontecido em 2017, foram iniciadas, de forma voluntária, ações de compartilhamento de informações e práticas biblioteconômicas desenvolvidas por bibliotecários de alguns regionais.

5.1.2. Práticas de compartilhamento de informação e conhecimento na RSB

Historicamente, o DN foi o agente centralizador das informações gerenciais das bibliotecas da rede através de dados estatísticos e operacionais, problemas e ações bem-sucedidas, além de dúvidas operacionais. Atuava também como agente mediador entre regionais no que tange o compartilhamento de experiências e resolução de problemas.

No entanto, o processo de catalogação cooperativa, a construção de políticas de catalogação e indexação para a RSB, além da política de formação e desenvolvimento de acervos, foram construídos de forma integrada entre o DN e representantes das bibliotecas dos regionais, a partir de um trabalho colaborativo e voluntário.

A partir da apresentação do Projeto Biblioteca Sesc XXI, em meados de 2012, uma nova dinâmica passou a existir na RSB, em virtude da disposição dos bibliotecários em participar de forma proativa, colaborativa e voluntária para a consolidação da RSB.

Um ponto importante neste documento é a interdisciplinaridade no que tange as ações das bibliotecas, pois busca integrar as áreas de literatura com outros programas do Sesc, principalmente os da Educação, atividades culturais e das ações desenvolvidas pela biblioteca.

A necessidade de integração das bibliotecas da rede foi percebida pelos bibliotecários localizados em diversas partes do país, na medida em que buscavam soluções de cunho biblioteconômico, gerenciais, até mesmo na busca por novidades a ser implementadas em seus regionais. Pode-se inferir que esta foi a primeira fase deste Projeto (outubro de 2013 a setembro de 2016): a observação da realidade local e a necessidade de compartilhar informações e experiências em prol da efetivação da RSB. Antes disso, o único elemento que caracterizava o trabalho em rede pelas bibliotecas foi a consolidação de um catálogo único para todas as unidades fixas, localizadas no país. Notou-se também que não houve um avanço no trabalho como rede, pois faltava o compartilhamento de vivências e conhecimentos.

A segunda fase do Projeto Biblioteca Sesc XXI foi, em janeiro de 2017, denominada “Descentralizar é aproximar!”, que tinha o compromisso de capacitar tecnicamente os profissionais da RSB, além de adotar os princípios de formação de rede colaborativa.

A partir dessa nova fase, foi possível a organização e planejamento dos Grupos de Trabalho (GT) e a definição das temáticas a serem desenvolvidas mediante alguns critérios: a) identificação dos temas que necessitavam de um posicionamento institucional; b) estabelecimento de critérios para a composição dos grupos, com vistas a garantir a participação de todos os regionais e seus profissionais de forma igualitária; c) convocação da Equipe atuante na RSB para integrar os GT.

Foram estabelecidos os seguintes eixos temáticos: a) Gestão do Conhecimento; b) Bibliotecas Escolares; c) Programa de Qualidade para RSB. Este último se subdividiu em: Regulamento para RSB, Acessibilidade, Acesso à internet, Avaliação do *InformaWeb* (software para biblioteca), política de acervos e política de indexação e vocabulário controlado.

A participação dos bibliotecários e representantes dos regionais aconteceu de forma espontânea, colaborativa e voluntária.

O encontro presencial dos participantes do Projeto aconteceu no I Colóquio da RSB, no Departamento Nacional, no Dia do bibliotecário, em 2017. Neste encontro foram divididos os grupos de trabalho, instituídas as lideranças e propostas as formas de trabalho e comunicação.

O uso das tecnologias da informação e comunicação (TIC) foi essencial para a aproximação entre os participantes e na difusão de práticas, atividades biblioteconômicas e culturais adotadas pelos bibliotecários.

Embora considerado um canal informal, o aplicativo de mensagens instantâneas *WhatsApp* aproximou pessoas, vivências, experiências e possibilitou trocas entre os

diversos bibliotecários participantes da rede. Devido à facilidade de comunicação, foram formalizados os GT com a finalidade de otimizar a comunicação entre os participantes, além da troca de informação e documentos.

A mudança do sistema de *e-mail* otimizou a criação dos GT com criação de *e-mails* específicos e outros genéricos para contemplar todos os usuários da rede. Em decorrência disso, foi possível a criação de reuniões virtuais pelo Skype Corporativo, reduzindo barreiras geográficas, culturais e hierárquicas.

Após várias reuniões, treinamentos virtuais e troca de informação, conhecimento, vivências, documentos entre os regionais, houve a formalização dos grupos de trabalho: a) GT Bibliotecas Escolares; b) GT Política de acervos; c) GT Programa de Qualidade para RSB/Avaliação do *software* para biblioteca; d) GT Programa de Qualidade na RSB/Regulamento para RSB.

Esse ciclo foi encerrado em setembro de 2018, no II Colóquio da RSB, cujo tema foi: “Compartilhar é aproximar”! Neste encontro presencial, os grupos puderam mostrar os resultados dos trabalhos desenvolvidos nesta segunda fase do projeto.

6. Apresentação e análise dos resultados

Esta pesquisa foi desenvolvida tendo como objeto de investigação a RSB, composta por um conjunto de aproximadamente 367 unidades de informação, de vários tipos, localizadas em todas as regiões brasileiras, cujas atividades biblioteconômicas são desenvolvidas por 140 bibliotecários e equipes.

Para melhor análise, os dados serão apresentados de acordo com os objetivos estabelecidos nesta pesquisa, utilizando-se como aporte teórico a revisão de literatura realizada.

6.1. A RSB à luz do conceito de rede

As bibliotecas do Sesc surgiram há aproximadamente 70 anos, por um trabalho de assistência aos trabalhadores do comércio. Foram organizadas por Assistentes Sociais, atuando com o objetivo de “minimizar as lacunas de ações governamentais, atuando em estreita colaboração com as iniciativas educativo-culturais desenvolvidas tanto na instituição, quando nas comunidades onde estão instaladas” (SESC, 1975).

À medida que o trabalho e as ações biblioteconômicas se tornaram complexas, com expansão de atendimento e multiplicação de unidades, elas passaram a ser organizadas e geridas por bibliotecários.

Atualmente, a RSB é composta por diferentes unidades de informação, dentre elas: bibliotecas gerais, fixas, móveis, escolares, infantis, especializadas, dentre outras, presentes nos departamentos regionais.

Embora conceitualmente atuem como rede, as bibliotecas do Sesc possuem autonomia administrativo-financeira, pois são subordinadas à administração dos DR. Em virtude disso, não há compartilhamento de seus processos de gestão administrativa e biblioteconômica com as demais bibliotecas da rede, tampouco com o DN.

Segundo Romani e Borszcz (2006:12-16), “o conceito de rede é uma alternativa prática a organização, possibilitando processos capazes de responder às demandas de flexibilidade e descentralização das tarefas contemporâneas de atuação e articulação social”, possuem pontos em comum e devem “ser constituídas por unidade de gestão que sirva de apoio às demais unidades”.

Carvalho (2016:180-186) define rede bibliotecária como aquela que possui características em comum “que as definem como organizações prestadoras de serviços de bibliotecas e informação”. Podem ser classificadas de acordo com a sua tipologia (tipo de governança, tipo de participante, âmbito de atuação e área temática) e função (Política de gestão de bibliotecas, Processos técnicos e/ou Informatizados e Prestação de serviços).

Com base na literatura, a Rede Sesc de Bibliotecas pode ser caracterizada como:

- a) **Tipo de Governança:** a RSB não se enquadra em nenhuma das categorias propostas, pois o Sesc é uma empresa privada, que possui autonomia administrativa, embora tenha sido criado por legislação federal;
- b) **Tipo de Participante:** é considerada como uma rede mista, por possuir mais de um tipo de biblioteca, no entanto “a definição do tipo participante está diretamente ligada à função da rede” (CARVALHO, 20016:182);
- c) **Âmbito de atuação:** trata-se de uma rede nacional, possui bibliotecas em todas as regiões geográficas do Brasil, sendo representadas pelos Departamentos Regionais;
- d) **Área Temática:** a RSB não pode ser caracterizada, porque possui diversas tipologias de unidades de informação (ex: biblioteca escolar, infantil, geral, especializada, itinerante, fixa etc.), e atende a diversos tipos de usuários.

Funcionalmente, a RSB pode ser caracterizada como:

- a) **Política de Gestão de Bibliotecas:** das diversas funções apresentadas por Carvalho (2016), a RSB possui somente: política de negociação e assinatura de contratos, licenças de uso e direitos de recursos eletrônicos para uso de todas as bibliotecas (Ex.: assinatura da Barsa);
- b) **Processos Técnicos e/ou informatizados:** na RSB a catalogação dos itens é feita na modalidade cooperativa; produção de catálogos coletivos e virtuais; automação de bibliotecas (uso de um único *software* de gestão para toda a rede);
- c) **Prestação de serviços:** acesso compartilhado a conteúdos eletrônicos (revistas e bases de dados); acesso a catálogos virtuais.

6.2. Perfil dos bibliotecários atuantes na RSB

A partir de um questionário enviado aos bibliotecários do Sesc, 39% dos bibliotecários (55 pessoas em um total de 140) responderam a pesquisa, assim foi possível identificar gênero, idade, escolaridade, formação acadêmica e instituição de formação dos informantes.

De acordo com as respostas, 80% dos respondentes são do gênero feminino e 20% masculino, com faixa etária: 31-40 anos (45%); 42-50 anos (24%); 18-30 anos (22%), 51-60 anos (7%) e 61-70 anos (2%).

No que tange ao perfil de formação, 98% dos respondentes que trabalham nas bibliotecas do Sesc possuem graduação em Biblioteconomia, com formação heterogênea em decorrência das diferenças de currículos das universidades na qual se graduaram.

Percebe-se que a maioria dos respondentes investiu em formação complementar, seja por meio de curso complementar, especialização *latu sensu* ou *stricto sensu*. Dos 55 respondentes, 7% são mestres, 93% são especialistas (MBA, Especialização etc.), e muitos fizeram cursos complementares (contação de histórias, literatura infantil etc.).

A busca por “novos conhecimentos é um indicador do reconhecimento por parte dos profissionais com formação em biblioteconomia, das oportunidades de atuação em processo de gestão da informação, do conhecimento e afins (SOUTO, 2014:23).

O Sesc e, por consequência, a RSB possuem perfil heterogêneo de colaboradores. A instituição apresenta em seu quadro funcional profissionais que atuam por muito tempo, sendo um possível detentor do conhecimento organizacional e dos processos de trabalho no qual estão inseridos. Este perfil é propício para a formação das redes de trabalho, que segundo Silva (2004:146) “são os principais facilitadores para a gestão do conhecimento tácito, pois ligam pessoas experientes e preparadas para atuar em grupo, interagindo basicamente por meio de ampla troca de conhecimentos tácitos”.

Percebe-se, de um modo geral, que existe uma equipe heterogênea atuando nas UI, como: bibliotecários, pedagogos, licenciados, auxiliares, dentre outros. Tais profissionais com formações diversificadas têm a capacidade de atuar de forma a atender as demandas informacionais, culturais e educativas, pois são conhecimentos e competências que não são excludentes, e sim complementares.

Nota-se divergência no entendimento conceitual das bibliotecas por parte dos colaboradores participantes da pesquisa. As unidades de informação da RSB possuem definições, mas na prática, algumas têm o campo de atuação ampliado, a exemplo de algumas bibliotecas escolares que atendem o público em geral, aproximando-se das características de uma biblioteca pública.

6.3. Gestão do Sesc e seu impacto na gestão da RSB

O Sesc possui um modelo de gestão descentralizado, onde cada regional possui autonomia administrativa e financeira, além de organizar, planejar e executar projetos e atividades que atendam a missão institucional. Tem o DN como órgão normativo, responsável por elaborar as diretrizes gerais e políticas de ações para os programas institucionais.

Diferente da maioria, alguns regionais possuem um modelo centralizado de gestão de biblioteca, formalizado em uma rede local, estando a Biblioteca Central empenhada em promover a interlocução com o público, além de promover ações, zelar pelo espaço e qualidade do serviço prestado. É na BC que o processamento técnico do acervo acontece.

Outros regionais possuem gestão mista de suas bibliotecas, através da existência de uma coordenação que tem a responsabilidade de estabelecer as diretrizes que operacionalizam a aquisição (acervo, insumos) para toda a rede local.

Exemplos de descentralização administrativa de bibliotecas estão nos regionais RJ e DF. Nestes regionais, existe a coordenação técnica que articula e define as diretrizes para as demais unidades de informação. Em muitos regionais, as bibliotecas são subordinadas ao departamento ou gerência de cultura.

Por se tratar de uma rede de bibliotecas localizadas geograficamente em todos os estados brasileiros, mesmo em fase de consolidação, é necessário que exista um modelo de gestão que contemple a diversidade de UIs, com abrangência nacional.

É fundamental que a RSB defina sua missão em consonância com a institucional, sua visão e seus valores. Crie e institucionalize políticas de gestão, normas para funcionamento da rede que visem a padronização dos processos biblioteconômicos, de gestão das redes locais, além de compartilhar práticas administrativas e de informação. Não se trata de “pasteurização” das informações e das ações a serem efetuadas pelas bibliotecas, mas que haja um parâmetro mínimo para todas atuarem de uma forma parametrizada.

Para que a rede atue de forma colaborativa de fato, é necessário o empenho de todos os regionais para que o bibliotecário (gestor ou responsável pela rede local) tenha uma certa autonomia para estabelecer o Planejamento Estratégico da biblioteca visando o atendimento das estratégias institucionais.

A centralização da gestão da RSB no DN se faz necessária para que haja padronização de processos administrativos, biblioteconômicos, políticos e estrutural das bibliotecas, propiciando otimização e racionalização de custos. Da forma que se encontra hoje, o DN cria políticas, diretrizes, e os regionais podem ou não as adotar em suas bibliotecas, ocasionando a dispersão da informação, de conhecimento.

Segundo Romani e Borszcz (2006), “o conceito de rede é uma alternativa prática de organização possibilitando processos capazes de responder às demandas de flexibilidade e descentralização das esferas contemporâneas de atuação e articulação social”, no entanto, é necessário que os participantes e os organismos tenham como foco a cultura do compartilhamento de tarefas, recursos, informação e conhecimento.

6.3.1. Práticas de compartilhamento de ações e conhecimento existentes na RSB

A literatura aponta práticas de gestão do conhecimento a partir do entendimento das formas de conversão do conhecimento expresso por diversos modelos: espiral do conhecimento, SECI, dentre outros.

Entender o que é o conhecimento tácito, explícito e a diferença entre dados, informação e conhecimento favorece para que a socialização, externalização, internalização e a combinação aconteçam da melhor forma.

Após pesquisa documental, observou-se que no Sesc houve ações discretas de GC através de práticas isoladas de externalização do conhecimento. Um exemplo foi a elaboração do

documento “Boletim de Intercâmbio: como organizar um sistema centralizado de bibliotecas”, emitido pela biblioteca do Sesc RS, em 1975.

Segundo Takeuchi e Nonaka (2008), a criação do conhecimento em uma organização começa no indivíduo e se amplia para as equipes, transpondo os limites das seções, departamentos, divisões podendo chegar até a alta administração. Trata-se de um ciclo onde o foco é a conversão do conhecimento tácito em explícito.

Para que isto ocorra, é necessário que a organização seja capaz de aprender, e estas organizações são definidas como “[...] aquelas onde as pessoas aprimoram continuamente sua capacidade para criar o futuro que realmente gostariam de ver surgir” (SENGE, 1998:234 *apud* LONGO, 2007:39).

Para que a GC aconteça é necessário que a cultura organizacional estabeleça mecanismos que valorizem as novas ideias e contribuições, fomentando para que as pessoas tenham um comportamento informacional propício para o compartilhamento, socialização do conhecimento.

No contexto das bibliotecas do Sesc, a motivação partiu de bibliotecários que almejam um trabalho biblioteconômico com qualidade, com diversidade, com parâmetros definidos e claros e se materializou na proposta de um documento institucional que mudou radicalmente o paradigma da biblioteca existente na instituição em âmbito nacional.

Uma segunda forma de compartilhar informação e conhecimento foi o uso de *software* de bibliotecas para toda a rede, pois foi necessário criar padrões para a catalogação, mediante um trabalho colaborativo e voluntário.

Com o decorrer do tempo e o surgimento do “Projeto Biblioteca Sesc XXI”, práticas de gestão da informação e do conhecimento estão em fase de implantação, mesmo que não oficialmente.

Os bibliotecários e bibliotecárias da RSB têm promovido as seguintes ações de GC:

- a) Práticas relacionadas à gestão de Recursos Humanos: narrativas, comunidades de prática/conhecimento;
- b) Práticas relacionadas a processos organizacionais facilitadores da GC: melhores práticas, *benchmarking* interno e externo, lições aprendidas, sistemas de inteligência organizacional;
- c) Práticas relacionadas à base tecnológica e funcional de suporte à GC: Sistemas de *workflow*, gestão de conteúdo.

Foram identificadas ações para a externalização do conhecimento:

- a) relatos orais e filmes;
- b) imagens, textos;
- c) organização, planejamento de documentos normativos para as bibliotecas da RSB.

Ações para a socialização do conhecimento:

- a) brainstorming;
- b) trabalho do tipo mestre-aprendiz;
- c) trabalho em equipe;
- d) narrativas.

Ações para a internalização do conhecimento:

- a) prática individual (*learning by doing*);
- b) estudo individual de documentos para revisão dos documentos normativos da RSB;
- c) Reinterpretar/reexperimentar vivências e práticas (*practices and lessons learned*).

Ações para a combinação do conhecimento:

- a) Reuniões virtuais por telefone, *Skype* ou *WhatsApp*.

O uso das TIC propiciou a otimização do processo de disseminação das práticas efetuadas pelos bibliotecários localizados em diversos pontos do Brasil. No entanto, há de se convir que há necessidade de implementação de outras atividades que conduzam à prática de GC na RSB como: gestão de documentos, modelagem de processos, ferramentas de colaboração (portais para a RSB), gestão do capital intelectual, banco de competências organizacionais, sistema de gestão por competências e mapeamento. Estes últimos dependeriam de uma ação integrada com o setor de Recursos humanos do DN e dos DR, pois seria uma forma de conhecer o perfil profissional do bibliotecário e da equipe atuante na rede.

Somam-se a estes o banco do conhecimento, *mentoring*, educação corporativa e universidade corporativa. A capacitação contínua dos que trabalham em bibliotecas é algo salutar no que tange o desenvolvimento de competências essenciais para a atuação em determinadas atividades.

Embora haja ações discretas de gestão do conhecimento na Rede Sesc de Bibliotecas, ainda há uma cultura propícia para existência de práticas de gestão descentralizada, onde não há compartilhamento de informação e/ou conhecimento de práticas gerenciais e biblioteconômicas. O que existe são ações independentes e pontuais de profissionais que visam compartilhar suas práticas, vivências, em prol da rede.

7. Considerações finais

Esta pesquisa teve como objetivo geral investigar as práticas de compartilhamento de informações de cunho gerencial e biblioteconômico na Rede Sesc de Bibliotecas, sob a ótica da Gestão do Conhecimento, e o impacto da descentralização administrativa nas unidades de informação que compõem a rede.

Para alcançar tal objetivo, foram estabelecidos como objetivos específicos: a análise da RSB à luz do conceito de rede; a identificação do perfil dos bibliotecários que atuam nela; a análise do modelo de gestão institucional e seu impacto na Rede Sesc de Bibliotecas.

Trata-se de uma investigação explicativa e descritiva, utilizando-se como método a pesquisa bibliográfica, a investigação documental e o estudo de caso. O universo escolhido foi o das bibliotecas do Serviço Social do Comércio (Sesc), denominado Rede Sesc de Bibliotecas (RSB), composta por 367 unidades de informação de diferentes tipologias e com a atuação de aproximadamente 140 bibliotecários, localizados em âmbito nacional. Esta realidade apresentou a seguinte questão de pesquisa: Com este quantitativo de unidades de informação, quais são as atividades práticas, técnicas e gerenciais das bibliotecas da RSB e como a Gestão do Conhecimento pode auxiliar a gestão descentralizada das bibliotecas?

Esta pesquisa (resultante do Trabalho de Conclusão da graduação em Biblioteconomia) foi motivada pela necessidade de entender os fatores que influenciam e/ou impactam nas rotinas e na gestão de UI, de uma rede de biblioteca tão complexa e diversificada quanto a do Sesc.

Para identificar o perfil dos colaboradores atuantes nestas UI, foi necessário a aplicação de um questionário (entrevista semiestruturada) de caráter qualiquantitativo. A análise dos resultados somada à pesquisa documental permitiu responder ao questionamento da pesquisa, pois foram identificados: o perfil dos bibliotecários atuantes na rede; as práticas de compartilhamento de ações e conhecimento existentes na RSB; a análise do modelo de gestão do Sesc e seu impacto sobre a RSB; e a definição da RSB sob a ótica da literatura.

Através do referencial teórico, foi possível rever conceitos sobre: organização e administração de unidades de informação, sua aplicabilidade para bibliotecas; o conceito de rede de unidades de informação e rede bibliotecária, suas características especificadas, com o intuito de encontrar uma definição que contemplasse a RSB; a gestão do conhecimento e sua aplicabilidade em ambientes organizacionais e biblioteconômicos. Por fim, apresentar o Serviço Social do Comércio (Sesc) através de sua história, missão, estrutura e áreas de atuação nacional e, neste contexto, apresentar suas bibliotecas.

A história da criação e atuação das bibliotecas sesquianas retoma o caráter de utilidade pública de um serviço fundamental para a sociedade: o acesso ao livro, à leitura, à informação, à cultura, como essenciais para a educação e a cidadania.

Analisando o modelo de gestão encontrado no Sesc e em diversas bibliotecas da rede, observa-se que a descentralização administrativa e biblioteconômica impacta na condução da gestão de uma rede tão diferenciada.

A gestão do conhecimento, como uma forma de gestão de unidades de informação, corrobora para que haja uma cultura do compartilhamento de informação, do conhecimento, em âmbito nacional.

A revisão de literatura sobre GC aponta diversas práticas que podem ser adotadas pela RSB e utilizadas em todas as UI independentemente da sua localização. Para esta realidade, é necessário que o bibliotecário possua ou busque desenvolver competências e habilidades complementares voltadas para a gestão administrativa, de pessoas e, principalmente, do conhecimento organizacional.

Embora haja ações discretas de GC na RSB, ainda é fomentada a prática da gestão descentralizada, pois não há comprometimento (obrigatoriedade) no compartilhamento de informações, do conhecimento de práticas gerenciais e biblioteconômicas.

Nota-se que a literatura sobre GC para bibliotecas ainda está direcionada para bibliotecas universitárias, cujo foco ainda está voltado para o compartilhamento de técnicas biblioteconômicas, presentes em redes locais.

A graduação em biblioteconomia proporciona o aprendizado voltado para as competências técnicas biblioteconômicas, sendo complementado por disciplinas teóricas de cunho gerencial. No entanto, é sabido que há necessidade de competências auxiliares oriundas de outros campos do saber, e por isso, o profissional bibliotecário deverá buscar desenvolver tais competências e habilidades para sanar possíveis lacunas em sua formação. Para isto, ele deverá estar atento ao cenário externo à Biblioteconomia e acompanhar as novas demandas do mercado de trabalho voltado para o ambiente organizacional.

A partir desta pesquisa, sugere-se a continuidade da investigação sobre gestão do conhecimento em bibliotecas organizacionais, mais especificamente nas de âmbito privado, focada na gestão do conhecimento tácito, pois nestes ambientes, é possível a análise sistêmica da gestão.

Referências bibliográficas

ALVARENGA NETO, Rivadávia Correa Drummond de

2008 *Gestão do conhecimento em organizações*. São Paulo: Saraiva, 2008.

ALVARES, Lilian; AMARO, Bianca; ASSIS, Tainá Batista de

2016 A Participação do bibliotecário na Gestão da Informação e do Conhecimento Institucional. In RIBEIRO, Anna Carolina Mendonça Lemos; FERREIRA, Pedro Cavalcanti Gonçalves - *Biblioteca do século XXI: desafios e perspectivas*. Brasília: IPEA, 2016, p. 135-156.

AMARAL, Sueli Angélica do

1998 *Marketing: uma abordagem em unidades de informação*. Brasília, DF: Thesaurus, 1998.

ANGELONI, Maria Terezinha; FERNANDES, Caroline Brito

2000 Organizações de conhecimento: dos modelos à aplicação prática. In ENCONTRO DE ESTUDOS ORGANIZACIONAIS, 1º, 2000, Curitiba - *Anais...* [Em linha]. Curitiba: GEO/ANPAD, 2000. [Consult. 1 nov. 2018]. Disponível em: <http://www.anpad.org.br/admin/pdf/eneo2000-23.pdf>.

BRASIL. Leis, decretos, etc.

1962 *Lei nº 4.084, de 30 de junho de 1962*. Dispõe sobre a profissão de bibliotecário e regula seu exercício. *Diário Oficial da União*. [Em linha]. (2 jul.1962). [Consult. 15 out. 2018]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccvil_03/LEIS/1950-1969/L4084.

BRASIL. Leis, decretos, etc.

1946 *Decreto-Lei nº 9.853, de 13 de setembro de 1946*. Atribui à Conferência Nacional do Comércio o cargo de criar e organizar o Serviço Social do Comércio e dá outras providências. *Diário Oficial da União*. [Em linha]. (16 set. 1946). [Consult. 23 ago. 2018]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1937-1946/Del9853.

CALAZANS, Angélica Toffano Seidel

2007 Estudo de caso: uma estratégia de pesquisa. In MUELLER, Suzana Pinheiro - *Métodos para Ciência da Informação*. Brasília, DF: Thesaurus, 2007.

CARVALHO, Gilda Maria Rocha de; TAVARES, Márcia da Silva

2001 *Informação & Conhecimento: uma abordagem organizacional*. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2001.

CARVALHO, Maria Carmem Romcy de

2016 *Redes de bibliotecas: considerações para o desenvolvimento*. In RIBEIRO, Anna Carolina Mendonça; FERREIRA, Pedro Cavalcanti Gonçalves - *Biblioteca do século XXI: desafios e perspectivas*. Brasília, DF: Ipea, 2016, p. 177-196.

CASTELLS, Manuel

2003 *A Galáxia Internet: reflexões sobre a Internet, os negócios e a sociedade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2003.

CASTELLS, Manuel

2016 *A Sociedade em rede: a era da informação, economia, sociedade e cultura*. São Paulo: Paz & Terra, 2016.

CHOO, Chun Wei

2006 *A Organização do conhecimento: como as organizações usam a informação para criar significado, construir conhecimento e tomar decisões*. São Paulo: Senac, 2006.

CIANCONI, Regina de Barros

2003 *Gestão do Conhecimento: visão de indivíduos e organizações no Brasil*. [Em linha]. Rio de Janeiro, 2003. [Consult. 1 out. 2018]. Disponível em: <http://ridi.ibict.br/handle/123456789/675>. Tese de Doutorado em Ciência da Informação – Universidade Federal do Rio de Janeiro / Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia.

COGO, Edson Luiz; DALLABRIDA, Valdir Roque

2012 Avaliação dos processos de descentralização nos estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul: o marco jurídico como respaldo à participação social. *Inclusão Social*, [Em linha]. 6:1 (2012) 175-180. [Consult. 15 nov. 2018]. Disponível em: <http://revista.ibict.br/inclusao/article/view/1701>.

COSTA, Marília Damiani; CASTRO, Gardênia de

2007 Diagnóstico para aplicação da gestão do conhecimento em unidades de informação. In VERGUEIRO, Waldomiro; MIRANDA, Angélica C. D. - *Administração em unidades de informação*. Rio Grande, RS: Editora da FURG, 2007.

DAVENPORT, Thomas; PRUSAK, Laurence

1999 *Conhecimento empresarial*. Rio de Janeiro: Campus, 1999.

DELAMARQUE, Roberta Vianna; MATTOS, Márcia Cristina Githay

2012 *Catálogo cooperativa na Rede Sesc de Bibliotecas*. Rio de Janeiro, 2012.

Trabalho de Conclusão de Estágio – Serviço Social do Comércio, Departamento Nacional, Fórum de Estagiários.

DUDZIAK, Elisabeth Adriana; VILLELA, Maria Cristina Olaio; GABRIEL, Maria Aparecida

2002 Gestão do Conhecimento em bibliotecas universitárias. In SEMINÁRIO NACIONAL DE BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS (SNBU), 12^o, 2002, Recife - *Anais...* [Em linha]. Recife: Universidade Federal de Pernambuco, 2002, p. 1-12. [Consult. 2 ago. 2021]. Disponível em: <http://repositorio.febab.org.br/items/show/4099>.

GIL, Antônio Carlos

2010 *Como elaborar projetos de pesquisa*. São Paulo: Atlas, 2010.

INOJOSA, Rose Marie

2000 Descentralização e racionalização. *Boletim de Arquivo*. 1:1 (2000) 71-81.

LANKES, R. David

2016 *Expect More: melhores bibliotecas para um mundo complexo*. São Paulo: FEBAB, 2016.

LONGO, Rose Mary Juliano

2007 Gestão do conhecimento e unidades de informação. In VERGUEIRO, Waldomiro; MIRANDA, Angélica C. D. - *Administração em unidades de informação*. Rio Grande, RS: Editora FURG, 2007.

MACIEL, Alba Costa; MENDONÇA, Marília Alvarenga Rocha

2006 *Bibliotecas como organizações*. Rio de Janeiro: Interciência; Niterói: Intertexto, 2006.

MARTINS, Carlos Wellington Soares; FIGUEIREDO, Regycleia Botelho Alves

2012 Gestão do Conhecimento em unidades de informação: práticas de gerenciamento do Núcleo Integrado de Bibliotecas da Universidade Federal do Maranhão. In SEMINÁRIO NACIONAL DE BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS (SNBU), 17^o, 2012, Gramado, RS - *Anais...* Porto Alegre: UFRGS, 2012.

MARTINS, Myriam Gusmão de

1980 *Planejamento bibliotecário*. São Paulo: Pioneira Editora; Brasília, DF: INL, 1980.

MATTERA, Tayane Cristina

2014 Gestão do conhecimento na prática. In SOUTO, Leonardo Fernandes - *Gestão da Informação e do conhecimento: práticas e reflexões*. Rio de Janeiro: Interciência, 2014, p.100-218.

MINAYO, Maria Cecília de Souza [et. al.]

1994 *Pesquisa social: teoria, método e criatividade*. Petrópolis: Vozes, 1994.

MUELLER, Suzana Pinheiro Machado

1984 Bibliotecas e sociedade: evolução e interpretação de papéis da biblioteca. *Revista da Escola de Biblioteconomia da UFMG*. [Em linha]. 13:1 (1984) 7-54. [Consult. 20 set.2018]. Disponível em: <http://www.brapci.inf.br/index.php/article/view/0000002698/a66f-d4b3e1bd4bdcd09f1afa8b7c5>.

ROCHA, Michele Alves da

2010 *Gestão do Conhecimento em bibliotecas: o caso do Sistema Integrado de bibliotecas da UNIVALI-SIBIUN*. [Em linha]. 2010. [Consult.15 set. 2018]. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/120627>.
Trabalho de Conclusão de Curso, Graduação em Biblioteconomia – Centro de Ciências da Educação, Universidade Federal de Santa Catarina.

ROMANI, Claudia; BORSZCZ, Iraci

2006 *Unidades de informação: conceitos e competências*. Florianópolis: Editora da UFSC, 2006.

SANTA ANNA, Jorge

2016 *Gestão do conhecimento em bibliotecas: o bibliotecário como gestor da informação e de recursos e serviços informacionais*. *Biblos*. [Em linha]. 30:1 (2016) 5-26. [Consult. 1 out. 2018]. Disponível em: <https://periodicos.furg.br/biblos/article/view/5347>.

SANTIAGO JÚNIOR, José Renato Sátiro

2004 *Gestão do Conhecimento: a chave para o sucesso empresarial*. São Paulo: Novatec, 2004.

SANTOS, Lysiane Wanderley dos

2013 *A Competência em informação na Rede de Bibliotecas do Sesc : das origens à revisão de práticas de gestão*. In BELLUZZO, Regina Célia Baptista; FERES, Glória Georges - *Competência em informação: de reflexões as lições aprendidas*. São Paulo: FEBAB, 2013.

SESC. Administração Regional do Paraná

1975 *Documento apresentado na reunião de Diretores das Unidades Executivas*. 11 a 14 de março, 1975.

SESC. Departamento Nacional

2018 *Regime Interno do Departamento Nacional*. 2018.

SESC. Departamento Nacional

2015a *Política cultural*. Rio de Janeiro: Departamento Nacional, 2015.

SESC. Departamento Nacional

2015b *Referencial programático do Sesc*. Rio de Janeiro: Departamento Nacional, 2015.

SESC. Departamento Nacional

2012 *Projeto Biblioteca Sesc XXI*. Rio de Janeiro: Departamento Nacional, 2012.

SESC. Departamento Nacional

2010 *Diretrizes gerais de ação do SESC*. Rio de Janeiro: Departamento Nacional, 2012.

SILVA, Heide Miranda da; VALENTIM, Marta Lígia Pomim

2008 *Modelos de gestão do conhecimento aplicados à ambientes empresariais*. In *Gestão da Informação e do Conhecimento no âmbito da Ciência da Informação*. Org. Maria Lígia Pomim Valentim. São Paulo: Polis; Cultura Acadêmica, 2008, p.157-174.

SILVA, Sérgio Luis da

2004 *Gestão do Conhecimento: uma revisão crítica orientada pela abordagem da criação do conhecimento*. *Ciência da Informação*. [Em linha]. 33:2 (maio/ago. 2004) 143--151. [Consult. 27 set. 2018]. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ci/v33n2/a15v33n2.pdf>>.

SOUTO, Leonardo Fernandes

2014 Atuação do bibliotecário em processos não tradicionais. In SOUTO, Leonardo Fernandes - *Gestão da Informação e do Conhecimento: práticas e reflexões*. Rio de Janeiro: Interciência, 2014, p.1-25.

TAKEUCHI, Hirodata; NONAKA, Ikujiro

2008 *Gestão do Conhecimento*. Porto Alegre: Bookman, 2008.

VALENTIM, Marta Lígia Pomim

2016 O Perfil das bibliotecas contemporâneas. In RIBEIRO, Anna Carolina Mendonça; FERREIRA, Pedro Cavalcanti Gonçalves - *Biblioteca do século XXI: desafios e perspectivas*. Brasília, DF: Ipea, 2016, p.19-42.

VALENTIM, Marta Lígia Pomim

2004 Equipes multidisciplinares na Gestão da Informação e Conhecimento. In BAPTISTA, Sofia Galvão; MUELLER, Suzana Pinheiro Machado - *Profissional da Informação e o espaço de trabalho*. Brasília: Thesaurus, 2004, p.154-177.

VERGARA, Sylvia Constant

2011 *Projetos e relatórios de pesquisa em Administração*. São Paulo: Atlas, 2011.

YIN, Robert K.

2015 *Pesquisa qualitativa do início ao fim*. Porto Alegre: Penso, 2015.

Claudia Barbosa dos Santos de Souza | claudia.bs.souza@gmail.com

Universidade Estadual Paulista (UNESP), Brasil

PROMOÇÃO DOS ODS NAS BIBLIOTECAS DE UNIVERSIDADES FEDERAIS BRASILEIRAS: influência das práticas informacionais e das comunidades de prática na atuação dos bibliotecários

PROMOTION OF THE SDG IN THE BRAZILIAN FEDERAL UNIVERSITIES LIBRARIES: influence of informational practices and communities of practice in the work of librarians

Alessandra Stefane Cândido Elias da Trindade | Tayná Ladislau Rangel | Danielle Harlene da Silva Moreno | Maria Aurora Cuevas Cerveró | Pablo Parra Valero | Geysianne Felipe do Nascimento

<https://doi.org/10.21747/21836671/pag19a7>

Resumo: Os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) são 17 metas globais que visam fomentar o desenvolvimento econômico, social e político das regiões, dos países, e, por conseguinte, do planeta. Embora as bibliotecas sejam equipamentos culturais indispensáveis para o desenvolvimento dos ODS, sua atuação depende das práticas sociais e informacionais dos/as bibliotecários/as que nelas atuam. **Objetivo:** Investigar a promoção dos ODS nas bibliotecas de Universidades Federais (UF) do Brasil. **Metodologia:** Este estudo de natureza aplicada é explicativo, utiliza uma abordagem mista (quanti-qualitativa) e questionário como técnica de coleta de dados. **Resultados:** O questionário foi respondido por 58 profissionais. Todas as bibliotecas de UF brasileiras podem desenvolver ações capazes de contribuir para o avanço dos ODS, contudo, algumas o fazem de modo não intencional. **Conclusões:** Existem bibliotecários/as que não conhecem os ODS e bibliotecas que desenvolvem intencional e desintencionalmente ações e atividades relacionadas ao ODS. As práticas informacionais dos/as bibliotecários/as podem influenciar a sua atuação profissional, inclusive no que tange ao desenvolvimento dos ODS. As comunidades de prática são excelentes meios de acesso à informação, participar dessas comunidades pode ajudar os/as bibliotecários/as no processo de inovação de produtos e serviços de bibliotecas universitárias.

Palavras-chave: Bibliotecas universitárias; Comunidades de práticas; Objetivos do Desenvolvimento Sustentável - ODS; Práticas informacionais.

Abstract: The Sustainable Development Goals (SDG) are 17 global goals aimed at fostering the economic, social and political development of regions, countries, and therefore the planet. Although libraries are cultural equipment indispensable for the development of the SDG, their performance depends on the social and informational practices of the librarians. **Objective:** To investigate the promotion of SDG in Federal Universities (FU) libraries in Brazil. **Methodology:** This study of an applied nature, is explanatory, uses a mixed approach (quantitative-qualitative) and questionnaire as a technique of data collection. **Results:** It is noteworthy that the questionnaire was answered by 58 professionals. All Brazilian FU libraries can develop actions capable of contributing to the advancement of the SDG, however, some do so unintentionally. **Conclusions:** There are librarians who do not know the SDG and libraries that intentionally and unintentionally develop actions and activities related to the SDG. The informational practices of librarians can influence their professional performance, including with regard to the development of the SDG. Communities of practice are excellent means of accessing information, participating in these communities can help librarians in the process of innovation of university library products and services.

Keywords: University libraries; Communities of practices; Sustainable Development Goals - SDG; Informational practices.

1. Introdução

As mudanças sociais influenciam as necessidades informacionais dos sujeitos sociais/informacionais (usuários e bibliotecários) e as bibliotecas, enquanto equipamentos pensados para o acesso à informação, precisam se adequar às demandas que emergem dos contextos no quais seus usuários estão inseridos.

A velocidade e a intensidade das mudanças sócio-políticas-culturais nas últimas décadas colocam as pautas sociais em uma posição de destaque. As pautas sociais estão presentes em discussões políticas, científicas, acadêmicas, assim como nas rodas de conversas cotidianas dos sujeitos. Nessa perspectiva destacam-se os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030.

Os ODS são metas criadas pela Organização das Nações Unidas (ONU) para estimular, apoiar e guiar decisões políticas e ações de pessoas e de instituições em áreas como: educação, bem-estar, clima, meio ambiente, desenvolvimento econômico sustentável, entre outras. Os ODS são ferramentas importantes para fomentar o desenvolvimento econômico, social e político das regiões, dos países, e, por conseguinte, do planeta. Contudo, para que os ODS sejam promovidos faz-se necessário o apoio de estruturas, governamentais e não governamentais, capazes de oferecer suporte e concretizar as iniciativas relacionadas a eles.

Entre essas organizações, destacam-se as bibliotecas, pois podem promover ações e atividades capazes de contribuir com o desenvolvimento dos ODS (INTERNATIONAL..., 2019a, 2019b). Na perspectiva de Sala *et al.* (2020), as bibliotecas são equipamentos culturais indispensáveis para o desenvolvimento dos ODS. Ademais, elas contribuem para o fortalecimento da sociedade do conhecimento à medida que garantem o acesso à informação – meta transversal que apoia todos os ODS - inclusive para populações novas e marginalizadas (INTERNATIONAL..., 2019).

Destaca-se que a universidade tem como papel principal o desenvolvimento da sociedade, consequentemente o/a bibliotecário/a que atua em bibliotecas universitárias deve ser um/a agente capaz de promover a cidadania, pois auxilia na formação de profissionais e cidadãos críticos e participativos (OLIVEIRA *et al.*, 2017).

Compreende-se que os/as bibliotecários/as são essenciais para o processo de transformação das bibliotecas em espaços de inclusão e equipamentos culturais que promovem os ODS, acredita-se que para que os/as bibliotecários/as desenvolvam os ODS em seus respectivos trabalhos precisam ter interesse nessa temática, ou seja, os ODS precisam fazer parte dos seus interesses/necessidades informacionais, além de compreender a sua importância e buscar informações sobre os ODS.

Nesta perspectiva destacam-se a Comunidade de Prática (CoP), mecanismo de disseminação e acesso à informação, e as práticas informacionais, conceito guarda-chuva utilizado para abarcar fenômenos relacionados à busca, ao uso e ao compartilhamento da informação.

Este trabalho visa responder a seguinte questão de pesquisa: As práticas informacionais dos bibliotecários, incluindo a participação em CoP, influenciam a sua atuação profissional, especificamente no que se refere ao desenvolvimento dos ODS nas bibliotecas de Universidades Federais brasileiras?

Tem-se como hipótese que as práticas informacionais dos/as bibliotecários/as podem influenciar o desenvolvimento dos ODS nas bibliotecas e há bibliotecas que têm atividades relacionadas aos ODS, sem necessariamente relacioná-las ao conceito supracitado.

Objetivo geral: Investigar a promoção dos ODS nas bibliotecas de Universidades Federais (UF) do Brasil. Para isto, delinear-se três objetivos específicos:

- a) Aferir se os/as bibliotecários/as conhecem a Agenda 2030 e os ODS;
- b) Identificar se as bibliotecas desenvolvem, intencional ou desintencionalmente, ações e atividades relacionadas ao ODS;
- c) Averiguar se as práticas informacionais, incluindo a participação em CoP, dos/as bibliotecários/as influenciam a sua atuação profissional, principalmente no que se refere ao desenvolvimento dos ODS.

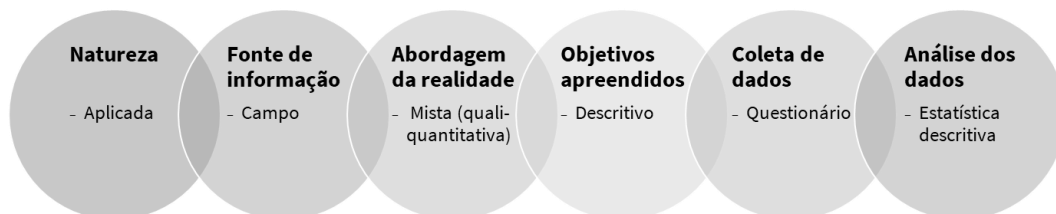
Este estudo amplia as discussões teóricas sobre CoP, práticas informacionais e ODS e discute como as práticas informacionais podem influenciar a visão de mundo e, por conseguinte, a atuação profissional dos/as bibliotecários/as e as ações das bibliotecas, sendo essa a justificativa teórica. Além de coletar e publicizar dados sobre o conhecimento e desenvolvimento de ações sobre os ODS, apresenta a biblioteca universitária com um espaço de inclusão social e discute o seu papel na disseminação e aplicação dos ODS, o que denota uma contribuição social, científica e acadêmica.

Por fim, enfatiza-se que este estudo observa a participação em CoP como fruto do empreendimento de práticas informacionais.

2. Percurso metodológico

Tendo em vista a fundamentação teórica, realizou-se um levantamento bibliográfico sobre ODS, práticas informacionais e CoP na Base de Dados em Ciência da Informação (Brapci). A Fig. 1 apresenta o delineamento do percurso metodológico desta pesquisa.

Fig. 1 – Delineamento do percurso metodológico



Fonte: Elaboração própria.

Este estudo de natureza aplicada utiliza uma abordagem da realidade mista (quali-quantitativa), pois utiliza recursos estatísticos e subjetivos para analisar os dados coletados (MINAYO, 2009). O estudo descritivo objetiva expor características de um fenômeno, pois permite identificar e relacionar as suas características (BUFREM *et al.*, 2020). A estatística

descritiva é uma área da estatística que busca descrever, resumir e apresentar um conjunto de dados.

A aplicação do questionário ocorreu no período de 14 a 22 de junho de 2022, de forma eletrônica, via ferramenta Google Forms. O universo deste estudo compreende bibliotecários/as que atuam em bibliotecas de UF brasileiras, a amostra, caracterizada como não probabilística, compreende os/as bibliotecários/as vinculados/as a 20 UF do Brasil (Quadro 1).

Quadro 1 – Amostra (não probabilística)

REGIÃO	ESTADO	IES	IGC (Faixa)	REGIÃO	ESTADO	IES	IGC (Faixa)
Centro-oeste	DF	UNB	4	Norte	RR	UFRR	4
Centro-oeste	GO	UFG	4	Norte	TO	UFT	4
Centro-oeste	MS	UFMS	4	Sudeste	RJ	UFRJ	5
Centro-oeste	MT	UFMT	4	Sudeste	SP	UNIFESP	5
Nordeste	BA	UFSB	5	Sudeste	MG	UFV	5
Nordeste	RN	UFRN	4	Sudeste	MG	UFMG	5
Nordeste	PB	UFPB	4	Sul	SC	UFSC	5
Nordeste	PE	UFPE	4	Sul	PR	UFPR	5
Norte	AM	UFAM	4	Sul	RS	UFRGS	5
Norte	PA	UFPA	4	Sul	RS	UFCSPA	5

Fonte: Brasil (2019).

Utilizou-se o Índice Geral de Cursos (IGC) de 2019 (BRASIL, 2019) como critério de seleção das UF, as instituições com maior IGC (faixa) foram selecionadas. Destaca-se que foram selecionadas quatro UF de cada região do país.

As UF brasileiras têm solicitado que os projetos de pesquisa e extensão apresentem uma relação com os ODS, portanto, têm se empenhado em desenvolver os ODS institucionalmente. As bibliotecas universitárias de UF possuem uma estrutura – capital humano, capital estrutural e capital relacional – mais propícia para desenvolver atividades e ações relacionadas aos ODS, se comparadas a bibliotecas públicas, comunitárias e escolares, por esses motivos este estudo selecionou como campo de estudo bibliotecas universitárias de UF.

3. Desenvolvimento dos ODS em Bibliotecas Universitárias: CoP e práticas informacionais

Os ODS fazem parte da Agenda 2030, plano de ação promovido pela Organização das Nações Unidas (ONU), que objetiva promover uma vida digna e erradicar as desigualdades sociais em âmbito global. Para isto, estabeleceu 196 metas, distribuídas em 17 objetivos, denominados ODS, que são:

- a) Objetivo 1 - Acabar com a pobreza em todas as suas formas, em todos os lugares;
- b) Objetivo 2 - Acabar com a fome, alcançar a segurança alimentar e melhoria da nutrição e promover a agricultura sustentável;
- c) Objetivo 3 – Assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar para todos, em todas as idades;
- d) Objetivo 4 – Assegurar a educação inclusiva, equitativa e de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos;
- e) Objetivo 5 - Alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas;
- f) Objetivo 6 - Assegurar a disponibilidade e gestão sustentável da água e saneamento para todos;
- g) Objetivo 7 - Assegurar o acesso confiável, sustentável, Moderno e a preço acessível de energia para todos;
- h) Objetivo 8 - Promover o crescimento econômico sustentado, Inclusivo e sustentável, emprego pleno e produtivo e trabalho decente para todos;
- i) Objetivo 9 - Construir infraestruturas resilientes, promover a industrialização inclusiva e sustentável e fomentar a inovação;
- j) Objetivo 10 - Reduzir a desigualdade dentro dos países e entre eles;
- k) Objetivo 11 - Tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis;
- l) Objetivo 12 - Assegurar padrões de produção e de consumo sustentáveis;
- m) Objetivo 13 - Tomar medidas urgentes para combater a mudança do clima e seus impactos;
- n) Objetivo 14 - Conservação e uso sustentável dos oceanos, dos mares e dos recursos marinhos para o desenvolvimento sustentável;
- o) Objetivo 15 - Proteger, recuperar e promover o uso sustentável dos ecossistemas terrestres, gerir de forma sustentável as florestas, combater a desertificação, deter e reverter a degradação da terra e deter a perda de biodiversidade;
- p) Objetivo 16 - Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis;
- q) Objetivo 17 - Fortalecer os meios de implementação e revitalizar a parceria global para o desenvolvimento sustentável.

Instituições nacionais e internacionais da Biblioteconomia endossam a importância e o papel das bibliotecas públicas e dos/as bibliotecários/as como intermediários do acesso e do uso da informação, destacam a responsabilidade social de ambos no desenvolvimento

da sociedade e a capacidade que têm de auxiliar governos, instituições e indivíduos a partir do acesso e uso informação (INTERNATIONAL..., 2014). A International Federation of Library Associations and Institutions (2019a:8) destaca que:

As bibliotecas são o coração das escolas, universidades e institutos em todos os países do mundo. As bibliotecas apoiam programas de alfabetização, oferecem um lugar seguro para a aprendizagem e colaboram com pesquisadores na utilização de dados e informações para gerar novos conhecimentos.

Portanto, disponibilizar acesso à informação é uma das suas principais contribuições para o desenvolvimento dos ODS, contudo, as bibliotecas também podem desenvolver programas de alfabetização (informacional e digital), promover ações de conscientização sobre saúde, bem-estar, igualdade de gênero, uso de energia e água, tratamento de água e esgoto e proporcionar aos usuários atividades de cultura e lazer.

Ademais, como assevera a International Federation of Library Associations and Institutions (2019a:12-13):

As bibliotecas são o coração das instituições de pesquisa e da vida acadêmica. Elas propiciam o acesso a internet de alta velocidade, infraestrutura de pesquisa e profissionais capacitados. Em muitos países as bibliotecas públicas e educacionais são os principais ou os únicos provedores de acesso público à internet de baixo ou nenhum custo, uma forma fundamental de aumentar a conectividade [...] As bibliotecas contribuem para reduzir a desigualdade proporcionando espaços cívicos seguros.

O acesso às oportunidades começa com o acesso à informação e ao conhecimento. As bibliotecas são meios de acesso ao conhecimento, seus serviços e ações devem ser projetadas sob a perspectiva de inclusão, portanto, não deve existir qualquer tipo de preconceito ou distinção.

As bibliotecas universitárias são órgãos de apoio às atividades de ensino, pesquisa e extensão nas Instituições de Ensino Superior (IES) e, desde 1968, após reformas no ensino superior, são obrigatórias (GIRARD *et al.*, 2013).

Também são produtos da história social, econômica e cultural do país. Portanto, suas ações e atividades refletem o grau de desenvolvimento, a cultura, a tradição, os problemas e as prioridades econômicas do país (GIRARD *et al.*, 2013). Na contemporaneidade, elas precisam ser modernas e acolhedoras, disponibilizar serviços diversificados e compatíveis com as necessidades da comunidade de usuários (TREVISOL NETO *et al.*, 2019). Para isso, faz-se necessário conhecer as necessidades, o perfil, as prioridades e interesses informacionais da comunidade que elas atendem.

Cabe aos/as bibliotecários/as transformar as bibliotecas em espaços de aprendizagem, capazes de auxiliar na construção de conhecimentos e competências e promover inclusão social e cultural (CAVALCANTE *et al.*, 2013). Isto, auxiliará no desenvolvimento dos ODS.

Sabe-se que “as pessoas constroem ativa e constantemente sua visão de mundo, assimilando e acomodando novas informações com o que já conhecem ou vivenciaram” (KUHLETHAU, 1991:362, *tradução nossa*). “A informação está imbricada em todas as

práticas sociais, como algo que precisa do sujeito para atribuir sentido, e cujo contexto é vital para seu significado” (ALVES *et al.*, 2017). Podemos inferir neste sentido que é a partir das práticas informacionais que os sujeitos agem no mundo.

As bibliotecas “sofrem a influência da visão de mundo e da prática dos seus gestores, especialmente aqueles que ocupam os cargos de liderança” (TREVISOL NETO *et al.*, 2019:282). Destaca-se que a atuação dos profissionais é influenciada pela sua subjetividade (conhecimentos, experiências, valores, ideologias, visão de mundo, entre outros aspectos).

Acredita-se que profissionais que têm interesse e afinidade com temas sociais (ou seja, temáticas abarcadas pelos ODS) estarão mais dispostos/as e engajados/as a desenvolver os ODS nas bibliotecas que atuam. Nessa perspectiva destacam-se as práticas informacionais e as CoP.

A práticas sociais que são desenvolvidas a partir do acesso, uso e compartilhamento de informação podem ser chamadas de práticas informacionais, este conceito “guarda-chuva [...] adequado para investigar e descrever fenômenos relacionados à busca, ao uso e ao compartilhamento da informação” (ROCHA *et al.*, 2017:39), compreende questões intersubjetivas associadas aos fluxos informacionais (MELO *et al.*, 2021), pois nos estudos de práticas informacionais, observa-se que fatores contextuais e sociais influenciam os fenômenos informacionais e o contexto influencia e, concomitantemente, é influenciado pelas ações do sujeito, portanto, há uma relação dialógica (ROCHA *et al.*, 2017).

Destaca-se que o individual e o social são interdependentes (ROCHA *et al.*, 2017), portanto, as práticas informacionais são fruto de interações que se dão em contextos sociais e culturais diferentes, mas orientadas para interações coletivas (ISAH *et al.*, 2009). Por meio delas as pessoas constroem sentidos (ARAÚJO *et al.*, 2020).

As CoP, por sua vez, “são formadas por pessoas que se envolvem em um processo de aprendizagem coletiva em um domínio compartilhado do esforço humano” (WENGER *et al.*, 2002:1, *tradução nossa*). As CoP “[...] são grupos de pessoas que compartilham uma preocupação ou paixão por algo que fazem e aprendem a fazer melhor quando eles interagem regularmente” (WENGER *et al.*, 2002:1, *tradução nossa*).

Nessas comunidades, que podem ser presenciais ou virtuais, a construção do conhecimento ocorre de forma social por meio da troca de informações, experiências, boas práticas, exposição de ideias, resolução de problemas de forma coletiva, portanto, um elemento crucial é a confiança mútua entre os membros das comunidades. Por meio de CoP as pessoas aprofundam seus conhecimentos e especialização e desenvolvem novas competências (WENGER, 2006; ESTEVES *et al.*, 2010; LAVE *et al.*, 1991; LIRA *et al.*, 2019).

Destaca-se que CoP auxiliam na disseminação e acesso de conhecimento, podem contribuir para o desenvolvimento pessoal e profissional das pessoas e quando formadas por profissionais podem trazer benefícios organizacionais.

As CoP servem a bibliotecários/as e, conseqüentemente, às bibliotecas. A troca de informações, experiências, conhecimentos e boas práticas possibilitam a aprendizagem em diferentes dimensões e podem promover a melhoria dos produtos e serviços de bibliotecas e, conseqüentemente, beneficiar a comunidade de usuários.

Enfatiza-se que as CoP são compostas por práticas informacionais. As práticas informacionais dos/as bibliotecários/as podem influenciar a sua atuação profissional e, por conseguinte, influenciar e mudar o seu entorno.

Destaca-se que

a inovação é um processo de aprendizagem organizacional que tem como base a informação e o conhecimento, depende do capital humano (capacidades individuais, conhecimentos, habilidades e experiências das pessoas que compõem a organização), do capital estrutural (processos organizacionais, softwares, procedimentos, sistemas, banco de dados) e do capital relacional (relações externas “*stakeholders*”— clientes, credores, investidores, fornecedores — e know-how da organização) da organização (TRINDADE *et al.*, 2022:3).

Os autores apresentam quatro etapas do processo de inovação, acredita-se que as CoP podem auxiliar em duas, a saber: monitoramento de tendências (prospecção) e busca de informações sobre o problema (preparação).

Destaca-se ainda que, para inovar, os/as bibliotecários/as precisam desenvolver um perfil empreendedor, disposto a ultrapassar as barreiras existentes na organização, buscar parcerias/meios para desenvolver as suas ideias, utilizar os recursos disponíveis na organização de maneira criativa, promover mudanças e criar oportunidades. Ademais, cada profissional bibliotecário pode assumir um compromisso de desenvolver, promover e disseminar os ODS.

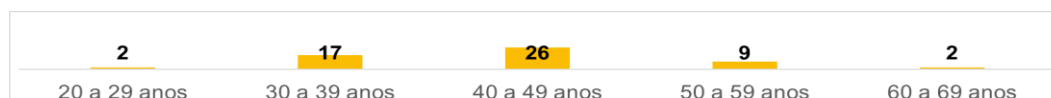
4. Questionário: análise e discussão dos dados

A presente seção apresenta e discute os dados obtidos por meio do questionário, que foi respondido por 56 profissionais.

Sobre a faixa etária dos respondentes (Fig. 2), a maioria dos participantes pertence às gerações X e Y, portanto, são profissionais que apresentam um comportamento mais empreendedor e criativo e têm maior familiaridade com as Tecnologias de Informação e Comunicação (SOUZA *et al.*, 2017¹).

¹ **Baby Boomer** (pessoas nascidas antes de 1965): os indivíduos dessa geração nasceram após a guerra, valorizam o trabalho em equipe, são orientados a processos, comprometidos, disciplinados e leais, conseguem se adaptar a qualquer organização. **Geração X** (pessoas nascidas entre 1966 e 1981): os indivíduos dessa geração são autossuficientes e confiantes, valorizam a criação, a educação e a independência, suas ações focam em resultados e apresentam um comportamento mais empreendedor. **Geração Y** (pessoas nascidas após 1981): os indivíduos dessa geração são ambiciosos, individualistas, instáveis, nativos digitais e motivados pelo virtual, conseguem empreender um olhar dinâmico (global e local), buscam inovações constantemente, preferem trabalhar com liberdade, flexibilidades e criatividade (SOUZA *et al.*, 2017).

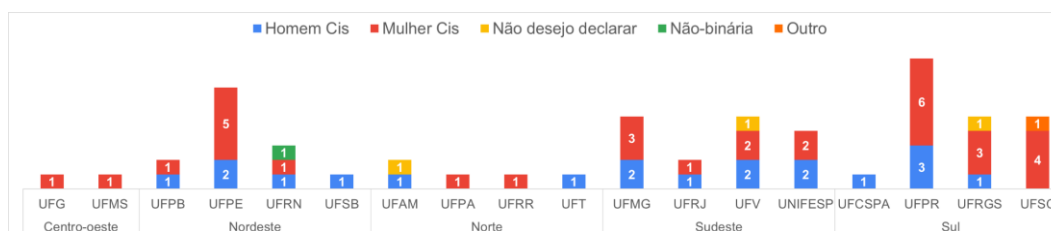
Fig. 2 – Faixa etária



Fonte: Dados de pesquisa (2023).

A Fig. 3 apresenta dados sobre o gênero dos respondentes e o total de respondentes por UF.

Fig. 3 – Gênero² versus UF

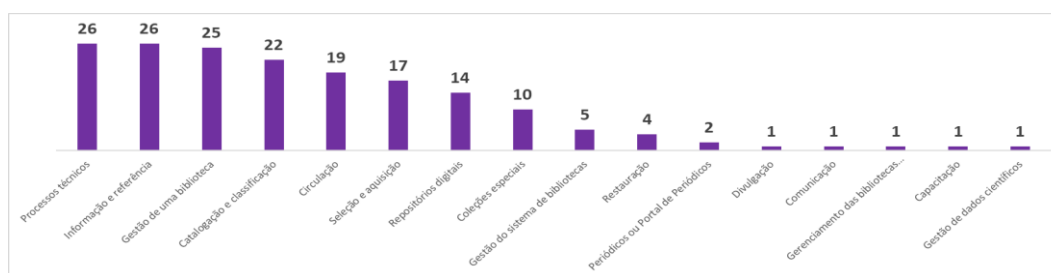


Fonte: Dados de pesquisa (2023).

A maioria, 32 (57%), dos respondentes identifica-se com o gênero feminino. Sobre o total de respondentes por região: 20 (36%) são do sul, 16 (29%) do sudeste, 13 (23%) do nordeste, 5 (9%) do norte e 2 (4%) do centro-oeste. Destaca-se que os bibliotecários/as da Universidade de Brasília (UNB) e da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT) não responderam ao questionário.

Sobre o setor de atuação, observa-se que os profissionais desempenham diversas funções (Fig. 4).

Fig. 4 – Setor/área de atuação na biblioteca



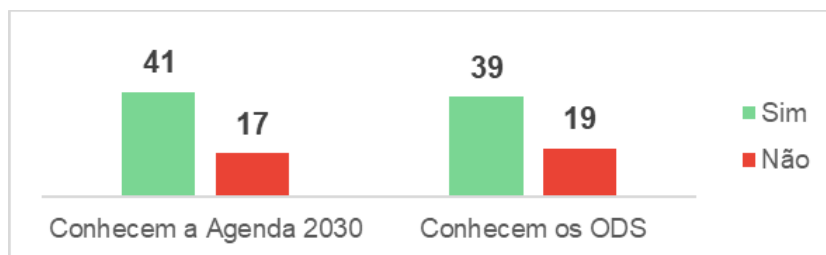
Fonte: Dados de pesquisa (2023).

² O questionário disponibilizou as seguintes opções: Mulher Cis, Mulher Trans, Homem Cis, Homem Trans, Travesti, Não-binária, Agênero, Não desejo declarar e Outro (opção discursiva). O termo “cis” é utilizado para se referir a uma pessoa que se identifica com o sexo biológico do seu nascimento, o termo “trans” é utilizado para se referir a uma pessoa que não se identifica com o sexo biológico do seu nascimento, **não-binária/e**, por sua vez, é um termo guarda-chuva utilizado para se referir a identidades de gênero que não são masculinas ou femininas.

Nota-se que as atividades técnicas são desempenhadas com maior frequência, portanto, alguns profissionais não têm contato direto com os usuários das bibliotecas.

Uma das questões verificou se os profissionais conhecem a Agenda 2030 e os ODS. A Fig. 5 apresenta os dados.

Fig. 5 – Os profissionais conhecem a Agenda 2030 e os ODS?



Fonte: Dados de pesquisa (2023).

Há profissionais que conhecem a Agenda 2030, mas não conhecem os ODS, assim como o inverso. Ademais, 14 (24%) profissionais que não conhecem ambos os conceitos, portanto, nota-se a necessidade de um trabalho de divulgação maior.

Destaca-se que o formulário apresentou perguntas específicas para os profissionais que conhecem os ODS (seção 3.1) e para os que não conhecem os ODS (seção 3.2), tendo em vista verificar aspectos de práticas informacionais e desenvolvimento dos ODS nas bibliotecas.

4.1. Práticas informacionais: profissionais que conhecem os ODS

Verificou-se como os/as bibliotecários/as conheceram os ODS por meio de uma pergunta aberta, que foi respondida por 38 profissionais. Analisou-se o conteúdo das respostas, criou-se categorias para classificá-las e contabilizá-las (Quadro 2).

Quadro 2 – Como os/as bibliotecários/as conheceram os ODS

CATEGORIAS	TOTAL
Mídias digitais ou TV (jornais, sites, pesquisas na Internet, Redes Sociais)	14
Eventos	9
Capacitação: aulas, palestras, leituras	7
Através da FEBAB	3
Grupo do CBBU	2
Iniciativa institucional	2
Pesquisando temas atuais	1

Fonte: Dados de pesquisa (2023).

Destaca-se que a maioria dos profissionais conheceram os ODS por meio de canais digitais informais de disseminação de informação. Dentre os 38 relatados, destacam-se 13, apresentados no Quadro 3.

Quadro 3 – Como os/as bibliotecários/as conheceram os ODS: relatos

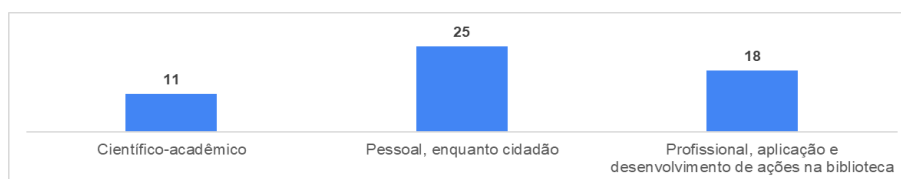
ID	COMENTÁRIO
R2	“Acompanhando as informações das instituições que promovem os ODS”
R12	“Através de 2 funcionários da ONU, que vieram a conhecer a Sala da ONU da BBT”
R28	“através de um curso de inglês que trouxe para agenda”
R31	“Através de uma divulgação que uma biblioteca fez. Não lembro a instituição”
R14	“Conheci por meio de evento do Sistema de Bibliotecas e depois realçadas pela disciplina de gestão ambiental da pós-graduação”
R46	“Cursos online sobre sustentabilidade e questões ambientais”
R45	“Evento institucional sobre o tema”
R48	“Participei de uma disciplina no Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação na UFSC. O nome da disciplina, ministrada pela Profa. Marli Dias, se chama Sustentabilidade Informacional”
R44	“Pesquisando temas atuais. “
R21	“Por meio de um podcast”
R8	“Por meio do plano de gestão da instituição que trabalho”
R17	“Professora do curso de biblioteconomia que atua nessa linha e grupo CBBU”
R40	“Vi a menção em redes sociais e busquei conhecer sobre”

Fonte: Dados de pesquisa (2023).

Nota-se, através dos relatos, que os sujeitos podem “esbarrar” com os ODS e conhecê-los em vários contextos da vida, por meio de vários veículos de informação, não somente os científicos-acadêmicos, o que destaca a importância de estudos de práticas informacionais, visto que tal conceito se apoia na ideia da busca da informação na vida cotidiana - *Everyday Life Information Seeking* (ELIS).

Savolainen (1995) destaca a importância de observar contextos de vida mais amplos nas buscas e encontro de informações. Destaca-se o relato do/a profissional R12, que atua na Universidade Federal de Viçosa (UFV), para esclarecer que uma das bibliotecas das UFV possui um espaço para divulgar os materiais/publicações da ONU³, denominado “Biblioteca da ONU”. A Fig. 6 apresenta em que área da vida dos respondentes os ODS estão relacionados.

Fig. 6 – Interesse dos respondentes pelos ODS: área da vida



Fonte: Dados de pesquisa (2023).

Destaca-se que a maioria dos profissionais têm interesse pessoal nos ODS, na sequência, aparece o interesse profissional. Dado que corrobora as premissas deste estudo, que visa aferir o desenvolvimento dos ODS nas bibliotecas de UF brasileiras, portanto, em um

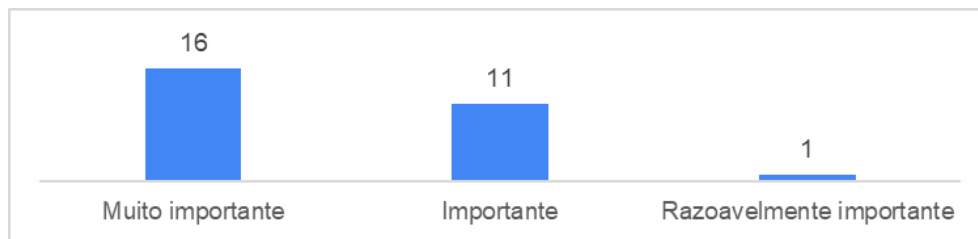
³ Informações disponíveis no site da biblioteca, disponível em: <https://www.bbt.ufv.br/para-voce/>. Consult. 23 jun. 2022.

contexto profissional, e que considera que as práticas informacionais, o interesse pessoal demonstrado pelos profissionais bibliotecários/as em temáticas de cunho social favorece e cria um contexto favorável ao desenvolvimento de ações relacionadas aos ODS nas bibliotecas.

Tal observação se alinha com o entendimento proposto por Savolainen (1995, 2007) quando enfatiza a necessidade de compreender os mecanismos de busca por informação em contextos de não trabalho (*nonwork information seeking*) levando em consideração contextos sociais, culturais e psicológicos mais amplos que influenciam nas preferências de buscas pelos sujeitos.

Esta pergunta foi feita aos profissionais: “Na sua opinião, para o avanço, o desenvolvimento e a aplicação dos ODS no país, a biblioteca se faz importante?”. Todos/as os/as bibliotecários/as que conhecem os ODS consideram a biblioteca importante, em alguma medida, para o avanço, o desenvolvimento e a aplicação dos ODS no país (Fig. 7).

Fig. 7 – Interesse dos respondentes pelos ODS: área da vida



Fonte: Dados de pesquisa (2023).

Permitiu-se também que os/as bibliotecários/as comentassem a pergunta. O Quadro 4 apresenta alguns dos comentários que os/as bibliotecários/as fizeram.

Quadro 4 – Importância das bibliotecas para o desenvolvimento dos ODS: comentários

ID	COMENTÁRIOS
R40	A missão da biblioteca é fornecer fontes de informação confiáveis, e de certa forma ensinar as pessoas da comunidade a que ela serve a se informarem. Somente cumprindo a sua missão de forma eficiente, a biblioteca já ajuda as pessoas a atingirem todos os objetivos, por atuar na formação dos profissionais que de fato trabalharão na solução dos problemas a serem enfrentados, especialmente no que concerne à biblioteca universitária. Além disso, a biblioteca atua especialmente na área de educação, em parceria com os professores, e tem grande importância na diminuição das desigualdades, por oferecer recursos, gratuitamente, às pessoas em situação de vulnerabilidade social.
R54	Local de estudo e pesquisa, imprescindível para quaisquer objetivos.
R14	As consultas as fontes podem ocorrer por meio da biblioteca que pode oferecer ao cidadão bases de dados, artigos científicos com impacto social e econômico.
R17	As bibliotecas atuam com uma comunidade ampla e podem promover diversas ações para apoiar os ODS.
R29	Pois a Biblioteca além de educadora, é o elo entre as fontes de informação confiável e os cidadãos.
R34	A biblioteca é fundamental para o acesso a informação, apoio à pesquisa e divulgação dos ODS.

R48	Acredito que se as bibliotecas conhecerem e aplicarem nas suas unidades os ODS, mais pessoas conhecerão as ODS e poderão aplicá-las no seu dia a dia, pois são as pequenas ações que podem auxiliar na mudança que queremos e desejamos para o mundo.
R50	As bibliotecas precisam estar alinhadas aos objetivos propostos pelas ODS e trabalhar para a implantação da oferta de serviços diferenciados que contribuam para as ODS. Nesse sentido as bibliotecas possuem importante papel nos objetivos de número 4, 11 e 12, 15 e 17 da Agenda 2030, na qual, respectivamente o quarto objetivo denomina-se “Educação de qualidade”.
R43	A biblioteca inserir serviços aos usuários com a temática, ex. bibliotecas das coisas, incentivando o reuso e compartilhamento de objetos - não livros, por exemplo.

Fonte: Dados de pesquisa (2023).

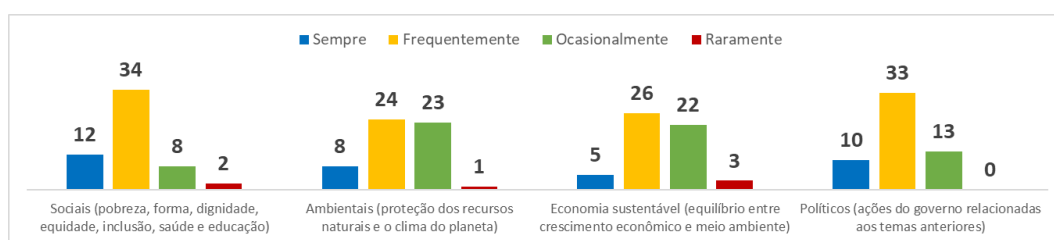
Destaca-se que a maioria das respostas enfatiza a biblioteca como uma organização responsável pela disseminação de informação, mas poucas respostas abordam a biblioteca como uma organização capaz de promover inclusão social, desenvolver senso crítico de responsabilidade nos sujeitos, entre outros aspectos.

Portanto, faz-se necessário discussões que apresentem as bibliotecas com equipamentos socioculturais capazes de promover inclusão social e cultural, destaca-se que os/as bibliotecários/as são peças-chaves para esse processo de transformação e que as práticas informacionais, incluindo a participação em CoP, podem influenciar esse processo.

4.2. Práticas informacionais: profissionais que não conhecem os ODS

Sabe-se que os ODS incorporam demandas sociais (fome, pobreza, igualdade de gênero, saúde, mobilidade, bem-estar entre outros), ambientais (acesso à energia e água potável), econômicas (desenvolvimento industrialização inclusiva e sustentável e fomentar a inovação, entre outros) e políticas. A Fig. 8 apresenta dados sobre o consumo dessas informações pelos respondentes que não conhecem os ODS.

Fig. 8 – Consumo de informações sobre questões sociais, ambientais, econômicas e políticas



Fonte: Dados de pesquisa (2023).

Nota-se que os profissionais consomem com frequência informações relacionadas à questões sociais, ambientais, econômicas e políticas, respectivamente. O Quadro 5 apresenta dados sobre as fontes de informação utilizadas.

Quadro 5 – Consumo de informações sobre questões sociais, ambientais, econômicas e políticas

TIPO DE FONTE	TOTAL
Digitais informais (redes sociais, sites, RSS de bibliotecas, instituições, pesquisadores, profissionais da área)	44
Terciárias (Diretórios, Portais, Mecanismos de busca "Google, BING, etc.", Catálogos coletivos e Bibliotecas)	27
Primárias (Periódicos científicos, Tese, Dissertação, Anais de congresso, Trabalho de evento, Normas técnicas, Patentes, Entrevista e Relatório, etc.)	24
Secundárias (Bases de dados, Repositórios institucionais, Catálogos de Bibliotecas, Centros de pesquisa e laboratórios, Livros, manuais, Relatório, etc.)	23
Participo de comunidades de profissionais	4
Participo de grupos de estudos	2
Participo de eventos	1

Fonte: Dados de pesquisa (2023).

As fontes de informação digitais aparecem em primeiro lugar, as comunidades profissionais (CoP) figuram na quinta posição, portanto, são subutilizadas.

Nessa perspectiva destaca-se Harlan (2012), que aponta que as práticas informacionais, dentro de CoP, são atividades fundamentais. Ademais, enfatiza-se a proeminência influência das Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) nos processos de acesso, uso e disseminação da informação, pois na contemporaneidade elas são utilizadas como fontes de informação e podem viabilizar a interação entre membros de uma CoP.

Esta pergunta foi apresentada aos respondentes: “Na sua opinião, os usuários da biblioteca que você atua têm interesse em consumir informações sobre questões sociais, ambientais, econômicas e/ou políticas?” 13 (23%) profissionais responderam “não”, enquanto 43 (77%) profissionais responderam “sim”.

A maioria dos profissionais acredita que os usuários das bibliotecas têm interesse nos assuntos supracitados, o que pressupõe a necessidade do desenvolvimento de mais ações relacionadas às temáticas destacadas na pergunta.

4.3. ODS nas bibliotecas

“Identificar se as bibliotecas desenvolvem, intencional ou desintencionalmente, ações e atividades relacionadas ao ODS” é um dos objetivos deste estudo, no intuito de alcançar esse objetivo o questionário apresentou duas perguntas, em sequência, para os/as bibliotecários/as que conhecem os ODS:

- a)** Na biblioteca que você atua existe alguma ação ou atividade relacionada aos ODS da ONU? (Respostas: Sim ou Não);
- b)** Na biblioteca que você atua existem ações/atividades relacionadas a estas temáticas? (Resposta: Listamos todos os ODS, sem apresentar a sigla).

Destaca-se que, para os/as bibliotecários/as que não conhecem os ODS, apenas a pergunta “b” foi realizada.

Dos 38 profissionais que conhecem os ODS, 19 afirmaram (na pergunta “a”) que a biblioteca em que atua não desenvolve ações nas temáticas citadas, contudo, todos marcaram no mínimo um item da pergunta “b”. Ademais, todos os 56 respondentes marcaram no mínimo um item/resposta da questão “b”. Comprovando parte da hipótese deste estudo: Há bibliotecas que têm atividades relacionadas aos ODS, sem necessariamente relacioná-las ao conceito supracitado.

Destaca-se que apenas dois ODS, especificamente ODS 2, que trata da erradicação da fome e segurança alimentar, e ODS 14, que trata da conservação e uso sustentável dos recursos marinhos (oceanos, mares), não foram mencionados/selecionados pelos respondentes.

O Quadro 6 apresenta alguns comentários dos/as bibliotecários/as sobre as ações desenvolvidas na biblioteca relacionadas aos ODS.

Quadro 6 – Comentários sobre ações da biblioteca

ID	ODS	COMENTÁRIO DOS PROFISSIONAIS
R45	Cidades e comunidades sustentáveis	Grupo de discussão que faz informes periódicos sobre atividades.
R40	Oportunidades de aprendizagem	As bibliotecas do SISBI como um todo estão trabalhando no ACESSISBI, um projeto recente, que visa tornar as nossas bibliotecas não só mais inclusivas, como de fato proativas no sentido de tornar as fontes de informação acessíveis para as pessoas com deficiência, especialmente convertendo materiais originalmente oferecidos apenas em impressão tradicional em materiais acessíveis.
R23	Oportunidades de aprendizagem	Considero que as ações de disponibilização da produção acadêmica no Repositório Digital, da hospedagem dos artigos do Portal de Periódicos e gestão das coleções digitais são relativas à Educação de Qualidade
R28	Oportunidades de aprendizagem	Criação de uma Divisão para tratar às questões de acessibilidades nas bibliotecas
R50	Oportunidades de aprendizagem, Consumo e produção responsável/sustentável	Implantamos recentemente a "Biblioteca das Coisas" como uma proposta de contribuição para a Economia Circular, possibilitando o consumo mais sustentável e, ao mesmo tempo, criando o engajamento maior com seus usuários.
R2	Oportunidades de aprendizagem, Igualdade de gênero	As ações são desenvolvidas a partir dos projetos de extensão.
R25	Redução das desigualdades, Consumo e produção responsável/sustentável	Participação com ponto de apoio para alguns projetos, como reciclagem de material escolar, de tampinhas, arrecadação de potes de vidros para o banco de leite; distribuição de livros para a comunidade.
R29	Saúde e bem-estar, Oportunidades de aprendizagem, Consumo e	Promoção da saúde e da qualidade de vida, através do projeto Biblioquês da Saúde, dentre outra ações.

	produção responsável/sustentável	
R34	Oportunidades de aprendizagem, Igualdade de gênero, Questões hídricas, Consumo e produção responsável/sustentável, Mudanças climáticas e seus impactos, Proteção, recuperação e utilização sustentável dos ecossistemas terrestres	Busca-se manter o acervo atualizado, assim como a divulgação de eventos relacionados aos ODS para a comunidade acadêmica.
R11	Oportunidades de aprendizagem, Parcerias e ações para o desenvolvimento social, político, econômico e ambiental do planeta	As ações do SiBI são indiretas até o momento, as ações são desenvolvidas mais pelas bibliotecas do sistema.
R54	Questões hídricas, Consumo e produção responsável/sustentável	Campanha de uso racional de água.
R49	Questões hídricas, Consumo e produção responsável/sustentável	Replicando material(cartazes) da própria instituição.
R1	Saúde e bem-estar, Oportunidades de aprendizagem, Igualdade de gênero, Crescimento econômico inclusivo e sustentável, Indústria, inovação e infraestrutura, Redução das desigualdades, Consumo e produção responsável/sustentável	Durante a Semana Nacional do Livro e da biblioteca buscamos abordar temas que remetem às questões dos ODS.
R5	Alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas	[...] não há de fato uma ação planejada. O que temos é um acervo inicial dessa temática [Igualdade de gênero (empoderamento de mulheres e meninas)].
R24	Consumo e produção responsável/sustentável	Coletores para Descarte consciente de resíduos sólidos (pilhas, plásticos, latas, baterias).
R41	Oportunidades de aprendizagem	No setor de acessibilidade são desenvolvidas ações para educação inclusiva.
R38	Oportunidades de aprendizagem	Serviço de Acessibilidade Informacional da Biblioteca Universitária da Universidade Federal de Santa Catarina (BU/UFSC) e a Comissão Permanente Por uma BU Acessível.
R39	Saúde e bem-estar, Consumo e produção responsável/sustentável, Parcerias e ações para o desenvolvimento social, político, econômico e ambiental do planeta	Eliminamos o uso de copos descartáveis na biblioteca.

Fonte: Dados de pesquisa (2023).

A ações relacionadas aos ODS estão presentes no cotidiano das bibliotecas e dos profissionais, porém, alguns/as que não sabem explicar como essas ações são desenvolvidas, portanto, é um ponto de atenção, que demonstra um certo desconhecimento das atividades da biblioteca.

O Quadro 7 apresenta uma seleção de comentários sobre as parcerias para desenvolver as ações da biblioteca.

Quadro 7 – Comentários sobre ações da biblioteca

ID	COMENTÁRIOS
R11	A parceria do SBI/UFRJ é com a Pró-Reitoria de Pós Graduação da própria universidade, mapeando pesquisas, publicações e ações de extensão que contemplem as ODS.
R4	A parceria se dá com alguns setores vinculados a programas de pós-graduação da UFV.
R17	Apoio entre departamentos da instituição e convênios com instituições.
R43	Apoio/incentivo da Direção do Sistema de Bibliotecas.
R8	As ações são desenvolvidas dentro das possibilidades financeiras da Unidade, pois só dispomos de poucos recursos próprios.
R34	As ações são desenvolvidas em parceria com servidores e alunos da UFRGS.
R28	Através de diálogo permanente entre a biblioteca e o Núcleo de Acessibilidade
R37	Através de iniciativas como a do Núcleo de Inclusão e Diversidade. Onde profissionais de diferentes departamentos e setores da Universidade discutem e propõem ações para promover a inclusão das minorias dentro do ambiente universitário.
R19	Através de Pro-reitorias de Assuntos Estudantis e Extensão.
R23	Considero que as ações de disponibilização da produção acadêmica no Repositório Digital, da hospedagem dos artigos do Portal de Periódicos e gestão das coleções digitais são relativas à Educação de Qualidade.
R49	Disponibilidade de material no site e recebido por e-mail da própria instituição.
R24	É um projeto institucional.
R13	Geralmente ofertamos palestras para a comunidade acadêmica com palestrantes de outras instituições.
R25	Nosso suporte é mais de apoio, de buscar ser um lugar de conscientização e coleta de materiais. E de troca e distribuição de livros.
R30	O pessoal da biblioteca participa ativamente de ações sempre que possível e também divulga informações condizentes.
R40	O projeto ainda é muito recente, então há várias questões que estão sendo ainda discutidas, mas a ideia é que inicialmente usemos, tanto quanto possível, os recursos que já existem nas bibliotecas, tais como impressoras multifuncionais para escanear materiais impressos; as capacitações serão oferecidas pelo laboratório de acessibilidade da biblioteca central, e possíveis materiais adicionais serão adquiridos aos poucos, conforme as necessidades forem surgindo.
R16	parceria institucional, visto que a faculdade é engajada em várias ações.
R14	Precisamos capitanear recursos por meio de parcerias e fomentar as ações da ODS na Biblioteca de forma mais incisiva e participativa.
R27	Promoção de políticas públicas específicas.
R29	Recebemos o apoio da pró-reitoria de extensão da Universidade e das Unidades acadêmicas.
R50	São enviado projetos para obtenção de verbas aos setores vinculados a Biblioteca.
R31	São parcerias mais internas e entre a equipe da biblioteca [...].

Fonte: Dados de pesquisa (2023).

Seis profissionais não sabiam informar ou explicar como ocorrem as parcerias, cinco afirmaram que não existem parcerias e um/a profissional destacou que não há suporte financeiro, o que evidencia que as bibliotecas e os/as bibliotecários/as precisam assumir um perfil mais empreendedor, buscar parcerias e recursos para desenvolver ações que contribuam para o desenvolvimento dos ODS. Destaca-se que essas parcerias podem ser construídas por meio da interação com outros profissionais em CoP ou colegas que fazem parte da mesma instituição.

4.4. CoP

Por fim, o questionário apresentou questões sobre a participação em CoP; destaca-se que todos os 56 profissionais responderam a essas questões.

42 (75%) profissionais afirmam que não participam de CoP e 14 (25%) afirmam que participam. Contudo, entre os profissionais que afirmam não participar de CoP, três conheceram os ODS por meio do Congresso Brasileiro de Biblioteconomia e Documentação (CBBBD), dois por meio da Comissão brasileira de Bibliotecas Universitárias (CBBU) e dois por meio da Federação Brasileira de Associações de Bibliotecários, Cientistas de Informação e Instituições (FEBAB).

Baseando-se na definição de comunidade de prática de Wenger (2006), afirma-se que o CBBBD, o CBBU e a FEBAB são CoP. Portanto, CoP é um conceito que carece de divulgação entre os profissionais bibliotecários/as, pois alguns fazem parte dessas comunidades, mas não conhecem o conceito. Reitera-se a necessidade do empreendimento de práticas informacionais, por parte dos profissionais, que preencham a lacuna acerca do conhecimento sobre as CoP, assim como o fortalecimento destas perante as comunidades envolvidas no ambiente das bibliotecas.

Sobre a importância das CoP, a maioria dos profissionais as consideram importantes, em alguma medida, para o desenvolvimento e atuação profissional, desenvolvimento pessoal e melhoria das ações, produções e serviços da biblioteca (Fig. 9). O que corrobora parte da hipótese deste estudo: as práticas informacionais, incluindo a participação em CoP, podem influenciar a prática profissional dos/as bibliotecários/as.

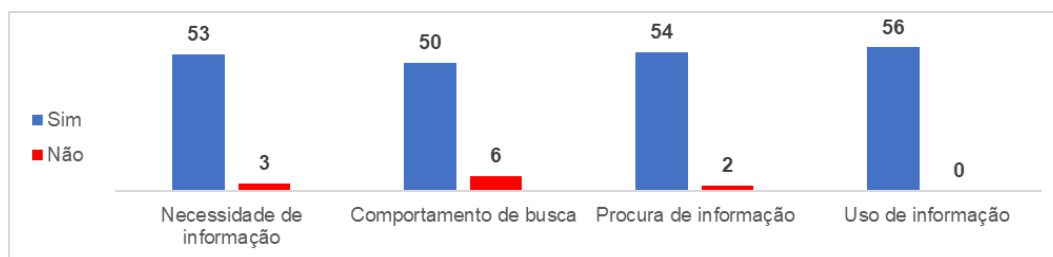
Fig. 9 – Importância das CoP



Fonte: Dados de pesquisa (2023).

Por fim, a maioria dos respondentes acredita que as CoP podem influenciar a necessidade de informação, o comportamento de busca, a procura de informação e uso de informação (Fig. 10). Corroborando ao entendimento, hipótese, deste estudo: A participação em CoP então estritamente vinculadas às práticas informacionais.

Fig. 10 – Na sua opinião, as comunidades práticas podem influenciar



Fonte: Dados de pesquisa (2023).

As CoP estão fortemente associadas ao processo de disseminação da informação, portanto, estão associadas ao uso da informação. Ademais, acredita-se que por meio das CoP os sujeitos podem conhecer novas temáticas/informações/ideias, o que pode gerar uma necessidade de informação e levar à uma busca por informação. Harlan (2012) aponta que a junção de CoP e práticas informacionais resulta no surgimento de novas práticas, portanto, expande as possibilidades de interação informacional.

6. Considerações finais

O presente estudo teve como objetivo geral: investigar o desenvolvimento dos ODS nas bibliotecas de Universidades Federais do Brasil. Para isto, delineou-se três objetivos específicos: a) aferir se os bibliotecários/as conhecem a Agenda 2030 e os ODS; b) identificar se as bibliotecas desenvolvem, intencional ou desintencionalmente, ações e atividades relacionadas ao ODS; c) averiguar se as práticas informacionais, incluindo a participação em CoP, dos/as bibliotecários/as influenciam a sua atuação profissional, principalmente no que tange a temas sociais, isto é, ao desenvolvimento dos ODS.

Com base nos dados coletados percebe-se que todas as bibliotecas de UF brasileiras podem desenvolver ações capazes de contribuir para o avanço dos ODS, contudo, algumas o fazem de modo não intencional.

Existem bibliotecários/as que conhecem a Agenda 2030 e os ODS, outros conhecem apenas um destes conceitos. O mesmo ocorre com as CoP, alguns profissionais participam dessas comunidades, mas não sabem. Portanto, mais ações de divulgação são necessárias. Destaca-se que as práticas informacionais, incluindo a participação em CoP, dos/as bibliotecários/as podem influenciar a sua atuação profissional, inclusive no que tange ao desenvolvimento dos ODS.

As CoP são excelentes meios de acesso à informação, participar dessas comunidades pode ajudar os/as bibliotecários/as no processo de inovação de produtos e serviços de bibliotecas universitárias. Do mesmo modo, o investimento em práticas informacionais no ambiente das bibliotecas pode contribuir para o engajamento de profissionais e usuários em comunidades de práticas, criando e/ou fortalecendo ambientes de aprendizagens.

O desenvolvimento de ações relacionadas aos ODS em bibliotecas universitárias configura-se como uma estratégia promissora para assegurar os processos de inovação e impactos sociais positivos frente às urgências sociais e informacionais da sociedade. Destaca-se que

a participação intencional da biblioteca no avanço dos ODS e o acesso à informação disponibilizado por essas organizações são os pilares para o empoderamento das pessoas.

Os/as bibliotecários/as podem contribuir para o desenvolvimento e divulgação dos ODS no contexto acadêmico, profissional e pessoal, portanto, podem apoiar o avanço dos ODS e o cumprimento da Agenda 2030 da ONU.

Enfatiza-se que os/as bibliotecários/as são pessoas, portanto, sofrem a influência do contexto social, suas práticas sociais e informacionais podem influenciar as ações das bibliotecas e, conseqüentemente, determinar o impacto que elas terão na comunidade que atendem.

Por fim, destaca-se que as Tecnologias de Informação e Comunicação, principalmente as redes sociais digitais, facilitam a criação de práticas informacionais e a participação de CoP, bem como a divulgação de ODS.

Agradecemos a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pelo apoio e financiamento deste estudo.

Referências bibliográficas

ALVES, Mariana de Souza; CORREIA, Anna Elizabeth Galvão Coutinho; SALCEDO, Diego Andres

2017 *Práticas leitoras e informacionais: mediação e apropriação*. São Paulo: ANCIB, 2017.

Comunicação apresentada no 17º Encontro Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Ciência da Informação, São Paulo, 2017.

ARAÚJO, Carlos Alberto Ávila; LIMA, Gracirlei Maria de Carvalho

2020 Serviço de referência: práticas informacionais do bibliotecário. *Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação em São Paulo*. [Em linha]. 16:1 (2020) 1-23.

BRASIL. Ministério da Educação

2019 Ministério da Educação, IGC 2019. [Em linha]. [S. l: s. n.], 2019. [Consult. 14 jun. 2022]. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/aceso-a-informacao/dados-abertos/indicadores-educacionais/indicadores-de-qualidade-da-educacao-superior>.

BUFREM, Leilar Santiago; ALVES, Edvaldo Carvalho

2020 *A Dinâmica da pesquisa em Ciência da Informação*. João Pessoa: Editora UFPB, 2020.

CAVALCANTE, Lídia Eugenia; RASTELI, Alessandro

2013 A Competência em informação e o bibliotecário mediador da leitura em biblioteca pública. *Encontros Bibli: revista eletrônica de Biblioteconomia e Ciência da Informação*. [Em linha]. 18:36 (2013) 157-169.

ESTEVES, Micaela [et al.]

2010 Uso do Second Life em Comunidade de Prática de Programação. *Prisma.com: revista de Ciências e Tecnologias de Informação e Comunicação*. [Em linha]. 6 (2008) 19-31. [Consult. 19 nov. 2022]. Disponível em:
<https://ojs.letras.up.pt/index.php/prismacom/article/view/2089/1924>.

GIRARD, Carla Daniella Teixeira; GIRARD, Cristiane Marina Teixeira

2013 A Importância da biblioteca universitária como mediadora do processo de ensino-aprendizagem na educação superior: um estudo de caso da Biblioteca Paulo Freire da UEPA. *Múltiplos olhares em Ciência da Informação*. [Em linha]. 3:2 (2013). [Consult. 19 nov. 2022]. Disponível em:
<https://periodicos.ufmg.br/index.php/moci/article/view/17479/14262>.

HARLAN, Mary Ann

2012 *Information practices of teen content creators: the intersection of action and experiences a grounded theory study*. Queensland: University of Technology, 2012. Tese de doutoramento.

INTERNATIONAL FEDERATION OF LIBRARY ASSOCIATIONS AND INSTITUTIONS

2019a *Acesso e oportunidade para todos: como as bibliotecas contribuem para a Agenda de 2030 das Nações Unidas*. [Em linha]. [Holanda]: IFLA, 2019. [Consult. 19 nov. 2022]. Disponível em:
<https://www.ifla.org/wp-content/uploads/2019/05/assets/hq/topics/libraries-development/documents/access-and-opportunity-for-all-pt.pdf>.

INTERNATIONAL FEDERATION OF LIBRARY ASSOCIATIONS AND INSTITUTIONS

2019b *As Bibliotecas e a implementação da Agenda 2030 da ONU*. [Em linha]. [Holanda]: IFLA, 2019. [Consult. 19 nov. 2022]. Disponível em:
<https://www.ifla.org/wp-content/uploads/2019/05/assets/hq/topics/libraries-development/documents/libraries-un-2030-agenda-toolkit-pt.pdf>.

INTERNATIONAL FEDERATION OF LIBRARY ASSOCIATIONS AND INSTITUTIONS

2014 *Declaração de Lyon sobre Acesso à Informação e Desenvolvimento*. [Em linha]. [Holanda]: IFLA, 2014. [Consult. 25 fev. 2023]. Disponível em:
<https://www.lyondeclaration.org/>.

ISAH, Esther Ebole

2009 *Physicians' information practices : a case study of a medical team at a Teaching Hospital*. Borås: Swedish School of Library and Information Science, University of Borås, 2009. Tese de doutoramento.

KUHLTHAU, Carol Collier

1991 Inside the search process: information seeking from the user's perspective. *Journal of the American Society for Information Science*. [Em linha]. 42:5 (jun. 1991) 361- - 371. [Consult. 19 nov. 2022]. Disponível em:
<https://asistdl.onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1002/%28SICI%291097-4571%28199106%2942%3A5%3C361%3A%3AAID-ASI6%3E3.O.CO%3B2-%23>

LAVE, Jean; WENGER, Etienne

1991 *Situated learning: legitimate peripheral participation*. New York: Cambridge University Press, 1991.

LIRA, Suzana de Lucena; DUARTE, Emeide Nóbrega

2019 *Comunidade de prática como estratégia de Gestão do Conhecimento na contabilidade pública de Universidades Federais do Brasil*. Santa Catarina: ANCIB, 2019.

Comunicação apresentada no 20º Encontro Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Ciência da Informação, Santa Catarina, 2019.

MELO, Daniella Alves [et al.]

2021 As Práticas informacionais e os estudos contemporâneos sobre competência em informação. *Revista ACB: Biblioteconomia em Santa Catarina*. [Em linha]. 26:1 (jan.-abr. 2021) 1-19. [Consult. 19 nov. 2022]. Disponível em:

<https://revista.acbsc.org.br/racb/article/view/1755/pdf>.

MINAYO, Cecília de Souza

2009 *O Desafio da pesquisa social*. In *Pesquisa social: teoria, métodos e criatividade*. Org. Cecília de Souza Minayo, Suely Ferreira Deslandes. Ed. 28. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009, cap. 1., p. 9-29.

OLIVEIRA, Antonio José Barbosa de; CRANCHI, Daniela Carvalho

2017 O Papel da biblioteca universitária como espaço de afiliação estudantil e o bibliotecário como educador e agente inclusivo. *Informação & Sociedade: Estudos*. [Em linha]. 27:2 (2017) 35-47. [Consult. 19 nov. 2022]. Disponível em:

<https://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/ies/article/view/32654/18343>.

ROCHA, Janicy Aparecida Pereira; DUARTE, Adriana Bogliolo Sirihal; PAULA, Cláudio Paixão Anastácio

2017 Modelos de práticas informacionais. *Em Questão*. [Em linha]. 23:1 (jan.-abr. 2017) 36-61. [Consult. 19 nov. 2022]. Disponível em:

<https://seer.ufrgs.br/index.php/EmQuestao/article/view/67014>.

SALA, Fabiana [et al.]

2020 Agenda 2030 da ONU e desenvolvimento sustentável: qual o papel das bibliotecas?. *Revista ACB*. [Em linha]. 25:2 (2020) 325-339. [Consult. 19 nov. 2022]. Disponível em: <https://revista.acbsc.org.br/racb/article/view/1703>.

SAVOLAINEN, Reijo

1995 Everyday life information seeking : approaching information seeking in the context of "way of life". [Em linha]. *Library & Information Science Research*. 17:3 (1995) 259-294. [Consult. 19 nov. 2022]. Disponível em:

<https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/0740818895900489>.

SAVOLAINEN, Reijo

2007 Information behavior and information practice: reviewing the "umbrella concepts" of information-seeking studies. *Library Quarterly*. [Em linha]. 77:2 (2007) 109-132. [Consult. 19 nov. 2022]. Disponível em:

<https://www.journals.uchicago.edu/doi/10.1086/517840>.

SOUZA, Ravena Lopes Gobi de; DELAZARI, Sonia; SEVERO, Eliana Andréa

2017 A Percepção das gerações sobre a inovação de produto: um estudo no norte do Rio Grande do Sul. *IPTEC: Inovação, Projetos e Tecnologias*. [Em linha]. 1:5 (jan.-jun. 2017) 6-44. [Consult. 19 nov. 2022]. Disponível em:

<https://periodicos.uninove.br/iptec/article/view/88>.

TREVISOL NETO, Orestes; FRANCESCHI, Marilene dos Santos

2019 Ações intraempreendedoras em uma biblioteca universitária especializada. *Revista ACB: Biblioteconomia em Santa Catarina*. [Em linha]. 24:1 (2019) 281-296. [Consult. 19 nov. 2022]. Disponível em:
<https://revistaacb.emnuvens.com.br/racb/issue/view/70>.

TRINDADE, Alessandra Stefane Cândido Elias da; VECHIATO, Fernando Luiz

2020 *Criatividade e serendipidade na inovação de produtos e serviços em bibliotecas universitárias*. Porto Alegre: ANCIB, 2020.
Comunicação apresentada no 22º Encontro Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Ciência da Informação, Porto Alegre, 2022.

WENGER, Etienne

2006 *Communities of practice: a brief introduction*. [Em linha]. 2006. [Consult. 1. jan. 2023]. Disponível em:
http://www.ewenger.com/theory/communities_of_practice_intro.htm.

WENGER, Etienne; MCDERMOTT, Richard; SNYDER, William M.

2002 *Cultivating Communities of practice: a guide to managing knowledge*. [USA]: Harvard Business School Press, 2002.

Alessandra Stefane Cândido Elias da Trindade | alessandra150196@hotmail.com

Universidade Federal da Paraíba (UFPB), Brasil

Tayná Ladislau Rangel | taynalrangel@gmail.com

Universidade Federal da Paraíba (UFPB), Brasil

Danielle Harlene da Silva Moreno | danielleharlene@gmail.com

Universidade Federal da Paraíba (UFPB), Brasil

Maria Aurora Cuevas Cerveró | macuevas@ccinf.ucm.es

Universidad Complutense de Madrid (UCM), Espanha

Pablo Parra Valero | pablo.parra@ucm.es

Universidad Complutense de Madrid (UCM), Espanha

Geysianne Felipe do Nascimento | geysiannefelipe11@gmail.com

Universidade Federal da Paraíba (UFPB), Brasil

Resumo: Considerando a importância de Birger Hjørland para a Ciência da Informação (CI), principalmente na Organização do Conhecimento (OC) e temas relacionados, este estudo objetivou analisar o comportamento de autocitação do mesmo, um dos principais pesquisadores em Análise de Domínio (AD). O universo de pesquisa foi composto pelos documentos do pesquisador que foram indexados na base de dados Scopus, tendo sido recuperados 89 artigos. Para auxiliar a escolha e filtrar os materiais, foi utilizada a Lei do Elitismo, logo foram analisados 10 documentos com 1.036 referências bibliográficas e 1.986 citações. Como resultados, notou-se que há presença de autocitação sincrônica e diacrônica em todos os artigos analisados; contudo, a maior parte das autocitações estão de acordo com padrões aceitáveis, não configurando um comportamento egocêntrico do autor. Em suma, ainda há inúmeras questões a serem exploradas nas pesquisas de Hjørland, principalmente para pesquisadores que atuam no âmbito de estudos bibliométricos da informação.

Palavras-chave: Análise de citação; Autocitação; Hjørland, Birger.

Abstract: Considering the importance of Birger Hjørland for Information Science (IS), mainly in Knowledge Organization (KO) and related topics, this study aimed to analyze the self-citation behavior of Birger Hjørland, one of the main researchers in Domain Analysis (DA). The research universe was composed of the researcher's documents that were indexed in the Scopus database; 89 articles were retrieved. To help with the choice and filtering of materials, the Law of Elitism was used, so 10 documents with 1,036 bibliographical references and 1,986 citations were analyzed. As a result, it was noted that there is a presence of synchronic and diachronic self-citation in all analyzed articles, however, most of the self-citations are in accordance with acceptable standards, not configuring an egocentric behavior by the author. In short, there are still countless questions to be explored in Hjørland's research, especially for researchers who work in the field of bibliometric studies of information.

Keywords: Citation analysis; Self-citation; Hjørland, Birger.

1. Introdução

A produção científica é um dos principais meios de produção de conhecimento existentes. Nos últimos anos, principalmente após a pandemia da Covid-19, notam-se inúmeros avanços e mudanças tanto tecnológicas quanto científicas. A publicação e compartilhamento de estudos, que estão sendo ou já foram produzidos entre pesquisadores, é essencial para que novos conhecimentos sejam disseminados. Apesar deles, a literatura já existente tem um papel fundamental na construção e contribuição para o desenvolvimento de pesquisas, visto que os autores utilizam trabalhos anteriores como alicerce em novas publicações. Isto contribui para o aumento da produção científica mundial.

Ainda no meio acadêmico, é comum a utilização de autores como referência e base para que novas investigações sejam realizadas e desenvolvidas. Elas são responsáveis por criar

conexões entre autores que constituem a mesma área do conhecimento ou de campos distintos, além de associar concepções semelhantes ou distintas. Apesar do estudo sobre citações não ser recente, ele é extremamente importante para que haja o entendimento de como funcionam as redes de colaboração, junção de pensamentos, hábitos de pesquisadores, identidade e imagem de citação de autores, proximidades teóricas, etc.

Tanto as citações quanto as referências utilizadas em pesquisas proporcionam a legitimidade e relevância do estudo, ou seja, o reconhecimento científico se dá a partir de citações provenientes de outros pesquisadores. “Quando um artigo é citado, o interesse pelo mesmo pode ser ampliado, o que acarretará em uma visibilidade estendida, sendo assim citado por outros pesquisadores” (MESCHINI e OLIVEIRA, 2021:96). Isto é, quanto mais recorrente e maior o número de citações em um artigo, mais significativo será para a área de conhecimento (GRÁCIO, 2020).

Como visto, a utilização de citações proporciona e incentiva cada vez mais a produtividade de pesquisadores, aumentando cada vez mais o conhecimento e produção humana. Neste sentido, Price (1976:3-4) verificou que:

[...] a ciência cresce de acordo com a regra dos juros compostos, multiplicando-se por um número fixo em intervalos de tempos iguais. matematicamente, a lei do crescimento exponencial provém do simples fato de que, a qualquer momento, o índice de renascimento é proporcional ao tamanho da população ou à magnitude total já atingida - quanto maior é algo, mais depressa cresce. Sob este aspecto, coincide com a lei natural do crescimento que governa o número de seres humanos na população mundial ou em determinado país [...] Um segundo aspecto importante do crescimento da ciência é sua surpreendente rapidez, não importando a maneira de medi-la. [...] Dependendo do indicador e da maneira de medir, o tamanho bruto da ciência em recursos humanos ou em publicações tende a dobrar num período de 10 a 15 anos.

Atualmente, a Humanidade presencia a chamada “sociedade da informação”. George (2011), afirma que esse conceito é o marco responsável pela determinação de uma sociedade reconhecida pela comunicação, informação e também pelo conhecimento e saber. Isto é, com o crescente uso e desenvolvimento das tecnologias, surgiu um novo corpo social pós-industrial baseado na interlocução e nos dispositivos técnicos de comunicação. Capurro e Hjørland (2007) declaram que, apesar do conhecimento e da comunicação serem fenômenos primários e fundamentais para a sociedade, é somente a partir do surgimento da tecnologia da informação e de seus impactos globais que a sociedade contemporânea é caracterizada como uma sociedade da informação. Portanto, nota-se que o surgimento e crescimento da tecnologia foi um fator fundamental para o desenvolvimento da sociedade da informação nos dias atuais. Considera-se que existem diversos fatores que contribuem para o crescimento do conhecimento e também de produções científicas, que, por sua vez, são fundamentadas por outras investigações, através de citações e referências.

Birger Hjørland é um dos grandes expoentes na construção do conhecimento na área da Ciência da Informação (CI), especialmente por muitas contribuições para a Organização do Conhecimento, como a análise de domínio, conceito por ele introduzido no campo da CI, em parceria com Albrechtsen, em 1995, no artigo intitulado *Toward a new horizon in information science : domain-analysis* (analisado nesta pesquisa).

Nesse cenário, Hjørland é referência, especialmente como proponente de um paradigma social-epistemológico, “[...] no qual o estudo de campos cognitivos está em relação direta com comunidades discursivas (*discourse communities*), ou seja, com distintos grupos sociais e de trabalho que constituem uma sociedade moderna” (CAPURRO, 2003). Por se tratar de um autor relevante para a área com inúmeras contribuições, especialmente no que tange o desenvolvimento desse novo paradigma, tornou-se objeto de estudo desta pesquisa.

A troca de informações e conhecimento, que existe em uma determinada comunidade científica, pode ser analisada e caracterizada como uma comunidade discursiva. Estas comunidades são constituídas por grupos sociais díspares, porém apresentam pensamento, linguagem e conhecimento semelhantes; dessa forma, integram a sociedade moderna (NASCIMENTO e MARTELETO, 2004) - esta é a base da Organização do Conhecimento (AMORIM e CAFÉ, 2016). Isto ocorre através das relações sociais entre os pesquisadores, pois ocorre o processo helicoidal do conhecimento, em que um conhecimento é produzido, o mesmo recebe uma organização, tem determinada apropriação e também uso e, conseqüentemente, origina um novo conhecimento e assim por diante (GUIMARÃES, 2008).

Em vista disso, um conhecimento é produzido a partir de outro e é extremamente fundamental que o conhecimento anterior seja citado e referenciado. Nesse movimento helicoidal de construção do conhecimento, observam-se tanto as citações a publicações de outros autores como às publicações do próprio autor, que remetem à autocitação. Esta pesquisa foca-se na autocitação.

Perante o exposto, este artigo teve como objetivo analisar o comportamento de autocitação do professor de Organização do Conhecimento, Birger Hjørland, que leciona na *Royal School of Library and Information Science* em Copenhague. Os objetivos específicos foram verificar seu comportamento de autocitação nos documentos com maior taxa de citação e examinar se o mesmo apresenta maior taxa de autocitação sincrônica ou diacrônica. Logo, formulou-se o seguinte problema de pesquisa: Qual a intensidade de autocitação na obra de Hjørland? Qual a influência da sua autorreferência no impacto de citação da sua obra?

Para alcançar o objetivo, foi realizado um estudo de caso com o pesquisador Hjørland e, para auxiliar, foi efetuada uma revisão de literatura acerca dos conceitos de autocitação sincrônica e diacrônica, assim como um levantamento na base de dados da *Scopus*.

No que tange à escolha de Hjørland, ele foi o autor escolhido para esta investigação pois suas contribuições, principalmente sobre Análise de Domínio e abordagens tecnológicas e teóricas para a Organização do Conhecimento (OC), tiveram e ainda têm grande influência em estudos semelhantes e pesquisas sobre análise de citação, acoplamento bibliográfico, entre outros temas. Sendo assim, ele é um dos principais e mais relevantes pesquisadores sobre a temática na área da Ciência da Informação.

No que diz respeito à estrutura do presente artigo, o mesmo foi organizado em seções. A primeira, tratou questões referentes ao conceito de autocitação sincrônica e diacrônica. Desta forma, foi desenvolvido um eixo teórico que serviu de base para o desenvolvimento e coleta de dados. Posteriormente, foram expostos os procedimentos metodológicos utilizados para atingir os objetivos. Na seção seguinte, referente aos resultados, foram apresentadas as análises e os dados quantitativos. A verificação desses dados teve como

principal foco a apuração do comportamento de autocitação de Hjørland. Por último, foram apresentadas as conclusões finais, retomando os objetivos e os resultados.

2. Autocitação sincrônica e diacrônica

O estudo sobre citações proporciona diversos olhares acerca dos pesquisadores, principalmente no que tange a identidade e imagem de citação dos mesmos. A criação dessa imagem possibilita compreender o comportamento de autores, em especial, se analisado a frequência de recitação (seja sincrônica: mais de uma citação do mesmo autor em uma única obra; ou diacrônica: citação de um autor em obras distintas).

Para Meschini e Oliveira (2021:97), os estudos no campo da bibliometria são responsáveis por propiciar o mapeamento da produção científica de diversos aspectos, como por exemplo, a produção de um país em relação à produção de outro país, ou até mesmo mundial. Os indicadores bibliométricos apontam para quesitos referentes ao impacto e quantificação da publicação e das citações:

Os indicadores bibliométricos podem envolver questões de publicação (ligadas à quantificação e impacto) e de citação (envolvendo quantificação e impacto dos relacionamentos existentes entre as publicações) e têm a capacidade analítica de relacionar indivíduos, países e instituições. Ressalta-se que esses indicadores possibilitam informações acerca da avaliação, produtividade e qualidade científicas, uma vez que o considerável número de citações recebidas por um pesquisador representa a influência de seu trabalho nos citantes.

Como exposto, a quantidade de citações implica no impacto e na visibilidade dentro da comunidade científica, assim como retrata a influência que o autor apresenta em seus trabalhos. Estudos cujo objetivo é qualificar a produção científica, assim como seus impactos, refletem um elemento crucial no que tange a avaliação referente a estudos bibliométricos; isto ocorre pois é comum avaliar a quantidade de publicações e citações que a pesquisa de um cientista recebeu (MESCHINI e OLIVEIRA, 2021).

Além de determinar alguns indicadores, o ato de citar define o domínio (SMIRAGLIA, 2011), proporcionando inúmeros estudos acerca da análise de domínio. Alguns autores da comunidade científica possuem uma visão negativa no que diz respeito à autocitação, pois a consideram como uma atividade antiética que corrobora com sua posição na comunidade, uma vez que influenciam os indicadores de citação (GABRIEL JUNIOR, 2014). MacRoberts e MacRoberts (1989) entendem que a autocitação pode ser um problema em estudos sobre análise de citação, pois consideram como uma prática exagerada que influencia nos índices de citação do artigo. Além disso, a autocitação é considerada uma forma para “[...] inflar artificialmente as taxas de citação e, assim, fortalecer a própria posição dos autores na comunidade científica” (GLÄNZEL, 2003:57). Já a falta de autocitação indica um isolamento por parte do autor, assim como a falta de comunicação com outros pesquisadores (GLÄNZEL, 2003).

Em vista disso, outros pesquisadores apresentam uma perspectiva diferente, como Hyland (2003), que acredita que a autocitação é um dos meios mais significativos utilizados pelos pesquisadores para atingir e garantir a credibilidade e reconhecimento no meio científico.

Além disso, se a autocitação não exceder o padrão considerado “normal”, isto é um indicativo de sucesso para o pesquisador, desde que o mesmo possua numerosas publicações, fazendo com que o mesmo tenha um trabalho de produção científica dinâmico (GLÄNZEL, 2003).

Nesta mesma linha de raciocínio, Tagliacozzo (1977:252, *tradução nossa*) afirma que “A autocitação, então, é um atributo comum e fundamental dos artigos científicos, e tem uma função que essencialmente não é diferente daquela de outras formas de citar”¹. Além disso, entende-se que ao escrever um artigo científico, o(s) autor(es) utiliza(m) alguns critérios para selecionar textos, isto é concernente a relação entre a citação e o trabalho citado e pode ser classificado em 3 (três) categorias. A primeira diz respeito a conexão entre o presente trabalho com uma pesquisa anterior que é relevante para o atual, a segunda tem a intenção de dar crédito ou até mesmo prestar uma homenagem, e a terceira propicia evidências de esclarecimento e/ou apoio (TAGLIACOZZO, 1977). Logo, observa-se que a finalidade da autocitação pode ser considerada uma expressão de um contexto histórico, repleto de temas que envolvem questões políticas, econômicas, sociais, filosóficas, entre outras, fornece continuidade a um trabalho anterior, além de impedir que o autor repita dados e pensamentos que estão presentes em trabalhos anteriores (TAGLIACOZZO, 1977).

Na literatura são encontrados numerosos estudos sobre os diversos tipos de citações que existem. Para este estudo, o foco foi a autocitação que possui duas formas de avaliar sua intensidade: a “autocitação sincrônica”, que está relacionada às referências em uma obra; já a “autocitação diacrônica” relaciona-se às citações presentes no texto (WHITE, 2001).

Como visto, “A autocitação do autor ocorre se um autor se referir a um artigo próprio, ou seja, se ele foi o autor ou um dos co-autores do artigo citado” (GLÄNZEL, 2003). Neste sentido, a autocitação sincrônica é responsável por verificar a intensidade de autocitação de um determinado pesquisador em relação a quantidade total de referências que foram utilizadas em um artigo, ou seja, verificar a lista de referências utilizadas em um determinado texto (GUL, SHAH e SHAFIQ, 2017). Esse tipo de autocitação permanece inalterável, ou seja, a alteração das citações é um processo que antecede a publicação do artigo, e após o lançamento, não há possibilidade de alterar as citações (GUL, SHAH e SHAFIQ, 2017).

Apesar de Lawani (1982) afirmar que um alto índice de autocitação sincrônica não obrigatoriamente implica em um perfil egoísta do autor, Grácio, Oliveira e Wolfram (2019) declaram que esse tipo de autocitação em excesso retrata um comportamento egocêntrico do autor, ainda mais quando a autocitação é insignificante, ou seja, faz o uso da autocitação apenas por fazer (WHITE, 2001).

Já a autocitação diacrônica, investiga a intensidade de autocitação de um autor em relação à quantidade total de citações que o documento recebeu, isto é, consultar alguma base de

¹ No original: Self-citing, then, is a common and fundamental attribute of scientific articles, and has a function which essentially is not different from that of other forms of citing. The extent of self-citing, however, seems to vary considerably in research papers, as we shall show in the following paragraphs.

dados que fornece métricas relativas a quantidade de citações, possibilitando uma análise que irá verificar quem citou determinada publicação (GUL, SHAH e SHAFIQ, 2017).

Ao contrário da autocitação sincrônica, estudos relativos a autocitação diacrônica são dependentes do tempo, pois facilitam a manipulação da contagem de citações quando se faz necessário; porém, para que o manejo ocorra corretamente, o autores precisam manter-se ativos e publicar com certa frequência e regularidade em periódicos indexados. Além disso, como esse tipo de autocitação está submetida à cobertura de bases de dados de citações, estes por sua vez irão contabilizar somente as citações de periódicos que são indexados pela base de dados, ou seja, durante uma busca por um documento em diferentes bancos de dados, eles irão apresentar números diferentes, pois cada uma possui uma cobertura diferente de indexações (GUL, SHAH e SHAFIQ, 2017).

Alta porcentagem de autocitação diacrônica também reflete um comportamento egocêntrico e egoísta do autor, além de apontar um possível isolamento intelectual, visto que não há diversidade nas referências utilizadas (GRÁCIO, OLIVEIRA e WOLFRAM, 2019).

3. Procedimentos metodológicos

Em termos metodológicos, a pesquisa se caracterizou como um estudo de caso que investigou o comportamento de autocitação de Hjørland. Para isso, primeiro foi elaborada uma revisão bibliográfica acerca dos conceitos de autocitação, autocitação sincrônica e autocitação diacrônica. Em seguida, foi realizado um levantamento bibliográfico na base de dados *Scopus*. A coleta foi executada no dia 25 de janeiro de 2022. Para o refinamento, foi aplicado o termo de busca “Hjørland” (no subcampo *Authors*), não houve recorte temporal (o subcampo “*Date Range*” não foi utilizado), pois o intuito era recuperar todos os textos do professor independentemente do ano, logo, também não foi utilizado filtro no subcampo “*Document type*”.

Ao todo, a base retornou 89 resultados escritos por Hjørland (individualmente ou em parceria). Para aprimorar ainda mais a escolha dos documentos que foram analisados durante este estudo, utilizou-se a Lei do Elitismo ou Lei de Price, a qual, por sua vez, foi baseada na Lei de Lotka (elaborada em 1926). A partir do aprofundamento de seus estudos, Price (1976) originou um critério e uma fórmula para dividir os autores com maior número de produção (elite), dos menos produtivos. A lei define que N representa o número total de colaboradores e \sqrt{N} corresponde a elite da área na qual está sendo estudada (SILVA, MAROLDI e LIMA, 2014). Após aplicar a Lei do Elitismo, que foi adaptada para documentos ao invés de autores, como resultado ao cálculo da $\sqrt{89}$, obteve-se 9.43. Dado que não é possível analisar essa quantidade, pois não é um número inteiro, ele foi arredondado para 10 documentos, sendo que todos são artigos e foram ordenados por porcentagem de citação.

Os dados obtidos foram organizados em uma planilha do *software Excel*, onde cada artigo contou com uma página individual em que constavam as seguintes informações: título, autor, ano, idioma, local de publicação, tipo de fonte, quantidade de referências utilizadas, quantidade de autocitações e quantidade de referências e citações que o texto recebeu. Por fim, identificou-se o total de referências usadas em cada artigo e as respectivas

autocitações. Além disso, utilizou-se o método comparativo para contrastar e detectar possíveis tendências no perfil de autocitação de Hjørland.

4. Resultados

Neste tópico são apresentados os resultados obtidos através do levantamento de dados durante a pesquisa. Primeiro são apresentados os dados referentes a autocitação sincrônica e, posteriormente, a autocitação diacrônica.

A tabela a seguir exibe os textos (em ordem decrescente de citações) que foram selecionados para este estudo e recuperados na base de dados *Scopus*:

Tabela 1 – Levantamento bibliográfico na *Scopus*

Título	Autor(es)	Ano	Quantidade de citação na <i>Scopus</i>
<i>Toward a new horizon in Information Science: domain-analysis</i>	Hjørland, B.; Albrechtsen, H.	1995	456
<i>Domain analysis in Information Science: eleven approaches, traditional as well as innovative</i>	Hjørland, B.	2002	315
<i>The Concept of information</i>	Capurro, R., Hjørland, B.	2003	287
<i>Epistemology and the socio-cognitive perspective in Information Science</i>	Hjørland, B.	2002	183
<i>What is Knowledge Organization (KO)?</i>	Hjørland, B.	2008	152
<i>Theory and metatheory of Information Science : a new interpretation</i>	Hjørland, B.	1998	136
<i>The Foundation of the concept of relevance</i>	Hjørland, B.	2010	118
<i>Citation analysis : a social and dynamic approach to knowledge organization</i>	Hjørland, B.	2013	116
<i>Concept theory</i>	Hjørland, B.	2009	113
<i>Library and Information Science : practice, theory, and philosophical basis</i>	Hjørland, B.	2000	110

Fonte: Elaborado pela autora.

A partir da tabela 1, nota-se que os textos de Hjørland juntos possuem, no total, 1.986 citações, sendo que a média de citações é 198,6. Apenas 2 (dois) artigos foram escritos em parceria (*Toward a new horizon in Information Science : domain-analysis* e *The Concept of information*); os restantes (8) foram desenvolvidos individualmente.

O documento que apresenta maior número de citações (23% do total) é intitulado *Toward a new horizon in information science : domain-analysis*, e elaborado em colaboração com Hanne Albrechtsen em 1995. Este texto, por muitos, é considerado o primeiro a descrever a análise de domínio em CI; sendo assim, os autores, principalmente Hjørland, são tidos como parâmetros deste conceito e referência no tema na área da Ciência da Informação. Isto é notável em seu segundo artigo mais citado, *Domain analysis in information science: eleven approaches, traditional as well as innovative*, publicado em 2002, que também está relacionado com a análise de domínio, contando com 315 citações (15,9%). É perceptível que a quantidade de citações que o autor recebeu ao longo dos anos é variável, não há taxas de crescimento ou de declínio.

Em relação aos materiais bibliográficos, eles podem ser caracterizados em diversos tipos, como livros, artigos de periódicos, artigos impressos, relato, dossiê, ensaio, entre outros. Essa classificação categoriza o tipo do documento, ou seja, a fonte de informação. Ainda que haja essa variedade de tipos, todos os documentos analisados são artigos.

No que se refere ao idioma utilizado, apesar de ser um autor originário da Dinamarca, todas as obras foram escritas em inglês. Todavia, segundo a *Scopus*, os documentos que constam na base de dados foram publicados na Dinamarca.

4.1. Autocitação sincrônica

A tabela 2 exhibe dados sobre a intensidade e porcentagem de autocitação sincrônica de Hjørland de acordo com o título do artigo:

Tabela 2 – Porcentagem de autocitação sincrônica de Hjørland

Título	Nº de referências	Nº de autocitações	% de autocitação sincrônica
<i>Toward a new horizon in Information Science : domain-analysis</i>	173	12	6,9%
<i>Domain analysis in Information Science : eleven approaches, traditional as well as innovative</i>	195	19	9,7%
<i>The Concept of information</i>	197	3	1,5%
<i>Epistemology and the socio-cognitive perspective in Information Science</i>	49	12	24,5%
<i>What is Knowledge Organization (KO)?</i>	45	5	11,1%

<i>Theory and metatheory of Information Science: a new interpretation</i>	20	17	85%
<i>The Foundation of the concept of relevance</i>	67	17	25,4%
<i>Citation analysis : a social and dynamic approach to knowledge organization</i>	69	11	15,9%
<i>Concept theory</i>	96	13	13,5%
<i>Library and Information Science : practice, theory, and philosophical basis</i>	124	11	8,9%

Fonte: Elaborado pela autora.

Para analisar se a porcentagem de autocitação está alta ou baixa, foi utilizado como padrão estabelecido por Ioannidis *et al.* (2019). Os autores afirmam que abaixo de 25% é uma conduta admissível para autocitações, acima deste valor, faz-se necessária uma investigação de outras obras do autor.

De acordo com a tabela 2, as referências bibliográficas de todos os artigos somam um total de 1.036 referências e 120 autocitações. Nota-se também que apenas 2 (dois) textos são considerados acima do padrão de autocitação de acordo com Ioannidis *et al.* (2019). Somente 1 (um) documento se aproxima da porcentagem considerada aceitável (*Epistemology and the socio-cognitive perspective in Information Science*, com 24,5%). Logo, 80% dos artigos analisados estão bem abaixo do índice plausível.

Ordenando os textos a partir da data (da mais antiga para a mais recente), verificou-se que não houve crescimento na porcentagem de autocitação. Os índices variam muito de acordo com os anos, portanto, não há norma de crescimento ou declínio, a maior parte de seus artigos estão dentro do padrão.

Em relação ao desvio padrão, o número de referências teve um total de 61,89, o número de autocitação foi 4,81 e a porcentagem de autocitação sincrônica foi 22,7%. Calcula-se o desvio padrão para compreender se o conjunto de dados é uniforme e, quanto mais próximo de zero, mais uniformes e homogêneos são os dados. Logo, nota-se que o número de referências utilizadas apresentou um valor considerado alto e não é tão homogêneo quanto o número de autocitações, que apresentou um valor próximo a zero. Já a porcentagem de autocitação encontra-se no meio entre os citados, portanto, apresenta certa homogeneidade.

Além disso, nota-se que o trabalho intitulado *Theory and metatheory of Information Science : a new interpretation* apresenta um alto índice de autocitação (85%); isto pode ter ocorrido por diversos fatores, como por exemplo, ser o artigo pioneiro em Análise de Domínio na Ciência da Informação, Hjørland utilizou seus textos anteriores para fundamentar sua nova abordagem, dentre outros.

4.2. Autocitação diacrônica

A tabela 3 exibe os dados referentes a porcentagem de autocitação diacrônica:

Tabela 3 – Porcentagem de autocitação diacrônica de Hjørland

Título	Nº citações	Nº de autocitações	% de autocitação
<i>Toward a new horizon in Information Science : domain-analysis</i>	456	12	2,6%
<i>Domain analysis in Information Science : eleven approaches, traditional as well as innovative</i>	315	19	6%
<i>The Concept of information</i>	287	3	1%
<i>Epistemology and the socio-cognitive perspective in Information Science</i>	183	12	6,6%
<i>What is Knowledge Organization (KO)?</i>	152	5	3,3%
<i>Theory and metatheory of Information Science: a new interpretation</i>	136	17	12,5%
<i>The Foundation of the concept of relevance</i>	118	17	14,4%
<i>Citation analysis : a social and dynamic approach to knowledge organization</i>	116	11	9,5%
<i>Concept theory</i>	113	13	11,5%
<i>Library and Information Science : practice, theory, and philosophical basis</i>	110	11	10%

Fonte: Elaborado pela autora.

Identificou-se o uso de autocitação diacrônica em todos os artigos analisados. Apesar de seu reconhecimento após 1995, os resultados revelam que dentre os anos que foram analisados nesta pesquisa, o mesmo não apresentou crescimento na taxa de autocitação sincrônica e diacrônica. Isto fica evidente no documento intitulado *Theory and metatheory of Information Science : a new interpretation*, publicado em 1998, em que apresenta 85% de autocitação sincrônica (um número muito acima do padrão aceitável) e 12,5% de autocitação diacrônica. Em contrapartida do texto mais recente que foi analisado neste estudo, *Citation analysis : a social and dynamic approach to knowledge organization*, de 2013, que possui apenas 15,9% de autocitação sincrônica e 9,5% de autocitação diacrônica.

O comportamento de autocitação destaca o lastro científico de um autor (GLÄNZEL, 2003). Neste sentido, todos os artigos analisados possuem autocitação de Hjørland, seja sincrônica ou diacrônica, portanto, nota-se o reconhecimento do autor na área da Ciência da Informação, além de indicar seu sucesso no âmbito acadêmico a partir de publicações em periódicos renomados, caracterizando assim, um lastro científico de êxito. Dentre os

periódicos, Hjørland teve maior número de publicação (3 artigos) no *Journal of the American Society for Information Science and Technology*. Os outros artigos estão divididos entre *Information Processing and Management* (2), *Journal of Documentation* (2), *Annual Review of Information Science and Technology* (1), *Journal of the American Society for Information Science* (1) e *Knowledge Organization* (1).

5. Considerações finais

Em relação ao referencial teórico e aos dados quantitativos, a pesquisa apresentou uma análise da intensidade de autocitação de Hjørland. Como citado, seu reconhecimento enquanto pesquisador acontece somente após a publicação do artigo intitulado *Toward a new horizon in Information Science : domain-analysis*, publicado em 1995. Suas contribuições anteriores não apresentaram uma quantidade significativa de citações. Dentre os artigos analisados, 80% dos mais citados foram a partir de 2000, isso corrobora com a comprovação de seu reconhecimento no âmbito científico após 1995.

Além disso, em todos os seus trabalhos ele faz uso da autocitação e as taxas estão dentro dos padrões aceitáveis de acordo com Ioannidis *et al.* (2019). A autocitação que apresentou maior taxa foi a autocitação sincrônica, contando com 202,5% em contraste de 77,4% de autocitação diacrônica. Isto contribui para a formação de seu lastro científico e sua identificação enquanto um pesquisador renomado e importante para a Ciência da Informação.

Por fim, pretende-se ampliar o objetivo deste estudo, analisando todos os 89 artigos que foram encontrados, para assim aprofundar a investigação acerca do comportamento de autocitação de Hjørland. Espera-se também que novas pesquisas sejam formuladas a partir deste artigo, como verificar quais são os textos que Hjørland escreveu e autocita com mais frequência ou explorar a recitação de Hjørland em obras relevantes, configurando assim sua importância enquanto pesquisador nas áreas do conhecimento em que o mesmo atua e está inserido.

Referências bibliográficas

AMORIM, I. S.; CAFÉ, L. M. A.

2016 Os Conceitos de comunidade discursiva, domínio e linguagem na análise de domínio Hjørlandiana. In XVII ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 17^o, 2016. [Em linha]. 2016. [Consult. 18 jan. 2023]. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/download/190590>.

CAPURRO, R.

2003 Epistemologia e Ciência da Informação. In ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 5^o, Belo Horizonte. [Em linha]. 2003. [Consult. 18 jan. 2023]. Disponível em: http://www.capurro.de/enancib_p.htm.

CAPURRO, R.; HJØRLAND, B.

2007 O Conceito de Informação. *Perspectivas em Ciência da Informação*. 12:1 (2007) 148-207.

GABRIEL JUNIOR, R. F.

2014 *Geração de indicadores de produção e citação científica em revistas de Ciência da Informação: estudo aplicado à base de dados Brapci*. [Em linha]. 2014. [Consult. 25 jan. 2023]. Disponível em: https://www.marilia.unesp.br/Home/Pos-Graduacao/CienciadaInformacao/Dissertacoes/gabriel_junior_rf_do_mar.pdf. Tese de Doutorado em Ciência da Informação - Universidade Estadual Paulista (UNESP).

GEORGE, E.

2011 Da “sociedade da informação” à “sociedade 2.0”: o retorno dos discursos “míticos” sobre o papel das TICs nas sociedades. *Libero*. [Em linha]. 14:27 (jun. 2011) 45-54. [Consult. 14 jan. 2023]. Disponível em: <https://casperlibero.edu.br/wp-content/uploads/2014/05/1-Da-%E2%80%9Csociedade-da-informa%C3%A7%C3%A3o%E2%80%9D-%C3%A0-%E2%80%9Csociedade-2.0%E2%80%9D.pdf>.

GLÄNZEL, W.

2003 *Bibliometrics as a research field: a course on theory and application of bibliometric indicators*. [S. l.]: Coursehandouts, 2003.

GRÁCIO, M. C. C.

2020 *Análises relacionais de citação para a identificação de domínios científicos: uma aplicação no campo dos estudos métricos da informação no Brasil*. Marília : Editora UNESP, 2020.

GRÁCIO, M. C. C.; OLIVEIRA, E. F. T.; WOLFRAM, D.

2019 Produção científica Latino-Americana em estudos métricos da informação: análise bibliométrica do período de 2011 a 2016. *Brazilian Journal of Information Science: Research Trends*. 13:4 (2019) 52-74.

GUIMARÃES, J. A. C.

2008 Ciência da Informação, Arquivologia e Biblioteconomia: em busca do necessário diálogo entre o universo teórico e os fazeres profissionais. In *Ensino e pesquisa em Biblioteconomia no Brasil: a emergência de um novo olhar*. Org. M. S. L. Fujita, J. A. C. Guimarães. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2008, p. 33-44.

GUL, S.; SHAH, T. A.; SHAFIQ, H.

2017 The Prevalence of synchronous self-citation practices at the institutional level. *Malaysian Journal of Library & Information Science*. 22:1 (2017) 1-14.

HYLAND, K.

2003 Self-citation and self-reference: credibility and promotion in academic publication. *Journal of the American Society of Information, Science and Technology*. 54:3 (2003) 251-259.

IOANNIDIS, J. P. [et al.]

2019 A Standardized citation metrics author database annotated for scientific field. *PLoS biology*. 17:8 (2019) e3000384.

LAWANI, S. M.

1982 On the heterogeneity and classification of author self-citations. *Journal of the American Society for Information Science*. 33 (1982) 281-284.

MACROBERTS, M. H.; MACROBERTS, B. R.

1989 Problems of citation analysis: a critical review. *Journal of the American Society for Information Science and Technology*. 40:5 (1989) 342-349.

MESCHINI, F. O.; OLIVEIRA, E. F. T.

2017 Produção científica de Birger Hjørland indexada na Scopus: artigos e seus citantes. *Revista Guillermo de Ockham*. 15:2 (2017) 95-105.

NASCIMENTO, D. M.; MARTELETO, R. M.

2004 A “Informação construída” nos meandros dos conceitos da teoria social de Pierre Bordieu. *DataGramZero*. 5:5 (2004).

SILVA, D. V. O.; MAROLDI, A. M.; LIMA, L. F. M.

2014 Presença de outliers na Lei do Elitismo. In ENCONTRO BRASILEIRO DE BIBLIOMETRIA E CIENTOMETRIA (EBBC), 4º, 2014.

SMIRAGLIA, R. P.

2011 ISKO 11's diverse bookshelf: an editorial. *Knowledge Organization*. 38:3 (2011) 179--186.

TAGLIACOZZO, R.

1977 Self-citations in scientific literature. *Journal of Documentation*. (1977).

WHITE, H. D.

2001 Authors as citers over time. *Journal of the American Society for Information Science and Technology*. 52:2 (2001) 87-108.

Carla Conforto de Oliveira | carla.conforto@unesp.br

Universidade Estadual Paulista (UNESP), Brasil

A PERCEÇÃO DO BIBLIOTECÁRIO UNIVERSITÁRIO SOBRE A ÉTICA NO TRATAMENTO TEMÁTICO DA INFORMAÇÃO

PERCEPTION OF UNIVERSITY LIBRARIAN ABOUT ETHICS IN SUBJECT REPRESENTATION

Lais Pereira de Oliveira

<https://doi.org/10.21747/21836671/pag19a9>

Resumo: Aborda o tratamento temático da informação em uma perspectiva reflexiva acerca da eticidade nesse âmbito. Objetiva analisar a percepção profissional de bibliotecários universitários brasileiros sobre a ética no tratamento temático da informação. Constitui pesquisa descritiva de abordagem quantitativa. Tem como técnica de coleta o questionário, aplicado a partir de formulário *online* ao universo de profissionais que gerenciam a seção de processamento técnico das bibliotecas universitárias presentes em universidades públicas federais do Brasil. Os resultados demonstram que a ética é bem assimilada pelos gestores do processamento técnico, ainda que enfrentem dilemas interpretativos e uma enorme preocupação esteja na indexação e na corporificação desta, via termo. Apesar do cuidado no trato igualitário dos diferentes assuntos, reportado pelos respondentes, ecoam substitutos inconsistentes no sistema de recuperação da informação, fazendo com que busquem capacitação e uso irrestrito dos instrumentos documentários para evitar interpretações e representações tendenciosas. Ao mesmo tempo, enxergam a qualificação, a colaboração e a participação do usuário, como frentes de apoio à instância ética do tratamento temático da informação, tanto quanto a necessidade de maior evolução da literatura biblioteconômica dentro dessa perspectiva. Conclui-se que os bibliotecários universitários brasileiros percebem a dimensão ética no tratamento temático da informação, distinguindo impasses, dificuldades, problemas, soluções e necessidades para maior assertividade nesse contexto.

Palavras-chave: Atuação profissional; Biblioteca universitária; Ética; Tratamento temático da informação.

Abstract: This study is focused on the subject representation based on a reflective perspective in terms of ethics in the field. It aims to analyze the professional perception of Brazilian university librarians about ethics in subject representation. It is a descriptive study of a quantitative nature that uses the application of online survey, which was applied to professionals in charge of managing the technical processing section of university libraries located in federal public universities in Brazil. The results demonstrate that ethics is well assimilated by technical processing managers, even though they face interpretive dilemmas as well as a major concern about indexing process and its embodiment via term. Despite every care in the equal treatment of the different issues, reported by the respondents, inconsistent substitutes are still echoing in the information retrieval system, making it necessary to seek training and unrestricted use of documentary instruments in order to avoid biased interpretations and representations. Simultaneously, qualification, collaboration and participation of the user are understood as a way of supporting the ethical instance of the subject representation, as well as the need for further evolution of the library literature within this perspective. It is concluded that the ethical dimension in the subject representation is understood by Brazilian university librarians who can identify impasses, difficulties, problems, solutions and needs for greater assertiveness in this context.

Keywords: Professional performance; University library; Ethics; Subject representation.

1. Introdução

Ação cotidiana no processamento técnico, o tratamento temático da informação (TTI) atua na composição de representações de assunto. Essas serão a base para posterior recuperação, durante a busca informacional. Afinal, os termos atribuídos para representar conteúdo no sistema de informação são mediadores, considerando o direcionamento das estratégias de busca para os assuntos desejados (MARTINHO e GUEDES, 2009).

Entretanto, tratar a informação contida nos documentos a partir do seu conteúdo é algo complexo e desafiador. Crescem até mesmo as reflexões sobre processos e instrumentos de organização do conhecimento e sua capacidade de gerar produtos confiáveis (MILANI e GUIMARÃES, 2011). No tratamento temático da informação há influência da própria subjetividade oriunda do contexto informacional e das concepções bibliotecária e usuária frente aos mais diversos assuntos. Existem, ainda, dificuldades específicas no emprego das linguagens documentárias e barreiras interpretativas e de compreensão dos distintos conteúdos a serem representados.

Nestes termos, o aspecto ético é ponto decisivo. Isso porque, ao tratar tematicamente a informação, o bibliotecário pode deixar de determinar o real teor do item e confluir para ações de representação tendenciosas, expressando nessa atividade seu preconceito e discriminação acerca de um grupo, de uma concepção, de um acontecimento, etc. Acaba, com isso, promovendo, censurando, omitindo ou distorcendo informações (MILANI e GUIMARÃES, 2014-2017).

O fato de a questão ética encontrar-se no âmago das Ciências Sociais (FERREIRA, 2013), havendo ainda considerável expressividade do tema ética na informação para a Ciência da Informação (SOUZA e STUMPF, 2009), incita investigações que confluem para seu bojo. Especialmente em se tratando de sua intersecção com o tratamento da informação, responsável por interligar as informações processadas às necessidades manifestas na busca e recuperação. E, sobretudo, considerando que a apropriação da informação desejada acontecerá apenas se essa tiver sido tratada de modo equitativo (MILANI e GUIMARÃES, 2014-2017).

É assim que a pesquisa em questão objetiva analisar a percepção profissional de bibliotecários universitários brasileiros sobre a ética no tratamento temático da informação. Dedicar-se, com isso, à problemática inerente ao universo de designação e nomeação que se faz presente na descrição do conteúdo a partir de um conjunto de processos-chave e, sua real contribuição para acesso e uso de informações, considerando possíveis dilemas éticos.

A pesquisa pode agregar ao conhecimento produzido sobre tratamento da informação, especialmente o que versa sobre o conteúdo dos documentos e as implicações éticas em sua representação. Elementos teorizantes nesse contexto podem, então, ser amplificados. Em âmbito prático, o presente estudo pode evidenciar potencialidades e necessidades no tratamento da informação envolvendo a ética do profissional e sua própria concepção nesse entorno.

2. Tratamento temático da informação

O tratamento temático da informação constitui um conjunto de processos, instrumentos e produtos voltados à instância de assunto dos documentos. Refere-se, portanto, ao universo do acesso ao conteúdo ou, em outras palavras, ao teor do documento (GUIMARÃES, 2009).

O TTI integra o tratamento da informação (FUJITA, 2013), que reúne atividades técnicas detidas à representação descritiva e temática (VIEIRA, OLIVEIRA e CUNHA, 2017). É a partir dele que se realiza a busca por assunto, em condições de acessar os conjuntos informacionais produzidos. Nessa medida, ocupa um espaço nuclear na Ciência da Informação, entendendo a mesma enquanto base para o fazer profissional biblioteconômico (GUIMARÃES, 2008).

Braz e Carvalho (2017:2.501) esclarecem que o TTI “abrange as atividades de análise, descrição e representação, utilizando-se de instrumentos com o intuito de gerar produtos”, visando posterior recuperação dos documentos (GUIMARÃES, FERREIRA e FREITAS, 2011). Seu desenvolvimento, inclusive, é fruto da necessidade pragmática de trato documental (GUIMARÃES, 2008).

Ao representar tematicamente um documento o bibliotecário atribui verdadeiros rótulos, visíveis no acervo e no próprio sistema de informação (MILANI e GUIMARÃES, 2014-2017). Nesse sentido, trata o conteúdo por ações de designação e nomeação. O TTI abrange, então, a determinação e a especificação do assunto (BRÄSCHER e GUIMARÃES, 2018), “mediante o uso dos processos e instrumentos desenvolvidos em sistemas tradicionais” (SANTOS e NEVES, 2019:55), embora esteja cada vez mais corporificado também no contexto digital.

Em bases gerais, processos de classificação, indexação e elaboração de resumos compõem o tratamento temático da informação. Cada um desses gera produtos específicos, quais sejam: notações, termos e textos condensados. Além do que, uma série de instrumentos é agregada à condução dos mesmos. Linguagens de indexação, normas para elaboração de resumo e manuais de indexação constituem alguns deles (DIAS e NAVES, 2013).

Assim, “um mesmo documento pode ser objeto de diversas descrições de conteúdo como a atribuição de um número de classificação, a sua indexação por uma dezena de termos e o seu resumo. Estas operações são sucessivas e interdependentes” (GUINCHAT e MENO, 1994:121) e, realizam-se com apoio dos instrumentos documentários de tratamento temático da informação, constituídos especificamente para esse fim.

É importante lembrar que “a organização do material informacional nos acervos de bibliotecas não almeja por si apenas a localização física, mas busca alcançar a informação neles contida, abrangendo a necessidade de acesso aos conteúdos dos documentos” (SOUSA e FUJITA, 2013:797-798). O TTI se faz, dessa forma, fundamental. Apesar disso, exige que:

o profissional tenha a habilidade de extrair os conceitos representativos de documentos e representá-los de modo que dois objetivos sejam alcançados: a organização do acervo respeitando e agrupando as áreas do conhecimento, possibilitando também a representação temática por meio da tradução em notação correspondente utilizando as tabelas de classificação bibliográfica, além de facilitar o acesso à informação por meio do assunto ou área que

desejar através da busca por termos que representem a necessidade de informação. (BRAZ e CARVALHO, 2017:2.498)

Dessa forma, uma enorme carga subjetiva acaba envolvendo o tratamento temático da informação (DIAS e NAVES, 2013). Assim sendo, é importante haver um contínuo processo reflexivo sobre os processos que lhe são característicos. Em alguma medida, portanto, ultrapassando a fronteira da prática mecânica e estabelecendo questionamentos para pensar cada um deles na forma como se estabelecem

3. Ação ética em tratamento temático da informação

A ética permeia nosso cotidiano de ações e condutas, ao mesmo tempo em que é alvo de discussões, especialmente sobre o âmbito pessoal e profissional. É assim que, “enquanto disciplina teórica, estuda os códigos de valores que determinam o comportamento e influenciam a tomada de decisões num determinado contexto” (ALMEIDA, 2007:106).

A ação ética nas operações de tratamento temático da informação é fundamental para pensar a forma como este é conduzido. Pode-se afirmar que “há um poder oculto incorporado ao processo de representação de assunto” (MILANI e GUIMARÃES, 2014-2017:74). Isso porque o bibliotecário tem em mãos a possibilidade de dizer do que trata um item, qual o teor que ele traz consigo e como o mesmo pode ser caracterizado. O trabalho pautado na experiência é, assim, ponto determinante (BRAZ e CARVALHO, 2017).

Entretanto, as competências do profissional do tratamento temático da informação não se restringem ao “como fazer”. Devem, ao contrário, se estender ao “por que” e ao “para que” fazer (FRANCELIN e PINHO, 2011). De modo que, saber conduzir os processos técnicos para designação do conteúdo, não é o suficiente. Uma reflexão contínua é demandada para que se perceba a função de cada ação representativa e seu impacto no sistema de informação.

Nomear é, em suma, rotular, consistindo em uma forma de representação da realidade (OLSON, 2002). Logo, o TTI congrega consigo essas propriedades. Nesse sentido, há um peso natural nesse âmbito, resultante da considerável dificuldade envolvida na ação de atribuir nome para descrever um assunto. Ao indexar, por exemplo, o profissional estabelece rótulos e seu fazer baseia-se naturalmente em um contexto cultural e ideológico, de modo que suas crenças pessoais podem interferir no processo (FRANCELIN e PINHO, 2011).

Fato é que, durante o tratamento temático da informação, uma série de operações é envolvida. O profissional precisa decidir pelo uso de linguagem controlada ou natural, estabelecer o nível de representação do assunto, envidar esforços analíticos para diferentes tipos de materiais com os mais variados conteúdos, entre outros aspectos. O bibliotecário pode evocar, de modo consciente ou inconsciente, tanto crenças e valores éticos quanto seus próprios preconceitos (MILANI e GUIMARÃES, 2014-2017).

Ao nomear, o bibliotecário está atuando também na construção da informação (OLSON, 2002). Esse profissional acaba por ser interlocutor com grande responsabilidade designativa, fazendo com que a informação chegue ou não ao usuário, considerando notações e termos utilizados em sua representação.

Ademais, o emprego tendencioso de instrumentos para tratar o assunto dos itens é outro ponto a ser lembrado. Sobretudo porque o viés pode aparecer em descritores de indexação e notações de classificação (MILANI e GUIMARÃES, 2014-2017). Todavia, a linguagem documentária escolhida também pode reforçar preconceitos.

Dessa forma, há impacto direto na recuperação da informação. Afinal, assuntos podem deixar de compor o conjunto designativo de certos materiais, do mesmo modo que pode haver atribuição indevida e taxativa orientada pelo instrumento documentário. Na medida em que se representa conteúdo de modo incompleto ou sem sustentação no que de fato faz parte do teor do item, pode-se até mesmo “privar um usuário de obter informações ou de conhecer o ponto de vista de um autor sobre um assunto” (MILANI e GUIMARÃES, 2014-2017:73-74).

O acesso a partir do assunto representa justamente a capacidade de pesquisa no catálogo da biblioteca, no qual substitutos são criados com vistas a substituir o documento integral (OLSON, 2002). Logo, desvios de qualquer ordem no teor de tais representações temáticas ocasionam em irregularidades na busca e recuperação do item completo.

Nesse ponto é importante lembrar que “o acesso à informação e a capacidade de usá-la são elementos que interferem nas possibilidades de sobrevivência e existência dos membros da sociedade contemporânea” (RASCHE, 2005:27). De modo que, ao privar o usuário de uma representação temática idônea e imparcial, o bibliotecário pode incorrer em impedimentos de acesso informacional.

4. Metodologia

A pesquisa caracteriza-se como descritiva de abordagem quantitativa. Teve como objeto bibliotecas universitárias de universidades públicas federais, localizadas nas cinco regiões brasileiras que agrupam as unidades federativas ou estados do país, a saber: regiões Norte, Nordeste, Centro-Oeste, Sudeste e Sul. Foram priorizadas, contudo, apenas universidades situadas nas capitais dos estados brasileiros, de modo que instituições dessa categoria situadas no interior dos estados não compuseram o escopo investigativo.

Desse modo, o estudo teve como universo um conjunto de 28 bibliotecas universitárias, considerando as universidades de 26 capitais brasileiras mais o Distrito Federal. Ainda assim, no caso do estado do Rio de Janeiro o questionário foi encaminhado a duas bibliotecas, ambas localizadas na referida capital. Dessa totalidade, porém, apenas 16 instituições retornaram com o questionário respondido, compondo, dessa forma, a amostragem da pesquisa.

Priorizou-se um respondente por biblioteca. Vale ressaltar que os sujeitos de pesquisa foram os bibliotecários que gerenciam a seção de processamento técnico de cada uma das bibliotecas universitárias investigadas. Entende-se que os mesmos visualizam todo o conjunto de funções desempenhadas no âmbito do tratamento da informação, em condições de refletir acerca destas de forma integrada, em consonância com o aspecto ético das ações envolvidas, sobretudo, no contexto temático.

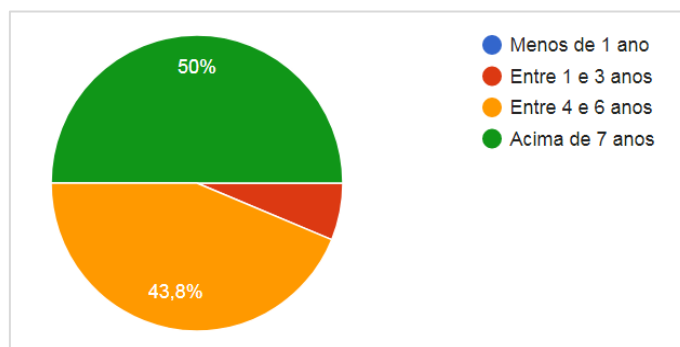
Teve-se o questionário como técnica de coleta dos dados. Já o instrumento foi um formulário *online* com 20 perguntas fechadas, distribuído aos profissionais via *e-mail*. O

questionário foi disponibilizado no período de um mês, durante o qual foi preciso restabelecer contato com algumas das bibliotecas a fim de obter maior número de respostas. A análise contemplou sistematização estatística via gráficos.

5. Análise e interpretação dos dados

A pesquisa teve início pelos dados de caracterização dos profissionais. A princípio, os bibliotecários gestores foram indagados acerca do tempo de atuação na biblioteca universitária e também na seção de processamento técnico desta, pela qual são responsáveis. Acerca da primeira variável constatou-se o seguinte cenário:

Gráfico 1 – Tempo de atuação na biblioteca universitária

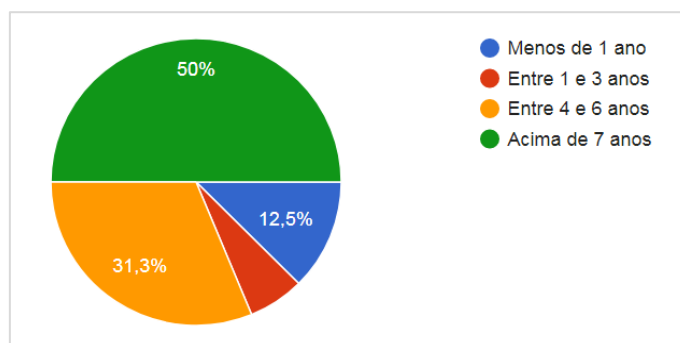


Fonte: Elaborado pela autora (2022).

Como se observa no Gráfico 1, tem-se uma maioria de bibliotecários experientes. Um total de oito (50%) atua há mais de 7 anos na biblioteca universitária e outros sete (43,8%), entre 4 e 6 anos. Somente um (6,3%) tem entre 1 e 3 anos de atuação e, nenhum, menos de 1 ano. Essa conjuntura indica tratar-se de um grupo versado no contexto informacional acadêmico, considerando o relevante período em que nele se encontram.

Já em relação à segunda instância, relativa ao tempo de atuação no processamento técnico, constatou-se o seguinte:

Gráfico 2 – Tempo de atuação no processamento técnico

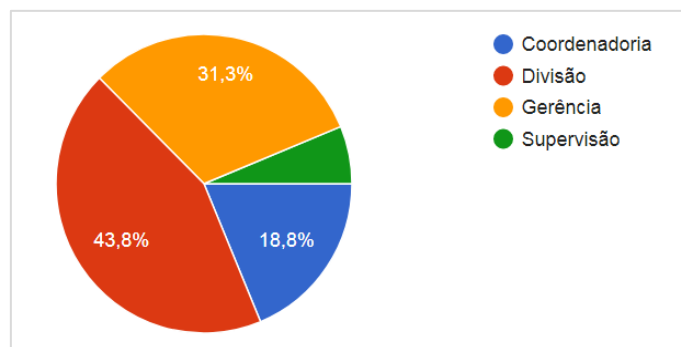


Fonte: Elaborado pela autora (2022).

Nesse caso, os resultados se mostraram mais diversificados. Conforme traz o Gráfico 2, oito profissionais (50%) têm mais de 7 anos de atuação no processamento técnico e, cinco (31,3%) entre 4 e 6 anos. Há também dois bibliotecários (12,5%) que têm entre 1 e 3 anos e um (6,3%), que está há menos de 1 ano na referida seção. Dessa forma, no que se refere à gestão das ações na seção de processamento técnico das bibliotecas universitárias tem-se, à sua frente, desde profissionais mais longevos até aqueles de atuação mais recente.

Também se buscou caracterizar a seção de organização e tratamento da informação, onde se desenvolve o processamento técnico. Questionou-se sobre a vinculação desta e obteve-se como resultado as tipologias abaixo:

Gráfico 3 – Vinculação da seção de organização e tratamento da informação

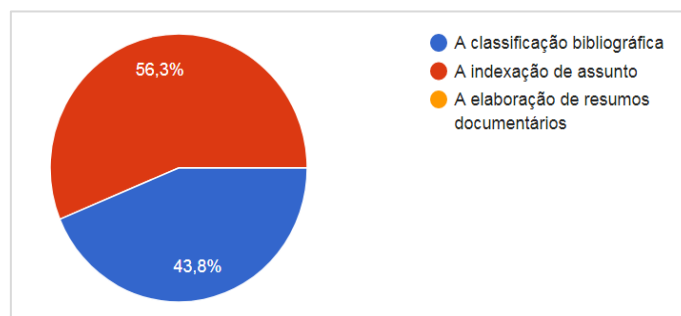


Fonte: Elaborado pela autora (2022).

O destaque, como se vê no Gráfico 3, é para a vinculação da seção de organização e tratamento da informação das bibliotecas a uma divisão – em sete delas (43,8%) – ou gerência – em outras cinco (31,3%). Há também três (18,8%) subordinadas a uma coordenadoria e uma (6,3%) que está atrelada a uma supervisão. Depreende-se, com isso, uma estrutura organizacional em certa medida diversificada, tornando possível uma variedade de composições laborais com vistas a tratar e disponibilizar os estoques informacionais.

Superada a etapa de caracterização, indagou-se qual dos processos técnicos de tratamento temático da informação o profissional considera mais vulnerável e suscetível a erros de sua parte. Assim:

Gráfico 4 – Processo técnico mais vulnerável e suscetível a erros



Fonte: Elaborado pela autora (2022).

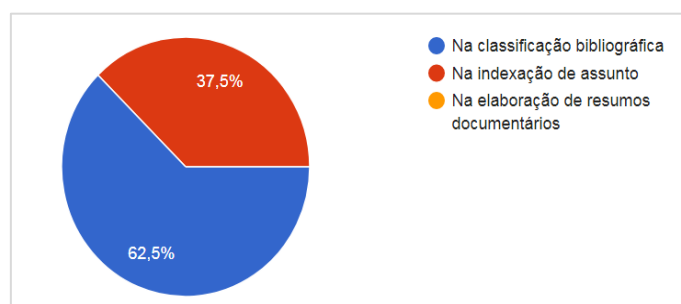
Em conformidade com o Gráfico 4, a indexação de assunto foi indicada por nove bibliotecários universitários (56,3%) como o processo técnico de tratamento temático da informação mais vulnerável e suscetível a erros. Já a classificação bibliográfica foi sinalizada por sete deles (42,8%). Nenhum dos respondentes considerou o resumo como um processo delicado e passível de equívoco pelo profissional.

Esse cenário pode ser resultado da ênfase extremada sobre as ações de classificação e de indexação nas bibliotecas, enquanto que o resumo acaba não se configurando como tal. Além do que, demonstra o nível de dificuldade cotidiano das práticas de classificar e indexar, cuja natureza não permite expressão em texto, mas sim a partir de simbologias mais sintéticas como a notação e o termo. Aspecto esse que por si só desafia o profissional, expondo-o a ele e ao seu fazer diário no processamento técnico da informação.

Em certa medida, portanto, o profissional gestor do processamento técnico enxerga a instabilidade dos processos de tratamento temático da informação, sobretudo os que se concretizam na forma de termos de indexação e notações de classificação. De certo modo, esse tipo de sinalização demonstra que os respondentes refletem sobre tais processos e a capacidade de gerarem produtos confiáveis (MILANI e GUIMARÃES, 2011), o que é extremamente positivo para um repensar cotidiano das práticas do próprio TTI.

Na sequência, os bibliotecários foram questionados sobre o processo técnico de tratamento temático da informação no qual sentem mais segurança, tranquilidade e capacidade de atuar. Abaixo os resultados:

Gráfico 5 – Processo técnico em que sente mais segurança, tranquilidade e capacidade de atuar



Fonte: Elaborado pela autora (2022).

Como se observa no Gráfico 5, dez profissionais (62,5%) sentem-se mais seguros, tranquilos e capazes de atuar na classificação bibliográfica. Já seis (37,5%) consideram-se mais aptos no desenvolvimento da indexação de assunto. Novamente, não houve qualquer sinalização sobre o resumo. Corroborando com as respostas obtidas no Gráfico 4, que demonstram maior insegurança dos bibliotecários com a indexação, tem-se justamente aqui um pequeno número deles avaliando-se hábeis em desenvolvê-la.

A natureza dos instrumentos e produtos documentários de tratamento temático da informação pode, de certo modo, influir nessa concepção dos bibliotecários gestores. Afinal, utilizam-se os primeiros para geração dos últimos (GUIMARÃES, FERREIRA e FREITAS, 2011). Entretanto, cada qual tem características estruturais próprias e dimensiona-se de uma dada forma para a representação de assunto, exigindo acurado trato

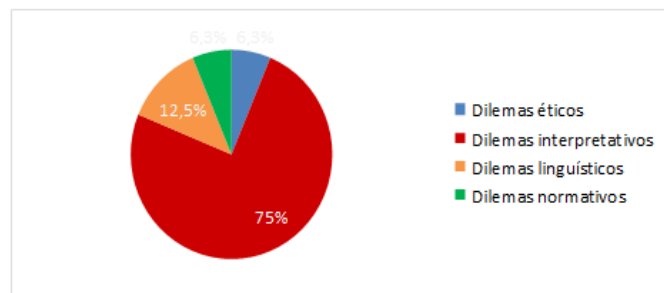
do profissional. E, naturalmente, todo trabalho de tratamento temático da informação, em si, visa uma recuperação posterior (GUIMARÃES, FERREIRA e FREITAS, 2011), tornando os processos envolvidos nessa dimensão um tanto criteriosos e impositivos.

Além disso, o fato de se ter à mão sistemas de classificação prontos para que sejam empregados na classificação de acervos acaba, em alguma medida, representando maior conforto nessa atividade. Enquanto que a indexação demanda, muitas vezes, a construção de tesouros e políticas para regulá-la de algum modo.

Isso sem falar que, no caso da notação classificação, tem-se um arranjo mais sintético e, no termo de indexação, tem-se uma composição mais aberta e dinâmica. Há ainda, um peso natural sobre a constituição de termos. Afinal, estes são atribuídos para representar conteúdo ao mesmo tempo em que atuam como mediadores no sistema de informação, tendo em vista que direcionam as estratégias de busca (MARTINHO e GUEDES, 2009).

Perguntou-se ainda, quais os dilemas mais comuns no cotidiano de tratamento temático da informação. Os profissionais responderam que:

Gráfico 6 – Dilemas mais comuns no cotidiano de tratamento temático



Fonte: Elaborado pela autora (2022).

De acordo com o Gráfico 6, a grande maioria dos bibliotecários universitários – o que equivale a doze deles (75%) – indica os dilemas interpretativos como os mais comuns no cotidiano de tratamento temático da informação. Os linguísticos foram sinalizados por dois profissionais (12,5%) e, os normativos e éticos, por apenas um (6,3%) cada.

O tratamento temático da informação abrange a determinação e a especificação do assunto (BRÄSCHER e GUIMARÃES, 2018). Contudo, para que se chegue a esse ponto é preciso definir o teor do documento, sendo justamente essa interpretação o aspecto mais comumente enxergado enquanto dilema no dia-a-dia dos profissionais que responderam ao questionário. Há que se lembrar, afinal, que por se tratar de um contexto de biblioteca universitária, eles acabam tendo que lidar com diversas áreas do conhecimento e uma gama de assuntos, tornando o aspecto interpretativo uma constante em sua atuação.

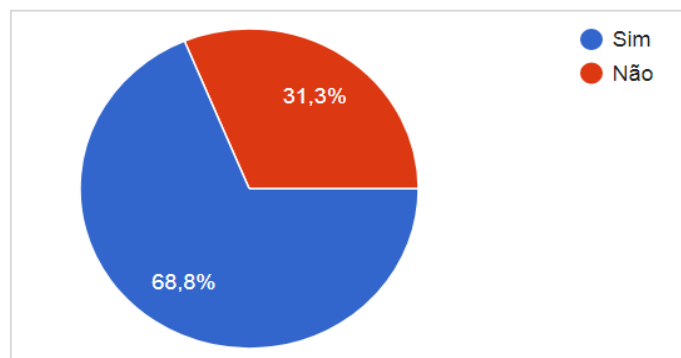
Na medida em que a apropriação da informação desejada depende de um tratamento equitativo desta (MILANI e GUIMARÃES, 2014-2017), o peso sobre a interpretação é mesmo enorme. Até porque, dependendo do olhar e da assimilação que tem o profissional, pode acabar incorrendo em inconsistências representativas guiadas por suas concepções individuais e, conseqüentemente, impedindo que a informação chegue ao usuário.

Decifrar e aclarar o assunto, então, pelo que indica o maior percentual sinalizado, representa um impasse enorme, que é realmente significativo. Trata-se de uma percepção advinda dos gestores do processamento técnico que enxergam essa dificuldade entre os executores da representação de assunto da seção, mas, que podem eles próprios, tê-la em algum sentido. Seja ao participarem da execução das atividades, ou mesmo ao serem demandados no esclarecimento de dúvidas dos seus subordinados.

Ademais, ainda que a ética na informação seja tema expressivo para a Ciência da Informação (SOUZA e STUMPF, 2009), observa-se que o aspecto ético é visto de modo bastante incipiente como dilema no universo do tratamento temático da informação. Isto é, intercorrências relativas à interpretação e ao próprio âmbito linguístico que permeia a representação do conteúdo, preocupam mais. Reforça-se, então, a ênfase sobre a condução pragmática de processos e, não necessariamente, a ação reflexiva acerca da conduta sobre os mesmos.

Ao serem indagados se já fizeram reflexões éticas em seu cotidiano de tratamento temático da informação, os bibliotecários sinalizaram o seguinte:

Gráfico 7 – Profissionais que fazem reflexões éticas em seu cotidiano de tratamento temático



Fonte: Elaborado pela autora (2022).

Conforme o Gráfico 7, a maior parte, em um total de onze (68,8%), afirma já ter feito reflexões éticas ao tratar tematicamente a informação. Apenas cinco (31,3%) disseram que não. Trata-se, então, de um dado muito positivo, uma vez que demonstra haver uma preocupação, por parte dos gestores do processamento técnico, com a eticidade das práticas desenvolvidas nesse âmbito – apesar de se ter, com o dado anterior, uma visão de que o dilema ético não é tão considerado em seu cotidiano de trabalho.

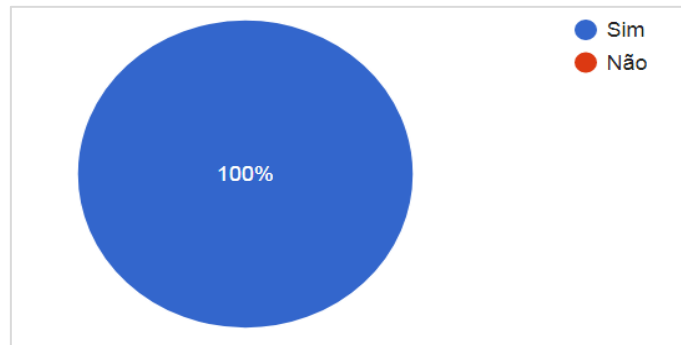
Nesse sentido, pode-se afirmar que a questão ética não é ponto primordial para os profissionais tanto quanto deveria, já que foi anteriormente sinalizada como dilema comumente enxergado por apenas um respondente. Ou pelo menos não encabeça suas preocupações imediatas, insurgindo esporadicamente em seu cotidiano técnico e intelectual de representação informacional.

Ainda assim, considerando as respostas a essa questão, em alguma medida a mecanicidade das ações de tratamento temático da informação é ponderada, abrindo espaço para se pensar o desempenho ético das mesmas. Talvez até por conta das diversas descrições de conteúdo possíveis, via número de classificação, termo de indexação e resumo (GUINCHAT

e MENO, 1994), que tornam esse trabalho ainda mais desafiador. Ainda mais em bibliotecas universitárias.

Já ao serem questionados se acaso se consideram éticos em seu trabalho cotidiano de tratamento temático da informação, os respondentes assim se manifestaram:

Gráfico 8 – Profissionais que se consideram éticos em seu trabalho cotidiano de tratamento temático



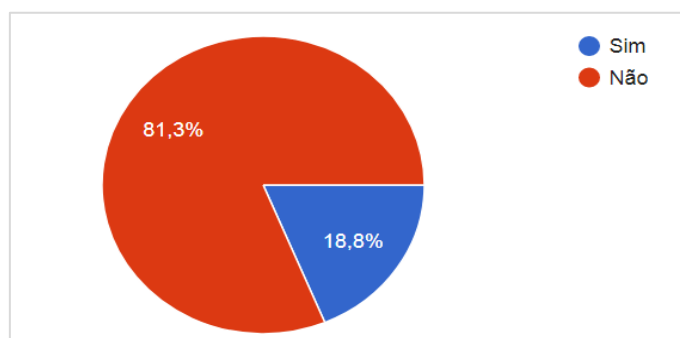
Fonte: Elaborado pela autora (2022).

sendo, reverbera uma noção ética no fazer biblioteconômico detido à representação de assunto, demonstrada na própria concepção dos respondentes, firme e resoluta sobre a questão.

Apesar disso, reforça-se mais uma vez o percentual – ainda que baixo – da questão anterior, mediante a qual alguns afirmam não fazerem reflexões éticas no cotidiano de tratamento temático da informação. Assim como na que a precede, que deixa clara a vaga lembrança sobre os dilemas éticos. Depreende-se, pois, que os profissionais se consideram éticos. Contudo, uma maior ênfase nesse aspecto é necessária, a partir de ações práticas e atenção cotidiana para com a questão.

Há que se ter em mente a seriedade necessária durante o TTI, posto que envolve uma demanda não apenas de localização física, mas também, de acesso aos conteúdos, para alcance da informação (SOUSA e FUJITA, 2013). Desse modo, é crucial haver forte ênfase sobre o aspecto ético nesse âmbito, que precisa ser lembrado assim como o são dificuldades de outra ordem – relativas à interpretação e à assimilação linguística.

A pergunta posterior procurou saber se algum profissional se viu agindo com mais cuidado e atenção na representação de assuntos de seu interesse e, com menos cuidado e atenção na representação de assuntos que não lhe apraziam. Assim:

Gráfico 9 – Ação na representação de assunto

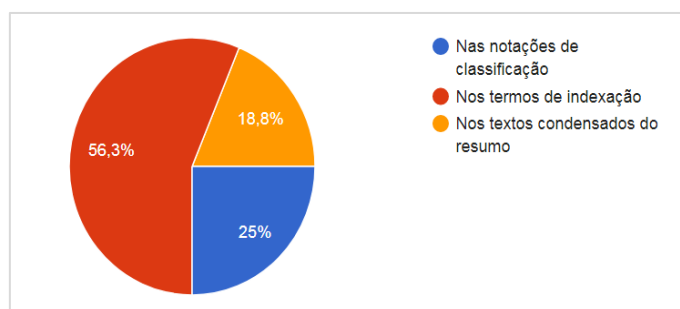
Fonte: Elaborado pela autora (2022).

Pelo Gráfico 9, um conjunto expressivo de treze profissionais (81,3%) não se fez mais diligente perante assuntos de seu interesse e menos zeloso nos que não agradavam. Somente três (18,8%) sinalizaram ter agido desse modo em alguma ocasião. Fato bastante positivo em um cenário universitário que conta com uma diversidade de campos científicos e distintas necessidades de informação a serem atendidas, sem que nenhuma seja diminuída ou representada em menor grau.

A capacidade de dirigir-se a toda e qualquer área do conhecimento de modo igual, sem enfatizar um tema ou degradar outro, é um sinal de eticidade grandemente representativo. E, na maior parte dos casos, isso está sendo feito, como demonstram as respostas de boa parte dos gestores do processamento técnico. Esse é um ponto fundamental, posto que o bibliotecário carrega consigo grande responsabilidade na designação temática dos itens que trata no seu dia-a-dia. E isso precisa ser feito do modo mais impessoal e isento possível.

Fato é que já há um risco natural de promover, censurar, omitir ou distorcer informações (MILANI e GUIMARÃES, 2014-2017), de modo que é preciso estar sempre vigilante ao tratá-las tematicamente. Mais do que isso, utilizam-se instrumentos desenvolvidos em sistemas tradicionais (SANTOS e NEVES, 2019) que cumprem relevante papel, mas trazem também alguns problemas. Um deles é a possibilidade indutiva, que pode ser negativa, dependendo da ocasião. Logo, o profissional precisa ser igualmente atencioso, primando pelo cuidado com todo e qualquer tipo de assunto que lhe caiba representar.

Também se questionou em qual produto documentário do tratamento temático da informação a falta de ética pode ficar mais evidente. Abaixo os resultados:

Gráfico 10 – Produto documentário no qual a falta de ética pode ficar mais evidente o na representação de assunto

Fonte: Elaborado pela autora (2022).

No Gráfico 10 se constata que os termos de indexação são, na opinião de nove respondentes (56,3%), o produto documentário mais propenso a evidenciar a falta de ética profissional. Em seguida, surgem as notações de classificação, sinalizadas por quatro bibliotecários (25%), e os textos condensados do resumo, apontados por três (18,8%).

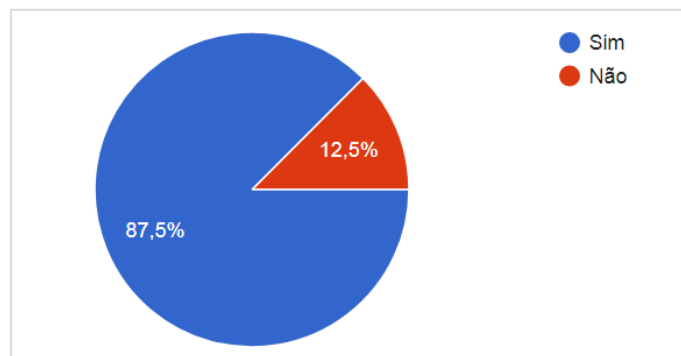
Nesse sentido, a ação designativa de assunto na forma de um termo pesa muito, a ponto de se predispor mais ao impasse ético na visão da maioria dos bibliotecários universitários. Afinal, figura como uma palavra ou expressão, cumprindo com papel bastante forte no ato de nomear de que fala Olson (2002). Reflete, pois, uma verdadeira atribuição de rótulos (MILANI e GUIMARÃES, 2014-2017).

A classificação, por se evidenciar fundamentalmente a partir de uma notação de base numérico-decimal, acaba se protegendo atrás de uma codificação muito direta. Ainda assim foi lembrada por parte dos respondentes, do mesmo modo que o resumo, esquecido nas questões anteriores detidas ao seu processo de constituição, mas, considerado aqui enquanto produto.

Dessa forma, observa-se que a falta de ética pode – na visão dos profissionais – refletir em todos os três produtos documentários, em alguns mais e em outros menos, mas, impacta cada um desses elementos resultantes do tratamento temático da informação. Ademais, cada constructo do TTI ficará visível no acervo e também no sistema de informação (MILANI e GUIMARÃES, 2014-2017), aberto a julgamento do próprio usuário. Destarte, para além da recuperação da informação, é fundamental pensar no que a biblioteca está propagando com os produtos documentários temáticos que gera. Ainda mais em um contexto como o das universidades, cuja base didático-formativa deve ser lembrada também na biblioteca.

Indagando se o bibliotecário procura se capacitar para uma atuação mais ética em tratamento temático da informação, constatou-se que:

Gráfico 11 – Profissionais que procuram se capacitar para uma atuação mais ética em tratamento temático



Fonte: Elaborado pela autora (2022).

Como evidencia o Gráfico 11, quatorze bibliotecários universitários (87,5%) buscam capacitação para uma atuação mais ética em tratamento temático da informação. Somente dois (12,5%) não o fazem. Tem-se, portanto, um percentual bastante expressivo que, mais uma vez, demonstra a preocupação com o aspecto ético na atribuição de assunto aos

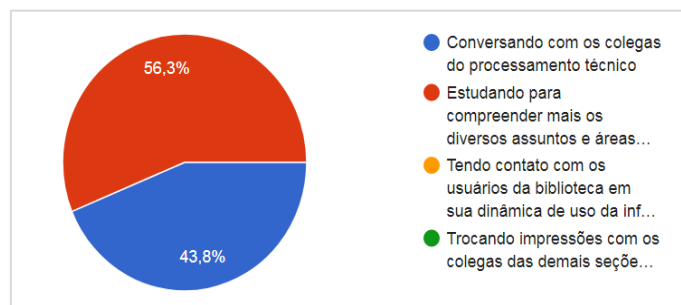
documentos. Além do que a busca por capacitação propriamente dita representa o cuidado com a profissão de bibliotecário.

Dessa forma, o bibliotecário busca o desenvolvimento de uma atuação ética, ainda que o universo técnico de trabalho em torno do tratamento temático da informação não fomente isso diretamente. Além do que, ao procurar se capacitar, o profissional avança em uma questão sensível referente a uma instância que engloba a ação organizativa e de acessibilidade informacional, embora não se atente frequentemente para esse tipo de impacto do TTI no catálogo e nas buscas do usuário.

As atividades de análise, descrição e representação, envoltas no tratamento temático da informação (GUIMARÃES, FERREIRA e FREITAS, 2011), exigem por si só bastante preparo do profissional. Assim, capacitações no tema “ética” podem também vir a garantir maior assertividade nessas instâncias, sendo produtivo que os gestores do processamento técnico as busquem para si e, inclusive, recomendem aos demais funcionários dessa seção. Questão essa que traz à tona a educação continuada do bibliotecário, mesmo em funções que são cotidianamente desenvolvidas no processamento técnico e que, até por isso, podem ocasionar certos vícios laborais, de grande prejuízo para as atividades de trato do conteúdo e para o sistema de informação como um todo.

Em seguida, buscou-se compreender a forma segundo a qual o profissional procura evitar interpretações tendenciosas durante o tratamento temático da informação. Assim, tem-se que:

Gráfico 12 – Formas de evitar interpretações tendenciosas durante o tratamento temático



Fonte: Elaborado pela autora (2022).

Segundo o Gráfico 12, nove profissionais (56,3%) buscam estudar para compreender mais os diversos assuntos e áreas do conhecimento e, sete (43,8%), procuram conversar com os colegas do processamento técnico. Nenhum deles sinalizou ter contato com os usuários da biblioteca em sua dinâmica de uso da informação ou trocar impressões com os colegas das demais seções da biblioteca.

Dessa forma, os bibliotecários universitários evitam interpretações tendenciosas durante o tratamento temático da informação, sobretudo a partir da interação com outros profissionais do processamento técnico e, ainda, mediante o estudo para avançar na compreensão particular sobre os assuntos e áreas. Por um lado, isso é positivo, porque pode dirimir parte da carga subjetiva desse universo (DIAS e NAVES, 2013). Entretanto, demonstra-se nesse ponto um rol de soluções muito ínsitas e individuais para deliberação

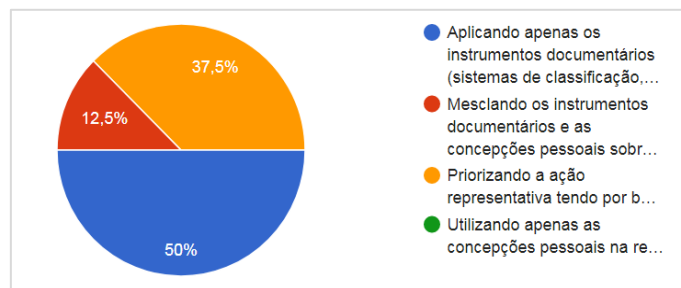
interpretativa sobre assuntos, envolvendo a busca por mais conhecimento ou chegando, no máximo, a uma troca com aqueles que estão na mesma seção.

O aspecto do estudo correlaciona-se com o dado da questão anterior, segundo o qual os bibliotecários universitários afirmam se capacitar para uma atuação mais ética em tratamento temático da informação. Ao buscarem conhecimento sobre as áreas do saber concorrem, em alguma medida, para isso, posto que esse tipo de capacitação acaba indo além da instrução circunscrita ao tema ética, refletindo certo cuidado e atenção com a prática analítica de assunto pelo conhecimento aprofundado dos diversos campos e ciências.

Todavia, é importante pensar, também, na integração com outras seções da biblioteca, como a referência, pois nisso pode estar a solução ou minimização de muitas dúvidas e impasses éticos na assimilação dos mais diversos assuntos. A interação com o usuário também pode ser significativa para depreender a busca e a utilização da informação e, em que medida o olhar sobre dado conteúdo precisa ser modelado para alcançá-lo de fato. Até porque o profissional é muito exigido, sendo demandado em habilidades extrativas de conceitos representativos (BRAZ e CARVALHO, 2017). De modo que, contando com o auxílio de outrem, tem maiores condições de cumprir com esse objetivo.

E, quanto à forma segundo a qual o bibliotecário procura evitar representações tendenciosas durante o tratamento temático da informação, observa-se que:

Gráfico 13 – Formas de evitar representações tendenciosas durante o tratamento temático



Fonte: Elaborado pela autora (2022).

De acordo com o Gráfico 13, oito bibliotecários (50%) buscam aplicar apenas os instrumentos documentários durante o tratamento temático da informação. Outros seis (37,5%) priorizam a ação representativa tendo por base o usuário e dois (12,5%) mesclam os instrumentos documentários e as concepções pessoais sobre os assuntos. Nenhum deles indicou utilizar apenas as concepções pessoais nessa ação.

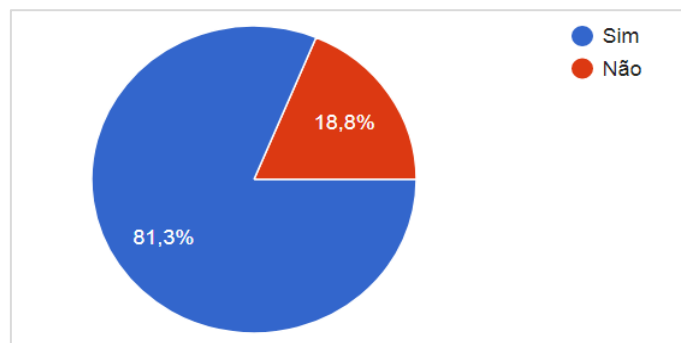
Assim sendo, representações tendenciosas no tratamento temático da informação são evitadas essencialmente a partir do uso de instrumentos documentários pelos bibliotecários e, também, considerando o usuário nesse processo. Evidenciam-se aqui, soluções de ordem formal e informal, ou seja, atendo-se às ferramentas para tratar tematicamente a informação e também ao sujeito que dela fará uso e, para o qual, todo o trabalho é realizado.

De acordo com a questão anterior, na interpretação o contato com o usuário não é considerado. Já na representação do assunto, sim. Evidencia-se, assim, que durante a assimilação temática o viés parece não ser a tônica, insurgindo de fato como preocupação no momento que a representação é corporificada em um produto. Instrumento documentário e usuário são, então, suporte.

No entanto, exige-se do profissional que organize respeitando e agrupando as áreas do conhecimento (BRAZ e CARVALHO, 2017). Nesse sentido, o instrumento documentário pode não ser retrato fiel de todos os campos do saber, assim como o usuário tenderá a uma concepção particular em conformidade com sua visão sobre determinado tema. Dessa forma, é preciso ter cuidado para que esses instrumentos sirvam de amparo, mas, não sejam determinantes no ato representativo.

Ao questionar os participantes do estudo se já se depararam com alguma representação de assunto equivocada, errônea ou excludente no catálogo da biblioteca, constatou-se que:

Gráfico 14 – Profissionais que se depararam com representação de assunto equivocada, errônea ou excludente no catálogo



Fonte: Elaborado pela autora (2022).

Como descrito no Gráfico 14, um conjunto de treze profissionais (81,3%) disse ter se deparado com alguma representação de assunto equivocada, errônea ou excludente no catálogo. Enquanto que três deles (18,8%) sinalizaram negativamente. Trata-se, portanto, de um problema aparentemente comum, que aponta para inconsistências reais no ato representativo. Mais do que isso, sinaliza para uma reflexão ética necessária e urgente sobre as ações de tratamento temático da informação, de modo a evitar notações, termos e mesmo resumos improcedentes.

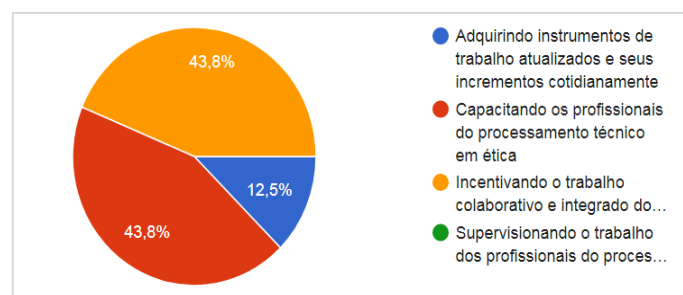
Mesmo porque o TTI requer representações temáticas via notações e termos, que precisam corresponder ao assunto e representar a necessidade de informação (BRAZ e CARVALHO, 2017). Ainda assim, tais produtos não devem replicar noções vagas e deturpadoras que venham a incorrer na conspurcação no catálogo.

Um parêntese importante deve ser feito: o catálogo, onde substitutos são criados visando a substituição do documento integral (OLSON, 2002), tem sido um elemento a reproduzir preconceitos. Dessa forma, a função de substituição é inconsistente, pois contempla equívocos, erros e representações excludentes, deixando de cumprir com seu devido papel.

Logo, há que se atentar para formas de corrigir e melhorar as representações que fazem parte do catálogo. Até porque, se a ética não está partindo das práticas laborais que antecedem o registro dos itens, precisa ao menos permear as ações de manutenção e adequação do produto catálogo, que é difundido *online* e pode amplificar visões tendenciosas e enviesadas para muito além da universidade a qual pertence a biblioteca responsável por sua construção, concorrendo, ainda, para um verdadeiro desserviço na medida em que não atua para representar e mediar devidamente a informação.

Quanto ao modo como a biblioteca pode contribuir com a ação ética no tratamento temático da informação, evidencia-se o seguinte cenário:

Gráfico 15 – Modo como a biblioteca pode contribuir com a ação ética no tratamento temático



Fonte: Elaborado pela autora (2022).

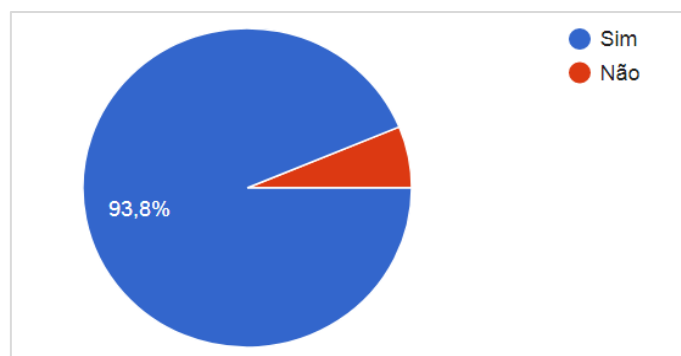
Conforme o Gráfico 15, os bibliotecários universitários acreditam que contribuições podem advir da capacitação dos profissionais do processamento técnico em ética e do incentivo ao trabalho colaborativo e integrado destes. Cada uma dessas opções foi sinalizada por sete respondentes (43,8%). Outros dois (12,5%) consideraram a aquisição de instrumentos de trabalho atualizados e seus incrementos cotidianamente e, nenhum, ponderou sobre a supervisão do trabalho que desenvolvem.

Observa-se que a ação ética no tratamento temático da informação é associada diretamente ao desempenho do profissional, seja por meio de sua capacitação ou mesmo do incentivo à colaboração no trabalho. A biblioteca universitária deve, então, na concepção de boa parte dos respondentes, ofertar e desenvolver as condições para que a eticidade permeie a atribuição de assunto. Contudo, há que se atentar que a ética envolve valores que influem na tomada de decisão (ALMEIDA, 2007), sendo também parte de nós e do modo como escolhemos agir, não podendo ser delegada apenas à sua assimilação via ato instrutivo.

Deve-se destacar, também, o pequeno percentual dos respondentes que sinalizou para a necessidade de aquisição de instrumentos de trabalho atualizados e seus incrementos. Em alguma medida, portanto, os bibliotecários enxergam nisso uma oportunidade de atuação mais ética, pois evita que a representação de conteúdo fique restrita a problemas propagados em versões não atualizadas dos próprios instrumentos documentários.

Procurou-se saber, ainda, se a participação do usuário no tratamento temático da informação – via indexação colaborativa, por exemplo – pode, na opinião dos respondentes, levar a ações mais éticas de sua parte. Abaixo os percentuais:

Gráfico 16 – Profissionais que consideram que a participação do usuário no tratamento temático pode levar a ações mais éticas de sua parte



Fonte: Elaborado pela autora (2022).

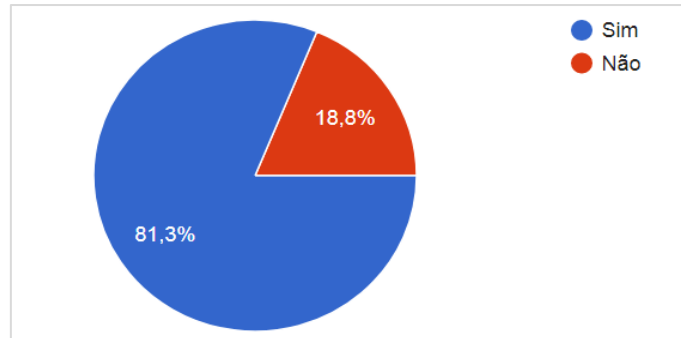
Pelo Gráfico 16, nota-se que quase que a totalidade de profissionais – quinze ou 93,8% – acredita na contribuição do usuário para uma ação mais ética de sua parte ao tratar tematicamente a informação. Apenas um (6,3%) não considera esse aspecto participativo como fator de eticidade. É quase unânime, portanto, a visão do aporte ético advindo do usuário, indo de encontro à constatação anterior de que a ação representativa tendo-o por base, pode evitar representações tendenciosas.

Assim sendo, o usuário pode ser a via para evitar que o profissional promova, censure, omita ou distorça informações (MILANI e GUIMARÃES, 2014-2017), por confusão, por displicência ou por falta de condições para um trato temático responsável. Há que se considerar, também, que com esse tipo de apoio o bibliotecário pode dirimir possíveis inconsistências, pela própria falta de conhecimento que tenha de um dado assunto e no qual o usuário possa sugerir descrições mais pontuais.

Considerando ainda o poder oculto derivado do processo de representação de assunto (MILANI e GUIMARÃES, 2014-2017), a participação do usuário permite ao profissional esquivar-se de seu próprio ego. Isto é, evita que ofusque sua capacidade de ação pelo deslumbramento com o atributo a ele concedido.

A pergunta seguinte questionou se o bibliotecário considera que os instrumentos documentários empregados no tratamento temático da informação favorecem uma atuação ética de sua parte. As respostas foram:

Gráfico 17 – Profissionais que consideram que os instrumentos documentários favorecem uma atuação ética de sua parte



Fonte: Elaborado pela autora (2022).

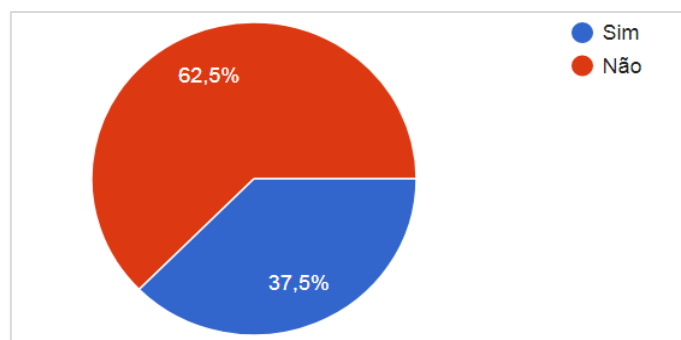
Como indica o Gráfico 17, treze profissionais (81,3%) acreditam que os instrumentos documentários usados para tratar tematicamente a informação favorecem uma atuação ética e, apenas três (18,8%) consideram que não. Essa perspectiva pode estar atrelada à padronização concedida por estruturas como os sistemas de classificação e os tesouros que, em certo ponto, garantem uma uniformização na atividade de atribuição de assunto e, em decorrência disso, ajudam na definição de notações e termos.

De algum modo o uso de tais ferramentas representa um suporte à atuação profissional e pode tirar o peso da responsabilidade atributiva de conteúdo do bibliotecário. Ademais, essa constatação também corrobora com dado anterior, segundo o qual os profissionais consideram os instrumentos documentários como uma das vias para evitar representações tendenciosas de assunto.

Todavia, o fazer do profissional advém necessariamente de um contexto cultural e ideológico (FRANCELIN e PINHO, 2011). E, assim também o é na concepção das ferramentas destinadas ao tratamento temático da informação. Desse modo, não deve ser creditado todo o valor aos instrumentos documentários. Estes são importantes e cumprem com relevante papel no controle de linguagem, na padronização, na normalização, na especificação dos distintos assuntos, etc. Contudo, precisam ser analisados e avaliados constantemente para evitar que conduzam ações representativas enviesadas, em função de aspectos simbólicos revestidos de verdade absoluta, ou de remissivas que outrora se faziam constitutivas de uma realidade que ora se mostra diferente.

Indagados se consideram a literatura biblioteconômica suficientemente abrangente no tema ética, a ponto de apoiar o trabalho de tratamento temático da informação em bibliotecas, os participantes sinalizaram que:

Gráfico 18 – Profissionais que consideram a literatura biblioteconômica suficientemente abrangente no tema ética, apoiando o trabalho de tratamento temático



Fonte: Elaborado pela autora (2022).

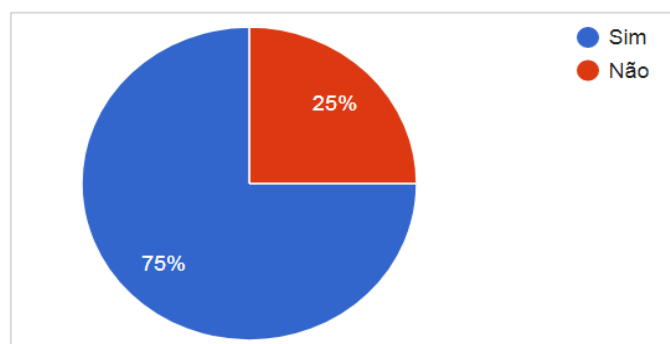
Conforme o Gráfico 18, um total de dez respondentes (62,5%) não considera a literatura biblioteconômica suficientemente abrangente no tema ética, a ponto de apoiar o trabalho de tratamento temático da informação. Uma pequena parcela, de seis participantes (37,5%) considera-lhe vasta o suficiente.

Há que se ressaltar que, apesar de estar presente na literatura biblioteconômica, a discussão sobre ética perpassa boa parte das vezes sobre a informação como um todo. Isto é, deliberações específicas sobre eticidade das ações de tratamento informacional são, ainda, incipientes. Logo, tendo por base a relevância do assunto, torna-se premente sua extensão para agregar a esse eixo de trabalho fundamental na garantia de acesso à informação.

Ademais, as competências do profissional do tratamento temático da informação devem se estender ao “por que” e ao “para que” fazer (FRANCELIN e PINHO, 2011). Nesse sentido, fundamental se torna o suporte da literatura biblioteconômica, como forma de promover a ação reflexiva nesse entorno e o próprio processo decisório, quando na definição do assunto de um item informacional. Questão essa que sinaliza para um eixo potencial de pesquisa.

Perguntados se consideram que a formação a nível de graduação lhes auxiliou a formar uma consciência ética para o tratamento temático da informação, os respondentes afirmaram que:

Gráfico 19 – Profissionais que consideram que a formação a nível de graduação auxiliou a formar uma consciência ética para o tratamento temático



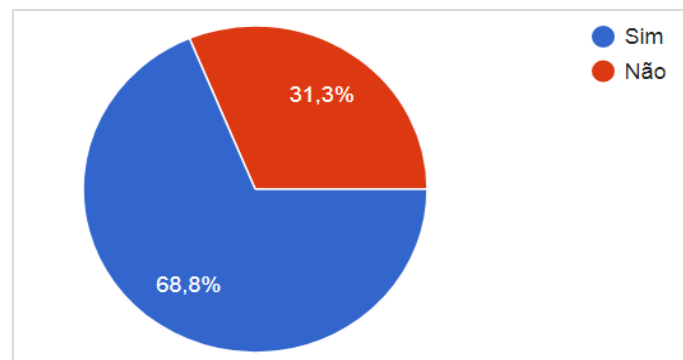
Fonte: Elaborado pela autora (2022).

Pelo Gráfico 19, ao contrário do alcance pela literatura, considerado insuficiente, os profissionais enxergam que a formação a nível de graduação auxiliou na composição de uma consciência ética para o tratamento temático da informação. Assim sinalizaram doze deles (75%) e apenas quatro (25%) responderam de modo negativo.

Depreende-se que, de certa forma, os cursos de Biblioteconomia estão contribuindo com a eticidade das práticas de representação temática. Há que se investigar como essa cooperação acontece, se a partir de disciplinas específicas sobre ética ou mediante abordagens sobre aspectos éticos no âmbito das disciplinas técnicas de organização e tratamento da informação. Aliás, na medida em que nomeia, o profissional rotula, representa a realidade e atua na construção da informação (OLSON, 2002). Grandes são as dimensões envolvidas, tanto quanto as responsabilidades. Assim sendo, é importante que haja suporte dos cursos de Biblioteconomia para a formação de uma consciência ética em tratamento temático da informação.

Questionados, por fim, se consideram a prática profissional realmente devotada ao aspecto ético em tratamento temático da informação, os bibliotecários responderam que:

Gráfico 20 – Profissionais que consideram a prática profissional realmente devotada ao aspecto ético em tratamento temático



Fonte: Elaborado pela autora (2022).

Nota-se, no Gráfico 20, que a maioria dos bibliotecários – em um total de onze (68,8%) – considera a prática profissional realmente devotada ao aspecto ético em tratamento temático da informação. Cinco deles (31,3%) avaliam que não. Tem-se como ponto determinante o trabalho pautado na experiência (BRAZ e CARVALHO, 2017) e pode ser isso a explicar o porquê dessa visão predominante. Inclusive ao se considerar que grande parte dos participantes da pesquisa são bibliotecários experientes.

Tem-se um quantitativo pequeno, embora expressivo, que denota a necessidade de perscrutar mais a fundo a eticidade no âmbito da representação de assunto. Ainda há o que ser feito, portanto, para que a ética permeie por completo e de modo natural as ações biblioteconômicas voltadas ao conteúdo dos documentos, a ponto de tal conexão ser enxergada de modo igualitário entre todos os agentes dessa ação. Entretanto, a vivência vai demonstrando também certa adequação da prática profissional em TTI, buscando coerência e uma representatividade real das informações tratadas.

6. Conclusão

A pesquisa buscou analisar a percepção profissional de bibliotecários universitários brasileiros sobre a ética no tratamento temático da informação. Constatou-se que todos os profissionais participantes do estudo se consideram éticos nesse ofício, além do que a maioria deles afirma já ter feito reflexões dessa ordem no âmbito do TTI e, também, buscar capacitação para maior eticidade em sua atuação nesse contexto. A ética é, portanto, bem assimilada pelos gestores do processamento técnico investigados nesse estudo.

Diante de tais constatações, foi possível avançar sobre a problemática que permeia a atribuição de assunto e o verdadeiro aporte dado para a busca, considerando possíveis dilemas éticos. Reconhece-se, com os resultados ora coletados, que há interferência, sobretudo, de dilemas interpretativos nesse universo, conforme sinalizado pelos respondentes. Além disso, estes enxergam que a maior vulnerabilidade e suscetibilidade a erros está na indexação de assunto e, na classificação bibliográfica, a maior sensação de segurança, tranquilidade e capacidade de atuação. A definição do assunto e sua corporificação em palavras acaba sendo, então, um grande problema.

Para além dos processos de tratamento temático da informação, os profissionais consideram os termos de indexação como o tipo de produto documentário no qual a falta de ética pode ficar mais evidente. Também afirmam que, estudar para compreender os mais diversos assuntos e áreas e, aplicar apenas os instrumentos documentários para tratar tematicamente a informação, são as formas de evitar, respectivamente, interpretações e representações tendenciosas. Visualiza-se, com isso, uma enorme preocupação com a indexação e a corporificação do assunto via termo em consonância com a ética e, enquanto sustentáculos para ação não enviesada a busca por capacitação e pelo uso de instrumentos de apoio ao TTI.

A investigação demonstrou, ainda, que os profissionais – em sua maioria experientes e com considerável tempo de atuação em unidades basicamente subordinadas a uma divisão ou gerência da biblioteca – indicam não terem sido mais diligentes perante assuntos de seu interesse e menos zelosos naqueles que não lhes agradava. Apesar disso, boa parte deles afirma já ter se deparado com representações de assunto equivocadas, errôneas ou excludentes no catálogo. Logo, apesar do cuidado reportado, ainda ecoam substitutos inconsistentes no sistema de recuperação da informação.

A capacitação dos profissionais do processamento técnico em ética e o incentivo ao trabalho colaborativo entre os mesmos são o principal contributo da biblioteca, na visão dos respondentes, para maior eticidade nesse contexto do TTI. Da mesma forma que o usuário também é um agente capaz de contribuir para uma ação mais ética por parte deles. Enxerga-se, portanto, a qualificação, a colaboração e a participação do usuário, como frentes de apoio à instância ética do tratamento temático da informação.

A pesquisa evidenciou, por fim, que na concepção dos profissionais, a literatura biblioteconômica não é suficientemente abrangente no tema ética; enquanto que a formação a nível de graduação representa importante auxílio para compor uma consciência ética para o TTI. A prática profissional também é, para os respondentes, realmente devotada ao aspecto ético em tratamento temático da informação. Assim sendo, demanda-se maior evolução da literatura no campo informacional que, de fato, se avizinha da eticidade ao tratar informação pelo conteúdo.

Pesquisas futuras podem dedicar-se a explorar mais a fundo a abordagem ética nos cursos de graduação em Biblioteconomia, como forma de compreender o modo como o tema é tratado nas disciplinas, assim como sua relação específica com o eixo do tratamento da informação. Também pode ser dada ênfase ao próprio universo de atuação profissional, englobando outras categorias de biblioteca e perscrutando como os dilemas éticos são percebidos e trabalhados em variadas conjunturas informacionais.

Referências bibliográficas

ALMEIDA, Filipe Jorge Ribeiro de

2007 Ética e desempenho social das organizações: um modelo teórico de análise dos fatores culturais e contextuais. *Revista de Administração Contemporânea*. 11:3 (jul./set. 2007) 105-125.

BRÄSCHER, Marisa; GUIMARÃES, José Augusto Chaves

2018 Tratamento temático da informação (TTI): influência dos paradigmas físico, cognitivo e social em artigos de revisão de literatura no período de 1966-1995. *Liinc em Revista*. 14:2 (nov. 2018) 241-258.

BRAZ, Márcia Ivo; CARVALHO, Evanise Souza de

2017 Práticas em tratamento temático da informação: interfaces de ensino e aprendizagem. *Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação*. 13:nº esp. CBB (2017).

DIAS, Eduardo Wense; NAVES, Madalena Martins Lopes

2013 *Análise de assunto: teoria e prática*. 2ª ed. rev. Brasília: Briquet de Lemos, 2013.

FERREIRA, Marcos Farias

2013 A Ética da investigação em Ciências Sociais. *Revista Brasileira de Ciência Política*. 11(maio/ago. 2013) 169-191.

FRANCELIN, Marivalde Moacir; PINHO, Fábio Assis

2011 Conceitos na organização do conhecimento. In FRANCELIN, Marivalde Moacir; PINHO, Fábio Assis - *Conceitos na organização do conhecimento*. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2011, p. 55-65.

FUJITA, Mariângela Spotti Lopes

2013 A Importância teórica e prática da indexação na fundamentação científica da organização e representação do conhecimento. In *Complexidade e organização do conhecimento: desafios do nosso século*. Org. Vera Dobedei, José Augusto Chaves Guimarães. Rio de Janeiro: ISKO-Brasil; Marília: FUNDEPE, 2013, p. 147-159.

GUIMARÃES, José Augusto Chaves

2009 Abordagens teóricas de tratamento temático da informação (TTI): catalogação de assunto, indexação e análise documental. *Ibersid*. 3 (2009) 105-117.

GUIMARÃES, José Augusto Chaves

2008 A Dimensão teórica do tratamento temático da informação e suas interlocuções com o universo científico da International Society for Knowledge Organization (ISKO). *Revista Ibero-Americana de Ciência da Informação*. 1:1 (jan./jun. 2008) 77-99.

GUIMARÃES, José Augusto Chaves; FERREIRA, Gustavo M.; FREITAS, Maria Fernanda M.

2011 Correntes teóricas do tratamento temático da informação: uma análise de domínio da presença da catalogação de assunto e da indexação nos congressos de ISKO-España. In *20 años del Capítulo Español de ISKO: actas del X Congreso ISKO-España*. Ed. Carmen Pérez Pais, María de los Ángeles González Bonome. Ferrol: Universidade da Coruña, 2011, p. 181-194.

GUINCHAT, Claire; MENO, Michel

1994 *Introdução geral às ciências e técnicas da informação e documentação*. Trad. Míriam Vieira da Cunha. 2ª ed. corr. aum. Brasília: IBICT, 1994.

MARTINHO, Noemi Oliveira; GUEDES, Emanuel G. F.

2009 A Representação de assunto e a mediação da informação. In SEMINÁRIO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 3º, Londrina, 2009 - *Anais...* Londrina: UEL, 2009.

MILANI, Suellen Oliveira; GUIMARÃES, José Augusto Chaves

2014-2017 Problemas relacionados a *Biases* em Sistemas de Organização do Conhecimento: perspectivas para a representação de assunto. *Iris: Informação, Memória e Tecnologia*. 3: nº especial (2014/2017) 72-92.

MILANI, Suellen Oliveira; GUIMARÃES, José Augusto Chaves

2011 Biases in knowledge representation: an analysis of the feminine domain in Brazilian indexing languages. In *Proceedings from North American Symposium on Knowledge Organization*. Ed. Richard Smiraglia. Toronto: N.A.S.K.O., 2011, vol. 3, p. 94-104.

OLSON, Hope A.

2002 The Power to name: locating the limits of subject representation in libraries. In OLSON, Hope A. – *Naming is power*. Dordrecht: Springer Science, 2002, p. 1-15.

RASCHE, Francisca

2005 Questões éticas para bibliotecários. *Encontros Bibli: revista eletrônica de Biblioteconomia e Ciência da Informação*. 19 (1º sem. 2005) 21-33.

SANTOS, Raimunda Fernanda dos; NEVES, Dulce Amélia de Brito

2019 Práticas de indexação em repositórios digitais de acesso aberto: análise do metadado assunto no Repositório Institucional da UFRN. In *Práticas e reflexões sobre a representação da informação em cenários informacionais*. Org. Dulce Amélia de Brito Neves, Raimunda Fernanda dos Santos, Ítalo José Bastos Guimarães. São Leopoldo: Karywa, 2019, p. 49-64.

SOUSA, Brisa Pozzi de; FUJITA, Mariângela Spotti Lopes

2013 A Classificação bibliográfica no contexto do tratamento temático da informação: um estudo com protocolo verbal individual em bibliotecas do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia (IF's). *Revista ACB: Biblioteconomia em Santa Catarina*. 18:1 (jan./jun. 2013) 796-813.

SOUZA, Francisco das Chagas de; STUMPF, Katiusa

2009 Ética na Ciência da Informação e Biblioteconomia brasileiras: sua discussão em periódicos e anais de eventos. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 10º, João Pessoa, 2009 - *Anais...* João Pessoa: UFPB, 2009.

VIEIRA, Ana Paula da Fonseca; OLIVEIRA, Lais Pereira de; CUNHA, Tatielle Marques

2017 Incursões sobre o tratamento temático da informação: estudo da política de indexação em bibliotecas universitárias goianas. *Informação em Pauta*. 2:1 (jan./jun. 2017) 28-49.

Lais Pereira de Oliveira | laispereira2@ufg.br

Universidade Federal de Goiás (UFG), Brasil

Resumo: Partindo dos princípios de que os dados bibliográficos possuem uma relação intrínseca com a inovação e os avanços tecnológicos, objetiva-se: 1) conceituar o termo “dado bibliográfico” e termos correlatos; 2) estabelecer as relações entre dados bibliográficos, tecnologias e a inovação; e 3) apresentar a evolução dos dados bibliográficos ao longo da história. Para atingir esses objetivos realizou-se um mapeamento da literatura no qual foram identificados 45 documentos, entre artigos, teses e dissertações, que abordam a evolução tecnológica da Catalogação Descritiva, seus produtos e instrumentos de padronização. Com base nessa literatura traçou-se a evolução dos dados bibliográficos, a partir da sua relação com os principais marcos tecnológicos de cada período. Concluiu-se que os avanços tecnológicos influenciaram e continuam influenciando os dados bibliográficos, refletindo e impactando nos formatos de armazenamento, nos instrumentos de padronização e na estrutura desses dados, que precisam se tornar mais complexos e granulares para atender às necessidades informacionais dos usuários.

Palavras-chave: Catalogação descritiva; Dados bibliográficos; Tecnologia.

Abstract: Based on the principles that bibliographic data have an intrinsic relationship with innovation and technological advances, the objectives are: 1) to conceptualize the term “bibliographic data” and related terms; 2) to establish relationships between bibliographic data, technologies, and innovation; and 3) to present the evolution of bibliographic data throughout history. To achieve these objectives, a mapping of Brazilian literature was carried out, from which 45 documents were identified, including articles, theses, and dissertations, which address the technological evolution of Descriptive Cataloging, its products, and standardization instruments. Based on the reading of these documents and the theoretical references used by them, the evolution of bibliographic data throughout history was traced, based on their relationship with the main technological milestones of each period. It is concluded that technological advances have influenced and continue to influence bibliographic data, reflecting and impacting storage formats, standardization instruments and the structure of these data, which need to become more complex and granular to meet the informational needs of users in the current technological context.

Keywords: Descriptive cataloging; Bibliographic data; Technology.

1. Introdução

Produto das práticas de catalogação e objeto de estudo da catalogação enquanto disciplina e área de pesquisa, tem-se os dados bibliográficos, elaborados com objetivo de descrever e representar recursos informacionais, baseados em formatos, códigos e padrões que garantem a sua consistência.

Destacando a importância dos dados bibliográficos na recuperação de recursos informacionais e sua relação intrínseca com a inovação e os avanços tecnológicos em cada período histórico, objetiva-se: 1) Definir “dados bibliográficos” e termos correlatos; 2)

apresentar as relações entre dados bibliográficos, tecnologias e a inovação; e 3) apresentar a evolução dos dados bibliográficos ao longo da história.

Buscou-se identificar na literatura nacional, por meio de um mapeamento sistemático, estudos que traçam o histórico da relação entre as tecnologias disponíveis e o desenvolvimento das práticas da catalogação. Foram realizadas buscas na Base de Dados em Ciência da Informação (BRAPCI) e na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD), durante o mês de julho de 2020, a partir dos termos representação descritiva, catalogação, catálogo bibliográfico, registro bibliográfico, dado bibliográfico, e suas variações para o plural.

A massa documental da pesquisa é composta por 45 documentos¹, os quais se caracterizam como artigos, teses e dissertações, nos quais pelo menos uma seção foi dedicada à análise da evolução cronológica, permitindo traçar a aplicação de tecnologias no processo de catalogação e, portanto, no desenvolvimento dos dados bibliográficos. Também foram consultadas as referências apresentadas pelos documentos aceitos, utilizando a técnica de *snowballing*, agregando assim referencial teórico internacional pertinente.

2. Dados bibliográficos: definições

Com o objetivo de estruturar e de padronizar o processo de representação das informações em bibliotecas e unidade de informação tem-se a **Catalogação Descritiva**, definida como,

[...] uma área de conhecimento teórico-aplicada-tecnológica e especializada, advinda do domínio bibliográfico, com a finalidade de descrever uma obra/recurso/entidade, dados e informações, responsável pela modelagem de sistemas interconectados por atributos de representações construídos e codificados, a partir de regras e padrões internacionalmente aceitos, garantindo a unicidade da entidade e multidimensionando sua forma de acesso e de recuperação, primando pela efetiva comunicação do usuário com o ambiente informacional e potencializada para outros domínios do conhecimento. (CASTRO, 2020:123).

Os **catálogos bibliográficos**, produtos das práticas de catalogação e objetos de estudo da catalogação enquanto disciplina, são responsáveis por possibilitar o armazenamento dos registros bibliográficos e a identificação dos recursos presentes em um acervo, visando permitir que o usuário encontre, identifique, selecione, navegue e adquira determinado recurso (DECLARAÇÃO, 2016).

¹ Lista de trabalhos consultados disponível no apêndice A.

O termo **registro bibliográfico**² pode ser definido como um “[...] agregado de dados que estão associados a entidades descritas em catálogos de bibliotecas” (IFLA, 2009:8). Para Santos (2019), um registro bibliográfico é considerado como a unidade básica do catálogo.

Os **dados bibliográficos** são a unidade básica de um registro bibliográfico. Cada registro possui dados que descrevem os recursos quanto às suas características de forma e de conteúdo, possui ainda um variado número de dados bibliográficos que atuam como **pontos de acesso**, ou seja, “Um nome, termo, código e entre outros pelo qual os dados bibliográficos ou de autoridade são pesquisados e identificados” (DECLARAÇÃO, 2016:17).

Para garantir a consistência dos dados bibliográficos foram desenvolvidos instrumentos para a padronização do processo de representação desses recursos. A Fig. 1, elaborada com base na sistematização do *W3C INCUBATOR GROUP* (2005) e nas definições apresentadas por Declaração (2016), Castro (2012) e Assumpção (2018), representa uma síntese desses instrumentos de padronização:

Fig. 1 – Instrumentos de padronização do universo bibliográfico



Fonte: Autores (2022).

² Embora o termo tenha caído em desuso, de acordo com a Declaração (2016), entende-se que sua conceitualização e discussão são pertinentes por representarem a forma histórica como têm sido agrupados os dados bibliográficos.

A aplicação desses instrumentos tem garantido a consistência e a representatividade dos dados bibliográficos e sua evolução está diretamente relacionada com os avanços tecnológicos.

3. Dados bibliográficos: inovação e tecnologias

Embora possua forte relação com as tecnologias disponíveis e com a invenção, a inovação não se limita a isso, ela “[...] está presente na vida de todas as pessoas e surge com o propósito de otimizar o cotidiano de cada um, seja por meio de produtos, processos, serviços ou tecnologias”. (MACHADO, STORTI e ZAFALON, 2018:1). A inovação é primordial para as instituições do universo bibliográfico, que precisam se manter atuais, atender às necessidades dos usuários que estão em constante mudança e ainda competir por recursos disponíveis (CLARKE, 2012).

Os avanços tecnológicos afetam os suportes e as possibilidades de acesso à informação, influenciam a forma como agimos e nos posicionamos na sociedade e principalmente colocam a informação registrada em destaque. Essas tecnologias também afetam a catalogação, já que suas práticas têm sido aprimoradas com base em tecnologias disponíveis, visando a melhoria dos processos e serviços oferecidos.

Reconhecendo a importância das tecnologias disponíveis para o desenvolvimento do universo bibliográfico buscou-se identificar estudos que traçam o histórico da relação entre as tecnologias disponíveis e o desenvolvimento das práticas da catalogação. Tomou-se como base para a condução da discussão os períodos históricos propostos por Alves (2010), com ajustes para a inclusão do contexto tecnológico vigente, caracterizado pelas mudanças no cenário da *Web* e pela proposta do *Linked Data*.

3.1. Os dados bibliográficos e os primeiros recursos bibliográficos

A história da catalogação se mostra obscura em seu início, o que se reflete na análise da literatura, onde as discussões sobre esse período se limitam a poucos autores, que o debatem com brevidade. Esse fato pode ser explicado parcialmente, devido a poucos produtos desses primeiros esforços terem sobrevivido, bem como existirem poucas informações a respeito dos que sobreviveram (BARBOSA, 1978; ASSUMPÇÃO, SANTOS e ZAFALON, 2017b).

Outro fator que justifica as discussões limitadas a respeito do período são os esforços realizados para representar as informações das bibliotecas, que foram dispersos e pouco sistemáticos, não resultando em instrumentos de padronização, princípios ou de teorias.

Durante o período foram desenvolvidas as primeiras tecnologias empregadas no suporte da informação, como o papiro, pergaminho e as tabuletas de argila. Esses suportes também foram utilizados na construção de listas criadas com o objetivo principal de inventariar o conteúdo das bibliotecas.

Na antiguidade, “os catálogos de bibliotecas assumiam o papel de inventário do material existente, e seu controle era relativamente simples, sendo o ideal de reunir tudo o que se produzia.” (SALGADO, 2015:28).

Essas listas, consideradas pré-catálogos, eram elaboradas de acordo com o gosto pessoal de seu desenvolvedor, sem a aplicação de instrumentos para a padronização, criando registros bibliográficos inconsistentes. A seleção dos dados bibliográficos era influenciada ainda pelo custo da produção dessas listas, atendo-se somente as informações indispensáveis. (ALVES, 2010; SANTOS, 2019).

Alves (2010:27) traz como exemplo as listas elaboradas para as bibliotecas de Nínive e Alexandria, as quais continham o título, número do volume, as primeiras palavras do próximo volume, o nome do proprietário original, nome do escriba, selo de propriedade, dados a respeito do assunto dos recursos (incluídos em uma lista de temas abrangentes pré-estabelecida) e dados de localização dos recursos. “Os materiais possuíam no verso pequenas etiquetas que identificavam o autor e título das obras” (ALVES, 2010:27).

Sendo assim, a indicação da autoria ficava condicionada ao acesso ao próprio recurso. Diferentes iniciativas para a criação de pré-catálogos ocorreram ao longo dos séculos, nelas as representações dependiam dos interesses e gostos de seus criadores, sendo boa parte dos esforços relacionados com a localização física dos recursos e sua disposição pela biblioteca.

3.2. Os dados bibliográficos e o desenvolvimento da imprensa

O desenvolvimento da imprensa por Gutemberg no século XV alterou o ritmo de produção de recursos informacionais, evidenciando as fragilidades dos pré-catálogos, levando à necessidade de maior detalhamento na representação da informação. As bibliotecas se multiplicaram não só pelo aumento dos recursos disponíveis, mas também pelas mudanças sociais relacionadas ao período.

Os recursos informacionais passaram a ser mais estruturados, a receber páginas de rosto contendo informações sobre sua origem e seus responsáveis, bem como elementos estruturantes, como notas de rodapé, índices, sumários (LIMA, 2007).

A inclusão desses elementos permitiu a relação entre o conteúdo principal dos recursos e informações complementares, viabilizando o acesso a partes específicas do texto e, portanto, a leitura não linear. Nesse período, por conta do aumento exponencial de recursos disponíveis, o foco passa de inventariar os itens existentes para a recuperação desses recursos.

As melhorias na estruturação dos catálogos durante esse período ocorreram de maneira intermitente, a partir de avanços e retrocessos, com o acréscimo e a omissão de determinados dados bibliográficos (SANTOS, 2019). Ainda durante o século XV passam a ser incluídas remissivas aos registros bibliográficos (ALVES, 2010).

Essas remissivas, ou notas criadas para direcionar os usuários do catálogo de um registro bibliográfico a outro correlato, têm um papel importante na diferenciação entre listas de inventários e os catálogos, por constituírem um elemento de ligação e permitirem a navegação entre os recursos, bem como a descoberta acidental de informação.

Outra informação importante que passa a ser recorrente nos catálogos é a identificação do autor. Silveira (2013) aponta que esse foco maior na autoria surge justamente no momento em que a censura aos recursos se tornou rigorosa, fazendo necessário a identificação do autor que seria condenado junto com sua obra. Aponta ainda que esse maior foco está

relacionado a identificação do trabalho intelectual como uma força de trabalho passível de monetarização.

Nesse período se estabelece ainda a preocupação com a inclusão de dados bibliográficos para representar as variações de uma mesma obra, que passam a ser comuns com o estabelecimento da imprensa, que popularizou as edições e traduções.

A possibilidade de impressão afetou também a estrutura dos catálogos, que por meio da impressão em livro podiam ser replicados e transportados, permitindo a troca e consulta fora do ambiente da biblioteca. Essa portabilidade e replicabilidade do catálogo impresso no formato de livro possibilitou o início dos primeiros ensaios, ainda que dispersos, de sistematizar o trabalho de elaboração dos catálogos. Embora se notem avanços, esses catálogos ainda possuíam um caráter administrativo e dependiam das escolhas individuais dos catalogadores.

Exemplos de dados bibliográficos encontrados no período incluem “[...] palavras iniciais do livro, nome de doador, indicação das condições físicas do livro, juízo de valor (livro bom, inútil, legível, estética etc.), dentre outras informações peculiares a cada biblioteca” (SANTOS, 2019:54).

A Revolução Francesa atuou como potencializadora do processo, tanto de sistematização da catalogação, como do uso inovador de tecnologias para a elaboração de catálogos.

Durante a revolução, as bibliotecas privadas da nobreza e do clero foram confiscadas, levando à criação de bibliotecas públicas. Nesse contexto, surge o primeiro código de catalogação criado para uso nacional, diferente dos esforços anteriores que estavam relacionados às necessidades locais das bibliotecas (BARBOSA, 1978; SILVEIRA, 2013).

Nesse código são observados elementos presentes em muitos dos códigos posteriores como,

[...] extração de informações da página de rosto da obra, a alfabetação segundo o sobrenome do autor, e a indicação dos dados físicos do material, tais como número de volumes, tamanho da obra, ilustrações e encadernação. (ALMEIDA, 2015:35).

A Revolução Francesa também teve impacto sobre a valorização da pesquisa científica e da popularização da leitura, alterando ainda o comportamento dos usuários das bibliotecas, com o aumento da demanda fazem-se necessárias medidas para agilizar o processo de elaboração dos catálogos.

Ortega (2009) aponta que nesse contexto elabora-se o catálogo em fichas, com destaque para a sua rápida impressão e atualização, inicialmente por meio do reaproveitamento de cartas de baralho. Também têm início nesse período as primeiras tentativas para a criação de princípios que norteassem a Catalogação Descritiva. “Gabriel Naudé escreveu sobre a importância dos catálogos como meios de encontrar livros e de identificá-los bibliograficamente, perspectiva muito próxima da atual” (SILVEIRA, 2013:29). Essa busca por princípios e outros instrumentos para a padronização da catalogação é o marco do próximo período.

3.3. Os dados bibliográficos no período tradicional

O termo tradicional é aplicado a esse período em relação ao ato de “[...] transmissão de técnicas, de fatos ou de dogmas de uma geração a outra, ou seja, a herança produzida e deixada por uma geração a outra num campo do conhecimento” (SANTOS, 2019:83). Os avanços ocorridos durante o período tiveram um forte impacto na Catalogação Descritiva, servindo como fundamento para os instrumentos e os princípios desenvolvidos posteriormente. Nesse período também “[...] dá-se o início da Biblioteconomia como se conhece hoje, ou seja, a Biblioteconomia moderna” (ORTEGA, 2009:93).

Em relação à tecnologia, não se destacam rupturas e sim o aperfeiçoamento das tecnologias em vigor. Os dados bibliográficos passam a ser construídos, pautados em instrumentos de padronização, o catálogo adquire o *status* de ambiente informacional criado para a busca e a estruturação do conhecimento produzido.

No período tem destaque o catálogo em formato de livro, manuscrito ou impresso, um conjunto de representações encadernado e organizado em ordem alfabética de autor. Esse aporte tecnológico influenciou e foi influenciado pelo desenvolvimento das primeiras tentativas de sistematização da Catalogação Descritiva. Sua existência fazia necessário um elemento de padronização para que sua estrutura se mantivesse coerente; ao mesmo tempo, os autores dos primeiros instrumentos de padronização se pautaram nas suas características para o estabelecimento de suas instruções e regras catalográficas.

Os catálogos em livro eram impressos ou elaborados deixando-se espaço para que novas obras fossem atribuídas a um determinado autor ou para a descrição sucinta de novas edições de uma mesma obra; quando esse espaço era excedido, era necessário o acréscimo de folhas soltas ou de uma nova e custosa edição. Nesse sentido, criou-se uma forte preocupação com a economia de espaço.

A Catalogação Descritiva também passa por mudanças, adquirindo o *status* de disciplina, o que seria evidenciado por muitos de seus primeiros teóricos. Considerados os primeiros teóricos da catalogação, Panizzi, Jewett e Cutter foram fundadores de instrumentos de padronização e de discussões sobre a sistematização do processo de catalogação (SILVEIRA, 2013).

Panizzi (1797-1879), foi responsável pela organização da biblioteca do Museu Britânico, em Londres. Reavaliou a organização existente, baseada em categorias pouco representativas e genéricas, e elaborou uma proposta de código de catalogação, discutido por comissão especial no parlamento inglês, perante a qual a relevância do código precisou ser defendida (SALGADO, 2015; ORTEGA, 2011).

Dentre as contribuições de Panizzi destacam-se: orientação sobre como registrar o nome dos autores e título das obras, o estabelecimento do cabeçalho de autor, a criação do conceito de autoria coletiva, o uso da página de rosto como fonte principal de informações, preocupação com as necessidades dos usuários, compreensão do recurso informacional como uma unidade composta por um conteúdo artístico ou intelectual – a obra. Essa compreensão pode ser considerada uma ideia visionária dos modelos conceituais, em especial, dos Requisitos Funcionais para Registros Bibliográficos (FRBR) desenvolvidos em 1998 (CASTRO, 2008; SALGADO, 2015; SERRA *et al.*, 2017).

Destaca-se, ainda, o uso das remissivas como um elemento de ligação entre as descrições do catálogo ao especificar o “[...] uso de três tipos de remissivas: de nome para nome, de nome para obra e de obra para obra” (ASSUMPÇÃO, SANTOS e ZAFALON, 2017b:89).

As contribuições de Panizzi destacam-se mais pela formalização dos elementos do que a criação de novos dados bibliográficos, tal como o uso das remissivas, o conceito de obra e da página de rosto como fonte de informação. Esses dados bibliográficos já estavam presentes nos registros do período tipográfico, porém sua inclusão era feita de maneira intermitente e não estruturada.

Baseado nas 91 regras de Panizzi, Charles Coffin Jewett elaborou, em 1853, um código para a Smithsonian Institution dos Estados Unidos da América, sendo responsável pela inclusão das entidades coletivas, tais como instituições e organizações na autoria das obras e pela discussão a respeito do tratamento dado a obras escritas sob pseudônimo (FUSCO, 2010; SANTOS, 2019).

O legado de Jewett foi a proposição da catalogação cooperativa, embora o serviço não tenha sido colocado em prática devido aos custos do processo, a proposta de que o recurso fosse catalogado somente e seu local de origem serviria como base para outras propostas de cooperação (SANTOS, 2019).

Jewett se destaca ainda pela popularização dos catálogos em ficha, que passariam aos poucos a coexistir com os catálogos em livro e acabariam substituindo-os. Nos catálogos em ficha as informações contidas nos acervos “[...] eram descritas no formato de fichas em papel, medindo 7,5 x 12,5 cm, armazenadas em gavetas e agrupadas basicamente por ordem alfabética, pelo nome de autores, títulos e assuntos” (SERRA e SANTARÉM SEGUNDO, 2017:170). Embora o espaço dentro de uma mesma descrição ainda se mantivesse limitado ao tamanho da ficha, a atualização do catálogo como um todo deixou de ser necessária.

A adoção das fichas enfatizou os conceitos de cabeçalho e de entrada principal.

Nos catálogos em fichas, a ficha que iniciava com o ponto de acesso autorizado para o responsável principal era denominada entrada principal. Para prover pontos de acesso adicionais referentes aos demais responsáveis, aos títulos e aos assuntos do recurso informacional, a entrada principal era reproduzida e, no topo de cada cópia, era acrescentado o cabeçalho referente a um responsável, a um título ou a um assunto. (ASSUMPÇÃO, SANTOS e ZAFALON, 2017b: 93).

É no contexto da popularização dos catálogos em ficha que Ammi Cutter publica em 1876 as *369 Rules for a printed dictionary catalogue*. O código de Cutter era composto por instruções para elaboração da “[...] entrada de autor e título, parte descritiva, cabeçalhos de assunto, alfabetação e arquivamento de fichas” (FARIA, 2018:37). Entretanto, a principal contribuição de Cutter para a Catalogação Descritiva não está propriamente nas suas 369 regras, e sim nos princípios e nas explicações apontadas pelo autor para embasá-las.

Outro ponto importante da obra de Cutter foi a divisão dos “[...] catálogos em curto, médio e completo (ou bibliográfico), com níveis variantes de informações para cada um deles” (MACHADO e ZAFALON, 2019:6). É ainda com o estabelecimento do código de Cutter que

a elaboração de dados de autoridade passa a ser demandada (ASSUMPÇÃO, SANTOS E ZAFALON, 2017b).

Os dados de autoridade são dados bibliográficos criados antecipadamente para a padronização das informações de autor e de assunto. Esses dados são mantidos em um catálogo de autoridade para serem aplicados na construção das entradas (e posteriormente dos pontos de acesso) dos catálogos bibliográficos, garantindo assim a uniformidade dos mesmos.

Nesse período passam a ser elaborados códigos locais e nacionais. Destaca-se ainda a busca pela aplicação da catalogação cooperativa, liderada pela American Library Association (ALA) e pela Library of Congress (LC), que trabalharam de maneira concomitante na produção de um código de catalogação que pudesse apoiar esse processo.

Santos (2019) aponta que, tanto a ALA como a LC publicaram muitos materiais na tentativa de alcançar uma catalogação mais simples e eficiente, mas esses materiais seguiram em um rumo contrário, levando ao aumento das regras e de sua complexidade, a inclusão de regras criadas para situações locais, excepcionais, e ainda, a regras contraditórias entre si.

Mesmo assim, o serviço de distribuição de fichas da LC prosperou, evidenciando a necessidade dos instrumentos de padronização para a Catalogação Descritiva. O período tradicional passa então a ser marcado por uma série de críticas às práticas de catalogação vigentes e seus instrumentos de padronização, com destaque para o artigo de Andrew Osborn, *The crisis in Cataloging*, em 1941 (SANTOS, 2019). Outro marco das avaliações críticas ocorridas durante o período tradicional foram os estudos publicados por Seymour Lubetzky, em 1953, a respeito da relevância das regras contidas nos códigos vigentes.

As críticas aos códigos vigentes, somadas à busca por uma forma de tornar mais viável e eficiente o serviço de catalogação cooperativa gerou inquietação no universo bibliográfico.

3.4. Os dados bibliográficos e o início da mecanização

Como uma resposta as inquietações com os instrumentos vigentes, organizou-se a Conferência de Paris ou Conferência Internacional sobre os Princípios de Catalogação, realizada em 1961, que foi a responsável pelos primeiros passos em busca de uma padronização internacional “[...] incluindo tanto aspectos relativos aos objetivos e funções do catálogo quanto a sua organização” (SALGADO, 2015:41). Dela resultou a Declaração dos Princípios Internacionais de Catalogação ou Princípios de Paris, que têm sido constantemente atualizados, sendo a última edição datada de 2016. Já no aspecto relacionado à organização do catálogo, os principais pontos discutidos foram “[...] relacionados aos pontos de acesso para nomes pessoais e títulos uniformes, sendo considerada a precursora da padronização dos pontos de acesso das obras” (SALGADO, 2015:40).

Da reunião resultaram dois produtos importantes para a busca por uma internacionalização do processo de catalogação descritiva: o programa de Controle Bibliográfico Universal (CBU), sob responsabilidade da International Federation of Library Associations and Institutions (IFLA) e a primeira edição do código *Anglo-American Cataloging Rules (AACR)* (GARRIDO ARILLA, 1996; BARBOSA, 1978).

A formalização desse programa incentivou a busca por padrões internacionais, o *AACR* (*Anglo-American Cataloging Rules*) foi publicado em 1967, como um resultado da colaboração entre a ALA, a Canadian Library Association e pela Library Association da Inglaterra (ALVES, 2010). Barbosa (1876) aponta que o novo código criava regras visando atender a diversos tipos de bibliotecas, abrangia múltiplos suportes informacionais, como microformas, manuscritos e mapas, por exemplo.

Esses dois pontos demonstram a preocupação com o contexto social e tecnológico, como a criação ou a expansão de novos tipos de bibliotecas durante o período, a crescente importância das bibliotecas públicas e universitárias e o espaço adquirido por novos suportes, que aceleraram ainda mais a reprodução da informação.

O *AACR* foi publicado em duas versões, uma inglesa e uma norte americana, por divergências quanto às regras para a criação de cabeçalho de autor. Destaca-se o caráter flexível do *AACR*, que inclui diferentes níveis de descrição, contendo recomendações não taxativas, deixando espaço para a tomada de decisão do catalogador.

Passa-se cada vez mais a exigir uma profissionalização do ofício de catalogador, mediante à complexidade dos novos cenários e instrumentos (CORREA, 2008; FUSCO, 2010). Formaliza-se o conceito de granularidade na descrição, sendo que “[...] a granularidade de um conjunto de dados está vinculada ao número de atributos que o compõem e a diversidade de seus conteúdos” (SANTOS e SANT’ANA, 2013:206).

Quanto mais atributos e mais diversificados eles forem, mais granular é a descrição. Dados bibliográficos mais granulares significam uma maior possibilidade de ligação, de identificação dos recursos buscados pelos usuários e de descoberta acidental. O *AACR* passa a adotar diferentes níveis de granularidade, com descrições mais granulares direcionadas a bibliotecas maiores, especializadas ou temáticas, enquanto bibliotecas menores e de uso geral podem adotar uma descrição mais simples e, portanto, menos granular.

A década de 1960 também é marcada pela inserção das tecnologias computacionais no processo de catalogação. Arakaki, Simionato e Santos (2017:7) apontam que nesse contexto “[...] foi criado o formato de intercâmbio de dados, denominado Machine Readable Cataloging (MARC), que proporcionou o compartilhamento de registros bibliográficos legíveis por máquinas”. Segundo Serra *et al.* (2017:59), os objetivos iniciais do *MARC* foram permitir registros bibliográficos legíveis por computador, replicar os dados contidos nas fichas e a inclusão de informações adicionais relevantes.

O objetivo inicial do *MARC* foi proporcionar a reprodução dos conteúdos das fichas impressas em formato legível por computador/máquina. Essa proximidade com os formatos analógicos tem impacto em sua estrutura. O reflexo da estrutura do *AACR* garantiu rigor na padronização das informações inseridas no formato, no entanto, fez com que se mantivessem preocupações inerentes ao ambiente analógico, principalmente relacionadas com às limitações físicas, como a redução do espaço ocupado pelos dados bibliográficos, utilizando-se de abreviações e de seleção de um número limitado de autores para cada responsabilidade intelectual relacionada à obra. Além disso, foram limitados os pontos de acesso e mantida a ideia de entrada principal.

Embora o impulso inicial para a criação do *MARC* tenha sido agilizar o processo de catalogação descritiva e permitir a visualização dos registros bibliográficos em formato

computacional, há um consenso na literatura sobre o fato de que o seu potencial se mostrou no intercâmbio de registros bibliográficos.

3.5. Os dados bibliográficos com o uso dos computadores e da Web

A Reunião Internacional de Especialistas em Catalogação (RIEC), realizada em 1969, teve por objetivos: 1) discutir a aplicação dos Princípios de Paris; 2) fomentar a elaboração de regras internacionais para a descrição bibliográfica; e 3) discutir e fomentar os programas de catalogação compartilhada e de uso de computadores no processo de catalogação descritiva. (BARBOSA:1978).

Um dos marcos da busca por internacionalização foi a proposta do Controle Bibliográfico Universal (CBU) que encontrou na padronização da construção dos registros e no uso das tecnologias da informática um cenário mais adequado para a sua implantação (ALVES, 2010).

Outro marco foi a publicação da *International Standard Bibliographic Description (ISBD)*, com o propósito de nortear a catalogação a nível internacional, visando fomentar a catalogação compartilhada e a adaptação ao uso de computadores. “As ISBDs definem os elementos necessários numa descrição bibliográfica, prescrevem a sua ordem de apresentação e a pontuação que os delimitam [...]” (FUSCO, 2010:48).

A especificação dos elementos necessários para compor um registro bibliográfico passa a ser considerada na elaboração de futuros códigos de catalogação, definindo os dados bibliográficos que um registro deve conter para representar adequadamente um recurso. Ao estruturar as informações seguindo uma ordem pré-estabelecida e utilizando uma pontuação para delimitar o final de cada tipo de informação, a *ISBD* fornece a sintaxe necessária para facilitar a conversão dos dados bibliográficos de diferentes fontes, facilitando o rompimento de barreiras linguísticas, tornando possível, a partir das pontuações, identificar onde cada tipo de informação está contido na estrutura de um registro bibliográfico.

Garrido Arrila (1999) menciona que a primeira *ISBD* foi publicada em 1974, e tinha por objetivo estabelecer a descrição de recursos monográficos - *ISBD(M)*; essa edição foi seguida por outras, elaboradas para serem aplicadas em múltiplos materiais. Posteriormente, uma *ISBD* geral, agrupando as anteriores, seria publicada - *ISBD(G)*.

Um dos resultados da publicação da *ISBD* foi a atualização do *AACR* com o propósito de unificar as duas versões do código (inglesa e norte americana); levar em consideração as críticas da comissão ao *AACR1*; e buscar a internacionalização do código (GARRIDO ARRILA, 1999).

Dividido em duas partes, uma para reger a descrição bibliográfica e outra para o estabelecimento dos pontos de acesso, o *AACR2* conta ainda com apêndices, com recomendações complementares quanto ao uso de abreviações, de maiúsculas e de numerais, e com três níveis de descrição.

Em 1995 acontece o Seminário de Estocolmo onde têm início discussões contemporâneas, como o “[...] estudo para desenvolvimento de novos modelos de organização da informação baseados nas tecnologias da informação e da comunicação” (LOURENÇO, 2020:158).

Fruto dessas discussões foi a elaboração de um modelo conceitual, baseado na estrutura entidade-relacionamento (E-R), para representar as principais entidades e relacionamentos entre as entidades do universo bibliográfico, o *Functional Requirements for Bibliographic Records (FRBR)*. Posteriormente foram elaborados ainda os modelos *Functional Requirements for Authority Data (FRAD)*, para dados de autoridade e *Functional Requirements for Subject Authority Data (FRSAD)*, para dados de autoridade de assunto.

O *MARC* também recebeu versões para atender à necessidade de cada país. Com objetivo de unificar essas versões e atender ao contexto tecnológico vigente, caracterizado pela expansão dos tipos documentais e pela popularização do uso de computadores, foi iniciada uma série de discussões para a criação de um novo formato *MARC*.

Dessa iniciativa resulta o *MARC21*, sendo 21 uma menção à eminente chegada do século XXI (ALMEIDA, 2015). Ainda como fruto dos avanços no desenvolvimento de tecnologias computacionais, o conceito de metadados passa a obter destaque no processo de elaboração, registro, armazenamento e disponibilização de dados bibliográficos.

A popularização do ambiente *Web* também afetou a elaboração de recursos bibliográficos. O ambiente *Web* foi proposto para possibilitar o compartilhamento de recursos multimídia e a interligação desses por meio de *hiperlinks*, de forma a permitir ao usuário navegar dentro de um mesmo recurso ou além desse.

O surgimento dos sistemas *online* e dos microcomputadores ampliou as possibilidades de acesso aos catálogos, que passaram a ser disponibilizados *online* e com acesso público, os *Online Public Access Catalog (OPAC)*. Com “[...] a disponibilização do Online Public Access Catalogue (OPAC) na Web, o alcance dos Catálogos foi ampliado” (SERRA e SANTARÉM SEGUNDO, 2017:173).

As bibliotecas se beneficiaram das possibilidades oferecidas pela *Web*, a ligação por meio de *hiperlinks* entre informações de um mesmo *OPAC* permite que o usuário navegue no catálogo e obtenha as informações de seu interesse. As próprias remissivas deixaram de indicar outras informações relevantes e passaram a consistir em *hiperlinks* que com um clique levam o usuário diretamente para a próxima informação de interesse.

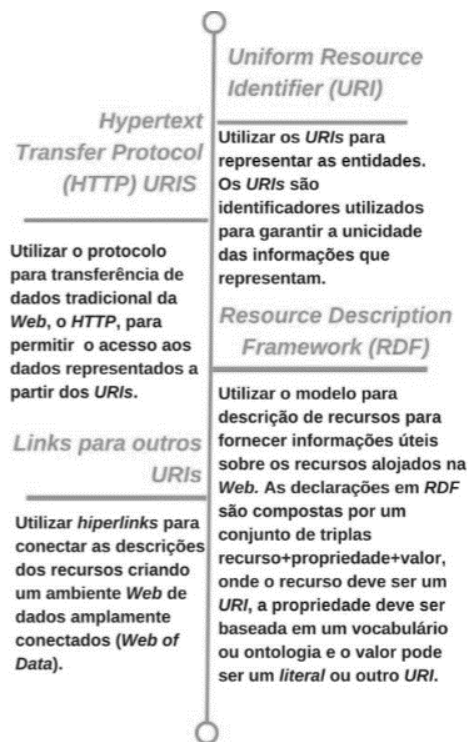
Embora o acesso tenha sido ampliado, os dados bibliográficos seguem majoritariamente sendo construídos com base nos instrumentos de padronização criados para atender o ambiente *offline*, como *MARC21*, ou ainda para o ambiente analógico, como as *ISBD* e o *AACR2*. Além disso a estrutura dos dados em *MARC21* não permite que os dados bibliográficos sejam recuperados por buscadores, afetando a visibilidade das bibliotecas na *Web*.

3.6 Os dados bibliográficos no *Linked Data*

Com o aumento exponencial de recursos disponibilizados por meio do ambiente *Web*, a busca eficiente de informação apenas por usuários humanos se torna inviável (ISOTANI e BITTENCOURT, 2015). Uma das propostas para otimizar a recuperação de informações na *Web* é o *Linked Data*, que, de acordo com Berners-Lee (2006), consiste em um conjunto de princípios visando na conexão de dados, representados com base na utilização de identificadores únicos e na adoção de um formato padrão, partindo da utilização de *links*

que permitem relacionar dados advindos de fontes diversas. A Fig. 2 apresenta os princípios do *Linked Data*.

Fig. 2 – Princípios do *Linked Data*



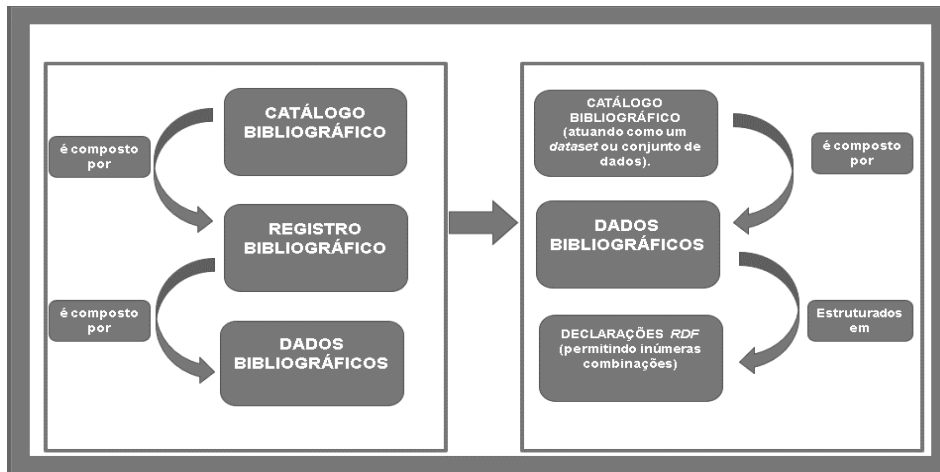
Fonte: Jesus e Castro (2018:46).

A publicação de dados bibliográficos como *Linked Data* foi discutida no relatório *Library Linked Data Incubator Group : final report*, resultado de um conjunto de discussões realizadas entre maio de 2010 a agosto de 2011 no âmbito do W3C, sobre como incluir as bibliotecas no contexto do *Linked Data* (W3C INCUBATOR GROUP, 2011).

O relatório indicou uma série de vantagens, de desafios e de recomendações para ampliar a participação das bibliotecas no contexto do *Linked Data*, destacando que “Bibliotecas e instituições de memória em geral estão em uma posição única para fornecer metadados confiáveis para recursos de importância cultural de longo prazo como dados na Web” (W3C INCUBATOR GROUP, 2011, não paginado, tradução nossa).

A publicação dos dados bibliográficos como *Linked Data* significa ainda uma ruptura com a estrutura dos catálogos (CLARKE, 2014). Com a publicação dos dados como *Linked Data*, as unidades básicas dos catálogos tornam-se os dados, que podem ser estruturados em RDF. A Fig. 3 apresenta essa mudança de estrutura.

Fig. 3 – Impacto da publicação dos dados bibliográficos como *Linked Data* na estrutura do catálogo bibliográfico



Fonte: Jesus (2021).

Essa fragmentação da representação, tendo como unidade básica dados e não registros, permite uma maior reutilização dos dados. Essa estrutura também permite que os dados bibliográficos estejam visíveis para os buscadores da *Web*, amplia as possibilidades de combinação e de apresentação desses dados, culminando em resultados mais granulares e significativos para os usuários finais.

Elaborado com o objetivo de permitir a descrição de recursos analógicos e digitais, focado nas tarefas realizadas pelos usuários, o RDA, publicado em 2010 como resultado da busca por atualização do AACR2r, tem sua estrutura baseada nos modelos conceituais FRBR, FRAD e FRASAD.

O RDA fornece uma estrutura para que a descrição ocorra no nível de dados e não de registros, como apresentado na Fig. 3, e a explicitar a relação entre esses dados por meio de ligações. Oliver (2011) apresenta como exemplos de mudanças propostas pelo RDA a não exigência do uso de pontuações e de abreviações e a exclusão da limitação do número máximo de 3 responsáveis pelo conteúdo intelectual e artístico da obra.

Essas mudanças refletem a evolução dos formatos de armazenamento dos dados bibliográficos, já que no contexto digital não se faz necessária a mesma preocupação com a economia de espaço dos registros, como ocorria com o armazenamento em fichas e catálogos impressos.

Adequações foram realizadas no formato MARC21 para viabilizar a utilização do RDA, mas entretanto essa adaptação não permite que o RDA atinja o seu potencial (MACHADO e ZAFALON, 2019). O MARC21 foi projetado para refletir a estrutura da descrição analógica, não possibilitando a explicitação formal das relações existente entre as entidades, bem como a ligação com fontes externas de dados por meio do *Linked Data*.

Nesse sentido foi proposto o *Bibliographic Framework* ou BIBFRAME que “[...] pode ser conceituado como um modelo de relação entidade baseado na aplicação de *Linked Data* e *Resource Description Framework (RDF)*, considerados elementos essenciais da *Web Semântica*” (CASTRO, 2020). O modelo foi desenvolvido para atuar como um potencial

substituto para o *MARC21* e conta ainda com um vocabulário que permite a descrição das propriedades do universo bibliográfico.

Outra iniciativa para aproximar os dados bibliográficos do cenário do *Linked Data* é a publicação do modelo conceitual *IFLA LRM*. Pensado para o contexto do *Linked Data*, o *IFLA LRM* é [...] um modelo conceitual de alto nível, estruturado a partir do modelo Entidade-Relacionamento Estendido (EER), que consolida "os três modelos da Família FR: FRBR, FRAD e FRAD" (CASTRO, 2020:116).

Jesus (2021) aponta que já existem iniciativas para a publicação de dados bibliográficos como *Linked Data*, entretanto a maior parte desses projetos encontra-se em fase experimental e muitas questões ainda precisam ser discutidas para garantir a sua consolidação.

Apresentados os principais marcos tecnológicos da evolução dos dados bibliográficos, a próxima subseção apresenta uma sistematização dos principais acontecimentos identificados nos períodos discutidos.

3.7 Marcos tecnológicos, instrumentos e estruturas dos catálogos e registros bibliográficos

A partir da análise pormenorizada realizada foram reunidos os principais pontos de cada período. Para isso foram levantados os marcos tecnológicos que influenciaram as mudanças no processo de elaboração dos dados bibliográficos, os instrumentos de padronização, a estrutura dos catálogos resultantes dessas mudanças e, ainda, quais as principais alterações em relação aos dados contidos nos registros bibliográficos. O Quadro 1 apresenta o resultado dessa síntese.

Quadro 1 – Marcos da evolução dos registros e dos dados bibliográficos à luz das tecnologias

Período	Principais marcos tecnológicos	Instrumentos de padronização	Estrutura dos catálogos	Estrutura dos registros bibliográficos
Primeiros recursos bibliográficos	Criação de suportes para o registro da informação como papel, tabuletas de argila e papiro.	Não existentes ou rudimentares.	Manuscritos utilizando-se dos suportes disponíveis, visando inventariar a coleção das bibliotecas.	Inconsistentes, elaborados de acordo com o catalogador, refletindo a organização física das bibliotecas e a descrição do estado de conservação do item. Foco na representação dos proprietários e do escriba e não do autor.

Período	Principais marcos tecnológicos	Instrumentos de padronização	Estrutura dos catálogos	Estrutura dos registros bibliográficos
Período tipográfico	Desenvolvimento da imprensa, aprimoramento dos recursos bibliográficos, inclusão de página de rosto e outros elementos estruturantes.	início das primeiras tentativas de padronização, abrangendo iniciativas para a criação de regras para a catalogação local, estabelecimento do primeiro código nacional de catalogação.	Catálogos no formato de livro impresso, e introdução dos primeiros catálogos em formato de ficha.	Dados relacionados com a estrutura física e administrativa das bibliotecas, informações sobre a localização dos recursos, seus doadores e estado físico. Maior atenção aos dados dos autores e inclusão de dados que permitam diferenciar versões de uma mesma obra, como traduções e edições.
Período tradicional	Aprimoramento das técnicas de impressão, multiplicação de traduções e de edições das obras. Primeiros processos de mecanização.	Primeiros códigos e princípios formais de catalogação, ainda de responsabilidade de indivíduos, criação de códigos, institucionais e nacionais.	Impressos em formato de livro, organizados por autor, título ou catálogo dicionário. Proliferação dos catálogos em ficha, com atualização mais constante e a possibilidade de duplicação das fichas, viabilizando a criação de diferentes arranjos em uma mesma biblioteca e distribuição das fichas, levando a busca pela catalogação compartilhada.	Formalização dos tipos de dados presentes em um registro. Remissivas direcionando 1) de um autor para outro correlato, 2) de um autor para as suas obras e 3) de uma obra para outra correlata. Dados sobre impressão e edição. Dados registrando a fonte de informação consultada. Criação de registros de autoridade e estabelecimento de diferentes níveis de descrição.
Início da mecanização	Fitas magnéticas e tecnologias computacionais.	Estabelecimento de códigos institucionais, colaborativos e nacionais em detrimento dos códigos de autoria individual. Estabelecimento de princípios internacionais. *Criação do formato <i>MARC</i> .	Ampliação do uso dos catálogos em ficha em detrimento dos catálogos em livro, fomentado principalmente pelo serviço de distribuição de fichas da <i>LC</i> . Início da utilização de catálogos automatizados, com registro em fitas magnéticas.	Estabelecimento dos pontos de acesso de autor e de título para à identificação dos registros. Destaque para a granularidade nos códigos de catalogação. Dados registrados em um formato computacional, com campos criados para a inserção de cada tipo de dado.

Início do uso dos computadores e da Web	Ampliação do uso de computadores, desenvolvimento da internet e do ambiente <i>Web</i> .	Internacionalização dos códigos de catalogação, estabelecimento da <i>ISBD</i> e do <i>AACR2</i> , e <i>MARC21</i> como padrão internacional para o intercâmbio de recursos bibliográficos.	Catálogos automatizados e posteriormente, <i>OPACs</i> .	Formalização internacional dos dados que devem estar presentes em um registro. Estabelecimento de estrutura, pautada em pontuações, para permitir a delimitação do espaço que deve ocupar cada tipo de dado. Conversão de determinados dados – como os pontos de acesso e as remissivas – ao formato de <i>hiperlink</i> , facilitando a navegação entre registros.
O contexto do <i>Linked Data</i>	Buscas por melhoria no processo de recuperação da informação disponível na <i>Web</i> . Desenvolvimento de tecnologias semânticas e proposta do <i>Linked Data</i> .	Elaboração do RDA, BIBFRAME e IFLA LRM.	Catálogos enriquecidos com fontes diversas, por meio da ligação, e recuperáveis por meio dos buscadores da <i>Web</i> .	As unidades básicas dos catálogos tornam-se os dados, que podem ser estruturados em RDF, representados por meio de vocabulários controlados e com ligação entre fontes diversas.

Fonte: Autores (2022).

4. Considerações finais

Essa pesquisa teve como objetivos iniciais: 1) conceituar o termo “dado bibliográfico” e termos correlatos; 2) estabelecer as relações entre dados bibliográficos, tecnologias e a inovação; e 3) apresentar a evolução dos dados bibliográficos ao longo da história.

Atendeu-se o primeiro objetivo na seção 2, ao traçar a relação entre os dados bibliográficos e termos correlatos, que pode ser sistematizada por meio da seguinte definição: os dados bibliográficos são a unidade básica da representação da forma e do conteúdo de um **recurso informacional** e das entidades a ele relacionadas, realizada no âmbito do **universo bibliográfico**, produto e objeto de estudo da **Catálogo Descritiva**, armazenado e acessados por meio dos **catálogos bibliográficos**, pautado na utilização de **formatos e padrões** que garantem a sua consistência.

Já os objetivos de estabelecer as relações entre dados bibliográficos, tecnologias e a inovação e apresentar a evolução dos dados bibliográficos ao longo da história foram atingidos por meio da seção 3, onde é possível observar que a trajetória evolutiva dos dados e dos registros bibliográficos sempre esteve atrelada ao desenvolvimento tecnológico vigente em cada momento utilizando-se de aspectos da inovação, para que pudessem atender as necessidades informacionais de cada período.

Conclui-se que os avanços tecnológicos influenciaram e influenciam as mudanças nas formas de armazenamento, nos instrumentos de padronização e ainda da própria estrutura dos dados bibliográficos, já que para atender as necessidades informacionais do contexto tecnológico vigente, caracterizado pelo uso massivo do ambiente *Web* e pelo estabelecimento de princípios e tecnologias para otimização da recuperação desses documentos nesse ambiente, passa-se a exigir maior granularidade e complexidade desses dados.

Agradecimentos

Agradecemos à Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP) pelo financiamento recebido para o desenvolvimento dessa pesquisa.

Referências bibliográficas

ALMEIDA, Milene Rosa de

2015 *Padrão de descrição de informação: avaliação da capacidade representacional de bens materiais*. 2015.
Tese de doutorado em Ciência da Informação - Universidade Federal de São Carlos.

ALVES, Rachel Cristina Vesú

2010 *Metadados como elementos do processo de catalogação*. 2010.
Tese de doutorado em Ciência da Informação - Universidade Estadual Paulista.

ARAKAKI, Felipe Augusto; SIMIONATO, Ana Carolina; SANTOS, Plácida Leopoldina Ventura Amorim da Costa

2017 Catalogação e tecnologia: interseções com a web semântica. *Informação@profissões*. [Em linha]. 6:2 (2017) 3-19. Doi: <http://dx.doi.org/10.5433/2317-4390.2017v6n2p03>.

ASSUMPCÃO, Fabrício Silva

2018 *Modelo para a publicação de dados de autoridade como linked data*. 2018.
Tese de Doutorado em Ciência da Informação - Universidade Estadual Paulista.

ASSUMPCÃO, Fabrício Silva; SANTOS, Plácida Leopoldina Ventura Amorim da Costa; ZAFALON, Zaira Regina

2017a O Controle de autoridade no universo bibliográfico: os catálogos digitais. *Biblios*. [Em linha]. 1:68 (2017) 21-33. Doi: <https://doi.org/10.5195/biblios>.

ASSUMPCÃO, Fabrício Silva; SANTOS, Plácida Leopoldina Ventura Amorim da Costa; ZAFALON, Zaira Regina

2017b O Controle de autoridade no universo bibliográfico: os catálogos em livros e em fichas. *Biblios*. [Em linha]. 1:67 (2017) 84-98. Doi: <http://dx.doi.org/10.5195/biblios.2017.342>.

BARBOSA, Alice Príncipe

1978 *Novos rumos da catalogação*. [Brasil]: Bng/Brasilart, 1978.

CASTRO, Fabiano Ferreira de

2020 Catalogação Descritiva: necessidade de revisão em suas bases teórico-conceituais? *Informação & Informação*. 25:3 (2020) 107-134.

CASTRO, Fabiano Ferreira de

2012 *Elementos de interoperabilidade na catalogação descritiva: configurações contemporâneas para a modelagem de ambientes informacionais digitais*. 2012. Tese de doutorado - Universidade Estadual Paulista.

CASTRO, Fabiano Ferreira de

2008 *Padrões de representação e descrição de recursos informacionais em bibliotecas digitais na perspectiva da Ciência da Informação: uma abordagem do marcont initiative na era da web semântica*. 2008. Dissertação de mestrado - Universidade Estadual Paulista.

CLARKE, Rachel Ivy

2014 Breaking records: the history of bibliographic records and their influence in conceptualizing bibliographic data. *Cataloging & Classification Quarterly*. Em linha]. 53:3-4 (2014) 286-30. Doi: <https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/01639374.2014.960988>.

CORRÊA, Rosa Maria Rodrigues

2008 *Catalogação descritiva no século XXI: um estudo sobre o RDA*. 2008. Dissertação de mestrado - Universidade Estadual Paulista.

DECLARAÇÃO DOS PRINCÍPIOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO

2016 *Declaração dos Princípios Internacionais de Ctalogação*. [Em linha] 2016. Disponível em: https://www.ifla.org/files/assets/cataloguing/icp/icp_2016-pt.pdf.

DUMER, Luciana

2019 *Representação descritiva da informação em bibliotecas: um estudo dos formatos de intercâmbio*. 2019. Dissertação de mestrado - Universidade Federal da Paraíba.

FARIA, Cleide Vieira de

2018 *Premissas normativas para construção da política de catalogação em RDA: estudo de caso no sistema de bibliotecas da UFMG*. 2018. Tese de doutorado - Universidade Federal de Minas Gerais.

FUSCO, Elvis

2010 *Modelos conceituais de dados como parte do processo da catalogação: perspectiva de uso dos FRBR no desenvolvimento de catálogos bibliográficos digitais*. 2010. Tese de doutorado - Universidade Estadual Paulista.

JESUS, Ananda Fernanda de

2021 *Recomendações teórico-metodológicas para a publicação de dados bibliográficos abertos e conectados*. 2021. Dissertação de mestrado - Universidade Federal de São Carlos.

GARRIDO ARILLA, María Rosa

1999 *Teoría e historia de la catalogación de documentos*. Madrid: Editorial Síntesis. 1999.

IFLA

2009 *Requisitos funcionais dos registos bibliográficos: relatório final*. Lisboa: Biblioteca Nacional de Portugal, 2009.

LIMA, Gercina Ângela Borém

2007 A Transmissão do conhecimento através do tempo: da tradição oral ao hipertexto. *Revista Interamericana de Bibliotecología*. 30:2 (2007) 275-285.

LOURENÇO, Cíntia Azevedo

2020 Novas tendências em catalogação: o novo paradigma da catalogação a partir da modelagem conceitual. *Perspectivas em Ciência da Informação*. 1:25 (2020) 150-167.

MACHADO, Raildo de Sousa; STORTI, Vivian Rosa; ZAFALON, Zaira Regina

2018 *Inovação na ciência da informação: análise da produção científica*. São Carlos: Seminário de Inovação, Informação e Sociedade, 2018.

MACHADO, Raildo de Sousa; ZAFALON, Zaira Regina

2019 *Panizzi, Cutter, Lubetzky, Jewett e Ranganathan e as relações com o RDA: princípios teóricos da catalogação descritiva*. Florianópolis: Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação, 2019.

ORTEGA, Cristina Dotta

2011 Do princípio monográfico à unidade documentária: exploração dos fundamentos da catalogação. *Liinc em Revista*. 7:1 (2011) 43-60.

ORTEGA, Cristina Dotta

2009 *Os Registros de informação dos sistemas documentários: uma discussão no âmbito da representação descritiva*. 2009.
Tese de doutorado - Universidade de São Paulo.

SALGADO, Denise Mancera

2015 *O Controle de autoridade sob a norma RDA: análise da aplicação e implicações na construção de registros de autoridade*. 2015.
Dissertação de mestrado - Universidade de São Paulo.

SANTOS, Marcelo Nair dos

2019 *Fundamentos estruturais do registro bibliográfico: revisitando a compreensão de Seymour Lubetzky sobre a entrada principal representativa da obra e sua manifestação*. 2019.
Tese de doutorado - Universidade Federal de Minas Gerais.

SILVEIRA, Naira Christofolletti

2013 *A Trajetória da autoria na representação documental*. 2013
Tese de Doutorado - Universidade de São Paulo.

SERRA, Liliana Giusti [et al.]

2018 Os Princípios da descrição e os formatos MARC 21 e ONIX. *Ciência da Informação*. [Em linha]. 2:46 (2018) 51-66. Doi: <https://doi.org/10.18225/ci.inf.v46i2.2327>.

SERRA, Liliana Giusti; SANTARÉM SEGUNDO, José Eduardo

2017 O Catálogo da biblioteca e o *linked data*. *Em Questão*. 23:2 (2017) 167-185.

W3C INCUBATOR GROUP

2011 *Library linked data group: final report*. [Em linha]. 2011. Disponível em: <https://www.w3.org/2005/Incubator/IDAC/>.

Ananda Fernanda de Jesus | af.jesus@unesp.br

Universidade Estadual Paulista (UNESP), Brasil

Fabiano Ferreira de Castro | fabianocastro@ufscar.br

Universidade Federal de São Carlos (UFSCAR), Brasil

Apêndice A

Quadro contendo os documentos nos quais pelo menos uma seção foi dedicada à análise da evolução cronológica dos dados bibliográficos e conceitos correlatos. As referências listadas compuseram o *corpus* teórico geral do estudo, não se limitando apenas aos documentos citados no artigo.

Autor	Título	Tipo de documento
CASTRO (2020)	Catálogo descritiva: necessidade de revisão em suas bases teórico conceituais?	Artigo
LOURENÇO (2020)	Novas tendências em catalogação: o novo paradigma da catalogação a partir da modelagem conceitual	Artigo
DUMER (2019)	Representação descritiva da informação em bibliotecas: um estudo sobre os formatos de intercâmbio	Dissertação
HOLANDA; LOURENÇO (2019)	Percepção da RDA para implementação nas bibliotecas da Universidade Federal de Minas Gerais	Artigo
SANTOS (2019)	Fundamentos estruturais do registro bibliográfico: revisitando a compreensão de Seymour Lubetzky sobre a entrada principal representativa da obra e sua manifestação	Tese
MACHADO; ZAFALON (2019)	Panizzi, Cutter, Lubetzky, Jewett e Ranganathan e as relações com o RDA: princípios teóricos da catalogação descritiva	Artigo
DUMER; ALBUQUERQUE (2018)	Representação descritiva da informação em bibliotecas: um estudo sobre os formatos de intercâmbio	Artigo
FARIA (2018)	Premissas normativas para construção da política de catalogação em RDA: estudo de caso no sistema de bibliotecas da UFMG	Dissertação
SANTOS (2018)	Contribuições de Andrew Maunsell à catalogação: uma breve narrativa do cabeçalho bíblia	Artigo
AGANETTE; TEIXEIRA; AGANETTE (2017)	A Representação descritiva nas perspectivas do século XXI: um estudo evolutivo dos modelos conceituais	Artigo
ARAKAKI; SIMIONATO; SANTOS (2017)	Catálogo e tecnologia: interseções com a <i>Web</i> semântica	Artigo
ASSUMPÇÃO; SANTOS; ZAFALON (2017A)	O Controle de autoridade no domínio bibliográfico: os catálogos digitais	Artigo

ASSUMPCÃO; SANTOS; ZAFALON (2017B)	O Controle de autoridade no domínio bibliográfico: os catálogos em livros e em fichas	Artigo
SERRA ET AL. (2017)	Os Princípios da descrição e os formatos MARC 21 e ONIX	Artigo
SERRA; SANTARÉM SEGUNDO (2017)	O Catálogo da biblioteca e os Dados Abertos Conectados	Artigo
SILVA; SERRA; SANTARÉM SEGUNDO (2018)	O Orcid como aplicação de Dados Abertos Conectados no catálogo de bibliotecas	Artigo
SILVA ET AL. (2017)	O Código RDA e a iniciativa BIBFRAME: tendências da representação da informação no domínio bibliográfico	Artigo
SOUZA; BEZERRA (2016)	Descrição de recursos em uma estrutura de metadados pautada no modelo FRBR	Artigo
TOLENTINO; ORTEGA (2016)	A Descrição sob o ponto de vista da catalogação, da bibliografia e da catalogografia	Artigo
ASSUMPCÃO; SANTOS (2015)	Representação no domínio bibliográfico: um olhar sobre os formatos MARC 21	Artigo
GRINGS (2015)	Controle de autoridades na biblioteca nacional do Brasil: breve histórico e práticas atuais	Artigo
SALGADO (2015)	O Controle de autoridade sob a norma RDA: análise da aplicação e implicações na construção de registros de autoridade	Dissertação
SILVA; SILVA (2015)	Análise da descrição bibliográfica do inventário da primeira biblioteca pública de São Paulo	Artigo
SOUZA (2015)	Políticas para representação descritiva: ponderações para discussão	Artigo
TOLENTINO (2015)	A Técnica da descrição em catálogos e bibliografias: contribuição aos fundamentos da catalogação	Dissertação
ALMEIDA (2014)	Padrão de descrição de informação: avaliação da capacidade representacional de bens materiais	Dissertação
GODINHO; FARIA (2014)	Catalogação cooperativa: história, vantagens e desvantagens	Artigo
SOUZA; HILLESHEIM (2014)	Tratamento da informação e o uso das tecnologias da informação e comunicação	Artigo
BASTOS (2013)	A Interação do usuário com catálogos bibliográficos on-line: investigação a partir da teoria fundamentada	Tese

SILVEIRA (2013)	A Trajetória da autoria na representação documental	Tese
SOUSA; FUJITA (2012)	Do catálogo impresso ao <i>on-line</i> : alguns desafios para os profissionais bibliotecários	Artigo
TABOSA; PAES (2012)	Ferramentas tecnológicas na representação descritiva de documentos	Artigo
ARAÚJO (2011)	Catálogo da biblioteca: o objeto orientado ao usuário	Artigo
MORENO (2011)	Em busca dos objetivos bibliográficos : um estudo sobre catálogos	Tese
ORTEGA (2011)	Do princípio monográfico à unidade documentária: exploração dos fundamentos da catalogação	Artigo
ALVES (2010)	Metadados como elementos do processo de catalogação	Tese
FUSCO (2010)	Modelos conceituais de dados como parte do processo da catalogação : perspectiva de uso dos FRBR no desenvolvimento de catálogos bibliográficos digitais	Tese
CASTRO (2008)	Padrões de representação e descrição de recursos informacionais em bibliotecas digitais na perspectiva da ciência da informação: uma abordagem do marcont initiative na era da <i>Web</i> semântica	Dissertação
CORRÊA (2008)	Catalogação descritiva no século XXI : um estudo sobre o RDA	Dissertação
BAPTISTA (2006)	A Catalogação como atividade profissional especializada e objeto de ensino universitário	Artigo
MORENO; ARELANO (2005)	Requisitos funcionais para registros bibliográficos - FRBR: uma apresentação	Artigo
VILAN FILHO (1992)	Sistema de hipertexto para microcomputadores: uma aplicação em informação científica e tecnológica	Dissertação
FIUZA (1987)	A Catalogação bibliográfica até o advento das novas tecnologias	Artigo
PINTO (1987)	Catálogos e bibliografias: evolução histórica do trabalho de controle bibliográfico	Artigo
CAMPOS (1984)	Regras portuguesas de catalogação	Artigo
PEREIRA-MULLER (1984)	Normas de catalogação: brevíssima história e comparação	Artigo
FIUZA (1980)	Funções e desenvolvimento do catálogo: uma visão retrospectiva	Artigo

A USABILIDADE DE FERRAMENTAS DE INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL COMO ESTRATÉGIA DE DIVULGAÇÃO DE COLEÇÕES PARTICULARES EM BIBLIOTECAS PÚBLICAS

THE USABILITY OF ARTIFICIAL INTELLIGENCE TOOLS AS A DISSEMINATION STRATEGY OF PRIVATE COLLECTIONS IN PUBLIC LIBRARIES

Di Yvis Téó Calumby Bezerra | Mayara Costa Pinheiro | Murilo Fonseca Baia

<https://doi.org/10.21747/21836671/pag19a11>

Resumo: O artigo pretende identificar formas de disseminar informações contidas em coleções particulares existentes em bibliotecas públicas. Nosso objetivo é levantar ferramentas que utilizam Inteligência Artificial (IA) para automação de Histórias em Quadrinhos, por forma a viabilizar e a disseminar o histórico e conteúdos referentes a essas coleções, que estão presentes nas bibliotecas públicas, de modo que os usuários dessas unidades de informação conheçam a origem e a construção de quaisquer dessas coleções através da prática do colecionismo e táticas de *storytelling*. O método utilizado nesta pesquisa consiste em uma revisão de literatura de 2000 a 2022, no mecanismo de busca Google Scholar; dos 66.030 documentos encontrados, 14 foram incluídos. Constatamos que a automação de histórias em quadrinhos é um tema muito rico, com contribuições valiosas para a área da Ciência da Informação.

Palavras-chave: Automação; Coleção particular; Inovação; *Storytelling*.

Abstract: The article intends to identify ways of disseminating information contained in private collections existing in public libraries. Our goal is to raise tools that use Artificial Intelligence (AI) for the automation of Comics, in order to enable and disseminate the history and contents related to these collections that are present in public libraries, so that the users of these information units know the origin and the construction of these collections through the practice of collecting and storytelling tactics. The method used in this research consists of a literature review from 2000 to 2022, in the Google Scholar search engine; of the 66,030 documents found, 14 were included. We found that the automation of comics is a very rich topic, with valuable contributions to the area of Information Science.

Keywords: Automation; Private collection; Innovation; Storytelling.

1. Introdução

As coleções particulares reúnem itens e obras de uma pessoa ou entidade que representam parte do contexto onde ela estava inserida, preservam a memória, além de contar um pouco do histórico de interesses do colecionista. Esses acervos nem sempre recebem a atenção necessária por parte dessas bibliotecas, no que tange à difusão dessas informações e conteúdos ao público. A situação em questão, acentua-se no ambiente de Bibliotecas Públicas (BP), não apenas pelo perfil de usuários da BP, que é variado e por isso se deve fazer uma adequada disseminação, mas por questões financeiras ou às vezes pela indisponibilidade de material humano qualificado. Neste trabalho busca-se encontrar a usabilidade de uma ferramenta poderia viabilizar a divulgação, a disseminação e o *marketing* dessas coleções por meio de Histórias em Quadrinhos (HQ), na medida em que necessitaria de menos pessoas para desenvolver o processo e o realizar de maneira ágil.

A utilização de HQ como ferramenta de divulgação das informações de uma coleção se fundamenta na questão das HQ serem uma forma de entretenimento bem aceita nas mais diversas faixas etárias, o que acaba por tornar a assimilação e absorção dessas informações mais rápida. Nesse sentido, o *storytelling* – processo criativo em que o resultado é uma história (ou seja, uma mensagem, um conjunto de signos) que, após elaborada, torna-se um objeto do processo de comunicação do autor – é uma prática viável devido a possibilidade de criar e narrar histórias utilizando técnicas de escrita e roteiro para passar uma mensagem de forma mais atraente. Assim, inferimos que esse processo criativo conversa com a ideia da HQ.

A leitura de uma HQ infere na criação de uma história e seus benefícios estão em instruir e divertir quem as lê, proporcionando uma leitura mais prazerosa, por se utilizar da junção texto-imagem, com a predominância de uma linguagem simples, que ajuda no desenvolvimento psicológico e moral, atuando na manutenção da saúde mental, ampliando o vocabulário e o mundo de ideias e desenvolvendo desta forma o estímulo da linguagem e do pensamento. Além disso, trabalha a atenção, a memória e a reflexão, despertando a sensibilidade e a descoberta da identidade e desenvolvendo funções cognitivas para o pensamento como comparação, raciocínio lógico, etc. (CARDOSO e FARIA, 2016). Além de estimular a imaginação, criatividade, desenvolvendo a cognição, e de ser elemento importante na alfabetização, de acordo com Silva e Freitas (2012) a contação de histórias também possibilita a interação, a participação e a inserção social.

Nesse sentido, as tecnologias de Informação e Comunicação são meios indispensáveis para propagar, aprimorar e automatizar uma história aliada às inúmeras aplicações da Inteligência Artificial (IA), perceptíveis na narrativa, geração de texto para imagens, de emoções, de cenários, entre outros. Viabilizam um caminho diferenciado e motivador para as pessoas conhecerem e se informarem. O aspecto geral do estudo se desmembra da literatura sobre *Automated Story Generation* (ASG) com um amplo corpo de conhecimento, recuperamos inúmeros estudos e autores sobre a temática. Dentre eles, identificamos com contribuições relevantes a autora Lara J. Martin, pós-doutora na Universidade da Pensilvânia, que ensina e publica sobre ASG, além de trabalhar com a IA centrada no ser humano com foco na Linguagem Natural. E o The Story Telling Laboratory¹ do Grupo Natural **I** nteraction based on **L** anguage (NIL) da Universidad Complutense de Madrid.

Desse modo, nosso **problema** fundamenta-se no contexto em que são armazenadas quaisquer coleções particulares, que possuem como uma das características, a restrição de acesso ao público, ocasionando por vezes o desconhecimento das informações contidas nas coleções. Além de que podemos encontrar coleções que não estão indexadas e classificadas em um sistema. Outro fato que ocorre em algumas coleções particulares é a existência da sua formação e o ruído da informação, acarretando em uma forma de omissão das informações da coleção, ou seja, não são divulgadas e com isso não são disseminadas, como consequência o uso pelos usuários é inefetivo.

¹ <http://nil.fdi.ucm.es/?q=research/storytelling>.

Nossa **pergunta de pesquisa** se baseia em como divulgar uma coleção particular, inserida em uma Biblioteca Pública, utilizando ferramentas de IA para criação automatizada de Histórias em Quadrinhos. Assim, como forma de diminuir o ruído em coleções particulares, disseminá-las, além de as tornar mais atrativas e possibilitar o uso da informação por parte dos usuários, nosso **objetivo** é propor uma forma de divulgar qualquer coleção particular aos usuários que frequentam uma Biblioteca Pública para disseminar as informações de coleção. Com isso pretende-se levantar ferramentas que utilizam IA para automação de HQ. Para isso, nossa **metodologia** consiste em uma revisão de literatura de 2000 a 2022, no mecanismo de pesquisa Google Scholar, que visa ter o objetivo descritivo, a abordagem qualitativa, e a natureza básica para.

2. Gestão do conhecimento em organizações

A gestão do conhecimento (GC) ou *Knowledge Management* (KM) tem relação direta com a gestão estratégica, a teoria das organizações, o sistema de informação e a gestão da tecnologia nas organizações, e pode-se afirmar ainda que, com às áreas mais tradicionais, como a economia, a sociologia, a psicologia, o *marketing*, entre outros campos do conhecimento (SOCIEDADE..., 2013, *não paginado*). Vale ressaltar que a GC é considerada um fenômeno complexo e multifacetado e nas últimas décadas, dada a intensificação da globalização, ganhou *status* universal, com seu uso aplicado a qualquer organização. Seu objetivo é, basicamente, trabalhar o conhecimento individual em conhecimento organizacional aperfeiçoando produtos e serviços (SOUSA e BERNARDINO, 2017).

Há algumas décadas o tema vem sendo discutido tanto por autores como Nonaka e Takeuchi (1997, 2008), Davenport e Prusak (1998), Terra (2000), Duarte (2003), Valentim (2008), Carvalho (2012) e outros. Pode-se afirmar que a GC “[...] visa extrair o conhecimento individual dos colaboradores e transformá-lo em conhecimento organizacional, tendo como objetivo maior o alcance de inovação e vantagem competitiva” (SOUSA, 2017:99). O conceito de GC é abordado como um conjunto de práticas e técnicas que visam coletar, armazenar e organizar o conhecimento para se alcançar vantagens competitivas no mercado, possuindo um relacionamento estreito com dados, informação e conhecimento. No mesmo sentido, Barbosa, Sepúlveda e Costa (2009:14), dizem que trata-se de “um conjunto de processos por meio dos quais as organizações buscam, organizam, disponibilizam, compartilham e usam a informação e conhecimento com vistas à melhoria do seu desempenho”.

Nessa perspectiva, é necessário abordar os termos e suas significâncias para compreender o processamento cíclico de gerenciar conhecimentos nas organizações e não gerar confusões interpretativas. A GC tem uma interdisciplinaridade entre a ciência da informação e a administração, uma vez que estas buscam aplicar um conjunto de técnicas para gerenciar o conhecimento produzido interno e externo a organização, e tácito e explícito dos colaboradores (GASPAR *et al.*, 2016). Destarte, a GC está associada a diversos processos cuja finalidade é garantir o surgimento de ideias inovadoras através dos potenciais individuais e coletivos para se alcançar eficiência (GUITIÁN e DANTE, 2016).

3. Bibliotecas públicas propiciando o conhecimento através da disseminação de informações

Pode-se afirmar que a biblioteca pública é um local de informação e conhecimento. Como essa biblioteca irá disponibilizar a informação e garantir a geração de conhecimento é uma decisão de gestão. O cenário da informação na sociedade atual, sob os auspícios da chamada sociedade da informação, aponta para uma universalização do conhecimento, pautado nos alicerces tecnológico e social. Isto significa relevante avanço para a área de informação e, com isto, é crucial que a sociedade, em seus mais diversos segmentos de atuação, possa consolidar uma política que garanta ao cidadão o acesso à informação e ao conhecimento. Neste sentido, a biblioteca pública como uma instituição que produz, processa, armazena e dissemina a informação e que atua no contexto social, político, econômico, comunicacional e profissional, pode e deve construir uma política de atuação local, voltada para o estabelecimento de relações entre a comunidade e a biblioteca. Essa relação garantirá a interação entre o conhecimento armazenado e disposto no acervo físico ou não da biblioteca e a sua comunidade usuária.

O conceito de biblioteca pública está sempre associado a uma instituição mantida pelos governos federal, estadual ou municipal. Almeida Júnior defende que três características básicas a diferenciam de outras bibliotecas: o fato de ser mantida integralmente pelo Estado, com funções específicas e com a intenção de atender a toda a sociedade (ALMEIDA JÚNIOR, 2003:66).

Sob a ótica da Fundação Biblioteca Nacional,

[...] a biblioteca pública é o espaço privilegiado do desenvolvimento das práticas leitoras, e através do encontro do leitor com o livro forma-se o leitor crítico e contribui-se para o florescimento da cidadania (BRASIL, 2010:17).

A International Federation of Library Associations and Institutions (IFLA), em conjunto com a Unesco, lançou em 1994 uma edição atualizada do *Manifesto da IFLA/Unesco sobre Bibliotecas Públicas*, no qual afirma que “a biblioteca pública é o centro local de informação”, portanto deve tornar acessíveis informações de interesse da comunidade, ou seja, do seu público (IFLA, 1994:2). Para Cunha *et al.* (2005:69), o conceito de biblioteca pública está intrinsecamente ligado à informação e à comunicação. A autora defende que: “a biblioteca pública tem a informação como seu objeto de trabalho e a comunicação como processo contínuo do fazer bibliotecário”. Hoje, novas demandas da sociedade exigem atualização contínua do conceito de biblioteca pública e do modo de agir de seus profissionais, para que, tanto as funções básicas e as tradicionais sejam cumpridas, quanto as que surgem em função das transformações da sociedade, apontando-se para uma integração maior com a comunidade local, seus valores e necessidades.

Uma biblioteca pública é um centro de informações atuando permanentemente, atendendo à demanda da população, estimulando o processo contínuo de descobrimento e produção de novas obras, “organizando a informação para que todo ser humano possa usufruí-la” (MILANESI, 1986:15). Ainda afirma:

Como um centro de informação, a biblioteca por definição será um instrumento de desordem. Isso, desde que não exista um filtro que censure a informação que contradiga a ordem. A biblioteca, tendo em seu acervo

múltiplos discursos que se desdobram ao infinito, não dá uma direção, mas propõe alguns caminhos, deixando ao indivíduo a tarefa de avaliar e decidir (MILANESI, 1986:25).

Conforme Gomes,

A biblioteca é uma agência social de natureza complexa. Criada por uma instituição para servir-lhe de instrumento de ação, e moldada pelos padrões da estrutura social. Por outro lado, é o repositório e um dos meios de difusão das experiências culturais desenvolvidas nos níveis adaptativo, associativo e ideológico que determinam aqueles padrões. Por sua condição singular, liga-se aos sistemas básicos da estrutura social, numa contínua interdependência, que nem sempre se dá de forma equilibrada e satisfatória (GOMES, 1981:8).

As bibliotecas públicas têm um papel importante no processo de disseminação da informação, tornando-a acessível, possibilitando, assim, seu uso em diferentes níveis sociais, sem distinção de raça, credo, nacionalidade ou condição social. “Não importa o quanto de informação esteja disponível ao alcance de um indivíduo ou de uma sociedade – se ela não é usada, torna-se inútil” (SARACEVIC e WOOD, 1981:12-13). Informação é algo que pode ser encontrado em qualquer lugar, desde que a ela sejam atribuídos significados. Para Davenport e Prusak (1998), informação é uma mensagem, geralmente sob a forma de documento, ou uma comunicação audível ou visível. Entretanto, no processo bibliotecário, a informação é utilizada como um processo que transmite conhecimento de quem a detém para quem deseja adquiri-la, sendo que esse processo só será bem-sucedido se houver uma boa comunicação entre o bibliotecário e o usuário, já que a informação é tanto o início quanto o fim desse processo. Para Buckland (1991:351), a noção de informação como redutora de incertezas pode ser vista como um caso especial de “informação como conhecimento” que o autor destaca como a fase de intangibilidade da informação, ou seja, quando ela não pode ser nem tocada, nem medida, ela é um estado. A biblioteca pública como provedora de informação deve se ater às necessidades informacionais da comunidade de usuários que atende. Sua função é ser geradora de conhecimentos, através da oferta de informação, na medida em que a informação e o conhecimento caminham juntos, tornando-se, assim, uma fonte de conhecimento que propicia a inclusão social e a prática da cidadania.

Na contemporaneidade uma outra demanda se instala com a sociedade marcada pela permanente necessidade, busca e uso da informação. A biblioteca pública há de estar preparada para oferecer não apenas a informação registrada na forma impressa, mas incluir a eletrônica e a digital, em especial a Internet, pela amplitude de recursos que representa. (CUNHA *et al.*, 2005:7).

A biblioteca pública assumiu muitos papéis perante a atual sociedade, sendo um espaço gratuito de disseminação da informação, que deve prover informação da melhor forma possível, buscando sempre atender as necessidades do usuário. É da biblioteca que sai a informação para tentar suprir a carência informacional de seus usuários e é através disso que se poderá ter a construção do conhecimento, peça-chave para a mudança de uma sociedade.

3.1. Coleções particulares em bibliotecas públicas

É preciso esclarecer que o termo coleção designa, de maneira ampla e genérica, a reunião de objetos de uma mesma natureza, compilação ou ajuntamento. Pedrão e Murguia (2013:397), em artigo que versa sobre Bibliotecas a partir da perspectiva do colecionismo, afirmam que as coleções geralmente reúnem objetos que têm um valor representativo, o qual extrapola seu sentido original. Se um livro é um objeto que se compra e vende, sendo, a princípio, tão somente destinado à leitura, no interior de uma coleção esse livro, ao lado de outros, é portador de um novo significado, em que se acresce o valor sentimental, representando memórias e momentos de vida (PEDRÃO e MURGUIA, 2013). Por essa razão, uma coleção pode ser considerada um “conjunto de registros, seja de lugares passados, momentos ou pessoas que constituem a história do colecionador” (PEDRÃO e MURGUIA, 2013:397), estando, por consequência, carregada de história. História de quem?, poder-se-ia perguntar. História de um indivíduo e, no caso que nos interessa em particular, de um escritor. Agindo como uma extensão de sua personalidade ou, diríamos, de seus interesses e preferências, projeta-se para o futuro, na medida em que aquele que coleciona pretende se perpetuar, deixando um legado que ultrapassa sua própria morte. Em artigo acerca do colecionismo, Krüger enfatiza que, ao entrar no interior de uma coleção, o livro (ou qualquer outro objeto) é resignificado, seu valor mercadológico dá lugar à sua negação, pois a coleção, afirma, “não tem preço”, razão pela qual rompe o ciclo do capital (KRÜGER, 2014:73).

As bibliotecas particulares podem caracterizar a particularidade, a identidade do titular da coleção como escreveu Manguel (2006:162): “Toda biblioteca é autobiográfica”. Estas coleções podem revelar a mentalidade da época, a autobiografia do colecionador, os rastros que vinculam as obras, não como aglomerado de livros dispersos, mas um conjunto que os tornou grandes autores e foi considerá-los como leitores, de seu tempo e de sua época, o que aparece na relação dos livros com o seu tempo histórico e autobiográfico. Para Azevedo *et al.* (2018:5), são coleções que se configuram como recortes de uma vida, ou coleções transgeracionais, e como tais, repletas de memórias e metáforas. Segundo Cândido (1990:82) essas bibliotecas como objeto de estudo são “instrumento útil para investigar a formação das mentalidades num dado momento histórico”.

As bibliotecas particulares são importantes fontes de pesquisa e representam uma abrangência inesgotável de investigação bibliográfica de interesse científico, literário, cultural e artístico, cada uma abrange um universo do conhecimento particular de seu dono, conforme o interesse intelectual ou artístico do proprietário. Estas bibliotecas agregam materiais diversos, guardados ao longo de uma vida, objetos além de livros (materiais bibliográficos), objetos pessoais que representam não somente a experiência individual, mas do grupo social em que ele, o proprietário, está ou estava inserido. Segundo Antônio Cândido (1990) é possível fazer um levantamento histórico da mentalidade de uma época,

[...] o estudo das coleções formadas por compra ou doação de bibliotecas pessoais, que chegaram íntegras, com a sua fisionomia própria, sendo mantidas assim em vez de se dissolverem no todo. Por quê? Porque o estudo de tais coleções vem a ser um instrumento útil para investigar a formação das mentalidades num dado momento histórico. A evolução da cultura de um homem se evidencia nos livros que leu. Através desta cultura é possível

esclarecer a história intelectual de um período, pois a formação de uma biblioteca equivale geralmente à superposição progressiva de camadas de interesse, que refletem a época através da pessoa. (CÂNDIDO, 1990:82).

As coleções particulares de importantes personalidades intelectuais, escritores, artistas, magistrados e políticos são de grande interesse para as instituições públicas e privadas que se ocupam com o conhecimento científico, cultural, literário e artístico; com o desenvolvimento social; e com a memória social. Para Rodrigues (2009:174-175), estes acervos contribuem “para um melhor entendimento do universo cultural e social em que estes se inserem”. Devemos levar em consideração que tais bibliotecas transportadas para um acervo de acesso público serão vistas e lidas com os olhos de outras gerações que interpretarão o conjunto do acervo com outras perspectivas e gerando novos conhecimentos. Estas bibliotecas em geral se constituem de materiais diversos quando chegam completas na íntegra com livros, revistas, cartas, fotografias, recortes de jornais, correspondências, manuscritos, etc., o que as torna mais ricas e especiais e oferecem mais possibilidades de pesquisa e para descobertas de particularidades desconhecidas do passado.

A importância de se preservar acervos bibliográficos e documentais é sua função social para a memória de uma instituição, região e país. Segundo Chagas (2002:21), arquivos, e bibliotecas são locais onde são reunidos e preservados bens culturais de valor histórico e informativo. A escolha para que a preservação de bibliotecas particulares ocorra nas universidades mostra-se extremamente adequada, pois favorece com isso estudos de acervos de escritores que hoje seria uma das mais eficientes maneiras de recuperar o contexto em que o artista produziu sua obra (COMITTI, 2000).

4. Inteligência Artificial e geração automática de histórias

4.1. Inteligência Artificial

A Inteligência Artificial (IA) embora possua uma série de definições, ainda não tem nenhuma que seja adotada como consenso. Mas percebemos que os estudos em IA criaram um campo abrangente de pesquisa que inclui “algoritmos de pesquisa, gráficos de conhecimento, processamento de linguagem natural, sistemas experientes, algoritmos de evolução, *Machine Learning* (ML), *Deep Learning* (DL), e assim por diante” (XU *et al.*, 2021:3, tradução nossa). As pesquisas desenvolvidas indicam uma espécie de uma cronologia da IA, sendo exemplificada na Fig. 1, que representa o esquema gráfico de Santarém Segundo (2021) do qual seu intuito é em exibir uma “linha do tempo para melhor compreensão das técnicas, conceitos e tecnologias envolvidas pela aplicação da IA”.

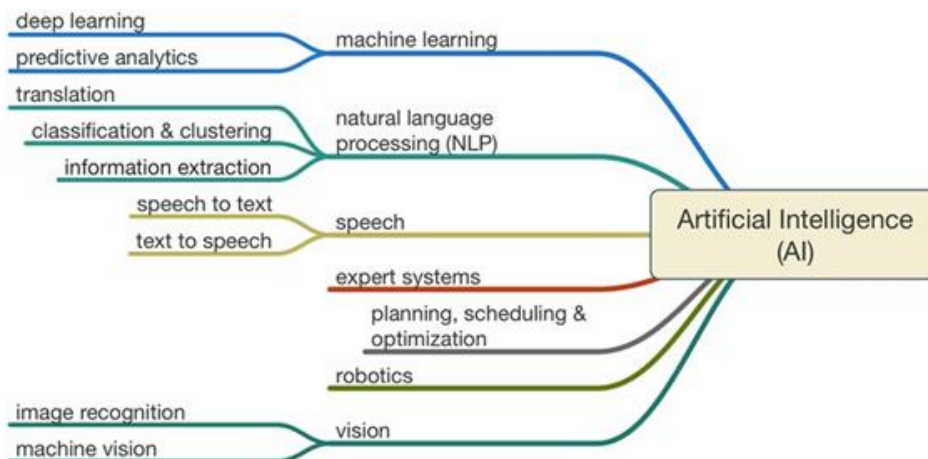
Fig. 1 – Linha do tempo da IA



Fonte: Santarém Segundo, 2021:49.

A definição que podemos considerar, no quesito de possibilitar o entendimento dos processos, é a que se refere a automação do raciocínio computacional para simular atividades lógicas visando a autonomia ou o mínimo de interferência humana, embora não seja tão claro quando se tem uma solução em IA, devido às inúmeras atividades que desempenha para possuir alguma autonomia. A melhor forma de compreender é pelas possibilidades de atuações, ferramentas e soluções. Que conforme Villanueva e Salenga (2018), desmembra-se em *Machine Learning*, *Natural Language Processing*, *Speech*, *Experts Systems*, *Vision Computing* e *Robótica*. Porém, ainda podemos ter agentes inteligentes.

Fig. 2 – Campos da IA



Fonte: Villanueva e Salenga (2018:2).

De modo geral, as obras que tratam sobre a IA têm assumido como ponto de partida o artigo de Alan Turing de 1950, como um dos marcos que impulsionam o surgimento de diversos outros estudos, eventos a respeito de máquinas inteligentes, capazes de tomar decisões com base nos dados. Assim, ele é entendido como o começo das investigações no campo. O surgimento de algoritmos inteligentes estimulou a aplicação da IA em diversos

segmentos e processos comunicacionais, como os de assistentes inteligentes. Devido a isso, teremos a IA atuando principalmente na automação de processos e reconhecimento de padrões.

4.2. Geração automática de histórias

A geração computacional de histórias (GCS) ou geração automática de histórias é um “subcampo da criatividade computacional onde a inteligência artificial e a psicologia se cruzam para ensinar os computadores a imitar a criatividade humana” (ALHUSSAIN e AZMI, 2020). A geração de histórias por computador retoma estudos desde a década de 50 e é um tema de interesse desde os primórdios da inteligência artificial. Ao longo de anos, vários geradores foram desenvolvidos capazes de criar histórias que se assemelham à produção humana (MCINTYRE e LAPATA, 2010).

Logo, percebemos que existe uma ligação entre as temáticas de IA e geração computacional de histórias, que é frequentemente abordada na área da computação. Esse processo possibilita a geração de histórias com o mínimo de esforço, além de personalizar as histórias para as necessidades de educação, como de entretenimento ou informacional dos usuários. A narrativa computacional desperta grande interesse na inteligência artificial (MCINTYRE e LAPATA, 2009).

E no sentido das narrativas automatizadas, os autores Alhussain e Azmi (2021) realizaram uma pesquisa que apresenta um extenso estudo de pesquisa na área de geração de histórias textuais não interativas, que são relevantes para entender a área de GCS. Os autores identificaram trabalhos voltados à geração de histórias que utilizam abordagens de aprendizado de máquina para (1) abordar a controlabilidade da geração de histórias, (2) incorporar conhecimento de senso comum, (3) inferir ações de personagens razoáveis e (4) gerar linguagem criativa.

Apropriar-se e conhecer ferramentas e meios de gerir as informações de uma organização a partir de histórias do ponto de vista tecnológico, é crucial para administrar e planejar de modo estratégico, além de poder garantir vantagem competitiva. No entanto, isso pode acarretar tanto na automação de diversos processos informacionais, quanto ao utilizar as informações de forma estratégica, sendo uma qualidade fundamental que “cabe ao gestor [conhecer e] implantar mecanismos que garantam o melhor uso das informações” (CYGAN CZU e PINTO, 2019:131).

5. Histórias em quadrinhos e sua potencial aplicação como ferramenta de storytelling

5.1. Histórias em quadrinhos: definições, características, gêneros e formatos

As histórias em quadrinhos popularmente conhecidas por HQ são o nome dado à arte de narrar histórias através de desenhos e textos em sequência, a seguir veremos algumas definições. McCloud (2005) utiliza uma definição abrangente para descrever os quadrinhos. Segundo o autor, histórias em quadrinhos são “imagens pictóricas e outras justapostas em sequência deliberada destinadas a transmitir informações e/ou a produzir uma resposta no espectador” (MC CLOUD, 2005); Robert C. Harvey (1979) postula que os

quadrinhos são (em parte) uma “narrativa contada por uma sequência de imagens”; David Carrier (2000) define os quadrinhos como “uma sequência narrativa com balões de fala”; Greg Hayman e John Pratt (2005) veem os quadrinhos como “imagens justapostas que compõem uma narrativa”.

As HQ têm como característica principal a linguagem mista, ou seja, há elementos tanto da linguagem visual como o da narrativa textual. Essas histórias possuem os fundamentos básicos da narração como: enredo, personagens, tempo, lugar e desfecho, apresentando linguagem verbal (texto) e não verbal (imagem); o desenvolvimento das falas dos personagens ocorrem por meio dos balões; nota-se também a presença forte de onomatopeias, que são palavras que representam ruídos e sons do mundo físico, de animais ou de fenômenos da natureza.

A criação das histórias em quadrinhos, como o produto cultural que conhecemos nos dias de hoje, remonta ao início do século XX. Durante muitos anos, o norte-americano Richard Felton Outcault foi considerado o criador dos quadrinhos por conta de seu personagem Yellow Kid (Menino Amarelo), publicado em 1895 no jornal *New York World*. O Menino Amarelo tornou-se um mito para os fãs aficionados. Dentre os autores que publicaram suas HQs antes de Outcault, está Angelo Agostini, italiano radicado no Brasil. Ele publicou no dia 30 de janeiro de 1869, 27 anos antes de Outcault, histórias com seu personagem Nhô Quim no jornal *Vida Fluminense*. Intituladas de *As Aventuras de Nhô Quim*, essas histórias chamaram tanto a atenção que fizeram do dia 30 de janeiro o Dia Nacional dos Quadrinhos no Brasil. Antes de Agostini, no entanto, o escritor suíço Töpffer, que hoje detém o título de "pai dos quadrinhos modernos", já havia publicado as *Histoires em Estampes* (1846- -1847).

As histórias em quadrinhos apresentam uma diversidade de gêneros narrativos tais como: ação, drama, terror, ficção, humor, investigação e suspense, fantasia, realismo, narrativas históricas, etc. Essas narrativas podem ocorrer tanto em meio impresso como em meio digital. Sobre as narrativas impressas McCloud (2005) e Eisner (2010) destacam: a narrativa das HQ impressas vale-se de formas artísticas, como desenhos, quadros, palavras, figuras e narração (propriamente dita e escrita), de modo que esses elementos conduzem o leitor pelo enredo da história.

Já em relação às narrativas em meio digital Edgar Franco (2014:15) lista os elementos que as HQ digitais utilizam como sendo os seguintes: efeitos de som e trilha sonora, animação, diagramação dinâmica e tela infinita, tridimensionalidade, narrativa multilinear e interatividade, além de elementos presentes nas narrativas impressas. Isso demonstra que assim como os livros, os jornais, as revistas, dentre outros formatos que antes estavam no modo impresso, mas que hoje encontram-se migrando e adaptando-se ao formato digital, estão se inserindo nas novas tecnologias da informação e ao fenômeno da web 2.0, fato esse que não poderia ser diferente no mercado das HQ, do ponto de vista que a inserção desse tipo de material nesse formato tem por objetivo facilitar a difusão e, conseqüentemente, a aquisição dessas mídias por parte do usuário no ambiente da Internet.

5.2. Conceituando o storytelling

O ato de narrar histórias é algo muito inerente a várias culturas humanas, sendo um fato presente desde os primórdios das civilizações até os dias atuais. A narrativa oral sempre

esteve presente em diferentes grupos sociais, até mesmo em indivíduos sem o amplo domínio da escrita, contar histórias sempre foi uma forma de transmitir conceitos, valores, ideias e imagens sobre o mundo e as experiências humanas, o que pode ser considerado umas das principais formas de transmissão de informações e conhecimentos, corroborando com a ideia de Engert e Spencer (2009), Andrews, Hull e Donahue (2009) e Heinemeyer (2018), que afirmam que a prática do *storytelling* (o ato de narrar histórias) é encontrada na formação social e cultural da educação espontânea ao longo de séculos e em diferentes comunidades e culturas.

O *storytelling* tornou-se uma ferramenta muito utilizada em contextos organizacionais, e recentemente está sendo usado como estratégia de ensino em meios pedagógicos educacionais. Trata-se de uma técnica para o compartilhamento de conhecimentos e ideias, utilizando-se de uma linguagem simples, com forte apelo emocional e a possibilidade da interatividade do público com a narrativa desenvolvida. A evolução do uso deste método está relacionada ao fato de que o *storytelling* permite explorar diferentes contextos por meio da apresentação das informações passadas pela história, transmitindo a informação e aumentando a possibilidade de assimilação por meio de histórias (TENÓRIO *et al.*, 2020:4).

5.3. Exemplos de HQ que podem ser usadas como tática de *storytelling*

Como foi explanado no parágrafo anterior, a técnica de *storytelling* consiste em utilizar narrativas orais para a transmissão de conceitos, ideias, conhecimentos e informações, utilizando-se de uma linguagem simples, de forma a propiciar que qualquer indivíduo independentemente de seu nível de compreensão, possa assimilar o conteúdo em evidência, com a possibilidade ou não de interação de quem irá ouvi-las. O uso das histórias em quadrinhos seria uma forma de materialização dessas narrativas orais, pois nas HQ notamos a presença de elementos textuais e imagéticos, o que certamente potencializa e simplifica o valor das narrativas do *storytelling*, propiciando seu uso e disseminação tanto em meios físicos como digitais.

A seguir destacamos algumas HQ passíveis de serem usadas como ferramentas de *storytelling*, haja vista essas literaturas tratem de temáticas relevantes na sociedade e a importância desses assuntos serem abordados de modo que haja a plena compreensão e possíveis interações de seus ouvintes.

- **Persépolis**

Em 1979, a jovem Marjane Satrapi vivenciou fatos históricos que transformaram o Irão em uma república islâmica teocrática. Tal mudança gerou profundos questionamentos na garota, que mais tarde registraria sua trajetória e complexa relação com seu país natal. Embora o pano de fundo seja a chamada Revolução Iraniana, a narrativa de Marjane usa todos os elementos dos quadrinhos e um texto divertido, extremamente didático, abordando também temas como adolescência, relacionamentos e ideologias.

- **V de Vingança**

Um governo totalitário que adota medidas de controle da população domina o futuro narrado em **V de Vingança**. Depois de uma guerra nuclear, o

regime passa a restringir a mídia e cria campos de concentração para minorias raciais e sexuais. É neste contexto que “V”, o personagem principal, encoraja um golpe. O quadrinho desenhado por David Lloyd e escrito por Alan Moore lançou ao mundo a famosa máscara com a feição de Guy Fawkes e foi inspirado especialmente no contexto vivido na Inglaterra em 1982. Sob a liderança de Margaret Thatcher, o país assistia o regime socialista da URSS entrar em decadência.

- **X-Men: Deus Ama, o Homem Mata**

Você já deve ter ouvido falar de Jean Grey, Wolverine, Tempestade e outros heróis que fazem parte da escola especial do Professor Xavier. A série de histórias em quadrinho dos X-Men é aclamada pela cultura pop. No volume **Deus Ama, o Homem Mata**, os mutantes representam parcela da sociedade que sofre preconceito por ter poderes. A situação se agrava com William Stryker, um reverendo que se autodescreve como “um homem de Deus” e anuncia uma caçada aos mutantes. Escrito por Chris Claremont e desenhado por Brent Anderson, o quadrinho retrata disputas políticas, regimes segregacionistas e traça paralelo com temas como racismo, diversidade e homofobia.

O uso das histórias em quadrinhos juntamente com a tática de *storytelling*, pode ser uma ferramenta muito útil para a transmissão de conhecimentos, conceitos e valores, tendo a possibilidade de despertar o aspecto reflexivo no seu público, podendo ser usado tanto em âmbito educacional, organizacional, ou como ferramenta de *marketing* para a divulgação de serviços e produtos, ou em palestras, apresentações, etc.

2. Metodologia

Para responder a questão da pesquisa, o estudo norteia-se em uma revisão de literatura para analisar a temática de forma aprofundada com base em evidências científicas, como publicações de artigos, livros e *sites* institucionais (WINCHESTER e SALJI, 2016), de modo a exprimir uma avaliação crítica do conhecimento existente sobre GSA, para levantar as ferramentas que utilizam IA na geração de HQ, que sejam úteis para divulgação das informações de Coleções Particulares. Sua natureza visa a aplicação, pois, após identificar os tipos de ferramentas de IA para criação, geração ou automação de HQ, pretende-se pontuar possíveis ferramentas que poderiam ser aplicadas no contexto do *storytelling* de uma coleção particular situada em uma Biblioteca.

Os documentos foram selecionados através do mecanismo de busca do Google Scholar (Google acadêmico) devido a sua exaustividade de recuperação, que nos permite um panorama geral de como o tema está se desenvolvendo na literatura por meio de “artigos, teses, livros, resumos e opiniões judiciais, de editoras acadêmicas, sociedades profissionais, repositórios *online*, universidades e outros *sites*” ([GOOGLE, [20--]], *tradução nossa*). Assim, possuem uma boa cobertura “para as Ciências Sociais e Humanidades do que a fonte tradicional de dados de citação: a Web of Science” conforme a pesquisa de Harzing e Alakangas (2015) devido a seu “estudo longitudinal e abrangente [quando] comparado a interdisciplinaridade entre as três fontes [Scopus, Web of Science e Google Scholar]” (HARZING e ALAKANGAS, 2015:16, *tradução nossa*).

A coleta dos documentos foi realizada pelo termo *tools OR framework AND "artificial intelligence" AND story*, recuperando uma amostra de, aproximadamente, 356.000 resultados; a delimitação para o período de 2000 a 2022, nos remeteu a 66.300 documentos iniciais localizados. Sendo analisados somente os artigos que indicavam alguma ferramenta, foram selecionados 14 artigos. A seleção ocorreu pela leitura do título, resumo e palavra-chave dos artigos que indicaram estar desenvolvendo, utilizando, aprimorando ou que citam existir algum tipo de ferramenta para automação de histórias.

Após, localizava-se a existência das ferramentas ou de seus códigos, por meio das palavras: *system, algorithm, conversion text-to-image, text-to-speech, narrative models in Artificial Intelligence, automatic story generation, story* ou *storytelling*. Ou pela busca da sua referência no caso de citação. No caso de artigos muito relevantes, buscava-se por ‘artigos relacionados’, aplicando-se o mesmo processo descrito. No Quadro 1 discriminamos as ferramentas identificadas da literatura e onde podem ser localizadas.

Quadro 1 – Ferramentas de IA para geração automatizada de histórias

N.	Nome	Breve descrição	Site / código	Referência
1	[ASTER]	Contação de histórias automatizada usando representações de eventos.	https://github.com/lara-martin/ASTER.git	MARTIN, Lara J.; AMMANABROLU, Prithviraj; WANG, Xinyu; HANCOCK, William; SINGH, Shruti; HARRISON, Brent; RIEDL, Mark O. - Event representations for automated story generation with deep neural nets. <i>Arxiv</i> , [S. l.], 2017. Disponível em: https://arxiv.org/pdf/1706.01331.pdf . Acesso: 15 nov. 2022.
2	Creative Help: generate the next sentence in a story	Sistema baseado em RNN para geração de histórias, aplicado ao contexto de escrita assistida	http://www.get-creative.help/	ROEMMELE, M. - Writing stories with help from recurrent neural networks. In Proceedings of the AAAI Conference on Artificial Intelligence , [S. l.]. 30:1 (2016). DOI: 10.1609/aaai.v30i1.9810. Disponível em: https://ojs.aaai.org/index.php/AAAI/article/view/9810 . Acesso: 15 nov. 2022.
3	DAAL-E 2	Programa que utiliza a descrição da Linguagem Natural para criar imagens realistas.	https://openai.com/dall-e-2/	DUDANI, P - Wordings and worldings: DALL-E wordplays to visualise alternative metaphors for complex systems. In RELATING SYSTEMS THINKING AND DESIGN 2022 SYMPOSIUM, UK, 2022 . Disponível em: https://rdsymposium.org/wp-content/uploads/2022/09/RSD11_paper_223.pdf . Acesso: 23 nov. 2022.

4	KG-Story	Programa que gera modelos a partir de imagens do Visual Genome Knowledge Graph.	https://github.com/zychen423/KE-VIST.git	HSU, Chao-Chun; CHEN, Zi-Yuan; HSU, Chi-Yang; LI, Chih-Chia; LIN, 4 Tzu-Yuan; HUANG, Ting-Hao; KU, 3 Lun-Wei - Knowledge-enriched visual storytelling. Proceedings of the AAAI Conference on Artificial Intelligence , [S. l.]. 34:5 (2020) 7.952-7.960. Disponível em: https://ojs.aaai.org/index.php/AAAI/article/view/6303 . Acesso: 15 nov. 2022.
5	LISA	Instrui a escrita de histórias ao auxiliar escritores, com <i>feedback</i> em tempo real sobre inconsistências lexicais na história.	Não localizado	SANGHRAJKA, R.; HIDALGO, D.; CHEN, P.; KAPADIA, M. - LISA: Lexically Intelligent Story Assistant. Proceedings of the AAAI Conference on Artificial Intelligence and Interactive Digital Entertainment , [S. l.]. 13:1 (2021) 221-227. DOI: 10.1609/aiide.v13i1.12956. Disponível em: https://ojs.aaai.org/index.php/AIID/article/view/12956 . Acesso: 24 nov. 2022.
6	Midjourney	Sintetizador de imagens a partir de descrições textuais utilizando-se de inteligência artificial	https://www.midjourney.com/	BALAS, M.; MICIELI, J. - Visual Snow Syndrome : use of text-to-image AI models to improve the patient perspective. Canadian Journal of Neurological Sciences = Journal Canadien Des Sciences Neurologiques . (2022) 1-7. Disponível em: https://doi.org/10.1017/cjn.2022317 . Acesso: 24 nov. 2022.
7	Papous System	Narrador virtual que lê um texto enriquecido com <i>tags</i> de controle e adapta a narrativa a partir das experiências emocionais do ouvinte.	http://gaips.inesc-id.pt/papous/index.htm	SILVA, A.; VALA, M.; PAIVA, A. - Papous: the virtual storyteller. In DE ANTONIO, A.; AYLETT, R., BALLIN, D. (eds) – <i>Intelligent virtual agentes: IVA</i> . Berlin, Heidelberg: Springer, 2001, v. 2190. Disponível em: https://link.springer.com/content/pdf/10.1007/3-540-44812-8_14.pdf . Acesso: 15 nov. 2022.

8	Pomics	Sistema narrativo computacional baseado em quadrinhos.	http://www.pomics.net/	WEN, M. H.; THAWONMAS, R.; CHEN, K. T. – Pomics: a computer-aided storytelling system with automatic picture-to-comics composition. In CONFERENCE ON TECHNOLOGIES AND APPLICATIONS OF ARTIFICIAL INTELLIGENCE, 2012, Taiwan - <i>Anais [...]</i> . Taiwan: IEEE, 2012. Disponível em: https://ieeexplore.ieee.org/document/6395047 . Acesso: 15 nov. 2022.
9	Stable Diffusion	Gerador de imagens detalhadas, condicionadas a descrições de texto, fazendo uso de inteligência artificial.	https://stability.ai/	XU, Xingqian - Versatile diffusion: text, images and variations all in one diffusion model. <i>Arxiv</i> . [S. l.], 2022. Disponível em: https://arxiv.org/abs/2211.08332 . Acesso: 24 nov. 2022.
10	Story-GAN	Um <i>software</i> que reconhece parágrafos com várias frases; a história é visualizada gerando uma sequência de imagens, uma para cada frase.	https://github.com/yitong91/StoryGAN.git	LI, Yitong <i>et al.</i> – StoryGAN: a sequential conditional GAN for story visualization. <i>Arxiv</i> . [S. l.], 2018. Disponível em: https://arxiv.org/abs/1812.02784 . Acesso: 15 nov. 2022.
11	Story Scrambler	Sistema neural para criação de texto, considerando o enredo, personagem.	Não localizado	PAWADE, D; SAKHAPARA, A, JAIN, M.; JAIN, N.; GADA, K. - Story scrambler-automatic text generation using word level RNN-LSTM. <i>International Journal of Information Technology and Computer Science (IJITCS)</i> . 10:6 (2018) 44-53. Disponível em: https://www.mecspress.net/ijitcs/ijitcs-v10-n6/IJITCS-V10-N6-5.pdf Acesso: 15 nov. 2022.
12	Nome não identificado	Geração de texto com entidades como contexto	https://github.com/eaclar/k07/engen	CLARK, Elizabeth; JI, Yangfeng; SMITH, Noah A. - Neural text generation in stories using entity representations as context. In <i>Proceedings of NAACL-HLT 2018</i> , p. 2.250-2.260. Disponível em: https://aclanthology.org/N18-1204.pdf . Acesso: 15 nov. 2022.

13	Virtual Storyteller	Agentes autônomos interagem uns com os outros e apresentam uma história de acordo com o público.	Não localizado	SILVA, A.; RAIMUNDO, G.; PAIVA, A. - Tell me that bit again...: bringing interactivity to a virtual storyteller. In Virtual storytelling: using virtual reality technologies for storytelling . 2003, p. 146-154. Doi:10.1007/978-3-540-40014-1_19. Disponível em: https://sci-hub.se/10.1007/978-3-540-40014-1_19 . Acesso: 15 nov. 2022
14	Nome não identificado	Criam um modelo de rede neural para criação de histórias envolvendo o personagem dado, ou seja, cada parte de uma história é condicionada a um determinado personagem e ambiente de contexto correspondente.	https://github.com/liudany/character-centric .	LIU, D.; LI, J.; YU, M.-H.; HUANG, Z.; LIU, G.; ZHAO, D.; YAN, R. A - Character-centric neural model for automated story generation. Proceedings of the AAAI Conference on Artificial Intelligence , [S. l.]. 34:2 (2020) 1.725-1.732. Disponível em: https://ojs.aaai.org/index.php/AAAI/article/view/5536 . Acesso: 15 nov. 2022.

Fonte: Elaboração própria.

7. Resultados e discussões

Notou-se com base na pesquisa realizada no Google acadêmico a existência de um número considerado de estudos relativos a IA. No que tange ao uso de IA no desenvolvimento de histórias em quadrinhos, podem-se visualizar pesquisas relacionadas a: uso de IA no *design* de cores em HQ, na análise de conteúdo, *deep learning* e *machine learning* para construção de imagens a partir de textos, o uso de redes neurais, interfaces multimodais, dentre outros termos comuns no âmbito da IA. No entanto, o objetivo da pesquisa era verificar a existência de ferramentas que utilizam IA para o desenvolvimento de HQ e imagens. Os resultados e análises remeteram a algumas ferramentas que destacaremos no tópico a seguir.

7.1. Ferramentas que utilizam IA como potencial desenvolvedoras de Histórias em Quadrinhos

- **ASTER**

É uma técnica para pré-processar os dados de histórias textuais em sequências de eventos. Por meio de técnicas para geração automatizada de histórias, que irão decompor a geração de eventos sucessivos (MARTIN *et al.*, 2017, *tradução nossa*). Desenvolveram uma representação de evento e

uma rede neural, codificadora-decodificadora do evento, para a geração de histórias chamada *event2event*. Aliada a primeira, uma segunda rede neural, *event2sentence*, traduz eventos abstratos de volta em frases de linguagem natural.

- **Creative Help**

O aplicativo utiliza Recurrent Neural Networks (RNN) e Natural Language Processing (NLP) para realizar o “preenchimento automático narrativo”, do qual o sistema analisará a narrativa em andamento e poderá gerar uma nova contribuição, que pode ser tanto de correção ortográfica e gramatical, quanto sugestão de ideias para a história, com previsões sensíveis ao contexto a partir de dados agregados (ROEMMELE, 2016).

- **DALL-E 2**

É um sistema autônomo que segundo Huang (2022) substitui e supera o modelo do CAN pois utiliza o Contrastive Learning-Image Pretraining (CLIP) e modelos de difusão para criação de imagens realistas com alta resolução, trabalha combinando atributos, conceitos e estilos. Além de possuir uma base concentrada de milhares de imagens e textos extraídos da Internet, utiliza inteligência artificial na elaboração de seus modelos de imagem para conversão de texto para imagem.

- **KG-Story**

O programa possui um modelo de geração de histórias que utiliza os *Knowledge Graphs* para as criar, que resultam em conjuntos de palavras que as representem por meio dos *prompts* de entrada, e utiliza gráficos de conhecimento externos para criar as histórias (HSU *et al.*, 2020).

- **LISA: Lexically Intelligent Storytelling Assistant**

É um aplicativo que auxilia o usuário a extrair e a verificar o conhecimento do mundo da história enquanto escrita, exemplifica as características básicas de uma palavra processador no que diz respeito à análise de texto narrativo. É um protótipo para uma interface de sinalização e motor, permitindo em tempo real *feedback* orientado por IA durante o processo de escrita da história.

- **Midjourney**

- Este modelo foi criado por um laboratório de pesquisa independente com o mesmo nome. Ele pode sintetizar imagens a partir de descrições textuais a partir de IA e está atualmente em beta aberto. Midjourney tende a gerar imagens surrealistas e é popular entre os artistas (BORJI, 2022).

- **Papous System**

O sistema Papous é um narrador virtual que lê textos enriquecidos com *tags*, que atuam como roteirista que determina o comportamento do Papous,

sendo elas *tags* de comportamento, cena, iluminação e emoção. Utilizam um sistema de conversão de *text-to-speech* (TTS), para poderem automatizar detecções de emoções, comportamento e mudanças ambientais do texto, sem usar *tags*.

- **Pomics**

É um sistema de narrativa assistida por computador baseado em quadrinhos para ajudar os usuários a se tornarem contadores de histórias em quadrinhos, que utiliza fotos dos usuários como entrada e produz tirinhas que contam a história por trás das fotos.

- **Stable Diffusion**

Lançado pela Stability AI em 2022, esse modelo é usado principalmente para gerar imagens detalhadas condicionadas a descrições de texto, usando IA. Também pode ser aplicado a outras tarefas, como pintura interna, pintura externa e tradução de imagens (BORJI, 2022).

- **StoryGAN**

É um modelo proposto por Yitong Li *et al.* (2018:1, *tradução nossa*) para a criação de uma “geração de sequência de história para imagem [...] com base na estrutura GAN condicional sequencial”. A estrutura de Generative Adversarial Networks (GAN) se refere a técnicas emergentes para aprendizado semi-supervisionado e sem supervisão, por meio da modelagem de distribuições de dados de alta dimensão. Geralmente se possuem dois modelos que são aprendidos durante o processo de treinamento de uma GAN, que são: o discriminador (D) e o gerador (G), implementados com redes neurais ou qualquer outro sistema para mapear dados de um espaço para outro (CRESWELL *et al.*, 2017).

Ele possui um “codificador de contexto profundo que rastreia dinamicamente o fluxo da história e dois discriminadores nos níveis da história e da imagem, para aprimorar a imagem, a qualidade e a consistência das sequências geradas” (YITONG *et al.*, 2018). Utiliza Recurrent Neural Network (RNN) para incorporar as imagens geradas anteriormente na geração de imagens da frase atual. Ele funciona a partir de um parágrafo com muitas sentenças que geram a visualização de uma história, por meio da geração de uma sequência de imagens para cada sentença. Com foco na consistência de cenas e personagens dinâmicos.

- **Story Scrambler**

É um sistema baseado em rede neural recorrente para geração de texto baseado em metodologia, chamado Story Scrambler. O sistema gera uma nova história baseado em uma série de histórias inseridas, são analisados com base em parâmetros de correção gramatical, ligação de eventos, nível de interesse e exclusividade (PAWADE *et al.*, 2018).

- **Virtual Storyteller**

O projeto ainda em desenvolvimento pretende construir um personagem sintético que atue como um contador de histórias virtual interativo, narrando uma história não linear, de forma emocionalmente expressiva, que pode ser influenciada pelo *feedback* do usuário (SILVA, RAIMUNDO e PAIVA, 2003).

8. Considerações finais

As coleções particulares em bibliotecas públicas se configuram como acervos ricos e valiosos do ponto de vista histórico documental, pois se trata de coleções com características pessoais e individuais. Esses acervos podem ser tanto de autores, como de personalidades públicas, artistas independentes, escritores, ou qualquer tipo de indivíduo com contribuições relevantes na sociedade. No entanto, por vezes, essas coleções não se encontram de forma totalmente acessível aos frequentadores dessas unidades de informações, isso devido ao grande valor histórico dessas obras, ou por vezes pela fragilidade do material, ou falta de tratamento técnico.

Esta pesquisa nasceu a partir da indagação de como divulgar e disseminar informações referentes à história e ao conteúdo dessas coleções individuais, já que a maioria encontra-se de forma restrita a grande maioria dos usuários dessas bibliotecas, portanto nasceu a ideia de se utilizar a tática do *storytelling*, muito utilizada com estratégia de transmissão de conhecimentos e conceitos por meio das narrativas orais, juntamente com o auxílio das histórias em quadrinhos como forma de materialização visual dessas narrativas. Ainda para a construção dessas histórias, tanto no modo imagético quanto narrativo textual, optamos por analisar a existência de ferramentas que utilizam IA, pois essa nova tecnologia está cada vez mais presente em várias áreas da sociedade humana, buscando-se identificar ferramentas que possam ser utilizadas como instrumento para a construção dessas HQ.

Notou-se, com base na pesquisa realizada, a existência de um número considerado de estudos relativos a IA em artigos internacionais. No que tange uso da IA no desenvolvimento de histórias em quadrinhos, podem-se visualizar pesquisas relacionadas a: uso de IA no *design* de cores em HQ, na análise de conteúdo, *deep learning* e *machine learning* para construção de imagens a partir de textos, o uso de redes neurais, interfaces multimodais, dentre outros termos comuns no âmbito da IA. Foram recuperadas 14 ferramentas que podem auxiliar na construção de HQ por meio de ferramentas que utilizam IA, a saber: DAAL-E 2, Stable Diffusion, Midjourney, Creative Help: generate the next sentence in a story, Papous System, Virtual Storyteller, KG-Story, StoryGAN, ASTER, Pomics, Story Scrambler.

Chegamos a conclusão com essa pesquisa que a IA está cada vez mais presente nas sociedades humanas. Pode ser utilizada como ferramenta auxiliadora na disseminação de informações de coleções particulares presentes em bibliotecas públicas, devido a potencialidade das ferramentas citadas no parágrafo anterior. Em serem utilizadas na construção de histórias em quadrinhos, atreladas ao recurso do *storytelling*, acabam por tornar-se uma alternativa a mais para a divulgação dessas coleções de uma forma lúdica aos seus potenciais usuários.

Referências bibliográficas

ALHUSSAIN, Arwa I.; AZMI, Aqil M.

2020 Automatic story generation: a survey of approaches. *ACM Computing Surveys*. [Em linha] 100:7 (jun. 2020). [Consult. 24 nov. 2022]. Disponível em: https://www.researchgate.net/profile/Aqil-Azmi/publication/351858590_Automatic_Story_Generation_A_Survey_of_Approaches/links/60afe2e0299bf13438efd3bc/Automatic-Story-Generation-A-Survey-of-Approaches.pdf.

ALMEIDA JÚNIOR, Oswaldo Francisco de

2003 *Biblioteca pública: avaliação de serviços*. Londrina: Eduel, 2003.

ANDREWS, Dee H.; HULL, Thomas D.; DONAHUE, Jennifer A.

2009 Storytelling as an instructional method: definitions and research questions. *Interdisciplinary Journal of Problem-Based Learning*. [Em linha]. 3:2 (2009) 6-23. [Consult. 24 nov. 2022]. Disponível em: <https://docs.lib.purdue.edu/ijpbl/vol3/iss2/3/>.

AZEVEDO, Fabiano Cataldo de [et al.]

2018 Apresentação. In *Da minha casa para todos: a institucionalização de acervos bibliográficos privados*. Org. Maria Celina Soares de Mello e Silva. Rio de Janeiro: Museu de Astronomia e Ciências Afins, 2018, p. 5-7.

BARBOSA, R. R.; SÉPULVEDA, M. I. M.; COSTA, M. U. P.

2009 Gestão da informação e do conhecimento na era do compartilhamento e da colaboração. *Informação & Sociedade: estudos*. [Em linha]. 19:2 (maio/ago. 2009) 13-24. [Consult. 24 nov. 2022]. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/ies/article/view/4039/23992>.

BORJI, Ali

2022 Generated faces in the wild: quantitative comparison of Stable Diffusion, Midjourney and DALL-E 2. *Arxiv*. [Em linha]. (2022). [Consult. 24 nov. 2022]. Disponível em: <https://arxiv.org/pdf/2210.00586.pdf>.

BRASIL. Fundação Biblioteca Nacional

2010 *Biblioteca pública: princípios e diretrizes*. 2ª ed. [Em linha]. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional, 2010. [Consult. 26 jul, 2023]. Disponível em: <https://antigo.bn.gov.br/producao/publicacoes/biblioteca-publica-principios-diretrizes>.

BUCKLAND, M. K.

1991 Information as a thing. *Journal of the American Society of Information Science*. [Em linha]. 42:5 (1991) 351-360. [Consult. 24 nov. 2022]. Disponível em: <https://ppggoc.eci.ufmg.br/downloads/bibliografia/Buckland1991.pdf>.

CÂNDIDO, Antônio

1990 A Evolução da cultura de um homem se evidencia nos livros que leu. *Notícia Bibliográfica e Histórica*. [Em linha]. 22:138 (abr./jun. 1990) 82-86. [Consult. 24 nov. 2022]. Disponível em: https://repositorio.unb.br/bitstream/10482/34477/1/ARTIGO_ImportanciaBibliotecasarticulares.pdf.

CARDOSO, Ana Lúcia Sanches; FARIA, Moacir Alves de

2016 *A Contação de histórias no desenvolvimento da educação infantil*. [Em linha]. [S. l.: s. n.], 2016, p. 1-10. [Consult. 21 nov. 2022]. Disponível em: <http://docs.uninove.br/arte/fac/publicacoes/pdf/v6-2016/ARTIGO-ANA-LUCIA-SA NCHES.pdf>.

CARRIER, David

2000 *The Aesthetics of Comics*. Pensilvânia: State University Press, 2000.

CARVALHO, Fábio Câmara Araújo de, org.

2012 *Gestão do conhecimento*. São Paulo: Pearson, 2012.

CHAGAS, Mário

2002 Cultura, patrimônio e memória. *Ciências & Letras*. 31 (jan./jun. 2002) 15-29.

COMITTI, L.

2000 Acervos de escritores e preservação. *Ciências e Letras*. [Em linha]. 27 (jan./jun. 2000) 167-174. [Consult. 21 nov. 2022]. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pci/a/KFbW3SCK4FRZjrsHDGbr4dn/?lang=pt&format=pdf>.

CRESWELL, Antonia [et al.]

2017 Generative adversarial networks: an overview. *Arxiv*. [Em linha]. (abr. 2017). [Consult. 23 nov. 2022]. Disponível em: <https://arxiv.org/pdf/1710.07035.pdf>.

CUNHA, Vanda A. da [et al.]

2005 Biblioteca pública, desafios, perspectivas e (des)caminhos na inclusão digital. In CINFORM - ENCONTRO NACIONAL DE CIENCIA DA INFORMACAO, 6º, Salvador, 2005 - *Anais do VI CINFORM*. [Em linha]. Salvador: Editora da Universidade Federal da Bahia, 2005. [Consult. 23 nov. 2022]. Disponível em: <https://revista.ibict.br/ciinf/article/view/4168/3974>.

CYGANCZUK, Marilyn Souza; PINTO, José Simão de Paula

2019 Estratégias de gestão da informação: elaboração de um quadro conceitual por meio de revisão bibliográfica. *Ciência da Informação*. [Em linha]. 48:2 (maio/ago. 2019) 129-143. [Consult. 23 out. 2022]. Disponível em: <https://revista.ibict.br/ciinf/article/view/4780>.

DAVENPORT, Thomas H.; PRUSAK, Laurence

1998 *Conhecimento empresarial: como as organizações gerenciam o seu capital intelectual*. Trad, Lenke Peres. 6ª ed. Rio de Janeiro: Campus, 1998.

DUARTE, Emeide Nobre

2003 *Análise da produção científica em gestão do conhecimento: estratégias metodológicas e estratégias organizacionais*. [Em linha]. João Pessoa, 2003. [Consult. 24 nov. 2022]. Disponível em: <https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/tede/9095>.

EISNER, Will

2010 *Quadrinhos e arte sequencial: princípios e práticas do lendário cartunista*. 3ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2010.

ENGERT, Stefan; SPENCER, Alexander

2009 International relations at the movies: teaching and learning about international politics through film. *Perspectives*. [Em linha]. 17:1 (2009) 83-104. [Consult. 24 nov. 2022]. Disponível em: https://www.gsi.uni-muenchen.de/personen/wiss_mitarbeiter/spencer/publ_spencer/engertspencer2009.pdf.

FRANCO, E. S.

2014 Histórias em quadrinhos e hipermedia: as HQtrônicas chegam à sua terceira geração. In *Os Quadrinhos na era digital: HQtrônicas, webcomics e cultura participativa*. Org. Lucio Luiz. Nova Iguaçu, RJ: Marsupial Editora, 2014.

FREITAS, Marília Augusta de; SILVA, Vanessa Barbosa da

2014 Bibliotecas públicas brasileiras: panorama e perspectivas. *Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação*. [Em linha]. 12:1 (jan/abr. 2014) 123-146. [Consult. 24 out. 2022]. Disponível em: <http://www.sbu.unicamp.br/seer/ojs/index.php/rbci/article/view/3890>.

GASPAR, M. A. [et al.]

2016 Gestão do conhecimento em empresas atuantes na indústria de software no Brasil: um estudo das práticas e ferramentas utilizadas. *Informação & Sociedade: estudos*. [Em linha]. 26:1 (jan./abr. 2016) 151-166. [Consult. 24 nov. 2022]. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/ies/article/view/16360>.

GOMES, Sônia de Conti

1981 *Bibliotecas e sociedade na primeira república brasileira: fatores sócio-culturais que atuaram na criação e instalação de bibliotecas de 1890 a 1930*. [Em linha]. Belo Horizonte, 1981. [Consult. 24 nov. 2022]. Disponível em: <https://repositorio.ufmg.br/handle/1843/BUBD-933GT4>.
Dissertação de Mestrado em Administração de Bibliotecas - Escola de Biblioteconomia, Universidade Federal de Minas Gerais.

GOOGLE

[20--] *About: Google Scholar*. [Em linha]. [20--]. [Consult. 6 nov. 2022]. Disponível em: <https://scholar.google.com/intl/en/scholar/about.html>.

GUTIÁN, M. V. G.; DANTE, G. P.

2016 Metodologías y modelos para auditar el conocimiento: análisis reflexivo. *Información, cultura y sociedad*. [Em linha]. 35 (dic. 2016). [Consult. 24 nov. 2022]. Disponível em: <http://revistascientificas.filo.uba.ar/index.php/ICS/article/view/2423>.

HARVEY, Robert C.

1979 The Aesthetics of the comic strip. *Journal of Popular Culture*. 12 (1979) 641-652.

HARZING, Anne-Wil; ALAKANGAS, Satu

2015 Google Scholar, Scopus and the Web of Science: a longitudinal and cross-disciplinary comparison. *Scientometrics*. [Em linha]. 106:2 (2015) 787-804. [Consult. 6 nov. 2022]. Disponível em: <https://sci-hub.hkvisa.net/10.1007/s11192-015-1798-9>.

HAYMAN, Greg; PRATT, Henry John

2005 O Que são quadrinhos? In *Estética*. Ed. David Goldblatt, Lee B. Brown. Upper Saddle River, NJ: Pearson Prentice Hall, 2005, p. 419-424.

HEINEMEYER, Catherine

2018 *The Dying art of storytelling in the classroom*. [Em linha]. 2018. [Consult. 6 nov. 2022]. Disponível em: <https://theconversation.com/the-dying-art-of-storytelling-in-the-classroom-93088>.

HUANG, Ziyu

2022 *Analysis of text-to-image AI generators*. [Em linha]. 2022. [Consult. 23 nov. 2022]. Disponível em: https://digital.kenyon.edu/cgi/viewcontent.cgi?article=1033&context=dh_iphs_ai

IFLA; UNESCO

1994 *Manifesto da IFLA/Unesco sobre bibliotecas públicas*. [Em linha]. 1994. [Consult. 18 nov. 2022]. Disponível em: <http://archive.ifla.org/VII/s8/unesco/port.htm>.

KRUGER, Constance von

2014 A Coleção, um gesto poético: uma leitura benjaminiana sobre o colecionismo. *Cadernos Benjaminianos*. [Em linha]. 8 (2014) 71-78. [Consult. 24 nov. 2022]. Disponível em: <http://www.periodicos.letras.ufmg.br/index.php/cadernosbenjaminianos/article/view/10277>.

LI, Yitong [et al.]

2018 StoryGAN: a sequential conditional GAN for story visualization. *Arxiv*. [Em linha]. (2018). [Consult. 15 nov. 2022]. Disponível em: <https://arxiv.org/abs/1812.02784>.

MANGUEL, Alberto

2006 *A Biblioteca à noite*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

MCCLOUD, S.

2005 *Desvendando os quadrinhos: história, criação, desenho, animação, roteiro*. São Paulo: M. Books, 2005.

MCINTYRE, Neil; LAPATA, Mirella

2010 Plot induction and evolutionary search for story generation. In ANNUAL MEETING OF THE ASSOCIATION FOR COMPUTATIONAL LINGUISTICS, 48th, Uppsala, 2010 – *Proceedings...* [Em linha]. Uppsala: Association for Computational Linguistics, 2010, p. 1,562-1,572. [Consult. 23 jul. 2023]. Disponível em: <https://aclanthology.org/P10-1158/>.

MCINTYRE, Neil; LAPATA, Mirella

2009 Learning to tell tales: a data-driven approach to story generation. In ANNUAL MEETING OF THE ACL, 47th; INTERNATIONAL JOINT CONFERENCE ON NATURAL LANGUAGE PROCESSING OF THE AFNLP, 4th, Singapore, 2009 – *Proceedings...* [Em linha]. Singapore: Association for Computational Linguistics, 2009, p. 217-225. [Consult. 26 jul. 2023]. Disponível em: <https://aclanthology.org/PO9-1025/>.

MILANESI, Luís

1997 *A Casa da invenção: biblioteca, centro de cultura*. 3^a ed. rev. e aum. São Caetano do Sul: Ateliê, 1997.

MILANESI, Luís

1986 *O Que é biblioteca*. 4^a ed. Brasília: Brasiliense, 1986.

NONAKA, Ikujiro; TAKEUCHI, Hirotaka

2008 *Gestão do conhecimento*. Porto Alegre: Bookman, 2008.

NONAKA, Ikujiro; TAKEUCHI, Hirotaka

1997 *Criação do conhecimento na empresa: como as empresas japonesas geram a dinâmica da inovação*. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

PAWADE, Dipti [et al.]

2018 Story scrambler: automatic text generation using word level RNN-LSTM. *International Journal of Information Technology and Computer Science*. [Em linha]. 10:6 (2018) 44-53. [Consult. 18 nov. 2022]. Disponível em: <https://www.mecs-press.net/ijitcs/ijitcs-v10-n6/IJITCS-V10-N6-5.pdf>.

PEDRÃO, Gabriela Bazan; MURGUIA, Eduardo Ismael

2013 Formação das bibliotecas: uma abordagem desde a perspectiva do colecionismo. *Revista da Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação da UFRGS*. 19:2 (jul./dez. 2013) 397.

RODRIGUES, Marcia Carvalho

2009 Resgate da memória: os acervos pessoais na Universidade de Caxias do Sul. *Patrimônio e Memória*. [Em linha]. 5:2 (dez. 2009) 174-194. [Consult. 24 out. 2022]. Disponível em: <http://pem.assis.unesp.br/index.php/pem/article/view/184/535>.

ROEMMELE, Melissa

2016 Writing stories with help from recurrent neural networks. In PROCEEDINGS OF THE AAAI CONFERENCE ON ARTIFICIAL INTELLIGENCE, 30th, Phoenix, 2016 – *Proceedings...* [Em linha]. 30:1 (2016). [Consult. 15 nov. 2022]. Disponível em: <https://ojs.aaai.org/index.php/AAAI/article/view/9810>.

ROEMMELE, Melissa; GORDON, Andrew S.

2018 Automated assistance for creative writing with an RNN language model. In INTERNATIONAL CONFERENCE: ON INTELLIGENT USER INTERFACES, 23rd, Tokyo, 2018 – *Proceedings...* [Em linha]. 2018. [Consult. 18 nov. 2022]. Disponível em: <https://roemmele.github.io/publications/creative-help-demo.pdf>.

SANTAREM SEGUNDO, José Eduardo

2021 *Uso da inteligência artificial para recuperação da informação com abordagem semântica: modelo de aplicação para documentos textuais em ambientes digitais*. [Em linha]. Marília, 2021. [Consult. 1 nov. 2022]. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/handle/11449/204693?show=full>.
Dissertação de Mestrado em Ciência da Informação - Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista.

SARACEVIC, Tefko; WOOD, Judith B.

1981 *Consolidation of information: a handbook on evaluation, restructuring and repackaging of scientific and technical information*. Paris: UNESCO, 1981.

SILVA, André; RAIMUNDO, Guilherme; PAIVA, Ana

2003 Tell me that bit again... bringing interactivity to a virtual storyteller. In INTERNATIONAL CONFERENCE ON VIRTUAL STORYTELLING, 2nd, Toulouse, 2003 - *Virtual storytelling using virtual reality technologies for storytelling*. Ed. O. Balet, G. Subsol, P. Torguet, P. Berlin: Springer, 2003, p. 146-154. [Consult. 15 nov. 2022]. Disponível em: https://sci-hub.se/10.1007/978-3-540-40014-1_19.

SILVA, Pablo Tiago da; FREITAS, Silvane Aparecida de

2012 Contação de histórias: o resgate da memória do idoso. In SIMPÓSIO CIENTÍFICO-CULTURAL, Parnaíba, 2012 - *Anais...* [Em linha]. Parnaíba: SCIENCULT, 2012, p. 122-132. [Consult. 1 nov. 2022]. Disponível em: <https://anaisonline.uems.br/index.php/semex/article/view/418/410>.

SOCIEDADE BRASILEIRA DE GESTÃO DO CONHECIMENTO

2013 Conceito-ensaio de gestão do conhecimento. In *Blog da SBGC*. [Em linha]. (9 maio 2013). [Consult. 26 jul. 2023]. Disponível em: <https://sbgc.org.br/blog/conceito-ensaio-de-gestao-do-conhecimento>.

SOUSA, Carlos Henrique da Silva

2017 *Gestão do conhecimento na rede de bibliotecas do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará: uma proposta de implementação*. Juazeiro do Norte, 2017.
Dissertação de Mestrado Profissional em Biblioteconomia - Universidade Federal do Cariri, Juazeiro do Norte.

SOUSA, Carlos Henrique da Silva; BERNARDINO, Maria Cleide Rodrigues

2017 Gestão do conhecimento em uma rede de bibliotecas técnico-acadêmicas. In ENANCIB - ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 18º, Marília, 2017 - *Anais...* [Em linha]. [Consult. 21 nov. 2022]. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/104114>.

TENÓRIO, Nelson [et al.]

2020 Uso da storytelling para a construção e o compartilhamento do conhecimento na educação. *Educação por escrito*. [Em linha]. 11:2 (2020) 1-10. [Consult. 19 nov. 2022]. Disponível em: <https://doi.org/http://dx.doi.org/10.15448/2179-8435.2020.2.30601>.

TERRA, José Cláudio Cyrineu

2000 *Gestão do conhecimento: o grande desafio empresarial: uma abordagem baseada no aprendizado e na criatividade*. São Paulo: Negócio Editora, 2000.

VALENTIM, Marta Ligia Pomim

2008 *Gestão da informação e do conhecimento no âmbito da Ciência da Informação*. São Paulo: Polis, Cultura Acadêmica, 2008.

VILLANUEVA, Marizel B.; SALENGA, M. Louella M.

2018 Bitter melon crop yield prediction using machine learning algorithm. *International Journal of Advanced Computer Science and Applications*. [Em linha]. 9:3 (2018). [Consult. 26 jul. 2023]. Disponível em: <https://thesai.org/Publications/ViewPaper?Volume=9&Issue=3&Code=IJACSA&SerialNo=1>.

WINCHESTER, Catherine L.; SALJI, Mark

2016 Writing a literature review. *Journal of Clinical Urology*. [Em linha]. 9:5 (2016) 308-312. [Consult. 24 nov. 2022]. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/epub/10.1177/2051415816650133>.

WOLFF, Josephine

2021 How is technology changing the world, and how should the world change technology? *Global Perspectives*. [Em linha]. 2:1 (2021). [Consult. 25 out. 2022]. Disponível em: <https://online.ucpress.edu/gp/article/2/1/27353/118411/How-Is-Technology-Changing-the-World-and-How>.

XU, Yongjun [et al.]

2021 Artificial intelligence: a powerful paradigm for scientific research. *The Innovation*. [Em linha]. 2:4 (2021). [Consult. 1 nov. 2022]. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S2666675821001041>.

Di Yvis Téó Calumby Bezerra | teocalumby@ufpa.br

Universidade Federal do Pará (UFPA), Brasil

Mayara Costa Pinheiro | mayarapinheiro.mcp@gmail.com

Universidade Federal do Pará (UFPA), Brasil

Murilo Fonseca Baia | murillo9023@gmail.com

Universidade Federal do Pará (UFPA), Brasil

Resumo: Este artigo tem como objetivo expor e sugerir soluções para o problema de recuperação da informação na plataforma de *streaming* da Netflix. Para isso, aborda breve informação sobre o histórico das plataformas de *streaming* e seu surgimento, evolução e diversificação com foco na plataforma e história da Netflix. Mostra como estas são consumidas pela sociedade em geral. Realiza um comparativo entre as tecnologias de recuperação e representação da informação utilizadas nas plataformas de *streaming* e a folksonomia. Exemplifica situações em que estas tecnologias não funcionam como esperadas e apresenta informações sobre as *hashtags* e seu surgimento. Descreve como funciona a folksonomia. Caracteriza-se como uma pesquisa exploratória, descritiva, bibliográfica, documental, com uma abordagem qualitativa. Os resultados mostram que é possível o usuário contribuir na recuperação da informação com o uso da folksonomia. Como conclusão, apresenta uma proposta de melhorias para a recuperação da informação em plataformas de *streaming* com auxílio da folksonomia.

Palavras-chave: Folksonomia; Netflix; Recuperação da Informação; Representação da Informação.

Abstract: This article aims to bring forward and propose solutions to the problem of retrieving information on the Netflix streaming platform. Therefore, it addresses briefly the origin, evolution, and diversification of streaming platforms. Special focus is given on the platform and history of Netflix, explaining how they are generally consumed by society. Comparison is made between retrieval technologies and information representation used in streaming platforms and folksonomy. It exemplifies situations in which these technologies do not work as expected and presents information about hashtags and their emergence. Describes how folksonomy works. It is characterized as an exploratory, descriptive, bibliographical, documentary research with a qualitative approach. The results show that it is possible for the user to contribute to the retrieval of information using folksonomy. In conclusion, it presents a proposal for improvements for the retrieval of information on streaming platforms with the help of folksonomy.

Keywords: Folksonomy; Netflix; Information Retrieval; Information Representation.

1. Introdução

Atualmente, grande parte da população possui assinaturas de plataformas de *streaming*. Disponibilizadas em diversos *players*, todas as plataformas possuem o entretenimento como principal objetivo. Essa tem sido a principal forma de acesso à cultura cinematográfica para diversos consumidores, pois uma única mensalidade torna acessível financeiramente uma variedade de filmes e séries para um público familiar diverso, de forma ilimitada.

As plataformas de *streaming* estão em constante evolução e modificação desde o momento em que foram criadas. A Netflix evoluiu junto ao avanço tecnológico e desenvolveu seu sistema de *streaming* e, anos depois, o sistema de recomendação para que os seus usuários

pudessem ter um acesso mais simplificado e rápido de acordo com os conteúdos que consumiam.

Em paralelo ao desenvolvimento das plataformas de *streaming* ocorreu o aperfeiçoamento dos sistemas de recuperação da informação. Estes são responsáveis pelos conteúdos que são recuperados em uma busca na barra de pesquisa, normalmente localizada na parte superior direita das páginas da web.

A recuperação da informação nas plataformas da Netflix leva em consideração os conteúdos consumidos pelos usuários e os converte em sugestões. Porém, quando o usuário utiliza a barra de pesquisa da plataforma, muitas vezes recupera conteúdos indesejados, seja por causa das sugestões oferecidas ou pela a indexação das obras com termos que não representam fielmente o conteúdo.

Com o surgimento dos *smartphones* disseminou-se o acesso às redes sociais, como o Instagram, Twitter, Facebook, Pinterest, entre outras, mudando a forma das pessoas se relacionarem e se comunicarem. Uma das funcionalidades desenvolvidas para essas novas redes foi a *hashtag* (#), que surgiu com o objetivo de disseminar com mais facilidade e rapidez informações e conteúdos.

Após a implementação e amplo uso da *hashtag* para disseminar informação, começa a ser discutido por estudiosos e especialistas o impacto que a nova ferramenta causa a sociedade e seus significados. Sempre que um usuário clica na *hashtag* ele é direcionado para uma página onde diversas outras pessoas já utilizaram da mesma *hashtag*, dessa forma reunindo conteúdos e informações que possuem algum tipo de relação para um determinado usuário.

No contexto da biblioteconomia a funcionalidade de atribuir termos a um conteúdo foi chamada de folksonomia. Atualmente as *hashtags* são essenciais, principalmente para os desenvolvedores de conteúdos nas plataformas e redes sociais, pois é através delas que esses produtores de conteúdo conseguem captar mais seguidores ou consumidores, gerando mais visibilidade, acesso, consumo, engajamento e acarretando em possíveis patrocínios, ou seja, gerando renda sem o intermédio de terceiros.

Sendo assim, podemos afirmar que a folksonomia, quando utilizada nas redes sociais em forma de *hashtag*, pode distribuir conteúdo com mais agilidade na Internet, podendo ainda gerar lucro ao usuário.

O problema gerador desta pesquisa é demonstrar a dificuldade na recuperação da informação de forma coerente nessa plataforma. Foram pesquisados alguns termos na barra de pesquisa e obtiveram resultados divergentes aos termos pesquisados. O fato de algumas obras serem recuperadas junto aos filmes de outras categorias pode não agradar ao usuário por não se tratar de algo que condiz com o que era desejado, resultando numa avaliação negativa do filme.

É possível perceber que a recuperação da informação na Netflix é falha. Nesse contexto, fica o questionamento: Como a folksonomia pode contribuir para uma melhor recuperação da informação nas plataformas de *streaming*?

O objetivo geral deste artigo é propor melhorias para a recuperação da informação em plataformas de *streaming* com auxílio da folksonomia e os objetivos específicos são de

identificar em quais pontos o usuário pode colaborar na recuperação da informação e propor as diretrizes para que seja possível uso da folksonomia de acordo com a literatura.

A seguir será apresentada uma breve exposição dos conceitos sobre folksonomia, como funciona, como é utilizada. Também serão apresentados alguns conceitos sobre plataformas de *streaming* e, por fim, o objeto de estudo deste artigo que é a Netflix.

2. Referencial teórico

O surgimento da Web 2.0 culminou em diversos avanços tecnológicos, sociais e de comunicação. Dentre os avanços sociais, mudou-se a forma como as pessoas interagem entre si, assim como os nichos de mercado se desenvolveram, e quando novos tipos de trabalhos surgiram, outras profissões tiveram de se reinventar.

É possível afirmar que a comunicação entre as pessoas também se modificou a partir dos adventos dessa evolução tecnológica, sendo os principais fatores as redes sociais digitais, tais como o Instagram, o Facebook, o Pinterest, o Twitter, entre outras. Consequentemente, com essas mudanças foram popularizadas novas ações e atividades que os usuários passaram a realizar nas plataformas, dentre elas a utilização de *hashtags*, também conhecida como *tags*, como forma de classificar ou indexar alguma informação.

A folksonomia é definida por diversos autores, entre os quais Vander Wall, Quintarelli, Smith, Assis e Moura, como a atribuição de *tags* por pessoas não profissionais da informação a objetos informacionais, utilizando a linguagem natural ao invés de um vocabulário controlado; porém, não importando o objeto, mas sim as atribuições feitas por essas pessoas e o tipo de linguagem utilizada. Sendo assim, podem constar como objetos dessa atribuição fotos, vídeos, filmes, séries, textos, *blogs*, e, em alguns casos, simples frases com relativa notoriedade. Entretanto, existem casos onde a ação de etiquetagem não é conhecida como folksonomia, mas por alguns outros termos como: “marcação social”, “representação colaborativa”, “classificação distribuída”, “indexação social”, “*social bookmarking tools*”, “ferramentas de etiquetagem social”, “sistema de classificação social”.

“Folksonomia é o resultado da classificação pessoal livre da informação e de objetos (qualquer coisa com uma URL) para uso pessoal” (VANDER WAL, 2007)¹. O uso das *tags* como forma de classificação é feito em um ambiente social, normalmente compartilhado e aberto para outros. A folksonomia é gerada a partir do ato de atribuir termos pela pessoa que está utilizando a informação.

O valor dessa atribuição externa é decorrente de pessoas usando seus próprios vocabulários e inserindo significado explícito, que pode vir da compreensão inferida das informações/objetos. Para as pessoas, elas não estão categorizando, apenas fornecendo um meio de conectar itens (colocar ganchos) para atribuir significado de sua própria compreensão.

¹ Documento *online* não paginado.

Em algumas conversas em torno de Folksonomia e marcação em 2004 eu disse, "Folksonomia é marcar que funciona". Esta ainda é uma forte crença dos três princípios de uma tag Folksonomia: 1) tag; 2) objeto que está sendo marcado; e 3) identidade, são fundamentais para a desambiguação dos termos da tag e fornecem uma rica compreensão do objeto que está sendo marcado (VANDER VAL, 2007)².

A partir dessas informações é possível concluir que a folksonomia possui alguns critérios para ser realmente uma folksonomia. Santos (2016) disserta que no contexto atual informacional a folksonomia, ou o resultado da atribuição de *tags*, é utilizada na classificação de conteúdos disponíveis na Web. Sendo assim, seu papel na etiquetagem de objetos informacionais está formalizado. Diante disso, as práticas em conjunto de produção de conteúdo são incentivadas fazendo com que as pessoas contribuam para a formação de uma memória coletiva por meio da representação da informação utilizando a linguagem natural ou a livre expressão de entendimento dos usuários a respeito das informações.

Para Nascimento (2020), o uso da folksonomia, ou apenas de uma *hashtag*, é um modo simples, criativo e prático de reunir diversos conteúdos sobre um mesmo assunto, bem como localizar as pessoas que estão discutindo sobre ele e o que cada uma delas compartilhou. Também é uma forma simplificada de explicar o que é organização do conhecimento, classificação e a recuperação da informação e sua importância para aqueles grupos de pessoas que não sabem o que um bibliotecário faz.

Como podemos perceber, folksonomia denota a inovação, participação do usuário, etiquetagem e uso de *tags*. "A hashtag, em si, foi inicialmente usada no ano de 2005 no Orkut com a ideia de se criarem tópicos para as publicações. Posteriormente, um designer social, Chris Messina, produziu a primeira hashtag do Twitter, em agosto de 2007" (NASCIMENTO, 2020)³. Em decorrência disso, é positivo e incentivado que as pessoas façam uso das *hashtags* em suas redes sociais digitais para que as *tags* ganhem mais força e visibilidade, e dependendo dos objetivos do indivíduo, que eles sejam alcançados com mais eficiência, já que o uso de uma *hashtag* direciona outras pessoas para um grupo de conteúdos similares, porém não depende somente de um indivíduo, mas de um coletivo utilizando essa mesma *tag*, a não ser que seja para uso pessoal ou individual, neste caso a pessoa utiliza da forma que preferir.

A *hashtag* criada por uma pessoa gera uma palavra-chave ou termo-chave e é convertida em um *hiperlink* que irá direcioná-la a um resultado de pesquisa para que todas as pessoas que também marcaram os seus conteúdos com aquela *hashtag* específica possam acessá-los.

Tendo em vista as definições e a origem da folksonomia, podemos assim dizer que esta tem como finalidade geral classificar, categorizar, conectar, recuperar e representar conteúdos

² Documento online não paginado. Texto original: *In a few conversations around folksonomy and tagging in 2004 I stated, "folksonomy is tagging that works". This is still a strong belief the three tenets of a folksonomy: 1) tag; 2) object being tagged; and 3) identity, are core to disambiguation of tag terms and provide for a rich understanding of the object being tagged.*

³ Documento online não paginado.

ou informações. Entretanto suas atribuições e utilidades ainda não são completamente claras e definidas, devido ao avanço das tecnologias e a forma com que podem vir a ser utilizadas através da geração de metadados de forma mais simplificada, que a folksonomia proporciona.

A folksonomia, no âmbito de utilização pessoal, possui um objetivo diferente nos espaços de socialização *online*. As pessoas criam esses *links* nas redes sociais para poder recuperar seus conteúdos de forma mais simples e rápida, com o intuito de participar de agrupamentos sociais diversos, como grupos de protesto ou revolta popular.

Em concordância com Assis (2011), a observação do aspecto colaborativo das práticas atuais de organização da informação, que se manifestam através das folksonomias, possibilitou identificar sujeitos em constante produção de descrições dos conteúdos informacionais e percebeu-se o redimensionamento da linguagem não apenas como um vetor estratégico no modelo de negócios da Web 2.0, mas também na validação e recuperação da informação.

Nesse contexto, de acordo com Brandt e Medeiros (2010), a folksonomia pode ser considerada uma estrutura de representação do conhecimento e usada para representar o mundo cognitivo do usuário, que é algo que nenhum outro tipo de representação pode fazer tão bem quanto a folksonomia, aliás ninguém melhor que o próprio usuário para representar seu mundo cognitivo.

Desta forma, a representação do conhecimento fica, atomizada, o que suscita a questão da utilidade dessa representação. Além disso, a grande vantagem do mundo cognitivo do usuário é diluída à medida que mais e mais usuários colaboram com suas tags em um serviço que vai gerar uma Folksonomia. (BRANDT e MEDEIROS, 2010:119)

Podemos afirmar que, no momento em que uma pessoa cria uma *tag*, essa *tag* estará aberta para que outras pessoas a utilizem e que organizar a mesma se distancia dos principais objetivos da folksonomia. Segundo os autores Vignoli, Almeida e Catarino (2014) considera-se que as folksonomias podem representar o conhecimento social, porém não poderão organizá-lo estruturalmente, pois este não é o principal propósito do recurso. Para uma estruturação e tratamento das *tags*, seria primordial a atuação do profissional da informação.

No contexto da folksonomia, a recuperação da informação tem como principal objetivo recuperar itens indexados ou que sofreram algum tipo de atribuição de *tags*. Na comunidade científica, como bibliotecas, bases de dados e arquivos, é utilizada a indexação com vocabulário controlado e métodos predefinidos. Porém, após o surgimento da web 2.0, surgiram aplicações onde a utilização e a necessidade das *tags* cresce a todo o momento, que são as redes sociais digitais.

Com base nessas informações, é possível direcionar o nosso pensamento para um universo, até então pouco explorado pela folksonomia e as *tags*: as plataformas de *streaming*. Até o momento não foi identificada nenhuma plataforma de *streaming* que utilize quaisquer tipos de *tags* ou classificação colaborativa; a sua maioria expressiva utiliza uma indexação específica, e em alguns casos não controlada, devido à discrepância entre termos dependendo da plataforma em foco.

2.1. Plataformas de streaming

Com o surgimento da Internet, foram criadas muitas formas de comunicação, entretenimento e interação entre as pessoas. Uma delas é a plataforma de *streaming*, que possibilita o entretenimento de diversos tipos e em vários lugares, por milhares de pessoas simultaneamente. Essas plataformas podem ser de diversos conteúdos como músicas, jogos, filmes e de variedades.

As plataformas de *streaming* pagas surgiram no Brasil a partir de 2011 com a Netflix, que disponibiliza filmes e séries para assistir *online*. Essa tecnologia de *streaming* é:

[...] uma tecnologia criada para que se reproduza conteúdo em vídeo ou um áudio sem precisar fazer o download completo para o dispositivo, seja um computador ou um celular. É possível ouvir músicas sem que essas músicas ocupem espaço no celular. São armazenados apenas metadados, como pequenas informações de ficha técnica, nome, tamanho da música, e ao procurar e reproduzir uma música, todo o conteúdo é reproduzido remotamente (SILVA, 2018:63).

Essas plataformas não são exclusivas para vídeos, também estão presentes com conteúdo de áudio, principalmente as músicas e os *podcasts*, que vêm ganhando espaço, importância e destaque nos últimos anos. Atualmente algumas das mais conhecidas plataformas de reprodução de áudio são Spotify⁴, Deezer⁵, Tidal⁶, Youtube Premium⁷ e algumas outras.

Existem também as plataformas de streaming de jogos e livros, de acordo com Coutinho (2021), as voltadas para os jogos são conhecidas como bibliotecas de jogos, sendo as mais conhecidas: Xbox Remote Play⁸ e Nvidia⁹, já o destaque para a plataforma de livros é a Amazon Kindle Unlimited¹⁰.

Para o foco desta pesquisa, nos voltamos para as plataformas de vídeo, e encontramos uma variedade de marcas relevantes para a sociedade, principalmente após a pandemia de COVID-19, essas são: a Netflix¹¹, HBO MAX¹², Telecine Play¹³, Globo Play¹⁴, Disney+¹⁵,

⁴ Disponível em: <https://www.spotify.com/br/premium/>. Acesso em 2 fev. 2022.

⁵ Disponível em: <https://www.deezer.com/br/>. Acesso em 2 fev. 2022.

⁶ Disponível em: <https://tidal.com/>. Acesso em 2 fev. 2022.

⁷ Disponível em: <https://www.youtube.com/premium>. Acesso em 2 fev. 2022.

⁸ Disponível em: <https://www.xbox.com/pt-BR/consoles/remote-play>. Acesso em 7 fev. 2022.

⁹ Disponível em: <https://www.nvidia.com/en-us/shield/support/shield-tv/geforce-now-games/>. Acesso em 7 fev. 2022.

¹⁰ Disponível em: <https://www.amazon.com.br/b?ie=UTF8&node=9365390011>. Acesso em 7 fev. 2022.

¹¹ Disponível em: <https://www.netflix.com/br/>. Acesso em 2 fev. 2022.

¹² Disponível em: <https://play.hbomax.com/>. Acesso em 2 fev. 2022.

¹³ Disponível em: <https://www.telecine.com.br/>. Acesso em 2 fev. 2022.

¹⁴ Disponível em: <https://globoplay.globo.com/>. Acesso em 2 fev. 2022.

¹⁵ Disponível em: <https://www.disneyplus.com/pt-br/home>. Acesso em 2 fev. 2022.

Amazon Prime Vídeo ou Prime Vídeo¹⁶ e por fim Youtube Premium. De acordo com Medeiros (2007) existem categorias para o *streaming*, que podem ser divididas em dois tipos: *live streaming* e *streaming on demand*.

As *live streaming* se dão quando um usuário, normalmente de jogos ou redes sociais, disponibiliza um conteúdo ao vivo na plataforma para que outros usuários possam acessar e interagir, não podendo ser pausado; é um *streaming* que “está em sincronia com o tempo corrido, o tempo real” (FERREIRA, 2016:49). Alguns exemplos de plataformas que utilizam esse recurso são Youtube, Twitch TV, TikTok e Instagram quando tratamos dos conteúdos de *live streaming* produzidos pelos usuários.

Por sua vez, sobre o tipo *streaming on demand*, Ferreira (2016) diz que são aquelas onde o usuário pode acessar o conteúdo a qualquer momento, utilizando as ferramentas, como pausar, avançar ou voltar, ao seu critério. Por exemplo: Spotify, Youtube, HBO MAX, Deezer, Disney+, Netflix entre outros.

Existem algumas diferenças no que compõe as plataformas de *streaming* que “são três subcategorias: User-Generated Content (UGC), Distribuidora ou Produtora-Distribuidora” (COUTINHO, 2021:26).

As distribuidoras são aquelas que adquirem os direitos autorais para distribuírem os conteúdos, ou seja, não é a plataforma que produz o filme, série, vídeo ou música que é disponibilizada. Como exemplo de distribuidora temos o Telecine Play, que adquire os direitos de reprodução de diversos conteúdos cinematográficos, mas não os produz, assim como o Spotify e o Deezer, que disponibilizam as músicas e os *podcasts* de diversos artistas de renome, assim como pequenos produtores de conteúdos em suas plataformas e não fazem parte de nenhuma das produções. A subcategoria “distribuidora” tem o objetivo apenas de distribuir o conteúdo em sua plataforma para o consumo do seu usuário, a produção do conteúdo fica a cargo de outras pessoas e estúdios. Traçando um paralelo com os conceitos de Coutinho e Medeiros, podemos dizer que as plataformas distribuidoras são plataformas de *streaming on demand*, pois nelas é possível controlar o momento em que irá assistir e as ferramentas que vai utilizar.

De acordo com Coutinho (2021), a produtora-distribuidora, como o nome se refere, tanto produz quanto distribui o conteúdo. No contexto cinematográfico é ela quem financia suas produções, faz escolhas como de elenco, diretores, coordenadores e distribui o conteúdo que produziu; além das próprias produções essa subcategoria disponibiliza também o que não produziu e do que adquiriu o direito de distribuição. Como exemplos deste tipo de *streaming* temos HBO MAX, Amazon Prime Vídeo, Disney+, Globo Play e Netflix. Juntando os conceitos de Coutinho e Medeiros, a produtora-distribuidora também é um *streaming on demand*, pois mesmo produzindo seu próprio conteúdo ainda sim mantém o controle de consumo nas mãos do usuário.

Segundo Coutinho (2021), uma User-Generated Content (UGC) refere-se as plataformas onde o usuário produz o conteúdo para que outros acessem e consumam, podendo ser reproduzido em *live streaming* como também em *streaming on demand*. Fazendo uma

¹⁶ Disponível em: <https://www.primevideo.com/>. Acesso em 2 fev. 2022.

analogia aos conceitos de Coutinho e Medeiros, o Youtube pode ser considerado uma UCG, pois compreende os dois tipos de reprodução: temos a *live streaming* quando os usuários estão habilitados a criar seus conteúdos ao vivo para outros usuários e só podem assistir em tempo corrido, tempo real, e temos o *streaming on demand* quando os usuários postam seus vídeos já editados e finalizados para a apreciação de outros usuários.

Os sistemas de informação precisam levar suas informações ao seu devido usuário. O que torna um sistema de informação um sistema eficiente é a sua boa recuperação e isso somente pode ocorrer com uma gestão eficaz e pensada no público. O principal objetivo não é apenas ter resultados, é ter resultados que atendam às necessidades dos seus usuários. “Um sistema de informação será, portanto, aquele que tem como núcleo central a informação e como finalidade a sua gestão” (FERNÁNDEZ MARCIAL, GOMES e MARQUES, 2015:5).

Em um comparativo com o problema identificado na Netflix, quanto aos itens recuperados que não condizem com os termos utilizados na pesquisa de conteúdo e as leis de Ranganathan, o que pode ser feito ao se deparar com esse tipo de situação é:

caso se leve em conta que SRIs operam com símbolos de documentos – substitutos pobres, inadequados e distorcidos dos objetos que representam – e que os processos de entrada e saída não estão sendo realizados de maneira satisfatória, deve-se rever, com urgência, a abordagem dada a esses processos, visando diminuir o distanciamento e tornar mais efetivo o contato entre o documento e o usuário (ARAÚJO, 1995).

Podemos compreender que quando nos voltamos para as plataformas de *streaming*, que são sistemas de informação cinematográfica, e nos deparamos com uma falha na sua recuperação, e na qualidade de recuperação, de seus filmes e séries, pautados por Araújo (1995), entendemos que essa falha precisa ser revista para que o usuário possa encontrar o que ele realmente busca e não somente o que é recomendado para ele.

3. Metodologia

Para atendermos aos objetivos, buscamos compreender através de um questionário se o usuário da Netflix consegue indexar os filmes a que assiste. Utilizando perguntas direcionadas para entender quais eram os usuários das plataformas da Netflix e como são os seus comportamentos, delimitar qual era seu conhecimento sobre as *hashtags* e saber se esse público poderia vir a fazer boas atribuições de *tags*, assim como compreender os comportamentos deles nas redes, entender se há alguma relação entre os usuários que a utilizam com maior frequência e as pessoas que conseguiram atribuir *tags* que mais representavam o conteúdo da obra. Também buscamos descobrir o consumo cinematográfico dos respondentes para saber o quanto eles entenderiam sobre este universo e quais eram as categorias que poderiam conhecer melhor, com o objetivo de compreender quais eram as pessoas que conseguiriam atribuir *tags* que poderiam ser utilizadas para representar um título no catálogo da Netflix. Após compreendermos esses dados foi possível visualizar uma forma de aplicar a folksonomia na Netflix.

O questionário foi desenvolvido exclusivamente *online* e foi divulgado através de um *link* por meio de redes sociais do pesquisador, como o Instagram e o WhatsApp, com tempo

médio de conclusão de 15 min. Foi desenvolvido no Google Forms, e obtido o total de 99 respostas.

O questionário teve como objetivo viabilizar a avaliação das habilidades e conhecimentos das pessoas que não possuem um entendimento prévio sobre indexação ou palavras chaves, e devido ao conhecimento dos profissionais da informação sobre indexação foi optado pela retirada das respostas desse grupo.

Sendo assim, foram excluídas 12 respostas, por serem de profissionais da área da Ciência da Informação, assim totalizando 87 respostas válidas.

O questionário foi desenvolvido em 17 seções. A primeira seção contém uma breve apresentação da pesquisa, do pesquisador e desde já informa que as respostas são anônimas. Na segunda sessão é solicitado que a pessoa aceite um termo para autorizar a publicação dos resultados e somente após aceitar é que poderá seguir com a pesquisa, caso contrário a pesquisa se encerra.

Na terceira seção são solicitadas informações demográficas do respondente, como idade, gênero, cidade e nível de escolaridade; se ele faz uso das redes sociais e se é profissional da informação ou não; sendo esta pergunta afirmativa, o questionário se encerra para o respondente.

A quarta seção é composta por perguntas sobre *hashtags*, redes sociais, filmes e séries, possuindo questões sobre o entendimento da *hashtag* e sua utilização, sendo solicitado que a pessoa explique com suas palavras esse conceito. Para as redes sociais foram disponibilizadas opções sendo elas: Facebook, Twitter, Instagram, TikTok e uma opção para quem não utiliza nenhuma rede social. Por fim, as perguntas sobre os filmes e séries, questionando a frequência com que a pessoa assiste a conteúdos audiovisuais; qual a nacionalidade das produções de sua preferência e como escolhe o que assistir. Seguem-se perguntas sobre quais plataformas de *streaming* mais utilizam e quais as categorias preferem.

A quinta seção apresenta um exemplo de como devem ser atribuídas as *tags* por parte do respondente.

Da 6^a à 15^a seções o respondente aplica as *tags* na prática. É questionado se a pessoa assistiu a determinado filme e em seguida apresentada uma foto de capa retirada da Netflix. Logo após estão disponíveis espaços para que as *tags* sejam atribuídas, sendo as *tags* 1, 2 e 3 obrigatórias e as *tags* 4 e 5 eletivas. Entretanto, caso a pessoa não tenha assistido ou não consiga fazer a atribuição das *tags*, ela pode completar com um “x”.

Os filmes que participaram deste questionário foram selecionados após o resultado de uma pesquisa na caixa de pesquisa da Netflix, que recuperou um termo que não o representa de forma principal. Esses filmes são: *O último mestre do ar*; *Cidade de gelo*; *Crush à altura*; *Pequenos grandes heróis*; *Navio Fantasma*; *Sim senhor*; *Monte Carlo*; *Jumanji: bem-vindo à selva*; *American Pie: o último Stifler virgem*; *Sombras da noite*.

Por fim, na 16^a seção é aberto um espaço para que a pessoa possa indicar filmes de sua preferência e atribuir as *tags* que ache interessantes, de forma livre. A 17^a seção é um agradecimento a pessoa por participar.

4. Resultados e análises

A análise de dados desenvolvida para obter resultados referentes aos objetivos propostos para o desenvolvimento da pesquisa é constituído por 5 etapas onde cada uma foi desenvolvida pensando na melhor forma de responder as questões necessárias para os problemas de recuperação da informação encontrados na Netflix. Inicialmente foi necessário conhecer quais eram os filmes mais assistidos, por esse motivo foi desenvolvido um *ranking* dos filmes mais visualizados, para ter a informação de qual teria a maior probabilidade de demonstrar os problemas de recuperação por ter um público mais relevante no universo da pesquisa e assim possuir um maior número de respostas, o que tornaria a pesquisa mais completa e assertiva.

Já na segunda análise, foi feito um comparativo entre os espectadores e os não espectadores, para entender se as pessoas que não assistiram aos filmes seriam capazes de atribuir as *tags* de forma objetiva, assertiva, e representando o conteúdo do objeto corretamente. Esse objetivo foi alcançado, pois foi possível entender que os não espectadores possuem maior dificuldade de realizar essas atribuições, isso os torna pessoas desqualificadas para atribuir as *tags* aos filmes e séries.

Outro ponto é delimitar quais seriam os públicos mais capazes de realizar as *tags* na plataforma de acordo com sua faixa etária. A diferença entre as respostas dos respondentes dependendo das suas idades foi significativa, pois grande parte das pessoas, que atribuíram *tags* com qualidade que representassem os filmes, se encaixavam em duas faixas etárias as de 18 a 24 anos e 25 a 34 anos. Entretanto é necessário observar que um indivíduo que estava na faixa etária de 35 a 44 anos conseguiu obter uma pontuação maior que todos os outros respondentes e que ele era o único nesta faixa etária. Ou seja, é necessário um aprofundamento com relação a pesquisa no que contempla esta faixa etária, ou a questões relacionadas a este respondente.

O uso de redes sociais digitais foi levado em consideração para entender se a qualidade das *tags* pode ser resultado de um entendimento antecipado por conta das *hashtags* utilizadas nas redes sociais. Foi compreendido que o melhor público para realizar as atribuições é aquele que está presente no Instagram, seguido pelo público do TikTok e do Twitter, e que o público do Facebook não possui as habilidades necessárias para realizar as atribuições de qualidade para representar uma obra.

Por fim, foi realizada uma análise que busca entender se o respondente que conhece um nicho ou categoria cinematográfica possui uma maior habilidade para realizar a atribuição das *tags*. O resultado foi surpreendente, pois foi analisada a categoria “comédia romântica” e as pessoas que não possuíam preferências por ambas as categorias analisadas, “comédia” ou “romance” obtiveram os melhores resultados; já as que possuíam preferência pela categoria analisada foram as que obtiveram o menor resultado, não foi negativo, porém não foi o melhor. As pessoas que gostavam somente de uma das duas tiveram resultados satisfatórios para a pesquisa.

4.1. Ranking dos filmes mais assistidos

Iniciamos a análise identificando os filmes mais assistidos pelos entrevistados, gerando um *ranking* desses títulos. Como critério de análise, optamos por focar nos três filmes mais

assistidos pelos entrevistados, sendo eles: em 1º lugar – *Jumanji: Bem-vindo à selva*; 2º lugar – *American Pie: o último Stifler virgem*; e em 3º lugar – *Sim senhor*.

Através deste *ranking* foi possível saber quais filmes seriam selecionados para realizar as demais análises e com um maior número de respostas foi possível perceber a variedade e a qualidade das *tags*. A partir de um maior número de respostas de pessoas que assistiram determinado filme é possível obtermos mais respostas tendo maior probabilidade de uma maior qualidade nas *tags*.

Tabela 1 – Ranking dos filmes

Filmes	Nº de pessoas que assistiram
Jumanji: Bem-vindo à selva	58
American Pie: O último Stifler virgem	52
Sim senhor	50
Crush à altura	28
Monte Carlo	28
O último mestre do ar	20
Sombras da noite	20
Navio Fantasma	16
Cidade de gelo	10
Pequenos grandes heróis	8

Fonte: Elaboração própria, 2022.

Após isso, elaboramos uma lista geral das *tags* atribuídas aos filmes, constando respostas das pessoas que assistiram ou não ao filme.

No primeiro filme do *ranking* foram obtidas aproximadamente 350 *tags*. Dentre as respostas realizamos um *ranking* das *tags* para quantificar as mais utilizadas.

Tabela 2 – Ranking Geral – Jumanji

Tags	quant.
Aventura	45
Ação	16
Jogo	15
Selva	13
Comédia	11
Vídeo Game	10
Fantasia	5

The Rock	5
Divertido	4
Ficção	4
Jumanji	4

Fonte: Elaboração própria, 2022.

Na tabela 2 acima podemos observar a frequência dos termos atribuídos ao filme *Jumanji: Bem-vindo à selva*. Optamos por apresentar em destaque os termos que tiveram frequência maior que 4 aparições. Foram encontrados entre as respostas termos com erros de digitação ou diferenças de grafia como letras maiúsculas ou minúsculas, porém foram considerados como a entrada que poderia ser.

Ao compreendermos a incidência dos termos acima de quatro vezes podemos perceber que dentre os 58 usuários que assistiram ao filme acima, 4 deles optaram por atribuir uma mesma *tag* dentre as suas 5 possibilidades, tendo quase 10% dos respondentes uma mesma escolha. Isso nos sugere que a partir de 10% de frequência de uma mesma *tag* atribuída pelo público de um determinado conteúdo pode ser uma boa *tag* para representar uma obra.

4.2. Comparativo de respostas dos espectadores e não espectadores

Prosseguimos a análise com a comparação entre as respostas gerais, com as respostas específicas das pessoas que assistiram. Foi observado que 84,8% das respostas do *ranking* estavam entre este público que assistiu, enquanto 15,2% foram dos entrevistados que não assistiram ao filme, mas ainda sim foram capazes de atribuir alguma *tag*.

Com isso, por 84,8% das respostas serem de pessoas que assistiram, verificamos que a maioria das respostas obtidas foram desse grupo; quando comparamos com o *ranking* geral percebemos que não houve uma diferença relevante na qualidade das palavras-chave utilizadas. Mas é mais fácil, objetivo e eficiente de analisar as informações com relação a qualidade das *tags*, que representarão de forma eficaz o conteúdo da obra. Assim, diferenciaremos aqueles que viram o filme dos que não viram como espectadores ou não espectadores, e havendo dados que misturem os dois grupos consideraremos como geral. Optamos por analisar apenas os dados dos espectadores porque fazem parte da nossa proposta de diretriz de associar a inclusão das *tags* na Netflix por aqueles que viram o filme.

Sendo assim, *Jumanji: Bem-vindo à selva* foi assistido por 58 pessoas, *American Pie: o último Stifler virgem*, assistido por 52 pessoas e *Sim senhor*, por 50 pessoas. Sobre as respostas obtidas no primeiro filme por espectadores, temos as seguintes respostas:

Tabela 3 – Ranking das tags dos espectadores de Jumanji

Tags	Quantidade
Aventura	42
Ação	15
Jogo	13
Selva	13
Comédia	10
Vídeo Game	10
The Rock	5
Ficção	4

Fonte: Elaboração própria, 2022.

Podemos observar que a maioria das respostas que ocupam o topo deste *ranking* foi atribuída por espectadores devido à baixa diferença de quantidade das principais *tags* atribuídas.

Ao observarmos as respostas de *American Pie*, o segundo filme mais visto, podemos verificar a existência de um problema nas *tags* atribuídas. Esse problema consiste na atribuição de uma *tag* com nome da franquia do filme “American Pie”. Essa diferença também ocorreu em outros filmes, entretanto em menor escala, como em *Jumanji*, onde temos a *tag* “The Rock”, nome artístico de um dos atores.

Este é um problema que deverá ser solucionado através de uma curadoria de um bibliotecário, pois é um termo que trata da parte de catalogação de um filme, que não retrata o conteúdo da obra, mas traz informações descritivas. O bibliotecário é o profissional que detém o conhecimento, tanto da representação descritiva quanto da indexação, e isso o torna capaz de compreender a diferença das nuances das *tags*.

Tabela 4 – Ranking Geral American Pie

Tags	Quantidade
Comédia	34
Besteirol	17
Sexo	15
Adolescente	7
AmericanPie	5
Engraçado	4

Fonte: Elaboração própria, 2022.

Tabela 5 – Ranking das tags dos espectadores de American Pie

Tags	Quantidade
Comédia	32
Besteirol	17
Sexo	15
Adolescente	7
AmericanPie	4
Engraçado	4

Fonte: Elaboração própria, 2022.

A primeira tabela acima representada apresenta o *ranking* geral, já na segunda temos o *ranking* dos espectadores. Percebemos que a diferença é grande de um para o outro, já que apenas 3,65% representam os não espectadores, sendo o total de 35 pessoas nesse grupo, ou seja, dentre essas 35 pessoas que podem atribuir até 5 *tags*, apenas 3 *tags* apareceram no *ranking* geral representando uma baixa participação ou qualidade nas *tags* atribuídas.

Outro ponto que merece destaque é a *tag* “besteirol”, que foi destinada a *American Pie: o último Stifler virgem*. Este não é um termo atribuído ao filme pela Netflix, porém foi uma *tag* utilizada com significativa frequência pelos respondentes. A *tag* “besteirol”, inclusive, é atribuída a outros filmes da franquia na plataforma e é um termo que representa o conteúdo do filme, se mostrando como uma opção viável que o próprio público designou para uma futura busca nas plataformas de *streaming*.

A partir desses dados, podemos concluir para fins de atribuição de *tags* sobre filmes, que as pessoas após assistirem os filmes estão aptas a realizarem este tipo de atribuição de *tags*. Para a Netflix isto será útil como forma de auxiliar na melhora da recuperação de informação em seu catálogo pois os dados comprovam a habilidade do usuário que assistiu a obra em realizar esta ação.

4.3. Como a idade interfere no conhecimento das hashtags afetando a qualidade das tags

Continuamos desenvolvendo a análise a partir da idade dos espectadores e seus conhecimentos das *hashtags* para compreendermos a qualidade das *tags* que atribuíram. Abaixo é apresentada uma tabela com a relação faixa etária e quantidade de pessoas validadas a participar da pesquisa.

Tabela 6 – Faixa etária dos respondentes válidos

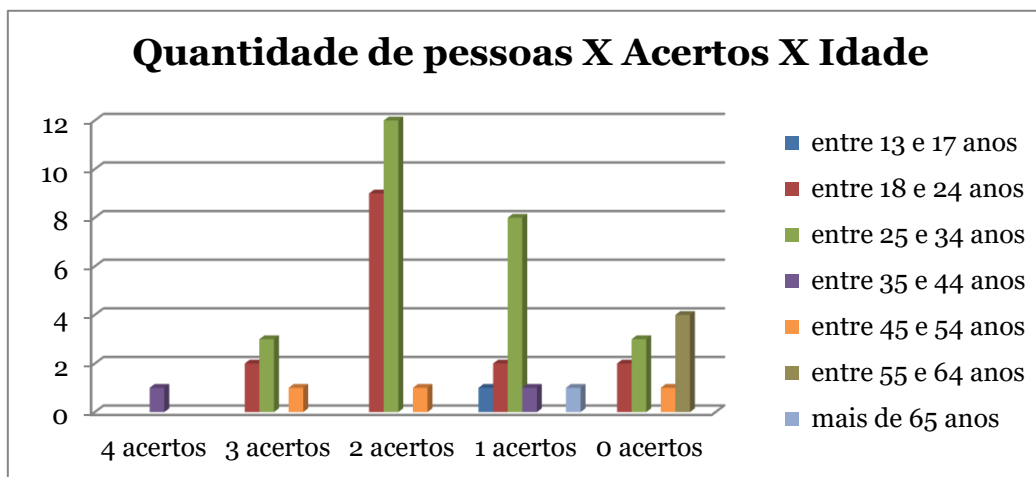
Faixa etária	Quantidade
entre 13 e 17 anos	1
entre 18 e 24 anos	26
entre 25 e 34 anos	39
entre 35 e 44 anos	6
entre 45 e 54 anos	3
entre 55 e 64 anos	10
mais de 65 anos	2
Total	87

Fonte: Elaboração própria, 2022.

Para ser possível avaliarmos a qualidade das *tags*, elaboramos uma pontuação que nos auxiliasse a mensurar. Consideramos no *ranking* dos espectadores as pessoas que apareceram com frequência maior que 4. Para cada *tag* que a pessoa que esteja no *ranking* dos espectadores tenha utilizado, o respondente recebe 1 ponto, podendo alcançar até 5 por ser o número máximo de *tags* que o questionário permite designar.

A seguir é apresentado um o gráfico 1 com a relação de pessoas em determinada faixa etária e a quantidade de acertos do filme *American Pie*.

Gráfico 1 – Relação da quantidade de acertos por pessoas e por faixa etária



Fonte: Elaboração própria, 2022.

A partir desta análise observamos que dentre os respondentes que são espectadores e que tenham conhecimento do que é uma *hashtag*, as faixas etárias com maior habilidade de atribuição das *tags* são as faixas entre 18 e 24 anos e entre 25 e 34 anos.

Apesar de haver uma pessoa entre 35 e 44 anos que conseguiu atribuir 4 *tags* corretas, as outras duas faixas etárias tiveram um maior número de *tags* corretas atribuídas; mesmo que dispersas entre elas, o quantitativo de *tags* corretas foi maior.

As duas últimas faixas etárias, 55 a 64 anos e acima de 65 anos, obtiveram uma pontuação insatisfatória por se tratar de um grupo de 5 pessoas onde somente uma conseguiu atribuir 1 *tag* utilizada pela maioria.

Após essa avaliação concluímos que nenhuma pessoa conseguiu ter 5 *tags* no *ranking* e poucas tiveram 4 *tags*.

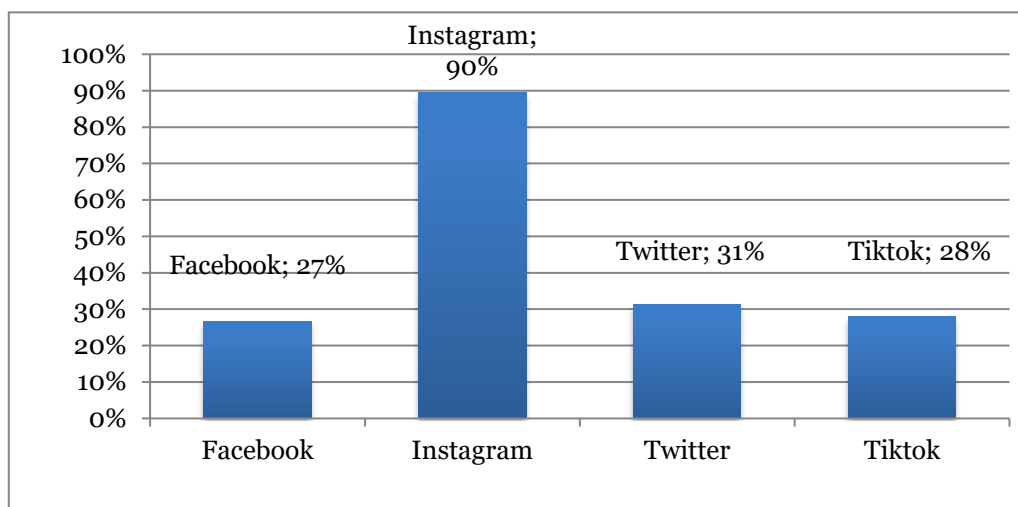
Percebemos que os dados acima comprovam e indicam que o melhor público da plataforma de *streaming* para fazer uma categorização de filmes e séries está na faixa etária de 18 à 34 anos, por ter obtido o maior número de respostas que é utilizado pela maioria das pessoas.

4.4. Relevância do conhecimento sobre hashtags das redes sociais na qualidade das tags utilizadas

Em seguida, comparamos as informações de quem utiliza as redes sociais, quais são essas redes e a qualidade das *tags* dos 3 filmes mais assistidos. Das 84 pessoas que utilizam as redes sociais, podemos ver no gráfico 2 a seguir a relação das que são utilizadas.

Dessas 84 pessoas, 12 tiveram o maior número de acertos que foram 11, 8 e 7, com base no critério de pontuação de qualidade das *tags*. Uma pessoa acertou 11 termos, cinco pessoas acertaram 8 termos e seis pessoas acertaram 7 termos.

Gráfico 2 – Redes Sociais do público geral



Fonte: Elaboração própria, 2022.

Quando observamos nesse top 3 de acertos composto por 12 pessoas, percebemos que aproximadamente 92% utilizam o Instagram, 50% o Twitter, 50% o TikTok e apenas 17% fazem uso do Facebook.

Consideramos que quanto mais as pessoas utilizam o Instagram, o Twitter e o TikTok, principalmente o primeiro, mais elas conseguem desenvolver as habilidades de atribuir as *hashtags* tanto em número quanto na qualidade das *tags*. Isso ocorre devido ao hábito que os usuários dessas redes sociais têm em utilizar as *hashtags* em suas contas nas plataformas, com o objetivo de aumentar o alcance de suas postagens ou de categorizar um conteúdo para que possa atingir com maior precisão o público que irá consumir suas produções.

Consideramos que acertar os termos é quando as pessoas atribuem as *tags* que mais foram atreladas no total geral de *tags* utilizadas para representar um filme. As *tags* que foram ranqueadas são:

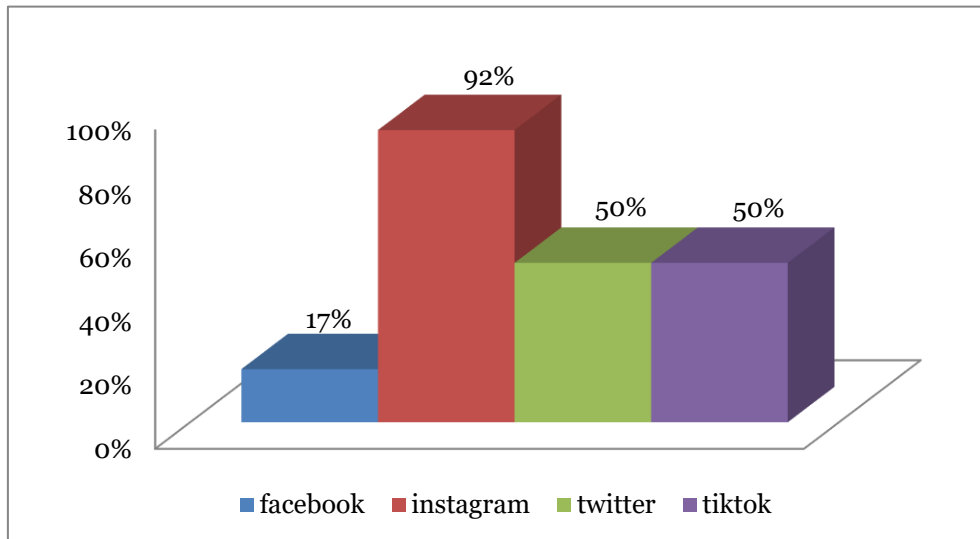
Tabela 7 – Termos utilizados para avaliar a qualidade das tags

TAGS ATRIBUIDAS	Jumanji: Bem-vindo à selva	American Pie: o último Stifler virgem	Sim senhor
	Aventura	Comédia 2	Comédia 4
Ação	Besteirol	Jim Carrey	
Jogo	Sexo	Drama	
Selva	Adolescente	Reflexivo	
Comédia	AmericanPie	Sim	
Vídeo Game	Engraçado	Engraçado 5	
Fantasia		Romance	
The Rock		Sim senhor	
Divertido			
Ficção			
Jumanji			
Aventura			

Fonte: Elaboração própria, 2022.

Entretanto, de acordo com o gráfico 3, observamos que 92% do público que fez parte desta análise está no Instagram, porém 17%, 50% e 50% estão no Facebook, Twitter e TikTok. Mas, quando olhamos para a figura 10 no ranking de acertos:

Gráfico 3 – Ranking de acertos relacionado às redes sociais



Fonte: Elaboração própria, 2022.

É possível percebermos que enquanto a porcentagem do Instagram não apresenta tanta variação, as demais três redes sociais apresentam grande diferença. O que pode indicar uma certa relevância para a habilidade das pessoas que estão presentes nessas redes além do Instagram.

O Facebook não demonstrou uma relevância significativa, na verdade ele teve um encolhimento de sua participação no quesito das *tags* ou utilização por parte do público analisado para a pesquisa. Isso mostra que o público do Facebook não desenvolveu as habilidades necessárias para realizar uma boa atribuição de *tags*.

4.5. As preferências cinematográficas influenciam a qualidade das tags escolhidas?

Seguindo com a análise, avaliamos a qualidade das *tags* que o respondente escolheu para o filme *Sim senhor* de acordo com as suas preferências cinematográficas. Foi realizada uma avaliação com o sistema de pontos por acertos da mesma forma que as análises anteriores. Foram selecionados os dados sobre as preferências de categorias dos filmes. Em seguida, através do catálogo da Netflix foi avaliada a temática do filme para selecionar quais respondentes têm em suas preferências as categorias que a Netflix utiliza para categorizar os filmes selecionados em sua plataforma. Identificamos as categorias de “comédia”, “romance”, “comédia e romance” e respondentes que não possuem preferência em nenhuma das duas categorias.

O intuito desta análise é avaliar se o espectador que tem preferência pelas categorias dos filmes selecionados possui uma melhor qualidade nas suas *tags*. As *tags* utilizadas para

avaliar a assertividade dos respondentes foram: Comédia, Jim Carrey, Drama, Reflexivo, Sim, Engraçado, Romance, Sim senhor.

A seguir serão apresentados quatro gráficos onde cada um possui uma quantidade de acertos:

Gráfico 4 – Espectadores com 3 acertos

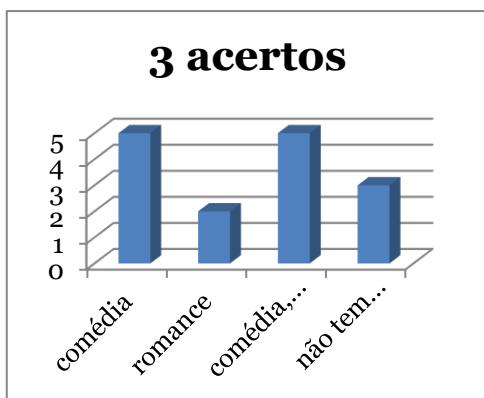


Gráfico 5 – Espectadores com 2 acertos

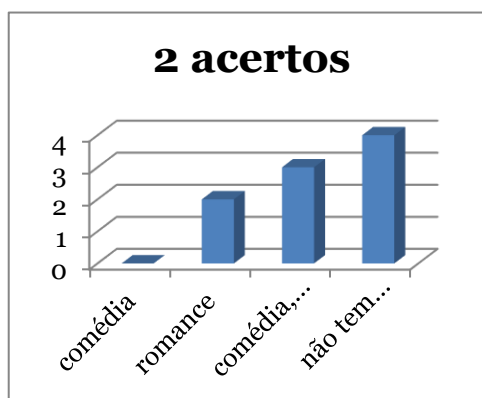


Gráfico 6 – Espectadores com 1 acerto

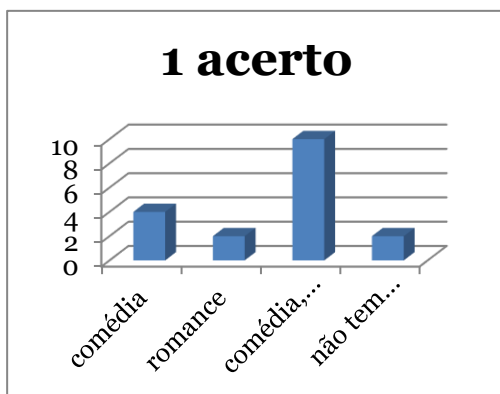
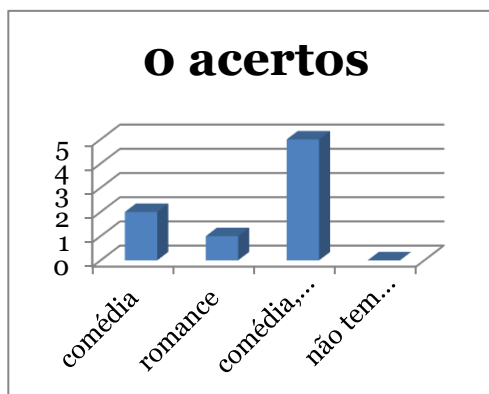


Gráfico 7 – Espectadores com 0 acertos



Fonte: Elaboração própria, 2022.

A quantidade de respondentes que conseguiram acertar 3 termos totalizou em 15 pessoas, enquanto que 9 acertaram 2 termos.

Obtivemos um resultado surpreendente, pois quatro pessoas que conseguiram acertar algum termo não possuem preferências por comédia ou romance. No geral, as pessoas que gostam das duas categorias, comédia e romance, tiveram um menor desempenho com apenas 78% de assertividade em comparação as pessoas que tem preferência por apenas uma das temáticas avaliadas, que foram comédia com 82% e romance com 86%. Já as pessoas que não possuem preferência em nenhuma das duas categorias tiveram uma assertividade de 100%, ou seja, nenhum dos respondentes deixou de acertar pelo menos 1 termo.

Este não era um resultado esperado, pois presumíamos que o resultado de assertividade das pessoas que gostam das duas temáticas fosse maior do que os que preferem apenas uma delas, por se tratar de pessoas que conheceriam melhor as duas categorias e poderiam representar de forma mais eficiente um filme que é categorizado nas duas temáticas.

Tendo em vista a análise realizada, podemos concluir que a Netflix pode tomar algumas decisões caso implemente o uso da folksonomia em sua plataforma. A primeira seria disponibilizar a folksonomia para as pessoas que tem preferências somente por romance ou comédia excluindo quem gosta das duas. A segunda seria disponibilizar para todos que já assistiram sem levar em consideração a temática de preferência, porém pode acarretar em muitas *tags* a serem descartadas. A terceira seria liberar para as pessoas que gostam de pelo menos uma das categorias que representem o filme, pois apesar de terem um resultado de acerto menor do que as pessoas que não possuem essa preferência, existe uma quantidade maior de pessoas que gosta desta categoria o que aumenta a precisão e a certeza das *tags* a serem utilizadas devido à grande frequência de aparições. E como última opção para a Netflix, seria desenvolver uma análise mais aprofundada sobre esta temática para decidir da melhor forma.

5. Considerações finais

O artigo desenvolvido teve como objetivo mostrar como a folksonomia, que é uma forma de categorização das obras e interação dos usuários, poderia auxiliar a plataforma de *streaming* Netflix na sua recuperação de filmes e séries de seu catálogo. Isso se dá devido aos diversos erros de recuperação encontrados e apontados pelo pesquisador. Também podemos considerar a significância da participação dos espectadores da Netflix e o impacto dessa colaboração para o desenvolvimento da plataforma.

Inicialmente foram apresentadas as temáticas que foram tratadas na pesquisa, plataforma de *streaming*, Netflix, folksonomia, *hashtags* e recuperação da informação, seguido por exemplos dos erros de recuperação do catálogo. Em sequência, apresentamos uma breve contextualização sobre o surgimento da Web 2.0 e como ela acarretou no desenvolvimento e popularização das redes sociais. Com esta popularização desenvolveram-se as *hashtags* ou *tags* e com isso foi possível o surgimento da folksonomia. Foi discutido o desenvolvimento e conceituação da folksonomia sendo um estudo em crescimento devido ao desenvolvimento constante das redes sociais e onde pode ser aplicado.

Depois inicia-se a conceituação elaborada de folksonomia mostrando de forma mais completa e descrita sobre o que realmente é, como surgiu, onde surgiu, para situar o leitor em qual ambiente e sociedade se iniciou o estudo. Foi dado ênfase ao que muitos autores retratam sobre a folksonomia - ser uma forma de classificação de forma não controlada, sem a utilização de tesouros. Também se apresentaram as diversas nomenclaturas que outros autores utilizam para folksonomia como “marcação social” e “representação colaborativa”. Pudemos observar que, devido à origem da folksonomia ser algo relativamente recente, é possível que haja um avanço em pesquisas sobre esta temática principalmente por se tratar de uma área que conta com um material de estudo social que está em constante modificação, que são as redes sociais. Em seguida foi feita a sugestão de conexão entre a folksonomia e as plataformas de *streaming*.

No tópico sobre as plataformas de *streaming* foi explicado o surgimento do *streaming* seguido por exemplos de plataformas e as suas conceituações. Foi explicado o *streaming* e as plataformas de *streaming*, suas diferenças e como elas se relacionam. Apresentamos uma linha do tempo da chegada das plataformas de *streaming* ao Brasil para expor e explicar o desenvolvimento dos estudos.

O tópico seguinte foi de contextualização para o leitor sobre a Netflix. Onde surgiu, o porquê de seu surgimento, o que era inicialmente e como se transformou para poder tanto crescer quanto atender de forma mais eficiente e menos custosa para seus clientes. O pioneirismo da Netflix no universo audiovisual atuando de forma inovadora para o seu tempo e como isso transformou o setor.

O trabalho teve como objetivo principal apresentar uma possibilidade de melhoria para a recuperação da informação na plataforma da Netflix utilizando a folksonomia, onde e como o usuário pode colaborar nesta recuperação e principalmente quais são as diretrizes sugeridas para que a folksonomia seja aplicada e como ela pode ser aplicada para os usuários da plataforma.

A justificativa desse trabalho se impôs devido aos resultados desinteressantes para quem realiza buscas no catálogo da plataforma, sendo interessante que haja uma ferramenta que auxilie na recuperação da informação. Assim, a folksonomia se apresenta como uma ferramenta já utilizada nas redes sociais. Outro ponto é a contribuição que esta pesquisa traz para a área de estudo sobre folksonomia e os questionamentos que estão agregados a ela sobre a interação das diversas áreas da informação, não somente a Ciência da Informação.

O método utilizado para desenvolver essa pesquisa foi o questionário *online* para coletar dados e desenvolver análises sobre a aplicação da folksonomia na Netflix. As análises realizadas se mostraram bastante promissoras a aplicação da folksonomia na Netflix e algumas respostas obtidas foram surpreendentes, por exemplo, quando perguntamos sobre o conhecimento sobre o que seria a *hashtag*, as respostas atenderam às expectativas em qualidade e explicação, inclusive quando as respostas são de pessoas que não utilizam as redes sociais.

Através da análise dos dados coletados foi possível entender que os critérios utilizados foram satisfatórios de forma que os dados obtidos foram condizentes com os resultados esperados. Quando olhamos para as redes sociais analisadas percebemos uma presença significativa dos usuários no Instagram e como as faixas etárias se diferenciam de acordo com a rede social. Estando as pessoas mais velhas mais presentes no Facebook do que no Instagram, isso pode explicar por que as *tags* utilizadas por esses grupos não tiveram tanta qualidade quanto as *tags* das pessoas presentes no Instagram, e talvez não seja a questão da idade, mas sim em qual rede social a pessoa está inserida, devido ao constante uso de *hashtags* no Instagram e não tão frequente no Facebook.

Quando observamos as informações sobre o consumo cinematográfico dos respondentes podemos concluir que suas preferências não afetam diretamente suas escolhas pelas *tags*, mas observamos que poucas foram as pessoas que possuíam preferências restritas, onde gostam de poucas temáticas, tendo a maioria dos respondentes diversas preferências. Quanto mais respostas uma obra recebe, melhor são as possibilidades de receberem as *tags*

que passarão pela curadoria de um bibliotecário para que seja avaliada, observada, analisada para que alguma atitude seja tomada, seja para inserir o título ou não.

Um dado interessante no formulário foi a disposição de um espaço para filmes ou séries que os respondentes pudessem preencher de forma livre com o título que fosse de seu agrado e depois atribuísem as *tags* da mesma forma que já haviam realizado. Quando o respondente optava por responder a essa questão, observamos que as *tags* atribuídas apresentaram qualidade e assertividade no conteúdo.

Sendo assim, concluímos que a folksonomia é feita de forma instintiva pelo usuário e que ela consegue adaptar-se a plataforma de filme. Quando a escolha do filme é inteiramente do respondente, dá-lhe a liberdade de escolher filmes que lhe agradam e que tenham marcado de alguma forma a sua memória.

As pesquisas sobre folksonomia voltada para o *streaming* não terminam com este trabalho, existem ainda diversas vertentes a serem exploradas, pois é uma área que merece e necessita de estudos devido a sua atualidade e uso recorrente para o entretenimento e cultura da sociedade, tendo como principal objetivo entregar uma informação a um usuário de forma eficaz e eficiente.

Referências bibliográficas

ARAÚJO, Vania Maria Rodrigues Hermes de

1995 Sistemas de informação: nova abordagem teórico-conceitual. *Ciência da Informação*. [Em linha]. 24:1 (1995). [Consult. 7 mar. 2022]. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/download/54316>.

BRANDT, M.; MEDEIROS, M. B. B.

2010 Folksonomia : esquema de representação do conhecimento? *Transinformação*. 22:2 (maio/ago 2010) 111-121.

COUTINHO, Fabiana Guimarães

2021 *Práticas biblioteconômicas em plataformas de streaming: perspectivas para a atuação do(a) profissional da informação*. Rio de Janeiro, 2021.

Trabalho de Conclusão de Curso – Bacharelato em Biblioteconomia e Gestão de Unidades de Informação, Faculdade de Administração e Ciências Contábeis, Universidade Federal do Rio de Janeiro.

FERNÁNDEZ MARCIAL, Viviana; GOMES, Liliana Isabel Esteves; MARQUES, Maria Beatriz

2015 Perspectiva teórica e metodológica em sistemas de informação complexos. *Páginas a&b: arquivos e bibliotecas*. [Em linha]. 3ª série, 4 (2015) 3-21. [Consult. 7 mar. 2022]. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/download/79459>.

FERREIRA, C. B.

2016 *O Clássico e o streaming: a curadoria digital e a recepção dos usuários da música de concerto no ambiente on-line*. [Em linha]. São Paulo, 2016. [Consult. 10 fev. 2022]. Disponível em: <https://teses.usp.br/teses/disponiveis/27/27158/tde-01022017-102919/publico/CAROLINABORGESFERREIRA VC.pdf>.

Dissertação de Mestrado em Música – Escola de Comunicação e Artes, Universidade São Paulo.

MEDEIROS, Marcelo Santos de

2007 *Transmissão sonora digital: um estudo de caso dos modelos radiofônicos e não radiofônicos na comunicação contemporânea*. Salvador, 2007.

Dissertação de Mestrado em Comunicação – Faculdade de Comunicação, Universidade Federal da Bahia.

NASCIMENTO, J. A. P.

2020 Você sabe o que é Folksonomia? *Biblio: Cultura informacional*. [Em linha] (31 maio 2020). [Consult. 25 jan. 2022.] Disponível em: <https://biblio.info/voce-sabe-o-que-e-Folksonomia/>.

SANTOS, R. F.

2016 *Modelos colaborativos de indexação social e a sua aplicabilidade na Base de Dados Referencial de Artigos de Periódicos em Ciência da Informação (BRAPCI)*. Recife, 2016.

Dissertação de Mestrado em Ciência da Informação – Universidade Federal de Pernambuco.

SILVA, I. F.

2018 *Streaming: produção, tecnologia e campo musical*. [Em linha]. São Paulo, 2018. [Consult. 10 fev. 2022]. Disponível em:

<https://tede2.pucsp.br/bitstream/handle/21759/2/Igor%20Fediczko%20Silva.pdf>.

Dissertação de Mestrado em Ciências Sociais – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

VANDER WAL, T.

2007 *Folksonomy coinage and definition*. [Em linha]. [S. l.: s. n.], 2007. [Consult. 14 dez. 2021]. Disponível em: <https://vanderwal.net/folksonomy.html>.

VIGNOLI, R. G.; ALMEIDA, P. O. P.; CATARINO, M. E.

2014 Folksonomias como ferramenta da organização e representação da informação. *Revista Digital de Biblioteconomia & Ciência da Informação*. 12:2 (maio/ago. 2014) 120-135.

Pedro Luca Tostes da Rocha Pinto | pedroltostes@outlook.com

Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFJJ), Brasil

Carla Beatriz Marques Felipe | felipecarla12@gmail.com

Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Brasil

Resumo: O objetivo é identificar tendências das fontes de financiamento destinadas a museus como parte integrante do modelo de negócio e das estratégias de gestão dos museus. A metodologia aplicada neste artigo assenta, principalmente, por um lado, na revisão de literatura (revistas, jornais e publicações técnicas e científicas); e, por outro, na análise de conteúdo e estudos de caso, sendo o grosso da informação baseada na análise dos relatórios de contas de vinte e quatro museus sediados em três continentes. Os resultados da investigação empírica evidenciam que os museus estão a tentar diversificar as fontes de receita de modo a garantir a sua sustentabilidade económica e financeira. Este trabalho permitiu ainda identificar algumas outras tendências ao nível da gestão dos museus, com particular incidência nas práticas de *marketing*, internacionalização e digitalização.

Palavras-chave: Diversificação; Financiamento; Gestão; *Marketing*.

Abstract: The aim is to identify trends in funding sources for museums as an integral part of the business model and management strategies of museums. The methodology applied in this article is mainly based, on the one hand, on the literature review (magazines, newspapers and technical and scientific publications); and, on the other hand, on content analysis and case studies, with the bulk of the information predicated on analysis of the account reports of twenty-four museums from three continents. Empirical research results show that museums are trying to diversify revenue sources to ensure their economic and financial sustainability. This work also made it possible to identify some other trends in terms of museum management, with particular focus on marketing, internationalisation, and digitalization practices.

Keywords: Diversification; Funding; Management; Marketing.

Introdução

Antes do primeiro museu realmente artístico, o Louvre (criado em Paris em 1793), já havia diversas casas e museus de artes imponentes associadas a palácios, catedrais e outros espaços com valor arquitetónico, mas o Louvre protagonizou um novo propósito e perspectiva do Museu. O Louvre, como um produto tanto contemporâneo quanto histórico (bem como a aceitação de uma responsabilidade pela exposição pública de um determinado produto como arte), marca o renascimento e a herança moderada de uma consciência e autoconsciência do artista. Dessa forma, a arte, ou ainda a obra de arte de artistas, tornou-se uma realidade pública no início do século XIX, antes da revolução industrial. Se a conceção de genialidade e grandeza de arte é primeiramente associada ao Ocidente com o Renascimento, mais tarde, a representação do museu de arte consolidou-se um pouco por todo o mundo. Como sugere Sherman (1975), desde então, e até hoje, ninguém questionou seriamente um conceito de museu de arte.

De acordo com Heilbrun e Gray (2001:187), “os museus são essencialmente coleções de objetos que refletem e comunicam o património cultural ao longo do tempo; e os museus

de arte preservam e apresentam os elementos artísticos desse património cultural”. Por seu lado, Matos Molina (2016) sugere que os museus desempenham quatro principais funções (i) *documentação*: agregam, gerem e divulgam informação e conhecimento de carácter cultural, incluindo as suas obras e coleções; (ii) *conservação*: conservam bens culturais com o objetivo de transmitir a gerações futuras; (iii) *investigação*: procuram informação de suporte a todas as atividades do museu de modo a valorizar e desempenhar adequadamente a sua função; e (iv) *difusão*: desenvolvem estratégias de comunicação que permitem dar a conhecer o seu projeto cultural e educacional⁴.

Falk e Dierking (1992) sugerem que a experiência de museu se constrói na convergência de três contextos que se influenciam mutuamente: pessoal (agenda pessoal do visitante, os seus conhecimentos passados e expectativas); física (o próprio museu como espaço físico dessa experiência) e social. O contexto social de uma visita é constituído por um conjunto de pessoas durante a experiência dessa visita. Pinto (2013) argumenta que aqueles espaços, que tanto podem desencadear sonhos como também angústias, “tornaram-se campos de atuação e comunicação social”.

Porém, independentemente do conceito do museu, e à semelhança de outras atividades culturais e criativas, a sua sustentabilidade económica e financeira sempre foi um dos principais desafios, incluindo nos museus tutelados pelos Estados. Regra geral, estes espaços vivem com a perceção de incerteza económica, potenciada por uma progressiva redução dos apoios estatais, cada vez mais dispersos por outras atividades criativas e culturais. Neste ambiente competitivo, os museus estão pressionados para encontrar novas formas de gerar receitas, atrair visitantes e a pensar numa perspetiva de gestão empresarial e desenvolvimento de modelos de negócio. De acordo com Tobelem (2017), as funções atribuídas aos administradores das instituições culturais que estão essencialmente relacionadas com a gestão são: análise financeira, dossiers jurídicos, edifícios, imóveis, atividades comerciais, assuntos relacionados com a tutela, política turística, negociações com os parceiros, questões de segurança, gestão de pessoal, entre outras atividades, incluindo as relações com instituições da comunidade circundante.

Simultaneamente, os museus enfrentam grandes desafios para se adaptarem à nova era da economia digital, circunstância acelerada pelos impactos da Covid-19 na forma de viver em sociedade. Este cenário está a induzir os museus a introduzir modelos de gestão para potenciar as possibilidades associadas à economia digital, por exemplo: (i) preços dinâmicos para venda de bilhetes para exposições; (ii) utilização de subscrições mensais semelhantes aos serviços de *streaming*; (iii) repensar a proposta das entradas gratuitas;

⁴ De acordo com o ICOM, a *definição de museu* foi aprovada na Assembleia Geral Extraordinária do ICOM – Conselho Internacional de *Museu* (Praga, 24 ago. 2022). Embora seja difícil definir um museu de arte, podemos entender como museu o local onde estão guardadas as coleções de objetos artísticos, científicos ou de outro tipo, em geral de valor cultural, convenientemente organizados para que sejam apreciados. Não existem somente museus de arte, mas de todo o tipo, como científicos, etnográficos, por exemplo. Os museus funcionam e comunicam de forma ética e profissional e, com a participação das comunidades, proporcionam experiências variadas para a educação, a fruição, a reflexão e a partilha de conhecimento. Neste contexto, os museus analisados neste trabalho enquadram-se nestas características, mas também se caracterizam pela grande dimensão à escala nacional e internacional.

(iv) tirar partido do potencial da realidade virtual e inteligência artificial; e (v) atrair públicos e diversificar fontes de financiamento.

No que se refere à metodologia e às técnicas de recolha de informação aplicadas neste artigo, elas assentam, principalmente, por um lado, na revisão de literatura e, por outro lado, numa abordagem de *benchmark* internacional. A literatura inclui revistas, jornais, publicações técnicas e científicas que, de forma mais direta ou indireta, abordam questões relativas à gestão, organização, *marketing* e comunicação dos museus. O *benchmark* baseia-se em estudos de caso, nomeadamente por meio da recolha e análise de informação dos *websites* e relatórios de contas de vinte e quatro museus internacionais sediados em três continentes (América do Norte, Europa e Ásia), cujos principais critérios de escolha foram a dimensão internacional, geografia e cidades diversificadas e facilidade de acesso à informação (neste caso, disponibilidade *online*). Reunidos estes critérios, também foi adotado algum grau de aleatoriedade, sobretudo a possibilidade imediata de obter a informação disponibilizada.

Nesse contexto, pretendeu-se também identificar algumas tendências de gestão e fontes de financiamento dos museus. Com esse propósito, foram analisados os relatórios de contas e *websites* dos museus (24) de modo a perceber não só alguns elementos centrais da sua estratégia de gestão e financiamento, como também os seus posicionamentos em termos de atividades e serviços prestados. Adicionalmente, foram analisados outros conteúdos e indicadores de desempenho que permitiram gerar informação sobre a estratégia – e tendências – gerais dos museus.

Por conseguinte, este trabalho tem como principal objetivo recolher e analisar informação que permita responder à seguinte questão de investigação: *Quais são as principais tendências ao nível da gestão e modelos de financiamento dos museus?* Para este propósito, este artigo está dividido em três partes: a primeira parte está focada essencialmente na revisão da literatura sobre alguns dos principais desafios e transformações, bem como outras tendências relacionadas com a organização de gestão dos museus; por seu lado, e com base no trabalho empírico, a segunda parte apresenta análise e discussão densas sobre as fontes de receita de vinte e quatro museus sediados em vários continentes, bem como outros indicadores-chave de desempenho dos museus; por último, a terceira parte centra-se num resumo conclusivo das ideias-chave que orientaram o trabalho, incluindo a resposta à questão de partida e identificação de tendências ao nível da gestão dos museus.

1. Marketing, financiamento, internacionalização e migração digital dos museus

1.1. Gestão, estratégia, financiamento e internacionalização dos museus

A teoria dos recursos é fundada na ideia de que a utilização dos recursos disponíveis na organização (bens e conhecimento) é a fonte do seu desempenho e poderá dar-lhe uma vantagem face às organizações que operam no mesmo domínio de atividade. No caso de um museu, os três principais recursos são: um local (para exposição, mas também para armazenamento); obras (coleções); e competências (científicas e tecnológicas), ou de

gestão e comerciais, tais como atividades de mediação, ou de patrocínio (BUSSON e ÉVRARD, 2013).

Como sugerem Heilbrun e Gray (2001), todos os museus possuem questões recorrentes sobre a forma como alocam recursos para fazerem cumprir as suas funções, como gerem os seus portfólios de investimentos e como pagam todas as despesas de funcionamento. Por seu lado, Weil (2002:14) afirma “que existem duas competências muito diferentes que podem ser exigidas para o bom funcionamento do museu: a de cumprir os propósitos decorrentes da missão do museu e a de converter a boa vontade pública em suporte real. Essa diferença nem sempre foi claramente articulada ao discutir a operação de organização sem fins lucrativos”.

As preocupações com os aspetos da gestão, financiamento e *marketing* são inclusivamente realçadas pelo International Council of Museums (ICOM), criado em 1946, cuja missão é apoiar os museus a implementarem boas práticas, incluindo ao nível da sua sustentabilidade, por meio de diversos serviços que presta a mais de 30.000 membros (VARBANOVA, 2013). De acordo com Varbanova (2013:77), hoje, mais do que nunca, os museus são o coração cultural, social e dos assuntos económicos nas sociedades contemporâneas. Para fazer face ao funcionamento das suas atividades, os responsáveis das instituições culturais, de diferentes países, tentam desenvolver diversas fontes de financiamento, por exemplo: bilheteira, atividades comerciais, restauração, arrendamento de espaço, mecenato, *crowdfunding*, etc. (FAUSTINO, 2020). Portanto, os museus podem explorar várias fontes de financiamento, nomeadamente o financiamento privado, o financiamento público, a venda de bilhetes, as assinaturas e outras atividades comerciais (CANDELA e SCORCU, 2013). Ao mesmo tempo, observam-se algumas tendências e pressões para a realização de reformas em matéria de desconcentração e descentralização.

Essas dinâmicas na atividade museológica – em organizações públicas e privadas – seguem também algumas tendências que se observam ao nível da gestão de outras instituições culturais sem fins lucrativos. São tendências que adotam cada vez mais estratégias e gestão (*marketing*, planeamento, finanças, recursos humanos, logística, comunicação, comercialização e racionalização organizacional) e implicam uma boa liderança e gestão da mudança (TOBELEM, 2017). As mudanças na economia, política, tecnologia e sociedade têm implicações profundas em todos os setores de atividades (com fins lucrativos ou sem fins lucrativos) e, como em qualquer outra atividade económica contemporânea, incluindo os bens culturais, os museus necessitam, neste contexto com profundas mudanças, de adotar estratégias de gestão mais orientadas para o mercado. Para Heilbrun e Gray (2001), os museus devem, em complemento das receitas de admissão, obter outras receitas das lojas (*merchandise*) e cafetarias, por exemplo. Os gestores dos museus devem, portanto, preocupar-se com a angariação de receitas adicionais.

O *marketing* assume uma crescente importância – como parte integrante da gestão empresarial – para potenciar, por exemplo, o número de visitantes e dar a conhecer as coleções a um público o mais alargado possível, bem como gerir a comunicação *offline* e *online* dos museus como produtos e marcas com valor tangível e intangível. No seu conjunto, estas estratégias de gestão, *marketing* e comunicação visam também reforçar a credibilidade e a notoriedade dos museus e conquistar mecenas e/ou outro tipo de financiadores dos museus. Existem vários museus – sobretudo privados ou públicos suportados em fundações com autonomia da tutela do Estado – em que as práticas de gestão assumem um nível de desenvolvimento acentuado, que se pode comparar com as

melhores práticas de outros setores ou indústrias, incluindo objetivos de *marketing* e comunicação internacional, de modo a aproveitar e integrar o cenário competitivo global no contexto de uma economia mais liberal e aberta.

Os museus, especialmente os de grande dimensão e visibilidade internacional, procuram cada vez mais implementar práticas de relações públicas globais mais agressivas e eficazes, uma vez que a sua sobrevivência depende da sua capacidade de competir local, nacional e globalmente não só para atração de públicos como também para angariação de patrocinadores (FRASER, 2006; FREY et MEIER, 2006). Neste contexto, *public relation* (PR) é definido como o desenvolvimento da "função de liderança e gestão que ajuda a atingir os objetivos organizacionais, e definir uma filosofia para facilitar a mudança organizacional" (FREITAG e STOKES, 2009:5). Assim, as relações-públicas – e outras formas de comunicação organizacional – são geralmente baseadas na comunicação com públicos internos e externos para alcançar os objetivos organizacionais e satisfazer as expectativas da sociedade (GRINCHEVA *apud* STEVENSON, 2018).

Por seu lado, a adoção e maximização do potencial das tecnologias nos museus também se inscreve numa estratégia de gestão estratégica e *marketing* orientada para os consumidores e para valorizar as experiências nos museus. Como a oferta de arte está amplamente disponível para que o público (e especialmente crianças) aprenda, eduque e se entretenha por meio de ações, como visitas guiadas ou escolares, oficinas, trabalhos práticos, exposições-*goûters*, jogos, filmes, histórias, etc. (DROUGUET, 2005), é necessário ainda atrair de maneira a ter em conta a crescente demanda digital. Segundo Pinto (2013), a educação em exposições funciona como mediação cultural. De acordo com Assassi (2010:253): “as instituições culturais têm a vantagem de redefinir a sua missão, o seu conteúdo e o seu público; e simultaneamente colocam algumas questões de orientação estratégica, designadamente como atrair os públicos mais jovens nascidos num ambiente digital influenciado pela internet e pelo telemóvel”.

Com essa perspetiva, as estruturas culturais *brick and mortar*, ou seja, tradicionais e analógicas, devem também alargar – migrar – a exposição das suas coleções para suportes digitais. O primeiro passo é a inclusão das suas coleções no espaço virtual, o que está já a ser feito, de um modo geral, pelos museus. Mas também se observam estratégias mais avançadas nos grandes museus internacionais (Guggenheim, Louvre, Hermitage, etc.), que têm mais recursos e capacidade de investimento para inovar e acelerar a migração digital, embora estejam mais pressionados pela competição internacional para encontrar novas formas de alargar e atrair públicos por meio da valorização de novas experiências digitais. Por outro lado, também se inscrevem numa estratégia de gestão e *marketing* internacional para alargar a captação de recursos de entidades sediadas em geografias exteriores à sede e base operacional do museu. Ou seja, a competição dos museus a nível internacional é mais acentuada não apenas pela pressão de atrair mais visitantes, como também de atrair mais investidores e patrocinadores, para consolidar e desenvolver esse posicionamento internacional.

De acordo com Busson e Évrard (2013), a evolução contemporânea dos museus caracteriza-se por um duplo movimento: o desenvolvimento das marcas e a internacionalização, conducentes à criação de marcas internacionais. A origem desse movimento deve-se ao desenvolvimento do turismo, sobretudo depois do século XIX, com a emergência do turismo de massas favorecido pelo crescimento económico e a democratização dos

transportes aéreos. Do ponto de vista da criação de uma marca internacional, o caso mais visível e pioneiro foi a criação do museu Guggenheim em Bilbao e também em Las Vegas.

As grandes manifestações internacionais em museus ocorrem frequentemente por meio de encontros periódicos do mundo cosmopolita da arte internacional. Esses eventos são largamente subsidiados por poderes públicos e ampliados por meio de acordos internacionais, que testemunham a vontade pública de criticar o lugar da competição internacional (MOULIM, 1992).

O processo de internacionalização pode constituir uma boa opção estratégica de negócio para uma determinada organização, sobretudo como alternativa às limitações de crescimento, impostas pela fraca dinâmica observada no mercado interno.

Uma das mais frequentes formas de internacionalização das organizações – que também se observa em alguns museus – tem a ver com a realização de investimentos diretos noutros países. Estes investimentos são feitos por meio da implementação de operações produtivas num outro país por parte de uma empresa e, geralmente, há a transferência de tecnologia, competências de gestão, processos de produção, conhecimentos de *marketing* e outros recursos.

A dimensão internacional tem vindo a intensificar-se como parte integrante das estratégias de internacionalização das empresas e demais organizações da indústria criativa e cultural. Decorre também, em parte, de alguns fenómenos sociais e económicos, por exemplo, (i) a tendência para a crescente globalização da concorrência e dos mercados, (ii) o número cada vez maior e diversificado de setores de atividades, (iii) o crescimento da importância da Internet e do comércio eletrónico. Aspetos que, em determinadas circunstâncias, poderão também influenciar a opção por uma geografia em detrimento de outra poderão ser a *afinidade cultural* e a *proximidade geográfica* e alguns aspetos logísticos, como a facilidade em viagem para esses mercados externos. Porém, *afinidade cultural* pode não se justificar e não ser atrativa por vários motivos, especialmente quando (i) os países em causa não estejam em condições de assegurar algumas bases fundamentais, tais como a estabilidade política ou indicadores de crescimento da economia, (ii) e não sejam identificados alguns fatores de contexto favoráveis aos negócios, nomeadamente a legislação de impostos e laboral e também custos das matérias-primas, mão de obra ou aspetos relacionados com a segurança.

O conceito de *afinidade cultural* – por exemplo entre países de expressão portuguesa ou de influência cultural ibérica – não sendo obrigatório, costuma pesar muito nas estratégias de internacionalização; e no setor cultural, no qual se incluem as organizações museológicas, este aspeto pode não ser determinante, mas é importante. De acordo com Bradley (1991), os principais parâmetros para medir a *afinidade cultural* de pessoas de diferentes culturas estão, frequentemente, associados ao idioma e aos costumes. Nas organizações museológicas também é possível encontrar esses tipos de estratégias em função da *afinidade cultural*, embora possa não ser tão determinante como noutras indústrias criativas (por exemplo, o caso dos *media*). Claro que as estratégias de internacionalização são mais visíveis nos grandes museus, como o Guggenheim, o Louvre e o Hermitage, que, por serem marcas internacionais fortes, frequentemente fazem acordos de parceria com organizações terceiras para abrirem museus noutras regiões para além da sua base de origem (Louvre em Abu Dhabi, Guggenheim em Bilbao e, embora, neste caso, depois tenha sido encerrado, o Hermitage em Manhattan).

Portanto, no caso da indústria cultural e criativa e, particularmente, no âmbito dos museus, o tema da internacionalização não é menos importante do que noutros setores ou indústrias com produtos e serviços de vocação comercial. Importa também realçar que, numa sociedade em acelerada transformação (tanto tecnológica como socioeconómica), os museus são hoje plataformas culturais. Ou seja, para além das suas funções mais tradicionais de colecionar, conservar, comunicar com o público, investigar e expor, têm também de interagir de uma forma diferente e inovadora com quem os visita, de forma a proporcionar oportunidades e formas de criar, partilhar conteúdos e experiências e interagir. Tal necessidade é, de certa forma, um reflexo das necessidades das populações locais – e externas – e da sua opinião em prol da internacionalização dos museus e sua respetiva inserção num contexto global. As estratégias de internacionalização dos museus são, no essencial, similares a outros setores, embora se possam reconhecer algumas práticas mais frequentes como a internacionalização ocasional através de acordos de rotação de coleções de obras de arte.

1.2. Transformação digital, competências e inovação nos museus

Os museus constituem um dos setores da atividade cultural e criativa que mais tem beneficiado – e pode beneficiar – com a aplicação da tecnologia, incluindo a migração para plataformas digitais. Se é verdade que se pode assumir que muitas aplicações, bem como outras informações e funcionalidades úteis proporcionadas pelas páginas *online*, já são observadas com frequência, como por exemplo a possibilidade de comprar bilhetes à distância, também é verdade que ainda existem muitos aspetos a melhorar com o apoio da tecnologia, incluindo a realidade virtual e a inteligência artificial, que podem contribuir para melhorar significativamente a experiência e para gerar novas receitas.

Sem pretender fazer prospetiva a longo prazo, não é difícil, nem irrealista, imaginar novas aplicações e funcionalidades potenciadas pela tecnologia na dinamização e valorização dos museus. Quando se visita um museu, pode-se admitir que as melhores experiências são quando existe um guia ou uma pessoa especialista que transporta os públicos pelas salas e explica o significado das obras e das peças expostas. Com o crescente avanço da tecnologia, pode-se imaginar como poderão ser enriquecidas estas experiências num futuro próximo!

As tecnologias podem ter impacto positivo em toda a cadeia de valor de um museu (aquisição, produção, organização, exposição, compra, distribuição, comunicação, exibição, etc.), mas, sem dúvida, um dos elementos mais visíveis e impactantes é na melhoria da experiência, incluindo nos detalhes narrativos. Imaginando o que se poderá fazer nos museus num futuro muito próximo, até se pode dizer que as experiências atuais oferecidas são pouco dinâmicas e interativas. Por exemplo, na maioria das vezes em que se visita um museu, o único apoio narrativo são os painéis ao lado de cada obra, que explicam o significado da peça. Por vezes, observam-se parágrafos intermináveis a explicar o significado das obras e a experiência pode não ser muito agradável! E a tecnologia – incluindo o telemóvel através de aplicações – pode contribuir para melhorar estas experiências durante e depois de uma visita.

Por seu lado, a realidade aumentada e a virtual, aliadas aos metadados, podem ter um papel especial, por exemplo, de personalização da visita. Antes da visita, uma aplicação pode permitir incluir dados, como a idade e a morada, e, com eles, o museu pode recomendar obras relacionadas com o ano de nascimento e local de residência, gerando uma interação forte entre cada visitante e o museu, através de uma visita personalizada. A tecnologia

também pode estar ao serviço da valorização dos museus com base nos conteúdos multimédia acedidos através de um *smartphone* que sirva como guia, por exemplo, de acesso a vídeos nos quais se explicam as obras de uma forma mais envolvente.

Já existem algumas soluções de écrans nos museus, mas, regra geral, oferecem pouca privacidade e não permitem manter a atenção. O facto de ser possível ter acesso aos conteúdos pelo écran do telemóvel – de maneira privada – pode melhorar muito a experiência final, incluindo a escolha das obras a observar e até a ampliação da informação durante mais tempo depois da visita ao museu. A realidade aumentada ou virtual pode permitir visualizar pormenores sobre o significado das obras que, nas visitas tradicionais, podem estar ocultos e até se podem fazer, por exemplo, comparações com obras similares. Ou seja, a realidade aumentada ajuda a viver e reviver de uma forma mais intensa a obra, permitindo viajar e contextualizar até ao período em que a obra foi criada, facilitando assim a sua melhor compreensão. Por seu lado, a realidade virtual também pode potenciar a segmentação de experiências. Pode, por exemplo, gerar produtos e serviços específicos para crianças, criando experiências e personagens à sua medida, como minijogos e narrativas mais adequadas à idade (HOWES, 2007). Os museus que desenvolverem uma presença ativa nas redes sociais potenciam mais oportunidades de aprendizagem e de conhecimento das exposições, coleções e atividades, permitindo que os visitantes interajam entre si e se sintam parte de um grupo especial.

1.2.1. Estratégia digital

A transformação ou migração digital de um museu apresenta grandes potencialidades e desafios. Tem, necessariamente, incidência também em todos os grupos profissionais envolvidos nele, o que, portanto, implica que ela seja realizada em todas as vertentes de um museu: comunicação, mediação, venda de bilhetes, recursos humanos, interação com o público, etc. Por isso, é fundamental criar uma cultura digital comum dentro das instituições museológicas, incluindo todas as suas equipas nesse objetivo comum.

A estratégia digital dos museus assentará progressivamente nos seguintes eixos: o digital pode favorecer o conhecimento das coleções e a sua melhor difusão; incide particularmente sobre a oferta cultural e os serviços; e ajuda a desenvolver uma cultura de trabalho comum.

Em alguns museus – por exemplo no Louvre – estão a ser criados comités digitais (ou *task forces*) que se reúnem com os responsáveis dos museus com o objetivo de coordenar a sua estratégia digital e de ter uma visão global de todos os projetos dos museus. Esta estratégia reflete a necessidade que os museus têm de se adaptar a novos públicos, que estão não só bastante mais informados como estão permanentemente ligados ao mundo digital, inclusive às redes sociais.

Uma estratégia digital significa uma mudança na relação entre as obras exibidas e os visitantes. Nesta perspetiva, a Internet tornar-se-á uma extensão do museu por meio da utilização das redes sociais, mas também devido à desmaterialização das coleções e utilização de ferramentas digitais. Evidentemente, a visibilidade *online* dos trabalhos expostos é crucial para atrair os públicos a visitarem os museus – ou seja: os trabalhos exibidos têm de estar nas paredes dos museus, mas também fora delas. Neste contexto, e do ponto de vista de estratégia, é fundamental compreender que as ferramentas digitais não concorrem com as coleções dos museus e podem ser estratégias complementares. Por

outras palavras, a presença *online* e as ferramentas digitais não devem ser motivo de receio em termos de potenciais perdas de visitantes e respetiva venda de bilhetes.

As ferramentas e as atividades digitais servem de mediação entre o público e o museu e incitam a que o público – que consulta informação através de suportes *online* – se desloque fisicamente e visite o museu. Neste sentido, os museus deverão desenvolver nos seus colaboradores competências para compreender e usar as plataformas digitais de modo a se adaptarem às inevitáveis mudanças que o digital implica na atividade dos museus.

1.2.2. Competências dos profissionais

Para gerir os projetos de migração para digital, é necessária a existência de competências em gestão e coordenação de projetos, devendo os profissionais dos museus trabalhar sempre em colaboração e de forma transversal. Impõe-se um padrão de exigência elevado, uma vez que se trata de um serviço para a coletividade (PINTO, 2013). Aliás, o trabalho conjunto já é uma prática habitual noutras circunstâncias dos museus – por exemplo, para montar uma exposição ou trabalhar em projetos que valorizem as coleções, é necessária a intervenção de diversos profissionais: conservadores, documentalistas, arquivistas, mediadores, museógrafos, comunicadores.

Conceber e executar um projeto digital implica não só utilizar as competências de coordenação e orientação que os profissionais dos museus já habitualmente utilizam, como também enriquecer as suas capacidades através da integração de novas metodologias originárias dos domínios da informática, do *design* ou da consultoria. A utilização e combinação destas ferramentas metodológicas permitem reorientar e estimular a abordagem ao público.

Para dinamizar uma estratégia que inclua a vertente digital, existem outras competências que os profissionais dos museus necessitam de dominar, nomeadamente a produção e a administração de conteúdos, principalmente os associados aos materiais documentais e de mediação. Atualmente, é importante compreender os hábitos do público não só em termos da sua utilização das ferramentas digitais, mas também no que se refere à sua mobilidade. Isto implica a realização de uma abordagem adaptada e editada dos conteúdos produzidos.

A adaptação dos conteúdos às necessidades e usos do público significa a incorporação, por parte dos profissionais dos museus, de um conjunto de competências que habitualmente são desenvolvidas por outras áreas das indústrias criativas e culturais (ex.: séries, videojogos, cinema); e também pelo jornalismo e pelo setor da educação. E para conhecer o perfil de quem visita os museus e permitir uma abordagem orientada para os seus interesses, existem diversas ferramentas e metodologias, nomeadamente sondagens (incluindo as já realizadas por outras entidades), realização de *workshops* com o público, o desenvolvimento de entrevistas de grupo focal à distância, a elaboração de um protocolo de avaliação ou a análise de dados quantitativos e qualitativos recolhidos de visitantes, complementando os habituais instrumentos de mediação. Incluir a opinião e gostos do público na reflexão levada a cabo pelos museus no sentido de se aproximarem dos seus interesses faz todo o sentido.

1.2.3. Inovação nos museus

Considerando que os museus mais visitados são essencialmente (mas não exclusivamente) museus de arte, faz cada vez mais sentido refletir sobre as estratégias de gestão e *marketing* dirigidas aos públicos destes museus. Os museus de arte normalmente apelam a um segmento que tem tempo, interesse e capacidade intelectual para apreciar arte, o que geralmente significa um público com formação superior, elevado estatuto socioeconómico e um particular interesse pela arte e pela cultura. De acordo com Pinto (2013), o público-alvo já compreende o sentido daquelas obras de arte. Dado que este é essencialmente mais sénior, e tendo em conta que as gerações de nativos digitais consistem numa fatia considerável do público que habitualmente não tem o hábito de frequentar museus, o *marketing* realizado pelos museus de arte afigura-se uma tarefa complexa, mas fundamental. Blattberg e Broderick (1991) defendem que uma das questões mais desafiantes consiste na identificação do que deve ser otimizado.

Por conseguinte, as ações de comunicação e publicidade dos museus de arte tendem a dirigir-se não apenas ao seu público mais tradicional, como também às novas gerações que não têm o hábito de frequentar museus (CHUNG *et al.*, 2014). Por seu lado, o *marketing* e a comunicação dos museus também se inscrevem numa estratégia geral de valorizar – em reputação e notoriedade – as obras expostas e as restantes atividades desenvolvidas, de modo a captar recursos para além dos apoios públicos, que tradicionalmente desempenham um papel importante, sobretudo na Europa, Ásia e Oceânia.

Como se pode ver na parte seguinte, os museus estão progressivamente mais orientados para o mercado – e sujeitos a pressões competitivas no mercado da atenção – e os recursos angariados através das receitas de bilhetes, patrocínios, doações, *merchandising*, por exemplo, constituem hoje um elemento central no modelo de financiamento e negócio híbrido.

2. Tendências de visita e fontes de financiamento de 24 museus internacionais

Como sugerem Siegel e Mattick (2004), a arte, que sempre foi objeto de investimento, tanto financeiro quanto espiritual, pode ser atualmente discutida mais abertamente em termos monetários. Os museus, mesmo quando não realizam exposições que atraem multidões – sobretudo com obras de artistas de renome – cada vez mais apostam e popularizam-se ao possuir lojas com *merchandising*, restaurantes, e também, em muitos casos, arquitetura ousada. Em muitos outros casos, os museus também organizam festas gastronómicas, noites de jazz, *workshops* infantis, entre outros eventos. Nesta perspetiva, não surpreende a crescente importância da gestão empresarial como parte integrante de uma estratégia para procurar novos recursos, e até substituir, em certa medida, os apoios do Estado, apostando mais na venda de entradas. Esta medida comercial também influencia o tipo de arte exibida nesses espaços.

Com efeito, a investigação empírica recolhida em vinte e quatro museus internacionais inscreve-se nas tendências referidas, sendo, por exemplo, muito evidente a redução dos apoios do Estado e o aumento de outras fontes de receita (*merchandising*, visitas, patrocínios e doações, por exemplo) como parte crítica de sucesso da sustentabilidade económica e financeira dos museus. Assim, as variáveis consideradas para o estudo como

fonte de receita são: *Visitas*, *Merchandising*, *Apoios públicos*, *Donativos*², *Patrocínios*, *Arrendamento de espaços/Restauração*, *Associações de Amigos e Outras receitas*. Nas outras receitas não foi possível apurar a sua origem específica, mas atualmente é possível encontrar frequentemente outro tipo de receitas de carácter mais pontual, incluindo ações de *crowdfunding*³.

O fundo patrimonial, conhecido no exterior como *endowment* e que pode representar 15% a 20% dos custos de funcionamento (TOBELEM, 2017), tem por finalidade gerir um património com um horizonte de longo prazo, sendo os seus frutos (rendimentos) destinados à manutenção, divulgação e expansão de um museu. Trata-se, portanto, de uma doação financeira suportar uns conjuntos de investimentos financeiros, imobiliários ou outros, para uma finalidade dos museus, de acordo com a vontade expressa pelos seus fundadores e doadores.

2.1. Análise das visitas, receitas e financiamento de museus na Europa

Pela informação recolhida nos relatórios de contas de oito museus de arte sediados no continente europeu, e cujos principais indicadores de *performance* estão sintetizados no Anexo 1, verifica-se que o museu do Louvre é o que apresenta maior receita durante o período 2016-2018, tendo a sua grande parte origem nas *Visitas*, *Apoios públicos* e *Merchandising*. Este é seguido pelo museu Tate, que possui como maior fonte de receitas os *Apoios públicos*, *Merchandising* e *Visitas*. No conjunto das receitas dos museus da Europa, verifica-se uma variação positiva de *Visitas* (31,2%), *Merchandising* (45,1%) e *Outras Receitas* (23,5%). Não se considerou a variação ao nível dos *Restaurantes* relevante, porque é somente apresentada pelo museu Tate. Por seu lado, a variável *Apoios públicos* nos museus da Europa configura uma redução no triénio de 4,7%.

2.2. Análise das visitas, receitas e financiamento de museus Norte-Americanos

Na mesma linha da análise anterior, foram analisados oito relatórios de contas de museus de arte estabelecidos no continente norte-americano, e os principais resultados do seu desempenho estão condensados no Anexo 2. Neste contexto, o museu que apresenta maior receita durante o período compreendido entre 2016-2018 é o MET. As suas receitas provêm na sua grande parte de *Donativos*, seguido de *Merchandising* e *Visitas*. Nos museus da América do Norte, verifica-se em traços gerais que a principal fonte de receita são os *Donativos*, embora se tenha verificado uma quebra no triénio de 19,1%. As *Visitas*

² Nos museus dos EUA (e noutros países) também a figura dos *endowments* é fundamental para o financiamento dos museus. Consiste num fundo patrimonial, conhecido no exterior como *endowment*, que tem por finalidade gerir um património com um horizonte de longo prazo, sendo os seus frutos (rendimentos) destinados à manutenção, divulgação e expansão de um museu.

³ Por exemplo, o Museu Nacional de Arte Antiga, sediado em Lisboa (Portugal), no final de outubro de 2015, desenvolveu, através da Associação de Amigos, uma campanha para comprar um quadro – *A Adoração dos Magos* – de um pintor português (Domingos Sequeira, séculos XVIII-XIX) que estava num colecionador privado. O quadro custava 600.000 euros e o MNAA não tinha recursos para adquirir essa obra, mas com a iniciativa de *crowdfunding* conseguiu angariar 750.000 euros, valor superior ao custo da obra.

apresentam um crescimento (22,2%), assim como as *Associações de Amigos* (55,9%), sendo esta variável não representada nos museus MET, ROM e The Getty.

2.3. Análise das visitas, receitas e financiamento de museus da Ásia e Oceânia

O museu que apresenta maior receita durante o período de 2016-2018 é o National Gallery of Victoria. As receitas provêm na sua grande parte de *Apoios públicos*. Nos museus da Ásia e Oceânia (ver Anexo 3), verifica-se em traços gerais que a principal fonte de receita são os *Apoios Públicos*, manifestando no triénio um pequeno crescimento de 1,8%. Verifica-se um maior crescimento das variáveis *Visitas* (92,6%) e *Donativos* (66,7%). As *Visitas* apresentam um crescimento (22,2%), assim como as *Associações de Amigos* (55,9%), sendo esta variável não representada nos museus MET, ROM e The Getty.

2.4. Visão global das fontes de receitas de museus

Considerando uma visão de conjunto das receitas – e suas origens – dos vinte e quatro museus, nos Anexos pode observar-se a variação, por origem de receita, no decurso do triénio 2016-2018. São de destacar as seguintes análises:

- ✓ *Visitas (visits)* – apresenta maior variação nos museus de Ásia/Oceânia com 92,6%, seguido dos museus europeus (31,2%) e, por último, nos museus da América do Norte, com 22,2%;
- ✓ *Merchandising (merchandise)* – os museus europeus apresentam uma maior variação positiva (45,1%), seguidos dos museus de Ásia/Oceânia, com 20,4%. Quanto aos museus da América do Norte, apresentam uma variação negativa no triénio de -0,1%;
- ✓ *Apoios públicos (state aids)* – quanto aos apoios Estatais, os museus de Ásia/Oceânia apresentam-se mais dependentes destes apoios, verificando-se uma variação positiva de 1,8%. Já os museus de Europa e América do Norte obtiveram uma redução de apoios do Estado, apresentando uma variação negativa de -4,7% e -2,2%, respetivamente.
- ✓ *Donativos (donations)* – Os museus que apresentam maior variação de receitas provenientes de donativos estão sediados na Ásia/Oceânia com 65,7%, seguidos dos museus estabelecidos na Europa, com 22,8%. Os museus sediados na América do Norte, no triénio, obtiveram uma redução de receitas provenientes de donativos na ordem dos -19,1%.
- ✓ *Patrocínios (sponsorships)* – os museus de Ásia/Oceânia apresentam uma maior variação de receitas provenientes de patrocínios no valor de 45,2%, seguidos dos museus de Europa, com 2,8%. Já os museus de América do Norte apresentaram uma redução no triénio de receitas provenientes de patrocínios na ordem dos -10,7%.
- ✓ *Arrendamento de espaços (space rent)* – quanto às receitas provenientes de arrendamento de espaços, é mais usual nas empresas gestoras de museus da Ásia/Oceânia, no entanto apresentam uma redução de variação de receita de -0,1%; na América do Norte, a receita proveniente de arrendamento de

espaços verificou um aumento de 16,4%. As empresas gestoras de museus no continente europeu apresentam uma redução de -6,3% de receitas provenientes de arrendamento de espaços.

- ✓ *Restaurants (restaurants)* – a variação de receitas provenientes de restauração no triénio apresenta um aumento exponencial nos museus representativos da Europa (4.076%), na América do Norte há uma variação de 29,9% de receita, e na Ásia/Oceânia uma variação de 7%. Este aumento exponencial pode explicar-se por um reforço significativo dos serviços oferecidos neste domínio, a par do reforço da procura.
- ✓ *Associações de Amigos (Friends Associations)* – a variação de receita proveniente de associações de amigos é mais acentuada nos museus de América do Norte (55,9%), seguidos dos museus de Ásia/Oceânia, que apresentam uma variação positiva de 33,5%, e, por último, os museus da Europa, que apresentam uma variação positiva desta fonte de receita no valor de 14,7%.
- ✓ *Outras fontes (other funding sources)* de receitas têm uma variação positiva nos museus de Ásia/Oceânia (46,4%) e nos museus da Europa (23,5%) e uma variação negativa nos museus da América do Norte (-16,7%).

Quadro 1 – Fontes de receita dos museus, por continente

Museus/Atividade/Financiamentos (€)	Europa			Var.	América do Norte			Var.	Ásia/Oceania			Var.
	2016	2017	2018	2018/2016 (%)	2016	2017	2018	2018/2016 (%)	2016	2017	2018	2018/2016 (%)
Visitas	117889	143173	154658	31,2%	64466	73839	78749	22,2%	6182	10301	11906	92,6%
Merchandise	50026	65575	72593	45,1%	84916	83999	84827	-0,1%	5383	6502	6482	20,4%
State Aids	206463	196912	196658	-4,7%	57114	63468	55875	-2,2%	117083	109908	119173	1,8%
Donations - mecenat	17071	18673	20956	22,8%	184822	138470	149511	-19,1%	18488	32304	30630	65,7%
Sponsorship	26353	105661	27091	2,8%	464	505	414	-10,7%	3450	3524	5009	45,2%
Space rent	149	130	140	-6,3%	6836	3264	7960	16,4%	14767	14845	14749	-0,1%
Restaurant	42	1278	1763	4076,3%	25664	28603	33253	29,6%	5239	5424	5607	7,0%
Friends associations	16513	16917	18945	14,7%	23953	31225	37346	55,9%	70	68	93	33,5%
Others funding sources	39019	37510	48200	23,5%	148983	141194	124057	-16,7%	27065	35047	39617	46,4%
Total	473524	585829	541005	14,3%	597217	564567	571992	-4,2%	197728	217922	233267	18,0%

Fonte: Elaboração própria, com base nos relatórios de contas dos museus.

3. Resumo e discussão

Considerando as tendências e os desafios descritos ao longo do trabalho, as práticas de gestão dos museus são cada vez mais importantes não só para atrair públicos como também para reforçar reputação e notoriedade. Portanto, por essa via, constituem um fator crítico de sucesso para robustecer a posição no mercado e também para angariar recursos. Por seu lado, a internacionalização dos museus também parece ser uma tendência, embora com modelos diferentes: uns apostam mais na internacionalização por meio da captação de visitantes – turistas – incluindo experiências *online*; outros apostam na internacionalização por meio da cooperação e rotação das obras expostas; e alguns museus – apenas os de grande renome internacional – investem na internacionalização abrindo, direta ou indiretamente, filiais noutros países. Poderão ainda identificar-se outros modelos de

internacionalização mais ou menos ambiciosos, mas a internacionalização parece ser uma prioridade para os museus de uma forma geral, independentemente da sua dimensão.

Neste contexto, todas estas práticas e tendências de orientação para o mercado (gestão, *marketing*, internacionalização, digitalização, entre outras) estão diretamente relacionadas com abordagens empresariais implementadas pelos museus. Isso inclui os museus tutelados pelo Estado, que denunciam uma preocupação em atrair públicos e receitas para potenciar a sua viabilidade e visibilidade no mercado da atenção e no mercado dos financiadores.

3.1. Presença online

Na atualidade, com a omnipresença da Internet e das redes sociais na vida de grande parte dos indivíduos, os museus têm de utilizar a sua presença *online* para estimularem e desenvolverem o *marketing* e a comunicação de uma forma mais barata e inovadora. No entanto, alguns museus ainda utilizam a sua presença *online* de forma mais tradicional, sem uma estratégia digital definida e coerente. Desta forma, as suas páginas *online* funcionam como meras brochuras digitais, não tendo um impacto consistente e real na consolidação da relação entre o museu e os visitantes. Isso, certamente, também se deve a uma visão enviesada sobre os benefícios óbvios da utilização das redes sociais para efeitos promocionais, o que, em muitos casos, se traduz numa enorme relutância por parte dos museus em procederem a uma estratégia de gestão de *marketing* que envolva ativamente as redes sociais. Esta visão, que ainda subsiste em museus, está desfasada da atualidade, na medida em que as redes sociais fazem cada vez mais parte da nova normalidade das pessoas, para além do óbvio facto de grande parte da informação circular nas plataformas *online*.

3.2. Papel social dos museus

Ao contrário dos programas de assinatura tradicionais (muito associados a benefícios materiais), as redes sociais permitem aos museus de arte utilizarem comunicações pessoais e personalizadas, de forma a fortalecerem os benefícios não materiais e o espírito de comunidade junto dos seus visitantes. Os museus de arte, devido à sua vocação e ao seu público, podem incluir nos objetivos de gestão (e *marketing*) aumentar o conhecimento que os visitantes têm da instituição, incluindo as suas funções sociais e os valores que promovem. Dessa forma, poderão ser instituições inclusivas e de combate às desigualdades sociais em geral e, particularmente, no que diz respeito ao acesso à cultura, promovendo também uma melhor qualidade de vida, um espírito de solidariedade, de cidadania e de consciencialização ambiental.

A informação e o conhecimento estão a tornar-se fatores críticos de sucesso na gestão e organização dos museus, e os novos produtos, serviços e experiências digitais – que respondem às necessidades dos públicos consumidores – desafiam as práticas tradicionais. São vários os fatores (*e. g.*, a regulação, a inovação tecnológica, a globalização, a convergência da informação, as plataformas de comunicação) que estão a pressionar mudanças na gestão e organização dos museus.

Como consequência dessas pressões, o comportamento rotineiro, as competências tradicionais e os recursos das empresas dos museus tornaram-se insuficientes e muitas práticas ficaram obsoletas. Esta circunstância exige novas abordagens de gestão e de

adaptação na procura de formas alternativas de atrair públicos e valorizar as experiências nos museus. No novo contexto digital, os museus necessitam de adquirir e desenvolver novas capacidades, recursos e práticas de gestão, *marketing* e comunicação que os habilitem a estar mais orientados para o mercado. À semelhança das outras indústrias criativas e culturais, o imperativo da competitividade está a contribuir para uma maior uniformização das práticas de gestão nos diversos segmentos do setor criativo e cultural, incluindo os museus, aproximando-as, em certa medida, das práticas adotadas noutras indústrias. No entanto, não se podem ignorar algumas especificidades dos museus, decorrentes da sua natureza, por exemplo, identidade, memória, educação, características, papel do Estado, etc., e também o facto de serem instituições sem fins lucrativos.

3.3. Impacto da tecnologia

Por seu lado, o impacto da tecnologia, a crescente concorrência no mercado cultural e a disputa pela atenção dos públicos, a par de uma progressiva redução do financiamento do Estado, sugerem que os museus, para sobreviverem e garantirem a sustentabilidade, terão de adotar práticas de gestão e estratégias empresariais utilizadas em diferentes segmentos de negócio. Por outras palavras, as práticas de gestão e *marketing* aplicadas aos museus são cada vez mais similares a outros setores e enfrentam desafios parecidos, nomeadamente: procurar financiamento e modelos de negócio sustentáveis; explorar plataformas de distribuição e venda de produtos físicos e virtuais; utilizar melhor as ferramentas de *marketing*; e estimular a interação com os públicos.

3.4. Marketing cultural

Uma das características do *marketing* cultural, onde naturalmente se inserem os museus, consiste no facto de ser centrado numa lógica de oferta, ao contrário do *marketing* tradicional, que se foca mais na produção. Assim, torna-se imperativo identificar primeiro as necessidades do público consumidor para, posteriormente, se desenvolver o produto em conformidade com essas necessidades. Outra característica do *marketing* cultural decorre da assinatura do/a autor/a, ou seja: a notoriedade e a popularidade do/a artista influenciam muito o *marketing* e a procura. De acordo com Lima e Gaspar (2012), além da relevância do acervo dos museus, a comunicação também contribui para a criação da notoriedade.

Independentemente do tipo ou da dimensão dos museus, estes confrontam-se, com maior ou menor intensidade, com desafios semelhantes ao nível das estratégias e práticas de gestão, podendo destacar-se, entre outros, os seguintes: criação de novos produtos e serviços; diversificação das receitas; reorganização do trabalho; gestão de marcas; investimento em tecnologia; cooperação com outros museus e organizações, internacionalização das exposições; redução de custos; gestão por projetos; gestão de portfólios; atração de obras e públicos; experiências físicas e virtuais; articulação entre gestão e curadoria; formação contínua; fidelização de públicos e sinergias produtivas entre produções artísticas.

Estas abordagens mais orientadas para o mercado estão necessariamente também vinculadas a práticas de *marketing* e comunicação mais agressivas. Para além das práticas de comunicação de *marketing* tradicional (centrado no investimento publicitário nos média tradicionais, sobretudo para alcançar um público de meia-idade e idades mais avançadas), existe um novo campo de *marketing* associado aos museus que está em

expansão: a recolha, visualização e análise de dados dos museus. A visualização de dados tornou-se um campo fundamental em diversas áreas e consiste essencialmente em avaliar, transformar e modelar grandes quantidades de dados com o objetivo final de descobrir perspetivas e ideias que apoiem a tomada de decisão. Neste contexto, também se observa uma maior preocupação com as práticas de gestão e *marketing*.

Portanto, a filosofia de *marketing* está cada vez mais presente na prática de gestão dos museus, incluindo novas abordagens ao nível do *marketing* digital, sobretudo dirigidas a públicos mais jovens, com particular destaque às redes sociais. Pode dizer-se que existem três razões essenciais para os museus recorrerem às redes sociais: dar a conhecer o museu (coleção, exposição e atividades), envolver-se com a comunidade e promover parcerias e *networking*. O uso das redes sociais é muito eficaz para criar oportunidades de extensão de redes de contactos e divulgar as exposições em curso, coleções, assim como outras atividades promovidas pelos museus, incluindo visitas guiadas aos bastidores das exposições; e também servem como um “arquivo” permanente *online*, em que ficam registados os eventos passados do museu.

4. Conclusões

Por fim, conforme mencionado anteriormente, este trabalho procurou responder a uma questão de investigação: **Quais são as principais tendências ao nível da gestão e dos modelos de financiamento dos museus?** Pode dizer-se que a perspetiva mais próxima de uma orientação para o mercado por parte dos museus era feita essencialmente por meio de programas tradicionais de assinatura/filiação, e estes requeriam elevados orçamentos de publicidade; mas atualmente surgem novas possibilidades associadas ao *marketing* e à comunicação digital.

Portanto, em complementaridade aos aspetos referidos, podemos concluir que existem três grandes tendências ao nível da gestão dos grandes museus de arte, nomeadamente: *Diversificação dos modelos de financiamento; Novos mercados e internacionalização; e Migração e experiências digitais.*

i. *Diversificação dos modelos de financiamento*

Não obstante a maior dependência do Estado por parte dos museus da Europa, Oceânia e Ásia (comparativamente com a América do Norte), pode dizer-se que o modelo norte-americano de organização de gestão dos museus – sobretudo dos E.U.A., tradicionalmente mais orientado para o mercado – está, progressivamente, a ser implementado nestes continentes. Nestas práticas, também se inscreve uma orientação mais internacional, para competir por públicos e recursos de outros mercados, e que em alguns casos implica mesmo abrir filiais noutros países, sendo os exemplos mais destacados e pioneiros o museu do Louvre (com filiais em Abu Dhabi, Málaga, entre outros), Guggenheim (com filiais em Bilbao e Abu Dhabi, por exemplo); e Hermitage (que chegou a ter uma filial em Londres, porém foi encerrada em 2007). Por outro lado, observa-se uma tendência para suportar as atividades dos museus por meio da diversificação das receitas, nomeadamente: bilheteira, atividades comerciais, restauração, arrendamento de espaço, mecenato, patrocínio, *merchandising*, *crowdfunding*, etc. De um modo geral,

pode dizer-se que os grandes museus aplicam cada vez mais os princípios da gestão e estratégia empresarial como prática para tentar garantir a sustentabilidade económica e financeira. As recorrentes fragilidades financeiras das instituições culturais, bem como a maior exigência dos públicos nos museus fazem com que as entidades responsáveis por estas organizações sejam obrigadas a desenvolver diversas atividades e a lançar produtos e serviços que potenciem a criação de receitas complementares às atividades principais.

ii. Novos mercados e internacionalização

Uma das mais frequentes formas de internacionalização das organizações criativas e culturais – neste caso os museus – tem a ver com a realização de investimentos diretos noutros países. Isso é feito por meio da implementação de operações produtivas num outro país por parte de uma organização (abertura de filiais ou museus autónomos com o mesmo nome de origem), e, geralmente, há a transferência de tecnologia, competências de gestão, processos de produção, conhecimentos de *marketing* e outros recursos.

As principais motivações para a realização de investimentos diretos no estrangeiro decorrem frequentemente da necessidade de: (a) explorar ativos específicos da empresa e as suas competências e vantagens competitivas; (b) explorar os recursos de outros países, como matérias-primas, apoios públicos e privados, ou mesmo ao nível das competências técnicas; (c) prolongar o ciclo de vida do produto, isto é, quando o produto atinge a fase de maturidade no mercado de origem; (d) explorar economias em crescimento e com maiores oportunidades de gerar lucro; (e) anular ou diluir os riscos entre vários países e mercados onde a empresa detém operações; e (f) ultrapassar barreiras comerciais, que dificultem ou tornem menos vantajosa a exportação.

iii. Migração e experiências digitais

A Internet aplicada à atividade museológica não representa apenas um sistema ou canal de distribuição, por exemplo de compra dos bilhetes, mas também uma tecnologia e uma plataforma de transição da atividade dos museus para uma nova fase acelerada pelo impacto da Covid-19. Com o público a consumir e a viver mais experiências *online*, foi reforçada a exigência de novos conhecimentos e perfis profissionais das organizações museológicas, independentemente do segmento, função ou tipologia das obras ou peças que exibem. Este aspeto é comum a todas as organizações museológicas na medida em que a gestão – numa perspetiva mais empresarial –, neste segmento da indústria cultural, terá de conferir especial atenção ao impacto da tecnologia no financiamento/modelo de negócio, nos recursos humanos/competências profissionais e na oferta das experiências/físicas e virtuais.

As mudanças introduzidas pela tecnologia digital fizeram-se sentir intensivamente e os responsáveis dos museus têm de se adaptar progressivamente. Pode dizer-se que as tecnologias – entre outras forças de natureza política, económica e social – têm contribuído para diluir as fronteiras entre os diferentes tipos de indústrias e que tende a haver, sem

prejuízo do reconhecimento de algumas especificidades setoriais que devem ser atendidas, uma progressiva uniformização das práticas de gestão aplicadas aos museus, semelhantes a outras organizações públicas e privadas com fins lucrativos: todas as indústrias e organizações estão em grande transformação e instabilidade, e o desafio geral é comum: procurar e garantir a sustentabilidade das suas atividades ou dos seus projetos, seja cultural ou comercial, seja com ou sem fins lucrativos.

Limitações da investigação e trabalhos futuros

Não obstante, com a metodologia adotada e os resultados obtidos, importa referir que, como ocorre em qualquer processo de investigação, este trabalho apresenta várias limitações. Neste caso – e também por se tratar de um *paper* – trata-se de uma base para um trabalho posterior mais alargado e baseado em mais casos e atividades empíricas a realizar por meio de inquéritos e entrevistas. Portanto, podem destacar-se algumas limitações, nomeadamente: (i) a análise pode ser alargada, incluindo mais continentes, embora se possa considerar consistente a análise de vinte e quatro museus em três continentes; (ii) carece de investigação empírica mais diversificada – entrevistas e análises de conteúdos dos *websites* dos museus – para se poder confirmar ou infirmar, de forma mais robusta, as conclusões obtidas.

No entanto, este trabalho-piloto apresenta várias dimensões inovadoras na medida em que, por um lado, o setor dos museus é, regra geral, pouco estudado na perspetiva da gestão empresarial e, por outro lado, os museus, à semelhança de outros setores da indústria cultural e criativa, estão cada vez mais pressionados por forças institucionais (menos recursos e apoios públicos, por exemplo) e de mercado (diversificar as atividades para gerar receita) para potenciar a sustentabilidade da sua atividade. Tendo como pano de fundo algumas perspetivas e análises iniciadas com este trabalho, pretende-se aprofundar alguns temas, nomeadamente a relação entre o modelo de financiamento, o modelo de negócio dos museus e o papel do *marketing* e comunicação das organizações museológicas. Com este propósito, será realizada uma análise mais aprofundada dos relatórios de contas dos museus, incluindo entrevistas a informantes privilegiados relacionados com a atividade museológica.

Referências bibliográficas

ASSASSI, Isabelle

2010 Company profile: the triple challenge of La Folle Journée de Nantes, or how to make a success of Folly. *International Journal of Arts Management*. 12:2 (Winter 2010) 59-71.

BLATTBERG, Robert C.; BRODERICK, Cynthia J.

1991 Marketing of art museums. In FELDSTEIN, Martin - *The Economics of art museums*. [Em linha]. Chicago: University of Chicago Press, 1991. Disponível em: <http://www.nber.org/chapters/c11646>.

BRADLEY, F.

1991 *International marketing strategy*. New Jersey: Prentice Hall International, 1991.

BUSSON, Alain; ÉVRARD, Yves

2013 *Les Industries culturelles et créatives: économie et stratégie*. Paris: Vuibert, 2013.

CANDELA, Guido; SCORCU, Antonello

2013 *Economia delle arti*. Bologna: Zanichelli, 2013.

CHUNG, Te-Lin; MARCKETTI, Sara; FIORE, Ann Marie

2014 Use of social networking services for marketing art museums. *Museum management and curatorship*. 29:2 (2014) 188-205.

DROUGUET, N.

2005 Succès et revers des expositions-spectacles. *Culture et Musées*. [Em linha]. 5 (2005) 65-88. Disponível em: <https://hdl.handle.net/2268/190936>.

FALK, John Howard; DIERKING, Lynn Diane

1992 *The Museum experience*. Washington, D.C.: Routledge, 1992.

FAUSTINO, Paulo

2020 COVID-19 as an accelerator of innovation, management, marketing and communication. *Journal of Creative Industries and Cultural Studies*. 5 (jan.-jun. 2020).

FRASER, Andrea

2006 A Museum is not a business, it is run in a businesslike fashion. In MÖNTMANN, Nina-*Art and its institutions: current conflicts, critique and collaborations*. London: Black Dog Publishing, 2006.

FREITAG, Alan R.; STOKES, Ashli Quesinberry

2009 *Global public relations: spanning borders, spanning cultures*. London: Routledge, 2009.

FREY, Bruno S.; MEIER, Stephan

1998 The Economics of museums. In *Handbook of the economics of art and culture*. Ed. Victor A. Ginsburg, David Throsby. [Em linha]. [S. l.]: Elsevier, 1998, vol. 1, p. 1.017-1.047. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/S1574067606010295>.

GENOWAYS, Hugh H.; IRELAND, Lynne M.

2003 *Museum administration: an introduction*. Walnut Creek [etc.]: AltaMira Press, 2003.

HEILBRUN, James; GRAY, Charles M.

2001 *The Economics of Art and Culture*. New York: Cambridge University Press, 2001.

HOWES, D. S.

2007 Why the Internet matters: a museum educator's perspective. In *The Digital museum: a think guide*. Ed. H. Din, P. Hecht. Washington D.C.: American Association of Museums, 2007.

LIMA, Josiane; GASPAS, Fernando

2012 *Marketing cultural: o estudo da notoriedade sobre os museus portugueses*. [Em linha]. 2012. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10400.15/3073>.

MATOS MOLINA, Marta

2016 *Herramientas para la Gestión Turística del Patrimonio Cultural*. Asturias: Ediciones TREA, 2016.

MOULIM, Raymonde

1992 *L'Artist, l'institution et le marché*. Paris: Flammarion, 1992.

PINTO, Júlia Rocha

2013 O Papel social dos museus e a mediação cultural: conceitos de Vygotsky na arte-educação não formal. *Palíndromo*. [Em linha]. 4:7 (2013). Disponível em: <https://doi.org/10.5965/2175234604072012081>.

ROCHER, Guy

1968 *Introduction à la Sociologie générale*. Montréal: Éditions H. M. H., 1968.

SHERMAN, E. Lee

1975 *On Understanding Art Museums*. New Jersey: Prentice-Hall, 1975.

SIEGEL, Katy; MATTICK, Paul

2004 *Art works: money*. London: Thames and Hudson, 2004.

STEVENSON, David, ed.

2018 *Managing organisational success in the arts*. 1st ed. London: Routledge, 2018.

TOBELEM, Jean-Michel

2017 *La Gestion des institutions culturelles: musées, patrimoine, centres d'art*. Paris: Armand Colin, 2017.

VARBANOVA, Lidia

2013 *Strategic management in the arts*. New York: Routledge, 2013.

WEIL, Stephan E.

2002 *Making museums matter*. Washington: Smithsonian Institution Press, 2002.

João Paulo Faustino | jfaustino@letras.up.pt

Universidade do Porto - Faculdade de Letras / CITCEM, Portugal

Anexo 1 – Fontes de receita por museu (Europa)

Museum/Activities/Funding (€)	Prado (Madrid)			Louvre (Paris)			Berardo (Lisbon)			Tate (London)			Rijksmuseum (Amsterdam)			Moderna Museet (Stockholm)			Mauritshuis (Haia)			Museo Reina Sofia (Madrid)			Variance 2018/2016
	2016	2017	2018	2016	2017	2018	2016	2017	2018	2016	2017	2018	2016	2017	2018	2016	2017	2018	2016	2017	2018	2016	2017	2018	
Visits (€)	15700	17172	18494	63000	83000	87000	97	563	819	5710	9117	12157	24533	24319	26222	1338	1270	974	3911	3733	4292	3600	4000	4700	31,2%
Merchandise (€)	5	3	7	15000	20000	22000	21	17	27	28610	39473	44392	4513	4480	4646	1653	1387	1307	73	63	62	151	151	151	45,1%
State Aids (€)	8390	8040	8011	105000	101000	100000	2100	2100	2100	44723	42296	41740	17296	15569	16516	0	0	0	4703	4107	4195	24250	23800	24096	-4,7%
Donations - mecenate (€)	4485	4700	5638	0	0	0	385	159	405	12201	13814	14913	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	22,8%
Sponsorship (€)	0	0	0	12000	92000	13000	0	0	0	5342	4841	4228	4839	4970	5495	363	456	381	1159	744	1087	2650	2650	2900	2,8%
Space rent(€)	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	149	130	140	0	0	0	0	0	0	-6,3%
Restaurant	0	0	0	0	0	0	0	0	0	42	1278	1763	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	4076,3%
Friends associations	0	0	0	12000	13000	11000	0	0	0	1006	1528	5194	0	0	0	93	84	93	3414	2306	2658	0	0	0	14,7%
Other funding sources (€)	636	805	1205	9000	11000	14000	0	0	0	18409	14293	19441	8332	8732	10346	344	381	288	598	598	720	1700	1700	2200	23,5%
Total	29216	30721	33356	216000	320000	247000	2603	2838	3351	116043	126640	143829	59513	58070	63225	3940	3708	3184	13858	11551	13014	32351	32301	34047	

Fonte: Elaboração própria, com base nos relatórios de contas dos museus.

Anexo 2 – Fontes de receita por museu (América do Norte)

Museum/Activities/Funding (€)	Met (Manhattan)			ROM (Toronto)			Vancouver Art Gallery (Vancouver)			The Getty (Los Angeles)			SFMOMA (San Francisco)			Montreal Museum of Fine Arts (Montreal)			The Barnes Foundation (Philadelphia)			Philadelphia Museum of Art (Philadelphia)			Variance 2018/2016
	2016	2017	2018	2016	2017	2018	2016	2017	2018	2016	2017	2018	2016	2017	2018	2016	2017	2018	2016	2017	2018	2016	2017	2018	
Visits	35875	38870	43771	6338	8847	10101	1703	2248	3406	0	0	0	2391	12400	9600	2943	3620	4112	10268	2961	3099	4947	4894	4661	22,2%
Merchandise	47151	50985	46854	0	0	0	1686	2025	3166	26932	24885	28785	2609	0	0	1781	1783	1967	1609	1296	1430	3148	3024	2626	-0,1%
State Aids	24972	25152	23133	18766	19088	18384	2456	2502	2557	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	10920	16727	11802	-2,2%
Donations - mecenate	105603	92303	97509	1144	773	1651	0	0	0	0	0	0	14936	14091	17220	44128	10873	11858	0	0	0	19011	20430	21273	-19,1%
Sponsorship	0	0	0	0	0	0	464	505	414	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	-10,7%
Space rent	0	0	0	5719	2066	6547	474	454	546	0	0	0	0	0	0	0	0	0	643	745	867	0	0	0	16,4%
Restaurant	25664	28603	33253	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	29,6%
Friends associations	0	0	0	0	0	0	642	678	856	0	0	0	5409	8455	7200	2287	2442	2666	10268	14574	22013	5347	5077	4611	55,9%
Other funding sources	88747	89415	79196	4168	4764	5345	1211	713	1237	11321	20299	6061	39182	21418	27000	719	987	773	223	380	382	3411	3215	4062	-16,7%
Total	328012	325328	323715	36136	35538	42027	8636	9125	12183	38253	45184	34845	64527	56364	61020	51858	19706	21376	23010	19956	27790	46785	53367	49035	

Fonte: Elaboração própria, com base nos relatórios de contas dos museus.

Anexo 3 – Fontes de receita por museu (Ásia e Oceânia)

Museum/Activities/Funding (€)	NGA (Cambera)			Art Museum (Glenbow)			SAM (Singapura)			Tasmanian Museum and Art Gallery (Sandy Bay)			Queensland Art Gallery (Queensland)			Art Gallery NSW (Sydney)			Museum of Contemporary Art (Sydney)			National Gallery of Victoria (Melbourne)			TOTAL			Variance 2018/2016
	2016	2017	2018	2016	2017	2018	2016	2017	2018	2016	2017	2018	2016	2017	2018	2016	2017	2018	2016	2017	2018	2016	2017	2018	2016	2017	2018	
Visits	1152	2004	2068	537	556	657	249	493	68	0	0	0	214	1371	2748	2750	4417	4929	1279	1459	1436	0	0	0	6182	10301	11906	92,6%
Merchandise	1588	1758	1595	295	366	316	0	0	0	0	0	0	1147	1440	1534	2354	2939	3037	0	0	0	0	0	0	5383	6502	6482	20,4%
State Aids	20242	19468	19371	2229	2229	2229	10869	9200	9456	6821	6468	6107	20139	21412	20843	24817	18561	28276	3243	3216	3082	28724	29355	29811	117083	109908	119173	1,8%
Donations - mecenate	1485	1312	1885	1144	845	1118	830	300	162	938	682	452	1441	2114	2293	4650	8582	12824	2420	2863	3406	5580	15605	8491	18488	32304	30630	65,7%
Sponsorship	1348	1460	1252	0	0	0	0	0	0	0	0	0	186	327	197	1916	1738	3560	0	0	0	0	0	0	3450	3524	5009	45,2%
Space rent	0	0	0	241	366	287	560	449	275	0	0	0	6898	6855	6817	1145	1188	1519	5924	5986	5852	0	0	0	14767	14845	14749	-0,1%
Restaurant	2610	2675	2698	0	0	0	0	0	0	0	0	0	2629	2748	2910	0	0	0	0	0	0	0	0	0	5239	5424	5607	7,0%
Friends associations	0	0	0	70	68	93	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	70	68	93	33,5%
Other funding sources	1531	1798	5564	0	0	0	342	285	215	467	453	490	1043	2202	2280	611	908	1201	105	46	58	22966	29355	29811	27065	35047	39617	46,4%
Total	29955	30475	34433	4515	4430	4700	12850	10727	10175	8226	7603	7048	33696	38470	39621	38244	38332	55345	12971	13570	13833	57270	74314	68112	197728	217922	233267	

Fonte: Elaboração própria, com base nos relatórios de contas dos museus.

Resumo: A falta de registro das tradições orais de comunidades quilombolas e a urgente necessidade de fortalecer os quilombos em um contexto de perseguição e invisibilidade justificam esta pesquisa, que busca contribuir para a produção de conhecimento e acervos de memória e tradição oral do Quilombo Serra dos Mulatos, em Jardim/CE. Em uma abordagem qualitativa, utilizou-se de pesquisa bibliográfica e levantamento documental. Em etapa posterior, será realizada pesquisa de campo com aplicação de entrevistas e metodologias complementares. O objetivo é capturar e compreender as memórias que permeiam o processo de autorreconhecimento e o potencial impacto da preservação da memória quilombola na realidade da comunidade. Trata-se de uma importante contribuição para a valorização da diversidade cultural do país e para o fortalecimento das comunidades remanescentes de quilombo, garantindo que as futuras gerações tenham acesso a essas tradições orais e à memória de seus antepassados.

Palavras-chave: Memória social; Preservação cultural; Quilombolas; Tradição oral.

Abstract: The lack of registration of the oral traditions of quilombola communities and the urgent need to strengthen the quilombos in a context of persecution and invisibility justify this research, which seeks to contribute to the production of knowledge as well as to collect memory and oral tradition of the Quilombo Serra dos Mulatos, in Jardim/CE. In a qualitative approach, we used bibliographical research and documental survey. In a later stage, field research will be carried out with the application of interviews and complementary methodologies. The objective is to capture and understand the memories that permeate the process of self-recognition and the potential impact of preserving the quilombola memory in the reality of the community. This is an important contribution to valuing the country's cultural diversity and to strengthening the remaining quilombo communities, ensuring that future generations have access to those oral traditions and the memory of their ancestors.

Keywords: Social memory; Cultural preservation; Quilombolas; Oral tradition.

1. Introdução

A fala não deve ser considerada mero canal de comunicação, mas especialmente como meio de preservar e transmitir a sabedoria ancestral, compondo a tradição oral, que pode materializar-se em acervo de memórias que são patrimônio de um povo. A oralidade é componente essencial da paisagem cultural existente, de forma singular, nas Comunidades Remanescentes de Quilombo (CRQ), universo de estudo dessa pesquisa.

Os espaços de memória das CRQ, no decurso da história nacional, estiveram sempre margeando os debates institucionais, de modo que se torna cada vez mais urgente a necessidade de desenvolver ações para mapear, constituir, armazenar e perenizar memórias e acervos destes coletivos, pelas mais diversas formas de materialização e

suporte, com a precípua finalidade de preservar a identidade afrodescendente de que são portadores.

Voltando o olhar para as comunidades quilombolas do Cariri cearense, um levantamento anterior deste pesquisador apontou que os registros culturais de suas tradições orais, memórias e histórias estão aquém do esperado, com pouca ou nenhuma produção bibliográfica ou arquivística, o que conduz a alguns questionamentos: por que é importante coletar, registrar e compendiar a memória social quilombola? Quais impedimentos para tal processo nas CRQ da região? Como a Universidade pode contribuir no processo de preservação da memória social?

A pesquisa se justifica primeiramente pela necessidade de compreender a importância da preservação da memória social quilombola, partindo do tratamento de informações coletadas que garantam, prioritariamente, organizá-las em um acervo que supere o registro intuitivo, sendo um mecanismo informacional acessível, coerente e coeso à disposição dos diferentes atores sociais na construção de conhecimento.

Justifica-se ainda pela urgente necessidade de fortalecimento dos quilombos em um contexto de perseguição, invisibilização e indiferença que põem em risco a preservação do patrimônio daquelas comunidades que, em sua maioria, não contam com um acervo organizado da tradição oral, como também não privilegiam a salvaguarda de documentos, memórias e expressões culturais e identitárias diversas, levando ao esquecimento de informações que os quilombolas, especialmente os de idade mais avançada, levam consigo.

Considerando tal cenário e, ainda, a responsabilidade social de que se investe a Universidade, no que concerne ao seu dever de converter suas ações em resultados objetivos para a comunidade, justifica-se ainda realizar esse estudo pela compreensão do pesquisador de seu papel no rompimento do silenciamento das questões quilombolas no ambiente acadêmico, dando visibilidade positiva aos quilombos e valorizando seus saberes, suas tradições, suas relações com o território, seus patrimônios culturais e a sua memória social.

No Cariri cearense, em 2019, segundo Tavares (2020:90), havia 6 (seis) quilombos com procedimentos de regularização fundiária em tramitação no Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), além de outros 6 (seis) com certificação pela Fundação Cultural Palmares (FCP) que, naquele mesmo ano, certificou em todo o Brasil, 28 (vinte e oito) CRQ, dentre elas, o Quilombo Serra dos Mulatos, no município de Jardim/CE.

O Diagnóstico produzido pela Associação Remanescentes de Quilombo Serra dos Mulatos (ARQSM, 2021:18) aponta que 86 famílias já se autoidentificaram formalmente como quilombolas, demonstrando forte adesão, o que também justifica a realização da pesquisa na busca de compreender as memórias que permeiam esse processo de autorreconhecimento. Destaque-se ainda que o Quilombo Mulatos é o primeiro do Cariri a iniciar a construção coletiva de um Museu local, com espaço anexo para brinquedoteca interativa.

A problemática levantada importa, principalmente, pelo contexto vigente nos últimos quatro anos de evidente desmonte das instituições e órgãos que tratam da questão quilombola no âmbito do Governo Federal, bem como do total abandono dessa pauta pelos formuladores de políticas públicas, pelos congressistas e pelo poder executivo nacional.

Importa ainda pelo potencial impacto da preservação da memória quilombola na realidade de todas as CRQ a médio e longo prazo, vencendo o ciclo de invisibilização a que foram submetidas por séculos.

Esse estudo visa contribuir para a comunidade científica na produção de conhecimento e na construção de um acervo de memória e tradição oral quilombola da região do Cariri, bem como pretende contribuir no fortalecimento, visibilidade e reconhecimento interno e externo dos quilombos da região, oportunizando aproximação entre os diversos atores sociais envolvidos nesse processo de valorização cultural quilombola.

O objetivo geral dessa pesquisa é registrar memórias, tradição oral e legados culturais dos quilombos do Cariri, tendo como ponto de partida o estudo de campo na CRQ Serra dos Mulatos, localizada na Serra Boca da Mata, município de Jardim/CE, para subsidiar a composição de um acervo da memória, patrimônio e cultura quilombola da região, cujo produto será um acervo em formato virtual denominado Cariri Quilombola: inventário cultural.

De modo mais específico, os objetivos se constituem em: registrar narrativas e tradições de integrantes do Quilombo Mulatos; problematizar as memórias individuais e coletivas para compreender a amplitude da experiência social do quilombo na região; contribuir na preservação do patrimônio imaterial da comunidade; disponibilizar um acervo memorial acessível ao quilombo e toda a comunidade científica e oportunizar aprendizado multidisciplinar a todos os atores envolvidos no projeto.

Por se tratar de uma pesquisa em andamento, apresentar-se-ão resultados parciais obtidos na primeira etapa de sua realização, a saber, da pesquisa bibliográfica e levantamento documental, que permitiram a coleta e análise de informações relevantes sobre o tema, contribuindo para a discussão sobre a importância da preservação da memória social quilombola e para o desenvolvimento de estratégias eficazes de conservação de sua cultura.

2. Quilombo mulatos: contexto, achados e discussões

Gomes (2005:7), aborda o processo de constituição de comunidades remanescentes de quilombos como uma continuidade da história da escravidão e das primeiras décadas seguidas à abolição, quando várias comunidades de fugitivos da escravidão e depois, de escravos libertos se formaram. O autor traz elementos para o conceito de quilombo que ampliam a perspectiva clássica, que enfatiza apenas o aspecto da fuga.

Destaca também a solidariedade das tribos indígenas que acolhiam os negros e formavam comunidades mistas, hoje chamadas também de quilombos, tal como se observa na história quilombola em Jardim/CE. A origem do Quilombo Mulatos não é diferente da maioria dos quilombos na Chapada do Araripe. Conforme relatos em entrevistas, as lideranças mais antigas referem a sua origem à chegada de José dos Santos, escravo fugido de engenho.

Segundo aponta o historiador José Márcio da Silva, em sua obra Cidade de Jardim, história ilustrada, “em 1883, em Jardim, haviam entre os escravos na zona rural: homens, 137. Mulheres, 98. Na zona urbana: homens, 9. Mulheres, 89. Sem profissão específica: homens, 99. Total 526” (SILVA, 2019:77). O historiador também aponta que, com a

libertação dos escravos do Ceará, em 25 de março de 1884, houve migração de boa parte dos libertos para o campo, ocupando regiões próximas de nascentes, chamadas bebidas.

A nascente de maior relevância no município é a Boca da Mata, localizada no salto da serra que leva o mesmo nome, cujo sopé é conhecido, desde antigamente, como “cabeça do nego”. Foi ali que José dos Santos fixou moradia após sua fuga, encontrando nas redondezas, por sinal, descendentes dos índios Xocós que, segundo Silva (2019:17), “estiveram presentes no processo de deslocamento indígena pelo semiárido das capitanias do Norte [...] configurados como Tapuias da nação Kariri”.

De sua descendência, vieram os moradores do alto da serra que, justamente por terem se misturado com descendentes de índios e outras povoações do entorno, passaram a ser chamados de “mulatos” pelos munícipes, dando ao nome atual da comunidade, chamada de Serra dos Mulatos. Nota-se, o nome que surge de uma menção preconceituosa se tornou motivo de orgulho por aqueles que lutam para preservar sua história de sobrevivência e muita tradição.

A Comunidade Remanescente de Quilombo (CRQ) Serra dos Mulatos, situada na Serra Boca da Mata, é uma das mais recentes certificadas pela Fundação Cultural Palmares (FCP) com certidão de autodefinição quilombola publicada no *Diário Oficial da União* (DOU) em 15 de junho de 2021, organizando-se politicamente para lutar pelos direitos e espaços do Quilombo. Em 19 de dezembro de 2020, a comunidade já havia constituído a Associação Remanescente de Quilombo Serra dos Mulatos (ARQSM).

Antes da ARQSM, o contato mais significativo com outras realidades foi no mapeamento realizado em 2011 pelo Grupo de Valorização Negra do Cariri (GRUNEC) e a Cáritas Diocesana de Crato. Nessa ocasião, a CRQ foi visitada por equipes técnicas que fizeram um relatório situacional denunciando várias questões urgentes daquelas comunidades em múltiplas dimensões, incluindo o descaso da sociedade para com a cultura e legados daquelas comunidades (GRUPO... e CÁRITAS... 2011:11).

A ARQSM realizou em 2021, durante 6 meses, um processo de autodiagnóstico por meio do qual se constataram problemas, os mais diversos, relacionados à saúde, educação, trabalho, renda, infraestrutura além de questões culturais e políticas. Os fatores determinantes para cada situação foram identificados pela própria comunidade, com ênfase na falta de conhecimento técnico e de apoio especializado nas lutas por direitos, no combate ao racismo e na preservação e revitalização da cultura e tradição local (ASSOCIAÇÃO..., 2021:25).

A comunidade tem uma escola local que oferta até o Ensino Fundamental II; para prosseguir com os estudos, a população precisa se locomover à sede de Jardim-CE, que dista em média 6 km. Vale ressaltar que, devido a dificuldades de locomoção e condições financeiras, existem jovens sem frequentar a escola, numa faixa etária entre 15 e 18 anos de idade; sem falar nos pais de família que não prosseguiram com a formação inicial porque, em sua época de estudos, trabalhavam na roça. Destes, poucos concluíram a 3ª série (4º ano) e os que concluíram desistiram dos estudos por conta das dificuldades citadas (ASSOCIAÇÃO..., 2021:19).

Para lecionar às crianças, vêm professores (as) de outras localidades, da própria cidade de Jardim, de Crato ou de Juazeiro do Norte, em detrimento dos profissionais formados residentes na própria comunidade, que não são priorizados (ASSOCIAÇÃO..., 2021:20). O

currículo escolar não abrange a cultura local, contrapondo-se ao disposto na Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, tornando obrigatório o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana nas instituições de ensino fundamental e médio, oficiais e particulares, do país (BRASIL..., 1996).

Contraria ainda a Resolução Nº 8, de 20 de novembro de 2012, do Conselho Nacional de Educação (CNE) que, em seu Art. 1º [...], § 1º, diz: “A Educação Escolar Quilombola na Educação Básica: I organiza precipuamente o ensino ministrado nas instituições educacionais fundamentando se, informando se e alimentando se: a) da memória coletiva [...]; d) das práticas culturais [...]; f) dos acervos e repertórios orais; g) dos festejos, usos, tradições e demais elementos que conformam o patrimônio cultural das comunidades quilombolas de todo o país; h) da territorialidade” (BRASIL..., 2012).

Vale destacar ainda que a comunidade não tem acesso ao ambiente escolar para ações e serviços extensionistas, como por exemplo, o acesso à rede de internet para pesquisas científicas ou a utilização das ferramentas tecnológicas da escola. As pessoas da comunidade precisam ir até o centro da cidade para realizar essas atividades com custos de transporte e dos serviços, apesar de a escola ter recebido incentivo de programas como o Mais Educação e Mais Alfabetização a serem aplicados na comunidade (ASSOCIAÇÃO..., 2021:20).

Estas condições supramencionadas afetam diretamente a capacidade organizativa da comunidade de manter um acervo adequado de suas memórias. Nesse sentido, o diagnóstico aponta ainda a falta de acesso a recursos financeiros e tecnológicos, além da precariedade da infraestrutura que consiste em uma área remota e isolada, com dificuldade de acesso à Internet, o que dificulta o registro em diferentes meios e formatos materiais.

Outro aspecto destacado foi a falta de capacitação técnica da maioria dos membros da ARQSM, que não possui habilidades para registrar e preservar suas memórias por meio de instrumentos e métodos adequados. Há que se evidenciar ainda o constatado desinteresse das instituições públicas e privadas do município, que não fomentam ou incentivam a cultura da comunidade quilombola, dificultando a preservação de suas memórias.

Por fim, apontou a barreira linguística existente no tocante às várias expressões próprias do quilombo que não são reconhecidas ou bem interpretadas pela sociedade, como por exemplo o próprio nome da comunidade – mulatos – em referência direta às formas pejorativas de tratamento que lhes eram direcionadas, limitando a capacidade de registro das suas memórias, sendo claro obstáculo ao processo de preservação e fortalecimento cultural.

3. Referencial teórico

No Brasil hoje, a visão de Cultura, que já era relegada aos planos secundários de gestão pública, agora passa por um nítido processo de marginalização e sucateamento institucional. O corte orçamentário aplicado ao setor, somado a uma onda de negação, comunicação violenta, racismo e desigualdades, fazem com que patrocínio privado e a lógica mercadológica dominem o conceito de cultura como um produto exclusivo dos centros urbanos.

Com pouco ou nenhum incentivo governamental, o setor cultural fica entregue ao mercado, onde quem detém mais recursos consegue posição privilegiada e, quem não tem recurso, é soterrado pelo peso e volume das grandes produções culturais. Mas é preciso enfatizar que, não obstante a negligência do Estado, diversos grupos e associações se organizam para construção de redes de sociabilidade e defesa do patrimônio cultural, sobretudo daquelas comunidades vulneráveis em face do mercado, como o são as CRQ.

Conforme o art. 2º, do Decreto nº 4.887, de 20 de novembro de 2003, “consideram-se remanescentes das comunidades dos quilombos, para os fins deste Decreto, os grupos étnico-raciais, segundo critérios de autoatribuição, com trajetória histórica própria, dotados de relações territoriais específicas, com presunção de ancestralidade negra relacionada com a resistência à opressão histórica sofrida” (BRASIL..., 2003). Percebe-se intrínseca à noção de quilombo a presença de ancestralidade, isto é, legado de tradições culturais.

A Constituição Federal de 1988 (CF/88), em seu artigo 216 indica que “Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira [...]” (BRASIL..., 1988). Nesse sentido, proteger a herança cultural desses grupos é garantir subsídios para o desenho de políticas públicas que garantam o exercício pleno da cidadania.

As CRQ vivem em diversas regiões do Brasil, mantendo suas tradições culturais através de saberes e práticas forjadas social e culturalmente, por meio das quais se relacionam com o mundo natural e sustentam suas famílias. Preservar a cultura afro-brasileira do passado ao cotidiano atual dos quilombos, requer o exercício de rememoração dos saberes e das práticas culturais e a costura desses elementos ao tecido social do presente problematizado. Nesse movimento, o testemunho oral é considerado como fonte memorial daquilo que se busca registrar, mas também como base para o que se quer construir no aqui e agora.

Assim, o relato de um indivíduo se conecta com as sabedorias ancestrais, sendo revividas no momento da fala, em uma construção de memória que passa do particular para o coletivo - uma memória social - do passado para o presente. As narrativas são elaboradas e reelaboradas em função de relações tecidas no tempo presente (MATTOS, 2006:109). Perder esses registros seria esquecer-se da história nacional e da dívida que a sociedade tem para com aqueles que, outrora, precisaram fugir dos açoites e se aquilombar para sobreviver.

O Quilombo Mulatos, em Jardim, apesar de recente certificação, guarda imensa parcela da história regional – e porque não dizer nacional – na medida em que “a luta do negro que se fez camponês demanda a compreensão de um tempo de existência, que diz respeito ao presente [...] mas diz respeito também ao seu passado, à sua origem que nos é contada por fragmentos. Fragmentos prenhes de vida, repletos de histórias, partes integrantes da memória e tradição” (GUSMÃO, 2001:338).

Essa história, que remonta à escravidão, conduz ao debate contemporâneo marcado sobretudo pelo reconhecimento da necessidade de reparação, pelo Estado brasileiro, assumindo a responsabilidade pelo agravo do passado escravista, deve assumir uma postura no presente que garanta o futuro de tais comunidades. A Universidade, como

agente de desenvolvimento e da construção de conhecimento, deve corroborar nesse processo rumo à transformação social.

3.1. Memória, informação e construção do conhecimento

Segundo Lustosa (2002:129) a assimilação adequada da informação produz conhecimento, altera o acervo de informações do indivíduo e contribui para seu desenvolvimento e ao de toda a sociedade. Trata-se de um processo de constante resignificação, de modo que “[...] pode ser compreendida como um processo de atribuição de sentido. Em termos de práticas informacionais diríamos que esse processo se dá através das ações de recepção/seleção das informações recebidas [...]” (ARAÚJO, 2001:1).

Por meio do acesso à informação é que o cidadão pode conhecer seus direitos e deveres para, de forma consciente, assumir seu papel de ator social nas transformações da realidade. O manejo dessas informações ganha destaque em áreas específicas do conhecimento. Fonseca (2005) enfatiza que a Arquivologia se consolida como ciência social cuja missão é criar meios de gerir organicamente as informações produzidas e registradas por instituições, organizações ou indivíduos, garantindo acesso fácil e ilimitado.

Um arquivo é, segundo Silva *et al.* (2002:214), “um sistema de informação social materializada em qualquer tipo de suporte” que tem duas naturezas essenciais: sua estrutura orgânica e sua funcionalidade, acrescida da memória imbricada em ambas. Trabalhar com estas informações no contexto quilombola assume caráter de preservação da memória a partir da constituição e manutenção de um acervo dos registros ali realizados.

Rousseau e Couture (1998:34) destacam que “[...] a memória assim registrada e conservada constitui ainda a base de toda e qualquer atividade humana: a existência de um grupo social seria impossível sem o registro da memória [...]”, reforçando a necessidade de preservação das informações contidas na oralidade dos quilombolas, especialmente dos idosos, sendo este, por sinal, o embasamento da CF/88 na definição do direito vinculado à autoatribuição da identidade quilombola - é preciso reconhecer-se pelas suas memórias.

A memória social, segundo Le Goff (1994:14) se constitui pelo acúmulo de documentações que são registradas em forma de acervo. Nesse ponto da discussão teórica é que surge o conceito de Espaços de Memória, de Nora (1993:8), que enfatiza a importância de se criar lugares de saber necessários para preservar a memória coletiva e a identidade de povos e grupos sociais, por meio de registros textuais, audiovisuais ou outros.

É necessário ainda destacar que a memória vem de fontes individuais ou coletivas, costurando-se a outras tantas, formando um tecido que se denomina memória social. Simson (2000:62-63) define a memória individual como aquela relacionada às próprias vivências e experiências pessoais, mas que carregam traços da memória do grupo a que está inserido e em que foi socializado. Já a memória coletiva, o mesmo aponta como sendo aquela formalmente aceita como relevante e guardada como fato histórico daquela sociedade, expressada em lugares de memória reconhecidos como patrimônios culturais.

Quando se aproximam tais conceitos à realidade das CRQ, observa-se que as memórias dos quilombolas se mantiveram, por séculos, marginalizadas. A produção literária e acervos memoriais, até há pouco tempo, tratavam quase que exclusivamente da história pela ótica da elite, como bem aponta Mott (2007:1), em um “desconcertante silêncio sobre a pluralidade da população brasileira” sendo raro “o registro sobre mulheres, escravos,

populações indígenas e demais minorias sociais, que somadas, constituíam a maioria do povo brasileiro – malgrado minoritárias no acesso ao poder e ao direito de ficar na história”.

Dar visibilidade à memória social quilombola representa um processo de reconstrução da identidade nacional. A memória aporta os elementos essenciais na constituição da identidade individual, coletiva e institucional. “Os traços ou vestígios deixados pelo homem ao longo de sua existência devem ser considerados objetos potenciais de memória” (GONDAR e DODEBEI, 2005:43). Preservar a memória social é, pois, mais que uma demanda informacional, uma demanda de identificação de um povo com sua história.

Nesse sentido, faz-se necessário desenvolver ferramentas, métodos e práticas que permitam compreender uma definição para o termo “acervo”, que “pode ser compreendido como coleção, ou seja, como conjunto de bens que integram o patrimônio de um indivíduo, de uma instituição, de uma região, de uma nação” (UNIVERSIDADE..., 2019:57) bem como sua construção individual, coletiva e institucional.

Tal acervo requer também a prática de uma gestão da memória social. A visibilidade das interações sociais que se traduzem em memória “é conferida pelas marcas e vestígios produzidos por uma sociedade que, normalmente, são representados por objetos - suportes materiais visíveis ou duráveis resultantes de uma ação social qualquer” (GONDAR e DODEBEI, 2005:50). Essa materialização das informações contidas na memória é o processo de gestão propriamente dito, que resulta em acervos que devem ser acessíveis e coerentes, contribuindo na produção de conhecimento e difusão da cultura afrodescendente.

4. *Percurso metodológico*

Essa pesquisa, ainda em andamento, assume caráter social em que, “além do recorte espacial [...] o lugar primordial é o ocupado pelas pessoas e grupos convivendo numa dinâmica de interação social” (DESLANDES, 1994:54). A metodologia é qualitativa no que diz respeito à abordagem. Do ponto de vista das técnicas de coleta, foram realizados levantamentos por meio de documentação indireta, que abrangem material documental, sendo este nos bancos de dados institucionais como registros da ARQSM, além de legislações específicas.

Para uma melhor compreensão sobre a temática abordada, procedeu-se uma pesquisa bibliográfica especificamente sobre memória social, identidade e formação das comunidades quilombolas no Brasil e no Cariri, bem como aspectos teórico-conceituais da Biblioteconomia e Arquivologia no tocante ao resgate, suporte e armazenamento de informações da memória social em comunidades quilombolas.

Em etapa posterior, será realizada coleta de documentação direta por meio de entrevistas abertas. A proposta desenvolvida busca atuar em um espaço temporal definido pela idade máxima de quilombolas dispostos a contribuir com suas narrativas orais. Será priorizada a abordagem dos mais idosos. Os filhos, netos, bisnetos e a família de cada um serão considerados como fontes de informação complementar, robustecendo as suas memórias.

O universo da pesquisa se constitui nas comunidades quilombolas do Cariri, tendo como população amostral a CRQ Serra dos Mulatos (Jardim/CE), tendo sido escolhida pelos critérios já mencionados de relevância organizacional, pioneirismo na construção de um museu na comunidade e facilidade de acesso do pesquisador, por já ter desenvolvido ali outras atividades de extensão, pesquisa, ensino e curricularização da cultura.

A partir da memória dos moradores, visa-se conhecer a comunidade e descobrir aspectos relativos à sua origem, as tradições mantidas, a identificação do indivíduo como um quilombola e a organização comunitária - em suma, entender a comunidade a partir da oralidade. Para tanto, se faz necessário primeiramente acessar as memórias individuais para enriquecer o caráter biográfico do estudo. Em seguida, é possível acessar a memória coletiva para ampliar o contexto social do quilombo. Aqui se observa o que Halbwachs (2003) disserta sobre a influência do coletivo no individual:

É possível admitir que um número enorme de lembranças reapareça porque os outros nos fazem recordá-las; também se há de convir que, mesmo não estando esses outros materialmente presentes, se pode falar de memória coletiva quando evocamos um fato que tivesse um lugar na vida de nosso grupo e que víamos, que vemos ainda agora no momento em que o recordarmos, do ponto de vista desse grupo. Temos o direito de pedir que este segundo aspecto seja admitido, pois esse tipo de atitude mental só existe em alguém que faça ou tenha feito parte de um grupo e porque, pelo menos a distância, essa pessoa ainda recebe sua influência (HALBWACHS, 2003:41-42).

Utiliza-se da ideia de Michael Pollak (1992:207) ao considerar que o depoimento oral tem o mesmo valor que um documento escrito enquanto fontes para pesquisa, cabendo ao pesquisador desenvolver metodologias para analisar e criticar as narrações. Partindo dessa premissa, será considerada a teoria de História Oral de Alberti (2005:37) ao defender que, através da entrevista, pode-se alcançar aquilo que se deseja na memória do indivíduo.

Alberti caracteriza dois tipos de entrevista: de vida e temática. As entrevistas temáticas são aquelas que versam prioritariamente sobre a participação do entrevistado no tema escolhido, enquanto as de história de vida têm, como centro de interesse, o próprio indivíduo na história, incluindo sua trajetória desde a infância até o momento em que fala, passando pelos diversos acontecimentos e conjunturas que presenciou, vivenciou e se interessou (ALBERTI, 2005:37). Ambas serão utilizadas como ferramentas de coleta no decorrer das ações.

A transcrição das entrevistas e dos diálogos registrados por meio da gravação serão as fontes primárias de informação. A História Oral, “ao valer-se da memória, estabelece vínculos com a identidade do grupo entrevistado e assim remete à construção de comunidades afins” (MEIHY e HOLANDA, 2014:14). Trata-se de uma história que deve ser compreendida através de um novo olhar, tendo o quilombola como protagonista.

No decorrer da pesquisa, intenta-se realizar encontros de intercâmbio para possibilitar a troca de saberes, a identificação cultural, o pluralismo do conceito de quilombo e a aproximação do movimento negro com a academia na construção de debates em que se priorize a escuta aos quilombos, se oportunize o resgate histórico e se fortaleçam as

memórias e as culturas desse povo, corroborando no processo de resgate da memória social quilombola da região.

Outras metodologias ativas serão utilizadas de forma complementar visando fortalecer ainda mais esse protagonismo, como a linha do tempo, a cartografia social e a caminhada transversal. Por meio destas, será possível iniciar a construção de um acervo da memória social, do patrimônio e da cultura quilombola do Cariri, permitindo visibilizar esse povo, há tanto perseguido, marginalizado, silenciado.

Ao final, objetiva-se produzir um relatório técnico que sirva de base para novas pesquisas e para subsidiar debates construtivos de políticas públicas voltadas para a cultura quilombola. Também se pretende construir o acervo virtual Cariri Quilombola: inventário cultural, um espaço destinado à visibilidade dos achados dessa pesquisa, acessível a todos por meio de plataforma online intuitiva e com versão para celulares e *tablets*.

Esta pesquisa será desenvolvida dentro dos trâmites éticos exigidos pelo Comitê de Ética da Universidade Federal do Cariri (UFCA). Será apresentado a todos os entrevistados o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido que será assinado antes da resposta à entrevista. Para manter o anonimato dos participantes e das pessoas citadas nas respostas, serão substituídos seus nomes por numeração de entrevistados.

5. Considerações

Pelo estudo já realizado, entende-se como crucial coletar, registrar e compilar as tradições, histórias, crenças, práticas e costumes das comunidades quilombolas, pois isso preserva a identidade cultural desses povos e valoriza a diversidade étnica e cultural do Brasil. A preservação dessas informações é fundamental para manter viva a cultura e a identidade dessas comunidades, as quais são transmitidas de geração em geração.

As memórias das comunidades quilombolas são uma fonte preciosa de informações sobre a resistência dos afrodescendentes ao longo dos séculos. Sua preservação contribui para a compreensão da nossa história como nação e a valorização da diversidade cultural e étnica que compõe a identidade brasileira. Além disso, a construção de um acervo permite o acesso dos quilombolas a informações valiosas sobre sua própria história e cultura. Esse conhecimento é fundamental para a autoafirmação e a luta contra o tão persistente racismo estrutural.

Essa materialização da tradição oral no Quilombo Mulatos, contudo, depara-se com diversos problemas, dentre os quais, a falta de acesso à educação de qualidade, com currículo que inclua a cultura local e a história afro-brasileira, a falta de acesso a recursos financeiros e tecnológicos, a precariedade da infraestrutura e a falta de capacitação técnica para registrar e preservar memórias. Além disso, há o desinteresse das instituições públicas e privadas em fomentar a cultura da comunidade quilombola e a barreira linguística que dificulta o registro e interpretação das expressões próprias do quilombo. Esses fatores limitam a capacidade da comunidade de preservar e fortalecer sua identidade cultural.

A Universidade tem papel fundamental na mudança deste cenário, desenvolvendo projetos de extensão que ofereçam capacitação técnica para os membros da comunidade quilombola, incluindo treinamento em métodos e instrumentos para registrar e preservar

suas memórias, além de pesquisa sobre a história e cultura quilombola, envolvendo tanto pesquisadores acadêmicos quanto membros da comunidade.

Integrar a história e cultura quilombola nos currículos acadêmicos, tanto de graduação quanto de pós-graduação, com o objetivo de difundir o conhecimento sobre a cultura e história da população negra e incentivar a produção de pesquisas sobre a temática é também outra forma de apoio pelas universidades, que podem ainda criar espaços de memória, fornecendo recursos para a construção e manutenção de acervos, arquivos e bibliotecas comunitárias.

Por fim, é preciso incentivar a realização de intercâmbios e atividades culturais entre a comunidade quilombola, estudantes e pesquisadores de outras universidades, com o objetivo de promover o diálogo e a troca de experiências, rompendo o silenciamento há muito imposto aos quilombos espalhados por todo o território nacional. Os resultados aqui demonstrados servem de base para as próximas etapas da pesquisa, em que se pretende aplicar entrevistas do tipo história de vida na comunidade e ainda, podem subsidiar outros estudos relacionados, contribuindo na produção de conhecimento científico.

Referências bibliográficas

ALBERTI, Verena

2005 *Manual de História oral*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2005.

ARAÚJO, Eliany Alvarenga

2001 A Construção social da informação: dinâmicas e contextos. *DataGramaZero*. 2:5 (2001) 1-10.

ASSOCIAÇÃO REMANESCENTE DE QUILOMBO SERRA DOS MULATOS

2021 *Diagnóstico do Quilombo Mulatos da Serra Boca da Mata*. Jardim: ARQSM, 2021.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação

2023 *Resolução CNE/CEB nº 8, de 20 de novembro de 2012*. Define Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola na Educação Básica. [Em linha]. 2023. [Consult. 10 fev. 2023]. Disponível em: https://normativasconselhos.mec.gov.br/normativa/view/CNE_RES_CNECEBN8_2012.pdf?query=ensino%20m%C3%A9dio.

BRASIL. Constituição, 1988

1990 *Constituição da República Federativa do Brasil, promulgada em 5 de outubro de 1988*. 4ª ed. São Paulo: Saraiva, 1990.

BRASIL. Leis, decretos, etc.

2023 *Decreto nº 4.887, de 20 de novembro de 2003*. Regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos de que trata o art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. [Em linha]. Brasília: Presidência da República, 2003. [Consult. 15 jan. 2023]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2003/d4887.htm.

BRASIL. Leis, decretos, etc.

1996 *Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996*. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. [Em linha]. Brasília: Presidência da República, 1996. [Consult. 10 fev. 2023]. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm.

DESLANDES, Suely Ferreira

1994 *Pesquisa social: teoria, métodos e criatividade*. Petrópolis: Vozes, 1994.

FONSECA, Maria Odila

2005 *Arquivologia e Ciência da Informação*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2005.

LE GOFF, Jacques

1994 *História e memória*. Campinas: Editora da UNICAMP, 1994.

GOMES, Flávio dos Santos

2005 *Mucambos e Quilombos*. 1ª ed. São Paulo: Claro Enigma, 2005.

GONDAR, Jô; DODEBEI, Vera

2005 *O Que é memória social?* Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, 2005.

GRUPO DE VALORIZAÇÃO NEGRA DO CARIRI; CÁRITAS DIOCESANA DE CRATO

2011 *Caminhos: mapeamento das comunidades negras e quilombolas do cariri cearense*. Crato: Cartilha, 2011.

GUSMÃO, Neusa Maria M. de

2001 Herança Quilombola: negros, terras e direitos. In MOURA, Clóvis – *Os Quilombos na dinâmica social do Brasil*. Maceió: EDUFAL, 2001.

HALBWACHS, Maurice

2003 *A Memória coletiva*. São Paulo: Centauro, 2003.

LUSTOSA, Jeová Gomes

2002 O Comportamento informacional de pesquisadores e gerentes. In TARGINO, M. G.; CASTRO, M. M .R. N. – *Desafiando os domínios da informação*. Teresina: EDUFPI, 2002.

MATTOS, Hebe Maria

2006 Políticas de reparação e identidade coletiva no mundo rural: Antônio Nascimento Fernandes e o Quilombo São José. *Revista Estudos Históricos*.1;37 (2006) 167-189.

MEIHY, José Carlos Sebe; HOLANDA, Fabíola

2014 *História oral: como fazer, como pensar*. São Paulo: Contexto, 2014.

MOTT, Luiz Roberto de Barros

2023 *Memória gay no Brasil: o amor que não permite dizer o nome*. [Em linha]. 2023. [Consult. 5 fev. 2023]. Disponível em: <http://br.geocities.com/luizmottbr/artigos07.html>.

NORA, Pierre

1993 Entre memória e história: a problemática dos lugares. *Projeto história: revista do Programa de Estudos Pós-graduados em História e do Departamento de História da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo*. 10 (dez. 1993) 7-26.

POLLAK, Michael

1992 Memória e identidade social. *Estudos Históricos*. 5:10 (1992) 200-212.

ROUSSEAU, Jean-Yves; COUTURE, Carol

1998 *Os Fundamentos da disciplina arquivística*. Lisboa: Dom Quixote, 1998.

SILVA, Armando Malheiro da [et. al.]

2002 *Arquivística: teoria e prática de uma ciência da informação*. 2ª ed. Porto: Edições Afrontamento, 2002.

SILVA, José Márcio da

2019 *Cidade de Jardim: história ilustrada*. Jardim: J. M. S., 2019.

SIMSON, Olga Rodrigues de Moraes

2000 Memória, cultura e moderna sociedade do esquecimento: o exemplo do Centro de Memória da UNICAMP. In *Arquivos, fontes e novas tecnologias: questão para a história da educação*. Org. L. M. de Faria Filho. Campinas: Autores Associados, 2000.

TAVARES, Geovani de Oliveira

2020 *Territorialidades e identidades quilombolas em questão na chapada do Araripe, Cariri, Ceará*. [Em linha]. Brasília, 2020. [Consult. 2 fev. 2023]. Disponível em: <https://repositorio.unb.br/handle/10482/40432>.

Tese de Doutorado em Desenvolvimento Sustentável - Universidade de Brasília.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO CARIRI

2019 *Plano de cultura da Universidade Federal do Cariri*. Juazeiro do Norte: PROCULT/UFCA, 2019.

Wagner Santana | wagner.santana@aluno.ufca.edu.br

Universidade Federal do Cariri (UFCA), Brasil

Priscilla Régis | priscilla.queiroz@ufca.edu.br

Universidade Federal do Cariri (UFCA), Brasil

Resumo: O tratamento e preparo de um acervo para uma nova destinação depois do fechamento de uma biblioteca é um tema pouco explorado em pesquisas e uma atividade para a qual não existem instrumentos preparados. Este foi o desafio de uma ação na biblioteca Nilza Tavares Dias da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Minas Gerais (EMATER-MG), desativada em 2018. A partir de 2020 iniciou-se o trabalho de inventário, para uma destinação adequada do acervo. Para isso foi necessário desenvolver a metodologia do trabalho, como sua base de registro e reestruturação física da biblioteca para o desenvolvimento das atividades. Durante o processo, deparou-se com uma grande quantidade/qualidade de publicações da EMATER desde sua criação, surgindo assim a necessidade de um estudo mais aprofundado sobre esses materiais como fonte informacional, documental e memória institucional.

Palavras-chave: Fechamento de biblioteca; Memória institucional; Preservação do acervo.

Abstract: The treatment and preparation of a collection for a new destination after the closure of a library is a subject under explored in research and an activity for which there are no prepared instruments. This was the challenge of an action at the Nilza Tavares Dias library of the Technical Assistance and Rural Extension Company of the State of Minas Gerais (EMATER-MG), in Brazil, deactivated in 2018. Since 2020, the inventory work for the proper disposal of the collection was started. For this purpose, it was necessary to develop the work methodology, as its base for recording and physical restructuring of the library for the activities' development. During the process, a large quantity/quality of EMATER publications produced since its creation was found, thus arising the need for a more depth study of these materials as an information, documentary and institutional memory source.

Keywords: Library closure; Institutional memory; Collection preservation.

1. Memória, patrimônio e acervo informacional

A memória de uma instituição está além de documentos oficiais. As cartilhas, revistas, livretos, mídias audiovisuais publicadas e produzidas pela Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Minas Gerais (EMATER-MG) são fontes informacionais muito relevantes para o estudo não somente do próprio desenvolvimento da empresa, mas também do setor agropecuário de Minas Gerais e do país.

As publicações com suportes diversificados produzidos por uma empresa são fonte informacional e documental sobre ela mesma e sobre os conteúdos ali desenvolvidos. É possível tratar a importância desse acervo mediante as ideias da Escola dos *Annales*, com pensadores como Lucien Febvre, Marc Bloc, Fernand Braudel, Jacques Le Goff, que trazem a discussão que a historicidade de produções não oficiais são de extrema importância para compreender o contexto e fatos ocorridos. No caso deste trabalho, tais publicações reconstróem a evolução da atividade agropecuária, por meio dos materiais produzidos pela

EMATER, desde sua origem, quando era denominada Associação de Crédito e Assistência Rural (ACAR).

Partindo dessa premissa, o acervo de produção EMATER pode ser considerado também como patrimônio literário da empresa. Vega Rodríguez (2019:77) descreve patrimônio como:

simultaneamente material (textos produzidos em um suporte físico e lugares físicos envoltos a esses textos) e imaterial (por meio de todo o significado do texto nos âmbitos sociais, artísticos, culturais, políticos). Além disso, o patrimônio literário pode incluir manifestações intangíveis, sem suporte, que tem como objetivo a transmissão da memória (*tradução nossa*)¹.

Compreendendo o acervo de produção da EMATER como patrimônio documental (UNESCO, 2019), também pode-se trabalhar esse acervo como memória institucional. Para Costa (1997), o conceito de memória institucional envolve não somente fatos, datas e personagens, mas também o que foi trabalhado e produzido dentro/por meio do contexto institucional, diante de experiências e vivências sociais e educacionais. Costa (1997:101) ainda destaca que “no cenário atual cibernético-informático-informacional a informação científica e técnica é sinônimo de riqueza”. Com um acervo diverso, elaborado e acumulado durante décadas, a biblioteca Nilza Tavares Dias tem importância fundamental na preservação da história da EMATER-MG, por meio da difusão do material produzido pela empresa.

2. EMATER-MG e o acervo de publicações próprias

A EMATER-MG foi a primeira empresa pública de extensão rural a ser criada no Brasil e é a maior ainda hoje (EMPRESA..., 2022a). Foi fundada em 1948, é responsável pelo atendimento a aproximadamente 350 mil agricultores mineiros atuando com o serviço de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMPRESA..., 2022b). A missão da EMATER se traduz em “promover o desenvolvimento sustentável, por meio de assistência técnica e extensão rural, assegurando a melhoria da qualidade de vida da sociedade mineira” (EMPRESA..., 2022c). A biblioteca da empresa, denominada “Biblioteca Nilza Tavares Dias”, encontra-se desativada desde 2018, quando sua última bibliotecária se aposentou. Durante décadas o acervo da biblioteca foi desenvolvido tendo por temática principal a agropecuária como um todo e em especial as atividades de extensão rural, incluindo também áreas afins e mesmo áreas-meio da EMATER, como o Direito.

Em 2019 foi feito contato com o curso de Biblioteconomia da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) para que se desse destinação adequada ao acervo acumulado e depositado na antiga biblioteca, com vistas à “liberação do espaço”. Contudo, sob análise

¹ El patrimonio literario es simultáneamente material (textos producidos en un soporte físico y lugares físicos implicados por estos textos) e inmaterial (toda la carga de significación que implica un texto en ámbitos sociales, artísticos, culturales, políticos). Además, el patrimonio literario puede incluir manifestaciones intangibles, sin soporte, dependientes en exclusivo de la transmisión y memoria (VEGA RODRÍGUEZ, 2019:77).

técnica preliminar, imediatamente se verificou que pelo menos parte do acervo que ali se encontrava representava a própria memória institucional da empresa, que deveria ser preservada e colocada à disposição da atividade extensionista e da sociedade mineira, ao mesmo tempo como uma prestação de contas de toda a atividade da EMATER-MG e como um legado de décadas de produção de conhecimento para a extensão rural.

Dentro dessa perspectiva, a partir de 2020, foi desenvolvido um projeto de extensão² universitária, envolvendo uma professora coordenadora e três estudantes de Biblioteconomia da UFMG, com uma metodologia para concretizar a um só tempo o fechamento da biblioteca física, já desativada, e uma proposta para destinação e acesso ao acervo.

2.1. Metodologia

Ao realizar o primeiro levantamento dos itens que constituem o acervo, foram identificadas quatro (4) categorias: acervo geral, EMATER, especializado e produções acadêmicas. Com o manuseio do acervo, contudo, as categorias foram reorganizadas da seguinte forma:

- Acervo Geral: itens que não tratavam da temática de agropecuária (agronomia / pecuária), mas outros temas, como: administração, direito, cultura, psicologia, matemática, informática, etc.
- Acervo Especializado: itens que tratavam da temática agropecuária, como: cultivo de plantas, orientações para extermínio de pragas, orientações para vacinas de gado, obtenção de lucro otimizando a produção do gado, entre outros. Nessa categoria não se incluem os materiais produzidos pela própria EMATER.
- EMATER: itens produzidos pela EMATER, ou seja, de autoria da empresa. Incluem-se livros, folhetos, periódicos, fitas cassete, CD-ROM, DVD-ROM, etc.
- Periódicos: itens que possuíam ISSN, ou periodicidade, como revistas, jornais acadêmicos. Incluem-se aqui todos os periódicos, tanto de assuntos gerais quanto especializados.
- Materiais não bibliográficos: CD-ROM, DVD-ROM, fitas cassete, entre outros, que não são de autoria da EMATER.
- Produções acadêmicas: dissertações de mestrado, teses de doutorado, monografias de especialização.
- Acervo Especial: documentos que possuem alguma particularidade que justifique a criação desta tipologia. Essa particularidade indica pertencimento, como assinaturas, dedicatórias e inscrições, além de itens datados anteriormente ao século XX.

² Projeto Inventário Biblioteca EMATER, registro SIEX UFMG 404362.

Referente ao registro do acervo, foi encontrado na intranet da empresa um catálogo *online*, hospedado no *software* BibLivre, onde havia um registro parcial do acervo, de anos atrás. Nesse catálogo constava um total de 8.711 itens catalogados e classificados: 8.268 livros; 263 teses; 129 periódicos; 42 panfletos; 9 artigos. Logo no início dos trabalhos constatou-se que o catálogo não refletia o acervo encontrado: alguns itens que constavam no catálogo não se encontravam no acervo e vice-versa. De todo modo, cada item foi verificado nesse catálogo, durante o inventário sumário, visto aqui como “instrumento de pesquisa no qual as unidades [...] são identificadas e brevemente descritas” (CUNHA e CAVALCANTI, 2008:214). O objetivo era identificar, no acervo da biblioteca, o que deveria ser preservado e organizado para permitir o acesso permanente. Essa etapa é fundamental, pois

a aplicação dos processos e métodos de tratamento da informação exige que se definam previamente conjuntos de recursos [...] a serem tratados, com os respectivos objetivos que primeiro determinaram a definição desses conjuntos. (NAVES e KURAMOTO, 2006:74).

O início do processo de inventário foi realizado por meio do registro dos documentos em uma planilha *Excel* criada no *Google drive*. Toda a concepção e desenvolvimento da planilha como instrumento do inventário foi desenvolvida pelos estagiários, em uma construção que envolveu o mapeamento dos itens de descrição e ao mesmo tempo a modelagem da estrutura dos dados de cada registro.

Em seguida foram criadas abas para cada categoria, com os seguintes campos: número de registro, outros registros, catálogo *online*, autoria, título, editora, data, tipologia documental, volume, número, ISSN, classificação, edição, produtor, diretor, suporte, observações e caixa. A planilha foi registrada e separada por mês e era compartilhada com os estagiários e a coordenadora.

No decorrer da realização do inventário, surgiram várias questões técnicas que exigiam discussão dos estagiários para tomada de decisão. Algumas decisões eram relacionadas ao próprio processo de registro, pois nem sempre os documentos possuíam as informações bibliográficas adequadas à sua identificação; e outras vezes era preciso desenvolver o próprio instrumento e padronizar a forma de registro de informações complementares. Nessa experiência os estagiários colocaram em ação os conhecimentos técnicos e os fundamentos da organização da informação, construindo soluções próprias e criativas, constituindo verdadeiramente uma experiência do fazer profissional do bibliotecário. Por exemplo, dentro da aba EMATER, onde está o *core* da coleção, foi necessário estabelecer as tipologias, já que a divisão principal era a autoria institucional. Da mesma forma, outra questão, como a definição da EMATER ora como autora, ora como editora de algumas publicações, também foi resultado de muito debate e reflexão entre os estagiários.

Os documentos eram sempre higienizados antes do inventário. Depois de inventariados, eram colocados em caixas conforme as categorias estabelecidas, e as caixas eram numeradas em ordem crescente. O número da caixa passou a constar no registro do item na planilha.

Embora o trabalho de inventário visasse, em última instância, a esvaziar o espaço físico da biblioteca, foi necessário, ao longo do trabalho, alterar a disposição das estantes, de maneira a separar o acervo já inventariado do acervo por inventariar. Essa experiência

refletiu, na configuração espacial, a reorganização do fluxo do trabalho e a forma de acondicionamento futura (as caixas).

O trabalho foi desenvolvido durante o período da Pandemia da Covid-19, sendo necessária a adaptação do trabalho em teletrabalho e posteriormente em trabalho híbrido. Foi outro desafio elaborar uma proposta para a empresa em que o trabalho continuasse sendo feito e mantivesse a segurança na movimentação do acervo para o prosseguimento do inventário. Para isso, foi feito um estudo da média de registros de documentos feitos até março de 2021, o que resultou em uma média de 25 documentos registrados por dia, por cada estagiário. Em seguida foi elaborada uma planilha para contabilizar a quantidade de documentos que seria recolhida por cada estagiário para o teletrabalho, a qual era conferida por um funcionário da empresa tanto na saída quanto na entrada dos documentos. A retirada e devolução de novos documentos era realizada a cada 15 dias. Nesse momento, foi percebido que os estagiários estavam sendo mais produtivos, o que permitiu aumentar a média para 30 e depois 35 documentos por dia para cada estagiário. No trabalho híbrido os estagiários estavam presencialmente 2 dias por semana na empresa e outros 3 em teletrabalho.

Outro ponto a se registrar é que, apesar de a biblioteca já se encontrar desativada, por vezes os estagiários foram abordados com demandas por itens do acervo. Isso revela que ainda havia (e há) necessidades informacionais internas a serem atendidas potencialmente pela biblioteca.

De novembro de 2020 a agosto de 2021³ foram inventariados 11.073 documentos (10.729 catalogados e 344 desbastados). Conforme pode-se observar na Tabela 1, o quantitativo dos acervos foi: acervo geral (1.185), acervo especializado (3.588), EMATER (1798), periódicos (3.939), materiais não bibliográficos (74), produções acadêmicas (4), acervo especial (141). Sendo inventariadas no total 186 caixas.

Tabela 1 – Quantidade de documentos que foram inventariados

	Acervo Geral	Acervo Especializado	EMATER	Periódicos	Materiais Não Bibliográficos	Produções Acadêmicas	Acervo especial	TOTAL
2020/11	366	307	20	109	45	0		847
2020/12	33	386	141	59	22	1		642
2021/01	187	584	71	55	1	3		901
2021/02	22	260	121	219	0	0	59	681
2021/03	5	337	206	522	6	0	6	1082
2021/04	7	547	336	442	0	0	12	1344
2021/05	3	311	310	661	0	0	14	1299
2021/06	289	206	328	558	0	0	11	1392
2021/07	239	228	124	663	0	0	18	1272
2021/08	34	422	141	651	0	0	21	1269
TOTAL	1185	3588	1798	3939	74	4	141	10729

Fonte: elaborada pelos autores.

³ O projeto encontra-se ainda em curso, com previsão de encerramento do inventário em novembro de 2022.

3. Relevância do acervo EMATER-MG

Ao longo dos mais de 70 anos de existência da EMATER-MG foram produzidos e reunidos milhares de documentos bibliográficos e audiovisuais. Tais documentos contam a história de como a empresa apoiou efetivamente o desenvolvimento do estado de Minas Gerais. Esse acervo revela a própria memória institucional da empresa e registra os resultados do investimento público feito nela. Por outro lado, a diversidade de seus tópicos (desde informações sobre escrita até manufatura de fossas) revela a amplitude das ações extensionistas da empresa, alcançando aspectos da agropecuária e do agronegócio, incluindo temas sociais e culturais.

4. Proposta de preservação e acesso à informação

A empresa atualmente se encontra em fase de aprimoramento dos trabalhos a serem realizados. Intitulada EMATER 4.0, essa nova etapa da empresa visa instaurar as novas tendências do mercado atual, sendo o seu principal objetivo incrementar os processos de assistência técnica ao produtor rural, por exemplo, por meio da sua integração com as tecnologias digitais (AVELAR, 2019). Partindo desse propósito, a EMATER desenvolveu essa nova era da empresa, com o intuito de atender às demandas que a sociedade, cada vez mais conectada, possui devido aos avanços tecnológicos da indústria 4.0. (AVELAR, 2019).

Preservar o seu acervo histórico, econômico, social e cultural se destaca como um importante passo nessa nova estruturação da empresa. Organizar e tratar esse acervo documental e informacional, de forma que possa ser viabilizado seu acesso, é uma etapa essencial para possibilitar a tomada de novas decisões. A instauração de um repositório institucional digital destaca-se como uma oportunidade para que ambos os objetivos de preservação e organização da informação, juntamente com a nova proposta da EMATER 4.0, sejam consolidados como uma sinergia de propostas e metas a serem alcançadas.

Como repositório institucional entende-se “coleção [...] que capta e preserva a memória intelectual de uma comunidade ou organização”, o mesmo que “memória institucional” (CUNHA e CAVALCANTI, 2008:322). Para isso, se partirá desse inventário, de onde será definido o *core* da coleção, para um futuro planejamento de um repositório institucional baseado no acervo EMATER, que continuará a ser alimentado, pois a empresa está em plena atividade, produzindo mais e mais itens informacionais para a extensão rural.

5. Considerações finais

A partir do intuito inicial de traçar a destinação do acervo da biblioteca, com o trabalho desenvolvido e a pesquisa sobre o acervo e sobre a importância da preservação do material desenvolvido pela empresa ficaram demonstradas tanto a grande fonte informacional sobre o desenvolvimento da agropecuária brasileira quanto a documentação histórica sobre a EMATER. A partir dessas conclusões, o tratamento desse acervo passou a ter não o objetivo da sua destinação, mas, sim, da sua preservação e difusão.

O trabalho, que ainda está em desenvolvimento, teve todo o seu planejamento, elaboração e artefatos para sua continuação possível por meio do constante registro de cada tomada

de decisão, mudanças físicas e intelectuais e, principalmente, a preocupação com a sequência do trabalho por meio do manual e treinamento dos novos estagiários. O processo de documentação das atividades de uma biblioteca (em todos os seus setores, desde o planejamento até um possível encerramento) possibilita um trabalho conciso, podendo apresentar para a empresa um planejamento baseado em vivência, registros e conclusão de estudos, tendo assim uma base sólida para apresentação do projeto de preservação do acervo EMATER como repositório institucional.

Referências bibliográficas

AVELAR, Sebastião

2019 *Agricultura 4.0: o futuro da agropecuária e extensão rural*. [Em linha]. [Consult. 28 maio 2022]. 2019. Disponível em: https://www.emater.mg.gov.br/portal.do?flagweb=novosite_pagina_interna&id=24568.

BURKE, Peter

1990 *A Escola dos Annales (1929-1989): a revolução francesa da historiografia*. São Paulo: UNESP, 1990.

COSTA, Icléia Thiesen Magalhães

1997 *Memória institucional: a construção conceitual numa abordagem teórico-metodológica*. [Em linha]. Rio de Janeiro, 1997. [Consult. 18 maio 2022]. Disponível em: <https://ridi.ibict.br/handle/123456789/686>.
Tese de Doutorado em Ciência da Informação – Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia; Universidade Federal do Rio de Janeiro.

CUNHA, Murilo Bastos da; CAVALCANTI, Cordélia Robalinho de Oliveira

2008 *Inventário*. In *Dicionário de Biblioteconomia e Arquivologia*. Brasília: Briquet de Lemos, 2008, p. 214.

CUNHA, Murilo Bastos da; CAVALCANTI, Cordélia Robalinho de Oliveira

2008 *Memória*. In *Dicionário de Biblioteconomia e Arquivologia*. Brasília: Briquet de Lemos, 2008, p. 321-322.

EMPRESA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS

[2022a] *A EMATER-MG*. [Em linha]. 2022. [Consult. 29 maio 2022]. Disponível em: https://www.emater.mg.gov.br/portal.do?flagweb=novosite_pagina_interna&id=3

EMPRESA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS

[2022b] *EMATER Minas Gerais 4.0: 71 anos conectando pessoas, ideias e soluções!* Belo Horizonte: EMATER-MG, [2022].

EMPRESA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS

[2022c] *EMATER Minas Gerais 70 anos: aprender com o passado para alavancar o futuro*. Belo Horizonte: EMATER-MG, [2022].

MALATIAN, Teresa

2009 *Narrador, registro e arquivo*. In *O Historiador e suas fontes*. Org. Carla Bassanezi Pinsky, Tânia Regina de Luca. São Paulo: Contexto, 2009, p. 195-222.

NAVES, Madalena Martins Lopes; KURAMOTO, Hélio, org.

2006 *Organização da informação: princípios e tendências*. Brasília: Briquet de Lemos, 2006.

UNESCO

2019 *Tesouro*. [Em linha]. 2019. [Consult. 9 mar. 2023]. Disponível em: <https://vocabulary.unesco.org/browser/thesaurus/es/page/concept2783>.

VEGA RODRÍGUEZ, Pilar

2019 Dinamización del patrimonio literario: usos culturales de la leyenda. *Lectura y Signo*. [Em linha]. 14 (2019) 75-89. [Consult. 17 maio 2022]. Disponível em: <https://www.google.com/url?sa=t&source=web&rct=j&url=https://dialnet.unirioja.es/descarga/articulo/7231664.pdf&ved=2ahUKewiezLWRluj3AhVNSjABHc4bBPUQFnoECC4QAO&usg=AOvVaw2ASwPe3U3V-uDks2P7lAPK>.

Nicole Marinho Horta | nicole_coia@yahoo.com.br

Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Brasil

Kevin Keler Rodrigues Ribeiro | kevinkeler@outlook.com

Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Brasil

Thomaz Afonso de Andrade | thomazandrade2012@gmail.com

Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Brasil

Marília de Abreu Martins de Paiva | biblio.marilia@gmail.com

Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Brasil

Recensão: LESSIG, Lawrence - *Cultura Livre: como a mídia usa a tecnologia e a lei para barrar a criação cultural e controlar a criatividade*. Trad. por Fábio Emílio Costa 2005.

Review: LESSIG, Lawrence - *Cultura Livre: como a mídia usa a tecnologia e a lei para barrar a criação cultural e controlar a criatividade*. Trad. por Fábio Emílio Costa, 2005.

Icaro Machado Ribeiro

<https://doi.org/10.21747/21836671/pag19d1>

“Não há mais nenhuma chave que irá nos isolar dos efeitos provocados pela internet”. Acredito que esta seja a consideração mais potente que o livro traz consigo. E este nem é o objeto central da obra, embora seja o próprio arranque de toda a sua ação narrativa. *Cultura Livre* é um livro rigorosamente imperativo e legislativamente questionador. Lawrence dedica-se a arguir os direitos à distribuição de bens culturais e produção livre de trabalhos derivados, afinal, para o próprio, “a cultura seria mais rica se as leis que regulam os direitos autorais fossem mais flexíveis”.

Lawrence Lessig nasceu em 3 de junho de 1961, Dakota do Sul, nos Estados Unidos da América. Professor Furman de Direito e Liderança na Harvard Law School e membro da Academia Americana de Artes e Ciências, e da Associação Filosófica Americana, recebeu inúmeros prêmios, dentre eles, o Prêmio de Liberdade da Fundação de Software Livre, o Prêmio Fastcase 50. Em 2002, foi nomeado um dos 50 Melhores Visionários da *Scientific American*.

Diante dessa breve apresentação, está mais que esclarecido que Lessig é um defensor da redução das restrições legais sobre os direitos autorais, marcas registradas e espectro de radiofrequência, particularmente em aplicações tecnológicas. Em 2001, ele fundou a *Creative Commons*, uma organização sem fins lucrativos dedicada a expandir a gama de trabalhos criativos disponíveis para outros construírem e compartilharem legalmente.

Lawrence é advogado, e isso se reflete em sua escrita direta e convencionalmente arrojada. Ele apresenta as suas ideias e conceitos de forma prática, utilitária e objetiva, sempre contextualizando seus argumentos com fatos do passado, e assim, estruturar a opinião central de sua obra em narrativas factíveis que se inter cruzam com a grande importância e impacto que o fenômeno do avanço tecnológico gera na sociedade em geral, principalmente no consumo e produção de conteúdo na então “cultura livre”.

A obra de Lessig é dividida em quatorze capítulos que se ajustam as seis partes discursivas, sendo a última a conclusão da obra. Conceitos de “plágio”, “domínio público”, “pirataria”, “propriedade” e, principalmente, de “apropriação”, são combinados para se fazer entender e se justificar o estrondoso impacto (r)evolutivo que as recriações ou co-criações que o fenômeno “cultura livre” causam. Ou pelo menos deveriam provocar, já que na sua obra, Lawrence afirma que “a nossa cultura era uma cultura livre, mas está ficando cada vez menos livre” (p. 28).

Lessing tece interpretações acerca da criatividade Waltdisneyana¹ como uma forma de expressão e genialidade que é construída sobre a cultura que existe ao nosso redor, mas convertendo-a em algo diferente e novo. Afinal, o papel da cultura livre na tradição é levar a diante o conteúdo para além do material já produzido e sem restrições de sua distribuição intelectual como fonte de inspiração. Portanto, na cultura livre de Lessing, entende-se criatividade como algo que reproduz o novo de uma forma ainda mais nova, mas que parte de algo pré-existente. “Na natureza nada se cria, tudo se transforma” (Antoine-Laurent de Lavoisier).

Nesta obra, há muitas críticas ao sistema de produção e manuseio da cultura, mas, no fundo, o seu discurso me parece que também serve a logística liberal do sistema capitalizado: de que devemos regulamentar as produções intelectuais, capitalizando-as na ideia de que esta ação faz da cultura um bem ainda mais acessível e potente em todas as suas esferas.

Um ponto bastante relevante levantando – e justificado pelo autor –, é o impacto no combate a exclusão digital que a cultura livre defendida por Lessing afere. Na era digital, os meios de produção e consumo estão cada vez mais acessíveis ao público. A sociedade antes entendida enquanto mero “receptor cultural”, ou seja, passiva, está, gradativamente, se tornando protagonista cultural. Isso por que, segundo o autor, a cultura livre “impulsiona cada vez mais a expressão do eu” (pág. 36). No jornalismo – ou na comunicação digital em geral –, esse fenômeno é conhecido como os *prosumers*², que são aquelas pessoas que produzem e consomem informação com a mesma frequência. As suas opiniões carregam grande relevância, principalmente no *marketing* de produtos e *ecommerce*, que se apropriam dessas informações espontâneas para validar produtos e serviços.

Apesar disso, para o autor, a “falsa” cultura livre proposta pelo mercado capitalista, delimitada por leis aplicadas de forma distintas e que sempre favorecem a indústria do poder, acaba por controlar o que pode ser produzido, divulgado e consumido. É como se, no campo das ideias, tudo corresse solto, porém, cerceado por um espectro de leis moderadoras que sempre deve definir o que entra e o que sai. Um *gatekeeper* cultural. Ou seja, os limites de propriedades particulares devem seguir nomenclaturas impostas por interesses econômicos dos grandes poderosos que detêm a maior faixa de produção e dissolução da cultura. Afinal, os limites de propriedades particulares seguem nomenclaturas impostas por interesses que tendem a serem contra a popularização do processo – não do produto –, e sempre a favor do lucro empresarial.

Outra dialética bastante pertinente na obra, é a diferenciação entre cultura comercial e não-comercial. Percebo que, com a avanço das tecnologias de informação, está cada vez mais tênue a linha que separa esses dois polos, tornando-os, vulgarmente, produtos do mesmo saco. Em redes sociais como Tik Tok³ e na ferramenta *reels* do Instagram, que sobrevivem de conteúdos produzidos, em sua maioria, a partir do cotidiano de seus usuários,

¹ A faceta de adaptar histórias existentes e recontá-las de forma lúdica. Muitas das histórias das Disney na verdade são releituras de contos dos Irmãos Grimm e de tantos outros escritores antigos.

² <https://www.revistaebs.com.br/brand-experience/prosumers-consumidor-digital/>.

³ <https://medium.youpix.com.br/o-tiktok-está-moldando-nossa-cultura-605ede2ac80a>.

percebemos que existe uma comercialização cada vez mais significativa de culturas tidas como “não-comerciais”. Todo esse material *life style*⁴– sua personalidade pode ser sua marca –, gera lucro e engajamento nas plataformas. Como produto deste fenômeno, temos o *influencer digital*, pessoas comuns que, em questão de segundos, ganham relevância e têm a sua imagem capitalizada.

Vale ressaltar que as ideias argumentativas de Lessig são contextualizadas na sociedade americana dos Estados Unidos da América, ou seja, em um dos maiores – se não o maior –, países produtores, consumidores e exportadores de produtos culturais e dono dos maiores *streams* do mundo. As maiores plataformas de acesso e hospedagem de conteúdo, além de premiações e estatísticas, que servem como uma espécie de “termômetros do sucesso”, atuam nos EUA. Por isso, o número de reprodução e apropriação indevida de conteúdos tem um impacto ainda maior neste polo. Contudo, no Brasil, que se aproxima culturalmente mais do estilo de vida dos americanos estadunidenses do que qualquer outro país, muitas dessas produções são livremente “pirateadas” de forma impune e compartilhadas livremente pela web em *blogs* e afins.

Por fim, Cultura Livre, de Lawrence Lessig, é uma obra que agita, a partir de conceitos legislativos e contextualização de fatos com grande impacto na construção e difusão da cultura; mas que também luta pela democratização da produção cultural na Era digital. Para Lessig, devemos focar a nossa energia na alfabetização digital/midiática da sociedade.

Resumiria a obra na afirmação de que se trata de um grandioso estudo direcionado que escancara a guerra dos direitos autorais que oprime e limita cada vez mais os pequenos produtores. Quiçá, na busca pela relevância, a sociedade se tornará “meros copiadores” ou todo processo de organização e estruturação cultural é um exemplo exímio de pirataria?

Icaro Machado Ribeiro | up202204263@up.pt

Universidade do Porto - Faculdade de Letras, Portugal

⁴ <https://postgrain.com/blog/lifestyle-instagram-pessoal/>.